UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ ROBERTO PORTO DE ANDRADE JÚNIOR

DEVASTAÇÃO AMBIENTAL E DEFESA DA VEGETAÇÃO NATIVA

Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA

VERSÃO CORRIGIDA

SÃO PAULO

2020

JOSÉ ROBERTO PORTO DE ANDRADE JÚNIOR

DEVASTAÇÃO AMBIENTAL E DEFESA DA VEGETAÇÃO NATIVA

Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Orientador: Brasília Sallum Jr.

SÃO PAULO

2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

A553d Andrade Júnior, José Roberto Porto de
 Devastação ambiental e defesa da vegetação nativa:
 Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix
 do Xingu-PA / José Roberto Porto de Andrade Júnior ;
 orientador Brasília Sallum Jr. - São Paulo, 2020.
 317 f.

 Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de Sociologia. Área de concentração:
 Sociologia.

 1. Sociologia política. 2. Meio Ambiente. 3.
 História comparada. 4. Conflito social. 5.
 Instituições políticas. I. Sallum Jr, Brasília, orient.
 II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do orientador

Nome do aluno: José Roberto Porto de Andrade Júnior

Data da defesa: 24/4/2020

Nome do Prof. orientador: Brasília Sallum Jr

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP.**

São Paulo, 10/10/2020.

Ao *meu pai*,
de quem trago muito,
inclusive o nome

AGRADECIMENTOS

Às instituições públicas brasileiras que financiaram a pesquisa:

- Universidade de São Paulo (USP), por meio da gratuidade da vinculação ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, pelo período de 48 meses;
- Universidade Federal de Alfenas-MG (UNIFAL-MG), por meio da concessão de afastamento integral das minhas atividades como docente, pelo período de 24 meses;
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão de bolsa de doutorado, pelo período de 6 meses.

Ao Professor Brasília João Sallum Júnior (USP), generoso orientador da tese, fundamental na estruturação da pesquisa e em cada etapa de seu desenvolvimento.

Às Professoras Débora Maciel (UNIFESP) e Leila Ferreira (UNICAMP), integrantes da Banca de Qualificação, que contribuíram muito com o trabalho com suas críticas e sugestões.

Às Professoras Débora Maciel (UNIFESP) e Ângela Alonso (USP) e ao professor Eduardo Viola (UNB), integrantes da Banca de Defesa, que contribuíram muito com o trabalho com suas críticas e sugestões.

Às pessoas que debateram trechos do trabalho em eventos científicos que participei, contribuindo com o amadurecimento das ideias.

Às dezenas de pessoas entrevistadas e às outras com quem dialoguei, durante a pesquisa.

A Clarice Gomes e Fernanda Kraft, responsáveis pelas transcrições das entrevistas.

Aos/às familiares, amigos/as, colegas e profissionais do campo do bem-estar, que contribuíram de inúmeras formas para o desenvolvimento do meu trabalho, especialmente a minha companheira Jéssica, minha mãe Amélia e ao meu pai José, falecido em março de 2019.

RESUMO

Esse trabalho tem como tema a polarização entre os processos de devastação dos ecossistemas de vegetação nativa e de proteção da natureza. Sua delimitação territorial engloba o Brasil e as regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA, associando uma análise nacional com dois estudos de caso de regiões bastante distintas do ponto de vista social, econômico e ecológico. A delimitação temporal da tese engloba o largo período situado entre 1822 e 2010, com especial atenção analítica no intervalo situado entre 1985 e 2010. O referencial teórico adotado na pesquisa é a sociologia acontecimental, do campo da sociologia histórica. Entre as principais técnicas de pesquisa utilizadas, destaco a elaboração de cronologia dos principais eventos da história das lutas em defesa da vegetação nativa; a realização de entrevistas semiestruturadas; a análise de documentos e de material jornalístico; a realização de survey de processos judiciais e de decisões judiciais; a realização de survey de processos administrativos e a montagem de bancos de dados com informações de fontes diversas. São duas as hipóteses principais que estruturam a discussão da tese: 1) a história das lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil possui três períodos principais, caracterizados por tendências e por rotinas distintas, reproduzidas nos principais campos de conflito em que essas disputas ocorrem no país: um primeiro período, que vai da independência até 1930; um segundo período, que vai de 1930 a 1985; e um terceiro período, o contemporâneo, que vai de 1985 aos dias atuais. 2) O auge do êxito das lutas em defesa da vegetação nativa na história do Brasil ocorreu no período contemporâneo, materializando no país, a partir de 1995, uma tendência de reforma ambiental, entendida como mudança positiva – limitada e politicamente constituída – da qualidade ambiental da ordem econômica nacional.

Palavras-chave: lutas políticas; campos de conflito; sociedade-natureza; reforma ambiental.

ABSTRACT

This work has as its theme the polarization between the processes of devastation of native vegetation ecosystems and nature protection. Its territorial delimitation encompasses Brazil and the regions of Ribeirão Preto-SP and São Félix do Xingu-PA, associating a national analysis with two case studies from very different regions from a social, economic and ecological point of view. The temporal delimitation of the thesis encompasses the long period between 1822 and 2010, with special analytical attention in the interval between 1985 and 2010. The theoretical framework adopted in the research is the evenemental sociology, from the field of historical sociology. Among the main research techniques used, I highlight the elaboration of a chronology of the main events in the history of struggles in defense of native vegetation; conducting semi-structured interviews; analysis of documents and journalistic material; conducting a survey of judicial processes and judicial decisions; conducting a survey of administrative processes and setting up databases with information from different sources. There are two main hypotheses that structure the discussion of the thesis: 1) the history of struggles in defense of native vegetation in Brazil has three main periods, characterized by trends and distinct routines, reproduced in the main conflict fields in which these disputes occur in the country: a first period, from independence until 1930; a second period, from 1930 to 1985; and a third period, the contemporary, which runs from 1985 to the present day. 2) The peak of the success of the struggles in defense of native vegetation in the history of Brazil occurred in the contemporary period, materializing in the country, from 1995, a tendency of environmental reform, understood as positive change - limited and politically constituted - of the environmental quality of the national economic order.

Keywords: political struggles; conflict fields; society and nature; environmental reform.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Região de Ribeirão Preto – SP	28
Figura 2. Município de São Félix do Xingu – PA.....	29
Figura 3. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação primitiva)	58
Figura 4. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1920).....	58
Figura 5. Histórico da ocupação “ocidental” do território brasileiro	60
Figura 6. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1952).....	95
Figura 7. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1973).....	106
Figura 8. Ganho e perda de cobertura arbórea na América Latina.....	228
Figura 9. Desmatamento e áreas protegidas na Amazônia (2016)	232
Figura 10. Desmatamento e áreas protegidas em São Félix do Xingu-PA (2008).....	284

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado (1988-2019)	17
Gráfico 2 . Entidades ambientalistas não governamentais - Brasil (1951-1996)	144
Gráfico 3. Autuações do Ibama no Brasil e na Amazônia Legal (1988-2017).....	205
Gráfico 4. Declaração e homologação de terras indígenas – Brasil (1985-2014)	206
Gráfico 5. Fundação de entidades ambientalistas no Brasil (1980-2010)	210
Gráfico 6. Unidades de conservação federais criadas no Brasil (1930-2014).....	217
Gráfico 7. Desmatamento no bioma Mata Atlântica (1986-2017)	222
Gráfico 8. Desmatamento e autuações do Ibama na Amazônia (1995-2002)	234
Gráfico 9. Ocupação da terra na região de Ribeirão Preto-SP (1990-2010)	251
Gráfico 10. Rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA (1974-2016)	262
Gráfico 11. Extração de madeira em tora de São Félix do Xingu-PA (1986-2016).....	264
Gráfico 12. Atuações e multas do Ibama em São Félix do Xingu-PA (1995-2010)	278
Gráfico 13. Desmatamento em São Félix do Xingu-PA (2001-2017)	281

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Comparativo internacional sobre desmatamento (1990-2016)	16
Quadro 2. Comparativo internacional sobre área florestal (2016)	18
Quadro 3. Tipos de uso e ocupação das terras do Brasil (2018)	19
Quadro 4. Variação da ocupação da terra com vegetação nativa em alguns municípios da região de Ribeirão Preto-SP (2001-2009)	253

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APA	Área de proteção ambiental
APP	Áreas de preservação permanente
CEDI	Centro Ecumênico de Documentação e Informação
CAR	Cadastro ambiental rural
DEPRN	Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais
DETER	Deteção do Desmatamento em Tempo Real
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBCN	Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNATURA	Fundação Pró-Natureza
GAEMA	Grupo Especial de Defesa do Meio Ambiente
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDH	Índice de desenvolvimento humano
IF	Instituto Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
LUPA	Levantamento de Unidades de Produção
MAPE	Movimento Arte e Pensamento Ecológico
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
MPSP	Ministério Público do Estado de São Paulo

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Pará
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PIB	Produto interno bruto
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal
PPG7	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PRODES	Projeto de Estimativa de Desflorestamento na Amazônia
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
RL	Reserva legal
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SMA-SP	Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SP	São Paulo
SPI	Serviço de Proteção aos Índios
STF	Supremo Tribunal Federal
TAC	Termo de ajustamento de conduta
TI	Terra indígena
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UC	Unidade de conservação
USP	Universidade de São Paulo
WWF	“World Wide Fund for Nature”

SUMÁRIO

Introdução	15
1. Lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil (1822-1930).....	34
2. Disputas no período desenvolvimentista (1930-1985)	80
3. Duas transições: política e ambientalista (1985-1995).....	134
4. Reforma ambiental no território nacional (1995-2010)	196
5. Reforma ambiental em Ribeirão Preto-SP e em São Félix do Xingu-PA (1995-2010)	239
Conclusão	290
Referências	301

Introdução

O nome “Brasil” foi atribuído a uma parcela do território colonial português em virtude de uma árvore presente de modo abundante nesse local, no início da conquista portuguesa. “Ibirapitanga” era o termo utilizado pelos ameríndios Tupis que habitavam a região litorânea desse território para designar o “pau-brasil”, uma espécie vegetal que alcança até quinze metros de altura e apresenta troncos, galhos e vagens cobertos por espinhos. Desde os anos 900 d.C., essa espécie constava nos registros das Índias Orientais em meio a uma série de outras plantas utilizadas na produção de um corante vermelho de interesse comercial.

Encontrável em outras regiões do planeta, a árvore e o corante eram conhecidos desde então por diferentes palavras, todas derivadas do termo latino “*brasil*”, cujo significado é “cor de brasa” ou “vermelho”. Em 1502, a exploração extrativa dessa espécie vegetal foi iniciada pelos colonizadores portugueses, com base na utilização de trabalho ameríndio e na prática de escambo. A partir de 1512, com a introdução desse produto no mercado internacional, o termo “Brasil” passou a designar oficialmente a América Portuguesa, embora uma flutuação de nomenclatura tenha persistido por algum tempo (Schwarcz e Starling, 2015, p. 31-32).

A denominação do território com o nome da primeira espécie vegetal explorada economicamente é um importante símbolo da natureza predatória das relações estabelecidas entre a sociedade colonizadora e o meio ambiente nativo. A exploração econômica da natureza foi a motivação principal dos empreendimentos portugueses de colonização direcionados ao “novo mundo” e junto com o “nome de árvore” veio o desmatamento dos ecossistemas locais.

O pau-brasil, cujo número de indivíduos arbóreos é estimado em 70 milhões de espécimes na época do início da colonização (Schwarcz e Starling, 2015, p. 32), figura hoje na lista oficial de espécies da flora ameaçadas de extinção. Tendo sido o primeiro produto sistematicamente exportado pelos portugueses, a árvore que deu nome ao país encabeça, cronologicamente, uma longa lista de produtos extraídos dos ecossistemas nativos do território brasileiro com consequências ambientalmente degradantes.

A derrubada sistemática da vegetação para implantação de monoculturas agropecuárias começou com a cana-de-açúcar, trazida do território africano e plantada no litoral de São Vicente pela primeira vez em 1532 e continuou com uma série de outras espécies vegetais exóticas (não nativas do Brasil). Ela foi a causa principal do desmatamento sistemático da vegetação nativa brasileira, desde então. Esse padrão de ação econômica baseado na devastação ambiental permanece fortemente presente na realidade nacional até hoje e, em vista disso, o país ostenta o título de *campeão mundial do desmatamento*, em termos de área total eliminada.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), entre 1990 e 2016 foram desmatados no Brasil 541.510 km² de florestas, o que coloca o país no topo do ranking mundial do desflorestamento, em números absolutos. Nesse período, a devastação ocorrida no Brasil representou 22,5% da área total desmatada no mundo.

No mesmo período, houve o aumento da área agricultável do Brasil em 419.380 km², quantidade proporcional à área desmatada. Isso indica a manutenção, no período contemporâneo, da correlação historicamente existente no território brasileiro entre devastação das áreas ocupadas com vegetação nativa e ampliação das áreas utilizadas na agropecuária. Essa correlação só ocorre excepcionalmente nos outros nove países em que mais houve desmatamento no mundo entre 1990 e 2016, conforme indicam os dados do Quadro 1, abaixo.

Quadro 1. Comparativo internacional sobre desmatamento (1990-2016)

	Área desmatada 1990-2016 (km ²)	Área desmatada 1990-2016 (%)	Aumento da área agricultável 1990-2016 (km ²)	Área desmatada 2011-2016 (km ²)
Brasil	541.510	9,9%	419.380	49.200
Indonésia	282.193	23,8%	119.170	34.220
Myanmar	107.234	27,3%	23.320	27.320
Nigéria	106.506	61,8%	92.140	20.480
Tanzânia	102.320	18,2%	76.500	18.600
Zimbábwe	84.144	37,9%	31.900	15.620
Bolívia	83.200	13,2%	22.300	14.450
Congo (Rep. Dem.)	80.964	5%	-4.173	15.570
Argentina	79.778	22,9%	21.1350	14.840
Paraguai	61.594	29,1%	47.260	16.270

Fonte: FAO¹

¹ As informações dos Quadros 1 e 2 foram extraídas do banco de dados do Banco Mundial, disponível no endereço eletrônico <<https://data.worldbank.org/>>, com acesso em 01/03/2019. A fonte dos dados referidos é, conforme já especificado, a FAO, que utiliza um conceito de floresta assim definido: “forest área is land under natural or planted stands of trees of at least 5 meters in situ, whether productive or not, and excludes tree stands in agricultural production systems (for example, in fruit plantations and agroforestry systems) and trees in urban parks and gardens” – traduzido da seguinte forma por mim – “área florestal é terra sob ocupação de árvores naturais ou plantadas de no mínimo 5 metros, produtivas ou não, e excluídas ocupações de árvores em sistemas de produção agrícola (por exemplo, em plantações frutíferas ou sistemas agroflorestais) e árvores em parques urbanos e jardins”. Em correspondência eletrônica com a assessoria técnica do Banco Mundial, fui informado que a fonte das informações da FAO é o sítio eletrônico <<http://www.fao.org/faostat/en/#data/RL>>. Também fui informado que a FAO utiliza dados fornecidos diretamente pelos países, não realizando sensoriamento remoto das áreas florestais. Para obtenção do resultado considerado como “área desmatada km²”, subtrai do dado apresentado pelo Banco Mundial como relativo à área florestal do último ano das séries apresentadas, o dado apresentado como relativo à área florestal do primeiro ano da série. Para o resultado “área desmatada %”, dividi a “área desmatada km²” do período pela área florestal do primeiro ano da série. Para o desmatamento total no mundo no período 1990-2016, somei todas as áreas desmatadas com resultado negativo, gerando o total de 2.412.058 km² eliminados do período. A devastação brasileira, de 541.510 km², representa 22,5% desse total.

Entre 2011 e 2016, últimos cinco anos em que os dados estão compilados pela FAO, o Brasil manteve a *primeira posição mundial em desmatamento*, com a eliminação de 49.200 km² de vegetação. Indonésia, a segunda colocada, eliminou 34.220 km². Sociedades periféricas – da Ásia, como Myanmar; da África, como Nigéria, Tanzânia, Zimbábwe e República Democrática do Congo; e da América do Sul, como Bolívia, Argentina e Paraguai – completam a lista das sociedades com mais desmatamento no mundo entre 1990 e 2016, em área total.

A despeito da permanência do Brasil no topo desse ranking, a realidade contemporânea é de ocorrência de desmatamento num patamar inferior ao observado nas últimas décadas.

Gráfico 1. Desmatamento na Amazônia Legal e no Cerrado (1988-2019)

Fonte: INPE

Conforme indica o Gráfico 1, após 2004 houve uma queda consistente dos índices anuais de desmatamento nos principais “biomas”² em que ele ocorre atualmente no Brasil, a Amazônia e o Cerrado. A partir de 2012, essa tendência de queda apresentou uma mudança, com retomada do aumento do desmatamento, sobretudo na Amazônia Legal³. O menor índice anual histórico

² Existem conceitos distintos de bioma no campo das ciências da natureza. Uma discussão panorâmica sobre o tema é realizada por Coutinho, em artigo intitulado “O conceito de bioma”. Ele adota a seguinte definição para o termo: “uma área do espaço geográfico, com dimensões até superiores a um milhão de metros quadrados, representada por um tipo uniforme de ambiente, identificado e classificado de acordo com o macroclima, a fitofisionomia (formação), o solo e a altitude, os principais elementos que caracterizam os diversos ambientes continentais” (Coutinho, 2006, p. 14). É usual considerar-se a existência de seis biomas no Brasil: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal. A despeito dessa usualidade, há bastante divergência sobre o tema, com inúmeros autores, como o próprio Coutinho, adotando outras tipologias.

³ Amazônia Legal não é tecnicamente um bioma, mas uma área definida legislativamente para fins de gestão política do território brasileiro. Atualmente, a Amazônia Legal abrange os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão, englobando ecossistemas típicos de três biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal. O termo foi popularizado após a adoção da primeira definição legal de Amazônia para fins de planejamento econômico, pela Lei federal n. 1.806/1953. A Constituição Federal

de desflorestamento na Amazônia Legal deu-se em 2012, para o período em que os dados estão disponíveis, enquanto o menor índice anual de desmatamento no Cerrado ocorreu em 2015.

Campeões mundiais de desmatamento e tendo vivenciado uma diminuição do patamar do desmate anual na década de 2000, a sociedade brasileira é, ao mesmo tempo, uma das sociedades nacionais com maior área de vegetação nativa no mundo.

A FAO considerou existentes no território brasileiro, em 2016, o total de 4.925.540 km² de florestas, o que corresponde a 58,93% do território nacional. Num comparativo internacional – apresentado no Quadro 2, a seguir – o Brasil é, em números absolutos, a sociedade que possui a *segunda maior área florestal no mundo*, atrás somente da Rússia. Portanto, a despeito da intensidade do desmatamento e de sua permanência no tempo, o país que tem “nome de árvore” segue sendo um país que tem muitas árvores.

Além delas, o Brasil também tem uma área agriculturável bastante significativa, considerada pela FAO como de 2.835.460 km² em 2016, a quarta maior do mundo em números absolutos, e uma densidade populacional de 25,04 pessoas por km², bastante menos significativa do que a apresentada por outras sociedades nacionais.

Quadro 2. Comparativo internacional sobre área florestal (2016)

	Área florestal (km²)	Área florestal (% do território)	Área agriculturável (km²)	Densidade populacional (pessoas por km²)
Rússia	8.148.895	49,75%	2.177.218	8,82
Brasil	4.925.540	58,93%	2.835.460	25,04
Canadá	3.470.224	38,16%	626.710	4,04
Estados Unidos	3.103.700	33,92%	4.058.625	35,61
China	2.098.635	22,35%	5.277.330	147,67
União Europeia	1.614.504	38,08%	1.815.078	120,90
Congo (Rep. Dem.)	1.522.665	67,16%	262.000	35,88
Austrália	1.250.590	16,25%	3.710.780	3,20
Indonésia	903.256	49,86%	1.797.210	145,73
Peru	738.053	57,66%	236.870	25,13
Índia	708.603	23,83%	570.000	450,42
México	659.483	33,92%	1.062.360	66,44

Fonte: FAO

de 1988, ao criar o estado de Tocantins e transformar os antigos territórios federais de Roraima e Amapá, embasou a formulação atual do conceito, prevista na Lei federal complementar n. 124/2007, que define a área de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). Os dados sobre desmatamento são habitualmente organizados com base no conceito de Amazônia Legal, razão pela qual também o adoto.

Essa imensa área florestal presente no Brasil de hoje vincula-se a modos diferentes de uso e ocupação da terra, associados a processos históricos distintos de constituição. A utilização e a proteção dessas áreas estão regulamentadas por diferentes legislações.

Os principais institutos jurídicos que atualmente regulam a proteção da vegetação nativa no país são: 1) as unidades de conservação (UC) de proteção integral, previstas pela Lei n. 9.985/2000 (Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação); 2) as UC de uso sustentável, também previstas pela Lei n. 9.985/2000; 3) as áreas de preservação permanente (APP), previstas pela Lei n. 12.651/2012 (Código Florestal); 4) as reservas legais (RL), também previstas pela Lei n. 12.651/2012; 5) as terras indígenas (TI), previstas pela Lei n. 6.001/1973 (Estatuto do Índio); e 6) os territórios quilombolas, previstos pelo Decreto n. 4.887/2003.

Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 2018, existia no Brasil 2.182.458,01 km² de áreas destinadas à vegetação nativa no que ela chama de “mundo rural”, associado principalmente às APP e às RL. Esse total corresponde a 25,6% da área nacional, conforme indica o Quadro 3, abaixo. Ainda segundo a Embrapa, em 2018, 1.173.387,27 km² do território nacional estariam ocupados com terras indígenas (13,8% da área do país), 884.291,81 km² estariam ocupados com UC de proteção integral (10,4%) e 27.205,79 km² com territórios quilombolas (0,3%). Outra fonte de dados informa que, em 2010, havia no Brasil 248.349 km² de reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, UC de uso sustentável (Veríssimo et al., 2011). Isso equivale a 2,9% do território nacional.

Quadro 3. Tipos de uso e ocupação das terras do Brasil (2018)

	Área (km ²)	Área (% em relação ao território nacional)
Áreas destinadas à vegetação nativa no “mundo rural”	2.182.458,01	25,6%
Pastagens	1.802.594,85	21,2%
Vegetação nativa em terras públicas e áreas não cadastradas	1.397.223,27	16,5%
Terras indígenas	1.173.387,21	13,8%
Unidades de conservação de proteção integral	884.291,81	10,4%
Lavouras	663.218,86	7,8%
Cidades, infraestruturas e congêneres	297.598,21	3,5%
Monoculturas florestais	102.033,67	1,2%

Fonte: EMBRAPA⁴

⁴ As informações foram extraídas do sítio eletrônico da EMBRAPA, disponível no endereço <<https://www.embrapa.br/car/sintese>>, com acesso em 25/10/2019. Para organização dessas informações, a Embrapa utilizou dados do Cadastro Ambiental Rural (CAR), sistema eletrônico de registro público de

Portanto, há no Brasil – ao mesmo tempo – uma imensa parcela do território nacional ocupado por vegetação nativa; diferentes tipos de áreas de proteção da natureza formalizadas ao longo da história nacional para proteção dessa vegetação nativa; e taxas anuais de desmatamento que são as maiores do mundo, embora apresentem oscilações de intensidade. Esse trabalho tem como tema esta polarização entre os processos de devastação e de proteção da natureza, principalmente no período mais recente da história brasileira.

PROBLEMA DE PESQUISA E HIPÓTESES

O campo de estudos sobre sociedade e natureza no Brasil é bastante diversificado, com um número relevante de reflexões produzidas, especialmente nas últimas décadas.⁵ Apesar disso, importantes deficiências e divergências ainda remanescem na literatura.

No que tange às discussões sobre desmatamento e proteção da vegetação no Brasil, penso que uma importante deficiência da literatura está na *quantidade muito pouco significativa de investigações que analisem conjuntamente diferentes biomas ou diferentes regiões do país*.

Um padrão desigual de desenvolvimento⁶ foi permanentemente materializado nos distintos períodos da evolução histórica brasileira e esse fato também se expressa em relação às dinâmicas de relação social com os ecossistemas nativos. Assim, no território nacional, há atualmente e historicamente sempre houve a coexistência de diferentes formas de interação sociedade-natureza. Por isso, uma adequada compreensão da complexidade brasileira exige a associação de investigações sobre regiões que sejam social e ecologicamente diferentes e que representem a grande heterogeneidade que caracteriza o país.

informações ambientais sobre os imóveis rurais brasileiros, criado pela Lei n. 12.641/2012 (“novo Código Florestal”). Os dados do CAR são auto declaratórios, não havendo checagem das informações por meio de sensoriamento remoto. Em relação ao termo “mundo rural”, utilizado pela Embrapa, em correspondência eletrônica com a assessoria técnica da instituição fui informado que ele inclui tanto os imóveis rurais privados quanto outros tipos de áreas cadastradas no CAR, tais como as reservas extrativistas e as reservas de desenvolvimento sustentável, unidades de conservação de uso sustentável. Em relação à forma de apresentação dos dados utilizada pela Embrapa no sítio eletrônico, adotei a inclusão no item “Pastagens”, do que a Embrapa considera “Pastagens plantadas” e “Pastagens nativas” e denominei de “Monoculturas florestais”, o que a Embrapa intitula “Florestas plantadas”. Além disso, o que a Embrapa denomina “Vegetação nativa em terra devoluta e não cadastrada”, chamei de “Vegetação nativa em terras públicas e áreas não cadastradas”. Os dados referentes aos territórios quilombolas tem como fonte um estudo da Embrapa de 2017 (Embrapa, 2017).

⁵ Existem alguns balanços sistemáticos da literatura brasileira sobre natureza e sociedade. Entre eles, destaco o trabalho de Angela Alonso e Valeriano Costa, de 2002, intitulado “Ciências sociais e meio ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico” (Alonso e Costa, 2002). No mesmo ano, Leila da Costa Ferreira e Lúcia da Costa Ferreira escreveram um trabalho sobre o tema (Ferreira e Ferreira, 2002). Em 2014, foi escrito o texto “O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva” (Fleury, Almeida e Premebida, 2014). Em 2020, foi publicado um trabalho sobre “ruralidades e meio ambiente” (Martins e Cunha, 2020).

⁶ A noção de “desenvolvimento desigual e combinado” é uma formulação de Trotsky, partindo de reflexões marxianas (Löwy, 1995). Ela compõe a análise de inúmeros intérpretes do processo histórico de formação do Brasil, em distintas apropriações.

Entretanto, não é isso que vem ocorrendo na literatura nacional, havendo uma ampla predominância de pesquisas focadas na análise de biomas e de regiões específicas do país.

José Augusto Pádua, atento à necessidade de se construir bases conceituais para o aprofundamento da compreensão comparativa sobre a heterogênea realidade ambiental brasileira, elaborou recentemente o que ele chamou de “um marco inicial de análise para pensar de forma comparativa a história da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica no contexto mais amplo da construção do território brasileiro” (Pádua, 2015). Num meritório esforço de demarcar balizas teóricas para uma interpretação coerente sobre o uso da terra em dois biomas brasileiros que foram historicamente ocupados de modos tão distintos, Pádua acabou ressaltando a fragilidade da literatura em reflexões comparativas, uma vez que “um marco inicial de análise” ainda se evidencia de elaboração necessária em pleno século XXI, até mesmo para uma discussão conjunta dos dois biomas mais estudados do Brasil, Amazônia e Mata Atlântica.

Essa fragmentação territorial da discussão sobre a temática da proteção da vegetação nativa no Brasil fica evidente quando se analisa os trabalhos que discutem as alterações nos modos de uso do solo no país nas últimas décadas.

Sobre o bioma Amazônia, as reflexões são abundantes, discutindo inúmeros aspectos da problemática. Em geral, esses trabalhos dão grande destaque para o fortalecimento das políticas estatais de repressão ao desmatamento, especialmente durante o período em que Marina Silva esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente (2002-2008), comumente assinalado como um divisor de águas da política ambiental brasileira (Barreto e Araújo, 2012; Barreto e Gibbs, 2015; Barreto, Pereira e Arima, 2008; Barreto e Silva, 2010; Assunção, Gandour e Rocha, 2013; Maia *et al.*, 2011; Nepstad *et al.*, 2014; Veríssimo *et al.*, 2011).

Sobre o bioma Mata Atlântica, também há um grande número de pesquisas realizadas. Em geral, esses trabalhos enfatizam a existência de uma tendência de queda na devastação do bioma a partir da década de 1980 e anotam a aceleração dessa tendência nas décadas de 1990 e 2000 (Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1993; Hirota *et al.*, 2011; INPE, 2018; SOSMA e INPE, 2014; Farinaci, 2012; Farinaci e Batistella, 2012).

Os outros biomas brasileiros foram objeto de análises menos numerosas que a Amazônia e o Atlântico. Ainda assim, algumas pesquisas importantes podem ser destacadas, a exemplo das análises elaboradas pelo Ministério do Meio Ambiente para subsidiar as políticas estatais relativas aos biomas Cerrado, Caatinga e Pantanal. Esses trabalhos apontam as principais causas do desmatamento nesses biomas e demarcam as alterações nas dinâmicas de uso do solo, dentre as quais a diminuição do desmate na década de 2000 (Hamú *et al.*, 2009; MMA, 2010a; 2010b).

A fragmentação territorial que caracteriza a discussão sobre o uso do solo no Brasil *difículta uma reflexão de conjunto sobre suas tendências mais expressivas*, dentre as quais se destaca as de diminuição e aumento do desmatamento, constatadas nos diversos biomas.

Além da fragmentação territorial, os trabalhos que investigam a problemática do desmatamento e da proteção da vegetação nativa no Brasil no período contemporâneo também se caracterizam por um *escopo temporal restrito*.

Nesse sentido, as pesquisas costumam abranger lapsos curtos de tempo em suas discussões ou, no máximo, analisam as interações ocorridas no país a partir da década de 1980, *sem se proporem uma reflexão sobre as dinâmicas contemporâneas de uso do solo a luz de uma discussão de longo prazo sobre a interação sociedade-natureza no país*. Essa é outra deficiência importante desse campo de pesquisas, uma vez que tal opção metodológica tem como consequência a produção de análises menos aprofundadas no que diz respeito à identificação das mudanças e das permanências nos processos de uso do solo no Brasil.

Uma terceira deficiência relevante do campo de estudos sobre desmatamento e proteção da vegetação nativa no Brasil diz respeito à *quantidade pouco significativa de estudos voltados à discussão da diversidade de tipos de áreas de proteção da natureza historicamente constituídas no país*. Versando sobre esse tema na metade da década de 2000, José Augusto Drummond, José Luiz Andrade Franco e Alessandra Ninis chegaram a afirmar que “uma história mais abrangente das áreas protegidas no Brasil ainda está por ser escrita” (Drummond, Franco e Ninis, 2006, p. 10). Tal afirmação permanece válida em 2020.

A meu ver, uma importante clivagem que historicamente marcou o campo de estudos sobre sociedade e natureza no Brasil relaciona-se diretamente com essa deficiência: a *oposição entre autores “conservacionistas” e autores “socioambientais”*.⁷

Em síntese, é possível associar ao polo “conservacionista” um enfoque “ecocêntrico”, voltado para o entendimento da proteção da natureza e dos ecossistemas em sentido estrito, com valorização negativa de qualquer inserção humana nesses ambientes. Ao polo “socioambiental”, por sua vez, é possível associar um enfoque “antropocêntrico”, voltado para

⁷ A disjuntiva entre “conservacionismo” e “socioambientalismo” possui raízes na própria constituição do movimento ambientalista e do pensamento político ambiental no mundo, influenciando não apenas na discussão científica sobre o tema, como também no direcionamento das reivindicações de proteção ambiental. Sobre o assunto, cf., entre outros, o livro de John McCormick, “Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista” (McCormick, 1992) e o livro de Antonio Carlos Diegues, “O mito moderno da natureza intocada” (Diegues, 2000). Nesse trabalho, adoto o termo “conservacionista” como sinônimo da perspectiva ecocêntrica, usando o termo tal como ele foi popularizado no Brasil, especialmente em virtude da atuação da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN), organização social criada no final da década de 1950.

o entendimento da proteção da natureza e dos ecossistemas em sentido amplo, com valorização positiva da inserção humana de baixo impacto nesses ambientes.

Partindo de enfoques antagônicos sobre o caráter positivo ou negativo da presença humana de baixo impacto nos ecossistemas nativos, autores “conservacionistas” e autores “socioambientais” focam suas discussões em tipos diferentes de áreas de proteção ambiental, respectivamente as que impedem e as que permitem a presença de comunidades humanas de baixo impacto em seu território. Com isso, eles produzem interpretações apenas parciais sobre o processo histórico de constituição das áreas protegidas no Brasil.⁸

Por fim, outra divergência relevante constatável na literatura que analisa a temática da natureza e sociedade no Brasil diz respeito às *interpretações conflitantes sobre o processo de constituição do “ambientalismo” no Brasil*. A divergência sobre o “ambientalismo” é fundamental para a discussão sobre desmatamento e proteção da vegetação nativa porque esses temas sempre ocuparam posição central na agenda “ambientalista” brasileira.

Na seara dessa divergência, penso que a interpretação elaborada por Eduardo Viola e colaboradores na década de 1990 é, ainda hoje, hegemônica (Viola, 1986, 1996; Viola e Leis, 1992). Segundo essa interpretação, teria havido um “período formativo” do “ambientalismo” no Brasil que teria se iniciado na década de 1970, no qual ele se caracterizaria por ser “bissetorial”, uma vez que sua estruturação teria tido por base “associações ambientalistas e agências estatais de meio ambiente”. Posteriormente, a partir de meados da década de 1980, teria ocorrido a “emergência do ambientalismo multissetorial orientado para o desenvolvimento sustentável”, que seria constituído por “cinco setores”: “1) as associações e os grupos comunitários ambientalistas; 2) as agências estatais de meio ambiente; 3) o socioambientalismo constituído por organizações não-governamentais e movimentos sociais que têm outros objetivos precípuos, mas incorporam a proteção ambiental como uma dimensão relevante de sua atuação; 4) os grupos e instituições científicos que realizam pesquisas sobre a problemática ambiental”; e “5) um reduzido setor dos gerentes e do empresariado” (Viola e Leis, 1992).

⁸ Um bom exemplo de interpretação “conservacionista” sobre a história ambiental brasileira é oferecido pelo brasileiro norte-americano Warren Dean no livro “A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira”, uma das obras mais completas sobre a cronologia dos conflitos ambientais no país. Para Dean, os agrupamentos que originaram o que hoje chamamos de povos ameríndios foram “a primeira leva de invasores humanos”, responsáveis pelo início da degradação ambiental do continente (Dean, 1996, p. 38-58). Um bom exemplo de interpretação “socioambiental”, por sua vez, é oferecido por Antônio Carlos Diegues, autor, dentre outras obras, do livro “O mito moderno da natureza intocada”, no qual ele investiga a relação entre áreas protegidas e populações tradicionais. Para Diegues, existem no território brasileiro “espaços comunitários” em que a apropriação dos recursos naturais se dá de modo regulado, impedindo sua degradação (Diegues, 2008).

Entre os principais méritos dessa hipótese estão a identificação de uma importante mudança ocorrida no “ambientalismo brasileiro” em meados da década de 1980 e a constatação da multiplicidade de atores envolvidos nas disputas ambientais.

Apesar disso, penso que a hipótese apresenta problemas, destacando-se entre eles a desconsideração do grande acúmulo de atos e de fatos socioambientais ocorridos no Brasil antes da década de 1970 e a demarcação pouco precisa da referida “multissetorialidade”.

Uma categoria que me parece mais interessante para pensar as múltiplas dimensões das disputas ambientais é a de *campos de conflito*, conceito que vem sendo usado por alguns teóricos contemporâneos.⁹ Em síntese, penso que os principais “campos de conflito” a serem analisados numa investigação sobre desmatamento e proteção ambiental são os seguintes: *internacional* (relativo às disputas na esfera das relações internacionais), *social* (relativo às disputas na esfera da sociedade civil), *científico* (relativo às disputas na esfera da produção do conhecimento), *legislativo* (relativo às disputas na esfera da produção das normas legais), *executivo* (relativo às disputas na esfera das políticas públicas e das demais ações executivas) e *judicial* (relativo às disputas na esfera das instituições de justiça). Trata-se de outra forma, a meu ver mais fecunda, de se pensar a “multissetorialidade”.

Além da interpretação hegemônica de Viola sobre o processo de constituição do “ambientalismo” no Brasil, também existem importantes interpretações alternativas. Dentre elas, destaco duas, vinculáveis respectivamente aos polos “conservacionista” e “socioambiental” da discussão sobre sociedade e natureza no Brasil.

José Augusto Drummond e José Luiz de Andrade Franco são autores associáveis ao polo “conservacionista”. Para eles, a Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza, ocorrida no Rio de Janeiro em 1934, foi o “evento de fundação do moderno ambientalismo brasileiro” (Franco e Drummond, 2009a). Analisando o pensamento e as ações dos principais personagens do “ambientalismo” brasileiro das primeiras décadas do século XX, Drummond e Franco evidenciam em seus trabalhos a grande importância das instituições científicas nesse período e a efetividade política das organizações sociais então atuantes no Brasil. Elas obtiveram êxito – ainda que parcial – em converter suas reivindicações em políticas estatais já

⁹ Entre os trabalhos que realizam um aprofundamento teórico sobre a existência de campos de conflito na realidade social, destaco o livro de Fligstein e McAdam, “A theory of fields” (Fligstein e McAdam, 2012). Esse tipo de formulação possui raízes no pensamento de Max Weber, autor que atribui grande centralidade à ideia de “autonomia das esferas de ação”, tomando-se o termo autonomia no seu sentido exato de “legalidade própria”, segundo Gabriel Cohn. Ainda segundo Gabriel Cohn, “a ideia mais importante de todas em Weber, aquela que permite articular todas as demais e reduzi-las às suas devidas proporções no conjunto” é a de que as regularidades da vida “ocorrem no interior de esferas específicas da ação social”. Em Weber, “cada esfera de ação desenvolve-se, enquanto processo, conforme sua lógica imanente particular, ao mesmo tempo que entra em contato e estabelece relações com as demais, através dos sujeitos individuais” (Cohn, 2003, p. 212-213).

na década de 1930, inclusive no que tange ao tema da proteção da vegetação nativa, com a edição do primeiro Código Florestal brasileiro em 1934 (Drummond, 1997a; Drummond e Barros-Platiau, 2006; Franco e Drummond, 2004, 2009b).

Se a hipótese de Drummond e Franco possui muitos méritos, considero que entre os seus problemas mais significativos está a não assinalação da magnitude das mudanças ocorridas na década de 1980, que implicaram numa ampla reestruturação do “ambientalismo brasileiro”. Por isso, eles não acertam ao interpretar o “ambientalismo” do período 1930-1980 como similar ao “ambientalismo” posterior à década de 1980. Além disso, fiéis a uma perspectiva “conservacionista”, Drummond e Franco não valorizam devidamente as ações e as reflexões dos povos ameríndios e tradicionais, que existem e atuam no Brasil desde tempos imemoriais.

Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida são autores associáveis ao polo “socioambiental”. Em um de seus artigos sobre sociedade e natureza, Cunha e Almeida diferenciam o “ambientalismo” em “um conjunto de práticas” e em “uma ideologia”, afirmando que há entre os povos tradicionais exemplos de agrupamentos humanos em que “estão presentes tanto as práticas sustentáveis como a cosmologia” e exemplos de agrupamentos humanos em que há “práticas culturais sem a ideologia” (Cunha e Almeida, 2001, p. 187-188). Desse modo, Cunha e Almeida indicam outra origem para o “ambientalismo” no território brasileiro, vinculada às práticas sociais e à cosmologia dos povos ameríndios e tradicionais.

A hipótese de Cunha e Almeida tem como principal mérito a valorização de agrupamentos humanos diretamente responsáveis pela construção social dos ecossistemas naturais existentes no território brasileiro. Entre os seus problemas principais estão a ausência de sistematicidade na demarcação cronológica das práticas políticas e produtivas de proteção à natureza dos povos ameríndios e tradicionais, restringindo a discussão a uma menção genérica – e, às vezes, até implícita – a essas comunidades como “primeiros” “ambientalistas”.

Em síntese, identifico na literatura brasileira que discute o tema sociedade e natureza e que investiga a problemática do uso do solo no Brasil importantes deficiências e divergências. Dentre elas, destaco: a) a fragmentação territorial da discussão, com uma quantidade muito pouco significativa de investigações que analisem conjuntamente diferentes biomas ou diferentes regiões do país; b) o escopo temporal restrito das análises sobre o período contemporâneo, com carência de investigações de longo prazo sobre a realidade atual; c) a quantidade pouco significativa de reflexões sobre a diversidade de tipos de áreas de proteção da natureza historicamente constituídas no país; d) a demarcada clivagem entre autores “conservacionistas” e autores “socioambientais”; e e) as interpretações conflitantes sobre a

constituição do “ambientalismo” no Brasil, com a valorização de diferentes fatos e a proposição de diferentes cronologias e periodizações para esse processo histórico.

Nesse contexto, eu tento contribuir com a discussão sobre desmatamento e proteção da vegetação nativa no Brasil com base em um referencial teórico do campo da sociologia histórica. Trata-se da *sociologia acontecimental*, descrita por William Sewell Jr..

Segundo Sewell Jr., a sociologia histórica se situa na interface entre a história e a sociologia, buscando conjugar esses dois campos teóricos. Da perspectiva histórica, ela extrai a percepção do caráter fatídico do tempo; a compreensão sobre a necessária vinculação de cada ato a uma sequência de ações cujos efeitos são profundamente dependentes do seu lugar na sequência; a percepção do caráter contingencial dos fenômenos sociais; e o entendimento da temporalidade social como uma mistura de continuidade e mudança. Ele indica como corolários metodológicos da teorização implícita na temporalidade social dos historiadores: “uma preocupação com cronologia, sequência e contextualização”. Da perspectiva sociológica, a sociologia histórica extrai o “pensamento estrutural”, na busca de “explicações em termos de um conjunto relativamente limitado de características duradouras, arraigadas e causalmente poderosas do mundo social” (Sewell Jr, 2017, p. 19-27)

Sewell Jr. aponta algumas categorias como relevantes para explicar os processos sociais sob a perspectiva da sociologia acontecimental: tendências, rotinas e acontecimentos. *Tendências* são definidas por Sewell Jr. como “mudanças direcionais nas relações sociais”. Para ele, é possível observar em qualquer situação a existência de “várias tendências diferentes, com diferentes ritmos”, que “podem estar causalmente relacionadas” ou “ser muito independentes uma da outra”. *Rotinas*, por sua vez, são “atividades mais ou menos garantidas que tendem, em igualdade de condições, a ser repetidas indefinidamente dos mesmos modos”. Segundo ele, “instituições em geral podem ser definidas como máquinas para a produção e manutenção de rotinas”. *Acontecimentos*, por fim, são “sequências breves e intensas de interação social que têm efeitos de longa duração na história subsequente das relações sociais”. Dito de outro modo, ainda segundo Sewell Jr., acontecimentos são “sequências temporalmente concentradas de ações que transformam estruturas”, de modo a estabelecer novas rotinas e mudar as rotinas antigas, acelerar, reverter ou reorientar tendências (Sewell Jr, 2017, p. 270-272).

Segundo Sewell Jr., “qualquer sequência histórica determinada tende a combinar uma pletera de tendências, rotinas e acontecimentos” e o trabalho do cientista social historicamente orientado é “determinar como esses vários processos temporais estão relacionados um com o outro dentro de uma sequência histórica real” (Sewell Jr, 2017, p. 272).

Sewell Jr. também explica que “descrições acontecenciais adequadas dos processos sociais se parecerão mais com histórias ou narrativas bem-feitas do que com leis da física”, de modo que “uma sociologia histórica acontecimental se assemelharia cada vez mais à história”. Nesse sentido, segundo o autor, um dos propósitos principais do cientista social que trabalha com esse referencial é “elaborar uma narrativa convincente sobre por que as coisas aconteceram do modo como aconteceram” (Sewell Jr, 2017, p. 119-120).

Com base na sociologia acontecimental e em diálogo com a literatura que analisa os conflitos ambientais no Brasil, tento sustentar duas hipóteses nesse trabalho:

- 1) A história das lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil possui três períodos principais, caracterizados por tendências e por rotinas distintas, reproduzidas nos principais campos de conflito em que essas disputas ocorrem no país: um primeiro período, que vai da independência até 1930; um segundo período, que vai de 1930 a 1985; e um terceiro período, o contemporâneo, que vai de 1985 aos dias atuais.
- 2) O auge do êxito das lutas em defesa da vegetação nativa na história do Brasil ocorreu no período contemporâneo, materializando no país, a partir de 1995, uma tendência de reforma ambiental, entendida como mudança positiva – limitada e politicamente constituída – da qualidade ambiental da ordem econômica nacional.

BRASIL E AS REGIÕES DE RIBEIRÃO PRETO-SP E SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

A investigação da problemática desse trabalho e a sustentação das hipóteses será feita por meio de uma análise mais geral sobre o Brasil, englobando todos os seus biomas, e por meio de dois estudos de caso, relativos às regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA.

A *região de Ribeirão Preto-SP*¹⁰ é um dos principais centros de produção agrícola do Brasil, atualmente concentrada na produção de cana-de-açúcar. O município de Ribeirão Preto-SP é conhecido, em vista disso, como “capital do agronegócio”.

¹⁰ A referida região de Ribeirão Preto – SP inclui os seguintes municípios, todos situados no estado de São Paulo: Barretos, Colina, Colômbia, Batatais, Cajuru, Altinópolis, Santo Antônio da Alegria, Cássia dos Coqueiros, Santa Cruz da Esperança, Cristais Paulista, Franca, Itirapuã, Jeriquara, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, São José da Bela Vista, Aramina, Buritizal, Guará, Igarapava, Ituverava, Bebedouro, Cândido Rodrigues, Fernando Prestes, Guariba, Jaboticabal, Monte Alto, Monte Azul Paulista, Pirangi, Pitangueiras, Santa Ernestina, Taiaçu, Taiúva, Taquaral, Taquaritinga, Viradouro, Vista Alegre do Alto, Guaíra, Ipuã, Jaborandi, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlândia, Sales Oliveira, São Joaquim da Barra, Barrinha, Brodowski, Cravinhos, Dumont, Guataporá, Jardinópolis, Luis Antônio, Pontal, Pradópolis, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa do Viterbo, São Simão, Serra Azul, Serrana, Sertãozinho e Ribeirão Preto. Além deles, na discussão realizada nesse trabalho, abordo também dados referentes ao município de São Carlos-SP, situado nas adjacências e com grande influência nas lutas ambientais da região.

Trata-se de uma região que possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, uma densidade demográfica de 86,29 pessoas por km², produto interno bruto (PIB) anual per capita de R\$ 27.995,95 e municípios com elevados índices de desenvolvimento humano (IDH) para os padrões brasileiros, como Ribeirão Preto-SP, com 0,800, Batatais-SP, com 0,761 e Franca-SP, com 0,780 (dados de 2010).¹¹

Segundo informação do Instituto Florestal (IF), havia nessa região, em 2009, o total de 3.325,63 km² de vegetação nativa, o equivalente a 12,07% da área regional, de 27.532,230 km². Situada numa zona de transição entre os biomas Mata Atlântica e Cerrado, os ecossistemas da região apresentam características híbridas, com vegetação nativa típica desses dois biomas.

Figura 1. Região de Ribeirão Preto – SP

Fonte: Abreu, Raphael (online)

Nessa região, confrontações políticas resultaram em algumas mudanças atualmente perceptíveis na qualidade ambiental da ordem econômica regional: na dinâmica de produção canavieira, o abandono da utilização da queima prévia da área plantada com cana-de-açúcar; e nos ecossistemas da região, a *ampliação da área ocupada com vegetação nativa*.

Segundo os dados relativos aos anos 1990-1992, havia na região de Ribeirão Preto 2.112,17 km² de vegetação nativa (Kronka et al., 1993). Em 2009, foram identificados os já referidos 3.325,63 km² (Nalon et al, 2009), num crescimento nominal de 57,4% da vegetação

¹¹ Os dados são do “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, de 2013. O IDH do Brasil era de 0,755 em 2014, segundo dados do “Relatório de Desenvolvimento Humano”, de 2015, ocupando a 75ª posição no ranking mundial. Para fins de comparação, o IDH de Ribeirão Preto-SP é superior ao da Federação Russa (0,798), 50ª colocada no ranking mundial. Ribeirão Preto-SP ocupa a 40ª posição no ranking dos municípios brasileiros.

nativa regional entre 1990-1992 e 2009. Esse crescimento da vegetação nativa ocorreu principalmente em terras privadas, nas quais a proteção ambiental ocorre por meio dos institutos jurídicos áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL).

São Félix do Xingu-PA, por sua vez, é um município que apresenta, em 2017, uma das maiores áreas florestais e, ao mesmo tempo, a maior taxa de desmatamento acumulado do país.

Trata-se de um município que possui, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, uma densidade demográfica de 1,08 pessoas por km², produto interno bruto (PIB) anual per capita de R\$11.724,67 (2016) e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,594 (2010).¹² Segundo dados do INPE, havia no município, em 2017, 61.085,9 km² de florestas e 3.788 km² de outras fitofisionomias vegetais, no total de 64.873,9 km² de vegetação nativa, equivalentes a 77% da área municipal, de 84.253 km². Os ecossistemas de São Félix do Xingu-PA são típicos do bioma Amazônia.

Figura 2. Município de São Félix do Xingu – PA

Fonte: Abreu, Raphael (online)

¹² Dado do “Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil”, de 2013. O IDH de São Félix do Xingu-PA é inferior ao IDH do Timor-Leste (0,595) e igual ao IDH da República Árabe da Síria (0,594), segundo os dados de 2014, do “Relatório de Desenvolvimento Humano”, de 2015. Ele ocupa a 4.284ª colocação do ranking dos municípios brasileiros, num total de 5.565 municípios ranqueados.

Situam-se nesse município, total ou parcialmente, as terras indígenas (TI) Kayapó, Menkragnoti, Trinchreira/Bacajá e Badjônkôre, habitadas pelo povo Kayapó¹³; a TI Apyterewa, habitada pelo povo Parakanã¹⁴ e a TI Araweté/Igarapé Ipixuna, habitada pelo povo Araweté¹⁵. Situam-se em São Félix do Xingu-PA, também, as UC Parque Nacional da Serra do Pardo, Estação Ecológica Terra do Meio e Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri.

São Félix do Xingu-PA também é considerado o *município brasileiro com maior ocorrência de desmatamento no período recente*, uma vez que um total de 18.440 km² de florestas foram devastadas entre 1988 e 2017, o equivalente a 21,89% da sua área territorial total. A devastação ocorreu, sobretudo, para ocupação monocultural da terra com pastagens de bovinocultura, fora das áreas demarcadas como terras indígenas (TI) e fora das unidades de conservação (UC) de proteção integral. São Félix do Xingu-PA é o município que possui o maior rebanho bovino do Brasil, em números absolutos.

As regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA consistem em dois casos bastante distintos de desenvolvimento histórico, com diferenças significativas nas dinâmicas de interação sociedade-natureza materializadas em seus territórios.

Em Ribeirão Preto-SP, há uma região densamente povoada, com altas taxas de IDH e PIB per capita, sem terras indígenas, com baixa ocupação do território com vegetação nativa e com ampliação recente dos ecossistemas preservados, situados numa área de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado. Em São Félix do Xingu-PA, há um território com baixa densidade demográfica, com baixas taxas de IDH e PIB per capita, com terras indígenas de tamanho significativo e com ampla ocupação do território com ecossistemas de vegetação nativa do bioma Amazônia, a despeito da intensidade do desmatamento recente no município.

¹³ A palavra “kayapó” era utilizada por grupos Tupi para designar o povo autointitulado Mebêngôkre, falante de uma língua pertencente à família linguística Jê, do tronco Macro-Jê. Explica-se usualmente a etimologia da denominação a partir dos estudos realizados por Turner (Vidal, 1977, p. 14), para quem a palavra deriva-se de “k’aya” (macaco) e “po” (parecido, semelhante). Segundo Verswijver e Gordon, a origem mais provável da denominação seria a realização, pelos Mebêngôkre, de um “ritual ao longo do qual, durante muitas semanas, os homens kayapó, paramentados com máscaras de macacos, executam danças curtas” (Verswijver e Gordon, 2002). Mebêngôkre, por sua vez, deriva-se da composição entre o prefixo “Me”, que designa uma coletividade de pessoas, o verbo “be”, do tipo ser/estar, e os substantivos “ngô” (água) e “kre” (buraco), significando algo como “povo do buraco d’água” (Lea, 2012, p. 60). Atualmente, os Mebêngôkre aceitam amplamente a designação de Kayapó, que preferi adotar em razão de sua maior disseminação no Brasil e no mundo.

¹⁴ Segundo Carlos Fausto, o termo “parakanã” entrou no léxico indigenista no início do século XX, por meio dos povos Arara-Pariri, grupo de língua karib que havia abandonado seu território em virtude do ataque de um grupo a quem denominavam de “parakanã”. Atualmente, o termo é utilizado para designar o povo que se refere a si próprio pelo termo *awaeté*, que significa “gente (humanos) de verdade”, em oposição a *akwawa*, categoria genérica para estrangeiros. Eles são falantes de uma língua tupi-guarani (Fausto, 2004).

¹⁵ Segundo Viveiros de Castro, o termo “araweté” foi “inventado por um sertanista da Funai” e “não significa nada na língua do grupo”. Eles são falantes de uma língua tupi-guarani e possuem no termo *bide* uma espécie de autodesignação, uma vez que “significa ‘nós’, ‘a gente’, ‘os seres humanos’”. Para eles, segundo Viveiros de Castro, “todos os humanos são *bide*, mas os humanos por excelência são os Araweté: os outros povos indígenas e os ‘brancos’ (*kamarã*) são *awí*, ‘estrangeiros’ ou ‘inimigos’” (Castro, 2003).

Justifico a escolha dessas regiões para elaboração dos estudos de caso dessa pesquisa em virtude dessas substantivas diferenças. Além de permitir a verificação das hipóteses em contextos ecológicos e sociais totalmente díspares, seu estudo conjunto contribui na superação da fragmentação territorial que caracteriza a discussão brasileira sobre os temas pesquisados. Ele permite, ainda, uma análise conjunta de diferentes tipos de áreas de proteção da natureza.

A delimitação temporal da discussão que realizo nesse trabalho abrange desde a independência até o período contemporâneo, com ênfase analítica no intervalo 1985-2010.

Ampliar o escopo temporal da análise me possibilitou desenvolver uma reflexão de longo prazo sobre as dinâmicas de uso do solo no Brasil, identificando as permanências e as mudanças com mais exatidão. Além disso, essa opção metodológica me permitiu contribuir com a discussão da literatura sobre o processo histórico de constituição e de desenvolvimento do “ambientalismo” no Brasil (hipótese “1” do trabalho).

Justifico a demarcação inicial da discussão em 1822 pelo fato de não ser possível se falar do Brasil como uma unidade política autônoma antes disso, o que impede uma adequada discussão sobre as lutas em defesa da vegetação nativa “no Brasil”, no período colonial. A despeito disso, em virtude da colonização do que viria a ser o território nacional brasileiro demarcar, a meu ver, o início da polarização entre devastação ambiental e defesa da vegetação nativa, algumas páginas serão dedicadas para a discussão desse período.

Justifico a ênfase analítica no período situado entre 1985 e 2010 pelo meu intuito em aprofundar a reflexão sobre o período contemporâneo, especialmente no que tange à tendência de “reforma ambiental”, perceptível na realidade brasileira a partir de 1995 e expressa na diminuição do desmatamento anual em todos os biomas do país (hipótese “2” do trabalho).

Não incluí o período 2011-2020 na análise porque entendo que, a partir de 2011, ocorreram mudanças importantes nas tendências e nas rotinas reproduzidas nos principais campos de disputa em que as lutas em defesa da vegetação nativa ocorrem no Brasil.¹⁶ Ainda que eu perceba que o intervalo de tempo 2011-2020 mantém-se situado no período contemporâneo e que eu veja evidências da continuidade da “reforma ambiental” nesse período, concluí que a discussão dessas mudanças demandaria uma empreitada analítica específica.

¹⁶ Apenas como exemplos das importantes mudanças do período 2011-2020, é possível citar: a) a diminuição do número de autuações anuais das instituições executivas federais com atuação no combate ao desmatamento na década de 2010; b) a aprovação da lei n. 12.651/2012, conhecida como “novo Código Florestal”, que diminuiu a proteção à vegetação nativa no país, após um disputado processo de tramitação legislativa; c) a ampliação do desmatamento na Amazônia Legal a partir de 2013 e no Cerrado a partir de 2016. Tratam-se de eventos que compõem o *movimento de contrarreforma ambiental no Brasil*.

Penso que a *principal contribuição* desse trabalho para o campo de estudos sobre sociedade e natureza no Brasil esteja nos *estudos de caso* realizados.

Por meio deles, tentei construir *uma narrativa detalhada sobre o desenvolvimento histórico dos processos políticos de luta pela vegetação nativa nas duas regiões referidas*, demarcando os principais agentes individuais e coletivos envolvidos nas disputas e caracterizando as relações de oposição e de composição que concretizaram os conflitos, em suas múltiplas dimensões. Os principais acontecimentos e as rotinas regionais de interação foram discutidos a partir de um esforço em evidenciar como as tendências nacionais se manifestaram localmente nos diferentes períodos, no que tange às disputas pelo uso da terra.

A pesquisa empírica que subsidiou minha reflexão sobre a região de Ribeirão Preto-SP foi realizada entre 2017 e 2018. Entre os principais materiais analisados, destaco: entrevistas semiestruturadas gravadas com mais de uma dezena de informantes¹⁷; conversas informais com dezenas de pessoas; informações jornalísticas disponíveis em bancos eletrônicos de dados; processos administrativos do Ministério Público de São Paulo de diversos municípios da região; processos judiciais de diversos municípios da região; e um banco de decisões judiciais regionais do período 1999-2012, elaborado por mim. Fui estagiário do Ministério Público de São Paulo (MPSP) nos municípios de Batatais-SP e Ribeirão Preto-SP entre 2008 e 2011, o que me possibilitou acesso a uma série de informantes e um prévio mapeamento dessa região.

A pesquisa empírica que subsidiou minha reflexão sobre São Félix do Xingu-PA, por sua vez, foi realizada entre 2018 e 2019. Entre os principais materiais analisados, destaco: entrevistas semiestruturadas gravadas com mais de uma dezena de informantes¹⁸; conversas informais com outras dezenas de pessoas; informações jornalísticas contidas nos bancos de dados da organização Instituto Socioambiental (ISA) sobre as TI e as UC situadas no

¹⁷ Entre as pessoas entrevistadas para a elaboração do estudo de caso sobre a região de Ribeirão Preto-SP, estiveram: quatro empresários agropecuaristas e representantes de sindicatos rurais patronais; dois agricultores familiares e representantes de sindicatos de trabalhadores rurais; dois representantes de organizações sociais ambientalistas; cinco representantes de instituições executivas ambientais; cinco representantes do Ministério Público; um representante do Judiciário; e um representante da comunidade científica regional. As entrevistas transcritas estão referenciadas nesse trabalho pelo uso do termo “entrevista” e a menção ao ano de sua realização, após citação do trecho de interesse, como no seguinte exemplo: (entrevista, 2017).

¹⁸ Entre as pessoas entrevistadas para a elaboração do estudo de caso sobre São Félix do Xingu-PA, estiveram: três empresários agropecuaristas e representantes de sindicatos rurais patronais; três agricultores familiares e representantes de sindicatos de trabalhadores rurais; dois representantes de organizações sociais ambientalistas; cinco representantes de instituições executivas ambientais; dois representantes de outras instituições executivas; quatro representantes do Ministério Público; um representante da comunidade científica ambiental; e um representante de Cartório de Registro de Imóveis. As entrevistas transcritas estão referenciadas pelo uso do termo “entrevista” e a menção ao ano de sua realização, tal como no seguinte exemplo: (entrevista, 2018).

município¹⁹; e os processos administrativos de demarcação das TI situadas no município²⁰, desarquivados junto à Fundação Nacional do Índio (FUNAI) a meu pedido.

Além dos estudos de caso, penso que outra contribuição relevante desse trabalho para o campo de estudos sobre sociedade-natureza está na construção de *uma narrativa sociológica sobre a história das lutas em defesa da vegetação nativa do Brasil, amparada em grande riqueza de dados e abarcando um longo lapso temporal*. Na construção dessa narrativa, demarquei a cronologia dos principais eventos, tendências e rotinas dos processos políticos de disputa pelos ecossistemas nacionais, abordando os diferentes tipos de áreas de proteção ambiental existentes no país e dialogando com fontes “conservacionistas” e “socioambientais”.

O trabalho tem muitas *limitações*. Destaco, encerrando essa introdução, duas delas.

A grande abrangência temporal da discussão realizada impediu o aprofundamento analítico sobre muitos dos eventos debatidos. Desse modo, inúmeras clivagens, composições e oposições que integram situações mencionadas nesse trabalho não foram discutidas de modo aprofundado. A opção metodológica por dilatar o lapso temporal da investigação e por priorizar a análise de dois estudos de caso regionais cobrou seu preço, no que tange à densidade da reflexão sobre cada contexto político nacional e internacional dessa longa trajetória de disputas.

Outra limitação do trabalho é teórica. Optei por não fazer uma incursão aprofundada pelos meandros das clivagens existentes entre as diversas linhas teóricas que discutem a problemática sociedade-natureza. As diretrizes gerais do meu posicionamento pessoal no debate foram expostas nessa introdução e procurei, no correr de todo o texto, ter cuidado com o uso de cada categoria. Entretanto, priorizei voluntariamente a problemática empírica do desenvolvimento histórico dos conflitos ambientais nessa pesquisa.

¹⁹ Utilizei os bancos de notícias jornalísticas do Instituto Socioambiental (ISA) referentes às seguintes terras indígenas situadas em São Félix do Xingu-PA: TI Kayapó (<https://terrasindigenas.org.br/es/noticias/3731>), TI Menkragnoti (<https://terrasindigenas.org.br/en/noticias/3952>), TI Apyterewa (<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticias/3585>) e TI Araweté/Igarapé Ipixuna (<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticias/3601>), com acesso entre agosto e dezembro de 2019. Informações extraídas dessas notícias jornalísticas estão referenciadas mediante a colocação entre parênteses do nome do jornal, da data da publicação e de uma referência ao ISA enquanto entidade organizadora do banco de dados, como no exemplo: (Folha de S. Paulo, 22/1/1990, ISA).

²⁰ Os seguintes processos administrativos de demarcação das terras indígenas situadas em São Félix do Xingu-PA foram desarquivados a meu pedido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI): processo n. 1458/82, relativo à TI Menkragnoti; processo n. 3811/88, relativo à TI Trancheira/Bacajá; processo n. 1140/89, relativo à TI Kayapó; processo n. 2394/91, relativo à TI Araweté/Igarapé Ipixuna; processo n. 2992/91, relativo à TI Apyterewa; e processo n. 2412/97, relativo à TI Badjonkôre. Informações extraídas diretamente desses processos administrativos estão referenciadas, nesse trabalho, pela colocação do número do processo e da página onde se localiza a informação entre parênteses, como no exemplo a seguir: (proc. 2412/97, p. 151).

1. Lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil (1822-1930)

Em 1500, os portugueses pisaram pela primeira vez no território brasileiro e, como uma de suas primeiras ações no “novo mundo”, derrubaram uma árvore para confecção de uma cruz e realização de uma missa (Dean, 1996, p. 59). Esse ato carrega forte simbolismo: a derrubada da primeira árvore pode ser referida como o marco inicial do ataque à vegetação nativa no período colonial, que perdurou até 1822, quando houve a independência do Brasil.

Ao chegarem ao continente americano, os portugueses não descobriram uma terra inabitada. Encontraram um continente povoado, com algumas estimativas sugerindo a existência, na América, de uma população maior do que a da Europa, na mesma época.¹ Sem confirmação possível, em virtude da ausência de fontes precisas, cita-se comumente como referência uma estimativa de existência de mais de 4 milhões de ameríndios no Brasil de 1500, ou outra, que fala em 2 milhões e 400 mil (Melatti, 2014, p. 46).

Esses milhões de seres humanos pertenciam a centenas de povos indígenas distintos, vinculáveis a dois troncos linguísticos principais, Tupi e Macro-Jê, ou às dezenas de famílias linguísticas existentes (Aruaque, Karib, Arauá, Ianomâmi, Tucano, Pano, Nambiquara, etc.). Possuíam, cada um, sua organização social própria, seus mitos, seus ritos, suas dinâmicas de estratificação, seus modos de produção da vida. Embora não fossem autóctones – uma vez que os ameríndios, segundo as teorias mais aceitas, descendem de uma ou mais levas de humanos que migraram para o continente americano milhares de anos atrás² – estavam há muitas gerações inseridos nos ecossistemas locais, ocupando de norte a sul e de leste a oeste o território.

Plenamente familiarizados com a natureza que os cercava e à qual vinculava-se seu modo de vida, os povos ameríndios materializavam o uso não degradante e a preservação como tipos predominantes de relação social com os ecossistemas nativos.

¹ Manuela Carneiro da Cunha apresenta um quadro com um amplo conjunto de estimativas. Segundo ela, Borah fala na existência, no continente americano, de 100 milhões de pessoas antes da ocupação europeia. Dobyns estima entre 90,04 e 112,55 milhões de pessoas. Chaunu: 80 a 100 milhões. São essas as estimativas mais numerosas para o continente americano, havendo outras com cifras situadas em 15,49 milhões, 13,38 milhões e 8,4 milhões. Ainda segundo Carneiro da Cunha, Borah estima a existência, no continente europeu, de um contingente populacional situado entre 60 e 80 milhões de pessoas, no mesmo período (Cunha, 2012, p. 16-17).

² A hipótese mais aceita indica que uma migração terrestre vinda do nordeste da Ásia para a América teria ocorrido entre 14 mil e 12 mil anos atrás, num contexto de glaciação que teria feito baixar o nível do mar, de modo a permitir a passagem a pé entre os continentes numa faixa de terra chamada Beríngia, situada entre o Alasca e a Sibéria. Contudo, há grande controvérsia sobre o tema, tanto no que se refere à data do ocorrido, quanto no que tange à ocorrência ou não de outras fontes de povoamento da América (Cunha, 2012, p. 10).

RELAÇÕES AMERÍNDIAS COM A NATUREZA E A COLONIZAÇÃO

Não há, nem nunca houve, vida humana neutra em relação ao equilíbrio ecológico, tampouco algum tipo de organização societária caracterizada pela absoluta não intervenção ambiental. Como elemento biótico, os seres humanos interagem permanentemente com seu ambiente e, como elemento biótico dominante dos ecossistemas em que vivem, os seres humanos promovem, em regra, profundas intervenções nesses ecossistemas.

A coleta, a caça, a pesca e a agricultura eram as atividades principais de interação sociedade-natureza materializadas pelos povos indígenas no Brasil para obtenção de alimentos, embora nem todos os grupos praticassem todos esses tipos de atividades.

O tipo de agricultura mais comum entre os povos indígenas era a chamada agricultura de coivara, realizada nos ecossistemas florestais por meio da derrubada e queima de uma área, posteriormente semeada. Técnicas diversas de caça e de pesca eram utilizadas, por seu turno, pelas distintas comunidades ameríndias, a depender do bioma em que estavam, dos animais caçados ou pescados e da constituição histórica das práticas sociais de cada comunidade. Uma prática de pesca comum a vários grupos baseava-se na utilização de espécies vegetais que tem a propriedade de matar ou de atordoar peixes, como o tingui ou o timbó. Uma prática de caça associável a vários grupos consistia em atear fogo em círculos num local de vegetação nativa, deixando uma abertura por onde saíam os animais que eram abatidos, em sua tentativa de fugir do fogo (Melatti, 2014, p. 96-101).

Esses exemplos deixam claro que existia interferência antrópica no ambiente, em virtude das práticas societárias dos povos indígenas. E essa interferência antrópica pode ter tido, inclusive, consequências prejudiciais à macrofauna e a alguns ecossistemas específicos. Muito provavelmente, conforme defende a tese atualmente mais aceita, a extinção da megafauna da América do Sul e o desaparecimento repentino de uma série de espécies concomitantemente à chegada dos primeiros habitantes humanos nessa região deveu-se, em algum grau, à influência humana, em virtude das caçadas (Dean, 1996, p. 39).

Apesar disso, a baixa densidade demográfica dos povos ameríndios proporcionalmente à imensidão do território, o uso estritamente local e em pequena escala dos recursos naturais e a utilização de técnicas de interação sociedade-natureza baseadas nos próprios ciclos de sucessão ecológica, permitem afirmar que as relações ameríndias com os ecossistemas nativos eram primordialmente uso não degradante e preservação.

Embora ocupassem todo o território continental, a maior parte dele se inseria nas dinâmicas de interação ameríndias como áreas de circulação temporária, de modo a possibilitar

que o desenvolvimento da natureza nesses locais se desse praticamente sem interferência humana. Portanto, no continente havia uma imensa área territorial em preservação.

A área efetivamente utilizada pelos povos ameríndios, sempre o foi de modo privilegiadamente local, não havendo práticas de compra e venda de mercadorias e sendo as trocas de produtos vegetais intergrupais pouco significativas, de modo a não impulsionar um padrão devastatório de extração de recursos da natureza. Havia, entre os diversos grupos ameríndios, uso do desmatamento e da queima de florestas como estratégia de manejo e de caça, mas esse desmatamento ocorria numa escala diminuta, operando ecologicamente segundo a própria lógica de sucessão natural típica de um ecossistema, uma vez que o uso de pequenas áreas para agricultura com o seu posterior abandono para regeneração natural se assemelhava à destruição ocasional da vegetação nativa por causas naturais.

Em vista disso, diversos estudos defendem a tese de que a manutenção da diversidade ecológica e mesmo a promoção dessa diversidade podem ser relacionadas com as práticas agrícolas utilizadas pelos povos ameríndios, estando os sistemas regenerativos dos ecossistemas plenamente adaptados à escala da intervenção antrópica realizada por eles (Posey, 1984, 1994).

A própria significação simbólica atribuída à natureza e à relação humana com a natureza era bastante singular entre os povos ameríndios. Explica Leonardi que os ameríndios possuem, em alguns casos, “quatro, cinco ou seis” palavras para designar “plantas, animais e fenômenos da natureza”. Para ele, essa “linguagem tão rica, no que se refere à ecologia, no fundo revela um pensamento muito acurado a respeito da natureza e suas manifestações sutis” (Leonardi, 2016, p. 308). O tratamento sagrado atribuído aos elementos naturais e aos ecossistemas por esses povos é outro indicador importante de um tipo de socialização da natureza não predatória. Segundo Brailovsky, povos ameríndios acreditavam que certos animais ou certas espécies vegetais eram a encarnação de seus antepassados, o que os levava a ter atitudes extremamente respeitadas e cuidadosas em relação aos ecossistemas nativos e em relação aos animais que os habitavam (Brailovsky, 2012, p. 23).

Por tudo isso, é possível dizer que os povos ameríndios possuíam uma dinâmica de relação social que materializava a proteção da vegetação nativa. Assim, em 1500, os portugueses encontraram no território brasileiro ecossistemas riquíssimos em diversidade biológica, com a vegetação nativa de cada local distinguindo-se conforme as características de cada bioma e com comunidades humanas plenamente integradas a essa sócio-biodiversidade.

Em oposição a essa realidade, a colonização promoveu a integração do território brasileiro com a Europa, passando a subordinar o uso da terra na colônia aos interesses de

consumo europeus, de forma a ampliar significativamente as demandas de extração vegetal, mineral e animal, efetivadas por meio da agroexportação.

Objetivando o enriquecimento da metrópole e tendo no pau-brasil, no açúcar e no ouro os principais produtos de origem vegetal e mineral do período, a estrutura econômica do Brasil colonial foi construída a partir da formação de grandes propriedades agroexportadoras, com produção baseada no trabalho escravo. Essa tríade – trabalho escravo, grandes propriedades e agroexportação – foi a base da colonização brasileira (Prado Júnior, 2000), um processo de dominação que forjou uma sociedade caracterizada pela desigualdade social, pela violência, pelo autoritarismo e pelo personalismo (Schwarcz e Starling, 2015, p. 14).

No contexto da formação dessas grandes propriedades agroexportadoras³, as terras tinham que ser desmatadas pelos colonizadores para implantação das culturas agropecuárias, o que tornou a devastação ambiental de grandes áreas uma prática central do processo de colonização. Esse desmatamento era feito, em regra, com o uso do fogo e, conforme avançou territorialmente a implantação das grandes propriedades e o processo de colonização do Brasil, a vegetação nativa brasileira foi sendo gradativamente queimada e, assim, eliminada.

A devastação dos ecossistemas nativos era feita para que a terra fosse ocupada por um tipo de cultura agropecuária que foi chamada por Sérgio Buarque de Holanda de “lavoura de tipo predatório”, tendo em vista a existência, nos colonizadores, de evidente descompromisso com a manutenção do que atualmente chamamos de sustentabilidade do ecossistema produtivo. Um dos traços dessa lavoura de tipo predatório era a itinerância, pois a “regra era ir buscar os lavradores novas terras em lugares de mato dentro, e assim raramente decorriam duas gerações sem que uma mesma fazenda mudasse de sítio ou de dono” (Holanda, 2014, p. 58).

Afirma Sérgio Buarque de Holanda:

Em realidade, só com alguma reserva se pode aplicar a palavra “agricultura” aos processos de exploração da terra que se introduziram amplamente no país com os engenhos de cana. [...] A verdade é que a grande lavoura, conforme se praticou e ainda se pratica no Brasil, participa, por sua natureza perdulária, quase tanto da mineração quanto da agricultura. Sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável. [...] Mesmo comparados a colonizadores de outras áreas onde viria a predominar uma economia rural fundada, como a nossa, no trabalho

³ As grandes propriedades agroexportadoras foram formadas no Brasil por meio do instituto das sesmarias, criado em Portugal pela Lei de Sesmarias, de 1375, posteriormente modificada pelas Ordenações Manuelinas em 1514. Na origem portuguesa, num contexto de escassez de alimentos, a criação das sesmarias teve por objetivo destinar ao uso agropecuário terras abandonadas, que eram concedidas por meio do instituto a pessoas interessadas no seu uso, em prejuízo do proprietário formal, que não utilizava a terra (Marés, 2003, p. 30-31). No Brasil, diferentemente, a concessão de terras por meio de sesmarias teve o sentido de reafirmar a posse das terras por Portugal, independentemente de uma situação de abandono, uma vez que o território brasileiro se encontrava ocupado pelos diversos povos ameríndios.

escravo, na monocultura, na grande propriedade, [os portugueses e seus descendentes] sempre se distinguiram, em verdade, pelo muito que pediam à terra e o pouco que lhe davam em retribuição. (Holanda, 2014, p. 56-60)

Portanto, a colonização brasileira foi pautada em uma racionalidade produtivista, desinteressada das consequências ambientais das atividades econômicas e marcada, no que tange à dinâmica de interação com o ambiente, pela devastação e pelo uso degradante da terra.⁴

De um ponto de vista ecológico, como explica Antonio Elio Brailovsky, a conquista da América significou uma brutal redução da diversidade de uso de seus recursos naturais (Brailovsky, 2012, p. 23). Enquanto os povos ameríndios baseavam seu padrão de ação econômico-ecológica na utilização de uma variedade ampla de cultivos, adaptados à totalidade dos diferentes ecossistemas habitáveis nesse vasto continente e mantidos muitas vezes de modo associado à promoção de biodiversidade por meio de estratégias de manejo baseadas na sucessão ecológica, a colonização implicou na priorização de uma lista restrita de espécies, cultivadas de forma monocultural, de modo a considerar todas as outras espécies surgidas nesses ecossistemas produtivos como pragas a eliminar (Brailovsky, 2012, p. 160).

Em relação aos povos indígenas, a colonização significou genocídio e etnocídio, com a destruição compulsória não apenas de vidas humanas, mas de culturas inteiras.⁵

Embora em inúmeros textos normativos houvesse a previsão de proteção das terras de uso indígena e de proteção da vida dessas comunidades⁶, a realidade vivida nas diversas regiões do território colonial foi de guerra, com conflitos permanentes entre a sociedade colonial e os grupos ameríndios e com a imposição de opressivos modos de vida aos indígenas, tanto pela escravidão quanto pelos aldeamentos compulsórios (Melatti, 2014, p. 249).

Ao enfrentarem militarmente, lutando por sua sobrevivência, o avanço da colonização e o ataque à vegetação nativa que acompanhou de modo permanente esse avanço, os povos

⁴ Uma citação do historiador Antonil, do século XVIII, ilustra a percepção hegemônica na época sobre as florestas presentes no território colonial português (Pádua, 2004, 2005). Segundo ele: “feita a escolha da melhor terra para a cana, roça-se, queima-se, alimpa-se, tirando-lhe tudo o que podia servir de obstáculo (Antonil, 1976 [1711]: 112)”. Portanto, para o pensamento dominante, a floresta era apenas um “obstáculo” a ser transposto.

⁵ Conforme citação do livro “A conquista da América”, de Tzvetan Todorov: “se a palavra genocídio foi alguma vez aplicada com precisão a um caso, então é esse. É um recorde, não somente em termos relativos (uma destruição da ordem de 90% ou mais), mas também absolutos, já que estamos falando de uma diminuição da população estimada em 70 milhões de seres humanos. Nenhum dos grandes massacres do século XX pode comparar-se a essa hecatombe.” (Prezia, 2017, p. 13)

⁶ As Cartas Régias de julho de 1609 e de 10 de setembro de 1611, promulgadas por Filipe III, afirmam “o pleno domínio dos índios sobre seus territórios e sobre as terras que lhes são alocadas nos aldeamentos”. Em 1718, houve afirmação explícita da Coroa Portuguesa de que os índios “são livres, e isentos de minha jurisdição, que os não pode obrigar a saírem das suas terras, para tomarem um modo de vida de que eles se não agradam”. A Lei pombalina de 6 de julho de 1755, no mesmo sentido, sustenta que “os índios no inteiro domínio e pacífica posse das terras [...] para gozarem delas per si e todos seus herdeiros”. (Cunha, 2018, p. 285-287)

indígenas lutaram também pela sobrevivência da vegetação situada em seu território, à qual o seu modo de vida estava intimamente vinculado.

Essa associação não foi posta no centro da reflexão sobre os povos indígenas nesse período, não havendo vinculação expressa significativa, na discussão da época, entre a temática ameríndia e o tema da defesa do meio ambiente.

Outra tendência perceptível no território americano sob dominação colonial portuguesa foi a de formação de agrupamentos humanos autônomos, por um processo de fuga para as matas e de miscigenação entre povos ameríndios, pessoas negras escravizadas e descendentes dos colonizadores europeus. Esses agrupamentos, posteriormente denominados “quilombolas” no caso de negros e “caboclos tapuios” no caso das populações miscigenadas da Amazônia, materializavam um estilo de vida baseado na economia de subsistência e no baixo impacto ambiental de suas ações (Archanjo, 2015; Arenz, 2018; Carvalho, 2006; Leonardi, 2013).

Por essa razão, tal como ocorria entre os povos ameríndios, nesses casos também havia a preservação e o uso não degradante como modos principais de relação com os ecossistemas nativos. Tal como ocorria entre os povos ameríndios, nesses casos também não houve associação explícita, na discussão da época, entre o tema e a temática da proteção da natureza.

Apesar de tudo isso, a devastação ambiental em curso no Brasil foi percebida por pessoas que transitavam no território brasileiro. Isso permitiu o desenvolvimento, ainda no período colonial, do que José Augusto Pádua chamou de “uma reflexão profunda e consistente sobre o problema da destruição do ambiente natural” no país (Pádua, 2002, p. 10).

CRÍTICA AMBIENTAL NA COLÔNIA BRASILEIRA

Em 1786 foi publicado o que Pádua considera como “o primeiro ensaio escrito por um brasileiro com reflexões políticas amplas sobre os problemas ambientais do país” (Pádua, 2002, p. 10-19). Trata-se do “Discurso histórico, político e econômico dos progressos e estado atual da filosofia natural portuguesa, acompanhado de algumas reflexões sobre o estado do Brasil”, de Baltasar da Silva Lisboa. Esse texto inicia o que Pádua chamou de uma tradição brasileira de crítica ambiental, que se desenvolveu com algum grau de coesão entre 1786 e 1888.

Investigando essa tradição⁷, Pádua encontrou “cerca de 150 textos, produzidos por mais de 50 autores, nos quais se discutiram de forma direta, em um período de 102 anos, as

⁷ Sobre o conceito de tradição, Pádua explica: “Utilizo o conceito de forma bastante ampla, indicando, em primeiro lugar, a existência de um conjunto de preocupações, temas e idéias que foram retomados ao longo do tempo de forma recorrente e, em grande parte, acumulativa. Esse processo envolveu o estabelecimento de uma

consequências sociais da destruição de florestas, da erosão dos solos, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos, etc.” (Pádua, 2002, p. 10-19).

Essa tradição brasileira de crítica ambiental teve, segundo Pádua, um eixo de orientação comum “essencialmente político, cientificista, antropocêntrico e economicamente progressista”. Os autores, espalhados por diferentes regiões do Brasil, defenderam o meio ambiente natural devido à sua importância econômica e política para a construção nacional, e não por razões estéticas ou afetivas. Outra característica dessa tradição residiu no tratamento não específico dos temas ambientais, discutidos sempre no contexto mais amplo das reflexões políticas sobre o Brasil. Tratou-se, o autor afirma, de um pensamento político de “caráter minoritário” no contexto social brasileiro, sendo produto de uma “elite intelectual, constituindo uma minoria dentro da minoria” (Pádua, 2002, p. 10-19).⁸

Essa reflexão surgiu no contexto do retorno de brasileiros que haviam ido estudar na Europa, onde puderam conviver com os principais expoentes do que viria a ser chamado, mais tarde, de ecologia. Foi no fluxo acadêmico e educacional entre a Europa e o Brasil que se constituiu a crítica ambiental brasileira. Mais que isso, foi no fluxo entre as colônias e as metrópoles que se constituiu o pensamento político ambiental existente no mesmo período em outras colônias e, também, o pensamento político ambiental europeu.

Por isso, destaca Pádua:

a evolução da consciência ecológica não deve ser considerada, como querem alguns, uma resposta exógena, tardia e regressiva ao mundo moderno. Ao contrário, ela é um fruto desse mesmo mundo, uma resultante interna das suas dinâmicas históricas planetárias, uma herdeira das suas revoluções científicas. A crítica ambiental desenvolveu-se, e continua a se desenvolver, como um questionamento endógeno ao universo da modernidade ou, melhor dizendo, a alguns dos padrões possíveis no avanço desse universo. (Pádua, 2002, p. 30)

O tema mais recorrente do pensamento político ambiental brasileiro desse período foi o das florestas e, em muitos autores, a problematização do processo de devastação ambiental tomou a forma de reivindicação social e de proposição política.

Um dos exemplos de reivindicação política em defesa das florestas da época é o “plano do melhoramento, e da reforma da agricultura do Brasil” que propôs, em 1799, José Gregório

linhagem de pensadores onde, em muitas ocasiões, os autores mais recentes citaram os mais antigos, promovendo uma dinâmica coletiva de produção intelectual.” (Pádua, 2002, p. 12-13)

⁸ Essa tradição de pensamento político ambiental brasileiro teve, segundo Pádua, duas vertentes principais, relacionadas ao posicionamento dos autores sobre a escravidão. Uma delas considerava viável “modificar o caráter ambientalmente destrutivo da economia brasileira sem acabar com o sistema de trabalho forçado”. A outra vertente defendia a proposta de que “enquanto vigorasse a escravidão não seria possível estabelecer uma relação saudável entre o homem e a terra no Brasil” (Pádua, 2002, p. 10-19).

de Moraes Navarro, magistrado no interior de Minas Gerais no final do século XVIII, que incluía “a conservação de pequenos Bosques junto das Cidades e das Villas, para o provimento das lenhas, e madeiras necessárias para os usos domésticos, e públicos” (Navarro, 1799).

Apesar da existência dessas reivindicações e propostas, não há nenhum indício de que elas tenham sido, no período colonial, vinculadas à formação de movimentos ou organizações sociais visando a disputa política para sua implementação, tampouco de que tenham tido alguma influência nas principais decisões políticas do período.

Em vista disso, as decisões políticas anteriores ao século XIX sobre o tema da vegetação nativa não estiveram vinculadas a uma problemática propriamente ambiental, e sim aos anseios de proteção dos interesses econômicos de Portugal em relação à extração de madeira.

A mais relevante dessas decisões foi a Carta Régia de 13 de março de 1797, que declarou serem propriedades da Coroa “todas as mattas e arvoredos que estão á borda da Costa, ou de Rios, navegaveis”, com o propósito de preservar o fornecimento de madeira para construção das embarcações portuguesas. Além desta, outras Cartas Régias e Decisões do Reino foram expedidas sobre temas florestais, versando especialmente sobre a regulação do corte de madeiras em múltiplas circunstâncias, a exemplo da Carta Régia de 11 de julho de 1799, que incumbiu o chamado “Juiz Conservador” das atribuições de vigilância (Souza, 1934).

Um conjunto de decisões coloniais que pode ser aproximado de modo mais direto a uma problemática que hoje consideramos como ambiental são os decretos baixados por João VI em 1818, nos quais “determinava o fim do corte de árvores junto a mananciais e nas beiras do riacho nas proximidades da capital” (Drummond, 1997, p. 211-229). A motivação desses decretos foram as crises de abastecimento de água potável que, no início do século XIX, começaram a ocorrer no Rio de Janeiro, então capital do país, e que foram associados explicitamente à devastação da vegetação nativa dos mananciais de abastecimento urbano, que se situavam na Serra da Tijuca, no entorno da cidade (Abreu, 1992).

IMPÉRIO (1822-1889)

Em 1822 foi declarada a independência do Brasil em relação a Portugal, a partir de um processo não violento de negociação, no qual, “do lado brasileiro, o principal negociador foi José Bonifácio” (Carvalho, 2014, p. 32). Esse fato marcou o início do período imperial de dominação. Durante esse período, tivemos como imperadores Dom Pedro I (1822-1831) e Dom Pedro II (1831-1889), com um interstício de governos regenciais entre 1831 e 1840.

Entre as características principais do período imperial destacam-se a manutenção de uma estruturação econômica voltada à agroexportação e baseada no trabalho escravo, e a centralização política, com pouca abertura para participação de amplos setores da sociedade, excluídos de qualquer cidadania (Schwarcz e Starling, 2015, p. 200 e ss.). Conforme explica Carvalho Franco, “no Brasil de então se confundiam as esferas da vida pública e da vida privada”, com as instituições estatais funcionando como “parte do sistema de poder” dos grupos dominantes, imediatamente submetidas a sua influência (Franco, 1997, p. 142).

Além de ter sido o principal negociador brasileiro da independência, *José Bonifácio* (1763-1838) foi, também, o principal expoente da crítica ambiental brasileira em todo o período imperial de dominação. Nele encontra-se, segundo José Augusto Pádua, a “expressão mais profunda e sistemática” do pensamento político ambiental brasileiro do período, que “enfativava a reforma ambiental como instrumento de superação do passado colonial”, apresentando-a como “um verdadeiro projeto nacional” (Pádua, 2002, p. 16-19).

José Bonifácio entendia necessária a adoção de uma política geral de proteção dos recursos naturais no Brasil, tendo defendido várias ideias com esse propósito nos muitos textos em que abordou temáticas ambientais (Pádua, 2002, p. 147). Seu “legado teórico mais importante”, segundo Pádua, foi o de “estabelecer a existência de um nexo causal entre a produção escravista e a destruição do ambiente natural”. Além disso, ele serviu como “referência e correia de transmissão” para a continuidade do debate ambiental brasileiro nas décadas posteriores à independência, em virtude do “peso simbólico que o nome Bonifácio adquiriu a partir de meados do século XIX” (Pádua, 2002, p. 16-19).

Entre suas propostas sobre o tema florestal, destaca-se a que foi realizada sob sua influência, enquanto vice-presidente do governo provisório da então Província de São Paulo, por meio de documento dirigido aos deputados da Província, em 1821, quando foi sugerido que “em todas as vendas que se fizerem e Sesmarias que se derem” se deveria obrigar os proprietários a deixarem “para matos e arvoredos a 6ª parte do terreno que nunca poderá ser derrubada e queimada sem que se façam novas plantações de bosques para que nunca falem as lenhas e madeiras necessárias” (Oeynhausén, Andrada e Silva e Jordão, 1821).

Foi proposto, desse modo, já na primeira metade do século XIX, o estabelecimento de *áreas de proteção da vegetação em terras privadas*, no que possivelmente foi a *primeira reivindicação expressa desse tipo no Brasil*. Contudo, não houve consequências práticas diretas dessa proposta, não tendo havido, no período, nenhuma decisão política nesse sentido.

Um acontecimento importante do período imperial, com consequências significativas para as lutas em defesa da vegetação nativa no país, foi a publicação da chamada Lei de Terras

(Lei imperial n. 601/1850), que deu nova regulamentação à problemática fundiária no Brasil. Desde 1822, com a independência, havia sido proibida a concessão de sesmarias e, com a Lei de Terras de 1850, o acesso à propriedade fundiária passou formalmente a poder ser feito somente por meio de contratos de compra e venda (Sallum Jr., 1982; Marés, 2003).

As sesmarias concedidas, tal como as compras e vendas e as ocupações que ocorreram antes da Lei de Terras, puderam ser consideradas regulares sob a nova lei, desde que os beneficiados comprovassem o efetivo uso agropecuário da terra. A regularização da propriedade privada da terra concedida, comprada ou ocupada antes de 1850 passou a depender da comprovação de ter havido desmatamento das áreas e ocupação com cultura agropecuária. Essa comprovação, bastante difícil, foi obtida, em muitos casos, por “aqueles que conseguiam os favores da máquina governamental, mediante falsificações, suborno de funcionários, testemunhas convenientemente arrançadas etc.” (Sallum Jr., 1982, p. 17).

As áreas do território brasileiro não demarcadas como propriedade privada e nem atribuídas a um uso público específico passaram, pela interpretação predominante da Lei de Terras de 1850, a ser consideradas como terras devolutas.

Essa classificação jurídica das áreas como terras devolutas não dependia da sua situação real. Mesmo havendo indígenas, agricultores, florestas ou qualquer outra forma de ocupação do território, as áreas que não fossem propriedade privada e nem propriedade pública foram tornadas terras devolutas com a Lei Imperial de 1850 e passaram a estar sujeitas a um controle estatal direto do Império.⁹ Num contexto em que a abolição formal da escravidão se avizinhava no Brasil, a nova regulamentação jurídica da terra teve como propósito garantir a formação de um mercado capitalista de trabalho por meio da vedação ao acesso à terra para os despossuídos, que não poderiam compra-la por falta de recursos financeiros.¹⁰

O período imperial também foi marcado pela ocorrência da primeira ação estatal executiva de defesa das florestas brasileiras realmente significativa: *o reflorestamento da Serra da Tijuca, no Rio de Janeiro*, então capital do império.

⁹ Diversos autores, como João Mendes Jr., Alípio Bandeira e Manoel Tavares da Costa Miranda, consideram que a interpretação correta da Lei de Terras de 1850 demanda considerar-se as terras ocupadas por comunidades indígenas como reservadas a seu uso em virtude da regulamentação anterior do período colonial (Cunha, 2018, p. 291). A despeito disso, a sistemática espoliação das terras ocupadas por povos ameríndios seguiu sendo a regra.

¹⁰ A Lei de Terras de 1850 baseava-se na chamada doutrina Wakefield. Segundo Sallum Jr., Wakefield “aconselhava em síntese que, como a prosperidade das colônias dependia da abundância de trabalhadores que os capitalistas tivessem a seu dispor, eles podiam ser importados das metrópoles com a condição de que servissem àqueles por dois ou três anos pelo menos. Para que os trabalhadores não se tornassem logo proprietários, as terras deveriam ser vendidas por um preço suficientemente elevado. O produto dessas vendas deveria ser destinado aos gastos de transporte de novos imigrantes de modo a manter constantemente suprido o mercado de trabalhadores assalariados” (Sallum Jr., 1982, p. 15-16).

Os decretos proferidos por João VI no período colonial para contenção do desmatamento nessa área tiveram pouca repercussão prática e novas secas severas atingiram a então capital do país em 1824, 1829, 1833 e 1844. Em vista disso, entre 1845 e 1848, um programa emergencial de replantio de árvores em terras particulares foi feito e, em 1856, começaram as desapropriações das propriedades privadas situadas em áreas consideradas indispensáveis para proteção do manancial (Drummond, 1997, p. 211-229).

Em 1862, o trabalho mais sistemático de reflorestamento teve início, transcorrendo até 1887. Nesse período, a capital brasileira vivenciou o que Drummond considera como “a primeira [...] experiência de reflorestamento tropical e de múltiplas espécies nativas realizada em qualquer parte do mundo”, com o plantio de “cerca de 95 mil mudas, que se traduziram em 76 mil árvores sobreviventes”. Os relatórios da época atestaram o bom resultado do empreendimento em termos de restauração dos fluxos hídricos dos rios locais e, até hoje, o Rio de Janeiro-RJ possui uma das maiores florestas urbanas do mundo, tendo sua vegetação quase que integralmente formada a partir da ação humana (Drummond, 1997, p. 211-229).

A área onde hoje se situa o Parque Nacional da Tijuca e importantes pontos turísticos como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar e o Corcovado, é um produto da ação estatal executiva de reflorestamento, ocorrida no período imperial e motivada pela compreensão explícita do problema da seca e da crise do abastecimento hídrico como um problema causado pela devastação da vegetação nativa dos mananciais de abastecimento.¹¹

Nesse mesmo período, pela primeira vez na história brasileira, empresários agrícolas passaram a vocalizar de maneira sistemática e organizada críticas ao desmatamento sistemático da vegetação nativa brasileira e reivindicações sociais pela sua proteção. Segundo Heynemann, “organizados nos órgãos governamentais ou em instituições de caráter particular, mas vinculadas diretamente ao Estado”, esses “agricultores inteligentes” tornaram-se “os defensores de uma exploração calculada e previdente da natureza” (Heynemann, 1995, p. 80).

A principal entidade a vocalizar essas reivindicações e críticas era o *Imperial Instituto Fluminense de Agricultura*, criado em junho de 1860 e sediado no Rio de Janeiro, tendo a seu encargo a administração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, da Fazenda Normal e da Escola Agrícola que funcionava no Jardim Botânico. Associação técnico-científica subsidiada pelo Império, o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura mantinha uma revista trimestral e

¹¹ O interesse da elite imperial em distinguir-se socialmente é outro fator importante para a compreensão do reflorestamento da Tijuca, no contexto da constituição de “uma visão de nação que se construía no movimento de centralização e consolidação do poder e de formação da classe senhorial” (Heynemann, 1995, p. 23).

enviava relatórios periódicos ao Ministro da Agricultura, reiterando “as exortações para que cessasse a derrubada de matas e as formas predatórias de cultivo” (Heynemann, 1995, p. 81).

Entre as expectativas do Instituto em relação a sua ação técnico-pedagógica estava o convencimento dos agricultores brasileiros “a abandonar para sempre este rotineiro e bárbaro costume de abater as matas a golpes de machado, fazendo depois consumir pela ação do fogo as colossais madeiras seculares”, conforme afirmação contida em um dos relatórios enviados para o Ministro da Agricultura, em 1864 (Heynemann, 1995, p. 81).

Críticas ao desmatamento sistemático da vegetação nativa brasileira também eram publicadas em alguns jornais nesse período. Em 1859, por exemplo, “o jornalista Thomaz Pompeu de Souza Brasil escreveu, no periódico ‘Cearense’, uma série de artigos advertindo para as consequências da destruição das matas no estado” (Urban, 1998, p. 38).

Outro evento importante do período imperial é o que se entende ter sido a *primeira reivindicação social pela criação de áreas estatais de proteção da vegetação nativa no Brasil*: em 1876, *André Rebouças* reivindicou a proteção das áreas hoje ocupadas pelos Parque Nacional do Iguaçu e Parque Nacional do Araguaia, com base no modelo norte-americano do Parque Nacional de Yellowstone (1872), afirmando que “a geração actual não pode fazer melhor doação às gerações vindouras do que reservar intactas, livres do ferro e do fogo, as duas mais bellas ilhas do Araguaya e do Paraná” (Rebouças, 1876, p. 73).

No contexto de todos esses acontecimentos do século XIX, dentre os quais destacam-se as reivindicações e propostas políticas sobre o tema ambiental encampadas publicamente por figuras do peso de José Bonifácio e a bem sucedida ação estatal de reflorestamento na Tijuca, gerando consequências socioambientais empiricamente perceptíveis para a população carioca em virtude do reestabelecimento do fluxo das águas, segundo Dean “acreditava-se amplamente, por volta do final do século, que o desmatamento havia reduzido a quantidade de chuvas, aumentado os extremos de temperatura e ampliado a estação da seca” (Dean, 1995, p. 105).

Essa associação entre o desmatamento e as mudanças climáticas foi socialmente construída sem a existência de uma sistemática comprovação científica sobre essa vinculação causal.¹² Nesse período, no âmbito científico, embora houvessem estudos sugerindo essa correlação, havia também pesquisas indicando a ausência de vinculação causal entre desmatamento e mudanças climáticas.

Um balanço do ainda precário conhecimento científico produzido sobre o tema nesse período foi apresentado na Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura,

¹² Sobre a construção social dos problemas ambientais, cf. o livro de John Hannigan, “Environmental sociology” (Hannigan, 2014).

em abril de 1875. Embora defendesse a vinculação causal entre desmatamento e mudanças climáticas, o artigo destaca a existência de distintas avaliações sobre a influência das florestas na temperatura, na umidade e na capacidade de contenção da erosão do solo. Tais avaliações, em regra de origem estrangeira, baseavam-se em observações descritivas de distintas localidades, não havendo dados empíricos de estudos experimentais mais sistemáticos para fundamentar as conclusões nesse período (“Roteamento e sua importância”, 1875).

No que tange às áreas ocupadas pelos povos ameríndios, no período imperial houve continuidade no desalojamento das comunidades indígenas das terras que interessavam à sociedade brasileira em expansão.¹³

Segundo Victor Leonardi, diferentemente do que ocorreu tanto na região Andina como no México, a efetiva conquista do território brasileiro não se concluiu no período colonial, tendo as próprias classes dominantes brasileiras levado à frente o enfrentamento bélico contra os ameríndios para expropriação de seus territórios, do século XIX em diante. Sob o Brasil independente, assim, imensas áreas do território “ainda estavam por ser conquistadas, não só na Amazônia e no Centro-Oeste [...] como [também] no Nordeste, Sudeste e Sul do país”, o que fez com que, segundo o autor, a nação brasileira deixasse em 1822 “de ser colônia de Portugal para se tornar, ela própria, colonialista”, em relação aos indígenas (Leonardi, 2016, p. 39-40).

No que tange às áreas ocupadas pelos agrupamentos humanos autônomos que viriam posteriormente a ser chamados de “populações tradicionais”, a conflitualidade também foi uma característica marcante no seu relacionamento com a sociedade brasileira, de que são bons exemplos as expedições punitivas direcionadas contra os “quilombos” remanescentes (Arenz, 2018, p. 59). Outra característica desses agrupamentos foi a intensificação do processo de modificação cultural, de que é um bom exemplo a transformação dos “caboclos tapuios” em “sertanejos amazônicos”, com ampliação de sua identificação com a sociedade brasileira e manutenção de seu modo de vida de baixo impacto ambiental (Leonardi, 2013, p. 158-159).

¹³ Darcy Ribeiro cita inúmeros exemplos de espoliação de territórios indígenas nos períodos colonial, imperial e republicano da história brasileira. Afirma ele que, no século XX, “após quatro séculos de uma falaz proteção possessória, os índios haviam sido despojados de quase todas as terras que tivessem qualquer valor”, sendo o “desinteresse econômico”, “muito mais do que as garantias da lei”, que de fato “assegura ao índio a posse do nicho em que vive”, tendo em vista a imensa diferença do poder bélico da sociedade em expansão em relação aos povos indígenas (Ribeiro, 1985).

PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Em 1888 ocorreu a abolição da escravidão, tendo sido o Brasil o último país ocidental a formalmente proibir a escravização de seres humanos. No ano seguinte, o Império foi derrubado, por meio de um processo político encabeçado por oficiais do Exército, tendo início o período republicano de dominação oligárquica.

Segundo Campello de Souza, nesse período, o Estado caracterizou-se por ser “liberal na sua forma, oligárquico quanto ao funcionamento efetivo”, uma vez que as elites dirigentes “não compartilhavam o poder com os novos grupos que tinham teoricamente, assegurada sua representação no processo político”, agindo “de modo que a participação política se restringisse a seus representantes” (Souza, 1974, p. 167).

Do ponto de vista da organização política, esse período ficou caracterizado por um sistema de reciprocidade que Victor Nunes Leal chamou de “coronelismo”. No coronelismo, os chefes políticos locais, em regra coronéis da Guarda Nacional¹⁴ e grandes proprietários rurais, amparados em práticas mandonistas de controle econômico e social da população e em sistemática fraude eleitoral, se associavam aos chefes políticos estaduais e nacionais, que conferiam aos chefes locais, em troca do seu apoio político, as condições estatais para exercício do seu poder, tais como as nomeações de todas as autoridades políticas locais (Leal, 2012).

Por meio do coronelismo, as oligarquias mantiveram, a nível local, seu amplo domínio sobre a realidade política, social e econômica. Nesse sentido, o controle das instituições estatais executivas, legislativas e judiciais, continuou, em regra, subordinado aos interesses das oligarquias. Do mesmo modo, as oligarquias também mantiveram o controle das principais organizações militares, tanto públicas quanto privadas, pois além de chefiarem organizações militares estatais como a Guarda Nacional, afirma Dean que “grandes proprietários de terra mantinham capangas – pistoleiros contratados – não apenas para intimidar seus trabalhadores mas também para assassinar vizinhos inconformados” (Dean, 1996, p. 230).

No que tange às terras devolutas, a Constituição republicana de 1891 transferiu o seu controle político da entidade nacional para os então criados estados federados. Isso facilitou a regularização das posses de pequenas áreas em alguns estados como São Paulo (Sallum Jr., 1982, p. 18), mas permitiu a expansão do poder econômico e político das oligarquias regionais,

¹⁴ Explica José Murilo de Carvalho que a Guarda Nacional, criada em 1831, “era uma organização militarizada que abrangia toda a população adulta masculina”, tendo seus oficiais “indicados pelo governo central entre as pessoas mais ricas dos municípios” (Carvalho, 2014, p. 38). Além dos grandes proprietários rurais, também os comerciantes urbanos desempenhavam importante papel na configuração social do coronelismo.

que, por meio da associação com as elites estaduais, passaram a controlar a distribuição das terras devolutas em benefício próprio (Marés, 2003, p. 77).

Entre os expedientes mais comumente utilizados para obtenção de títulos de terra, destacava-se o processo de falsificação de documentos conhecido como grilagem, em virtude da prática recorrente dos falsificadores de deixar os papéis em locais fechados com a presença de grilos, de modo a deteriorá-los pelo contato com os excrementos do inseto e, assim, fazê-los parecer mais antigos. A grilagem, que foi um processo social de mediação típico da expansão da modernidade agrária no Brasil, se caracterizava não apenas pela ilicitude, mas também pela violência que a acompanhava. Afirma Warren Dean que:

A usurpação de terras públicas nos limites mais distantes da Mata Atlântica foi, até o final, uma atividade assassina. “A terra encharcada de sangue é terra boa”, observou um bem-sucedido negociante de fazendas. Os cadáveres eram principalmente de homens pobres – pistoleiros contratados e pequenos produtores. [...] Os poderes Legislativo e Judiciário então conferiam títulos bem definidos aos grileiros. (Dean, 1996, p. 255)

Nesse contexto de controle fundiário reservado às elites oligárquicas e de práticas sociais marcadas pela violência, o acesso das pessoas pobres à terra era bastante dificultado, o que resultou na eclosão de uma série de conflitos agrários armados no período republicano de dominação oligárquica, sendo os mais famosos deles as revoltas de Canudos e do Contestado.¹⁵

A Primeira República foi, portanto, um período caracterizado por intensa conflitualidade e pela continuidade da exclusão violenta das pessoas pobres do acesso à terra. Especificamente em relação às *lutas em defesa da vegetação nativa*, esse período ficou caracterizado por uma *leve intensificação das reivindicações sociais*.

No campo da crítica ambiental brasileira, o pensamento político mais bem sistematizado é atribuído a Alberto Torres (1865-1917). Uma das figuras intelectuais mais influentes da primeira metade do século XX, Torres foi, sob muitos aspectos, um crítico da modernidade, sobretudo em virtude da percepção de que o industrialismo acelerava a exaustão dos recursos naturais finitos do planeta (Franco e Drummond, 2004, p. 154). Ele defendeu um projeto nacionalista estratégico, fruto de sua avaliação sobre a especificidade do Brasil no contexto internacional, que desembocou em sua afirmação da “vocação agrícola” do país (Torres, 1982).

¹⁵ A vinculação desses conflitos com o excludente sistema fundiário brasileiro, embora nem sempre tenha sido expressa claramente pelos revoltosos, teve a mais simbólica representação no fato de que, durante a Guerra do Contestado, “o movimento ao tomar uma cidade queimava todos os documentos dos Registros de Imóveis, porque aqueles documentos de propriedade sempre lhes eram brandidos como a grande prova de que eram intrusos na terra em que viviam e trabalhavam” (Marés, 2003, p. 78).

As bases do projeto político de Torres – “onde elementos autoritários, centralizadores e antifederalistas se combinavam com posturas do tipo liberal como o elogio do livre mercado e da iniciativa individual” (Pádua, 1987, p. 59) – eram a valorização das pessoas e a valorização da natureza do país. Nesse sentido, ele defendeu uma política ampla de conservação da natureza, que incluía práticas de reflorestamento e conservação dos recursos naturais (Pádua, 1987, p. 47-59; Franco e Drummond, 2009, p. 34-42; Dean, 1996, p. 259-260).

Nos inúmeros textos em que abordou temas ambientais, Torres evidenciou a sofisticação de seu pensamento, no qual destaca-se, além da já referida percepção de finitude dos recursos naturais, a vinculação da sua proteção às gerações futuras, muito antes dessas perspectivas tornarem-se hegemônicas no debate mundial. Entendia Torres que a “civilização tem o dever de conservar as riquezas inexploradas da Terra, reservas destinadas às gerações futuras, e de defender as que estão em produção, contra a exploração imprevidente” (Torres, 1982).

Outro destaque importante do período, no que tange às reivindicações em defesa da vegetação nativa, foi a intensificação do *engajamento de organizações empresariais na disputa*.

Entre as entidades que publicamente reivindicaram ações estatais para contenção do desmatamento, destacaram-se a Sociedade Nacional de Agricultura, que aprovou em 1908 resolução recomendando a adoção estatal de medidas protetivas, “receando que as secas provocadas pelo desmatamento resultassem no colapso do cultivo do café” (Dean, 1996, p. 257) e o Sindicato Sociedade Paulista de Agricultura, que, em 1915, em ofício endereçado ao então presidente de São Paulo, afirmou que “nunca será em demasia clamar contra a prodigalidade com que devastamos as nossas matas”, sugerindo a intensificação do reflorestamento e o fortalecimento do serviço florestal paulista, uma vez que “ameaçadora transformação nos elementos atmosféricos [...] põem em risco o futuro deste Estado” (Andrade, 1915).

Portanto, foram organizações sociais empresariais de produtores de café que se engajaram na disputa política contra o desmatamento. O fato é interessante uma vez que, durante a Primeira República, foi justamente a instalação de fazendas de café a causa principal do desmatamento no bioma Mata Atlântica.

Especificidades biológicas da produção do café fazem dele uma espécie vegetal mais suscetível à influência da vegetação nativa, uma vez que essa planta depende, para seu desenvolvimento produtivo, de polinização constante. Embora, como explica Warren Dean, o café seja “em grande parte autopolinizante”, “a presença de insetos polinizadores pode aumentar os rendimentos”. Esse aumento da produtividade cafeeira sob a influência da vegetação nativa situada nas proximidades da plantação era percebido pelos agricultores cafeeiros em algumas regiões do país, como no oeste paulista, onde os agricultores “davam

grande importância ao ‘bafo da mata’ que imaginavam fosse a causa do maior rendimento dos grupamentos [de café situados mais] próximos da linha das árvores” (Dean, 1996, p. 234).

A percepção social dessa oportunidade produtiva propiciada pela presença da vegetação nas proximidades da plantação cafeeira e a percepção social da suscetibilidade dessa espécie às variações climáticas são dois fatores explicativos para o ingresso de empresários desse setor no debate político sobre o desmatamento nesse período. Contribuiu para isso, também, a presença de lideranças empresariais com um perfil de maior sensibilidade às demandas de proteção ambiental e caracterizadas pelo constante engajamento em contendas políticas, a exemplo de Augusto Carlos da Silva Telles, que presidiu o Sindicato Sociedade Paulista de Agricultura no começo do século XX e se envolveu em vários debates públicos nessa época.

A despeito dessas manifestações das organizações de produtores reivindicando proteção ambiental, não encontrei *nenhum indício de que tenha havido qualquer alteração do padrão de ação econômico-ecológica do setor cafeeiro no período*, no que tange à proteção da vegetação nativa. É possível que os empresários engajados nas reivindicações tenham, individualmente, agido para preservação de áreas de vegetação nativa em suas propriedades, mas nada indica que o setor empresarial tenha empreendido, nessa época, medidas sistemáticas de preservação.

Não interessava às elites agrárias a autoimposição de qualquer tipo de restrição ao avanço da fronteira agropecuária no Brasil, uma vez que ele era feito para atendimento direto dos seus interesses econômicos e políticos, atrelados à instalação de novas fazendas.

De todo modo, reivindicações sociais sobre o tema da vegetação nativa passaram a ser vocalizadas por meio da ação de organizações sociais, e não apenas de indivíduos isolados, o que gerou um ganho qualitativo no contexto da reivindicação política ambiental brasileira e se relaciona à gradativa ampliação da estrutura societária brasileira.

Também durante a Primeira República, a *disputa especificamente científica* sobre o tema da vegetação nativa e do desmatamento passou a ocorrer de modo mais intenso.

O desenvolvimento científico no Brasil ainda era bastante precário, existindo um número reduzido de organizações especializadas na produção de conhecimento¹⁶ e um número

¹⁶ Entre as instituições e organizações científicas existentes, destacavam-se as seguintes: o Horto Público de São José, em Belém, fundado em 1797; o Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fundado em 1808, sob o nome de Real Hôrto; o Museu Nacional, fundado em 1818; o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838; o Núcleo Imperial de Horticultura Brasileira, fundado em 1849; a Plataforma Científica do Rio de Janeiro, fundada em 1858; a Associação Brasileira de Aclimação, fundada em 1872. No início da Primeira República, foram criadas as seguintes instituições: Instituto de Butantã, fundado em 1898; Instituto de Manguinhos, fundado em 1900; Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, inaugurada em 1901; Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1916.

também reduzido de veículos próprios de comunicação¹⁷ no país. Apesar disso, alguns cientistas já desenvolviam pesquisas autônomas que, somadas à consulta da literatura internacional, permitiram um florescimento mais intenso da discussão político-científica sobre a relação entre desmatamento e mudanças climáticas.

Afirma Warren Dean que a “crença amplamente sustentada de que a derrubada da floresta reduzira as chuvas, aumentara os extremos de temperatura e ampliara a estação seca” passou a ser “objeto de extensa controvérsia”. Nessa discussão, Dean destaca dois cientistas como os principais opositores da tese da vinculação entre desmatamento e mudanças climáticas, Álvaro da Silveira e João Barbosa Rodrigues, esse último diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (Dean, 1996, p. 257). Além deles, também merece destaque o silvicultor Navarro de Andrade, que desenvolveu o principal trabalho científico sobre o tema, com base numa “análise cuidadosa de dados da melhor literatura disponível no mundo, reunidos a dados de experimentação” relativos ao estado de São Paulo, coletados por ele (Ferri, 1955, p. 183).

Navarro de Andrade havia sido contratado em 1904 pela Companhia Ferroviária Paulista para implantar monoculturas florestais, no contexto de uma polêmica pública sobre o desmatamento vinculado ao funcionamento das ferrovias. Ele foi o responsável pela “introdução do eucalipto no Brasil” (Ferri, 1955, p. 182), tendo formado inúmeras áreas de plantio em São Paulo, nas quais ele desenvolveu suas pesquisas. Segundo Dean, Navarro escreveu “tratados sobre o plantio do eucalipto [...] que, se tivessem sido traduzidos do português, fariam dele o maior especialista mundial no assunto” (Dean, 1996, p. 250-251).

Em relação à influência das florestas sobre a temperatura, Navarro de Andrade concluiu que a “existencia de grandes áreas de mattas tem influencia apreciavel sobre a temperatura do ar, sobretudo dentro dessas áreas, quando comparada com a de outras despidas de vegetação” e que “a acção das florestas sobre a temperatura do ar das regiões adjacentes despidas de vegetação é muito limitada”. Sobre a influência das florestas sobre o regime de chuvas, ele concluiu que não era importante, defendendo a maior complexidade da questão, em virtude da interferência de uma série de outros fatores (Andrade, 1915). Sintetizando os resultados de seus estudos pessoais e do balanço bibliográfico de sua época, concluiu Navarro de Andrade que:

A influencia das florestas sobre o clima faz-se sentir de um modo positivo e categorico, mas sem o caracter geral que lhe querem dar alguns auctores. A sua acção, pronunciada e indiscutivel em determinadas circumstancias, perfeitamente demonstrada, é, porém, simplesmente local. Em geral, a

¹⁷ Foi na segunda metade do século XIX, segundo Warren Dean, que o “Instituto de Agricultura e o Museu Nacional iniciaram em suas áreas a publicação das primeiras revistas científicas que desfrutariam da continuidade necessária para a acumulação e transmissão do conhecimento científico” (Dean, 1996, p. 245).

influencia que se tem attribuido ás florestas sobre o clima é produzida por um conjunto de factores diversos e o que parece é que se tem dado a um deles, apenas, uma acção exaggerada, ou melhor, attribuido a um só o que é o resultado de todos elles conjuntamente e isto, talvez, por ser difficil separar perfeita e convenientemente o papel que a cada um cabe nessa influencia. (Andrade, 1915, p. 1)

Nesta época, tanto na divulgação científica quanto no debate político sobre as temáticas ambientais no Brasil, um dos principais espaços ocupados pelos agentes interessados em discutir a questão e apresentar suas reivindicações foi o dos veículos jornalísticos. Afirmções, réplicas e tréplicas contrapunham os interessados em problematizar o processo de devastação em curso aos interessados em minorar sua gravidade e seus efeitos. Argumentos diversos foram acionados. Atores diversos envolveram-se nas contendas.

No contexto dessa crescente exposição midiática, ampliou-se um pouco o interesse pela temática do desmatamento durante a Primeira República, embora ele se mantivesse restrito a uma elite urbana, uma vez que uma população brasileira, predominantemente analfabeta, rural e pobre, tinha acesso bastante limitado ao noticiário jornalístico.

Durante a Primeira República, ações estatais executivas de proteção da vegetação nativa também foram realizadas. Na década de 1890, por exemplo, “a cidade de São Paulo declarou protegida a sua bacia florestada remanescente no norte da cidade” (Dean, 1995, p. 104), na Cantareira, como meio de proteção dos cursos d’água e, assim, do abastecimento hídrico urbano. Influenciado por Alberto Loefgren, sueco, o governo de São Paulo criou, em 1899, um serviço florestal e botânico para promover o uso racional de florestas. Também sob sua influência, se introduziu no Brasil, em 1902, o Dia da Árvore¹⁸, comemorado em setembro. Outra ação estatal importante relacionada a Alberto Loefgren foi a aquisição, pelo governo nacional, de terras no município de Itatiaia-RJ (Franco e Drummond, 2009, p. 31). Hermann von Ihering, alemão, criou com recursos próprios uma reserva florestal acima da vila de Cubatão-SP, no Alto da Serra, doando-a ao governo paulista em 1909 (Dean, 1996, p. 276). Em 1911 foi criada a “reserva florestal no Territorio do Acre” pelo Decreto n. 8.843/1911.

O *Serviço Florestal do Brasil*, primeira instituição executiva nacional especificamente voltada à proteção da vegetação nativa, foi criado pelo Decreto n. 4.421/1921, vinculado ao então chamado “Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio”. O mesmo decreto, além de uma série de disposições protetivas, previu que seriam criados parques nacionais em “locaes

¹⁸ Segundo Coelho Netto, em discurso proferido no Parlamento brasileiro em 1911, a primeira celebração do Dia da Árvore no Brasil teria ocorrido em 1902, no município de Araras-SP, por iniciativa de João Pedro Cardoso (Pereira, 1950, p. 339).

caracterizados por accidentes topographicos, grandiosos e bellos e enerrando florestas virgens typicas” para serem “perpetuamente conservadas”.

A nova instituição executiva entrou em funcionamento em 1925, “embora ainda sem os recursos indispensáveis à sua perfeita instalação”, conforme consignou o então presidente Artur Bernardes na Mensagem Presidencial dirigida ao Congresso em 1926 (Pereira, 1950, p. 106). Na Mensagem Presidencial de 1929, Washington Luiz elencou os trabalhos realizados pelo Serviço Florestal do Brasil no ano: “produção de mudas para o reflorestamento; reflorestamento, tendo como base o estabelecimento de viveiros de muda ‘in loco’; estudo da biologia das nossas essências e, finalmente, estudo da nossa flora, quanto à sistemática, quer quanto à dendrologia” (Pereira, 1950, p. 106).

Tais ações, embora relevantes, ocorreram numa escala bastante reduzida, restrita ao município do Rio de Janeiro, então capital do país. Segundo Drummond, até 1934, o Serviço Florestal dedicou-se “exclusivamente à arborização da cidade do Rio de Janeiro, felizmente com espécies remanescentes da Mata Atlântica” (Drummond, 1997b, p. 23). Não houve, durante a Primeira República, nenhuma ação estatal de reflorestamento da estatura do que foi realizado na Tijuca, durante o período imperial.

Reivindicações e ações estatais de regulamentação legislativa também ocorreram no período. Em 1900, por exemplo, um código federal de florestas foi proposto por Loefgren. No Rio de Janeiro, em 1906, houve o debate legislativo de um projeto de “código rural que teria obrigado os proprietários particulares a requisitarem permissão de seus conselhos municipais para derrubar suas matas”, sem aprovação (Dean, 1996, p. 260-261). Em 1907, no Paraná, uma legislação estadual sobre florestas foi criada, embora não haja relatos sobre sua efetiva aplicação (Dean, 1996, p. 272; Dean, 1995, p. 108). Códigos estaduais foram também debatidos em São Paulo e Minas Gerais (Dean, 1996, p. 272; Dean, 1995, p. 108).

Com isso, houve uma pequena ampliação do escopo das ações estatais em relação ao tema da proteção da vegetação nativa, com a criação das primeiras instituições executivas especializadas, o estabelecimento de áreas estatais de proteção da vegetação em alguns lugares do país e o estabelecimento das primeiras regulamentações legislativas. Tudo ainda em caráter embrionário, mas sinalizando uma ampliação da atenção estatal em relação ao tema.

Em relação às demandas por áreas privadas de proteção da vegetação nativa, o debate político tornou-se mais intenso e mais polêmico nesse período.

Se o estabelecimento de áreas estatais de proteção ambiental, como havia sido pontualmente feito no Rio de Janeiro (Tijuca e Itatiaia), em São Paulo (Cantareira e Cubatão) e no Acre, já implicava na retirada de uma parcela do território do horizonte de expansão

possível das propriedades privadas, o estabelecimento de áreas privadas de proteção ambiental, como havia sido proposto por José Bonifácio em 1821 e por projetos de regulamentação debatidos no início do século XX, implicava na restrição ao uso da propriedade privada pelo próprio proprietário, o que chocava-se frontalmente com a concepção jurídica que vigia na legislação e era hegemônica na elite social brasileira.

Desde a Constituição imperial de 1824, uma concepção liberal de propriedade privada havia se tornado lei no Brasil. Com ela, as intervenções estatais na propriedade passaram a não ser admitidas, como regra. Nessa Constituição, afirmou-se que “é garantido o direito de propriedade em toda sua plenitude”, demarcando como “única exceção” a essa regra os casos em que for exigido o uso público do bem privado, quando ocorreria indenização prévia do proprietário (art. 179, inciso XXII). Na Constituição republicana de 1891, a mesma lógica foi seguida, demarcando-se a inviolabilidade da propriedade privada, excetuada somente nos casos de necessidade ou utilidade pública, quando poderia ocorrer desapropriação com indenização prévia (art. 72, §17).

Em vista dessa legislação, reivindicar o estabelecimento de áreas privadas de proteção da vegetação nativa ou qualquer outro tipo de limitação ao desmatamento sem a correlata desapropriação da área implicava em negar o caráter absoluto da propriedade privada, evidenciando, além da *natureza material da luta política em defesa da vegetação nativa* como uma *luta pela terra*, a potencialidade transformadora do padrão vigente de apropriação do território contida nessa reivindicação, em relação à concepção liberal de propriedade, juridicamente vigente e socialmente hegemônica no Brasil nesse período.

Por isso, a esse tipo de reivindicação opuseram-se os defensores da concepção liberal de propriedade privada, dentre os quais estavam figuras importantes no próprio cenário ambiental da época, como o já referido Navarro de Andrade, que entendia que o “processo de exploração de uma mata depende exclusivamente dos interesses e orientação do seu proprietário” (Andrade, 1915, p. 47) e que “obrigar um proprietário a conservar a sua mata, impedindo-o de explorá-la [sic] como bem entender, é vexatório, violento e brutal”. Para Navarro de Andrade, caberia às instituições estatais somente declarar áreas estatais de proteção florestal, com a respectiva desapropriação e ressarcimento dos proprietários eventualmente afetados (Andrade, 1912, p. 101), o que era perfeitamente compatível com o ideário liberal.

Fundamentando politicamente as reivindicações sociais pelo estabelecimento de limitações ao desmatamento por meio de áreas privadas de proteção ambiental, por sua vez, indivíduos como Lourenço Baeta Neves e F. S. Rodrigues de Brito defendiam o que se pode chamar de uma concepção socioambiental de propriedade privada. Para eles, o “proprietário da

terra é apenas um guardião do solo, que lhe foi confiado pelas gerações passadas” e “a propriedade territorial deve ter uma função social, atendendo ao interesse coletivo” (Dean, 1996, p. 260; Dean, 1995, p. 106). Em vista disso, eles entendiam possível a intervenção estatal na propriedade privada, com o estabelecimento de restrições ambientais à ação econômica do proprietário para contenção da devastação produtivista.

Na *concepção socioambiental e na concepção liberal de propriedade privada*, ficaram claramente delimitados *dois eixos opostos de proposição política sobre a temática das áreas privadas de proteção da vegetação nativa*, cuja diferença principal residia na admissão ou não da restrição estatal ao uso da propriedade pelo próprio proprietário. Esses eixos, fixados de modo explícito pelas lutas políticas no início do século XX, continuariam sendo polos de oposição em torno dos quais os conflitos se desenvolveriam nas décadas seguintes.

As *lutas dos povos ameríndios por seus territórios* continuaram não sendo associadas de modo explícito e significativo à defesa da vegetação nativa no Brasil, durante a Primeira República. O exemplo mais significativo dessa desassociação é a posição pública tomada em 1907 por Hermann von Ihering, então diretor do Museu Paulista e um dos cientistas naturais mais influentes do período, defendendo e justificando o extermínio dos ameríndios que se recusassem à submeter-se ao avanço da sociedade brasileira. Para ele, os indígenas não poderiam dar qualquer contribuição à civilização, sendo, ao contrário, “um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam”, de modo a não haver “outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio” (Ribeiro, 1985, p. 119).

Tal posição pública foi fortemente contestada à época, fortalecendo um movimento que levou à criação de uma instituição estatal incumbida da questão indígena no Brasil. Segundo Darcy Ribeiro, apelos individuais por providências estatais em relação à proteção dos povos indígenas, fundação de associações destinadas a defender os indígenas, publicações na imprensa e em revistas especializadas, manifestações de instituições humanitárias e realização de reuniões científicas estão entre os atos que compuseram esse movimento. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, rebatizado como *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI), em 1914 (Ribeiro, 1985, p. 119-126).

Baseado nos métodos e na experiência pessoal do militar Cândido Mariano da Silva Rondon, o SPI modificou parcialmente a lógica de intervenção estatal em relação aos povos ameríndios no Brasil, estabelecendo entre suas premissas a não confrontação violenta dessas comunidades e a proteção aos índios em seu próprio território, conforme suas próprias tradições, de modo a interromper as práticas de aldeamento compulsório das tribos ameríndias no Brasil (Ribeiro, 1985, p. 126-128).

Apesar dos avanços, o SPI não rompeu com a ideologia assimilacionista que caracterizou a interação entre a sociedade brasileira e as comunidades indígenas desde o início da colonização, segundo a qual esses povos estariam destinados a perecer enquanto formas autônomas de organização societária, em virtude de sua inferioridade. Ademais, a situação dos povos ameríndios no Brasil já era bastante debilitada, após quatro séculos de violenta confrontação com a sociedade colonial e nacional em expansão, tendo sido exterminadas milhões de pessoas e centenas de povos.

Os agrupamentos humanos autônomos que constituíram o que viria a ser chamado de “*populações tradicionais*” também continuaram, durante a Primeira República, desenvolvendo seus modos de vida de baixo impacto e sofrendo com eventuais disputas territoriais (Almeida, 2004; Arenz, 2018; Queiroz, 2005). O avanço da fronteira agropecuária e a intensificação do processo de miscigenação levou à ampliação da localização geográfica e dos tipos existentes de agrupamentos. Havia “quilombolas” desde o Vale do Ribeira (SP) até o Rio Trombetas (PA), “ribeirinhos” espalhados pelo território nacional, “caboclos” e “sertanejos amazônicos” pela Amazônia, “seringueiros” formados pela ocupação exploratória da borracha, entre outros.

PADRÃO HEGEMÔNICO DE RELAÇÃO COM OS ECOSISTEMAS NATIVOS

No que tange às formas predominantes de relação social com os ecossistemas nativos, houve, no período imperial e na Primeira República, a continuidade da ampliação da devastação e do uso degradante da terra. Esse processo, iniciado durante a dominação colonial do território, foi caracterizado por uma grande diversidade regional e pela coexistência com as formas de produção não degradantes e preservacionistas, típicas dos povos ameríndios e das populações tradicionais, vítimas prioritárias do violento processo de expropriação territorial.

A despeito do aumento das reivindicações sociais de defesa da vegetação e das diversas ações políticas referidas nas páginas anteriores, *não houve modificação do padrão rotinizado de ataque aos ecossistemas nativos no território brasileiro por razão ambiental nesses períodos da história brasileira*. Toda a crescente efervescência intelectual, reivindicatória e institucional teve poucas consequências práticas na materialidade da produção econômica brasileira, para além dos casos pontuais mencionados.

A *expansão da fronteira agropecuária* foi a *razão principal para o desmatamento entre 1822 e 1930* e sua velocidade alterou-se em resposta a estímulos políticos de orientação diversa da ambiental. Os fluxos e refluxos dos processos de desmatamento não estiveram vinculados à intervenção repressiva de fundamento ambiental, inexistente nesse período, tampouco houve

efetiva conscientização ecológica dos desmatadores. Foi uma lógica não ambientalizada de política econômica que conformou os padrões existentes de relação social com a natureza no Brasil durante o Império e durante a Primeira República.

A cultura agrícola associada à maior parte do desmatamento no bioma Mata Atlântica foi o café, embora a cana-de-açúcar e a procura por minérios, sobretudo antes de 1850, também tenham desempenhado papel importante na devastação ocorrida. As plantações de café foram utilizadas sob uma lógica que se manteve itinerante, com o abandono relativamente rápido de áreas agrícolas que se tornavam pouco produtivas em virtude da precária qualificação dos sistemas de plantio e colheita utilizados. Técnicas amplamente difundidas em outros locais do mundo na mesma época, como o plantio sombreado e a utilização de instrumentos tecnológicos, não eram adotados no Brasil. Nesse sentido, afirma Dean que a “agricultura, na maioria dos lugares, era praticada como antes, com queimada da floresta primária seguida, mais cedo ou mais tarde, por pastagem de gado” (Dean, 1996, p. 254).

Associou-se ao desenvolvimento societário verificado nas regiões do bioma Mata Atlântica nesse período, o crescimento demográfico, o crescimento dos centros urbanos, o crescimento das indústrias e a implantação de ferrovias, fatores também responsáveis pelo aumento do desmatamento em virtude das demandas de lenha e carvão associadas a esses processos, uma vez que eram essas as fontes principais de energia (Dean, 1996, p. 206). As ferrovias e suas locomotivas merecem destaque nessa lista, tanto em virtude do significativo consumo de madeira que exigiam para seu funcionamento, quanto em virtude das amplas possibilidades de acesso rápido e barato ao interior do país que elas viabilizaram. Afirma Warren Dean que, quando “os lucros do café possibilitaram a instalação de ferrovias”, o café passou a poder “ser plantado nos domínios mais distantes da Mata Atlântica e de lá [ser] trazido a um custo aceitável” (Dean, 1996, p. 227).

No bioma Mata Atlântica, o estado federado de São Paulo destacou-se como aquele em que a fronteira agropecuária mais avançou e, desse modo, como aquele no qual o desmatamento foi mais significativo. Segundo os dados disponíveis, até 1920 haviam sido desmatados 92.500 km² de florestas em São Paulo, com o pico do desmatamento tendo ocorrido entre 1918 e 1924, quando foram eliminadas 3.100 km² por ano. Em 1920, ainda havia nesse estado 112.000 km² de florestas, ocupando 44,8% da sua área territorial total (Victor *et al.*, 2005).¹⁹

¹⁹ Essa quantificação estimativa, elaborados na década de 1970 a partir de inúmeras fontes, utiliza um conceito de floresta que exclui as áreas de cerrado, de campo, de manguezal e de jundu (Victor *et al.*, 2005, p. 50).

Figura 3. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação primitiva)

Fonte: Victor *et al.*, 2005, p. 15

Figura 4. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1920)

Fonte: Victor *et al.*, 2005, p. 26

Os mapas da página anterior evidenciam a mudança da paisagem paulista, no contexto da continuidade do padrão produtivista de relação com os ecossistemas nativos.²⁰

Outros estados com vegetação típica do bioma Mata Atlântica também foram severamente afetados pela devastação produtivista (Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1993). No Paraná, até 1930, foram desmatados 38.800 km², remanescendo 129.024 km² de florestas, que ocupavam 65,13% da área total do estado. Em Minas Gerais, até 1912, o desmatamento tinha atingido 24.948,92 km², restando 278.619 km² de florestas, 47,15% do total do estado, predominantemente ocupado por fitofisionomias consideradas não florestais por esses estudos. No Rio de Janeiro, havia sido desmatados 7.083 km² até 1912, remanescendo 35.857 km² (81% da área territorial do estado). No Espírito Santo, o desmatamento atingiu 10.058 km² até 1912, remanescendo 29.942 km² (76,54%).

No bioma Caatinga, o ataque à vegetação nativa também foi o padrão hegemônico de relação da sociedade brasileira com a natureza nos períodos imperial e republicano, tendo alguns estudos realizados constatado a diminuição significativa da vegetação nativa, nesse período (Sampaio, 1938, p. 118-119). Entre as principais culturas agrícolas associadas à devastação da Caatinga estiveram a cana-de-açúcar e o algodão, além da bovinocultura.

No bioma Cerrado, algumas áreas também foram desmatadas nesses períodos, especialmente pela pecuária em expansão (Dutra e Silva, Franco e Drummond, 2015, p. 18).

No bioma Amazônia, a devastação florestal foi pouco significativa nesses primeiros séculos da história brasileira, embora tenha havido uso florestal degradante em parcela do território. A principal atividade econômica desenvolvida nessa região nos períodos imperial e republicano foi a extração da borracha, cujo pico ocorreu entre 1870 e 1910. Tal atividade era realizada por meio de cortes superficiais nas árvores nativas de interesse, o que permitia a manutenção da floresta em pé, sem ocorrência de desmatamento sistemático (Lessa, 1991), a despeito de eventual perda de biodiversidade.²¹

²⁰ Apresento os mapas relativos ao estado de São Paulo por não ter localizado mapas análogos referentes ao desmatamento na totalidade do território brasileiro, nesse período. Em razão do conceito de floresta utilizado para elaboração desses mapas, referido em nota de rodapé anterior, optei por apresentar o mapa do que os autores consideram como “situação primitiva” de São Paulo, no qual já existem espaços em branco, ocupados com vegetação nativa de cerrado, campo, manguezal ou jundu. A visão conjunta dos mapas permite a verificação visual mais precisa sobre as áreas desmatadas no período.

²¹ A extração da borracha é uma prática produtiva que pode ser considerada uso florestal não degradante ou uso florestal degradante, dependendo das técnicas utilizadas. Como explica Warren Dean, a existência do látex e as formas pioneiras de extração foram obra dos povos ameríndios da Amazônia brasileira (Dean, 1989, p. 30), numa modalidade de relação com as florestas caracterizável como não degradante. Entre as técnicas utilizadas na extração comercial da borracha no século XIX, algumas incluíam o sangramento profundo das espécies vegetais, que resistiam apenas a poucas safras, numa modalidade de relação social com a natureza caracterizável como degradante. Entre esses extremos situam-se as práticas produtivas comerciais realizadas no Brasil nesse período.

A maior parte da área territorial do bioma Amazônia permaneceu inexplorada por brasileiros nesse período, sujeita à dominação dos povos ameríndios.

DESENVOLVIMENTO DESIGUAL NOS SERTÕES DO BRASIL

A realidade política e ecológica não se expressou igualmente nas inúmeras regiões do Brasil, durante os primeiros séculos de seu desenvolvimento histórico.

Um primeiro fator explicativo para esse desenvolvimento desigual é a permanência da ocupação ameríndia em grande parte do território brasileiro, com a consequente permanência, assim, dos usos não degradantes e da preservação ambiental como tipos predominantes de relação social com os ecossistemas nativos nessas regiões. No mesmo sentido, a ocupação de parcela do território por “populações tradicionais” também deve ser referida.

Figura 5. Histórico da ocupação “ocidental” do território brasileiro

Fonte: Melatti, 2014, p. 344

O mapa apresentado na página anterior ilustra o caráter gradual e progressivo dos primeiros contatos diretos entre a sociedade colonial e brasileira e os povos ameríndios, indicando o século em que teria ocorrido a ocupação “ocidental” pioneira de cada região do território brasileiro. Com isso, o mapa ilustra a imensidão territorial que nos séculos XIX e XX ainda se mantinha sem contato direto com a sociedade brasileira, embora tenha sido, desde o século XVI, intensamente influenciada pela colonização, uma vez que os contatos indiretos existem desde a chegada dos portugueses no território.

Um segundo fator explicativo para esse desenvolvimento desigual é a dinâmica diversa da expansão territorial materializada nas distintas regiões do Brasil.

Em parte do território nacional, a ocupação “ocidental” deu-se inicialmente por meio de atividades extrativas e posteriormente por meio da devastação ambiental para implantação de monoculturas. Em outra parte do território, a ocupação deu-se diretamente como devastação para implantação de monoculturas. Em outras regiões, ainda, a ocupação deu-se exclusivamente por meio de atividades extrativas.²²

Toda essa multiplicidade de formas de ocupação do território brasileiro e as correlatas dinâmicas distintas de relação social com os ecossistemas nativos que elas materializam compõem um mosaico de grande diversidade na realidade brasileira dos primeiros séculos.

As regiões de Ribeirão Preto-SP e do Xingu-PA ilustram adequadamente essa complexidade, conforme será exposto nas páginas seguintes.

Ribeirão Preto-SP e Xingu-PA confirmam, ademais, o argumento anteriormente exposto de que as iniciativas de defesa da vegetação nativa encabeçadas por brasileiros restringiram-se a alguns centros urbanos do país, especialmente à capital, ao exemplificarem, em suas histórias, a inexistência de efetiva confrontação das elites agrárias em lutas políticas para implantação de áreas privadas ou de áreas estatais de proteção da vegetação nativa, no período situado entre 1822 e 1930. Nos sertões do Brasil, não havia condições societárias para uma confrontação política por motivação ambiental, e Ribeirão Preto-SP e Xingu-PA são simbólicos e diversificados exemplos de nossos sertões.

Nessas regiões, como ademais em todo o território nacional, conforme sucumbiram as resistências bélicas dos povos ameríndios, os ecossistemas nativos passaram a ser apropriados

²² Versando sobre a confrontação entre os indígenas situados no Brasil e a sociedade nacional em expansão, Darcy Ribeiro fala do que ele chama de “etapas sucessivas de penetração civilizadora”, correspondentes a “graus diversos de intensidade de interação”. Ele distingue as “frentes extrativas”, as “frentes agrícolas” e as “frentes pastoris”, argumentando que as “frentes extrativas são frequentemente penetrações exploratórias e recentes a que se seguirá a ocupação definitiva de base agrícola”, enquanto as “frentes pastoris” assumem, em regra, “forma de frente pioneira que avança sobre grupos indígenas para lançar as bases de uma economia que se consolidará mais tarde com o mesmo caráter” (Ribeiro, 1985, p. 221).

para usos degradantes. Conforme resistiram militarmente os povos ameríndios, os ecossistemas de seus territórios mantiveram-se ocupados com vegetação nativa.

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP E OS EMPRESÁRIOS CAFEEIROS

Quando se iniciou a conquista do Brasil, a região nordeste do que hoje é o estado de São Paulo estava ocupada pelo povo indígena que ficou conhecido como Kayapó meridionais, chamado também de Kayapó do sul. Segundo Taunay, eles “espalhavam-se por enormes áreas, eram numerosos, muito bravos e aguerridos” e “antigamente tinham atingido a quase vizinhança de São Paulo, irrompendo em Jundiá” (Taunay, 1951, p. 254).

Em virtude da política colonial de ocupação do território habitado pelos povos indígenas e da política de aprisionamento e escravização desses habitantes pré-colombianos, os conflitos armados com os Kayapó meridionais foram desde cedo violentos, motivando o deslocamento de suas comunidades cada vez mais para o norte e para o oeste da região nordeste de SP.

Embora eles não fossem utilizados como escravos, em regra, em virtude de serem considerados “gente rude, que não se prestava ao trabalho agrícola” (Ribeiro, 1985, p. 68), os domínios dos Kayapó meridionais situavam-se nos caminhos conhecidos para busca de outros povos indígenas, considerados menos arredios à escravização.

Na década de 1720, foi tornado público um percurso, que passava pelo território atual de diversos municípios da região nordeste de SP, dentre os quais Franca-SP e Batatais-SP, ligando São Paulo a minas de ouro situadas em uma área supostamente ocupada por indígenas chamados Goyazes²³, na região central do país. O percurso, chamado de “caminho dos goyazes”, havia provavelmente sido uma trilha de utilização indígena, posteriormente incorporada no trajeto dos bandeirantes paulistas que faziam incursões de aprisionamento. Há indícios de que mesmo antes de 1720 havia habitações no nordeste de SP, pelos arredores do caminho dos goyazes, e com a sua divulgação e a intensificação de sua utilização em virtude da extração do ouro, a ocupação de seus arredores tornou-se mais frequente, tendo este sido um marco importante da ocupação colonial da região nordeste de SP (Lages, 2016, p. 11-12).

Entre 1727 e 1736, foram concedidas 67 sesmarias em localidades situadas no caminho dos goyazes, sendo o primeiro lote destinado aos responsáveis principais pela localização das minas de ouro no território dos ameríndios, Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Bartolomeu Pais de Abreu. Dentre as 67 sesmarias concedidas, algumas foram

²³ Segundo Benedito Prezlia, não teria existido um povo ameríndio de nome Goyazes. Ele afirma tratar-se de “uma suposta etnia, que seguramente nunca existiu” (Prezlia, 2017, p. 98).

efetivamente ocupadas no período, mas outras nem chegaram a ser visitadas pelos beneficiados. Nessa época, diversas posses também ocorreram, em localidades situadas nas adjacências do caminho dos goyazes, tanto em sesmarias abandonadas quanto em terrenos não doados em concessões. Com isso, ocorreu a instalação de “pequenos sítios e pousos” em trechos do percurso, para atendimento das “necessidades de reabastecimento e descanso dos viajantes”, dando continuidade à colonização regional (Lages, 2016, p. 11-13; Lages, 2010, p. 20-27).

No século XVIII, o povoamento colonial da região não se desenvolveu além disso, especialmente em relação às áreas mais afastadas da adjacência imediata do caminho dos goyazes. O território onde hoje se situa o município de Ribeirão Preto-SP, por exemplo, até o começo do século XIX aparecia nos mapas como “sertão desconhecido”. No relato que Saint-Hilaire fez sobre sua passagem pelo caminho dos goyazes nesse período, ele mencionou a existência de “vastas terras selváticas habitadas por hordas de índios caiapós” a oeste do percurso, direção em que se situava o “sertão desconhecido” (Saint-Hilaire, 1976, p. 96).

Entre as razões dessa incipiente povoação no século XVIII estão a insuficiente integração societária da região, na época uma área de passagem, com os principais centros da colônia e a política adotada para a ocupação do território, com base na concessão de sesmarias. Latifúndios demasiadamente extensos e submetidos ao controle de um único senhor, as sesmarias não trouxeram grande dinamismo à região e a escassa população não foi capaz de tornar efetivamente produtivos tão vastos territórios (Lages, 2010, p. 28).

Os conflitos com os Kayapó meridionais se intensificaram durante o século XVIII, especialmente ao norte do que hoje é o município de Franca-SP, e as primeiras iniciativas de aldeamento sob coerção física foram realizadas. Em virtude da resistência ameríndia ao padrão de dominação colonial que lhes estava sendo imposto no contexto da invasão do seu território, a mortandade foi grande, ocasionando um verdadeiro genocídio dessa etnia (Giraldin, 2000). O deslocamento dos Kayapó meridionais cada vez mais para o norte e para o oeste tornou os enfrentamentos armados cada vez mais distantes da região nordeste de SP.

Na primeira metade do século XIX, foi intensificado o povoamento brasileiro da região, com gradual aumento demográfico, motivado sobretudo pela chegada de mineiros (pessoas nascidas em Minas Gerais). Esses mineiros, em geral posseiros que ocupavam as terras devolutas, fomentaram a organização de um padrão regional diversificado de produção econômica, primordialmente voltado à subsistência, e apenas parcialmente vinculado ao mercado por meio da venda de mercadorias (Tosi, 1998, p. 36; Lages, 2010, p. 70).

Nesse período, em que se inicia a existência formalmente autônoma do Brasil em relação a Portugal, havia a ausência quase completa de estruturação estatal brasileira na região nordeste

de SP, com a prevalência praticamente absoluta do poder pessoal dos detentores de terras em relação aos atos e às pessoas situadas nos limites dos seus domínios. Segundo Saint-Hilaire, falando do nordeste de SP na primeira metade do século XIX: “nessas regiões remotas as leis são praticamente inexistentes” (Saint-Hilaire, 1976, p. 92).

A formalização dos primeiros municípios, então chamados de vilas, foi sendo feita na região durante o século XIX, especialmente na sua segunda metade, o que ocasionou a instalação de instituições militares, executivas, legislativas e judiciais nas vilas criadas.

Franca-SP, então Vila Franca do Imperador, foi promovida de arraial à vila em 1824, tornando-se sede definitiva de comarca, com instalação permanente da estrutura judicial, em 1852. A Vila de Batatais foi criada em 1839, ano em que também se tornou sede de comarca, em virtude do julgamento de uma revolta ocorrida em Franca, que ficou conhecido como Anselmadas. São Carlos do Pinhal, hoje São Carlos-SP, tornou-se vila em 1865 e Ribeirão Preto tornou-se vila em 1871, com instalação definitiva da estrutura judicial em 1892.

Até a década de 1870, a região nordeste de SP era constituída essencialmente por comunidades de lavradores analfabetos, voltados para a produção econômica de subsistência, conforme indica o primeiro censo brasileiro, realizado em 1872. O censo aponta, também, a participação relativamente alta de pessoas escravas na composição societária da região, tendo em vista tratar-se de um contexto de enfraquecimento do trabalho escravo no Brasil. Na área de Ribeirão Preto-SP, por exemplo, das 5.552 “almas” que compunham a “população da paróquia de S. Sebastião do Ribeirão Preto”, apenas 284 sabiam ler e escrever (5,11%), havendo 857 “almas” escravizadas (15,4%), todas analfabetas (Império do Brasil, 1872, p. 355).

Nessa mesma década de 1870, uma mudança importante ocorreu e iniciou-se a implantação sistemática de plantações de café na região. Luiz Pereira Barreto mandou amostras da terra da região nordeste de SP para serem examinadas na Bélgica e publicou artigos jornalísticos com os resultados, destacando que o solo da região possuía extraordinárias qualidades para a produção de café. Ele adquiriu duas propriedades no nordeste de SP em 1876 (Marcondes e Oliveira, 2013, p. 271) e contribuiu enormemente, juntamente com Martinho Prado Júnior, para a divulgação da potencialidade produtiva da região, que passou a ser tida como o futuro “Eldorado do café” (Lages, 2016, p. 58-60).

A inauguração da ferrovia construída pela Companhia Mogiana de Estrada de Ferro em Ribeirão Preto em novembro de 1883 foi o marco definitivo da modernização oligárquica do nordeste de SP. Em Batatais, a ferrovia foi inaugurada em 1886 e em Franca em 1887. A partir de então, a modificação societária e ambiental da região acelerou-se.

Antes das ferrovias, “as comunicações e os transportes eram executados por meio dos tropeiros, com seus comboios de mulas, dos boiadeiros, que tangiam rebanhos inteiros, e de carreiros, com suas juntas de bois” (Tosi, 1998, p. 33). Após as ferrovias, o nordeste de SP passou a estar em contato direto com o mercado consumidor internacional, por meio do porto de Santos, impulsionando a rápida expansão da produção de café na região.

Em 1886, a região de Ribeirão Preto-SP, chamada de “Mogiana”, já era responsável por 21,81% da produção estadual de café (2.262.599 arrobas), contra apenas 2,31% da produção cafeeira estadual em 1854 (81.750 arrobas). Em 1920, a região nordeste de SP era a principal produtora de café do estado (7.852.020 arrobas), com 35,53% da produção estadual (Milliet, 1946, p. 18-20). Com isso, Ribeirão Preto passou a ser conhecida como a “capital do café”.

O padrão oligárquico de dominação e desenvolvimento regional, forjado a partir da cafeicultura, foi estruturado economicamente em conformidade com a lógica do capitalismo brasileiro, periférico e dependente.²⁴ Nesse sentido, capitais estrangeiros, em associação com capitais brasileiros, tiveram participação direta na formatação de organizações econômicas direcionadas à produção de uma mercadoria de origem vegetal, exclusivamente voltada aos mercados de consumo internacionais. Outra característica importante da estrutura econômica forjada na região nordeste de SP com o avanço da cafeicultura foi a concentração fundiária. Conforme explica Octávio Ianni, “à medida que avançava a monocultura cafeeira, ocorria a ocupação e concentração da propriedade fundiária e a formação de grandes empresas agrícolas”, o que se deu principalmente por meio da compra de títulos de propriedade privada e de terras devolutas (Ianni, 2004, p. 14). Segundo Marcondes e Oliveira, “não raro, os recursos para a compra originaram-se de capital estrangeiro, como no caso de Francisco Schmidt, financiado pela casa importadora alemã Theodor Wille” (Marcondes e Oliveira, 2013, p. 270).

Em Ribeirão Preto, nos anos de 1904 e 1905, latifundiários “mantinham mais de três quartos das áreas agriculturáveis (77,1%)” do município, mesmo sendo apenas 7,9% do total de proprietários.²⁵ Com isso, o índice de gini para concentração fundiária nesse município era bastante elevado (0,852), mesmo na comparação com municípios cafeeiros de outras regiões do estado, como Campinas (Marcondes, 2011, p. 415-418).

²⁴ Sobre a constituição do capitalismo no Brasil, cf. o livro de Florestan Fernandes, “A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica” (Fernandes, 2006).

²⁵ Marcondes caracteriza como latifundiários os detentores de propriedades com mais de 500 alqueires (Marcondes, 2011, p. 415).

No que tange ao âmbito ecológico da organização societária, a expansão da cafeicultura na região de Ribeirão Preto-SP significou a *devastação produtivista do território regional*, em virtude da rotinização do desmatamento como padrão de ação econômica.

Conforme explica Sallum Jr., versando sobre o desmatamento ocorrido no “primeiro oeste” paulista²⁶, num processo análogo ao que ocorreu na região de Ribeirão Preto-SP:

A terra comprada para a produção de café era geralmente coberta de mata virgem. Daí que o primeiro trabalho a realizar para formar a lavoura era o de eliminá-la. Este trabalho era realizado na época das secas – entre abril e agosto – principiando pela roçada com foice e facão dos arbustos existentes entre as árvores maiores. Roçado esse mato miúdo, procedia-se a derrubada das árvores maiores. Isto era feito a machado e de modo que os troncos remanescentes não ultrapassassem a altura de 40 ou 50 centímetros. Quando, depois de certo tempo, a vegetação derrubada secava, isolava-se a área dos terrenos adjacentes e ateava-se fogo. (Sallum Jr., 1982, p. 28)

Iniciado com a incipiente ocupação do século XVIII e da primeira metade do século XIX, o desmatamento instalou-se definitivamente na região a partir de 1880, juntamente com o café. Em relatórios agrícolas da época é possível verificar inúmeras menções ao desmatamento para implantação dos cafezais, como em um texto do 3º Distrito Agrícola datado de 1900, que afirmava estar se tornando “cada dia mais extensiva a lavoura cafeeira, derrubando e queimando as poucas matas que restam para que se possa aí centuplicar o número de pés de café” (Marcondes e Oliveira, 2013, p. 269).

A *modernização oligárquica* da região de Ribeirão Preto-SP foi introduzida por meio da *devastação produtivista* e dos *latifúndios agroexportadores* e foi precedida do afastamento e do *morticínio do povo indígena* Kayapó meridionais.

Com a modernização oligárquica, uma elite empresarial bastante poderosa foi formada na região, especialmente no município de Ribeirão Preto, a “capital do café”. Essa oligarquia, composta pelos empresários cafeeiros, detinha amplo controle sobre as estruturas institucionais locais e possuía grande influência na política estadual e nacional.

Seus dois principais expoentes foram Francisco Schmidt e Quinzinho Junqueira, ambos coronéis da Guarda Nacional e grandes latifundiários cafeicultores. Francisco Schmidt, alemão, imigrou para o Brasil como colono e ascendeu economicamente a partir da compra e venda de terras, expandindo rapidamente suas propriedades, ao ponto de forjar o “maior império de café do mundo”, com 1.680 km² em área plantada no ano de 1914. Quinzinho Junqueira, nascido no

²⁶ A região de Ribeirão Preto ficou conhecida nessa época como o “segundo oeste” paulista, ou como o “oeste novo”, numa referência à região de Campinas, o “primeiro oeste”, local para onde se direcionou a expansão cafeeira paulista posteriormente à ocupação do Vale do Paraíba.

próprio município de Ribeirão Preto-SP, era a principal liderança da família Junqueira, uma das pioneiras da região, que teve seu poder econômico bastante ampliado com a expansão cafeeira (Walker, 2000, p. 62-63). Eles revezavam-se no controle oligárquico da sociedade regional.

Sob a égide do coronelismo, conforme explica Walker, “o centro real de tomada de decisões políticas era quase sempre o chefe político local”, e Schmidt e Junqueira eram os dois principais expoentes dos grupos que disputavam essa chefia política (Walker, 2000, p. 41). Nesse período, havia “quase absoluta autoridade para o chefe político na escolha tanto dos burocratas estaduais para os cargos municipais quanto de funcionários locais para promoção a cargos políticos e burocráticos estaduais e nacionais” (Walker, 2000, p. 58). Ele acrescenta:

Funções eletivas incluíam os juízes de paz, vereadores, prefeito e, na prática, um deputado estadual residente na cidade. Todos eram eleitos diretamente pelos eleitores, com exceção do prefeito, que era escolhido, dentre os vereadores eleitos, pela própria Câmara Municipal. Formalmente, essas pessoas exerciam as funções judiciária, legislativa, executiva e representativa, atribuídas a seus cargos. No entanto, na prática, uma vez que quase todos os funcionários públicos deviam sua posição ao chefe político, era este último e não aqueles, que em última instância comandava a política pública. Nas palavras de um participante da política do período, “As autoridades locais, o juiz, o promotor público, o delegado, o inspetor sanitário, os juízes de paz, os vereadores, todos seguiam o chefe político” (Walker, 2000, p. 61)

Não havia autonomia das instituições estatais em relação à oligarquia regional. A sistemática fraude eleitoral e o amplo controle das elites oligárquicas sobre a estrutura institucional estatal garantiam a utilização permanente das instituições militares, legislativas e judiciais em benefício dos empresários cafeeiros, de seus interesses e de seus aliados. Os empresários agrícolas situados no topo da hierarquia oligárquica, Schmidt e Junqueira, eram indivíduos absolutamente privilegiados no controle da distribuição regional dos cargos estatais e do poder e prestígio a eles relacionados.

Havia confrontos entre os diferentes grupos da oligarquia cafeeira regional e, também, entre a elite regional de Ribeirão Preto-SP e as elites estadual e nacional, sendo permanente o processo de negociação no contexto do sistema de reciprocidade coronelista. Contudo, esses confrontos jamais contrariavam os interesses oligárquicos em si e jamais colocavam em questão a lógica do favorecimento oligárquico. Tratavam-se de disputas relativas ao grau de privilégio dos empresários cafeeiros em relação a outros grupos oligárquicos ou do grau de privilégio de um grupo de empresários cafeeiros em relação a outro.

A grande importância estadual e nacional da região de Ribeirão Preto-SP era permanentemente reconhecida, sendo frequente a visita dos principais políticos nacionais à região. Veiga Miranda, um representante regional do empresariado do café, foi indicado

Ministro da Marinha em 1921, em uma importante demonstração do poder político que a elite ribeirão-pretana possuía durante a Primeira República (Walker, 2000, p. 71).

Os empresários do café também controlavam as organizações locais de comunicação. Segundo Lages, os dois periódicos jornalísticos de maior importância e duração no município de Ribeirão Preto-SP, durante o período republicano, foram o “Diário da Manhã”, fundado em 1899 e o “A Cidade”, fundado em 1905. Essas organizações midiáticas vinculavam-se aos grupos oligárquicos locais, estando a primeira ligada ao coronel Francisco Schmidt e a segunda ligada ao coronel Quizinho Junqueira (Lages, 2016, p. 163-164).

Do mesmo modo, a primeira emissora de rádio do interior do Brasil e a sétima a entrar em operação no país, a “Rádio Clube de Ribeirão Preto”, nasceu no município sob forte tutela da oligarquia cafeeira, tendo sido fundada em 1924, numa reunião ocorrida no palácio do coronel Francisco Junqueira, na qual houve, segundo sua ata, o comparecimento de “50 pessoas [...], dentre as quais vários capitalistas e agricultores” (Lages, 2016, p. 186).

No contexto desse controle absoluto da oligarquia regional do nordeste de SP, formada pelos empresários cafeeiros, sobre as organizações econômicas e sobre as instituições legislativas, judiciais e executivas, *não encontrei indícios sobre a existência de qualquer tipo de luta política organizada em defesa da vegetação nativa na região, nesse período.*

É possível que, devido à grande importância política nacional de Ribeirão Preto-SP e à presença na região de pessoas bem informadas, houvessem críticos locais à devastação produtivista do território. *Não havia, contudo, estruturação societária suficiente para que padrões rotinizados de luta política em defesa da vegetação nativa se desenvolvessem no nordeste de SP nesse período, uma vez que as principais instituições politicamente importantes para esse tipo de disputa estavam sob controle direto dos empresários cafeeiros, a quem não interessava qualquer questionamento sobre o padrão produtivista de ampliação da fronteira.*

Os empresários cafeeiros controlavam o que ocorria no interior das fazendas a partir do amplo poder pessoal que tinham sob seus domínios. Controlavam, por meio de fraude sistemática, as eleições e, desse modo, as instituições estatais legislativas, judiciais e executivas, não havendo nenhuma instituição estatal regional voltada ao tema ambiental. Controlavam as instituições militares públicas e as principais milícias privadas. E controlavam as organizações midiáticas. Não havia, assim, condições institucionais para que lutas políticas em defesa dos ecossistemas de vegetação nativa se desenvolvessem, mesmo que tenha havido alguma reivindicação social nesse sentido, o que não encontrei indícios de que tenha ocorrido.

A luta política pela sobrevivência ameríndia dos Kayapó meridionais, por sua vez, não foi militarmente efetiva para conter a expansão colonial e nacional.

A expulsão regional desses habitantes pré-colombianos do nordeste de São Paulo foi completada durante a Primeira República e essa comunidade indígena foi levada à beira da extinção, humana e étnica. A Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo encontrou, em 1910, na divisa entre o estado e Minas Gerais, na altura do chamado Triângulo Mineiro, um pequeno grupo de Kayapó meridionais, com cerca de trinta pessoas, sendo esses os últimos remanescentes regionais ameríndios de que se tem notícia (Giraldin, 2000, p. 162).

Atualmente, na região de Ribeirão Preto-SP, é apenas possível encontrar em museus de diversos municípios os “artefatos de pedra, madeira, osso e cerâmica” confeccionados pelos Kayapó meridionais e localizados em sítios arqueológicos (Lages, 2016, p. 10).²⁷

REGIÃO DO XINGU-PA E OS POVOS INDÍGENAS

Quando se iniciou a conquista do Brasil, diversos povos indígenas diferentes habitavam a região do médio Xingu-PA, guerreando entre si e impondo em seus territórios os seus distintos padrões de interação sociedade-natureza. Kayapó, Xavante, Xerente, Krahó, Apinagé, Gaviões, Canela, Timbira (Schmink e Wood, 1992, p. 254), Arara, Juruna, Chipaia, Curuaia e Assurini (Nunes, 1998, p. 47) são alguns dos povos que coabitaram as redondezas.

No início do século XIX, a ocupação “ocidental” atingiu as adjacências dos rios Araguaia e Tocantins, a leste do rio Xingu, e na década de 1830, Krahó, Apinagé e Timbira já tinham tido suas terras conquistadas, para nunca mais serem recuperadas. Povos indígenas com maior capacidade bélica, como os Kayapó e os Xavante, mantiveram a resistência armada e deslocaram-se cada vez mais para oeste, entrando em conflito permanente com outros povos indígenas que habitavam essas localidades (Schmink e Wood, 1992, p. 254).

Os primeiros contatos com os Kayapó situados nas proximidades do rio Araguaia teriam ocorrido em 1860, quando um sacerdote dominicano chamado frei Gil Vilanova estabeleceu a Missão de Santa Ana Nova (Posey, 1994). Daí em diante outras tentativas de aproximação, pelas armas e pelas rezas, ocorreram em relação a esse povo indígena.²⁸

²⁷ Os Kayapó meridionais não foram extintos no território brasileiro, destino de tantos outros povos indígenas. Os ameríndios conhecidos como Panará, contatados no começo da década de 1970 na região norte do estado de Mato Grosso, são Kayapó meridionais. Esse grupo foi posteriormente transferido para o Parque do Xingu e há sobreviventes da etnia vivos até o presente momento (Giraldin, 2000, p. 174).

²⁸ Um detalhamento mais preciso e completo da história dos Kayapó foi feito por Vanessa Lea no livro “Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mebêngokre (Kayapó) do Brasil Central” (Lea, 2012). Outro estudo importante que aborda a história dos Kayapó é o de Lux Vidal, “Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira” (Vidal, 1977). Há, também, o artigo de Verswijver e Gordon, intitulado “Mebêngokre (Kayapó)”, disponível no sítio eletrônico do Instituto Socioambiental (Verswijver e Gordon, 2002).

O rio Xingu foi o último dos principais afluentes do rio Amazonas a ser explorado no contexto do processo de ocupação brasileira da Amazônia, num momento em que os outros grandes rios da região já estavam mapeados e ocupados (Schmink e Wood, 1992, p. 255).

Um marco importante de sua exploração foi a expedição realizada em 1889, cujo objetivo era “verificar a possibilidade de exploração das árvores da borracha, seringueiras e caucheiros” na região, a mando de Agrário Cavalcante, oligarca que chefiava grupos de trabalhadores em Altamira-PA. Em novembro de 1889, a expedição penetrou na embocadura do rio Fresco, um afluente do Xingu, onde se encontravam índios Juruna aldeados. Estes “não ofereceram resistência” e “alertaram os expedicionários para que não continuassem a viagem, pois corriam perigo se alcançassem as terras onde estavam os kayapó” (Santana, 2007, p. 6).

Segundo Santana, “como verificou-se ser grande a existência de árvore da borracha, logo após o retorno daquela expedição começaram a chegar no Alto-Xingu inúmeros grupos de seringueiros e caucheiros, chefiados por patrões” (Santana, 2007, p. 6). Os “patrões” instalaram-se livremente nas terras conquistadas, formalmente terras devolutas, trazendo um grande número de trabalhadores e iniciando a sistemática extração da borracha no Xingu-PA.

Explica Santana (2007, p. 24) que na extração da borracha retirava-se das árvores uma seiva, o látex, com “o uso de um pequeno machado, cujo cabo tinha uma média de cinquenta centímetros de comprimento”, designado de “machadinho”. As espécies vegetais de interesse eram a seringueira (*Hevea Brasiliensis*) e o caucho (*Castilla ulei Warb*) e a extração dava-se de modo a manter a árvore viva, não havendo desmatamento sistemático ou devastação florestal.

O homem que controlava toda a produção regional no Xingu-PA era José Porphírio de Miranda Júnior, coronel da Guarda Nacional e senador do Pará. Nordestino, o coronel era conhecido como “o manda-chuva do Xingu”, tendo poderes econômicos e políticos que se estendiam “da confluência do Xingu com o Amazonas até o mais avançado barracão aviador instalado no Alto-Xingu”, de modo a monopolizar “toda produção do [rio] Xingu e do [rio] Iriri”. O chefe imediato da produção na região que posteriormente seria incluída no município de São Félix do Xingu-PA era Tancredo Martins Jorge, também coronel da Guarda Nacional, trazido para a região pelo senador José Porphírio e a ele diretamente vinculado. Tancredo Jorge chegou a deter sob seu comando, no auge da extração regional de borracha, em 1916, cerca de dois mil seringueiros (Santana, 2007, p. 9-27).

Foi Tancredo Jorge o responsável principal pela fundação do povoado de São Félix da Boca do Rio na confluência dos rios Xingu e Fresco, no local onde hoje se situa a zona urbana do município de São Félix do Xingu-PA. Em agosto de 1914, a partir da “derrubada de 10

alqueires, destinados à lavoura de manutenção, e [da] construção e instalação do barracão aviador”, que controlava a produção, foi instalado o povoado (Santana, 2007, p. 10-11).

Segundo Martins, várias localidades situadas na Amazônia receberam o nome de São Félix porque, na crença católica, este é “o santo que protege o homem contra ‘os animais peçonhentos e os índios’” (Martins, 2016, p. 144). A demanda simbólica e material de proteção contra os índios manteve-se presente no período de extração regional da borracha nas imediações do rio Xingu porque o imenso território não chegou nunca a ser completamente dominado pelos brasileiros, que se concentravam apenas nas imediações da confluência entre os rios Xingu e Fresco, em algumas centenas de quilômetros.

A maior parte do território da vasta região do Xingu-PA manteve-se sob domínio ameríndio, sendo constantes os conflitos dos povos indígenas com os grupos de seringueiros e caucheiros instalados na região, tal como dos povos indígenas entre si.

Durante toda a Primeira República, a região do Xingu-PA esteve vinculada administrativamente à vila de Altamira, estabelecida em 1883, e que em 1919 era sede de comarca (Santana, 2007, p. 31). Apesar disso, na região do povoado de São Félix da Boca do Rio propriamente dita, não havia instituições estatais, e “a justiça que prevalecia era o livre arbítrio do coronel”, que “mantinha ao seu lado muitos capangas que garantiam até os seus desvarios”, promovendo um rígido domínio pessoal sobre as pessoas e as ações das redondezas, amparado por um violento controle armado. Segundo Santana, “a inexistência de leis e o clima geral de violência davam lugar a todo tipo de arbitrariedades” (Santana, 2007, p. 20-26).

A produção regional de borracha nas proximidades do Xingu-PA entrou em decadência entre 1919 e 1924, em virtude da diminuição do interesse comercial pelo produto amazônico no mercado internacional. Nesses anos, houve uma diminuição drástica da população regional brasileira no então povoado de São Félix da Boca do Rio: segundo Santana, ela caiu em 80%, em virtude da migração para outras áreas extrativas mais rentáveis, especialmente para os garimpos de diamante no Alto-Araguaia (Santana, 2007, p. 35-37).

Não tinha havido nessa época, por parte dos patrões e dos seringueiros instalados na região do Xingu-PA, iniciativas efetivas de regularização fundiária das terras devolutas ocupadas para extração da borracha, não havendo qualquer intuito de fixação territorial dos “patrões” envolvidos nessa prática agrícola extrativa. Por essa razão, com a decadência da produção, a maioria das pessoas simplesmente abandonou as terras ocupadas. A partir de 1925, o interesse internacional na borracha amazônica voltou a crescer e houve um reestabelecimento parcial da produção regional, em patamar bastante inferior ao da década anterior.

A partir de 1927, a ocupação extrativa da região do Xingu-PA passou a dar-se também por meio da exploração de outra espécie vegetal, a Castanha-do-Brasil (*Bertholletia excelsa*). Basílio Alves de Lima, capitão da Guarda Nacional, foi o principal responsável pelo início das atividades extrativas e comerciais desse produto (Santana, 2007, p. 41).

A extração da castanha-do-Brasil também ocorria de modo a manter a “floresta em pé”, sem promoção do desmatamento sistemático, embora houvesse potencial perda de biodiversidade pelo manejo humano nessas áreas, tal como ocorria com a extração da borracha.

O padrão de ação econômico-ecológica que materializou a modernização oligárquica do Xingu-PA manteve-se caracterizado pela *não ocorrência da devastação florestal*, tanto com a extração da borracha, mais relevante nesse período, quanto com a extração da castanha.

A dinâmica extrativa visava o aproveitamento das espécies vegetais nativas no próprio ecossistema, sem efetuação de desmatamento sistemático para implantação de monocultivos. Poucos quilômetros quadrados, com isso, foram desmatados no Xingu no período, apenas para construção das habitações e das roças destinadas à subsistência dos trabalhadores da borracha, como no caso mencionado do povoado de São Félix da Boca do Rio.

RELAÇÕES SOCIAIS DOS KAYAPÓ COM OS ECOSSISTEMAS NATIVOS

Nos domínios ameríndios do território xinguno, por sua vez, eram desenvolvidos pelos diversos povos indígenas que habitavam a região nesse período padrões de relação social com os ecossistemas nativos baseados no *uso florestal não degradante*.

Os Kayapó são, dentre os povos indígenas da região, aquele sobre o qual existem mais informações a respeito de sua dinâmica tradicional de interação sociedade-natureza, sabendo-se que um padrão de ação bastante complexo, do ponto de vista ecológico, foi historicamente produzido por esses ameríndios.²⁹ Eles desenvolveram, em longo acúmulo temporal, uma organização societária caracterizada pelo *baixo impacto extrativo* e pela *promoção de heterogeneidade biológica através do manejo*. O desmatamento sempre foi um tipo de prática agrícola com uso limitado na interação dos Kayapó com os ecossistemas, uma vez que eles utilizavam com mais frequência outros tipos de práticas agrícolas.

²⁹ Estudos sobre as dinâmicas de interação sociedade-natureza dos Kayapó foram realizados sobretudo a partir da década de 1980. As reflexões desse tópico se baseiam nesses estudos. Um levantamento bibliográfico georreferenciado, elaborado em 1999 sobre o etnoconhecimento relativo aos povos indígenas e às populações tradicionais brasileiras, apontou que a área protegida que concentrou o maior número de pesquisas no país, até então, foi a terra indígena Kayapó. (Capobianco *et al.*, 2001, p. 384-385)

Uma das características ecologicamente importantes da dinâmica tradicional de interação com a natureza dos Kayapó é o grande conhecimento acumulado por eles sobre a estrutura biológica de funcionamento dos ecossistemas naturais, verbalmente transmitido entre as gerações de ameríndios. Os Kayapó desenvolveram, com base nesse acúmulo, complexos sistemas de classificação das zonas ecológicas. Segundo Posey, para os Kayapó “existem quase quarenta variedades de campos e matas, além das serras e das ilhas” e “os animais e plantas, por sua vez, apresentam relações específicas com cada zona ecológica”. Eles “conhecem muito bem o comportamento e a biologia dos animais silvestres, bem como a localização deles em seu sistema de zoneamento vertical da mata”, evidenciando um acúmulo de informações que abrange inclusive os insetos (Posey, 1984, p. 37). Esse conhecimento era aplicado nas inúmeras formas de manejo que os Kayapó efetuavam nos ecossistemas em que viviam, de modo a promover o aumento da diversidade biológica desses ecossistemas por meio da transposição de espécies entre zonas ecológicas compatíveis.

Entre as principais formas tradicionais de manejo dos Kayapó estavam as roças, as áreas de agricultura nômade e as ilhas de vegetação lenhosa no cerrado.

As roças dos Kayapó possuíam “características semelhantes às da própria vegetação sucessional”, numa tentativa de reproduzir a dinâmica de funcionamento dos ecossistemas nativos. Segundo Anderson e Posey (1985, p. 78):

Como a própria sucessão, a complexidade e estrutura das roças dos Kayapó aumentam ao longo do tempo, começando com os *puru nu*, compostos de porte baixo e vida curta; continuando nos *puru tum*, compostos de bananas e uma grande diversidade de árvores frutíferas; e culminando nos *ibê*, compostos de plantações de espécies florestais de grande porte como a castanha-do-Pará, que os índios plantam para os seus netos e bisnetos. Os índios estabelecem os *puru tum* e *ibê* em clareiras naturais ou artificiais, onde concentram o material orgânico da capoeira em volta. As plantações em capoeiras são esporádicas, formando uma espécie de arquipélago manejado, envolvido por um mar de vegetação onde a manipulação é menos intensa.

Uma grande diversidade de espécies era utilizada nas roças dos Kayapó, tendo sido encontrados em estudos etnobotânicos realizados no século XX uma média de 58 diferentes espécies nas roças de Gorotire, uma aldeia kayapó da região do Xingu-PA. Esses vegetais eram utilizados pelos Kayapó como alimentos, remédios e como matérias-primas para usos diversos, como caça, pesca, atividades religiosas, cerimônias, pintura, entre outras. Nessa mesma aldeia foram identificadas 17 variedades distintas de mandioca e macaxeira, selecionadas para o plantio conforme as condições de drenagem do solo, e 33 variedades de batata-doce, inhame e taioba, plantadas conforme escolha baseada nas condições ambientais do local e do período

(Anderson e Posey, 1985, p. 78). Havia, assim, grande complexidade no conhecimento ecológico aplicado no sistema de manejo promovido pelos Kayapó.

O fogo era utilizado no manejo de forma controlada, de modo a evitar o calor excessivo e o dano das raízes sensíveis. Havia uma sequência no uso das queimas e uma escolha consciente sobre a época do ano em que deviam ser realizadas nas diferentes roças, conforme análise baseada no seu complexo sistema de classificação biológica. O fogo tinha, além disso, uma função estética e lúdica, sendo bastante admirados os efeitos climáticos e visuais promovidos pelo manejo das queimadas (Posey, 1984; Posey, 1985).

Após um tempo de uso, as roças eram “abandonadas” pelos Kayapó para recomposição ecossistêmica. Isso implicava, na verdade, numa nova forma de manejo, uma vez que elas continuavam sendo acionadas para coleta de vegetais, especialmente os de uso medicinal, para caça, uma vez que essas áreas atraíam inúmeros animais, e também como repositório genético, do qual eram extraídos espécimes e sementes de interesse (Posey, 1985, p. 144-148).

A agricultura nômade dos Kayapó consistia num diversificado conjunto de práticas agrícolas que objetivavam garantir aos grupos Kayapó o fornecimento dos alimentos, remédios e das matérias-primas que necessitavam para sua vida em contextos de transição territorial. Explica Posey que os Kayapó tinham o hábito de promover longos deslocamentos comunitários no vasto território em que habitavam, em percursos que levavam muitos meses para serem percorridos (Posey, 1985, p. 149). Seja em trajetos entre as suas inúmeras aldeias, seja em investidas bélicas contra outros povos indígenas ou em busca de caça, seja em períodos de efetiva mudança de toda uma comunidade, o sistema de agricultura nômade dava a eles a “flexibilidade necessária durante os períodos em que as áreas agrícolas eram abandonadas ou inacessíveis devido à atividade inimiga” (Posey, 1994).

Um dos eixos da agricultura nômade dos Kayapó era o plantio agrícola em áreas laterais às trilhas utilizadas em seus percursos. Diferentes espécies de interesse das comunidades eram lançadas nas margens dos caminhos regularmente percorridos por eles, de modo a fomentar o desenvolvimento das plantas nas imediações das áreas de trânsito. Segundo Posey, num survey realizado na segunda metade do século XX em três quilômetros de uma trilha ligando a aldeia de Gorotire a uma roça, foram observadas 185 árvores plantadas, de 15 espécies diferentes, e aproximadamente 1.500 plantas medicinais e 5.500 plantas de interesse alimentar, de um número indeterminado de espécies (Posey, 1985, p. 149).

Outro eixo da agricultura nômade dos Kayapó era a construção agrícola de campos florestais em locais estrategicamente situados em seus polos de deslocamento territorial. Esses campos florestais replicavam intencionalmente as roças dos Kayapó em aberturas florestais

ocorridas naturalmente ou em aberturas realizadas pelos ameríndios. Grandes repositórios de plantas medicinais, alimentos e matérias-primas vegetais ficavam, desse modo, disponíveis para os Kayapó em suas viagens de longos percursos, de modo a permitir o reabastecimento vegetal em trechos importantes do caminho (Posey, 1985, p. 149-150).

As ilhas de vegetação lenhosa nas áreas de cerrado eram outra importante estratégia de manejo dos Kayapó, chamadas por eles de *apêê*. Trata-se de aglomerados de policulturas compostos por árvores de grande porte e cultivos de porte médio e baixo, criados intencionalmente no meio de áreas de cerrado, bioma caracterizado pela presença predominante de vegetação arbustiva. Segundo Anderson e Posey, a criação e uso dos *apêê* tinha razões diversas. Eles eram usados como refúgios em casos de invasão de outros povos indígenas ou de brasileiros e em casos de epidemias, quando as aldeias eram abandonadas temporariamente. As ilhas de vegetação lenhosa também eram utilizadas como esconderijo contra os inimigos e, em tempos de paz, como locais para descanso, lazer e encontros amorosos. Outro uso importante dos *apêê* era o de repositório genético de espécies vegetais, tal como ocorre nas outras áreas de manejo dos Kayapó (Anderson e Posey, 1985, p. 82-84).

Segundo Posey, em estudo etnobotânico realizado na aldeia de Gorotire no século XX, constatou-se que um número muito superior de ilhas de vegetação lenhosa existiam em suas imediações, no comparativo com outras áreas de campos e cerrados do Brasil, podendo cerca de 75% das ilhas situadas em volta de Gorotire ter sido constituídas pelos ameríndios Kayapó, segundo as informações por eles mesmo prestadas (Posey, 1985, p. 141).³⁰

Anderson e Posey investigaram algumas dessas ilhas florestais e constataram que, de um total de 120 espécies inventariadas, 118 eram consideradas úteis pelos informantes Kayapó. As principais categorias de uso incluíam “remédios (para febre, sangramento, diarreia, dores do corpo, tontura, dores de cabeça e dente, abortivos e anticoncepcionais)”, “atrativos de caça”, “alimento para pessoas (através de tubérculos, raízes e frutos), lenha, fertilizante, sombreamento”. Além desses usos principais, havia espécies com inúmeros outros usos reconhecidos: bobinas para orelhas, cachimbos, cestos, tinta para pintura corporal, máscaras, flechas, cabos para machados, madeira para arcos, iscas para peixes, veneno para peixes, espinhos para pequenas intervenções cirúrgicas, removedor de cabelos, fontes de água, inseticidas naturais, entre outros (Anderson e Posey, 1985, p. 81).

O manejo agrícola que envolvia a formação dos *apêê* era ainda mais complexo que outras intervenções dos Kayapó nos ecossistemas nativos, uma vez que baseava-se não apenas

³⁰ Eugene Parker é o principal crítico do trabalho de Posey sobre os *apêês*. A polêmica entre os autores estendeu-se por vários artigos (Parker, 1992, 1993; Posey, 1992b).

na utilização do conhecimento das estruturas ecológicas regionais, da dinâmica de sucessão natural e do fogo, mas também na aplicação, às áreas de interesse, de pilhas de adubo composto às quais era adicionado “material orgânico de diversos montículos de uma espécie de cupim chamada *rorote* (*Nasutitermes* sp.)” e, às vezes, “pedaços de ninho de uma espécie de formiga chamada *mrurum kujá* (*Azteca* sp.)” (Anderson e Posey, 1985, p. 82).

As sementes utilizadas nos plantios eram, segundo os informantes Kayapó, trazidas de regiões situadas a muitos quilômetros de distância. Algumas variedades tinham, segundo eles, qualidades especificamente desejadas, como o sabor dos alimentos, a textura das madeiras e fibras ou propriedades medicinais específicas, tendo sido adquiridas de outros povos indígenas, como os Tapirapé, Karaja, Munduruku, Assurini, Xavante, Canela, Gavião e Sororo, de modo a abranger uma extensão territorial de origem do tamanho da Europa (Posey, 1985, p. 155).

Além dessas complexas estratégias de manejo, os Kayapó também realizavam o plantio em topos de colinas e em afloramentos basálticos, onde espécies vegetais especialmente adaptadas a esses ecossistemas eram plantadas (Anderson e Posey, 1985). Os Kayapó também reconheciam “54 espécies diferentes de abelhas [...] produtoras de mel e cera”. Segundo Posey, dentre elas, seis eram usadas “para a produção de mel”, que era “recolhido sem dismantelar a colmeia, preservando a rainha e as operárias”, de modo a permitir a retirada de “mel da mesma colmeia ano após ano” (Posey, 1984, p. 40).

Dinâmicas relacionais complexas e específicas, bastante distintas das “ocidentais”, condicionavam a rotinização e a reprodução desses padrões de relação social com os ecossistemas nativos, com intensa participação dos mitos nesses processos.

Segundo Posey, “os Kayapó preservam parte de sua bagagem de conhecimentos ecológicos por meio de mitos e rituais”, tendo em vista que “alguns desses mitos tratam da relação entre homens, plantas e animais, e esses conhecimentos se manifestam também em cerimoniais, com seus símbolos, danças e canções” (Posey, 1984, p. 38). Uma abrangente catalogação dos mitos do povo Kayapó foi realizada na década de 1930 por Horace Banner, missionário que trabalhou com a evangelização de grupos de Kayapó, sendo possível observar nos mitos a interação permanente entre humanos e elementos bióticos e abióticos do ecossistema, relativamente indiferenciados e mutuamente implicados (Banner, 1957).

Posey destaca dois mitos como exemplos da codificação mitológica da preservação ambiental: segundo um deles, “Bepkôrôti”, espírito de um antigo xamã, ficaria irado quando os ameríndios não repartem seus alimentos, levando os Kayapó a abandonarem nas colmeias porções de mel, em homenagem ao xamã, o que facilitaria o reestabelecimento das colônias de abelhas; segundo outro mito, uma entidade mística chamada “Mry-kàák”, a mais temida das

criaturas sobrenaturais para os Kayapó, criaria “piabinhas” e bandos de peixe em desova, o que incentivaria os Kayapó a afastarem-se desses animais, facilitando a reprodução dos peixes, alimentos fundamentais na dieta desse povo ameríndio (Posey, 1992^a, p. 25-26)

Sobre o padrão de ação econômico-ecológica dos Kayapó, Posey afirma também que:

Os índios não acreditam que o objetivo de sua civilização seja conquistar a natureza e o mundo, nem extrair do meio o máximo de recursos a curto prazo, a fim de obter lucros ou vantagens. Os Kayapó, por exemplo, acreditam que existe um equilíbrio entre os espíritos dos animais, dos homens e das plantas. Se os homens abusarem dos recursos da floresta, a harmonia será destruída e chegarão doenças para toda a tribo. (Posey, 1984, p. 37)

É possível supor que pelo menos algumas das práticas de manejo dos Kayapó também fossem utilizadas por seus conterrâneos. Em vista disso, alguns autores afirmam que “muitos dos ecossistemas tropicais até agora considerados ‘naturais’ poderiam ter sido profundamente moldados por populações indígenas”, de modo que “provavelmente, muito do que tem sido julgado natural na Amazônia constitui, de fato, algo que populações ameríndias [...] modificaram” (Anderson e Posey, 1985, p. 86).

No início do século XX, os Kayapó viviam em inúmeras aldeias na região do Xingu-PA. Em virtude do excessivo número de doenças inexplicáveis que levavam seus habitantes a morte, acusações de bruxaria entre agrupamentos de Kayapó coabitantes das aldeias passaram a ocorrer com mais frequência e a fragmentação dos grupos ampliou-se, tal como a hostilidade mútua entre essas comunidades ameríndias (Posey, 1994).

Nessa época, a maior parte dos grupos Kayapó da região do Xingu não havia ainda sido diretamente contatada pelos brasileiros, salvo nos casos ocasionais de conflitos bélicos, mais comuns a partir de 1908, ano em que grupos de seringueiros atacaram duas vezes e obtiveram êxito em destruir uma aldeia Kayapó situada na região (Schmink e Wood, 1992, p. 256).

INÍCIO DA DEFESA DA VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL: CONCLUSÕES

Em suma, é possível afirmar que foi com a colonização portuguesa que se iniciou o ataque aos ecossistemas de vegetação nativa situados no território brasileiro. Durante o Império e durante a Primeira República, a devastação e os usos degradantes dos ecossistemas nativos prosseguiram, no contexto da expansão da fronteira agropecuária, que ocorreu de modo bastante diversificado nas distintas partes do território nacional. Entre as principais diferenças, ressalta-se o altíssimo grau de desmatamento para implantação de monoculturas agropecuárias no bioma

Mata Atlântica e o baixíssimo grau de desmatamento no bioma Amazônia, predominantemente ocupado por atividades extrativas que não geravam devastação florestal.

Opondo-se à expansão da fronteira agropecuária, os povos ameríndios e tradicionais realizaram, desde o século XVI, confrontos bélicos em defesa de seus territórios e de seus modos de vida baseados em um uso não degradante da vegetação nativa. Essa defesa militar de seus territórios teve por consequência, em alguns casos, a proteção exitosa dos ecossistemas nativos situados em seus domínios. Isso ocorreu sem que houvesse uma associação explícita significativa entre a retórica da proteção à natureza e tais ações dos povos indígenas e das populações tradicionais, na discussão vigente no país até o início do século XX.

A despeito disso, as críticas à devastação florestal e as reivindicações de proteção da vegetação nativa existiram no território brasileiro. No Império, as reivindicações por áreas estatais e por áreas privadas de proteção ambiental foram expressadas por indivíduos importantes no cenário político nacional, como José Bonifácio e André Rebouças. Também no Império, houve o fortalecimento do debate científico sobre o tema e a primeira ação executiva de reflorestamento foi realizada, na Tijuca, no Rio de Janeiro.

Durante a Primeira República, a primeira instituição estatal executiva nacional especificamente vinculada à temática florestal foi criada, o Serviço Florestal do Brasil, e algumas áreas florestais foram consideradas de propriedade estatal. Nesse período, a discussão sobre a intervenção estatal no domínio privado por motivação ambiental foi intensificada, opondo defensores de uma concepção liberal de propriedade privada, hegemônica culturalmente e constitucionalmente prevista, e defensores de uma concepção socioambiental de propriedade, que autorizava a intervenção ambientalista.

Apesar da intensificação do debate, as lutas por áreas de proteção da vegetação nativa prosseguiram tendo resultados concretos muito pouco significativos durante esses períodos.

Isso ocorreu, por um lado, porque não foram constituídas no Brasil instituições aptas a converter a insatisfação ambiental em padrões rotinizados de protesto e negociação política, uma vez que não foram criadas organizações especializadas em reivindicações ambientais, tampouco houve formação de redes efetivas de mobilização sobre o tema. As iniciativas de reivindicação foram pontuais e restritas a alguns indivíduos situados em alguns centros urbanos.

Por outro lado, as elites agroexportadoras agrárias e comerciais não entenderam, nesses períodos da história nacional, que a mudança do padrão predatório de expansão da fronteira agropecuária era de seu interesse, uma vez que esse por meio desse padrão elas mantinham e ampliavam seus poderes econômico e político. Essas elites mantinham amplo controle das

principais instituições da sociedade brasileira, de modo a barrar as possibilidades de êxito de iniciativas contrárias a seus interesses, tais como as demandas por proteção da vegetação nativa.

Em síntese, os padrões de dominação e desenvolvimento vigentes durante o Império e durante a Primeira República manifestavam-se em estruturas institucionais majoritariamente impermeáveis às reivindicações de proteção da vegetação nativa.

As regiões de Ribeirão Preto-SP e de São Félix do Xingu-PA exemplificam, a nível local, a complexidade brasileira. Nesses sertões do vasto território nacional não houve uma efetiva confrontação das elites agrárias em lutas políticas expressamente “ambientalistas” durante o Império ou durante a Primeira República, enquanto as lutas em defesa das terras ameríndias e tradicionais foram bem-sucedidas apenas em circunstâncias específicas.

Na região de Ribeirão Preto-SP, a expulsão dos habitantes pré-coloniais – os Kayapó meridionais – iniciou-se com as bandeiras de apresamento e com as entradas em busca de minérios, datando do começo do século XX os últimos relatos regionais sobre esses ameríndios. O desmatamento sistemático dos ecossistemas nativos teve um importante marco inaugural na década de 1880, quando a implantação das grandes fazendas de café intensificou-se, a partir da instalação das ferrovias. Inexistiram nessa região, até 1930, iniciativas de reivindicação política por áreas estatais de proteção da vegetação nativa ou por áreas privadas de proteção ambiental. Inexistiu, assim, luta política regional expressamente “ambientalista” durante o Império e durante a Primeira República, tendo o controle das oligarquias agrárias sobre a sociedade regional obstado o desenvolvimento de conflitos políticos em defesa da vegetação nativa.

Na região do Xingu, no sul do Pará, por sua vez, foi somente no final do século XIX que as primeiras expedições brasileiras de reconhecimento ocorreram, com o posterior início da extração da borracha no local. O uso intensivo de uma parcela do território regional para esse fim teve seu ápice na década de 1910, não tendo havido devastação regional das florestas. Embora diversos povos indígenas tenham perdido controle de seus territórios nesse processo, alguns deles, como os Kayapó, foram efetivos na defesa de seus domínios e conseguiram manter seus modos de vida associados à proteção da vegetação nativa. Os Kayapó são, inclusive, um exemplo bem documentado de dinâmica de interação sociedade-natureza baseada na preservação e nos usos não degradantes dos ecossistemas de vegetação nativa.

Foram esses os acontecimentos e as tendências mais importantes das lutas em defesa da vegetação nativa num primeiro momento da história brasileira e regional, em Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA. No seguimento do século XX, novos passos foram dados.

2. Disputas no período desenvolvimentista (1930-1985)

Em 1930, o então presidente da República Washington Luis foi deposto por um movimento armado liderado por civis e oficiais militares, que ficou conhecido como “revolução de 1930”. Essa transição política não negociada pôs fim à Primeira República e deu início a um período marcado pela vigência de um padrão de dominação e desenvolvimento caracterizado por tendências desenvolvimentistas e autocráticas, que se estendeu até a década de 1980.

O caráter *desenvolvimentista* desse período associa-se ao foco privilegiado na industrialização e no crescimento econômico que as ações estatais e sociais tiveram, uma vez que foram tornadas prioridades da política brasileira. Segundo Sallum Jr., desenvolvimentismo é uma modalidade de intervencionismo que visa “impulsionar a industrialização em países de desenvolvimento tardio – em relação aos centros originários do capitalismo mundial” (Sallum Jr., 1996, p. 44). O caráter *autocrático* vincula-se às restrições à liberdade política existentes, uma vez que as instituições estatais passaram a agir “como núcleo organizador da sociedade, deixando pouco espaço para a organização e a mobilização autônomas de grupos sociais (sobretudo dos vinculados às classes populares)” (Sallum Jr., 2015, p. 16).

Para construção do capitalismo industrial no país, as instituições estatais e o intervencionismo foram bastante ampliados, com o hipertrofiamento das instituições executivas, que passaram a ser os eixos centrais da organização societária brasileira. Nesse processo, à medida em que a capacidade regulatória e interventiva das instituições estatais foi aumentando, uma autonomia relativa dessas instituições em relação aos grupos societários foi sendo constituída (Draibe, 1985).

Outra característica importante do período foi a instalação, nos principais centros decisórios, de uma racionalidade tecnocrática, de modo a privilegiar o discurso técnico-científico na orientação e fundamentação das decisões políticas, o que foi favorecido pelo fortalecimento das estruturas burocrático-administrativas.

No período de dominação desenvolvimentista tivemos no Brasil, inicialmente, um governo provisório (1930-1934), um governo sob preceitos democráticos (1934-1937) e um governo autoritário (1937-1945) chefiados por Getúlio Vargas, principal liderança da “revolução de 1930”. Posteriormente, tivemos um ciclo de governos democraticamente eleitos (1946-1964) e um ciclo de governos militares autoritários (1964-1985). Durante esses governos, a dominação autocrática e desenvolvimentista não se manteve homogênea, tendo os diferentes e sucessivos regimes políticos expressado a incorporação de diferentes segmentos societários e de distintas reivindicações sociais ao pacto político (Sallum Jr., 1996, p. 48).

No que tange às disputas políticas em defesa dos ecossistemas de vegetação nativa, o período desenvolvimentista da história nacional teve na edição dos primeiros Códigos Florestais brasileiros, em 1934 e em 1965, dois de seus acontecimentos políticos principais.

CÓDIGO FLORESTAL DE 1934

Após a ação militarizada que marcou a transição política não negociada de 1930, Getúlio Vargas assumiu a chefia do governo provisório (1930-1934) e realizou uma significativa intervenção nas instituições políticas brasileiras, com a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Estaduais e das Assembleias Municipais, a retirada de todos os políticos eleitos durante a Primeira República de seus cargos, a substituição dos presidentes dos estados por interventores e a imposição de censura aos veículos de comunicação que lhe faziam oposição (Schwarcz e Starling, 2015, p. 361). A partir disso, Vargas iniciou a gradativa realização de um amplo programa de reformas, que incluiu a aprovação de nova regulamentação jurídica para inúmeras matérias e a criação de diversas instituições estatais.¹

Para subsidiar essas reformas, Vargas criou, pelo Decreto n. 19.459/1930, a *Comissão Legislativa*, uma instituição vinculada ao Executivo, constituída “para elaborar os projectos de revisão ou reforma da legislação civil, comercial, penal, processual da justiça federal e do Distrito Federal, de organização judiciária do Distrito Federal, e de outras matérias” (art. 1º).

O primeiro projeto concluído pela Comissão Legislativa, segundo seu presidente Levi Carneiro, foi o do Código Florestal, posteriormente aprovado e publicado por meio do Decreto n. 23.793/1934. No ofício de encaminhamento do projeto, Levi Carneiro afirmou que “nenhuma lei nos faz mais falta que essa” e que “em nenhuma matéria a demora na regulamentação é mais danosa” (Carneiro, 1933, p. 8259). Ter sido o primeiro trabalho concluído pela Comissão encarregada de realizar a revisão da legislação brasileira é um indicador da importância política que a temática florestal havia adquirido na década de 1930, quando houve uma intensificação do movimento de reivindicação social em defesa da vegetação nativa no Brasil.

¹ A primeira modificação importante de regulamentação jurídica feita por Getúlio Vargas foi a aprovação, por decreto, de um Código Eleitoral (Decreto n. 21.076/1932), estabelecendo inúmeras mudanças nas regras eleitorais do país, dentre as quais a extensão do direito ao voto às mulheres e a adoção do voto secreto. O Código Eleitoral criou, também, uma instituição judicial, a Justiça Eleitoral, para executar os procedimentos de consulta político-popular e julgar os conflitos relacionados à temática. Conforme explicam Schwarcz e Starling, “o código inviabilizou um conjunto de fraudes característico do sistema representativo da Primeira República: o voto secreto protegia o eleitor das pressões das elites regionais em meio às disputas políticas estaduais; a Justiça Eleitoral entregou a juízes profissionais a fiscalização das eleições, da apuração dos votos e o reconhecimento dos eleitos” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 362).

Se, antes de 1930, conforme explica Warren Dean, “as associações cívicas haviam desempenhado apenas um papel menor nas poucas medidas conservacionistas decretadas e não havia organizações especificamente conservacionistas” (Dean, 1996, p. 274), nessa década houve uma mudança estrutural no âmbito social brasileiro, com a criação, na capital do país, de organizações especificamente voltadas à temática ambiental e com o engajamento de inúmeras organizações não especificamente ambientalistas na disputa política.

A mais relevante das organizações sociais especializadas em temas ambientais criadas nesse período foi a *Sociedade dos Amigos da Árvore*, uma organização ambientalista que teve na temática florestal a sua razão de existência e em *Alberto José de Sampaio* e *Durval Ribeiro de Pinho* algumas de suas principais lideranças. Além deles, segundo Urban, “um dos membros mais ativos” da Sociedade dos Amigos da Árvore foi “o jornalista Leôncio Correia, fundador do *Correio da Manhã*, fato que sempre assegurou boa divulgação dos assuntos da sociedade” (Urban, 2001, p. 31). A Sociedade era uma entidade conservacionista, pautando sua atuação pela defesa do meio ambiente em sentido estrito, sem um aprofundamento na problemática da dimensão humana da interação sociedade-natureza.

Inaugurada em 1931, no Rio de Janeiro, em cerimônia que contou com a participação do então Ministro da Agricultura, Assis Brasil, a Sociedade engajou-se, desde sua criação, numa série de ações políticas. No seu ato de fundação, a Sociedade formalizou como documento orientador de suas ações um programa, composto por doze postulados, que foram editados posteriormente, em 1933, sob o título “Postulados sobre o problema florestal” e publicados num “livreto que se tornou um documento dirigido aos deputados da Constituinte, chefes do Poder Executivo federal, dos Estados e dos Municípios, diretores e membros do magistério dos estabelecimentos de ensino, bem como aos diretores das empresas” (Silva, 2014).

Nesse documento, as ideias de inúmeros intelectuais brasileiros e estrangeiros eram mencionadas, incluindo desde figuras historicamente importantes nos processos políticos de reivindicação social sobre o tema ambiental no Brasil, como José Bonifácio e André Rebouças, até pessoas com atuação destacada à época, tais como *Alberto Löfgren* e *Alberto José de Sampaio* (Silva, 2014). Ao citar em seu documento de fundação e orientação política intelectuais historicamente relevantes para a defesa florestal brasileira e cientistas com atuação destacada na década de 1930, a Sociedade dos Amigos da Árvore explicitou a conexão existente entre as reivindicações que passou a encabeçar a partir de 1931 e o histórico brasileiro de reivindicações em defesa da vegetação nativa, a que deu continuidade.

Outra organização social extremamente importante no período e também caracterizada por essa conexão direta com o histórico brasileiro de reivindicações ambientais foi a *Sociedade*

de *Amigos de Alberto Torres*, uma organização não especificamente ambientalista, que reunia, segundo Urban, “milhares de pessoas em grupos atuantes distribuídos principalmente pelos Estados de Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Goiás” (Urban, 2001, p. 31-32), além do Rio de Janeiro. A organização engajou-se desde sua fundação, segundo Warren Dean, em ações de reflorestamento, palestras ambientais, ações de reivindicação política em defesa da vegetação nativa e outras atividades (Dean, 1996, p. 275).

Além das duas, inúmeras outras organizações também se destacaram no debate político ambiental durante a década de 1930, como o *Centro Excursionista Brasileiro*, sediado no Rio de Janeiro, “cujos guias haviam sido credenciados como guardas-florestais nos primeiros dias do Serviço Florestal”, a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino*, que tinha como uma de suas líderes *Bertha Lutz*, bióloga no Museu Nacional e importante ativista do feminismo brasileiro, o *Clube dos Amigos da Natureza*, a *Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro*, a *Sociedade dos Amigos da Flora Brasílica*, a *Sociedade de Amigos do Museu Nacional*, entre outras (Dean, 1996; Dean, 1995, p. 110). Segundo Franco e Drummond, essas “organizações assumiram posturas ativas no que diz respeito à proteção da natureza: criticavam o desmatamento, clamavam por uma reforma na agricultura, defendiam a promulgação de uma lei florestal, distribuíam sementes e ministravam palestras”, além de “aconselhar e influenciar setores importantes da burocracia estatal” (Franco e Drummond, 2009, p. 42).

Assim, havia no Rio de Janeiro, capital do Brasil, durante a década de 1930, *um conjunto de organizações sociais com ação reivindicatória ambiental, potencializando a força política da pauta ambientalista e das iniciativas em defesa da vegetação nativa*.

Essas organizações sociais possuíam em Alberto Torres a principal referência teórica para sua ação política e, a partir de seu pensamento, deram seguimento à disputa ambiental brasileira. Conforme explicam Franco e Drummond, para “a geração de protetores da natureza atuantes nas décadas de 1920-1940, as idéias de [Alberto] Torres tornaram-se um programa de ação” (Franco e Drummond, 2009, p. 39). Tal programa tinha como eixo principal a inclusão da conservação dos recursos naturais no âmbito do projeto mais amplo de reforma da sociedade brasileira a partir de instituições estatais nacionais fortes, sendo a base da defesa ambiental a relação entre proteção da natureza e identidade nacional (Franco e Drummond, 2009b).

Esse conjunto de organizações sociais com atuação política ambiental foi formada, no Brasil da década de 1930, em estreito contato com a comunidade científica nacional, uma vez que a maior parte das organizações tinha em posições de liderança cientistas e outros profissionais vinculados à produção de conhecimento nas ciências da natureza. Isso possibilitou que se estabelecesse em relação às temáticas ambientais, nesse período, um canal importante

de comunicação entre as lideranças científicas e as lideranças políticas do país, sob mediação das organizações sociais e de sua ação reivindicatória.

Um dos cientistas brasileiros engajados nessa articulação foi *Alberto José de Sampaio*, que além de liderança da Sociedade dos Amigos da Árvore, era um dos mais conhecidos e respeitados botânicos do país nesse período, tendo feito carreira no Museu Nacional. No programa político da Sociedade dos Amigos da Árvore, anteriormente referido, um dos postulados defendidos é tecnicamente atribuído a Alberto José de Sampaio, sob influência de quem essa organização ambientalista defendia a fixação de percentuais mínimos de cobertura florestal nas áreas agrárias e urbanas do Brasil (Silva, 2014).

Em um “curso de Geographia Botanica”, ministrado em 1932 no Museu Nacional e posteriormente publicado em livro, Alberto José de Sampaio sintetizou o conhecimento científico disponível sobre a vegetação brasileira no período, versando também sobre uma série de assuntos conexos. Em relação ao tema da preservação florestal, Sampaio mencionou que “uma comissão de technicos neerlandezes” havia concluído, por meio de “estudos especializados”, que “para a simples manutenção das boas condições climaticas das culturas communs, é preciso que seja mantido em cada zona agricola um coeffericiente florestal minimo de 40% de area total”. Segundo tais estudos, “esse coeffericiente florestal mantem a saturação atmospherica em humidade, saturação que permite attingam ao solo as aguas pluviales das nuvens que passem e se desfaçam em chuvas” (Sampaio, 1938, p. 179). Com base nesse e em outros trabalhos científicos da época, entendia Sampaio que a “justa medida” para a proteção racional da vegetação nativa encontrava-se com a definição de (Sampaio, 1938, p. 25-26):

1. Florestas protectoras de mananciaes.
2. Florestas, na razão de 40%, nas areas agricolas, para manterem as condições climaticas favoraveis às culturas, como recommendam os technicos neerlandezes (Vide E. de Wildeman – Le Problème Forestier en Afrique).
3. Florestas e Parques de conforto climatico, nas cidades, na razão de 20 a 25% da area urbana.
4. Florestas naturaes, de paisagem, no habitat rural, servindo tambem de fonte de alimentação, pela caça, frutos, tuberas, etc.
5. Florestas economicas ou de rendimento, para corte, isto é madeira, lenha, carvão, etc.

Tais propostas e considerações de fundamentação técnico-científica, vocalizadas por Alberto José de Sampaio nesse curso e, também, por uma série de outros cientistas brasileiros do período, circularam no debate político da década de 1930 e tiveram grande influência na orientação reivindicatória das organizações sociais com atuação ambiental.

Um momento importante de manifestação dessa influência foi a realização da *Primeira Conferência Brasileira de Proteção à Natureza*, em abril de 1934. Para José Luiz de Andrade Franco e José Augusto Drummond, a Conferência foi o “ponto culminante” da “mobilização que envolveu organizações da sociedade civil e instituições públicas preocupadas com a conservação da natureza” na década de 1930 no Brasil (Franco e Drummond, 2009, p. 43).

Organizada pela Sociedade dos Amigos da Árvore com o apoio do Museu Nacional, a Conferência contou com o patrocínio do governo provisório de Getúlio Vargas e teve dezenas de entidades (estatais e não estatais) representadas no evento e em sua organização, dentre as quais estavam: Associação Brasileira de Educação, Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, Liga Brasileira de Higiene Mental, Associação Brasileira de Farmacêuticos, Academia Brasileira de Ciências, Instituto Histórico de Ouro Preto, Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, Tijuca Tennis Club, Instituto Nacional de Música, Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro e Sociedade Fluminense de Medicina Cirúrgica (Franco e Drummond, 2009, p. 43).

Na Conferência debateram-se múltiplos temas ambientais, apresentando-se o estado de desenvolvimento do conhecimento científico e das políticas públicas sobre eles, no Brasil e no exterior. Tratou-se, segundo Franco e Drummond, de um momento de grande visibilidade política para a discussão sobre proteção à natureza no Brasil, no qual as várias entidades da sociedade civil puderam exercer pressão direta sobre as instituições estatais para implantação de políticas, contando para isso com o suporte direto das organizações científicas existentes no Brasil (Franco e Drummond, 2009a; b, p. 43).

Ponto culminante da mobilização ambientalista social e científica da década de 1930, a Conferência ocorreu três meses após a aprovação, por decreto, do Código Florestal e do Código de Caça e Pesca (Decreto n. 23.672/1934) e dois meses antes da aprovação, também por decreto, do Código de Águas (Decreto n. 24.643/1934) e do Código de Minas (Decreto n. 24.642/1934). Portanto, tratou-se do período em que as primeiras regulamentações jurídicas nacionais de temas ambientais ocorreram no Brasil, sob decisiva influência dessa mobilização social e científica e nos momentos finais do governo provisório de Vargas, que teve sua eleição indireta à presidência do Brasil aprovada por um reconfigurado Congresso Nacional em julho de 1934.

A importância das organizações sociais ambientalistas e das organizações científicas para a aprovação dessas regras jurídicas ambientais no Brasil fica evidente pela análise do processo político de tramitação dos projetos que deram origem às normas, a exemplo do projeto que originou o Código Florestal de 1934. Descrevendo o itinerário de tramitação desse projeto, Levi Carneiro, presidente da Comissão Legislativa, explicou que, inicialmente, um ante-projeto

foi elaborado pela 20ª Sub-Comissão Legislativa, composta por *Luciano Pereira da Silva* (relator do ante-projeto), Augusto de Lima e José Marianno Filho, e apresentado publicamente em 31 de outubro de 1931, “para receber sugestões”. As sugestões vieram em grande número, segundo o presidente da Comissão, “notadamente pela Sociedade dos Amigos das Árvores e pelo professor do Museu Nacional, Sr. A. J. de Sampaio”, (Carneiro, 1933, p. 8259). Algumas dessas sugestões foram aceitas pela 20ª Sub-Comissão e outras não. No contexto dessa não aceitação, Carneiro decidiu intervir para ampliar o número de partícipes dessas discussões legislativas sobre a temática (Carneiro, 1933, p. 8259). Segundo ele, a partir disso:

foi reexaminado o projeto, em uma nova série de reuniões, em que tomaram parte, além dos membros da Sub-comissão, os Srs. desembargador Virgílio de Sá Pereira, da Sub-Comissão do Código Criminal, Dr. Daniel de Carvalho, representante do Instituto dos Advogados e membro da Sub-Comissão da Lei de Minas, Dr. José de Castro Nunes, da Sub-Comissão do Código das Águas, juiz de direito Dr. José Duarte Gonçalves da Rocha, professor Alberto Sampaio, do Museu Nacional (sem dúvida alguma, um dos mais proficientes e devotados estudiosos do nosso problema florestal), professor Durval Ribeiro de Pinho, representante da Sociedade dos Amigos da Árvore, e algumas outras pessoas competentes. Nessas reuniões, de que eu mesmo participei muito ativamente, se fez, sem alarde, sem publicidade, sem o espalhafato parlamentar, duas vezes seguidas, a revisão meticulosa do projeto. Não posso calar que, quasi sempre, essas reuniões corresponderam ao que eu imaginava que deveria ser a preparação legislativa por uma comissão de técnicos. O conhecimento das questões técnicas, das condições do nosso país, das peculiaridades de suas várias regiões, do nosso sistema administrativo, da experiência estrangeira, das questões jurídicas, ali se revelou, dominado pelo empenho de formular, nos melhores termos, a garantia de nosso patrimônio florestal. (Carneiro, 1933, p. 8259)

A participação direta da Sociedade dos Amigos da Árvore, por meio de Durval Ribeiro de Pinho, na discussão do texto que deu origem ao Código Florestal de 1934, evidencia a importância da modificação estrutural da organização social brasileira, ocorrida durante a década de 1930, momento de ampliação do engajamento associativo nas reivindicações ambientais. A participação direta do Museu Nacional, por meio de Alberto José de Sampaio, evidencia a importância maior que passaram a ter, no debate político brasileiro, as organizações científicas e a fundamentação técnico-científica, num contexto marcado pela formação de elites tecnocráticas diretamente vinculadas às burocracias estatais.

Nas palavras de Levi Carneiro, o processo legislativo que culminou no texto do Código Florestal de 1934 foi uma “preparação legislativa por uma comissão de técnicos”, “sem alarde”, “sem o espalhafato parlamentar” (Carneiro, 1933, p. 8259). Por isso a relevância de “um dos mais proficientes e devotados estudiosos do nosso problema florestal” – como Alberto José de Sampaio é referido por Levi Carneiro – ter participado do debate, uma vez que era o

conhecimento das questões técnicas que, segundo Carneiro, imperava na *orientação política tecnocrática* assumida pela Comissão Legislativa na condução desses trabalhos legislativos.

A esses dois fatores institucionais estruturais, que foram decisivos para a aprovação de uma legislação florestal nacional em 1934, – a consolidação de uma trama de organizações sociais atuantes na defesa ambiental e o fortalecimento da importância política do discurso e das organizações técnico-científicas – soma-se ainda um terceiro: o bloqueio provisório da influência oligárquica nas tramitações legislativas, representado pela dissolução do Congresso Nacional ocorrida em 1930 e pela correlata criação da Comissão Legislativa.

Durante toda a Primeira República, embora tenha havido reivindicações ambientais de relativa importância, a impermeabilidade estrutural das instituições legislativas brasileiras às reivindicações em defesa da vegetação nativa era manifesta. Tivemos até 1930, no Brasil, instituições legislativas que continham amplamente representantes dos grandes proprietários rurais e que obstavam, por isso, qualquer possibilidade de aprovação de uma legislação ambiental que contrariasse os interesses econômicos e políticos das oligarquias agrárias, a quem convinha manter irrestrito o controle sobre o ritmo da expansão da fronteira agropecuária.

A Comissão Legislativa, em sentido oposto, era uma instituição legislativa politicamente autocrática, vinculada diretamente ao Poder Executivo e, por isso, menos permeável à influência direta das mais tradicionais oligarquias agrárias, que no contexto imediatamente posterior à movimentação militarizada de 1930, haviam perdido representatividade. A Comissão era, também, uma instituição mais sensível ao discurso nacionalista e tecnocrático por meio do qual as demandas ambientais eram formuladas pelas organizações sociais e científicas no período, o que se coadunava com a lógica desenvolvimentista que se impunha no país.

Encaminhado pela Comissão Legislativa, o projeto foi convertido no Código Florestal por meio de um decreto assinado em janeiro de 1934 por Getúlio Vargas, por Navarro de Andrade, então “encarregado do expediente da Agricultura, na ausência do ministro”, e por outros ministros. A regulamentação afirmava, em seu artigo 1º, que os direitos de propriedade passariam a ser exercidos “com as limitações que as leis em geral, e especialmente este código, estabelecem”. No conflito entre uma concepção socioambiental de propriedade privada e uma concepção liberal de propriedade, que havia marcado o debate político das décadas anteriores no Brasil sobre as áreas privadas de proteção da vegetação nativa, acabou prevalecendo no texto da primeira regulamentação jurídica brasileira sobre o tema a *concepção socioambiental*, subscrita, inclusive, por um de seus mais importantes opositores, Navarro de Andrade.

As principais novidades ambientais estabelecidas pelo Código Florestal de 1934 na regulamentação jurídica nacional, que incluiu no conceito jurídico de floresta todas as “formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem” (art. 2º), foram as seguintes: a criação das “florestas remanescentes”, a criação das “florestas protectoras”, a proibição do desmatamento de 25% da vegetação situada em terras privadas, o estabelecimento de restrições gerais ao uso da terra privada², a criação de instituições ambientais colegiadas e participativas³, o estabelecimento de isenção tributária em áreas particulares de vegetação nativa, a imposição de obrigações de proteção florestal a certos setores de ação econômica dependente da madeira, a previsão de crimes e contravenções ambientais e a criação de uma polícia florestal.

As *florestas remanescentes*, definidas no artigo 5º, eram *áreas estatais de proteção da vegetação nativa* que deveriam ser criadas pelo Ministério da Agricultura ou por autoridades locais (art. 10), consideradas de “conservação perenne” (art. 8º), onde só seria admitida “exploração limitada” (art. 53). Caso uma área privada fosse classificada como floresta remanescente, deveria ser desapropriada e passaria a ser controlada pelas instituições estatais (art. 12). O principal tipo de floresta remanescente previsto na legislação era chamado de “parque”, nomenclatura à época internacionalmente utilizada para as áreas florestais públicas.

As *florestas protectoras*, definidas no artigo 4º do Código Florestal de 1934, eram um tipo de *área privada ou pública de proteção da vegetação nativa*, a depender do tipo de propriedade em que fossem constituídas. Elas também eram consideradas de “conservação perenne” e deveriam ser criadas pelo Ministério da Agricultura ou por autoridades locais. Eram consideradas como tais as que tivessem como finalidade: “conservar o regimen das aguas”, “evitar a erosão das terras pela acção dos agentes naturaes”, “fixar dunas”, “auxiliar a defesa das fronteiras”, “proteger sítios que por sua beleza mereçam ser conservados”, entre outras.

² As mais importantes restrições ao direito de propriedade, além do estabelecimento de áreas privadas de proteção da vegetação nativa, eram as seguintes: obrigação de obter licença estatal para “deitar fogo” nas terras e florestas para preparação das áreas para lavoura (art. 22, “a”); proibição de “derrubar, nas regiões de vegetação escassa, para transformar em lenha, ou carvão, mattas ainda existentes às margens dos cursos d’agua, lagos e estradas” (art. 22, “b”); proibição de “cortar arvores em florestas protectoras ou remanescentes [...] sem previa autorização da autoridade florestal competente” (art. 22, “g”); possibilidade de declaração de qualquer árvore situada em uma propriedade privada como “imune de corte”, por beleza ou outro atributo, cabendo indenização civil ao proprietário (art. 14).

³ Para contribuir na governança ambiental, o Código previu a criação do Conselho Florestal Federal, com sede no Rio de Janeiro, e de conselhos florestais estaduais e municipais, com atribuições predominantemente consultivas, mas também deliberativas (art. 102). No caso do Conselho Florestal Federal, sua composição incluía representantes do Museu Nacional, do Jardim Botânico, da Universidade do Rio de Janeiro, do Serviço de Fomento Agrícola, do Touring Club do Brasil, do Departamento Nacional de Estradas, do Serviço de Florestas, da Municipalidade do Distrito Federal e cinco pessoas de “notoria competencia especializada, nomeadas pelo presidente da republica” (art. 101). Tratava-se, assim, de uma instituição colegiada participativa, composta de representantes da sociedade política e da sociedade civil brasileiras.

No caso de ser classificada como “floresta protectora” uma área de vegetação situada em propriedade privada, o Código Florestal de 1934 previu que caberia ao proprietário “indenização das perdas e danos comprovados, decorrentes do regimen especial a que ficar subordinado” (art. 11). Segundo Carneiro, “esta fórmula pareceu corresponder a um meio termo razoável entre a desapropriação, tão onerosa e demorada, que os zelosos do direito absoluto de propriedade considerariam imprescindível, e a imposição do regime legal sem nenhuma compensação, que preferiam os mais extremados socialistas” (Carneiro, 1933, p. 8260).

Um *outro tipo de área privada de proteção da vegetação nativa* foi estabelecido pelo artigo 23, que proibiu todos os proprietários privados de “abater mais de tres quartas partes da vegetação existente” em sua propriedade, de modo a estabelecer uma *obrigação jurídica de preservação de 25% da vegetação nativa presente em cada propriedade privada*.

Esse tipo de área privada de vegetação nativa não dava direito ao recebimento de qualquer tipo de indenização financeira pelos proprietários, sendo uma restrição imposta pela regulamentação jurídica florestal ao próprio direito de propriedade, na esteira da concepção socioambiental consagrada pelo Decreto. A área a ser tomada como base para o cálculo dos 25% seria, segundo Luciano Pereira da Silva, a área ocupada com vegetação nativa em cada propriedade privada, na data de aprovação do Código Florestal (Silva, 1945, p. 394).

O Código Florestal de 1934 *não fez menção aos territórios ameríndios*. Na década de 1930 ainda não havia no Brasil a associação explícita entre a problemática ambiental e os povos indígenas, o que era favorecido pelo direcionamento estritamente conservacionista que predominava nas organizações sociais ambientalistas do período. Tampouco o que chamamos hoje de “populações tradicionais” foram mencionadas.

À luz da realidade econômica de ataque à vegetação nativa existente no Brasil à época, o Código Florestal de 1934 era ambientalmente muito significativo, estabelecendo claramente uma direção política de defesa da vegetação nativa no país por meio do estabelecimento de áreas estatais e de áreas privadas de proteção ambiental, a nível legal. Contudo, esse direcionamento legislativamente estabelecido não foi suficiente para modificar a realidade brasileira, que continuou vivenciando o ataque à vegetação nativa como tendência hegemônica.

CONTINUIDADE DO ATAQUE À VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL

Seis meses após a aprovação do Código Florestal de 1934, Getúlio Vargas foi formalmente reconduzido à chefia da nação e governou sob preceitos democráticos até o ano de 1937, quando deu um novo golpe e instaurou um governo autoritário que ficou conhecido

como “Estado Novo”, estendendo-se até 1945.⁴ O Código Florestal de 1934 caracterizou-se, durante todo o período “getulista”, pela *inefetividade*. Foi uma *lei que não pegou*.

Como áreas estatais de proteção da vegetação nativa, chamadas pelo Código de “florestas remanescentes”, foram formalizadas no período getulista as áreas de Itatiaia-RJ (Decreto n. 1713/1937), Serra dos Órgãos-RJ (Decreto n. 1822/1939) e Iguaçu-PR (Decreto n. 1035/1939). O governo de Minas Gerais criou o Parque Estadual do Rio Doce (Decreto-lei n. 1119/1944), o do Espírito Santo estabeleceu reservas públicas estaduais em terras devolutas (Silva, 1945, p. 392) e o governo da Bahia estabeleceu uma área estatal de vegetação nativa no Monte Pascal (Dean, 1996, p. 277). O governo de São Paulo, por seu turno, criou áreas públicas no Morro do Diabo (Decreto n. 12.279/1941), no Pontal do Paranapanema (Decreto n. 13.075/1942), o Parque Estadual de Campos do Jordão, o Parque Estadual do Jaraguá e algumas outras, pouco significativas em termos territoriais (Victor *et al.*, 2005, p. 28-31).

Diante do tamanho do Brasil, das políticas existentes de criação de áreas estatais de proteção da vegetação nativa em outros países no mesmo período e da expectativa fomentada pelas determinações do Código Florestal de 1934, trataram-se de ações pouco significativas, embora tenham sido numericamente mais relevantes que as da Primeira República.

Como “florestas protectoras” privadas, tipo de área de proteção indenizável, foram declaradas apenas “uma área em matas, de propriedade de D. Mariana Cascardo, no Distrito Federal, e áreas em matas, na ilha de S. Luís, que representam as últimas reservas de matas que protegem os mananciais abastecedores da capital do Estado do Maranhão” (Sales, 1945, p. 239). A classificação sistemática das “florestas protectoras”, prevista no Código, não foi feita.

Também não há notícia na literatura especializada sobre a efetivação da obrigação de preservação de 25% da vegetação nativa em terras particulares.⁵

⁴ O assunto principal da agenda “getulista”, durante todo esse período, foi a política trabalhista. Diversas leis de proteção ao trabalho foram criadas, regulando direitos como a jornada de oito horas, férias, instituição de carteira de trabalho, acesso a pensões e aposentadoria, trabalho feminino, entre outros. Ao mesmo tempo que criou direitos, Vargas reprimiu qualquer esforço de organização trabalhista que fugisse ao controle estatal, permitindo que a sindicalização ocorresse somente nos limites traçados pelas instituições estatais. Ele limitou, ainda, a extensão desses direitos, excluindo empregadas e empregados domésticos e trabalhadores e trabalhadoras rurais do acesso a qualquer direito trabalhista ou previdenciário (Schwarcz e Starling, 2015, p. 362). Em 1941, foi criada uma instituição judicial específica para o julgamento dos casos relacionados a conflitos de trabalho, a Justiça do Trabalho, e em 1943 a legislação trabalhista foi reunida num único texto normativo, sob o nome de Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei n. 5452/1943), mantendo a exclusão de trabalhadores domésticos e rurais do acesso a esses direitos.

⁵ Há, em contrapartida, informação sobre a ocorrência de disputas interpretativas no âmbito judicial em relação a essa regra, visando minorar a proteção ambiental determinada pelo Código. Segundo Warren Dean, houve, no período, decisões judiciais determinando que “um proprietário que havia reduzido a floresta em sua terra a um mínimo de um quarto podia então vender esta fração com floresta; o novo proprietário desfrutaria do direito de derrubar três quartos de sua aquisição – e assim por diante, até, provavelmente, o último broto de árvore” (Dean, 1996, p. 277). Segundo Pereira, esse foi o “entendimento” que prevaleceu e “por êle a proibição é ridícula e sem qualquer efeito prático” (Pereira, 1950, p. 333). Tivemos no Brasil, assim, a prevalência de uma interpretação

Em relação aos crimes e contravenções florestais, segundo Luciano Pereira da Silva, muito pouco foi feito até 1945, em virtude da “evidente má vontade que até aqui têm revelado representantes do ministério público e juízes no processamento de contravenções florestais, influenciados também pela mentalidade ainda dominante entre nós de que *derrubar mato* ou fazer *queimadas* é legítimo exercício de um direito”, cuja punição seria como “contravir ao sentimento do povo” (Silva, 1945, p. 396). Refletindo sobre a inefetividade do Código Florestal, afirmou Luciano Pereira da Silva haver, no período, “inércia, por displicência, das autoridades estaduais e municipais, quando não resistência passiva deliberada”, de modo a continuarem, como antes, “as florestas, que deveriam ser declaradas protetoras ou remanescentes, por sua localização, entregues ao machado e ao fogo” (Silva, 1945, p. 391-392).

Em 1945, Getúlio Vargas foi deposto e teve início no Brasil um ciclo de governos democraticamente eleitos, havendo pela primeira vez no país uma crescente extensão do voto popular e uma crescente lisura do processo eleitoral (Carvalho, 2014, p. 91-92). A despeito disso, o caráter autocrático do padrão de dominação manteve-se em virtude da exclusão do direito ao voto das pessoas analfabetas, que representavam um contingente populacional muito significativo⁶; da manutenção da falta de liberdade para organização dos interesses sociais, sobretudo das classes subalternas⁷; e da preservação da hipertrofia das instituições executivas em relação às organizações sociais e às outras instituições estatais.

Durante esse período de governos democraticamente eleitos (1945-1964), o Código Florestal de 1934 continuou *sistematicamente inefetivo*.

Não houve, nesses anos, a criação de nenhuma instituição executiva ambiental realmente significativa. O Serviço Florestal, segundo Alceo Magnani, passou a funcionar com um pouco mais de organização a partir de 1946, mas ainda assim mantendo “apenas um engenheiro silvicultor para fazer todos os serviços” relativos às áreas estatais de proteção da vegetação nativa (Urban, 1998, p. 214). Afirmar Warren Dean que “em 1955, o Ministério da Agricultura brasileiro empregava 22 silvicultores; os Estados Unidos, 21 mil” (Dean, 1996, p. 300). Em 1959, o Serviço Florestal foi substituído pelo Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR), mantendo-se a precária estruturação e a ineficiente atuação executiva.

jurídica contramajoritária da regra que dispunha sobre a proibição de corte de 25% das florestas de propriedade privadas, contrariando a determinação textual da regulamentação e fragilizando sua eficácia protetiva.

⁶ Segundo o IBGE, em 1950, 50,6% da população brasileira era analfabeta. Em 1960, eram 39,7%.

⁷ Um exemplo significativo dessa ausência de liberdade para organização das classes subalternas é o conjunto de restrições existentes ao funcionamento do Partido Comunista do Brasil (PCB) desde 1946 e o cancelamento de seu registro em 1947, excluindo-o do regime político e levando sua militância à ilegalidade por todo o período da chamada “Democracia de 1946”. Outro exemplo importante é a subordinação do funcionamento dos sindicatos trabalhistas ao Poder Executivo federal, uma vez que eles estavam vinculados ao Ministério do Trabalho e sofriam vigilância e intervenção constantes.

As áreas constituídas como “florestas remanescentes” e como “florestas protectoras” continuaram também pouco significantes, em vista da continentalidade do território brasileiro.

Segundo Warren Dean, um levantamento realizado na década de 1950 revelou a criação de áreas estatais de proteção ambiental por 30 municípios na região sudeste, de um total de 848 municípios checados. A maioria “meros viveiros de mudas para o embelezamento de ruas das cidades” (Dean, 1996, p. 277). No começo da década de 1960, o estado de São Paulo possuía mais de 50 áreas estatais de proteção da vegetação nativa, mas elas totalizavam apenas 2.138km². O Paraná possuía 18 áreas estatais de proteção ambiental em meados da década de 1960, totalizando 5.428 km². O Espírito Santo 5 áreas, no total de 370 km² (Dean, 1996, p. 297).

Áreas estatais federais também foram criadas no período, especialmente entre 1959 e 1961, quando foram formalizados 11 parques nacionais, totalizando 9.057,29 km²: Aparados da Serra, Araguaia, Ubajara, Brasília, Caparaó, Chapada dos Veadeiros, Emas, Monte Pascoal, São Joaquim, Sete Cidades e Tijuca (Andrade Franco e Drummond, 2009, p. 64). A influência pessoal de Jânio Quadros foi decisiva para a criação de 8 desses parques, em 1961.

No mesmo ano, por meio do Decreto n. 50.813/1961, o governo nacional declarou como “protetoras” “as florestas tanto de domínio público como as de propriedade privada, existentes ao longo da encosta atlântica das serras Geral e do Mar, localizadas nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara e Espírito Santo” (art. 1º), numa ação executiva relevante de declaração de áreas de proteção ambiental. Contudo, ela não veio acompanhada de nenhuma medida efetiva de instalação de estruturas de vigilância e proteção dessas áreas, de modo a ter poucas consequências práticas.

O debate jornalístico sobre o tema florestal atingiu seu auge na década de 1950. Nessa década ocorreu o que Dean chamou de “primeira campanha da imprensa do país em favor da preservação”, em 1954, quando veículos de comunicação, em nome próprio, advogaram a defesa da vegetação nativa, no que tange a uma disputa relativa ao Pontal do Paranapanema, em São Paulo (Dean, 1996, p. 295).⁸

Em relação à *disputa científica sobre o tema do desmatamento*, em seu compêndio de 1955 sobre a ciência botânica no Brasil, Ferri afirmou que na década de 1950 ainda era “muito controverso” o problema da “influência das matas sobre o clima” (Ferri, 1955, p. 183).

⁸ Entre os veículos de comunicação expressamente favoráveis à criação de uma área estatal de proteção ambiental nessa região estavam a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, segundo Paulo Nogueira Neto (Urban, 1998, p. 222). Nesse conflito, um dos veículos de comunicação envolvidos, o Correio Paulistano, opôs-se à demanda por proteção da área invocando um argumento que viria a ser retomado muitas vezes nas décadas seguintes, no contexto das disputas políticas ambientais no Brasil: “estrangeiros estavam por trás dos conservacionistas, procurando negar os recursos do país a seus próprios cidadãos” (Dean, 1996, p. 296).

De uma forma geral, o período desenvolvimentista foi fértil para o fortalecimento das instituições científicas no Brasil, uma vez que a expansão das indústrias e do comércio no país incentivou o investimento na produção científica brasileira (Azevedo, 1955, p. 34-36). Entidades voltadas à pesquisa foram criadas no período, tal como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), fundado pelo Decreto n. 24.609/1934 sob o nome de Instituto Brasileiro de Estatística e rebatizado em 1938. As primeiras universidades brasileiras também surgiram nessa época, como a Universidade de São Paulo, criada em 1934, acentuando no país “a tendência à associação do ensino e da pesquisa” (Azevedo, 1955, p. 36).

A *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, entidade que se tornaria a principal representante associativa da comunidade científica no Brasil, foi criada em 1948. Outras associações científicas também foram criadas entre a década de 1930 e a década de 1950, a exemplo da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1934) e da Sociedade Botânica do Brasil (1950). Segundo Dean, essas entidades “realizavam pesquisas que os órgãos do governo teriam considerado inadmissíveis” (Dean, 1996, p. 301), contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento sobre inúmeros temas de relevância ambiental.

Mantendo a tradição de engajamento político da comunidade científica, essas mesmas entidades “frequentemente votavam resoluções críticas sobre as políticas governamentais” brasileiras relativas ao tema da proteção florestal (Dean, 1996, p. 301).

Novas organizações e movimentos ambientalistas também surgiram durante a chamada “Democracia de 1946”, como a Campanha pela Proteção da Natureza, constituída em 1949, em São Paulo-SP (Dean, 1996, p. 302), a Ecologia e Pacifismo (ECO-PAZ), fundada em 1950 em Itanhaém-SP, a União de Proteção à Natureza, fundada em 1955 no Rio Grande do Sul, e a Associação de Defesa da Fauna e da Flora de São Paulo (ADEFLORA), fundada por Paulo Nogueira Neto em 1956, em São Paulo-SP.

Assim, no âmbito social, destaca-se nesse período a constituição de organizações ambientais fora do Rio de Janeiro, que manteve, apesar disso, a hegemonia no ambientalismo brasileiro em virtude da constituição, em 1958, da *Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza* (FBCN), filiada à União Internacional para a Conservação da Natureza⁹.

⁹ A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) é a “maior e mais antiga rede global de proteção à natureza”, cuja missão é “influenciar, encorajar e assistir as sociedades de todo o mundo na conservação da integridade e diversidade da natureza e garantir que qualquer uso de recursos naturais seja feito de maneira justa e sustentável”. Ela foi criada em 1948, sob influência decisiva do inglês Julian Huxley (1887-1975), com o nome de União Internacional para a Proteção da Natureza (IUPN), associada à estrutura da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO). Em 1956 foi rebatizada com o nome que conserva até a atualidade (Franco, Schittini e Braz, 2015, p. 246).

Segundo Franco e Drummond, a FBCN foi “por muitos anos a mais importante e influente ONG conservacionista do Brasil”. Na linha da tradição brasileira de engajamento social da comunidade científica, a organização foi formada por pessoas que eram “na sua maioria cientistas ou técnicos ligados às instituições governamentais”. Uma de suas principais lideranças nesse período foi *Victor Abdennur Farah* e a FCBN influenciou a criação dos parques nacionais entre 1959 e 1961 (Andrade Franco e Drummond, 2009, p. 59-64).

Organizações empresariais também continuaram manifestando-se criticamente com relação à devastação ambiental, como a *Sociedade Nacional de Agricultura*, que “patrocinava relatórios conservacionistas, escritos por membros que eram agrônomos” (Dean, 1996, p. 301).

No âmbito legislativo, um projeto de reforma do Código Florestal de 1934 foi proposto em 1950 pelo então Ministro da Agricultura Daniel Carvalho. O projeto mantinha a defesa de uma concepção socioambiental de propriedade privada e as diretrizes gerais do Código de 1934, propondo mudanças em uma série de dispositivos. Ele tramitou até 1956 sob o número 1.230/1950, quando foi rejeitado e deu lugar a um substitutivo que tramitou sob número 1.011/1956, elaborado pela “Comissão Especial para Estudo e Elaboração do Novo Código Florestal e de Legislação para Proteção dos Recursos Florestais do País e do Remanescente da Fauna”. A despeito da aprovação em inúmeras comissões legislativas e da realização de debates, o projeto não foi votado no Congresso Nacional.¹⁰

No âmbito internacional, o acontecimento político mais importante foi a realização da *Primeira Conferência Mundial sobre Parques Nacionais* em 1961, congregando representações de diversas sociedades nacionais e fomentando a criação de áreas de proteção.

No que tange à qualidade ambiental da ordem econômica brasileira, a inefetividade do Código Florestal de 1934 significou a *continuidade do ataque à vegetação nativa*.

No bioma Mata Atlântica, a expansão da fronteira agropecuária prosseguiu sendo a causa principal do desmatamento. Segundo Warren Dean, “a pecuária e a agricultura extensivas” continuaram sendo “as causas predominantes do desaparecimento da Mata Atlântica, mesmo em seus últimos dias”, uma vez que “a floresta primária continuava a ser escolhida para a lavoura de derrubada-e-queimada e este método permaneceu o preferido sobre todos os métodos intensivos” (Dean, 1996, p. 281-290).

Além da formação das grandes fazendas, houve nesse período o crescimento da população rural e das pequenas propriedades, que também passaram a ser fatores de ampliação do desmatamento nesse bioma, especialmente em São Paulo (Dean, 1996, p. 283). Segundo

¹⁰ No mesmo período também tramitou no Congresso Nacional, sobre a temática da proteção da vegetação nativa, o projeto de lei n. 751/1955, de autoria do deputado Herbert Levi.

Victor et al., em diversas regiões desse estado, onde a estrutura fundiária fora dominada até a década de 1930 pelos latifúndios, as grandes propriedades passaram a ser subdivididas e retalhadas, dando lugar às médias e pequenas propriedades, o que contribuiu para a eliminação de inúmeros remanescentes de vegetação nativa existentes (Victor *et al.*, 2005, p. 24).

Em São Paulo, na década de 1950 houve diminuição do ritmo anual de desmatamento, que caiu para menos da metade das décadas anteriores. A razão da queda, segundo intérpretes do período, não se vincula a algum grau de internalização da racionalidade ambientalista, mas ao esgotamento das possibilidades físicas de expansão da fronteira agropecuária no estado, uma vez que a eliminação da vegetação nativa foi tornando-se cada vez mais difícil e menos lucrativa (Victor *et al.*, 2005, p. 32). O mapa abaixo evidencia a mudança da paisagem ocorrida até a década de 1950, quando restava cerca de 18,2% das florestas de São Paulo.

Figura 6. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1952)

Fonte: Victor *et al.*, 2005, p. 37

Outra fonte importante de desmatamento nesse período foi a extração de madeira, uma vez que, segundo Warren Dean, na “década de 1950, a lenha constituía 80% ou mais do consumo de energia brasileiro” (Dean, 1995, p. 113). Em São Paulo, por exemplo, 7,5% da

força de trabalho rural encontrava-se ocupada “no corte de lenha e fabrico de carvão” em 1950 (Dean, 1996, p. 269). Apesar das inovações tecnológicas que passaram a ser gradativamente incorporadas à estrutura econômica brasileira – como a utilização de gás engarrafado para aquecimento doméstico e a eletrificação das ferrovias, que fez com que o uso de lenha fosse abandonado por esse setor em 1960 – o consumo de madeira como fonte energética continuou relevante por muitos anos, declinando apenas em termos relativos (Dean, 1996, p. 287-288).

Nesse período, em algumas regiões da Mata Atlântica, houve uma correlação entre a extração da madeira e o avanço da fronteira agropecuária, de modo que as madeireiras chegavam primeiro nos territórios e abriam caminhos na floresta para extração dos indivíduos arbóreos de seu interesse. Depois, aproveitando-se dos caminhos abertos, chegavam os posseiros, especialmente pecuaristas, realizando o desmatamento pelo uso do fogo. Por essa razão, “o maior e mais incansável dos madeireiros do Espírito Santo, Rainol Grecco, descreveu acuradamente o madeireiro como ‘o soldado da infantaria do pecuarista’” (Dean, 1996, p. 290).

O bioma Cerrado também passou a ser atacado de forma mais evidente durante o “Estado Novo” e durante “Democracia de 1946”, sendo os principais marcos simbólicos dessa “conquista” do Centro-Oeste brasileiro a chamada “Marcha para Oeste” de Vargas e a construção de Brasília na segunda metade da década de 1950, no governo Juscelino Kubitschek.

No bioma Amazônia, por sua vez, o desmatamento continuou pouco significativo.

Em síntese, no período autocrático e desenvolvimentista, os focos prioritários da intervenção estatal eram o crescimento econômico e a industrialização, sendo a expansão da fronteira agropecuária e a extração de madeira para fornecimento de energia indispensáveis para esses fins. Embora o Código Florestal de 1934 tenha sido editado, não foram criadas instituições executivas à altura das necessidades sociais de intervenção estatal para efetivação da lei, tampouco foram estruturadas as instituições existentes. Não foram criadas, da mesma forma, instituições judiciais com essa finalidade, diferentemente do que foi feito em relação às temáticas eleitoral e trabalhista, em que a criação das instituições judiciais encarregadas de implementar as novas regras jurídicas foi essencial para sua efetivação. O movimento ambientalista brasileiro, por sua vez, embora tenha crescido fora da capital do país nesse período, ainda não tinha força política e estrutura organizacional para protagonizar rotinas de protesto e negociação política que implicassem na efetivação da legislação.

A negação do ataque às florestas manteve-se estritamente no plano legislativo.

As oligarquias agrárias, embora tivessem sido deslocadas para uma posição secundária na correlação de forças hegemônica e, com isso, tivessem passado para o segundo plano entre

as prioridades de intervenção estatal, mantiveram o amplo domínio das zonas rurais.¹¹ A evidência mais forte dessa continuidade foi a não extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários criados pela política “getulista” aos trabalhadores rurais, expressamente excluídos da CLT e da proteção estatal. Além disso, o controle das terras devolutas manteve-se subordinado às oligarquias pelas disposições das Constituições de 1934 e de 1946.

Tal como nos períodos anteriores da história brasileira, esses grupos dominantes prosseguiram, em sua maioria, não percebendo como de seu interesse a mudança do padrão produtivista de ação econômica, mantendo, por isso, o ataque à vegetação nativa.

TERRAS AMERÍNDIAS E A RETÓRICA DA PROTEÇÃO DA NATUREZA

Em relação aos povos ameríndios, é possível afirmar-se que até o início da década de 1960 não existiam no Brasil territórios regularizados para efetivamente garantir a esses povos a reprodução de seu modo de vida. As áreas formalizadas com esse propósito eram amplamente insuficientes, em virtude de seu tamanho diminuto e da grande dificuldade em protegê-las do ataque das sociedades do entorno. Segundo Darcy Ribeiro, a “proteção oficial aos índios só prestou serviços efetivamente relevantes na pacificação das tribos hostis, em que dava solução aos problemas da expansão da sociedade nacional e não aos problemas indígenas que lhe competia amparar” (Ribeiro, 1985, p. 393). Ainda segundo ele, “nem as pequenas frações do território tribal ‘concedidas’ aos índios [...] lhes têm sido asseguradas”, de modo que “a pacificação de uma tribo tem representado sempre a redução de seu território de caça e coleta, invadido por extratores de produtos da mata, agricultores ou criadores de gado, conforme a economia dominante na região” (Ribeiro, 1985, p. 182-183).

¹¹ Sobre esse tema, explica Brasília Sallum Jr. (1996, p. 46-47), que: “[...] nascido em 1930 de uma peculiar acomodação entre oligarquias agromercantis e setores urbanos emergentes, o Estado foi ajustando-se ao crescente domínio da burguesia industrial mas esta nunca rompeu politicamente com as frações ‘atrasadas’ da burguesia, fossem rurais fossem urbanas, apenas deslocou-as para posições subalternas. O caráter acomodatório do pacto desenvolvimentista teve sua expressão simbólica na ideologia do desenvolvimento e projetou-se no Estado, fazendo dele ao mesmo tempo a vanguarda do desenvolvimento e o protetor do ‘atraso’. [...] O pacto desenvolvimentista nunca se orientou para quebrar aquilo que Caio Prado Jr. chamou na década de [19]40 de padrão colonial de exploração, padrão em que as classes proprietárias absorvem dos frutos da modernização econômica que promovem deixando de fora a maioria da população.”

Tal era a realidade no Brasil, a despeito da proteção dos territórios indígenas ter sido expressamente prevista na Constituição de 1934¹², na de 1937¹³ e na de 1946¹⁴.

O Decreto n. 736/1936, na mesma linha, havia consignado que entendia-se como “terra dos índios”: “1) aquelas em que presentemente vivem e que já primariamente habitavam; 2) aquelas em que habitam e são necessárias ao meio de vida compatível com o seu estado social: caça e pesca, indústria extrativa, lavoura ou criação; 3) as que já lhes tenham sido ou venham a ser reservadas para seu uso, ou reconhecidas como de sua propriedade a título qualquer”.

Tal como ocorreu com as áreas privadas e com as áreas estatais de proteção da vegetação nativa, à proteção dos povos ameríndias e de seus territórios vinha sendo restrita ao âmbito legal, sem que houvesse efetivação satisfatória da legislação criada.

Um acontecimento que sinaliza uma mudança dessa tendência foi a criação do Parque Nacional do Xingu pelo Decreto n. 50.455/1961. Ele foi constituído com uma área territorial de aproximadamente 22.000 km², imensamente superior à que fora concedida, até então, às reservas indígenas no Brasil. Além disso, o Parque Nacional do Xingu foi mais exitoso em proteger as comunidades ameríndias das ameaças territoriais que eram comuns às outras reservas indígenas, a despeito de ter se constituído com suas próprias contradições em termos de interferência estatal na vivência comunitária ameríndia.¹⁵

O processo histórico de criação do Parque Nacional do Xingu também foi o primeiro evento realmente importante de associação entre as lutas em defesa dos territórios ameríndios e a retórica da proteção à natureza, uma vez que esse discurso ocupou uma posição de grande destaque no processo político que resultou na criação do Parque.

A criação do Parque Nacional do Xingu tem como importante antecedente histórico os estudos botânicos, geográficos e etnográficos que foram desenvolvidos na região central do Brasil desde a Primeira República, especialmente por cientistas vinculados ao Museu Nacional. Posteriormente, entre 1946 e 1951, pesquisadores dessa instituição conduziram várias excursões científicas ao local, publicando resultados de pesquisas sobre sua flora, sua fauna e

¹² Afirmava a Constituição de 1934, em seu artigo 129: “Será respeitada a posse de terras de silvícolas que nelas se achem permanentemente localizados, sendo-lhe, entretanto, vedado aliená-las”.

¹³ Segundo o artigo 154 da Constituição de 1937: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras em que se achem localizados em caráter permanente, sendo-lhes, no entanto, vedado aliená-las”.

¹⁴ Afirmava a Constituição de 1946, artigo 216, no mesmo sentido: “Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem”.

¹⁵ Segundo Menezes, a criação do Parque em 1961 formalizou uma situação de fato que existia desde a década de 1950, quando a gestão da área passou a ser feita pelos irmãos Villas Boas. Para ela, a atuação indigenista dos Villas Boas visava preservar as “relações culturais expressas, principalmente, nas cerimônias intergrupais e cerimônias matrimoniais”, abolindo “a guerra e as disputas internas e intergrupais, também dados culturais”, de modo a caracterizar uma situação de “ingerência na vida dos grupos”, que produziu crises de identidade e desarticulação de valores comunitários entre eles (Menezes, 2000, p. 281-282).

sobre as populações indígenas situadas na área (Garfield, 2005, p. 144). Um desses pesquisadores era o zoólogo José Cândido Carvalho, que foi o idealizador da criação do Parque nessa região do alto Xingu, situada no Mato Grosso. Carvalho, que posteriormente viria a se tornar chefe do Museu Nacional e presidente da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), teria tido a ideia a partir de conversas com outros cientistas naturais, com antropólogos e com os irmãos Villas Boas sobre o futuro da região (Garfield, 2005, p. 152).

No início da década de 1950, o então vice-presidente de Getúlio Vargas, Café Filho, solicitou a elaboração de um anteprojeto de lei sobre a proteção dessa região do alto Xingu a um grupo presidido pelo Brigadeiro Raimundo Vasconcelos Aboim, e composto por Heloísa Alberto Torres (antropóloga e então diretora do Museu Nacional), Orlando Villas Boas e Darcy Ribeiro. O anteprojeto foi entregue em abril de 1952. Segundo seus autores, o Parque Nacional do Xingu, idealizado para a área, seria “um tipo singular de Parque que difere tanto dos chamados ‘Parques Nacionais’ quanto das Reservas Indígenas, do Brasil e do estrangeiro”, sendo “caracterizado pela proteção ao elemento indígena, como se apresenta em sua feição humana, em sua feição faunística e em sua feição florística” (Menezes, 2000, p. 344).

Um relatório posterior, de 1961, sobre a proposta de criação dessa área protegida no Xingu consignou, no mesmo sentido, que “encontram-se na região todos os representantes topográficos e vegetais do Brasil Central”, que “a fauna brasileira, que apresenta sinais de extermínio em grandes áreas do País, terá no Parque Indígena do Xingu a garantia de sua sobrevivência”, e que na área “encontram-se representantes dos quatro grupos linguísticos sul americanos: Tupí, Caribe, Gê e Aruac”, destacando a convergência entre a proteção da flora, da fauna e dos povos indígenas que o Parque traria (Menezes, 2000, p. 384).

Segundo Menezes, a proposta respaldava-se na “experiência norte-americana de criação de *reservas florestais indígenas*, onde a ideia da preservação do habitat indígena acopla-se à de proteção ambiental” (Menezes, 2000, p. 108). Ela afirma que “os motivos principais que justificaram a escolha da área [...] seriam: a *flora* e a *fauna*” (Menezes, 2000, p. 302).

No processo político que resultou na constituição do Parque, a imprensa teve um papel importante, tendo sido veiculadas por meio dela tanto as posições favoráveis à criação do Parque, quanto as posições contrárias. Em geral, as posições contrárias eram fundamentadas na alegada desproporção entre a área territorial concedida aos povos indígenas e suas reais necessidades territoriais para sobrevivência. Segundo Garfield, Assis Chateaubriand escreveu pessoalmente artigos sobre o Xingu e teve um papel importante na articulação de apoiadores para a criação do Parque (Garfield, 2005, p. 157).

Além das publicações jornalísticas, compuseram o repertório de enfrentamentos a divulgação de estudos científicos, debates públicos e conferências sobre o tema e a exibição de documentários cinematográficos, com a participação, em especial, da Sociedade Amigos do Índio, organização criada na década de 1940 (Menezes, 2000).

No mesmo ano em que o Parque Nacional do Xingu foi criado, 1961, o então presidente Jânio Quadros criou também seis “reservas florestais”, um tipo de área de proteção ambiental não previsto no Código Florestal de 1934, então vigente. São elas: Gorotire (Decreto n. 51.029/1961, com aproximadamente 18.430 km²), Juruena (Decreto n. 51.027/1961, com aproximadamente 18.080 km²), Mundurucânia (Decreto n. 51.030/1961, com aproximadamente 13.770 km²), Parima (Decreto n. 51.042/1961, aproximadamente 17.560 km²), Rio Negro (Decreto n. 51.028/1961, com aproximadamente 37.990 km²) e Tumucumaque (Decreto n. 51.043/1961, com aproximadamente 17.930 km²).

Todos os decretos previam que nas áreas “serão respeitadas as terras do índio de forma a preservar as populações aborígenes, de acordo com o preceito constitucional e a legislação específica em vigor” e que “as terras, a flora, a fauna e as belezas naturais na área a ser demarcada ficam, desde logo, sujeitas ao regime especial estabelecido pelo Código Florestal”.

A associação entre a proteção da vegetação nativa e a proteção dos povos indígenas foi reforçada, no âmbito da ação estatal, com a criação das “reservas florestais”, uma vez que as áreas indicadas eram redutos conhecidos de ocupação ameríndia, a exemplo de Gorotire, a mais famosa aldeia do povo Kayapó no Pará e Mundurucânia, denominação de uma área situada no médio Tapajós, habitada por grupos do povo Munduruku. Tratou-se do segundo evento importante de associação entre a retórica da proteção à natureza e o tema ameríndio.

Contudo, diferentemente do que foi feito no Parque do Xingu, nas áreas indicadas como reservas florestais não houve instalação efetiva de instituições estatais para gestão do território.

Os agrupamentos humanos autônomos que hoje chamamos de “populações tradicionais” prosseguiram não recebendo atenção específica do Poder Público no Brasil entre as décadas de 1930 e 1960. Em diversos locais, eles continuaram formando-se e desenvolvendo-se enquanto “ribeirinhos”, “quilombolas”, “caboclos”, “seringueiros”. Eles continuaram, também, sofrendo disputas territoriais com outros agrupamentos, em especial com a fronteira em expansão.

Quanto a eles, um novo tipo de disputa territorial que começou a se fazer presente a partir das décadas de 1950 e 1960 foi o conflito relativo à expansão das áreas estatais de proteção ambiental. Em geral, no processo de criação das áreas protetiva previstas no Código Florestal de 1934, a presença de populações humanas no interior dos territórios não era

verificada ou sua permanência, mesmo no caso de agrupamentos de baixo impacto, era considerada danosa para os fins de preservação visados pelos empreendimentos.

Em vista disso, segundo Antonio Diegues, “essas populações sofreram impacto da implantação de propriedade estatal, na forma de áreas naturais protegidas (parques nacionais, reservas ecológicas etc.) em seus territórios tradicionais” (Diegues, 2008, p. 134). Portanto, além de não terem reconhecidos seus direitos territoriais, essas populações passaram a sofrer com a expropriação “conservacionista” promovida pelas próprias instituições estatais.

CÓDIGO FLORESTAL DE 1965

Em 1964, uma movimentação militarizada com significativo apoio civil encerrou o ciclo de governos democraticamente eleitos iniciado em 1946, impedindo a continuidade do governo do então presidente João Goulart e dando início a um regime militar autoritário. Cinco generais, além de uma junta, se alternaram no comando do Executivo brasileiro por mais de 20 anos, tendo sido permanente nessas décadas o processo de disputas internas entre os diversos grupos que compõem as Forças Armadas (Schwarcz e Starling, 2015, p. 447-451).

Um primeiro evento importante para as disputas relativas ao uso do solo no Brasil, ocorrido no início do regime militar autoritário, foi a aprovação do *Estatuto da Terra* (Lei n. 4505/1964), ato normativo responsável pela regulamentação da propriedade rural no país. Entre suas inovações mais significativas, esteve a previsão de que a terra deveria atender a uma função social, que incluía a dimensão da proteção à natureza ao prever que deveria assegurar a “conservação dos recursos naturais” (Maniglia, 2006, 2009, 2013).

Outro evento importante ocorrido logo no início do regime militar autoritário foi a aprovação do *segundo Código Florestal brasileiro* em 1965, culminância de um processo de tramitação legislativa iniciado quatro anos antes.

Em 1961, ainda durante o período democrático, por decisão do então presidente Jânio Quadros, foi instituído um grupo de trabalho para elaboração de um projeto de revisão do Código Florestal brasileiro. O grupo de trabalho foi formado pela junção de *juristas e técnicos das ciências ambientais*. Entre os juristas estava o presidente do grupo, *Osny Duarte Pereira*, magistrado e autor do primeiro livro brasileiro sobre direito florestal, Adelmy Cabral Neiva, procurador do Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e Bernardo Pain, consultor jurídico do Ministério da Agricultura. Entre os técnicos estavam *Alceo Magnani*, chefe do setor de Ecologia Florestal do Centro de Pesquisas Florestais e Conservação da Natureza do Estado da Guanabara, Roberto de Mello Alvarenga, diretor do Serviço Florestal de São Paulo, e

Henrique Pimenta Veloso, chefe da seção de Ecologia do Instituto Oswaldo Cruz (Monteiro Filho, 1962). Em agosto de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, o grupo de trabalho foi dissolvido e posteriormente reativado por *Armando Monteiro Filho*, Ministro da Agricultura nomeado pelo então Primeiro Ministro Tancredo Neves no mesmo ano, com a incorporação de *Victor Abdennur Farah*, da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), então presidente do Conselho Florestal (Monteiro Filho, 1962).

Com o golpe militar de 1964 e o início do período autoritário, a tramitação do projeto foi interrompida. O ministro da agricultura Hugo de Almeida Leme, ao assumir a pasta em 1964, decidiu montar uma nova comissão para revisão do texto elaborado pelo grupo de trabalho presidido por Osny Pereira¹⁶. A nova comissão foi composta por Victor Abdennur Farah, que além de presidente do Conselho Federal e membro da FBCN, passou a ser assessor direto do ministro da agricultura nesse período; João Maria Lisboa, Diretor Geral do Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DRNR); Roberto de Melo Alvarenga, diretor do Serviço Florestal de São Paulo; Benjamim de Campos, conselheiro jurídico do Ministério da Agricultura; e Heladio do Amaral Mello, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, da USP. A comissão deveria elaborar, segundo palavras do ministro Hugo de Almeida Leme, um texto que representasse “o pensamento do governo atual [militar] no que concerne à política florestal brasileira” (Leme, 1965).

A presença na nova comissão de dois membros do anterior grupo de trabalho, Victor Abdennur Farah e Roberto de Melo Alvarenga, contribuiu para a continuidade do direcionamento legislativo e o texto elaborado por eles, segundo o ministro Almeida Leme, acabou repetindo “em linhas gerais o [...] Projeto n. 4.494/62, cuja estrutura, uniformidade e harmonia manteve”, tendo como modificações a “introdução de 11 novos artigos”, a “supressão de 3 artigos” e a atribuição de “nova redação a 5 artigos” (Leme, 1965). Com poucas alterações realizadas durante a tramitação legislativa, o projeto foi sancionado como Lei n. 4.771/1965.

O *Código Florestal de 1965* (Lei n. 4.771/1965) reafirmou a *concepção socioambiental de propriedade privada*, fortalecendo a proteção ambiental em relação ao Código anterior. Em sua aprovação, estiveram presentes os mesmos três fatores fundamentais para aprovação do Código Florestal de 1934: a racionalidade tecnocrática e nacionalista em que se fundamentavam as reivindicações de defesa ambiental; a participação direta da sociedade civil ambientalista,

¹⁶ Por meio do Ato Institucional de 9 de abril de 1964, Osny Pereira, presidente do “grupo de trabalho” que elaborou o projeto teve seus “direitos políticos cassados por dez anos, o que levou o governador do Estado da Guanabara a colocá-lo em disponibilidade por igual prazo” (Teixeira, 2012).

dessa vez por meio da FCBN; e o bloqueio parcial da influência das oligarquias agrárias na tramitação legislativa, em virtude da influência autoritária do regime militar.

As principais regras do texto de 1965 versavam sobre os seguintes temas: criação das áreas de “preservação permanente”, criação dos “parques nacionais, estaduais e municipais” e das “reservas biológicas”, estabelecimento de limitações ao uso da propriedade privada, estabelecimento de áreas privadas de proteção da vegetação nativa em percentual da área total da propriedade, previsão de contravenções florestais, previsão de isenções tributárias, previsão de ações de educação ambiental, manutenção do Conselho Florestal e estabelecimento de proteção jurídica das “florestas que integram o Patrimônio Indígena”.

As florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente, previstas nos artigos 2º e 3º da lei, eram um tipo de *área privada de proteção da vegetação nativa* criada para proteção de pontos específicos da paisagem, em substituição às “florestas protectoras” do Código Florestal de 1934. Duas modalidades de florestas de preservação permanente foram previstas pelo Código Florestal de 1965: uma dependente de declaração posterior de instituição estatal para sua criação, análoga à área privada de proteção da vegetação nativa regulamentada pela legislação anterior (art. 3º); outra independente de declaração estatal posterior (art. 2º), uma vez que havia especificação legal de localização dessas áreas na paisagem, obrigando, em tese, todos os proprietários à preservação da vegetação nativa nos trechos definidos pela lei.

Entre os trechos da paisagem voltados à preservação, com localização e metragem de áreas determinados legalmente, estavam: faixas marginais de cursos d’água, com metragem variável conforme o tamanho do curso d’água (5 metros para rios de menos de 10 metros de largura, metade da largura dos rios de 10 a 200 metros e 100 metros para rios de mais de 200 metros de largura), entorno de lagoas e lagos, entorno de nascentes, topo de morros, áreas com altitude superior a 1.800 metros, entre outros (art. 2º da Lei n. 4.771/1965). A partir da aprovação do Código Florestal de 1965, esses trechos das terras privadas deveriam estar obrigatoriamente cobertos por vegetação nativa, como consequência da determinação legal.

A criação dessas áreas de preservação permanente foi uma das principais inovações do Código Florestal de 1965, segundo suas exposições de motivos, uma vez que a lei “indica minuciosamente as formas de vegetação que não poderão ser removidas, não necessitando de nenhum decreto posterior para declarar sua imprescindibilidade, onde se encontrem”. Ainda segundo essas exposições, com o novo texto, basta “que o leitor da lei a confronte com a natureza, para ver se está diante de uma floresta indispensável, ou se a mata poderá ser removida, sem nenhum prejuízo para a terra” (Monteiro Filho, 1962; Leme, 1965).

Essa escolha política pela preservação ambiental de áreas definidas da paisagem tinha fundamentação técnico-científica veiculada pelos técnicos da área das ciências ambientais que conduziram o processo de elaboração legislativa. Segundo Alceo Magnani, um desses técnicos, as metragens foram “baseadas no estado de arte [técnico-científico] que existia naquela ocasião”, tendo sido utilizados “estudos científicos feitos em vários lugares do mundo, inclusive no Brasil”. Essas definições visavam, segundo Magnani, “não apenas a proteção do solo, em si, mas também a proteção da água, do microclima, da flora e da fauna” (Magnani, 2011). Segundo as exposições de motivos dos anteprojetos de lei, enfatizando a importância dessa *fundamentação tecnocrática ambiental*, o que havia era “um vínculo imposto pela natureza e que a lei nada mais fez do que declara-lo existente” (Monteiro Filho, 1962; Leme, 1965).

Outra diferença importante das “florestas e demais formas de vegetação de preservação permanente” do Código de 1965 em relação às “florestas protectoras” do Código de 1934 é a ausência de previsão legal de indenização aos proprietários como ressarcimento pelas áreas. Tratava-se de um tipo de área privada de proteção ambiental plenamente apoiada numa concepção socioambiental de propriedade, por meio da qual o proprietário rural seria obrigado a realizar a preservação como um sucedâneo do próprio direito de propriedade.¹⁷

Um *outro tipo de área privada de proteção ambiental* foi prevista nos artigos 16 e 44 da Lei n. 4.771/1965, estabelecida em termos percentuais em relação ao tamanho total das propriedades privadas e sem previsão de indenização, tal como na regulamentação análoga do Código Florestal de 1934. No caso das “regiões Leste Meridional, Sul e Centro-Oeste”, a reserva florestal privada deveria ser de “20% da área de cada propriedade” (alínea “a” do art. 16) e no caso das “áreas ainda incultas, sujeitas a formas de desbravamento, as derrubadas de florestas primitivas, nos trabalhos de instalação de novas propriedades agrícolas, só serão toleradas até o máximo de 50% da área da propriedade” (alínea “b” do art. 16).¹⁸

¹⁷ A idealização de uma área privada de proteção da vegetação nativa com essas características (previsão legal de localização independente de ato posterior de instituição estatal e ausência de indenização ao proprietário) havia sido feita inicialmente por Osny Pereira como proposta de interpretação jurídica contramajoritária do Código Florestal de 1934, contida em seu livro “Direito Florestal Brasileiro (ensaio)”. Incumbido da tarefa de coordenar o grupo de trabalho montado em 1961, Pereira convenceu os outros integrantes da importância desse tipo de regra, segundo Alceo Magnani (Urban, 1998, p. 237). Desse modo, uma diretriz que havia primeiro tido sua inclusão normativa tentada e não obtida por meio de uma interpretação jurídica contramajoritária encabeçada por um juiz de direito e autor de livros jurídicos foi legislativamente criada, numa dinâmica de relação entre instituições judiciais e instituições legislativas que segue presente na realidade jurídica ambiental até os dias atuais, onde muitas das mudanças legislativas são feitas para emplacar teses jurídicas judicialmente derrotadas.

¹⁸ Segundo Alceo Magnani, a definição de 20% como mínimo de ocupação com vegetação nativa admitido por propriedade, excluídas as florestas de preservação permanente, foi feita por fundamentação técnica de Henrique Pimenta Vellozo, acatada pelos demais integrantes do grupo de trabalho (Urban, 1998, p. 231).

Passaram a chamar-se *parques nacionais, estaduais e municipais* e *reservas biológicas* (art. 5º), no texto de 1965, as *áreas estatais de proteção ambiental*, harmonizando plenamente a nomenclatura brasileira com os termos internacionalmente utilizados nos principais países.

Por fim, uma novidade do texto de 1965 em relação ao Código de 1934 foi a previsão expressa de que as “florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente [...] pelo só efeito desta Lei” (art. 3º, §2º), numa continuação da aproximação estatal entre a temática dos territórios ameríndios e a temática ambiental. Considerava o Código Florestal de 1965, por meio desse dispositivo, que as terras habitadas pelos indígenas deveriam ser protegidas também em virtude de sua importância ambiental. As “populações tradicionais”, por sua vez, não foram mencionadas no ato normativo.

CONTINUIDADE DO ATAQUE À VEGETAÇÃO NATIVA NO BRASIL

Como ocorreu com o texto normativo anterior, o Código Florestal de 1965 também foi *inefetivo* (ou muitíssimo pouco efetivo), no que tange à mudança do padrão brasileiro de ação econômico-ecológica, no ataque à vegetação nativa.

A expansão da fronteira agropecuária seguiu sendo a principal causa do desmatamento sistemático durante o regime militar autoritário. Segundo Szmrecsányi, tivemos nessas décadas “três grandes áreas de expansão da fronteira agrícola”, a “das regiões Norte e Nordeste”, que compreende os “Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí”, a “do Sul, representada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina” e “a do Centro-Oeste, que abrange os Estados de Mato Grosso e Goiás” (Szmrecsányi, 1986, p. 132). Com isso, todos os biomas brasileiros foram submetidos à devastação ambiental.

Segundo Pádua, no bioma Mata Atlântica, o auge do processo de desmatamento ocorreu “entre 1910 e 1990, confundindo-se com a expansão da população, dos espaços urbano-industriais e das fronteiras agrícolas do país”. Herdando do passado colonial uma dinâmica qualitativa de relação social com os ecossistemas nativos, a sociedade brasileira promoveu nesse período, em especial na segunda metade do século XX, o auge quantitativo da devastação florestal da Mata Atlântica (Pádua, 2015, p. 245).

Em São Paulo, em 1973, restavam 20.750 km² de florestas, 8,3% da área territorial do estado, conforme ilustra o mapa na página seguinte (Victor *et al.*, 2005, p. 50).

No Paraná, em 1980, restavam 34.070 km² de florestas, 17,2% do total do estado. No Rio de Janeiro, em 1978, restavam 9.739 km², 22% do total. No Espírito Santo, restavam 6.270

km² em 1980 (13,75%). Em Santa Catarina, havia 16.272 km² em 1985, 17% da área total do estado. (Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1993)¹⁹

Figura 7. Cobertura florestal do estado de São Paulo (situação em 1973)

Fonte: Victor *et al.*, 2005, p. 50

O cerrado, nesse período, segundo Warren Dean, continuou a “ser submetido às mesmas pressões que a Mata Atlântica enfrentara durante mais de um século” (Dean, 1996, p. 317). Dados recentemente tabulados indicam que em 1985, mais de 32% da área original do bioma já havia sido devastada (Alencar *et al.*, 2020, p. 12).

O bioma Amazônia, que havia permanecido relativamente pouco desmatado até a década de 1960, também passou a ser sistematicamente atacado.

Em 1975, na Amazônia Legal haviam sido desmatados 27.698,63 km², correspondentes a 0,564% de sua área total. Em 1983, o total desmatado já era de 159.373,58 km², 3,2% da Amazônia. Restavam 4.906.784,4 km² de florestas (INPE, 1989).

¹⁹ Os dados relativos ao Paraná têm como fonte o trabalho “INOUE, M.T., RODERJAN, C.V., KUNIYOSHI, Y.S. Projeto Madeira do Paraná. Curitiba, 1984.”. Os dados sobre o Rio de Janeiro são de “MAGNANI, Alceu; NEHAB, Maria Alice & MOREIRA, José Carlos – 1º Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto”. Os dados relativos ao Espírito Santo são originários de “IBAMA. Levantamento da situação florestal do Estado do Espírito Santo. Brasília, IBAMA, 1990. (Relatório Técnico e Mapeamento)”. Os dados sobre Santa Catarina são da própria Fundação SOS Mata Atlântica e do INPE, que compilaram as demais informações estatísticas.

Como explica José de Souza Martins, a ditadura pôs em prática uma política de ocupação da Amazônia brasileira com motivações econômicas e geopolíticas, cujo “lema” era “‘integrar’ (a Amazônia ao Brasil) ‘para não entregar’ (a supostas e gananciosas potências estrangeiras)” (Martins, 2016, p. 74). Essa política combinava a abertura de estradas na região, a concessão de crédito rural e incentivos fiscais para empreendimentos agropecuários, condicionados à comprovação de efetivo uso das terras para agropecuária, o que era feito mediante comprovação do desmatamento (Barreto, 2010, p. 4).

Desse modo, as novas estradas constituíram os eixos em torno dos quais o desmatamento sistemático passou a ocorrer para a abertura de novas fazendas e áreas de colonização, sendo a rodovia Belém-Brasília a principal delas.

Segundo Costa, essa integração da Amazônia foi conduzida por meio de um “projeto autoritário de modernização da agricultura”, fundamentado na “viabilização econômica da grande propriedade latifundiária, na formação do trabalho volante e na homogeneidade biológica associada aos padrões tecnológicos mecânico-químicos inerentes à industrialização da agricultura nos países do norte” (Costa, 2012, p. 30). Com esse fim, houve a “federalização de terras devolutas” na Amazônia, por meio de decretos do governo militar e sua venda a baixo custo para empreendimentos agropecuários. Os incentivos fiscais privilegiavam sobretudo as grandes empresas do setor agropecuário, com especial destaque para os projetos de pecuária. Tais projetos tiveram um desempenho econômico muito pouco significativo, com implantação de áreas com capacidade de suporte média de 0,65 cabeças de gado por hectare, ante uma capacidade de suporte média programada de 1,4 cabeças por hectare (Costa, 2012, p. 67).

No geral, o desempenho de todo o setor agropecuário brasileiro manteve-se por todo esse período caracterizado pela “baixa produtividade média por unidade de área, tanto nas principais lavouras como na pecuária bovina”. Para Szmrecsányi, isso se relaciona ao caráter extensivo e predatório de exploração dos recursos naturais no país, que se mantinha “tanto nas grandes lavouras de exportação e de produção de matérias-primas agroindustriais, como na pecuária, e até nas pequenas lavouras de subsistência” (Szmrecsányi, 1986, p. 158).

Durante o regime militar autoritário, a lenha e o carvão vegetal prosseguiram sendo componentes importantes da matriz energética brasileira, respondendo por 44% da oferta energética na década de 1970, num contexto em que o consumo energético total havia sido ampliado para cerca de 70 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (tep), ante apenas 15 milhões em 1950 (Tolmasquim, Guerreiro e Gorini, 2007, p. 50). Por essa razão, a extração desses produtos vegetais das florestas brasileiras prosseguiu colaborando consideravelmente para o ataque aos ecossistemas de vegetação nativa do país.

A construção de hidrelétricas também contribuiu para a perda de vegetação nativa no Brasil, uma vez que grandes contingentes territoriais eram alagados e áreas consideráveis eram desmatadas para viabilizar os empreendimentos. Warren Dean considera as hidrelétricas “possivelmente [...] o mais prejudicial de todos os programas de desenvolvimento” do período e aponta a construção de Itaipu, “a maior represa hidrelétrica do mundo”, iniciada em 1973, como o mais significativo desses empreendimentos, responsável pela inundação de “1.529 km² no lado brasileiro do rio e 2.260 km² no lado paraguaio” (Dean, 1996, p. 309-311). Segundo Urban, a construção não foi submetida “a nenhuma análise acerca dos impactos sobre o meio ambiente” (Urban, 2001, p. 97), inexistindo, na época, legislação sobre licenciamento no Brasil.

Segundo Victor et al, a nível nacional sabia-se na década de 1970 que “mais de três mil espécies vegetais” haviam sido “simplesmente extintas” e número igual encontrava-se em “avançado estágio de extinção” (Victor *et al.*, 2005, p. 40). Isso, é claro, somente entre as espécies conhecidas pelos seres humanos no período, que algumas estimativas apontam como minoritárias em relação ao total de espécies efetivamente existentes.

Em relação às lutas dos povos ameríndios por suas terras e em defesa de seu modo de vida, um evento importante foi a publicação do Decreto n. 58824/1966, que incorporou ao ordenamento jurídico brasileiro a Convenção n. 107/1957 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), versando sobre “populações indígenas e tribais”.

Uma característica dos primeiros anos do regime militar foi a denúncia pública da opressão e da violência impostas pelas instituições nacionais aos povos ameríndios. O chamado “Relatório Figueiredo”, elaborado pelo procurador Jader de Figueiredo Correia, comprovou documentalmente a “matança de tribos inteiras, torturas e toda sorte de crueldades cometidas contra indígenas brasileiros por proprietários de terras e por agentes do Estado”, incluindo “a existência de caçadas humanas feitas com metralhadoras e dinamite atirada de aviões, inoculações propositais de varíola em populações indígenas isoladas e doações de açúcar misturado a estricnina” (Schwarcz e Starling, 2015, p. 463).

Em virtude da grande mobilização nacional e internacional originada pela divulgação desse Relatório, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi extinto e em 1967 foi criada em seu lugar a *Fundação Nacional do Índio (FUNAI)*.

Também em 1967, o Decreto-lei n. 289, de 28 de fevereiro, extinguiu o Conselho Florestal, o Departamento de Recursos Naturais Renováveis (DNRN) e o Instituto Nacional do Pinho, unificando-os no *Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF)*, a principal instituição brasileira especificamente voltada ao tema da vegetação nativa durante o regime

militar autoritário. Entretanto, segundo Alceo Magnani, “até setenta [1970], setenta e um [1971], o IBDF estava jogado às traças” (Urban, 1998, p. 261).

Em 1972, um importante acontecimento impactou decisivamente os rumos da temática ambientalista no Brasil e no mundo e, conseqüentemente, os processos políticos de luta em defesa da vegetação nativa: a *Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente Humano*, realizada em Estocolmo, na Suécia.

COMEÇO DA IMPLANTAÇÃO ROTINIZADA DE ÁREAS ESTATAIS DE PROTEÇÃO

A Conferência de Estocolmo de 1972 é o principal marco da *transição ambientalista global*, entendida como intensificação da incorporação da temática ambiental nos processos decisórios das sociedades modernas e na orientação dos diversos tipos de ações, de modo a torna-la gradativamente um eixo de estruturação das relações sociais contemporâneas.

Produzida em consequência do acúmulo das ações e reflexões ambientais de diversas sociedades nacionais²⁰, participaram da Conferência “representantes de 113 países, 19 órgãos intergovernamentais e quatrocentas outras organizações intergovernamentais e não-governamentais” (McCormick, 1992). Tratou-se da primeira grande discussão internacional da temática ambiental com o objetivo de empreender ações concretas para enfrentamento dos problemas ecológicos. Dada sua projeção, a Conferência contribuiu decisivamente para impulsionar a transição ambientalista em todo o mundo.

Segundo Leila Ferreira, a Conferência teve um “inconfundível caráter de Primeiro Mundo”, com ênfase “nos aspectos técnicos da contaminação ambiental, devido à acelerada industrialização e urbanização, e na relação entre o crescimento populacional e o esgotamento dos recursos naturais”. A essa abordagem se opuseram os representantes de sociedades periféricas, tendo o Brasil exercido papel de liderança nesse processo. O posicionamento da delegação brasileira, segundo Leila Ferreira, se pautava pela defesa da ideia de que o “crescimento econômico não deveria ser sacrificado em nome de um ambiente mais puro”, de que “os países desenvolvidos deveriam pagar pelos esforços dessa purificação” e de que não haveria “relação direta entre crescimento populacional e exaustão de recursos naturais, opondo-

²⁰ John McCormick elenca e discute o que considera como os seis fatores principais de explicação para ascensão do movimento ambientalista a partir da década de 1960: a reorganização social, ampliadora da afluência; o início dos testes atômicos e a percepção societária das consequências ambientais dessas iniciativas; o lançamento e divulgação do livro “*Silent Spring*”, de Rachel Carson; a intensificação do desenvolvimento de estudos científicos sobre temas ambientais; e a influência de outros movimentos sociais contemporâneos, especialmente o movimento negro e cívico (McCormick, 1992).

se fortemente a medidas de controle populacional”. Outro eixo importante da posição brasileira na Conferência de Estocolmo foi a defesa da ideia de que “a soberania nacional não poderia ser sujeitada em nome de ‘interesses ambientais mal-definidos’” (Ferreira, 1998, p. 81).

Negociando suas posições no contexto do desenvolvimento dos debates na Conferência, o Brasil terminou por assinar sem reservas a declaração oficial produzida, tendo os representantes brasileiros, segundo Paulo Nogueira Neto, “em contato com os representantes de outros países”, diminuído o preconceito inicial em relação à problemática ambiental ao constatar que “os países desenvolvidos também tinham regras severas de controle de poluição” e que não se tratava de um simples engodo internacional para barrar o crescimento econômico e o desenvolvimento do Brasil e das sociedades periféricas (Urban, 1998, p. 266).

Dois processos sociais estruturantes contribuíram significativamente para o aumento de importância da temática ambiental no Brasil, na esteira das ações que se seguiram à realização da Conferência de Estocolmo: a globalização e a liberalização política nacional.

A globalização – ou a intensificação do processo de mundialização iniciado muitos séculos antes – significa, para Viola, a “compactação espacial, a aceleração temporal e a porosidade interno-externa”, sendo um fenômeno “multidimensional”. Viola destaca, entre suas múltiplas dimensões: “militar, financeira, econômico-produtiva, comunicacional-cultural, religiosa, interpessoal-afetiva, ecológico-ambiental, epidemiológica, criminal-policial, esportiva, científico-tecnológica, demográfico-migratória e política” (Viola, Leis e Ferreira, 1997). Num mundo compactado espacialmente e temporalmente acelerado, tornou-se mais constante a formação de consensos internacionais e a influência de organismos multilaterais.

O desenvolvimento do conhecimento científico, politicamente articulado, foi a base da construção de consensos em torno da importância da temática ambiental, em virtude da gravidade e da escala global das consequências de fenômenos como a poluição urbana. No contexto da intensificação do processo de globalização, esses consensos foram transformados em diretrizes políticas por meio de ações de organismos multilaterais como a ONU. Mesmo que as soberanias nacionais não tenham sido formalmente abaladas, a extrema conectividade internacional tornou o atendimento das diretrizes políticas dos organismos multilaterais e das expectativas e dos interesses das outras sociedades nacionais um passo determinante para o êxito político e econômico de toda sociedade nacional.

A liberalização política foi, por sua vez, um processo corrente a partir de 1974, ano da eleição de Ernesto Geisel para a presidência do Brasil, quando se iniciou a adoção gradual de uma agenda de reformas políticas que incluíram a restauração de garantias jurídicas, a liberdade

de imprensa e de manifestação da opinião, a diminuição da intervenção nos processos eleitorais, entre outras ações (Sallum Jr., 1996, p. 20-32).

A diminuição da repressão autoritária, a possibilidade de realização de manifestações sociais e a circulação mais livre de notícias pelos veículos de comunicação de massa impulsionaram a disputa ambientalista no Brasil, permitindo na década de 1970 a organização mais intensa do movimento ambientalista e o noticiamento de suas ações e protestos.

Esse aumento de importância da temática ambiental se manifestou no Brasil, em síntese: 1) no âmbito social, por meio da ampliação do número e da localização geográfica de organizações e grupos comunitários ambientalistas e da diversificação do foco temático de sua atuação e de seus repertórios de ação; 2) no âmbito estatal executivo, por meio do fortalecimento e da criação das instituições executivas ambientais, com ampliação de suas capacidades de ação; 3) no âmbito das mídias de comunicação de massa, pela intensificação do apoio e da cobertura jornalística das ações vinculadas às temáticas ambientais, potencializando a vizibilização desses temas; 4) no âmbito científico, pela ampliação do número de cientistas e de pesquisas em ciências ambientais e pela ampliação do foco temático das investigações; 5) no âmbito econômico, pelo fortalecimento do processo de constituição de um setor do empresariado nacional ocupado com a incorporação de limitações ecológicas ao processo de produção econômica e pela criação germinal de um mercado de consumo interessado em produtos “ecologicamente corretos”; 6) no âmbito legislativo, pela aprovação de leis consideradas ambientalmente protetivas; 7) no âmbito das relações internacionais, pelo aumento da pressão exercida por organismos multilaterais, instituições estatais de outros países e organizações sociais internacionais sobre o Brasil, para aumento da proteção ambiental.²¹

Trata-se de iniciativas e tendências que tiveram início, em sua maioria, muito antes da década de 1970, mas que foram impulsionadas e aceleradas nessa década em todo o mundo, no contexto da globalização, e em específico no Brasil, no contexto da liberalização política.

A primeira *ação executiva significativa* que procede da Conferência de Estocolmo foi a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) por meio do Decreto n. 73.030, de 30 de outubro de 1973, vinculada ao Ministério do Interior. Segundo Paulo Nogueira Neto, que chefiou essa instituição ambiental desde sua criação até 1986, a intenção do governo militar era que “a SEMA se dedicasse ao controle da poluição”, na esteira das discussões realizadas na Conferência de Estocolmo. Paulo Nogueira Neto, contudo, “considerava essa questão secundária” e entendia que o “controle da poluição deveria ficar com os estados”, definindo

²¹ Inspiro-me em Viola e Leis nesse comentário (Viola e Leis, 1992). Na literatura brasileira, essa pluralidade e polissemia do movimento ambientalista foi interpretada a partir do conceito de “multissetorialidade”.

como prioridade efetiva de ação institucional para a SEMA a “criação de unidades de conservação”, áreas estatais de proteção da vegetação nativa (Urban, 1998, p. 269-271).

Foram criadas, pela SEMA, entre 1975 e 1982, as seguintes áreas estatais de proteção ambiental, totalizando 13.124,33km²: Tapacurá (UFRP), Aiuaba, Pau Brasil (CEPLAC), Anavilhanas, Aracurí-Esmeralda, Iqué, Maracá, Maracá-Jipioca, Rio Acre, Taiamã, Uruçuí-Una, Caracaí, Guaraqueçaba, Jari, Seridó e Serra das Araras (Urban, 1998, p. 98).²²

O IBDF²³ também adotou, nesse período, uma política de criação de áreas estatais de proteção ambiental. Ela teve como um de seus marcos, segundo Maria Tereza Jorge Pádua²⁴, o início da elaboração do planejamento da proteção florestal da Amazônia, em 1974, com base nos estudos de Gary Wetterberg. A partir de 1979, houve a ampliação do volume de recursos destinados para esse fim, o que permitiu a compra, segundo Maria Tereza Jorge Pádua, de “dois milhões de hectares de terra em parques nacionais e reservas biológicas” (Urban, 1998, p. 150).

Entre 1972 e 1983, as seguintes áreas foram criadas pelo IBDF, totalizando 97.542,77 km²: Serra da Canastra, Amazônia, Picaás Novos, Pico da Neblina, Serra da Capivara, Cabo Orange, Jaú, Lençóis Maranhenses, Pantanal Matogrossense, Marinho dos Abrolhos (parques nacionais); Poço das Antas, Atol das Rocas, Jaru, Rio Trombetas, Lago Piratuba, Una, Abufari, Augusto Ruschi, Córrego do Veado, Guaporé, Serra Negra, Sooretama, Saltinho (reservas biológicas); IBGE (Roncador), Sauim-Castanheiras, Ilha dos Lobos, Juami-Japurá, Jutai-Solimões e Ouro Preto do Oeste (NPA) (reservas ecológicas) (Urban, 1998, p. 99-101).

Segundo Franco, Drummond e Ninis, a política de criação de áreas estatais de proteção ambiental empreendida a partir da década de 1970 visava antecipar-se à expansão da fronteira agropecuária, de modo a “chegar antes” nos ecossistemas nativos que as iniciativas de devastação florestal. Além disso, a política visava remodelar o sistema de áreas protegidas no Brasil, preservando a biodiversidade nacional (Drummond, Franco e Ninis, 2009, p. 249).

Uma crítica que Diegues faz à criação de áreas estatais de proteção ambiental nesse período é o caráter antidemocrático do processo político de constituição das áreas. Segundo ele, “em pleno regime militar e autoritário, a criação dessas unidades era feita de cima para baixo,

²² Uma vez que formalmente a criação dos tipos de áreas estatais de proteção dos ecossistemas de vegetação nativa previstos pelo Código Florestal de 1965 era atribuição do IBDF, Nogueira Neto articulou a formalização de um novo tipo, as estações ecológicas, cuja diferença em relação às áreas protegidas previstas no Código Florestal estaria no desenvolvimento de “pesquisas que alterassem o ambiente” (Urban, 1998, p. 269-271).

²³ O IBDF era uma instituição executiva de maior porte, no comparativo com a SEMA, tendo na década de 1970, segundo Paulo Nogueira Neto, cerca de “seis mil funcionários”, enquanto a SEMA “nunca passou de trezentos e cinquenta funcionários” (Urban, 1998, p. 281-282).

²⁴ Maria Tereza Jorge Pádua foi funcionária do IBDF entre 1964 e 1982, trabalhando “quatorze anos como chefe ou diretora de parques e fauna silvestre”. Em 1985, foi secretária geral do IBDF e em 1992 foi presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) (Urban, 1998).

sem consultar as regiões envolvidas, ou as populações afetadas em seu modo de vida pelas restrições que lhes eram impostas quanto ao uso dos recursos naturais” (Diegues, 2008, p. 118).

No âmbito dos estados, também houve prosseguimento da tendência de criação de áreas estatais de proteção ambiental. Segundo Warren Dean, em São Paulo foram criados 940 km², no Rio de Janeiro quase 500 km² e em Minas Gerais 69 km². Para Dean, a “expansão extremamente modesta das áreas de proteção foi uma reação absolutamente branda diante da destruição dos últimos arvoredos primários da Mata Atlântica durante a década de 1970”. O historiador ressalta, também, que “os decretos declarando os parques e outros tipos de reservas quase nunca eram acompanhados pela alocação de fundos para desapropriar as propriedades particulares em sua área ou mesmo para demarcar seus limites” (Dean, 1996, p. 325).

Apesar disso, as ações executivas do IBDF, da SEMA e dos estados na década de 1970 traduziram-se na constituição de *áreas estatais de proteção da vegetação nativa* em quantidade e qualidade superiores ao que ocorrera no Brasil até então, podendo-se assinalar, no que tange a esse tipo de área de proteção dos ecossistemas de vegetação nativa, essa década como *marco inicial da implementação rotinizada de áreas estatais de proteção ambiental no Brasil*.

A forma tecnocrática assumida pelas reivindicações foi um dos fatores decisivos para a aceitação das demandas pelos militares. Segundo Maria Tereza Jorge Pádua, “os militares respeitavam o saber técnico e queriam um terreno neutro, onde não houvesse riscos políticos”. Para ela, “a criação de áreas protegidas caiu muito bem na estratégia militar: defender uma área, cercar uma área contra os inimigos, é um raciocínio militar” (Urban, 1998, p. 148).

Dois importantes oficiais da Marinha atuaram como mediadores em muitas demandas ambientais do período, contribuindo decisivamente para a implementação da referida política de constituição de áreas estatais de proteção ambiental: José Luiz Belart e Ibsen de Gusmão Câmara. Almirantes, tinham amplo acesso às cúpulas das Forças Armadas, contribuindo para aproximação entre as demandas ambientalistas e os núcleos decisórios.²⁵

No que tange às *áreas privadas de proteção da vegetação nativa*, o *Código Florestal manteve-se totalmente inefetivo nessa década final do período desenvolvimentista*, não tendo havido iniciativas estatais significativas para sua implementação em nenhum lugar do país.

Ocorreram, nesse período, segundo Warren Dean, algumas ações de fiscalização ambiental, “realizadas normalmente por uma divisão das forças policiais estaduais” (Dean,

²⁵ Maria Tereza Jorge Pádua, Paulo Nogueira Neto e Alceo Magnani destacam nas entrevistas realizadas para Teresa Urban (1998; 2001) inúmeros casos concretos em que houve mediação dos almirantes. Sobre um desses casos, Maria Teresa Jorge Pádua afirma: “O presidente Figueiredo me recebeu muitas vezes. Claro, a primeira vez foi mais difícil, foi preciso abrir caminho. A Reserva Biológica de Trombetas não sairia se não fosse o almirante Belart, se não fosse a ajuda do Ibsen” (Urban, 1998, p. 279).

1996, p. 315). O IBDF emitiu a Instrução Normativa n. 1/1980, exigindo que a pessoa interessada em obter autorização para desmatamento apresentasse um “termo de responsabilidade de preservação de floresta devidamente avergado no Registro Geral de Imóveis” (Magalhães, 1980, p. 62).

Contudo, não houve nenhum trabalho sistemático de estruturação das instituições executivas estaduais para verificação do cumprimento das regras contidas no Código, tampouco houve iniciativas efetivas das instituições executivas federais.

Sobre as limitações ao exercício do direito de propriedade, incluindo as áreas de preservação permanente e a obrigação de manutenção de uma porcentagem da propriedade com vegetação nativa (que posteriormente ficou conhecido como “reserva legal”), os tipos de áreas privadas de proteção da vegetação nativa previstos no Código de 1965, Maria Tereza Jorge Pádua afirma (Urban, 1998, p. 234):

[...] estávamos empenhados em coisas que considerávamos mais importantes. Não me lembro de nenhum esforço governamental e nem mesmo de entidades não-governamentais se dedicarem muito a isso. Foi um dispositivo legal realmente inócuo, porque não interessava ao setor econômico. Nós estávamos em plena ditadura. A ditadura também não absorveu isso, embora tivesse absorvido as áreas protegidas. O movimento não tinha densidade política para ir tão longe. Ao se propor um sistema de áreas protegidas, não se atrapalhava muito o setor econômico. Mas este dispositivo, sim.

No que tange à *organização da sociedade civil brasileira*, os anos posteriores a 1972 foram caracterizados pela ampliação do número e da localização geográfica das organizações ambientalistas e pela diversificação de seus focos de atuação e de seus repertórios de ação.

Entre os grupos ambientalistas mais importantes desse período estão a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), criada em Porto Alegre-RS, em 1971, e o Movimento Arte e Pensamento Ecológico (MAPE), criado em São Paulo-SP, em 1973.

A Agapan tinha em Augusto César Cunha Carneiro e em *José Antonio Lutzenberger* suas principais lideranças, atuando em temas locais, regionais e nacionais, tais como proteção de animais, preservação de áreas ecologicamente importantes, arborização urbana, poluição hídrica, energia nuclear e agrotóxicos. Como eixo importante de seu repertório de ações estava a discussão pública das temáticas ambientais em reuniões semanais abertas, realizadas na sede da entidade. Segundo Urban, em 1976, “com o lançamento do livro “Fim do futuro? Ou Manifesto ecológico brasileiro”, Lutzenberger consolidou-se definitivamente como a mais importante liderança do movimento ambientalista brasileiro” (Urban, 2001, p. 67-79).

O MAPE, por sua vez, foi, segundo Urban, “um dos mais importantes movimentos de protestos da década de 70”, envolvendo “dezenas de artistas” em “campanhas alegres e

divertidas em favor da natureza”. Em seu repertório de ação estiveram a realização de protestos públicos, de exposições artísticas, pintura de painéis urbanos, debates e a edição de uma revista, tendo o grupo criado “um novo estilo de discussão dos problemas ambientais” e influenciado o surgimento de diversas entidades ambientalistas (Urban, 2001, p. 67-79).

A ação dessas organizações ambientalistas recebeu, no período referido, importante apoio dos veículos de comunicação de massa, que cobriam as ações de reivindicação realizadas, impulsionando o seu potencial de mobilização e de influência.

Nesse sentido, Augusto Carneiro, da Agapan, afirma que “éramos amparados pela imprensa, que nos dava cobertura de uma maneira tão grande que às vezes a metade do jornal era nosso” (Urban, 2001, p. 72-73). No mesmo sentido, Paulo Nogueira Neto afirma que o “meio ambiente” era considerado um “terreno neutro”, imune à censura, o que permitia ampla divulgação jornalística. Ele afirma, também, que a voz dos ambientalistas “era muito ampliada pelos jornais, onde tínhamos aliados” e que “uma das causas do sucesso da SEMA foi que nosso trabalho era apoiado pelos meios de comunicação” (Urban, 1998, p. 157, 288 e 305).

Dois movimentos sociais importantes na temática ambiental tiveram os primeiros influxos de organização na década de 1970 no Brasil: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento Nacional dos Seringueiros (Diegues, 2000, p. 146).

O movimento dos seringueiros teve como base de organização a formatação de uma rede de sindicatos rurais no Acre e a realização dos primeiros “*empates*”, uma estratégia de confrontação política não violenta por meio da qual “os seringueiros ocupavam pacificamente os acampamentos, convencendo os peões a abandonarem tratores e motosserras” (Waldman, 2002, p. 73), de modo a impedir o desmatamento. A principal liderança do movimento dos seringueiros no início de sua articulação foi o sindicalista *Wilson Pinheiro*, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia-AC, assassinado no início da década de 1980. Outra liderança importante era *Chico Mendes*, presidente do sindicato do município vizinho, Xapuri-AC, que continuou e ampliou a estratégia dos empates (Cunha e Almeida, 2001).

Não havia ainda, nesse período, associação explícita significativa dos próprios integrantes desses movimentos entre sua atuação política e a retórica da proteção à natureza, o que ocorreu com intensidade somente a partir da década de 1980.

Além dos “empates”, o destaque da década de 1970, no âmbito social brasileiro, foi a campanha realizada contra o desmatamento da Amazônia, iniciada em 1978, “em oposição aos planos do governo federal de realizar contratos de exploração da Floresta Amazônica com empresas internacionais”. Liderada pela Associação Paulista de Proteção Natural (APPN), fundada em 1976, em São Paulo-SP, e contando com a participação da Agapan e do MAPE, a

campanha foi convertida em *Movimento em Defesa da Amazônia*, “abrangendo dezoito estados e o Distrito Federal”. Segundo Alonso, Maciel e Costa, “evento típico dessa campanha foi um ato público em São Paulo [...] que atraiu cerca de 1,5 mil pessoas e gerou uma ‘Carta Aberta à Nação Brasileira’” (Alonso, Costa e Maciel, 2007, p. 158-159).

A despeito dessa efervescência social, segundo Viola, durante a década de 1970 houve “baixíssimo impacto [do movimento ambientalista] sobre a opinião pública, e, a partir do começo dos anos [19]80, um processo de crescimento contínuo do impacto das questões ambientais sobre a opinião pública” (Viola, Leis e Ferreira, 1997, p. 29).²⁶

No que se refere às *disputas ameríndias*, o lapso temporal situado entre 1972 e 1985 teve como evento principal a aprovação do *Estatuto do Índio* (Lei n. 6.001/1973) em dezembro de 1973. Tratou-se de uma resposta do governo autoritário às pressões internacionais originadas pelas divulgações da violência cometida contra os povos ameríndios no Brasil (Vieira, 2017).

O Estatuto do Índio, ao mesmo tempo em que expressava continuidade com a política assimilacionista que marcou historicamente a atuação estatal sobre o tema, determinava o respeito aos usos e costumes dos povos indígenas brasileiros, prevendo a obrigação legal de demarcação das *terras indígenas*²⁷, instituto jurídico criado pelo Estatuto, em cinco anos, contados da publicação da lei. Contudo, não houve efetivação da previsão legal, não tendo ocorrido a sistemática demarcação das áreas ameríndias nesse período.

O movimento indígena e indigenista brasileiro, por sua vez, também apresentou considerável crescimento no período, com a criação de importantes organizações, como o *Conselho Indigenista Missionário (CIMI)*, em 1972, e a realização de reuniões entre lideranças ameríndias de inúmeros povos distintos, como as promovidas pelas *Assembleias Nacionais dos Chefes Indígenas*, a partir de 1974 (Vieira, 2017, p. 131). Em 1980 foi criada a União das Nações Indígenas (UNI), agregando lideranças de diversos povos.

A principal reivindicação do movimento indigenista e indígena brasileiro era a demarcação das terras indígenas, que prosseguiu sem ocorrência efetiva no período.

²⁶ Para Jacobi, um dos elementos que explicam a “pouca aderência do discurso ambiental na sociedade” nesse período foi “o isolamento das organizações ambientalistas dos outros movimentos sociais, uma vez que priorizavam em seu discurso a necessidade de garantir a qualidade ambiental, ignorando as demais demandas sociais” (Jacobi, 2003, p. 8). Nessa afirmação, ele refere-se sobretudo às organizações ambientalistas urbanas.

²⁷ Afirma o artigo 17 do Estatuto do Índio: “Reputam-se terras indígenas: I- as terras ocupadas ou habitadas pelos silvícolas, a que se referem os artigos 4º, IV e 198, da Constituição; II- as áreas reservadas de que trata o Capítulo III deste Título; III- as terras de domínio das comunidades indígenas ou de silvícolas”. O artigo 46 afirma: “O corte de madeira nas florestas indígenas, consideradas em regime de preservação permanente, de acordo com a letra g e §2º, do artigo 3º, do Código Florestal, está condicionada à existência de programas ou projetos para o aproveitamento das terras respectivas na exploração agropecuária, na indústria ou no reflorestamento.”

Um dos eventos mais importantes de articulação da rede de defesa dos povos indígenas que se formou durante a liberalização política brasileira foi o “Ato público contra a falsa emancipação das comunidade indígenas”, realizado em São Paulo-SP em 1978, com a presença de mais de 2.000 pessoas e o suporte de mais de 100 organizações. Tratou-se de uma resposta social ao interesse do governo em “emancipar” os chamados “índios aculturados”, atribuindo a eles títulos de propriedade sobre as terras indígenas ocupadas (Vieira, 2017, p. 154).

Outra organização importante constituída nesse período e com atuação na temática indigenista foi o *Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI)*, criado em 1974 e liderado, entre outras pessoas, por Beto Ricardo. Segundo Angela Alonso, embora o CEDI trabalhasse com a temática indígena exclusivamente sob o enfoque social, durante uma campanha transnacional contra o Banco Mundial, em 1981, liderada por uma rede de organizações ambientalistas globais, Ricardo operou como mediador entre as organizações e as comunidades tradicionais de Rondônia, povos indígenas e seringueiros e, dessa aproximação, teria nascido a primeira vinculação significativa, no âmbito social, entre organizações ambientalistas e povos tradicionais (Alonso, 2009, p. 23).

No que tange às *populações tradicionais*, a década de 1970 e a primeira metade da década de 1980 foram caracterizadas pela continuação da disputas territoriais e pelo não reconhecimento do direito à terra por parte desses agrupamentos humanos. A implantação de áreas estatais de proteção ambiental prosseguiu sendo feita em áreas ocupadas por esses grupos, intensificando o conflito entre a expansão conservacionista da proteção ambiental e a vivência comunitária das populações tradicionais (Arenz, 2018; Carvalho, 2006; Diegues, 2008).

Ilustrativo dessa oposição entre a concepção conservacionista vigente nas instituições estatais brasileiras e a pretensão territorial dos agrupamentos humanos de ocupação ecológica de baixo impacto é a posição externada por Maria Tereza Pádua e Coimbra Filho em obra publicada em 1979. Para eles, “não existe compatibilidade entre a presença de comunidades indígenas e a proteção da biota”, sendo necessário “retirar todos os posseiros” das áreas estatais de proteção da natureza (Diegues, 2008, p. 118).

No *âmbito científico*, a década de 1970 teve como principal evento de interesse para as disputas relativas à proteção dos ecossistemas de vegetação nativa no Brasil o desenvolvimento de estudos observacionais de chuva e evaporação, sob a liderança de Enéas Salati.

Tais estudos, comparando as assinaturas químicas entre o fluxo de entrada de vapor oceânico na região amazônica e as correspondentes assinaturas químicas dos recursos hídricos escoados pelos rios da região, perceberam que “parte significativa da água que entrava como vapor no canal aéreo não retornava pelo canal terrestre”. Daí, “concluíram que a Amazônia

devia estar exportando esse vapor para outras regiões do continente e irrigando outras bacias hidrográficas que não a do Amazonas”. Análises preliminares feitas no Rio de Janeiro detectaram que parte das águas de chuva coletadas no município provinham do interior do continente e haviam passado pela Amazônia. Salati e seus colaboradores sugeriram, com base nessas aferições, que as chuvas na América do Sul, fora do bioma amazônico, estariam sendo alimentadas pelo transporte continental de vapor realizado no bioma Amazônia (Nobre, 2014).

Essa foi a primeira organização significativa de dados sobre a influência dos ecossistemas florestais no clima a nível continental, validando cientificamente as intuições e percepções sociais existentes desde o início do século no país. Contudo, não houve divulgação sistemática e tampouco popularização dessas conclusões científicas, durante essa década.

No âmbito legislativo, o principal evento de importância ambiental posterior à aprovação do Código Florestal de 1965 foi a aprovação da chamada *Política Nacional do Meio Ambiente*, por meio da *Lei n. 6.938/1981*.²⁸

Entre outras novidades jurídicas, essa lei criou o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), uma instituição colegiada composta por representantes das instituições estatais e de organizações sociais com atribuições executivas e legislativas em temas ambientais. A lei também regulamentou o licenciamento ambiental, um procedimento administrativo de autorização para implementação e operação de empreendimentos que implicassem em consequências ecológicas negativas. Além disso, a Política Nacional do Meio Ambiente estabeleceu que “é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar e reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade”, prevendo que o “Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente” (art. 14, §1º).

A conjunção dessas duas novas regulamentações – a *responsabilidade civil ambiental independente da existência de culpa*²⁹ e a *competência do Ministério Público para ajuizar ações ambientais*³⁰ – traria, nas décadas seguintes, mudanças importantes na realidade brasileira

²⁸ Por meio do Decreto n. 84.464, de 7 de fevereiro de 1980, também foi instituído um novo “Grupo de Trabalho para revisão e reformulação da Legislação Florestal”, evidenciando que os interesses de mudança da legislação florestal brasileira foram permanentes durante todo o século XX. Contudo, no crepúsculo do governo militar, os trabalhos desse novo grupo pouco avançaram.

²⁹ A chamada “responsabilidade objetiva” consiste na determinação jurídica de que há obrigação de ressarcimento e indenização independentemente da existência de vontade subjetiva do causador do dano na sua ocorrência e independentemente da existência de imprudência, negligência ou imperícia em sua ação ou omissão. Dito de outro modo, a responsabilidade objetiva ambiental significa que uma vez constatada a ocorrência de dano ambiental e sua autoria, a pessoa responsável deverá indenizar os atingidos pelo dano ou realizar as ações necessárias para sua reparação, independentemente de ter ou não culpa.

³⁰ O Ministério Público, embora já tivesse atribuições penais relativas à temática florestal, em virtude da previsão de crimes e contravenções nas legislações de 1934 e 1965, não possuía, até 1981, capacidade jurídica

de disputas ambientais. Imediatamente após a aprovação da nova lei não houve nenhuma iniciativa judicial do Ministério Público brasileiro em matéria ambiental cível.

De modo geral, no *âmbito judicial*, o regime militar autoritário foi caracterizado pela pouca expressividade da presença da temática ambiental, não havendo na literatura menções a nenhum tipo de atuação judicial de organizações sociais ou de instituição estatais.

No *âmbito das relações internacionais*, o período situado entre 1972 e 1985 teve alguns encontros internacionais e tratados como eventos de destaque. Em 1972, foi realizada a Segunda Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Yellowstone (EUA). Em 1978, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica, prevendo cláusulas de proteção ambiental e defendendo a soberania das sociedades nacionais na regulação das questões amazônicas (Miyamoto, 2008, p. 80). Em 1982, ocorreu o Terceiro Congresso Mundial de Parques Nacionais, na Indonésia.

Uma influência externa típica que começou a se manifestar nesse período foi a inserção de cláusulas ambientais nos contratos firmados com órgãos multilaterais de empréstimo, como o Banco Mundial. Destaca-se, também, a implantação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), abrangente programa de coordenação de políticas da ONU derivado da Conferência de Estocolmo de 1972, responsável por promover a atuação dessa instituição multilateral na temática ambiental.

No debate internacional corrente na década de 1970 sobre a temática ambientalista, destacou-se também a contraposição entre o que Leila Ferreira chama de “ecologistas radicais” e “ecologistas moderados”. Os primeiros, em certa medida mais influentes entre as organizações sociais europeias desse período, caracterizavam-se por uma contestação mais enfática ao modelo de desenvolvimento então adotado, opondo a proteção ambiental ao desenvolvimento capitalista. Os “ecologistas moderados”, em contrapartida, entendiam possível a conciliação entre proteção ambiental e desenvolvimento. (Ferreira, 2006)

Em 1982 ocorreu o evento que simboliza, no campo do ambientalismo brasileiro, o encerramento do período autocrático e desenvolvimentista de dominação nacional: o “quarup Adeus Sete Quedas”, ocorrido em Guaíra-PR, no mês de julho.

Quarup é o nome dado por povos indígenas da região do Xingu para um ritual de homenagem a mortos ilustres. No caso de Guaíra-PR, a homenagem destinou-se ao Parque

para atuar fora dos casos em que fosse constatada a ocorrência de ilícitos penais. Segundo Maciel, essa inovação resultou “menos de uma ação racionalmente concertada da instituição do que da iniciativa e liderança intelectual de um promotor de justiça, interessado pessoalmente no tema e em estreito contato com os setores sociais e estatais” (Maciel, 2002, p. 54). *Paulo Affonso Leme Machado*, do Ministério Público de São Paulo, enquanto presidente da Sociedade Brasileira de Direito do Meio Ambiente, foi o formulador da proposta de atribuição ao Ministério Público de competências ambientais cíveis, dando continuidade ao movimento de expansão das atribuições dessa instituição, iniciado com a aprovação do Código de Processo Civil, em 1973.

Nacional de Sete Quedas, que, segundo estudos do período, “abrigava 70 espécies de mamíferos, 252 de aves, 1.600 de insetos e 120 de peixes”, além do “magnífico conjunto de saltos que constituía uma das mais belas paisagens do planeta”, todos em risco eminente de destruição em 1982, em virtude das mudanças que seriam provocadas com o fechamento das comportas da usina de Itaipu, marcado para o segundo semestre do ano (Urban, 2001, p. 98).

O quarup Adeus Sete Quedas reuniu “durante três dias, cerca de 3.000 ambientalistas”, numa “das maiores manifestações ambientalistas já registradas no país”, até então. Amplamente coberta pela imprensa nacional, a manifestação teve mais de 8.000 pessoas presentes no dia de maior afluxo, permitindo um “encontro inédito de grupos ambientalistas de diversos pontos do país” (Urban, 2001, p. 97-101). Segundo Teresa Urban (2001, p. 102), a “realização do quarup foi, a seu modo, uma espécie de transição do movimento ambientalista rumo à democracia” e “nos anos que se seguiram, a discussão sobre a questão ambiental ganhou espaço institucional”.

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP E OS DESMATAMENTOS

Nos sertões do Brasil, o período autocrático e desenvolvimentista foi caracterizado pelas permanências em relação aos períodos anteriores da história brasileira. Fora das áreas estatais de proteção ambiental formalizadas e fora do Parque Nacional do Xingu (que, somados, não chegam a 3% do território nacional), a realidade do Brasil agrário, no que tange à interação sociedade-natureza, seguiu a tônica existente antes de 1930: ataque à natureza associado à expansão da sociedade brasileira e de sua fronteira agropecuária. A região de Ribeirão Preto-SP ilustra adequadamente a permanência desse padrão de interação sociedade-natureza, a despeito das mudanças verificadas no padrão regional de dominação nessas décadas.

Com a ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930, a elite empresarial da região de Ribeirão Preto-SP perdeu poder político. Sua capacidade de conduzir as decisões locais e de influenciar as decisões estaduais e nacionais foi bastante reduzida, em relação à Primeira República, uma vez que o próprio governante municipal foi, durante quase todo o período “getulista”, indicado por interventores (Walker, 2000, p. 81-83). A complexificação societária da região e a diversificação econômica, com a acentuação da heterogeneidade social e do caráter urbano, também foram elementos importantes nas mudanças observadas nas décadas de 1930 e 1940, que incluem o fortalecimento da classe trabalhadora e de suas organizações.

A violência e o autoritarismo das elites agrárias prosseguiram sendo traços marcantes da estrutura societária regional nessas décadas, como anota Irineu Luís de Moraes, segundo

quem “os fazendeiros naqueles tempos de 1930 e 1940 tinham jagunço assassinando gente, matando e espancando” (Welch e Geraldo, 1992, p. 86).

No que tange à produção agropecuária, esses anos foram caracterizados pelo aumento da diversidade produtiva na região de Ribeirão Preto-SP, uma vez que houve diminuição da área plantada de café em muitos municípios e aumento da área plantada com outras culturas, dentre as quais a cana e o algodão (Ianni, 2004, p. 35-38; Lages, 2016, p. 195).

É sintomático da modificação da dinâmica de estruturação oligárquica na região que, no início da década de 1940, quando “um agente do interventor do Estado foi enviado para perguntar a Amélia Junqueira – porta-voz de seu prestigiado clã – se ela poderia designar ‘alguém para dirigir a política de Ribeirão Preto’, ela foi forçada a responder, com pesar, que não havia ‘nenhuma pessoa’ habilitada para a tarefa” (Walker, 2000, p. 85).

Durante a chamada “Democracia de 1946”, a tendência de complexificação societária acentuou-se nos principais municípios da região, com a continuação do aumento da heterogeneidade social, econômica e política.³¹ Segundo Walker, a “velha hierarquia de interesses, na qual o café era o ‘rei’ e todos os outros eram seus subordinados, foi substituída por uma situação mais pluralista na qual vários grupos – a classe empresarial, o setor de serviços e os trabalhadores urbanos – alcançaram um certo grau de legitimidade” (Walker, 2000, p. 142).

No que tange à produção agrária, nesse período houve a gradativa ascensão da cana-de-açúcar como principal cultura agrícola regional, o que contribuiu na reestruturação societária da região de Ribeirão Preto-SP. Como explica Pedro Ramos, “as usinas de açúcar e álcool do Brasil são unidades verticalmente integradas que congregam no mesmo empreendimento tanto a produção agrícola da matéria-prima como a produção industrial dos bens finais”, de modo que “o usineiro no Brasil é, antes de tudo, um proprietário fundiário” (Ramos, 1999, p. 15-23).

A expansão do setor no Brasil e na região de Ribeirão Preto-SP esteve umbilicalmente associada às instituições estatais, especialmente ao Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), criado em 1932. O IAA era responsável pela concessão das cotas de produção e pelo controle e regulação do setor no país, o que incluía a administração dos preços de compra e venda, de modo a tornar indissociável a ação estatal e a constituição dos mercados de produção da cana.

Como exemplo episódico de defesa da vegetação na região de Ribeirão Preto-SP durante a “Democracia de 1946”, é possível citar a declaração de um imóvel rural situado em Ribeirão

³¹ Um interessante exemplo desse aumento da heterogeneidade social na região foi a criação da Liga Camponesa de Dumont em 1945. Tratou-se, segundo Welch e Geraldo, de “uma das primeiras ligas camponesas do Brasil”, advogando um de seus criadores e principal idealizador, Irineu Luís de Moraes, sua antecedência em relação às ligas camponesas organizadas por Francisco Julião, em Pernambuco (Welch e Geraldo, 1992).

Preto-SP como de utilidade pública para fins de constituição de uma “reserva florestal”, por meio do Decreto estadual de SP n. 28.890/1957, subscrito por Jânio Quadros. Fundamentando o ato executivo, o Decreto afirmava que a área, de 1,58 km², era “terra roxa legítima” e que havia espécies autóctones desse tipo de ecossistema, justificando sua proteção ambiental.

Durante o regime militar autoritário, a expansão regional da produção canavieira se acentuou, especialmente em virtude de uma política pública federal de incentivo à produção de combustível com base na cana-de-açúcar, denominada Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Iniciado em 1975, num contexto de crise internacional no fornecimento de petróleo, o Proálcool fomentou a intensificação da produção canavieira no país a partir da lógica imanente à dinâmica produtiva existente até então no Brasil, baseada na concentração fundiária e na integração vertical entre a produção industrial e a produção agrícola (Ramos, 1999).

Outra característica intrínseca à expansão canavieira no Brasil e na região de Ribeirão Preto-SP, reafirmada sob fomento do Proálcool, foi a *devastação dos ecossistemas nativos*.

Na microrregião de Ribeirão Preto-SP³², segundo Guillaumon, houve, entre 1962 e 1984, a eliminação de 70,4% da vegetação nativa, num total de 1.761,75 km² de áreas desmatadas. Em 1984, restava na microrregião de Ribeirão Preto-SP 739,75km² de vegetação, enquanto em 1962 haviam 2.501,5 km² (Guillaumon, 1989, p. 767). A devastação ocorreu sobretudo nas áreas de cerrado, que diminuíram num percentual de 88,1%. Antes da década de 1960, segundo ele, “o ecossistema dos cerrados se constituiu em área marginal para exploração agrícola, sendo utilizado, em geral, para pecuária extensiva” (Guillaumon, 1989, p. 767).

Ainda segundo Guillaumon, “o grande causador da destruição da cobertura vegetal natural da Região de Governo de Ribeirão Preto, no período, foi a ‘cana’, principalmente a promovida pelo Programa Nacional do Álcool” (Guillaumon, 1989, p. 771).³³ Foram desmatadas e ocupadas com cana-de-açúcar, entre 1962 e 1984, 24,3% da área total de cerrado existente na microrregião, 17,3% da área total de fitofisionomias florestais e 7% da área total de cerradão (Guillaumon, 1989, p. 767).

A associação entre devastação e uma política pública estatal de fomento à produção agrária evidencia o *abismo existente entre a previsão legal de defesa da vegetação nativa*

³² Guillaumon inclui em seu estudo o que considera como a “região de governo de Ribeirão Preto”, abrangendo os seguintes 22 municípios: Altinópolis, Barrinha, Brodosqui, Cajuru, Cássia dos Coqueiros, Cravinhos, Dumont, Guariba, Jaboticabal, Jardinópolis, Luis Antonio, Monte Alto, Pitangueiras, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Santo Antonio da Alegria, São Simão, Serra Azul, Serrana e Sertãozinho (Guillaumon, 1989, p. 763).

³³ Outra razão significativa para o desmatamento sistemático da região nesse período foi a implantação de monoculturas florestais (pinus e eucalipto), que “foram responsáveis pela destruição de 19,0% do ‘cerrado’ existente na região em 1962, 0,2% da ‘floresta’ e 0,5% do ‘cerradão’” (Guillaumon, 1989, p. 775).

contida nos Códigos Florestais brasileiros e a materialidade da atuação das próprias instituições executivas, que evidentemente desconsideravam a temática da proteção ambiental no âmbito de suas ações de direcionamento da produção econômica brasileira, contribuindo ativamente com o desmatamento por meio do financiamento e do incentivo à instalação e ampliação de unidades agropecuárias, em prejuízo dos ecossistemas de vegetação nativa.

Além da contribuição ativa e direta das instituições estatais na devastação ambiental da região de Ribeirão Preto-SP, por meio do fomento à produção canavieira, houve também a contribuição passiva das instituições estatais por meio da não estruturação de órgãos especializados na proteção da vegetação nativa.

Além do Serviço Florestal de São Paulo, renomeado na década de 1970 como Instituto Florestal, existia no estado também a Polícia Florestal de São Paulo, criada formalmente por meio do Decreto estadual de SP n. 3.213/1943 como a primeira do gênero na América do Sul.³⁴ Apesar de existirem formalmente, tais instituições executivas ambientais não possuíam estrutura suficiente para uma atuação protetiva, contando com presença muito frágil na região.

Também inexistiu na região, durante todo o período desenvolvimentista, estruturação suficiente de um movimento ambientalista que encabeçasse processos políticos efetivos de luta em defesa dos ecossistemas regionais, havendo apenas a organização de algumas entidades, como uma unidade da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, na década de 1930, em Ribeirão Preto-SP, e a organização Ekip Naturama, na década de 1960, em Franca-SP.

O empresariado agrário regional, por sua vez, não percebeu como de seu interesse a defesa da vegetação nesse período, não tendo empreendido ações relevantes nesse sentido, de modo a manter a lógica predatória de expansão da produção sobre os ecossistemas nativos.

Um marco importante do descompasso entre a proteção ambiental e a materialidade da interação sociedade-natureza encabeçada pelo empresariado canavieiro na região de Ribeirão Preto-SP foi o início da utilização da queima dos canaviais anteriormente à colheita da cana-de-açúcar, na década de 1960. Esse procedimento visava diminuir os custos da produção agrícola, tendo como consequências prejuízos graves aos ecossistemas locais e à saúde pública das comunidades regionais (Andrade Júnior, 2016).

³⁴ Segundo informação extraída do sítio eletrônico da Polícia Militar de São Paulo (<<http://www3.policiamilitar.sp.gov.br/unidades/cpamb/historico.html>>, acesso em 9/10/2018), foi somente com a edição do Decreto estadual de SP n. 19.008-A/1949 que o primeiro comandante da Polícia Florestal foi indicado em SP, com a designação da primeira unidade tendo sido feita em dezembro desse mesmo ano, com “28 policiais da Força Pública”. Em 1963, o efetivo no estado era de “552 policiais”. Entre 1971 e 1974, essa instituição executiva ambiental passou a ser designada “Policiamento dos Recursos Naturais”. Entre 1974 e 2001, o nome utilizado em sua identificação foi “Policiamento Florestal e de Mananciais”.

Em contraponto, na seara dos direitos trabalhistas, houve estruturação de instituições estatais a nível regional para efetivação dos direitos previstos na legislação, com a criação de unidades da Justiça do Trabalho em municípios da região de Ribeirão Preto-SP. Houve, também, estruturação de organizações sociais dispostas a protagonizar a defesa desses direitos, como os sindicatos de trabalhadores rurais. Em vista disso, na região de Ribeirão Preto-SP, a legislação trabalhista foi implementada, especialmente a partir da década de 1960, levando Octávio Ianni a associar mudanças importantes da estruturação produtiva regional, como a mecanização da produção agrícola, com a “progressiva extensão da legislação trabalhista ao mundo agrário”, o que gerou aumento de custos para o empresariado. Segundo ele, “as obrigações trabalhistas impostas aos empresários, a partir das reivindicações dos operários industriais e agrícolas, têm induzido os empresários a investir cada vez mais em máquinas e equipamentos” (Ianni, 2004, p. 50).

Essa comparação entre a temática trabalhista e a ambiental evidencia as ausências determinantes para a não ocorrência de efetivação da proteção da vegetação nativa legalmente prevista a nível regional: organizações sociais aptas a encabeçar as demandas e instituições estatais com capacidade para empreender a efetivação das leis.

No final do período desenvolvimentista, houve na região de Ribeirão Preto-SP a declaração de mais duas áreas estatais de proteção ambiental: em 1970, o Parque Estadual de Vassununga; e em 1982, a Estação Ecológica de Jataí.

O Parque Estadual de Vassununga foi criado no município de Santa Rita do Passa Quatro-SP pelo Decreto estadual de SP n. 52.546/1970 e teve seus limites alterados pelo Decreto estadual de SP n. 52.720/1971, possuindo 20,71 km². O Decreto fundamentou a constituição do Parque, entre outras razões, na “necessidade de preservar as maiores e mais belas florestas de jequitibás-vermelhos ainda existentes”.

A Estação Ecológica de Jataí foi criada por meio de Decreto estadual de SP n. 18.997/1982, com pouco mais de 45 km², destinada à preservação dos ecossistemas típicos de cerrado. Originada de uma área estatal de produção de monocultivos florestais, a criação da Estação Ecológica teve por finalidade evitar o desmatamento do local para implantação de projetos de mineração, num processo político que envolveu especialmente agentes individuais do Instituto Florestal com atuação na região (Zanatto *et al.*, 2013, p. 65-67).

Além deles, a “reserva florestal em terra roxa legítima” de 1,54 km², criada em 1957 no município de Ribeirão Preto-SP, foi convertida na Estação Ecológica de Ribeirão Preto, popularmente conhecida como Mata de Santa Tereza (Decreto SP n. 22.691/1984).

De todo modo, tratavam-se de áreas de tamanho bastante diminuto, mesmo em vista da degradada realidade regional, uma vez que em 1971/73 havia um total de 6.209 km² de vegetação nativa na região de Ribeirão Preto-SP, contados todos os seus municípios, segundo levantamentos utilizados pelo Instituto Florestal (Kronka et al, 1993, p. 14).

Em síntese, não houve na região de Ribeirão Preto-SP, durante o período autocrático e desenvolvimentista, processos políticos de enfrentamento pela implantação de áreas privadas de proteção dos ecossistemas de vegetação nativa, ausência verificada em todas as outras regiões do Brasil, nesse período. As lutas por áreas estatais de proteção ambiental tiveram pouco êxito, com a proteção formal de pouco mais de 67 km² da vegetação nativa da região. A inexistência de povos ameríndios na região, nesse período, impossibilitou o desenvolvimento de qualquer embate político em defesa de seus territórios, dos quais haviam sido desalojados nos períodos anteriores da história regional. O *desmatamento dos ecossistemas nativos regionais para ampliação da fronteira agropecuária seguiu sendo a tendência hegemônica* na região de Ribeirão Preto-SP entre 1930 e meados da década de 1980.

SÃO FÉLIX DO XINGU-PA E AS FLORESTAS

No território ocupado por brasileiros na região do Xingu-PA, a década de 1930 foi marcada pela continuação do declínio populacional, restando somente algumas centenas de pessoas na área por volta de 1940, envolvidas com a extração da borracha e das castanhas (Schmink e Wood, 1992, p. 258), atividades não geradoras de devastação florestal.

As interações entre essas sociedades brasileiras e as comunidades Kayapó se intensificaram no período, o que gerou um aumento das consequências mortíferas relacionadas com a disseminação das doenças “ocidentais” entre os povos indígenas e um correlato aumento na separação das aldeias existentes, levando à formação de novas unidades, como Gorotire, criada em 1936 a partir do abandono da aldeia Kubenrankein por um grupo de Kayapó. Em 1937, um grupo de 844 Kayapó de Gorotire aproximou-se da sociedade de Nova Olinda buscando refúgio contra a grande mortandade, cedendo assim à “pacificação”. Um posto do SPI denominado Posto Indígena de Gorotire foi estabelecido em 1938, no mesmo ano em que a Igreja Presbiteriana formou nas imediações uma missão evangélica, liderada pelo pastor Horace Banner, protagonista da interação com os Kayapó (Schmink e Wood, 1992, p. 259).

Na década de 1940, intensificou-se a extração de borracha na região do Xingu-PA e houve aumento significativo das hostilidades entre as sociedades brasileiras e os Kayapó. Nesse período, os Kayapó estavam mais experientes e mais bem equipados para o enfrentamento

bélico, tendo aprendido a utilizar as armas de fogo, o que gerou ampliação da mortandade em todos os grupos envolvidos na disputa.³⁵ Segundo Schmink e Wood, tratou-se de um período em que os conflitos inter-étnicos eram mais espalhados e mais abertamente hostis na região do Xingu-PA do que eram em qualquer outro lugar do Brasil (Schmink e Wood, 1992, p. 260). Darcy Ribeiro afirma que a “extraordinária mobilidade e a mais ativa belicosidade” tornavam os Kayapó “os índios mais temidos e mais odiados do Brasil” (Ribeiro, 1985, p. 65).

Santana denomina esse período regional de “época do terror”, relatando a ocorrência de centenas de mortes, inclusive por meio de massacres em massa, e de inúmeros raptos de mulheres e de crianças brasileiras, levadas para criação entre os indígenas. Segundo ele, “os Kayapó mataram muito”, mas “morreram muito mais” (Santana, 2007, p. 48-56).

Mais da metade dos ameríndios Kayapó contatados morreram entre as décadas de 1940 e 1950 nessa região. Segundo Schmink e Wood, a mortandade foi maior entre as aldeias pacificadas, sendo os grupos Kayapó mais hostis os que sobreviveram em maior número e em melhor saúde (Schmink e Wood, 1992, p. 261). Apesar disso, o custo da manutenção da guerra permanente entre as comunidades Kayapó e as sociedades regionais era demasiadamente pesado para os povos ameríndios, havendo a gradativa pacificação das aldeias Kayapó da região, durante a década de 1960 (Nunes, 1998, p. 33). A última aldeia Kayapó em conflito bélico permanente na região foi pacificada em 1966 (Schmink e Wood, 1992, p. 261).

Desde a década de 1930, alguns atos normativos indicando a destinação de parcela do território paraense para os ameríndios Kayapó foram expedidos.³⁶ Entretanto, esses atos não foram acompanhados da materialização de ações de regularização das terras desse povo.

Em 1961, um decreto federal declarou uma área de aproximadamente 18.430 km² do município como a reserva florestal de Gorotire. Contudo, não houve instalação de estruturas estatais para atuação ambiental na área, tendo sido incluídas no perímetro demarcado como reserva florestal um grande território ocupado pelas sociedades regionais, que incluía a sede do município de São Félix do Xingu-PA, criado no mesmo ano (Santana, 2007, p. 161-165).³⁷

³⁵ Lux Vidal comenta que na década de 1940 há registros jornalísticos destacando que “os índios atacavam para obter rifles, munições, facões, machado e às vezes cachorros” (Vidal, 1977, p. 17).

³⁶ O primeiro ato de reconhecimento das áreas habitadas pelos Kayapó foi a Lei estadual do PA n. 3.160/1938. Posteriormente, o Decreto estadual do PA n. 304/1945 destinou parcela do território paraense para os Gorotire.

³⁷ Antes disso, em 1955, havia sido feita uma primeira tentativa, nessa região, de criação formal de um município autônomo em relação à Altamira-PA, então denominado de São Félix de Gradaús, em virtude de uma cordilheira situada na divisão leste e intitulada Gradaús. No mesmo ano, esse município foi extinto, vindo a ser constituído em caráter permanente em 1961, por meio da Lei estadual do PA n. 2.460/1961, com a denominação atual, São Félix do Xingu (Santana, 2007, p. 65-66). Com a formalização do município, gradativamente houve a instalação de instituições estatais no local, embora em caráter precário.

Na década de 1960, as atividades extrativas da borracha entraram novamente em declínio em São Félix do Xingu-PA, o que contribuiu para a intensificação de outros tipos de atividades extrativas no local, especialmente a caça de animais silvestres (onça, maracajá, ariranha) para venda de suas peles, a extração de mogno e a mineração (Schmink e Wood, 1992, p. 277-280). Tais atividades constituíam um tipo de uso degradante dos ecossistemas nativos, pois geravam perdas significativas de biodiversidade em virtude da sua realização em escala.

Em meados da década de 1960, o povo indígena Araweté deslocou-se das cabeceiras do rio Bacajá em direção ao rio Xingu, migrando para oeste, na continuidade de uma longa história de deslocamentos constantes e de conflitos com tribos inimigas. Eles fugiam de ataques de grupos Kayapó e dos Parakanã e, ao chegarem à bacia do Xingu, afugentaram os Assurini que estavam estabelecidos no local, e que migraram para o norte (Castro, 2003).

Na década de 1970, os Parakanã³⁸, habitantes tradicionais do interflúvio Pacajá-Tocantins, também migraram para oeste em direção ao rio Xingu, fugindo da expansão da fronteira agropecuária que ameaçava seus territórios e do correlato conflito com as sociedades brasileiras. Encontraram, na bacia do Xingu, os Araweté, iniciando um novo ciclo de conflitos com esses povos ameríndios (Fausto, 2004).

Acuados pelos Parakanã e pela expansão da fronteira agropecuária, os Araweté, um povo indígena desconhecido das instituições estatais e organizações indigenistas brasileiras até o início da década de 1970, decidiram estabelecer contatos definitivos com as comunidades nacionais em janeiro de 1976. Segundo Viveiros de Castro, eles estavam “resolvidos a ‘amansar’ (*mo-kati*) os brancos (pois eles não acham que foram ‘pacificados’ pelos brancos, mas sim o contrário)”, tendo estabelecido a partir de então interações permanentes com a FUNAI, que estruturou um posto indígena na foz do rio Ipixuna (Castro, 2003).

Nos domínios Kayapó situados em São Félix do Xingu-PA, a pacificação das aldeias ocasionou a intensificação das interações entre as comunidades ameríndias e as comunidades regionais, gerando mudanças profundas na estruturação da vida indígena. Crianças e adolescentes passaram a usualmente frequentar escolas e um número maior de equipamentos tecnológicos “ocidentais” foi incorporado na rotina das comunidades, como os aparelhos de comunicação (rádios) e de transporte (Schmink e Wood, 1992, p. 261-262).

³⁸ Trata-se do que Carlos Fausto chama de “Parakanã Ocidentais”, uma vez que houve uma cisão entre o povo ameríndio Parakanã nos anos 1890, em virtude de um conflito em torno da posse de mulheres raptadas, dando origem a dois grupos distintos e que protagonizaram conflitos bélicos entre si durante o século XX, os Parakanã Ocidentais e os Parakanã Orientais.

Novas cisões ocorreram entre os Kayapó, sendo de destaque o desentendimento entre os caciques Kanhonk e Pombo, que levou o último a abandonar Gorotire em 1976, juntamente com 150 seguidores, fundando uma nova aldeia, Krikretum. Outra aldeia relevante foi fundada em 1981, Aukre, sob liderança do cacique Paiakan (Schmink e Wood, 1992, p. 261-262).

Segundo Schmink e Wood, na década de 1970, os Kayapó haviam se tornado um dos grupos indígenas mais bem organizados do Brasil, com atuação ativa na defesa dos seus territórios. Apesar da contenção do estado de guerra permanente com as comunidades regionais, os Kayapó seguiram não admitindo ocupações não autorizadas do que consideravam como seus domínios, recorrendo frequentemente à violência para coibir a entrada de invasores.

Num episódio que ganhou repercussão nacional, em 1980, um grupo de Gorotire, pintado para batalha e sob a liderança de dois jovens chefes, realizou um ataque contra um grupo de trabalhadores de uma empresa que realizava desmatamento para instalação de um empreendimento numa área considerada pelos Kayapó como seu território, matando 20 pessoas, dentre as quais mulheres e crianças (Schmink e Wood, 1992, p. 262).

Outras estratégias de defesa de seus territórios e de luta para sua formalização passaram a ser adotadas pelos Kayapó nesse período, como a realização de reuniões e o direcionamento de reivindicações para a instituição estatal responsável pela demarcação das terras indígenas, a FUNAI, e a intensificação da aproximação entre as lideranças Kayapó, buscando a construção de posições e de táticas de consenso. Em 1981, dezesseis chefes Kayapó se encontraram para uma sem precedentes reunião de dez dias de duração, na qual foi estabelecida uma estratégia unificada de enfrentamento dos invasores (Schmink e Wood, 1992, p. 263).

Divergências continuaram existindo entre os distintos grupos Kayapó, inclusive no que tange à exploração econômica dos territórios ameríndios. Tutu Pombo notabilizou-se, nesse tema, como uma liderança mais aberta à associação com as empresas de extração de minérios e de mogno, autorizando a entrada delas nos domínios ameríndios controlados por seu grupo mediante o pagamento de compensação financeira para os indígenas. Em 1982, um acordo irregular chegou a ser assinado entre Pombo e uma dessas empresas, prevendo o pagamento de 5% do valor da produção às comunidades ameríndias (Schmink e Wood, 1992, p. 266).

Outras lideranças notabilizaram-se por opor-se à incursão em seus territórios dessas modalidades degradantes de uso dos ecossistemas florestais, especialmente Raoni e Paiakan. Raoni é um Kayapó que, tendo aprendido português em contato com os irmãos Villas Boas no Parque Nacional do Xingu, consolidou-se como importante liderança dos povos ameríndios brasileiros, ficando internacionalmente conhecido por encabeçar, desde a década de 1950,

reivindicações indígenas, como a resistência à construção da BR-080, em 1971, por atravessar o Parque Nacional do Xingu (Neves, 2014, p. 35-36).³⁹

Apesar dessas divergências pontuais, em geral os grupos Kayapó apresentavam significativas convergências étnicas, tendo os estudos antropológicos de Turner identificado mudanças comuns importantes na cosmologia e na consciência social desses povos ameríndios.

Uma dessas mudanças, segundo Turner, foi a gradativa formatação de uma nova visão de mundo pelos Kayapó, diretamente relacionada à sociedade brasileira. Para ele, essa “nova retórica coloca uma nova totalidade ‘social’ dramaticamente dividida entre ‘índios’ (os próprios Kayapó e outros povos indígenas) de um lado e a sociedade brasileira de outro” (Turner, 1991, p. 80). Essa divisão representa o amadurecimento de uma compreensão explícita sobre a proximidade societária entre os distintos povos ameríndios, formadores de uma totalidade única, e seu distanciamento e oposição à sociedade brasileira, de quem se distinguiriam.

No que tange às percepções sobre as dinâmicas de interação sociedade-natureza típicas dos povos ameríndios e das comunidades brasileiras, essa nova visão de mundo Kayapó, segundo Turner, expressamente consignava a compreensão de que a relação indígena é “construtiva, consistindo em processos de transformação tradicional de matérias e energias naturais em poderes e formas sociais, de modo que permitam a contínua renovação da natureza e de suas forças”, enquanto “a dos brasileiros, por outro lado, é destrutiva: a derrubada de florestas e sua conversão em pastagens, a poluição dos rios, a mineração da terra, ou o represamento dos rios e a inundação das terras vizinhas à sua volta, tudo o que destrói a natureza e a torna imprópria para habitação, agricultura, caça ou pesca” (Turner, 1991, p. 80).⁴⁰

Entre o final da década de 1970 e o início da década de 1980, os Parakanã também encerraram suas atividades migratórias e o estado de guerra permanente com a sociedade brasileira, estabelecendo contatos definitivos com a FUNAI. Segundo Carlos Fausto, “os Parakanã procuraram de todas as formas evitar esse desfecho, mas perceberam que estavam definitivamente cercados e resolveram aceitar a ‘pacificação’” (Fausto, 2004).

Nas últimas décadas do período autocrático e desenvolvimentista, houve avanço nos procedimentos administrativos relativos à regularização das áreas de ocupação indígena que

³⁹ Em 1977 foi lançado o documentário “Raoni”, do cineasta Jean-Pierre Dutilleux, que aborda a vida de uma comunidade kayapó e sua liderança, Raoni. O filme foi indicado ao Oscar de melhor documentário em 1978.

⁴⁰ Em laudo antropológico de Gustaaf Verswijver, de 1977, do processo administrativo de demarcação da terra indígena Menkragnoti, consta, nesse sentido, informação sobre os Kayapó desse grupo não quererem morar perto de fazendeiros, a quem eles se referiam como “pessoas que comem o mato” e como “aqueles que acabam com os nossos animais” (proc. 1458/82, p. 174).

tramitavam na FUNAI. Apesar desses avanços, não houve regularização efetiva de nenhuma área ameríndia da região de São Félix do Xingu-PA.⁴¹

Na fundamentação dos laudos antropológicos desse período, relativos às áreas indígenas de São Félix do Xingu-PA, é possível observar menções à preservação ambiental que resultaria da demarcação dos territórios ameríndios, explicitando o fortalecimento do processo de incorporação da retórica ambiental na demanda de regularização territorial ameríndia.⁴²

Outro acontecimento importante na região de São Félix do Xingu-PA, no período autocrático e desenvolvimentista, foi a constituição de comunidades extrativistas autônomas, conforme se desagregavam os núcleos hierarquizados constituídos para gerenciamento da extração regional da borracha. Nesse sentido, conforme os antigos padrões abandonaram a região, muitas das famílias envolvidas nas atividades extrativas permaneceram, sobretudo nas proximidades do rio Iriri, a oeste do rio Xingu, constituindo comunidades ribeirinhas auto identificadas como “beiradeiros”, “uma categoria de autodefinição amplamente empregada pelo grupo de ribeirinhos que vive junto ao rio Iriri” (Alarcon e Torres, 2014, p. 11).

Na síntese de Alarcon e Torres sobre a formação dessas populações tradicionais:

Com a desagregação do comércio da borracha, os seringueiros do Iriri e seus descendentes, em um processo análogo àqueles ocorridos em muitas áreas da Amazônia, passaram a compor um segmento camponês florestal, cujo modo de vida ancora-se em um conhecimento profundo da floresta e no desenvolvimento de atividades produtivas de impacto muito reduzido. Com a prática da agricultura em pequena escala (destacando-se o cultivo da mandioca), em consórcio com a caça e a pesca (as principais fontes de proteína) e a coleta (de frutos, como patauí, bacaba, acaí e uxi; cipós, ervas

⁴¹ Em relação aos domínios do povo Kayapó, uma medição iniciada em 1978 foi paralisada pelos ameríndios, em virtude da exclusão de uma área considerada por eles de grande valor cultural e histórico, por englobar o sítio de uma antiga aldeia, denominada Pukatoti. Essas informações constam nos processos administrativos de demarcação das terras indígenas do povo Kayapó, sobretudo o relativo à terra indígena Kayapó (proc. 1140/89, p. 22-24) e Badjônkore (proc. 2412/97, p. 1-2). Em relação aos domínios dos povos Araweté e Parakanã ocidentais, houve a formulação de propostas de demarcação conjunta das áreas indígenas desses povos, visando fortalecer a defesa do território ameríndio pela formação de áreas contínuas de ocupação indígena. Foram várias as propostas nesse sentido durante a década de 1970. Os detalhes constam nos respectivos processos administrativos, sobretudo no relativo à terra indígena Apyterewa (proc. 2992/91, p. 124-127). A proposta mais importante para o território Araweté, na lógica da formação de contínuos de proteção ameríndia, foi realizada por Eduardo Viveiros de Castro, em 1982 (proc. 2394/91, p. 34 e ss.). Contudo, os processos administrativos não avançaram suficientemente, não havendo demarcação.

⁴² Em laudo antropológico de 1977, subscrito por Gustaaf Verswijver e incluso no processo administrativo de demarcação da terra indígena Menkragnoti, consta a afirmação de que a área demarcada seria “também uma reserva natural, uma área de preservação da riqueza natural nessa parte do Brasil” (proc. 1458/82, p. 179). Em laudo antropológico subscrito por Saul Carvalho Lopes, de 1978, incluso no processo administrativo de demarcação da terra indígena Badjonkôre, consta a afirmação de que “a área delimitada e eleita como Reserva Indígena Kayapó, além de proporcionar adequada subsistência aos indígenas constitui-se em uma Reserva Biológica de grande importância para o Brasil” (proc. 2412/97, p. 119). Consta, também, no processo administrativo de demarcação da terra indígena Menkragnoti, informação sobre a existência de proposta de Darcy Ribeiro, de 1957, para a criação, nos domínios ameríndios dos Kayapó, de uma “Reserva Bio-Geográfica, com ocupação humana” (proc. 1458/82, p. 623).

medicinais e palhas, como a de babaçu), os beiradeiros garantem sua subsistência, ao mesmo tempo em que comercializam os excedentes (principalmente, castanhas e óleos de andiroba e copaíba). (Alarcon e Torres, 2014, p. 26)

Em síntese, no que tange à interação sociedade-natureza na região de São Félix do Xingu-PA, o período desenvolvimentista foi caracterizado pelo caráter muito pouco relevante da devastação florestal, com uma parcela ínfima do território municipal desmatada nesse período. Nesse sentido, *o período também representa uma continuidade na dinâmica de interação sociedade-natureza materializada na região*, em relação aos períodos anteriores da história brasileira. Ao contrário de Ribeirão Preto-SP, contudo, em que se vivenciou a continuidade dos desmatamentos, na região de São Félix do Xingu-PA vivenciou-se a *continuidade da existência da ocupação florestal do território*. Embora não tenha havido lutas políticas visando o estabelecimento de áreas privadas ou estatais de proteção ambiental no município, a própria dinâmica de ocupação regional caracterizou-se pela não incorporação sistemática do ataque aos ecossistemas nativos. Os domínios dos povos indígenas, embora não regularmente delimitados, seguiram sendo protegidos pelos seus habitantes ameríndios.

DISPUTAS NO PERÍODO DESENVOLVIMENTISTA: CONCLUSÕES

Em suma, no período autocrático e desenvolvimentista (1930-1985), no que tange à defesa dos ecossistemas de vegetação nativa nacionais, a edição dos primeiros Códigos Florestais brasileiros, em 1934 e em 1965, foram dois dos acontecimentos mais relevantes.

Eles foram editados em momentos de mudança do regime político vigente no Brasil, quando houve redução da influência política das oligarquias agrárias e abertura para atuação de outros agentes nos processos decisórios nacionais, incluindo as organizações ambientalistas (especialmente a Sociedade dos Amigos da Árvore, em 1934, e a FBCN em 1965), que se apoiaram fortemente num discurso técnico-científico em suas reivindicações. A despeito da existência desses atos normativos, não houve modificação estrutural do padrão de ação econômico-ecológica vigente no país nesse período, mantendo-se as tendências predatórias de interação sociedade-natureza associáveis à expansão da fronteira agropecuária.

Assim, a despeito da formalização dos primeiros parques nacionais – denominação legal das áreas estatais de proteção da vegetação nativa à época – já na década de 1930, não houve regularidade na ação política executiva e legislativa sobre o tema durante todo esse período,

chegando-se ao início da década de 1980 com a demarcação de áreas protegidas numa quantidade territorial que pode ser considerada pequena para as dimensões continentais do país.

As áreas privadas de proteção da vegetação nativa, previstas na legislação, mantiveram-se apenas legalmente previstas durante todo o período, salvo casos absolutamente excepcionais, uma vez que inexistiram ações voltadas à sua implementação no Brasil, tanto por parte do empresariado, quanto por parte das instituições estatais e das organizações sociais.

As lutas em defesa dos territórios ameríndios foram pela primeira vez associadas de forma explícita à retórica da proteção à natureza no processo político que levou à criação do chamado Parque Nacional do Xingu. Motivações ambientais de proteção da flora e da fauna nativas estiveram presentes em lugar de destaque nos discursos dos atores envolvidos no processo de criação dessa área ameríndia, que teve até sua denominação extraída da legislação florestal (Parque Nacional). Todavia, para além desse caso, houve pouco avanço entre 1930 e 1985 na implementação de ações sistemáticas de demarcação dos territórios ameríndios, continuando os povos indígenas e a vegetação nativa situadas em suas terras a sofrer, na maioria das situações, a opressão e a exploração da sociedade brasileira em ampliação territorial.

As populações tradicionais também prosseguiram sofrendo com disputas territoriais com agrupamentos envolvidos na expansão da fronteira agropecuária nacional. Além disso, a própria criação de áreas estatais de proteção da natureza envolvia, muitas vezes, a expropriação de terras ocupadas por esses grupos, que tinham muito pouca visibilidade política nesse período e não associavam suas demandas territoriais com a retórica da proteção ambiental.

Num Brasil desenvolvimentista e autocrático, a expansão da fronteira agropecuária e a extração de madeira para fornecimento de energia sobrepuseram-se muito evidentemente, em importância política, à proteção da natureza, tornando a devastação e o uso degradante dos ecossistemas nativos as tendências hegemônicas de relação social com a natureza no período.

A transição ambientalista global, cujo principal marco é a Conferência de Estocolmo de 1972, influenciou a atuação política brasileira no sentido do aumento da proteção ambiental de modo bastante tímido durante a dominação desenvolvimentista, apenas no fomento à declaração de algumas áreas estatais de proteção ambiental.

Continuavam inexistindo, no Brasil, condições estruturais que possibilitassem o êxito sistemático de lutas em defesa da vegetação nativa enquanto disputas pela reordenação da ordem econômica nacional, durante o período de dominação desenvolvimentista.

Essas condições inexistiam no âmbito social, dada a fragilidade política das organizações ambientalistas a nível nacional e dada a pouca abertura das instâncias decisórias à pressão social, num contexto de dominação autocrática. Elas inexistiam no âmbito das

relações internacionais, dado o fechamento das instituições estatais brasileiras à influência internacional. Inexistiam nos âmbitos executivo e judicial, dada a ausência de instituições estatais estruturadas para atuação ambiental. E inexistiam no âmbito econômico, dada a não percepção da parte majoritária do empresariado sobre os benefícios da proteção ambiental, razão pela qual se manteve a lógica de predação vigente desde o período colonial no país.

Os exemplos locais da região de Ribeirão Preto-SP e de São Félix do Xingu-PA evidenciam como foi mais significativa para os ecossistemas nativos, entre 1930 e 1985, a permanência das tendências existentes nos períodos anteriores da história brasileira.

Na região de Ribeirão Preto-SP, a devastação ambiental empreendida para instalação de monoculturas agrícolas foi a tendência mantida, embora tenha havido mudança da monocultura dominante, do café para a cana-de-açúcar. Não houve na região, nesse período, a constituição de organizações ambientalistas que encabeçassem processos políticos de reivindicação por áreas privadas de proteção ambiental, tampouco houve a estruturação de instituições estatais com atuação na temática. Três áreas estatais de proteção da vegetação nativa, de tamanho diminuto, foram formalizadas nessa região, nesse período.

Na região de São Félix do Xingu-PA, a preservação e o uso florestal não degradante foram as tendências mantidas nas parcelas do território sob domínio ameríndio, enquanto iniciativas extrativas continuaram ocorrendo no restante do território, ocupado pelas sociedades locais. Gradativamente, os Kayapó fortaleceram a consciência explícita da associação entre seu modo de vida e a proteção dos ecossistemas nativos, diferenciando-se das sociedades brasileiras em sua percepção da realidade, no que tange à interação sociedade-natureza, ao mesmo tempo em que consolidavam novas táticas de defesa de seus territórios. Os processos administrativos de demarcação das terras indígenas dos Kayapó, dos Parakanã e dos Araweté avançaram pouco durante o período de dominação desenvolvimentista.

Com o esfacelamento do padrão autocrático e desenvolvimentista de dominação, um conjunto de mudanças estruturais teve início no Brasil, propulsionando modificações profundas na dinâmica das lutas em defesa da vegetação nativa no país.

3. Duas transições: política e ambientalista (1985-1995)

É habitual na literatura brasileira a indicação da posse do presidente José Sarney, em 1985, como marco da transição política nacional, embora esta tenha consistido num processo longo de mudança societária, iniciado muito antes dessa data e concluído anos depois.¹

Dois processos sociais foram os eixos condutores das alterações ocorridas nesse período na estruturação das instituições estatais e de suas relações com a ordem social e com a ordem econômica, segundo Brasília Sallum Jr.: “a democratização política e a liberalização econômica” (Sallum Jr., 2003, p. 35-36).² Com a transição política brasileira, ascendeu ao poder estatal nacional uma coalizão sociopolítica que institucionalizou novas formas de organização das instituições estatais, que regulam politicamente a história nacional contemporânea, desde 1995 até os dias de hoje, segundo “um novo padrão hegemônico de dominação, moderadamente liberal em assuntos econômicos e completamente identificado com a democracia representativa” (Sallum Jr., 2003, p. 36).

Embora a transição política tenha ocorrido sem ruptura da ordem institucional, o que é corretamente tomado como indicador do caráter conservador da transição brasileira, houve mudança substantiva na materialidade das relações sociopolíticas no Brasil nesse período, com esvaziamento paulatino da ordem autoritária e constituição gradativa de uma nova dinâmica de organização societária no país (Sallum Jr., 1996, p. 89-90).

A transição política foi, também, uma transição ambientalista, pois nesse período ocorreu uma ampliação substantiva do status e da relevância das temáticas ecológicas no Brasil, com a valorização da proteção da vegetação nativa, no contexto da reconstrução do padrão

¹ Eventos anteriores a 1985 já sinalizavam claramente a desagregação do regime militar autoritário e do padrão de dominação autocrático e desenvolvimentista, por exemplo. Dentre esses eventos, é possível destacar: a vitória eleitoral dos partidos da oposição em 1982, permitindo que, a partir de 1983, a estrutura administrativa de alguns dos maiores estados do Brasil – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro – deixassem de estar a serviço do regime autoritário e fossem mobilizados pelas forças democratizantes da oposição; a greve dos funcionários públicos federais que paralisaram suas atividades por 38 dias em 1983, atingindo 50% do total de servidores em seu ápice, de modo a evidenciar a ausência de controle da cúpula militar sobre a burocracia civil; a campanha das “Diretas Já”, de 1984, considerada o maior movimento político de massas já ocorrido, na história brasileira, até então consolidando a demanda popular por participação política e indicando a ausência de controle estatal sobre a sociedade civil brasileira. Sobre o tema, cf. os trabalhos de Brasília Sallum Jr. (Sallum Jr., 1996, 2015).

² A democratização política foi mais importante na década de 1980, quando houve a desagregação das dinâmicas de intervenção estatal repressiva na ordem social e de limitação da participação política, com a constituição de uma nova forma de interação sociopolítica baseada em ampla liberdade de ação. A promulgação da Constituição de 1988 foi o marco principal da democratização política. A liberalização econômica, por sua vez, foi mais importante na década de 1990, quando houve a desarticulação das limitações à ação econômica e ao fluxo de capitais, no contexto da transnacionalização do capitalismo, desencadeada pela globalização financeira. A adoção do Plano Real e o conjunto de reformas econômicas liberalizantes realizadas no início da década de 1990 são seus marcos principais (Sallum Jr., 2003, p. 35-36).

nacional de dominação e de desenvolvimento. Com isso, aumentaram as possibilidades de sucesso – e os sucessos – das lutas em defesa da vegetação nativa no país.

Até 1985, tivemos no Brasil a vigência de padrões de dominação e de desenvolvimento estruturalmente impermeáveis às demandas ambientalistas, o que possibilitou a ocorrência de apenas alguns êxitos pontuais das iniciativas de defesa da vegetação nativa no país, no contexto da materialização hegemônica de ações econômicas baseadas na devastação e no uso degradante dos ecossistemas nativos. Após 1995, passamos a ter no Brasil a vigência de padrões de dominação e de desenvolvimento mais permeáveis às demandas ambientalistas, o que possibilitou a ocorrência de êxitos mais regulares das iniciativas de defesa da vegetação nativa.

As alterações societárias ocorridas no Brasil no período 1985-1995 permitiram essa mudança. São elas que materializaram a transição ambientalista brasileira.

Não houve, no período 1985-1995, modificação da dinâmica hegemônica de relação social com a natureza no Brasil, no sentido da incorporação sistemática de práticas econômicas baseadas na preservação e no uso não degradante dos ecossistemas nativos. Apesar disso, nesse período foram construídas as bases institucionais e delimitadas as tendências de organização societária que, desenvolvidas, culminaram a partir de 1995 em uma tendência de modificação parcial da ordem econômica nacional, no que tange às dinâmicas de interação socioambientais.

Foram dois os *eixos propulsores principais da transição ambientalista brasileira* do período 1985-1995: a *democratização interna* e a *integração à nova ordem internacional*.

A democratização interna ampliou as possibilidades de organização social autônoma e de mobilização de coletivos e de organizações sociais no Brasil, permitindo que as reivindicações de defesa da vegetação nativa fossem veiculadas com mais liberdade e com mais força política. A circulação mais livre do pensamento fomentou a discussão pública sobre os problemas ecológicos e impulsionou o crescimento das organizações ambientalistas no país.

A democratização interna também possibilitou uma mudança da dinâmica de entrelaçamento entre as instituições estatais, com o enfraquecimento da verticalidade da cúpula do Executivo em relação aos outros núcleos de poder estatal. Com isso, ocorreu uma autonomização relativa de instituições estatais com atuação ambiental em relação à cúpula do Executivo, o que permitiu a ampliação do escopo de ação e da força política dessas instituições com atuação na defesa dos ecossistemas de vegetação nativa.

A mudança da dinâmica de entrelaçamento entre a sociedade brasileira e as outras sociedades nacionais, por sua vez, aumentou a dependência das decisões políticas e econômicas nacionais às diretrizes internacionais, que crescentemente passaram a incluir demandas de proteção ambiental, no contexto da ampliação da importância global dos temas ecológicos.

Durante o período da Guerra Fria, a orientação básica do Brasil em relação à ordem internacional consistiu em manter a “autonomia pela distância”, reforçando o protecionismo e resistindo à consolidação de instituições e regimes internacionais, de modo a preservar a autonomia brasileira. A partir de 1989, a orientação das elites nacionais tornou-se favorável à integração do país à nova ordem internacional em formação, no contexto da dissolução da ordem bipolar da Guerra Fria e da intensificação dos processos de globalização (“autonomia pela integração”). A nova ordem internacional abria possibilidades para uma maior projeção brasileira, pois a importância relativa de cada país passava a ser medida menos por seu peso militar e estratégico e mais por sua capacidade econômico-comercial, científica e cultural (cf. Vigevani, Oliveira e Cintra, 2003, p. 31-33).

Nesse contexto, a temática ambiental, além de ter sido destacada como tema obrigatório da nova ordem internacional, passou a ser percebida como um eixo de crescente interesse, por meio do qual o Brasil poderia buscar e conquistar um almejado protagonismo.

Tendo como eixos propulsores principais a democratização interna e a integração à nova ordem internacional, a transição ambientalista brasileira do período 1985-1995 foi constituída por inúmeros eventos, relativos a múltiplos âmbitos societários.

FUNDAMENTAÇÃO CONTEMPORÂNEA DA DEFESA DA VEGETAÇÃO NATIVA

No âmbito da *produção e divulgação do conhecimento científico*, houve, no período da transição política, a *formulação da retórica contemporânea de fundamentação das ações de defesa da vegetação nativa*, baseada na *associação entre ataque aos ecossistemas de vegetação nativa e erosão da biodiversidade* e na *associação entre desmatamento e aquecimento global*.

Sobre a *biodiversidade*, Franco explica que embora a percepção sobre a existência de uma grande variedade de tipos de vida seja tão antiga como a própria humanidade, o conceito é bastante recente, tendo sido idealizado por Walter Rosen em 1985 (Franco, 2013, p. 22). Segundo Hannigan, a apresentação pública do conceito ocorreu em 1986, num evento em Washington, sendo o conceito utilizado como opção preferencial em relação aos termos “diversidade biótica” e “diversidade biológica”, anteriormente mais usados, mas considerados menos simples e de memorização mais difícil (Hannigan, 2014, p. 235).

A fundação da “Society for Conservation Biology (SCB)” em 1985 foi um evento de grande importância para o reconhecimento formal da conservação biológica como disciplina científica e para a ampliação das pesquisas e divulgações sobre o tema, provendo um fórum para comunicação do conhecimento sobre conservação e diversidade biológica (Hannigan,

2014, p. 231). Segundo Franco, “o conceito de biodiversidade e o consenso entre cientistas e ativistas sobre a urgência em evitar que a biodiversidade continuasse a ser destruída pelos excessos da espécie humana conduziram a um deslocamento na maneira de enfocar a questão da conservação da natureza” (Franco, 2013, p. 24).

A ascensão da biodiversidade como tema ambiental considerado globalmente prioritário fortaleceu a construção social e política do ataque à vegetação nativa como um problema da maior grandeza, com inúmeros agentes sociais passando a utilizar a terminologia (Pádua, 2012, p. 25). Em vista disso, a partir da década de 1980, a retórica da proteção da biodiversidade tornou-se o fundamento discursivo principal das ações de defesa da vegetação nativa, ressignificando, à luz das posições científicas hegemônicas no período, o problema ambiental mais antigo e socialmente percebido como mais importante no Brasil.

Em relação à problemática do *aquecimento global*, o principal evento do período foi a criação, em 1988, do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática – mais conhecido pela sua sigla em inglês (IPCC) – como órgão vinculado à ONU. Composto por cientistas e por representantes políticos, o IPCC tornou-se, desde sua criação, responsável por revisar a produção científica mundial relativa ao tema da mudança climática e sintetiza-la em relatórios, que também contém proposições para mitigação das alterações no clima (Tilio Neto, 2010).

Em seu primeiro relatório, lançado entre 1990 e 1992, o IPCC considerou como hipótese não demonstrada que o aumento das temperaturas do globo terrestre e dos oceanos estava ocorrendo em virtude das atividades humanas, e não por causas naturais, ponderando sobre a necessidade de intensificação da produção científica sobre o tema (Ricupero, 2007, p. 152).

Apesar da não afirmação peremptória da causação humana do aquecimento global, o desconhecimento generalizado e o ceticismo em relação ao tema tiveram na criação do IPCC um momento decisivo para eliminação e a produção científica ampliou-se, a partir de então.

Na esteira das crescentes discussões sobre o aquecimento global, Carlos Nobre liderou, em 1991, “um dos mais citados estudos para simular o impacto do clima no desmatamento total da floresta Amazônica”, concluindo que “quando as florestas são substituídas por pasto degradado no modelo, verifica-se um aumento significativo na temperatura média de superfície (cerca de 2,5°C), e uma diminuição da evapotranspiração anual (redução de 30%), precipitação (redução de 25%) e escoamento superficial (redução de 20%)” (Nobre, 2014, p. 21).

Outro estudo, de 1992, de autoria de Reginald Newell e Nicholas Newell, introduziu o conceito de “rios atmosféricos” para “descrever fluxos filamentosos na baixa atmosfera capazes de transportar grandes quantidades de água como vapor, tipicamente em volumes superiores ao transportado pelo Rio Amazonas” (Nobre, 2014, p. 18). Nas décadas seguintes, esse conceito

foi utilizado com cada vez mais frequência na divulgação sobre os mecanismos de influência dos ecossistemas florestais sobre o clima continental.

No começo da década de 1990, o aquecimento global passou a ser considerado um dos principais problemas ambientais do mundo e sua associação com o ataque à vegetação nativa começou a ser feito de modo explícito. Embora não se tivesse firmado, ainda, o consenso científico peremptório sobre a causação humana da mudança climática, já havia um conjunto robusto de evidências que sinalizavam essa associação.

A contribuição da devastação da vegetação nativa para as mudanças climáticas, por sua vez, tanto a nível local quanto a nível continental e global, também encontrava respaldo na literatura científica, permitindo que a defesa da vegetação nativa encontrasse na argumentação técnico-científica de proteção contra o aquecimento global e contra as alterações climáticas uma outra fonte importante de embasamento discursivo.

Além dos resultados das pesquisas sobre biodiversidade e sobre aquecimento global, um conjunto substantivo de dados científicos também foi produzido no Brasil e no mundo, no período da transição política brasileira, para reafirmar cientificamente a importância das áreas de vegetação nativa situadas no entorno de cursos d'água para proteção da qualidade ambiental desses cursos d'água e para preservação dos ecossistemas aquáticos e terrestres.

Tais estudos reforçavam os fundamentos técnico-científicos que haviam sido utilizados na elaboração do Código Florestal de 1965, no que tange à definição de áreas a serem ocupadas por vegetação nativa por determinação legal, as “áreas de preservação permanente” (APP).³

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E TRANSIÇÃO AMBIENTALISTA

Outras mudanças importantes ocorridas entre 1985 e 1995 se vinculam ao âmbito internacional, no contexto da ampliação das trocas entre a sociedade brasileira e as outras sociedades nacionais de uma ordem internacional multipolar, que passou a ter na temática ecológica um dos seus focos de atenção.

³ Metzger afirma, por exemplo, que “há dados que indicam que larguras de 30m seriam suficientes para as matas ripárias retirarem da água do lençol freático boa parte dos nitratos vindos dos campos agrícolas” (Metzger, 2010, p. 1), operando como um filtro na proteção dos cursos d'água. Ele se ampara, para realizar essa afirmação, no trabalho de Pinay e Décamps, de 1988, intitulado “The role of riparian woods in regulating nitrogen fluxes between the alluvial aquifer and surface water: a conceptual model”. Tundisi e Tundisi, por sua vez, destacam entre os estudos do final da década de 1990 e início da década de 1980 que permitem fundamentar a demanda científica pela proteção da vegetação nativa ripária (marginal aos cursos d'água): de 1992, o trabalho “The Ecosystem approach: its use and abuse”, de G. Likens; de 1989, o trabalho “Ecological Engineering”, de W. Mitsch e S. Jorgensen; e, de 1988, o trabalho “Estudo físico químico e ecológico dos rios da bacia hidrográfica do Ribeirão e represa do Lobo”, de C. Matheus e J. Tundisi (Tundisi e Tundisi, 2011, p. 68).

Uma dessas mudanças relaciona-se à alteração na concepção hegemônica no ambientalismo global, ocorrida na década de 1980, em virtude da *ascensão do conceito de desenvolvimento sustentável à posição de principal ideário balizador da interpretação e das ações ambientalistas em todo o mundo*. Essa ascensão teve grande impacto no ambientalismo brasileiro, uma vez que o ideário do desenvolvimento sustentável passou a ser, também no Brasil, o eixo conceitual aglutinador das iniciativas ambientalistas.

A divulgação do chamado “Relatório ‘Brundtland’”, em 1987, foi um dos principais eventos a demarcar essa tendência. Trata-se do documento apresentado em 1987 pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, presidida pela norueguesa Gro Harlem Brundtland e que contou com a participação de Paulo Nogueira Neto como representante brasileiro. Intitulado “Nosso Futuro Comum”, o relatório apresentou nos seguintes termos o conceito de desenvolvimento sustentável, que, segundo Viola e Leis, passou a ocupar “uma posição central dentro do ambientalismo” (Viola e Leis, 1992, p. 77):

O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Ele contém dois conceitos-chave: 1 – o conceito de ‘necessidades’, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres do mundo, que devem receber a máxima prioridade; 2 – a noção das limitações que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

A primeira vez que o termo “sustentável”, de uso corrente desde o século XVII em estudos de silvicultura que visavam estabelecer critérios para exploração racional das florestas, foi usado em um texto para qualificar o desenvolvimento foi, segundo José Eli da Veiga, em um seminário promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) em Estocolmo, em 1979 (Veiga, 2015, p. 24).

Com a ampla divulgação do termo por meio do “Relatório ‘Brundtland’” e com a aceitação que os conceitos e diretrizes desse documento atingiram em todo o globo, a locução “desenvolvimento sustentável” passou a ser permanentemente associada a uma nova concepção de mundo e de interpretação para a problemática ambiental, que levou à superação das posições antinômicas assumidas no debate internacional sobre meio ambiente da década de 1970.

Outro evento que contribuiu para a hegemonia do desenvolvimento sustentável como concepção ambientalista foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro-RJ em 1992, e conhecida como “Eco-92”.

A “Eco-92” foi, segundo Leila Ferreira, a “maior assembleia internacional já realizada”, “um encontro mundial com 105 chefes de Estado e cerca de 14 mil ONGs” (Ferreira, 1998, p.

94). Os principais temas discutidos na Conferência foram, segundo Hannigan, o aquecimento global e a conservação da biodiversidade (Hannigan, 2014, p. 227). Entre os principais encaminhamentos da “Eco-92” estiveram a “Agenda 21: programa de ação global para o desenvolvimento sustentável no século XXI”, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas e a Declaração de Princípios sobre Florestas.

Por meio da “Agenda 21”, a “Eco-92” estabeleceu um “programa de ação global para o desenvolvimento sustentável no século XXI”, como dispôs seu subtítulo, consolidando a aproximação entre a discussão sobre “desenvolvimento” e a discussão sobre “proteção do meio ambiente”, na esteira das diretrizes esboçadas pelo “Relatório ‘Brundtland’”.

Além disso, ao abordar com relativa ênfase temas importantes para o conservacionismo ambiental, como o “combate à desflorestação” (eixo 11 da Seção II, “Conservação e gestão dos recursos para o desenvolvimento”), a “proteção dos oceanos” e “de todos os mares” (eixo 17 da mesma Seção II) e a “proteção da atmosfera” (eixo 9 da mesma Seção II), e temas importantes para os socioambientalistas, como a “luta contra a pobreza” (eixo 3 da Seção I, “Dimensões Sociais e Econômicas), a relação entre “dinâmica demográfica e sustentabilidade” (eixo 5 da mesma Seção I) e a “proteção e promoção das condições de saúde humana” (eixo 6 da mesma Seção I), a “Agenda 21” tornou-se um documento de referência na aproximação entre as vertentes tradicionais do ambientalismo, consolidando o desenvolvimento sustentável como uma perspectiva de síntese, agregadora de acúmulos das duas vertentes do ambientalismo.

Por meio desse conceito operou-se uma síntese entre “defensores do desenvolvimento” e “defensores do meio ambiente”, por um lado, e entre conservacionismo e socioambientalismo, por outro. Enquanto o “Relatório Brundtland” fixou suas noções primárias, em 1987, a “Eco-92”, especialmente por meio da “Agenda 21”, consolidou o ideário que tornou-se o principal balizador das ações e interpretações ambientalistas no mundo. Antes desses eventos, não havia no ambientalismo global um ideário unificador das demandas de modificação produtiva associadas às reivindicações ecológicas. Sua formulação conceitual e ampla divulgação midiática permitiram a construção de uma linguagem comum na divulgação ambientalista internacional e brasileira, de alta aderência e aceitação.

Entre as características que permitiram a consolidação do desenvolvimento sustentável enquanto concepção de mundo e orientação axiológica hegemônica no ambientalismo, merece destaque a sua formulação por meio de conceitos abertos e indefinidos, de modo a permitir que o conteúdo concreto do que efetivamente fosse desenvolvimento sustentável não estivesse definido previamente, mas pudesse ser produzido pelas lutas políticas ainda a ocorrer.

A ascensão do desenvolvimento sustentável a uma posição hegemônica no ambientalismo global impactou o ambientalismo social brasileiro, que gradativamente incorporou o conceito e suas diretrizes no direcionamento de suas ações.⁴

Essa ascensão influenciou, também, a organização de outros setores da sociedade brasileira, a exemplo do empresarial, fortalecendo a institucionalização de sua vertente mais ambientalizada. A organização institucional desse setor ambientalizado do empresariado nacional teve como marco a criação, em 1992, da “Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável”. Segundo Viola e Leis, a entidade reunia “empresas que pretendem pautar sua atuação pelo critério da sustentabilidade”. Ainda segundo esses autores, essa institucionalização deu-se num contexto em que se consolidava no Brasil uma “verdadeira janela de oportunidades empresariais vinculadas à proteção ambiental”, com o gradativo crescimento da “tendência a orientar as decisões de investimento e a gestão dos processos produtivos segundo critérios de proteção ambiental”. (Viola e Leis, 1992, p. 91).⁵

Outra mudança importante ocorrida no período 1985-1995 e relacionada ao âmbito das relações internacionais consistiu na *alteração do posicionamento adotado pelo Brasil diante das outras sociedades nacionais em relação à proteção da vegetação nativa*, no contexto da *ampliação significativa das pressões internacionais contra o país pela adoção de medidas de proteção da floresta Amazônica*: as representações brasileiras passaram a incorporar mais acentuadamente discursos e práticas de preservação ambiental.

Tensionados pela atuação das organizações ambientalistas constituídas nas mais diversas sociedades nacionais e pela intensificação da produção e divulgação do conhecimento científico sobre as consequências ambientalmente degradantes do desmatamento a nível global, as cúpulas estatais dos outros países e os organismos multilaterais passaram a direcionar um número cada vez maior de ações em prol da contenção do desflorestamento.

A Amazônia, maior floresta tropical do mundo, foi tornada, a partir da década de 1980, segundo Eduardo Viola, “prioritária nos esforços de proteção das ONGs ambientalistas

⁴ Alonso, Maciel e Costa chamam de “neoconservacionismo” o “frame” que teria se tornado hegemônico no ambientalismo brasileiro entre a década de 1980 e 1990. Segundo eles, “os dois frames inicialmente independentes – socioambientalismo e conservacionismo – convergiram para o neoconservacionismo” (Alonso, Costa e Maciel, 2007, p. 167). Eles destacam a importância da forma como o conceito de biodiversidade foi utilizado nas discussões sobre o tema para que essa convergência ocorresse. Segundo eles, o conceito de biodiversidade “enfocava a manutenção do patrimônio genético de todas as formas de vida, inclusive das populações humanas habitando áreas de preservação” (Alonso, Costa e Maciel, 2007, p. 164), o que fomentava a aproximação entre conservacionistas e socioambientalistas.

⁵ No que tange especificamente à temática da vegetação nativa, destaca-se entre o empresariado agrário brasileiro do período a existência de indivíduos que “havia[m] deixado áreas significativas de suas fazendas cobertas com floresta primária, às vezes por prudência, para garantir um suprimento de madeira, às vezes como uma reserva de caça, ou puramente por respeito à natureza” (Dean, 1996, p. 358).

internacionais”, com a “formação de vastas coalizões internacionais em torno de algumas questões especificamente amazônicas” (Viola, 1996, p. 61). Segundo Zhouri, o pico do interesse internacional sobre a devastação florestal da Amazônia, até então, ocorreu nessa década, com frequentes exibições midiáticas sobre o tema e campanhas de mobilização social contra a devastação dessa floresta em diversos países (Zhouri, 2006).⁶

No contexto dessas campanhas internacionais e da grande mobilização sobre a devastação amazônica em inúmeras sociedades nacionais, Francisco Teixeira da Silva explica que “em situações diversas, ao longo dos anos 1980 e 1990 do século passado, várias autoridades internacionais, com responsabilidade de mando em países desenvolvidos, cometeram impropriedades contra a soberania brasileira na Amazônia” (Silva, 2008, p. 50).⁷

Toda essa movimentação política e essas ações e declarações públicas evidenciam a conflitualidade que se relacionava às posições internacionais sobre a proteção da Amazônia, nesse período. Em virtude dessa intensa pressão internacional, houve a modificação da posição brasileira sobre a proteção dos ecossistemas de vegetação nativa do país.

O principal evento a demarcar essa mudança foi a “Eco-92”. Diferentemente das posições mais defensivas e de maior distanciamento adotadas internacionalmente sobre temas ambientais desde a década de 1970, o Brasil optou por inserir-se com protagonismo nas discussões da “Eco-92”.⁸ Em vista disso, a participação do Brasil na “Eco-92” assinalou a mudança na dinâmica de inserção das instituições brasileiras nas discussões e elaborações

⁶ Segundo Zhouri, durante a década de 1980, como um desenvolvimento de uma campanha lançada por organizações norte-americanas em 1983, a atenção internacional esteve direcionada sobretudo ao problema da queima da floresta por fazendeiros e garimpeiros, incentivados por políticas estatais. No início da década de 1990, a campanha internacional ambiental mais relevante sobre a Amazônia teve como foco a questão da extração de mogno da floresta, problematizando também as empresas europeias compradoras de mogno, de modo a questionar toda a cadeia de consumo (Zhouri, 2006).

⁷ Francisco Teixeira da Silva cita, entre essas situações: “M. Thatcher, em 1983, em discurso no G-7 sugeriu a troca da dívida [brasileira] por territórios amazônicos; Al Gore, em 1989, [futuro] vice-presidente de Clinton e [futuro] candidato a presidente dos EUA, afirmou “[...] ao contrário do que os brasileiros pensam, a Amazônia não é deles, mas de todos nós”; François Mitterrand referiu-se a Amazônia, em 1989, como um território de soberania relativa; M. Gorbachev, animador de uma ONG sobre a Governança Mundial, sugeriu, em 1992, por sua vez, que o Brasil delegasse a soberania da Amazônia a instituições científicas internacionais; no mesmo ano, John Major, ex-premier britânico chegou a afirmar que seria possível pensar em operações militares para garantir a preservação da região, enquanto Henry Kissinger avançou em direção a montagem de um sistema de pressões e constrangimentos, através de instrumentos estatais exteriores, de ONG, de empresas e bancos, visando a fragilidade econômica do país, para conseguir objetivos relativos à Amazônia.” (Silva, 2008, p. 50)

⁸ Segundo Viola, “logo depois de eleito”, o presidente do Brasil Fernando Collor de Mello “percebeu imediatamente que a ênfase na proteção ambiental era provavelmente sua maior moeda de troca na nova parceria pretendida com o Norte”, uma vez que seu programa econômico requeria “como um de seus elementos cruciais, a vinda de novos investimentos estrangeiros ao país”. Também segundo Viola, Collor teria antevisto que “a escolha do Brasil para sediar a UNCED-92 [“Eco-92”], por parte da Assembleia Geral da ONU, efetuada poucos dias depois de sua eleição, dava-lhe uma grande oportunidade para projetar sua pessoa e seu governo no cenário internacional” (Viola, 1996, p. 45).

internacionais sobre temas ambientais, no contexto das modificações correntes no país e em seus interesses de interação com a sociedade internacional durante a transição política.

Na síntese de Eduardo Viola:

Durante a Conferência, o governo brasileiro concluiu a mudança iniciada em fins de 1989 na direção de uma política exterior responsável no concernente a problemas ambientais globais: a) Brasil foi um dos países líderes na elaboração da Convenção de Biodiversidade que tem um enfoque equilibrado dos interesses do Norte, do Sul e dos povos da floresta; b) Brasil foi também um dos países favoráveis a uma convenção forte sobre mudança climática, que fracassou devido à oposição dos EUA e os países produtores de petróleo; c) Brasil teve posições consistentemente favoráveis a compromissos a favor do desenvolvimento sustentável na Agenda 21; e d) a posição brasileira foi irresponsável apenas quando apoiou a Malásia em sua oposição a uma convenção sobre florestas. (Viola, 1996, p. 50)

Outro evento que consolidou a modificação da posição brasileira em relação à proteção dos ecossistemas de vegetação nativa do país, no âmbito das relações internacionais, foi a aceitação de ajuda financeira transnacional para essas ações.

O principal marco dessa aceitação foi o consentimento brasileiro e a participação nacional na formulação de um programa piloto de grande escala contra o desmatamento na Amazônia pelos Estados integrantes do “G-7” (grupo composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido), pelos Países Baixos e pelo Banco Mundial. Chamado de “Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil” e conhecido popularmente por “PPG-7”, o programa foi responsável pelo aporte de significativa contribuição financeira para o combate ao desmatamento no Brasil, a partir da década de 1990.

AMBIENTALIZAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

No que tange à *organização da sociedade civil ambientalista* e aos *processos políticos de reivindicação pela defesa dos ecossistemas nacionais de vegetação nativa*, também ocorreram mudanças importantes no período da transição política e ambientalista brasileira. Foram três as tendências principais desse período: 1) ampliação significativa do número e da força política das organizações ambientalistas, com a manutenção da defesa da vegetação nativa como prioridade da atuação dessas entidades; 2) consolidação da incorporação da retórica ambientalista no processo de reivindicação dos povos ameríndios por seus territórios; 3) consolidação de um novo tipo de reivindicação ambientalista, na luta das populações tradicionais por áreas comunitárias de proteção, com destaque para as reservas extrativistas.

Em relação à *ampliação do número e da força política das organizações ambientalistas brasileiras*, segundo Urban, “a década de [19]80 registra o surgimento de um grande número de associações e de conselhos de âmbito municipal, dando ao movimento ambientalista a capilaridade necessária para influenciar de fato as políticas públicas de meio ambiente” (Urban, 2001, p. 44). Posteriormente, no início da década de 1990, no contexto dos preparativos e das articulações para a “Eco-92”, o número das entidades aumentou de modo ainda mais expressivo, sendo os anos de 1991 e 1992 o auge, até então, do processo de criação de entidades ambientalistas no Brasil, conforme evidencia o gráfico a seguir, com dados extraídos da segunda edição da “Ecolista” (Pizzi, 1996, p. XVI), o Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas, elaborado em 1996 e publicado pela “World Wide Fund for Nature” (WWF).

Gráfico 2 . Entidades ambientalistas não governamentais – Brasil (1951-1996)

Fonte: Ecolista – Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas

A localização geográfica das entidades também ampliou-se significativamente nesse período, segundo os dados da primeira e da segunda edições da “Ecolista”, embora a concentração das organizações na região sudeste do país tenha se mantido.⁹

Ainda segundo os dados da segunda edição da “Ecolista”, o tema indicado como o mais presente na atuação das organizações ambientalistas brasileiras constituídas até o ano de 1996 foi “fauna e flora (biodiversidade)”, que 67,7% das entidades apontaram como incluído em seu âmbito de atuação. O segundo tema foi “florestas”, com 53,9% de indicações. “Unidades de conservação” foi, também, um tema incluído em lugar de destaque, ocupando o 6º posto, com 48,1% de indicações (Pizzi, 1996, p. XXI).

⁹ Nas duas edições da “Ecolista” é possível constatar que é grande a quantidade de municípios com presença de entidade civil ambientalista, nesse período da história nacional. Pelos dados da segunda edição da “Ecolista”, 47,7% das organizações não governamentais ambientalistas se localizavam no Sudeste, 22,7% no Sul, 12,4% no Nordeste, 9,6% no Centro-Oeste e 7,6% no Norte. (Pizzi, 1996, p. XVII)

Esses dados evidenciam a manutenção da defesa da vegetação nativa como foco prioritário do ambientalismo brasileiro, na década de 1990.¹⁰

Temas do ambientalismo urbano, como “lixo (resíduos sólidos e líquidos)” e “meio ambiente urbano”, também foram indicados em destaque pelas organizações brasileiras, ocupando respectivamente o 4º e 5º lugares, com 50,4% e 49,4% de indicações.

Um total de 14,1% das entidades ambientalistas declararam, ainda, trabalhar com a temática dos “povos indígenas” (14º lugar), enquanto 17,6% das organizações incluíram em seu âmbito de atuação “populações tradicionais e extrativistas” (12º lugar).

Embora constituam uma minoria no contexto mais amplo das temáticas indicadas como foco de atuação do ambientalismo social brasileiro nesse período, a inclusão desses temas socioambientais (“povos indígenas” e “populações tradicionais e extrativistas”) entre os listados evidencia a aproximação mais significativa, no âmbito da atuação das organizações sociais nacionais, entre a temática ambiental e o universo dos povos ameríndios e tradicionais brasileiros, durante o período da transição política.

O bioma apontado como foco prioritário na ação das organizações foi a Mata Atlântica, responsável por 51,2% das indicações de área de atuação das entidades, enquanto o Cerrado (23,5%), a Amazônia (19,1%), a Caatinga (11,3%) e o Pantanal (8,2%) situaram-se como áreas de atuação numericamente menos significativas entre as organizações brasileiras do período.

Entre as principais entidades constituídas durante a transição política brasileira, destacam-se a SOS Mata Atlântica¹¹ e a Funatura - Fundação Pró-Natureza¹², ambas de 1986,

¹⁰ Segundo Pizzi, o trabalho com ecossistemas de vegetação nativa é “em nível mundial [...] a tendência mais expressiva, presente também nos primeiros grupos históricos do ambientalismo brasileiro, e que até hoje permanece”, razão pela qual não haveria surpresa nesses resultados, para esse autor (Pizzi, 1996, p. XXI).

¹¹ A SOS Mata Atlântica é uma entidade ambientalista cuja atuação volta-se à defesa do bioma brasileiro que concentra a maior parte da população e da ocupação urbana do país, a Mata Atlântica. Sua constituição na década de 1980 deu-se, como explica Alonso, sob influência de um articulador internacional que trabalhava para a WWF, Russel Mittermeier, e com participação decisiva de Fábio Feldmann e João Paulo Capobianco. Uma das características principais da SOS Mata Atlântica é sua grande proximidade com o setor mais ambientalizado do empresariado nacional, estando entre suas principais lideranças os empresários Roberto Klabin e Rodrigo Lara Mesquita (Alonso, 2009, p. 18). Entre as ações mais conhecidas da SOS Mata Atlântica está a elaboração do chamado “Atlas da Mata Atlântica”, um diagnóstico da vegetação nativa remanescente do bioma, elaborado com base em mapeamento por satélites e feito, em sua primeira edição, a partir de uma parceria entre a entidade, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), lançado em 1990, sob o título “Atlas dos Remanescentes Florestais do Domínio da Mata Atlântica”. Sua segunda edição, lançada em 1993, foi produzida a partir de uma parceria entre a SOS Mata Atlântica e o INPE, com financiamento de empresas privadas (Bradesco S.A., Klabin Fabricadora de Papel e Celulose e Metal Leve S.A.).

¹² A Funatura é uma entidade ambientalista cuja atuação volta-se à defesa do bioma Cerrado. Entre as principais lideranças do seu período de fundação estão Christoph Hrdina e Maria Tereza Jorge Pádua. Sua criação foi obra de “um grupo de 69 profissionais ligados à área de conservação ambiental”. No seu repertório de ação, destacam-se a atuação em conjunto com instituições estatais e organizações privadas em projetos de gestão, entre os quais o “Projeto Santuário de Vida Silvestre (SVS)”, iniciado em 1987 para criação de áreas protegidas

e o Instituto Socioambiental (ISA)¹³, constituído em 1994. O Greenpeace, uma das organizações ambientalistas internacionais mais conhecidas, também iniciou sua atuação diretamente no Brasil nesse período, no ano de 1991.¹⁴

Segundo Viola e Leis, na segunda metade da década de 1980 também ocorreu “entre as associações ambientalistas um movimento generalizado de institucionalização [...] que translada o centro de gravidade do setor do voluntarismo para o profissionalismo”, com “a emergência de novas organizações com um perfil profissional” e “a profissionalização parcial de um setor das associações que tinham sido anteriormente amadoras”. Além disso, segundo eles, as entidades ambientalistas passaram nesse período a ter “como objetivo central a afirmação de uma alternativa viável de conservação ou restauração do ambiente danificado”, exercendo “uma nítida influência sobre as agências estatais de meio ambiente, o Legislativo, a comunidade científica e o empresariado” (Viola e Leis, 1992, p. 86).

As organizações ambientalistas nacionais também passaram a se organizar em redes. Alonso, Maciel e Costa destacam, entre elas, o “Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento”, surgido em 1990 e “centro aglutinador e principal estrutura de mobilização da rede ambientalista durante a Rio-92”, a Rede Mata Atlântica, a Rede Cerrado e o Grupo de Trabalho Amazônico, todos constituídos em 1992. Segundo eles, essas “redes de ativismo, policêntricas e horizontais [...] tornaram-se o meio preferencial de articulação do movimento e de expressão de demandas nos anos 1990 em três sentidos: como base logística de grandes campanhas temáticas; como meio de receber e gerir financiamentos governamentais e internacionais; e como canal de lobby e pressão na formulação e implementação de políticas públicas nacionais” (Alonso, Costa e Maciel, 2007).

A ampliação do número e da localização geográfica das organizações ambientalistas, sua institucionalização e profissionalização e a constituição de redes de articulação inter-organizacionais potencializaram a força política das reivindicações ambientalistas, permitindo

privadas, e o “Projeto de Implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas”, que tem no ano de 1993 um marco importante (Bonelli, 2016).

¹³ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma entidade ambientalista explicitamente associada à vertente antropocêntrica do ambientalismo, focada nas dinâmicas de interação sociedade-natureza. Ela foi constituída sob a liderança de Beto Ricardo, a partir de uma outra organização social, atuante desde a década de 1970 na temática dos povos ameríndios brasileiros, o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI). Segundo Angela Alonso, a constituição do ISA em 1994 representou o ponto de virada de uma estratégia de incorporação da retórica ambiental na ação política relativa aos povos ameríndios e às populações tradicionais, o que permitiu a ampliação muito significativa do financiamento da organização, num contexto de internacionalização da importância ecológica desses temas sociais. (Alonso, 2009, p. 25-27)

¹⁴ Outro evento importante ocorrido no Brasil durante a transição política, ainda no que tange à reorganização do ambientalismo nacional, foi a “criação definitiva” do Movimento Nacional dos Trabalhadores Atingidos por Barragens (MAB) por meio do 1º Congresso Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, realizado em Brasília-DF, em 1991.

maior efetividade à atuação social em defesa da vegetação nativa, tema historicamente prioritário no ambientalismo brasileiro, e mantido central durante a transição política.

Essas mudanças ocorreram no contexto da democratização política, que ampliou a liberdade de organização associativa no Brasil e permitiu a circulação mais livre das ideias e a discussão pública de temas socialmente relevantes, e da ampliação das trocas – políticas, econômicas, culturais, informacionais – entre a sociedade brasileira e a ordem internacional, com a temática ecológica ocupando posição de destaque nesses processos.

Antes da transição política, embora já houvesse organizações ambientalistas no Brasil, elas eram muito reduzidas para um país de dimensão continental e estavam concentradas em alguns poucos municípios. Com a democratização e a circulação mais livre de pessoas, ideias e manifestações, a sociedade civil brasileira ampliou sua organicidade e sua atuação política na seara ambiental, num contexto de crescente ampliação da discussão pública sobre os temas ecológicos. Com isso, demandas tradicionais do ambientalismo brasileiro, como as reivindicações por áreas estatais e privadas de proteção ambiental, foram estimuladas e passaram a ser veiculadas pelas entidades mais atuantes do país, criadas nesse período.

Em relação à *consolidação da incorporação da retórica ambiental no processo de reivindicação dos povos ameríndios por seus territórios*, outra tendência importante da transição ambientalista nacional do período 1985-1995, houve o fortalecimento do movimento de ambientalização¹⁵ dessas lutas sociais, iniciado décadas antes no Brasil.

Dentre os inúmeros povos indígenas brasileiros, os Kayapó ocupam posição de destaque nesse processo, tendo adquirido, na década de 1980, notoriedade nacional e internacional na articulação da temática ecológica com as suas demandas de regularização territorial.

Essa articulação ocorreu especialmente após a realização dos estudos multidisciplinares do “Projeto Kayapó”, iniciados em 1982 pela Universidade Federal do Maranhão e incorporados ao Museu Paraense Emílio Goeldi, com envolvimento de “cerca de 20 cientistas e técnicos de pesquisa”, sob coordenação do norte-americano Darrel Posey. Segundo Posey, o “Projeto Kayapó” visou “documentar o conhecimento Kayapó acerca de plantas medicinais, agricultura, classificação e uso do solo, sistemas de reciclagem de nutrientes, formação de solos

¹⁵ O neologismo “ambientalização” tem sido utilizado na literatura nacional e internacional para designar os processos de incorporação de temas ecológicos no cotidiano de atores estatais e sociais (BUTTEL, 1992; LOPES, 2006; ACSELRAD, 2010). Para Leite Lopes (2006, p. 34-35), “ambientalização” é o processo histórico de interiorização pelas pessoas e grupos sociais das diferentes facetas do “meio ambiente” enquanto uma questão pública, com a transformação da linguagem e da semântica de institucionalização de demandas sociais. Segundo o autor, essa interiorização da temática ambiental implica simultaneamente em transformações no Estado e no comportamento dos indivíduos em atividades como trabalho, lazer, entre outras. Acselrad fala, por sua vez, em “ambientalização das lutas sociais” para fazer referência ao processo de incorporação da retórica ambiental em movimentos sociais pautados tradicionalmente por outras retóricas (Acselrad, 2010).

enriquecidos para a agricultura, métodos de reflorestamento, pesticidas e fertilizantes naturais, comportamento animal, melhoramento genético de plantas cultivadas e semidomesticadas, manejo de pesca e da vida selvagem e astronomia” (Posey, 1992, p. 19).

Com base nos resultados do “Projeto Kayapó”, foi realizada no Museu Emílio Goeldi, em 1987, a exposição “A ciência dos Mebêngôkre: alternativas contra a destruição”, que impulsionou nacional e internacionalmente a discussão sobre o manejo Kayapó e a conservação ecológica. No ano seguinte, em virtude da grande repercussão da exposição, os Kayapó foram convidados a participar de um simpósio internacional sobre manejo de florestas tropicais, promovido pela Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. Após o simpósio, grupos ambientalistas norte-americanos convidaram lideranças dos Kayapó para visitarem Washington, capital dos Estados Unidos, e para participarem de reuniões com representantes do Banco Mundial, do Departamento do Tesouro dos Estados Unidos e com membros do Congresso Nacional norte-americano. Esse conjunto de encontros sobre temas ambientais marcou, segundo Schmink e Wood, a introdução dos Kayapó na seara das relações públicas internacionais (Schmink e Wood, 1992, p. 271).

Em 1989, em Altamira-PA, segundo Diegues et al, “pela primeira vez na história do Brasil, um grupo indígena, os Kayapó, teve a iniciativa de chamar e hospedar uma reunião internacional de índios e não-índios afetados pela construção de barragens” (Diegues *et al.*, 1999, p. 79). O “1º Encontro das Nações Indígenas do Xingu” – que contou com a presença, segundo Verswijver e Gordon, de “24 povos indígenas, além de grupos ambientalistas de vários países” (Verswijver e Gordon, 2002) – terminou com a divulgação da “Declaração Indígena de Altamira”, que, em oposição a projetos hidrelétricos na região, afirmava que “é preciso respeitar a nossa Mãe Natureza”, aconselhando “não destruírem as florestas, os rios, que são nossos irmãos” (“Índios encerram reunião com ‘Declaração de Altamira’”, 1989).

No mesmo ano, Raoni, importante liderança Kayapó, engajou-se numa turnê internacional por vários países com o cantor britânico Sting, no propósito de arrecadar recursos para demarcação dos territórios Kayapó, num conjunto de ações que propiciou enorme repercussão internacional para a associação entre proteção ambiental e povos indígenas brasileiros. Ainda em 1989, por fim, Paulinho Paiakan, outra importante liderança Kayapó, foi agraciado com um prêmio internacional fornecido pela “Better World Society”.

Esse conjunto de eventos contribuiu decisivamente para a incorporação da temática ecológica ao eixo nuclear da reivindicação dos Kayapó e de outros povos ameríndios brasileiros por seus territórios, consolidando a ambientalização da luta política ameríndia. Antes da década

de 1980, iniciativas de associação entre a demanda ameríndia e a retórica ecológica já tinham ocorrido, mas, somente a partir dessa década, a vinculação tornou-se sistemática.

Em relação à *consolidação de um novo tipo de reivindicação ambientalista* durante a transição política brasileira, *na luta das populações tradicionais por áreas comunitárias de proteção*, merece destaque a articulação promovida por *comunidades de seringueiros*, em luta pela regularização de seus territórios e de seu modo de vida tradicional.

Tal como ocorre com os territórios ameríndios, nas áreas tradicionalmente ocupadas pelos seringueiros há baixo impacto ambiental devido ao modo típico de interação sociedade-natureza que é materializado nesses locais, com a exploração extrativa das seringueiras respeitando a distribuição natural desse tipo de árvore nos ecossistemas nativos e ocorrendo sem debilitação letal dos espécimes arbóreos. Há, em regra, baixíssima densidade demográfica nas áreas de extração de seringa e desmatamento em parcela ínfima da área total, apenas para implantação de agropecuária de subsistência e moradias.

Portanto, tal como ocorre com os povos ameríndios, o modo de vida dessas populações extrativistas é compatível com a defesa da vegetação nativa por não implicar em uso degradante ou devastação dos ecossistemas nativos, permitindo a consideração de sua reivindicação territorial como um tipo de luta política ambientalista.

Embora existam há centenas de anos em muitas regiões do Brasil, foi somente na década de 1980 que as reivindicações territoriais dos seringueiros foram expressadas com mais liberdade política e com mais intensidade. Conforme explica Almeida, os camponeses da floresta em geral eram “praticamente desconhecidos tanto na esfera governamental como na literatura acadêmica” antes disso (Almeida, 2004, p. 35). Também na década de 1980, essas lutas incorporaram de modo expresso a retórica ambientalista no centro de suas demandas.

Um marco importante da publicização das reivindicações territoriais dessas comunidades e de sua constituição como luta “ambientalista” foi o Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado em Brasília, em 1985. Ao final desse Encontro veio a público a utilização da palavra “reserva” para fazer referência à reivindicação dos seringueiros pelo direito à terra e à reprodução do seu modo de vida, na leitura da declaração final, feita por Chico Mendes. Em 1986, o termo “reserva” ganhou um sentido mais preciso após deliberação do Conselho Nacional dos Seringueiros, criado no Encontro de 1985, de que as reivindicações da categoria pelo direito à terra passariam a ser direcionadas com base no modelo jurídico das terras indígenas, de modo a demandar que a propriedade das “reservas” fosse pública e houvesse concessão de uso aos seringueiros (Cunha e Almeida, 2001, p. 186-189).

Em 1987, foram criados, segundo Mary Allegretti, os primeiros “projetos de assentamento extrativista”, no Acre, em São Luiz do Remanso e Santa Quitéria (Allegretti, 1989, p. 28). Com a grande repercussão internacional que a luta dos seringueiros passou a ter após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, consolidou-se o viés ambientalizado das reivindicações e a regulamentação estatal deu-se nesse sentido com o Decreto n. 98.897/1990, que estabeleceu que as reservas extrativistas são “espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista” (art. 1º). A primeira reserva extrativista foi criada no Alto Juruá (Decreto n. 98.863/1990).

Na síntese de Cunha e Almeida:

A aliança conservacionista foi assim uma estratégia, e criar as Reservas Extrativistas como unidades de conservação foi uma escolha tática. Porém, dizer que a aliança conservacionista foi uma estratégia não quer dizer que ela era uma mentira, quer em substância, quer em projeto. Quanto ao projeto, ele ainda está sendo traduzido para o plano local. Quanto à substância, os seringueiros de fato estavam protegendo a biodiversidade. No Alto Juruá, como já foi dito, a borracha era explorada havia mais de 120 anos, e a área comprovou-se um *hot spot* de diversidade biológica, com 616 espécies de aves, 102 espécies de anfíbios e 1.536 espécies de borboletas, das quais 477 *Nymphalidae* (Brown Jr. & Freitas, no prelo). É verdade que, como Monsieur Jourdain que não sabia que falava em prosa, os seringueiros não sabiam que estavam conservando a biodiversidade. Pensavam que estavam produzindo borracha, e não biodiversidade. (Cunha e Almeida, 2001, p. 189)

Consolidou-se, na década de 1980, assim, um novo tipo de reivindicação política ambientalista, pela implantação de reservas extrativistas, um tipo de área comunitária de proteção da vegetação nativa no qual há uso não degradante dos ecossistemas.

Outras “populações tradicionais”¹⁶ brasileiras também ampliaram sua organização política por regularização territorial e incorporaram a retórica ambientalista em suas demandas a partir da década de 1980, a exemplo de agrupamentos quilombolas (Arenz, 2018; Carvalho, 2006). Embora tenham continuado a sofrer expropriações territoriais significativas, empreendidas também pela demanda de expansão estatal de áreas protegidas onde havia

¹⁶ Segundo Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, populações tradicionais são “grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (por meio de meios práticos e simbólicos) uma identidade pública que inclui algumas e não necessariamente todas as seguintes características: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, a presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados” (Cunha e Almeida, 2001, p. 192). São exemplos de populações tradicionais, além dos seringueiros, os ribeirinhos, castanheiros, caiçaras, quilombolas, etc.

proibição da presença humana, as populações tradicionais vivenciaram uma ampliação significativa da visibilidade nacional e internacional de suas demandas nesse período.¹⁷

Em 1989 foi realizado, no município de Rio Branco-AC, o “I Congresso dos Povos da Floresta” ocasião em que, segundo Waldman, “sentaram-se, lado a lado, índios e seringueiros, castanheiros e ribeirinhos – os Povos da Floresta” (Waldman, 2002, p. 69). Esse evento é um marco da vinculação entre os povos ameríndios brasileiros e as populações tradicionais, ali representados, principalmente, pelas comunidades extrativistas.

Sob a rubrica de “Povos da Floresta”, reuniram-se, em 1989, dois tipos de agrupamentos humanos distintos, que promoveram, durante o período da transição política brasileira, a consolidação da vinculação entre suas reivindicações territoriais de defesa de seus modos de vida de baixo impacto ecológico e a retórica ambiental, ambientalizando suas lutas. Ambientalizados e articulados, povos indígenas e populações tradicionais impulsionaram a força política de suas reivindicações com a formação da “Aliança dos Povos da Floresta”.

INSTITUIÇÕES ESTATAIS NACIONAIS NA TRANSIÇÃO AMBIENTALISTA

A *organização e a atuação das instituições estatais brasileiras* experimentaram, durante a transição política e ambientalista (1985-1995), uma ampliação significativa da base jurídica para a proteção ecológica e o início da adoção de ações mais expressivas e nacionalmente disseminadas de defesa dos ecossistemas de vegetação nativa do país.

O principal evento do período foi a promulgação da *Constituição Federal de 1988*, o documento político-jurídico de refundação do Estado brasileiro, produto de “um processo decisório caracterizado pelo dissenso, pela intensa e permanente mobilização de atores coletivos internos e externos, por votações altamente polarizadas e [...] por uma atividade igualmente intensa e incessante de busca de acordos entre as lideranças” (Pilatti, 2008, p. 1).¹⁸

Destacam-se entre as principais modificações no regime jurídico constitucional do Brasil promovidas pela Constituição: a restrição dos poderes da União na estrutura federativa, com ampliação dos poderes dos estados e conversão dos municípios em unidades federativas; o fortalecimento, em relação ao Poder Executivo, do Legislativo, do Judiciário e do Ministério

¹⁷ Um exemplo disso foi a realização do IV Congresso Mundial de Parques, em Caracas, no ano de 1992, sob o título “Povos e Parques”. A discussão central do Congresso foi justamente a presença de populações tradicionais em áreas protegidas, visando compatibilizar essas demandas. (Diegues, 2008, p. 109)

¹⁸ Adriano Pilatti indica, em seu livro, trecho do discurso de Ulysses Guimarães na sessão de promulgação da Constituição em que alguns dados referentes à tramitação constitucional foram apresentados. Dentre eles, destaca-se a presença diária de “cerca de dez mil postulantes” no Congresso e a apresentação de “61.020 emendas, além de 122 emendas populares, algumas com mais de um milhão de assinaturas”. (Pilatti, 2008, p. 1)

Público; a ampliação dos direitos políticos, tanto no que tange aos instrumentos representativos, quanto no que diz respeito aos instrumentos participativos (com a previsão, por exemplo, de plebiscito, referendo, lei de iniciativa popular, conselhos participativos, etc.); o estabelecimento de uma série de garantias aos trabalhadores privados e públicos, dentre as quais o direito de greve, de sindicalização e a estabilidade no serviço público; e a criação de um conjunto de dispositivos de inclusão social e promoção da cidadania, tais como os direitos sociais à saúde, educação, assistência, previdência, dentre outros (Sallum Jr., 2015, p. 28-31).

A Constituição Federal de 1988 fomentou, por meio dessas mudanças, a autonomização de inúmeros núcleos de poder estatal em relação à cúpula do Executivo federal, além de permitir que as diferentes forças sociais e agrupamentos de interesse, inclusive os de raízes populares, pudessem se introduzir nas multifacetárias instituições estatais em reconstrução, de modo a molda-las às relações de força que se desenhariam no âmbito social (Sallum Jr., 1996, p. 54).

Ela foi, também, a primeira Constituição brasileira a dedicar um capítulo à temática ambiental, o Capítulo VI (“Do Meio Ambiente”) do Título VIII (“Da Ordem Social”), expresso em um artigo, de número 225. Produto da articulação da chamada “Frente Verde”, composta por parlamentares de diversos partidos e por entidades ambientalistas, o processo político que originou o texto constitucional sobre meio ambiente teve como principal liderança Fabio Feldmann, deputado constituinte pelo PMDB (Cirne, 2016).

O novo texto constitucional estabeleceu o “meio ambiente ecologicamente equilibrado” como direito de todos e como “bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida”, impondo ao “Poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (art. 225, *caput*), em diálogo implícito com a concepção de desenvolvimento sustentável estabelecida pelo “Relatório ‘Brundtland’”.

Sobre a temática da vegetação nativa, além de disposições mais gerais¹⁹, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu que “A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (art. 225, §4º). A Constituição definiu, assim, uma proteção jurídica especial a alguns dos biomas brasileiros.

¹⁹ A Constituição Federal de 1988 estabeleceu como incumbências do Poder Público “definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção” (art. 225, §1º, III) e “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (art. 225, §1º, VII).

O Cerrado, a Caatinga e o Pampa, biomas caracterizados pela presença de ecossistemas não florestais, não tiveram proteção jurídica especial constitucionalmente prevista.

A temática dos povos ameríndios também ganhou, pela primeira vez, um capítulo próprio na Constituição Federal de 1988, o Capítulo VIII (“Dos Índios”), do mesmo Título VIII (“Da Ordem Social”), expresso em dois artigos, de números 231 e 232. O processo político que originou a construção desse capítulo foi, segundo Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida, “uma façanha política cujo mérito cabe à maciça presença indígena, sobretudo de Kayapós, à habilidade de negociação do falecido senador Severo Gomes e à eficiência de um grande número de ONGs” (Cunha e Almeida, 2001, p. 186).²⁰

Entre as definições constitucionais sobre o tema dos povos indígenas, destaca-se o estabelecimento do vínculo entre os ameríndios e as “terras que tradicionalmente ocupam” como “direitos originários” (art. 231, *caput*), cabendo aos indígenas “o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes” (art. 231, §2º); a consideração dos “atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse” das terras indígenas como “nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos” (art. 231, §6º); e a autorização constitucional para “os índios, suas comunidades e organizações” ingressarem “em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo” (art. 232).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 esclareceu que são “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (art. 231, §1º), fortalecendo a definição de terras indígenas do Estatuto do Índio.

Essas mudanças na ordenação constitucional dos territórios ameríndios romperam – no âmbito jurídico-formal – com a lógica assimilacionista que havia caracterizado a política indigenista estatal brasileira até então. Elas definiram como eixo constitucional da nova política indigenista o reconhecimento do direito dos povos ameríndios a sua autodeterminação, que inclui o direito “originário” às terras que ocupam, o direito de ter providas as condições para manutenção de seus modos de vida tradicional, o direito ao usufruto das riquezas de seu território e o direito de ingressar em juízo para defesa de seus direitos.

²⁰ Em diversas ocasiões, durante a Constituinte, grupos de Kayapó – e, em menor número, de outras etnias – estiveram presentes nas reuniões constitucionais, ocupando o plenário, realizando danças e cantos tradicionais, apresentando lideranças (como Ulisses Guimarães e Mário Covas) com cocares e outros ornamentos típicos, reunindo-se com parlamentares e fazendo discursos (como os proferidos por Raoni, cacique Kayapó, e por Ailton Krenak). Uma audiência pública chegou a ser realizada, em maio de 1987, na aldeia Gorotire, contando com a presença dos parlamentares constituintes Ivo Lech (PMDB), Benedita da Silva (PT), José Carlos Sabóia (PMDB), Salatiel Carvalho (PFL) e Ruy Nadel (PDT) (Vieira, 2017).

As comunidades quilombolas também tiveram proteção jurídica garantida aos seus territórios no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, segundo o qual: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

No âmbito da *legislação ordinária*, a tendência do período da transição política brasileira foi de aprovação de leis ambientalmente protetivas e de leis de estruturação das instituições executivas e judiciais encarregadas da atuação ambiental.

No que tange especificamente à temática da vegetação nativa, destaca-se a aprovação das Leis n. 7.511/1986 e 7.803/1989, que modificaram o Código Florestal brasileiro e a aprovação da Lei n. 8.171/1991, que estabeleceu a “política agrícola” nacional.

A Lei n. 7.511/1986 foi responsável pelo aumento da metragem das “áreas de preservação permanente” situadas nas margens de cursos d’água²¹, tendo sido aprovada num processo político de tramitação legislativa negociada (Brasil, 1982).

A Lei n. 7.803/1989 ampliou, também, a metragem de alguns tipos de áreas de preservação permanente. Além disso, introduziu o termo “reserva legal” para fazer referência ao tipo de área privada de proteção da vegetação nativa vinculada à preservação de uma porcentagem da área total de cada propriedade, passando também a prever a obrigatoriedade da averbação da “reserva legal” na matrícula do imóvel. Essa lei ainda previu expressamente a obrigatoriedade da proteção da vegetação nativa no bioma Cerrado, por meio da reserva legal, situando em 20% da área total da propriedade a demanda de preservação, tal como nas outras regiões do país diversas da Amazônia Legal, onde a determinação da lei era de 50%.

No debate legislativo que culminou na aprovação da Lei n. 7.803/1989, a previsão legal de proteção de 20% da vegetação nativa de todas as propriedades privadas foi objeto de intensa disputa, uma vez que a Comissão de Agricultura havia aprovado o estabelecimento de um patamar inferior de proteção ambiental para as reservas legais do Cerrado, situado em 15%.

Segundo o deputado federal Darcy Deitos (PMDB), a opção por um patamar inferior se justificaria porque “o estabelecimento de um teto máximo para o cerrado, como está no Código Florestal, inviabilizaria a exploração dessas terras”, evocando um discurso que seria de uso recorrente nos debates legislativos sobre a “reserva legal”, a partir de então. Fábio Feldman

²¹ A lei aumentou a metragem das APP nos seguintes termos: de 5m para 30m, nos cursos d’água com menos de 10m de largura; para 50m, nos cursos d’água entre 10m e 50m de largura; para 100m, nos cursos d’água entre 50m e 100m de largura; para 150m, nos cursos d’água entre 100m e 200m; e nos cursos d’água com largura superior a 200m, estabeleceu que teriam APP de metragem equivalente ao da distância entre as margens. Pela regulamentação anterior, cursos d’água com largura entre 10m e 200m teriam APP equivalente à metade da largura do curso d’água e seria de 100m a APP de cursos d’água maiores que 200m de largura.

(PMDB), em sentido oposto, defendeu que a reserva legal seria uma garantia para o próprio agricultor, evitando a erosão do solo e promovendo diversidade ecológica, também fazendo uso de um discurso que se tornaria recorrente na defesa da “reserva legal” (Peres e Brasileiro, 1989).

A Lei n. 8.171/1991, por sua vez, ao estabelecer a política agrícola nacional, previu expressamente em seu artigo 99 que o proprietário rural que não tivesse vegetação nativa em quantidade suficiente para cumprimento da demanda jurídica referente à reserva legal estaria obrigado a “recompor em sua propriedade a Reserva Florestal Legal [...] mediante o plantio, em cada ano, de pelo menos um trinta avos da área total para completar a referida Reserva Florestal Legal”. A obrigação expressa de reflorestamento nos casos em que tivesse havido desmatamento não estava contida na literalidade das disposições do Código Florestal. Sua inserção na lei da política agrícola dizimou eventuais dúvidas sobre a aplicação da legislação florestal nos casos de áreas desmatadas previamente, fortalecendo a base jurídica de proteção ambiental e respaldando a atuação repressiva das instituições executivas.

Outra lei aprovada na década de 1980 com grande relevância para os conflitos relativos à defesa da vegetação nativa foi a chamada “Lei da Ação Civil Pública” (Lei n. 7.347/1985), posteriormente modificada pela Lei n. 8.078/1990 (“Código de Defesa do Consumidor”).

A “Lei de Ação Civil Pública” capacitou uma série de instituições estatais e também organizações sociais para o ajuizamento de ações judiciais relacionadas aos chamados direitos difusos e coletivos, dentre os quais inclui-se o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A lei criou, ainda, o inquérito civil, um procedimento administrativo de titularidade do Ministério Público, inicialmente voltado para a coleta de provas para o posterior ajuizamento da ação civil pública, prevendo expressamente que o Ministério Público teria o poder de requisitar²² a instituições estatais, organizações sociais e a particulares a apresentação de documentos e informações e a realização de perícias técnicas.

O “Código de Defesa do Consumidor”, por sua vez, introduziu na “Lei de Ação Civil Pública” o chamado “compromisso de ajustamento de conduta”, permitindo que as instituições estatais legitimadas para ajuizamento da ação civil pública, dentre as quais o Ministério Público, formulassem acordos com as pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atos supostamente ilícitos, o que dispensaria a necessidade de ajuizamento de ações judiciais.

²² Dispõe o artigo 8º da Lei de Ação Civil Pública: “§ 1º O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias úteis.” e “2º Somente nos casos em que a lei impuser sigilo, poderá ser negada certidão ou informação, hipótese em que a ação poderá ser proposta desacompanhada daqueles documentos, cabendo ao juiz requisitá-los.”

Esse conjunto de mudanças legislativas estabeleceu novas bases institucionais para a inserção do Ministério Público nos conflitos ambientais e para a alocação dessa instituição judicial numa posição privilegiada para defesa da vegetação nativa no Brasil.

Em virtude disso, no *âmbito judicial*, o período de transição política foi marcado pelo crescimento gradativo da inserção das instituições de justiça nos conflitos ambientais, especialmente por meio do ajuizamento de ações civis públicas pelo Ministério Público.

Conforme explica Débora Maciel, a primeira ação civil ajuizada sobre tema ambiental teve como autor o Ministério Público de São Paulo, instituição judicial pioneira nacionalmente na abordagem de conflitos ambientais. Isso ocorreu em 1983, dois anos após o estabelecimento de permissão legal expressa pela Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981) para atuação judicial cível em matéria ambiental (Maciel, 2002, p. 56-60).

A partir de 1985, com a Lei da Ação Civil Pública, o número de ações e sua distribuição geográfica ampliou-se, com a participação ativa de algumas organizações sociais no ajuizamento de ações civis públicas. O Ministério Público de São Paulo manteve, apesar disso, posição de destaque nesse processo de judicialização²³ dos conflitos ambientais, muitas vezes amparado pelo intercâmbio com organizações sociais ambientalistas, que levavam à instituição judicial as demandas, associando-se a ela e legitimando sua atuação.

Segundo Maciel, nesse início de inserção do Ministério Público de São Paulo nos conflitos ambientais, a ação institucional dirigiu-se “à uma abordagem pontual dos conflitos ambientais, desarticuladas de projetos estratégicos de intervenção de natureza preventiva”, num “perfil de atuação profissional mais reigente que agente” (Maciel, 2002, p. 2).

No que tange à *declaração de áreas estatais de proteção da vegetação nativa e de territórios ameríndios*, houve, no período da transição política e ambientalista brasileira, o crescimento significativo dos atos de constituição formal dessas áreas protegidas no Brasil, na comparação com as décadas anteriores. Houve, além disso, a adoção de uma série de *outras ações relevantes de proteção ambiental* pelos governos executivos do período.

²³ O conceito “judicialização” ganhou grande repercussão a partir da discussão internacional promovida por Tate e Vallinder na década de 1990 sobre a expansão global do poder judicial, incorporada no conceito de “judicialização da política”. Judicializar, no contexto dessa reflexão, consistiria em tratar judicialmente, chegar a um julgamento ou decisão, sempre relacionado ao âmbito de atuação das cortes judiciais e juízes. Segundo esses autores, a judicialização da política possuiria dois significados principais: 1) o processo por meio do qual cortes judiciais e juízes se tornariam cada vez mais dominantes na elaboração de políticas anteriormente realizadas por outras agências governamentais, sobretudo nas esferas legislativa e executiva; 2) o processo pelo qual negociações não judiciais e fóruns de decisão viriam a ser dominados por regras e procedimentos legais e “quase-judiciais” (Tate e Vallinder, 1995). No Brasil, um dos introdutores e expoentes da reflexão acadêmica sobre “judicialização” é Werneck Vianna, que junto com colaboradores escreveu importantes obras sobre o tema, dentre as quais o livro “A judicialização da política e das relações sociais no Brasil” (Vianna *et al.*, 2014).

Durante o governo Sarney (1985-1990), foram criados 142.998,92 km² de unidades de conservação²⁴ e foram homologados 143.704,86 km² de terras indígenas²⁵.

Segundo Viola, o governo Sarney foi marcado por uma mudança no tratamento político da temática ambiental, sobretudo em virtude da pressão internacional. Entre os principais atos que caracterizam essa mudança, além da significativa formalização de áreas protegidas, estão a criação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em janeiro de 1989, que, segundo Viola, “implicou uma reforma conceitual-organizacional na definição da problemática ambiental”; o lançamento do “Programa Nossa Natureza”, em abril de 1989, segundo Viola a “primeira peça de doutrina geopolítica para a Amazônia que incorpora o conceito de proteção ambiental”; e a “suspensão temporária dos incentivos fiscais e subsídios para a pecuária e agricultura anual na Amazônia”, também a partir de 1989, ano que marcou a guinada ambientalista de Sarney (Viola, 1996, p. 41-43).

Outra ação executiva importante do Governo Sarney foi a criação do chamado “projeto PRODES”, que tinha por objetivo, segundo um de seus primeiros documentos públicos, “detectar e quantificar a alteração da cobertura florestal da Amazônia Legal”, o que se motivou, segundo o mesmo documento, pela “grande preocupação demonstrada pela comunidade, a nível nacional e internacional, sobre a real situação dos desmatamentos da floresta Amazônica” (INPE, 1989). Evolução de trabalhos técnico-científicos desenvolvidos no INPE desde a década de 1970, a organização de uma fonte constante de produção de dados sobre o desmatamento da Amazônia teve como um de seus motivadores contextuais, no final da década de 1980, a demanda de contestação dos dados apresentados pelo Banco Mundial (Barreto, 2010, p. 5), que estimava o desmatamento em patamar superior ao que foi evidenciado existente pelo INPE.

Durante o governo Collor (1991-1992), por sua vez, foram criados 4.520 km² de unidades de conservação e foram homologados 264.052,19 km² de terras indígenas.

A política ambiental do governo Collor foi marcada pela intensificação do esforço de projeção internacional do Brasil por meio das ações ambientais, sobretudo em virtude da participação brasileira na “Eco-92”, marcada por essa tendência. Destaca-se entre suas ações, também, a nomeação de José Lutzenberger, mais importante liderança social do ambientalismo

²⁴ Os dados referentes à criação de unidades de conservação nos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, citados nessa página e na seguinte, são do Instituto Socioambiental, extraídos do sítio eletrônico <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#historico>>, acesso em 11 de julho de 2019.

²⁵ Os dados referentes à homologação presidencial da demarcação de terras indígenas nos governos Sarney, Collor e Itamar Franco, citados nessa página e na seguinte, são do Instituto Socioambiental, extraídos do sítio eletrônico <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-pior-desempenho-em-demarcacoes-desde-1985-temer-tem-quatro-terras-indigenas-para-homologar>>, acesso em 3 de julho de 2019.

brasileiro na década de 1970, para a então Secretaria Especial do Meio Ambiente, em 1990, e a homologação da demarcação das terras indígenas do povo Yanomami, em 1991.

Durante o governo Itamar Franco (1992-1994), por fim, foram criados apenas 146,4 km² de unidades de conservação e foram homologados 54.324,37 km² de terras indígenas.

Entre os destaques da política ambiental de Franco esteve a criação formal do “Ministério do Meio Ambiente”, por meio da Lei n. 8.490/1992, elevando à condição de Ministério a antiga Secretaria Especial e nivelando a temática ambiental com outras temáticas fundamentais da estruturação executiva estatal, no que tange ao aspecto organizacional e simbólico. Durante o governo de Itamar Franco houve, também, a reestruturação desse Ministério com a modificação do seu nome, por meio da Lei n. 8.746/1993, quando passou a ser chamado de “Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal”, enfatizando o caráter prioritário que a proteção da região amazônica tinha, no contexto da organização da burocracia ambiental brasileira, em virtude, principalmente, das pressões internacionais.

Ainda no que diz respeito à criação de áreas protegidas no Brasil, também é importante destacar que houve, a partir de 1985, o engajamento das unidades federativas estaduais nesse processo. Veríssimo e outros autores anotam que, entre 1990 e 1994, “houve um aumento expressivo na criação de Unidades de Conservação estaduais”, o que ocorreu “especialmente em Rondônia, graças às exigências do Polonoroeste e do Planaflores, dois programas de desenvolvimento sustentável financiados pelo Banco Mundial”, que condicionou a aprovação dos projetos a “um forte caráter ambiental” em sua estruturação, impondo um conjunto de condicionantes (Veríssimo et al., 2011, p. 22). Num contexto de mudanças da orientação política dos financiamentos internacionais, no sentido de incorporar a dimensão ambiental nas condicionantes, e num contexto de ampliação da força política dos estados enquanto unidades federativas do Brasil, o engajamento destes nas ações de proteção ambiental foi intensificado.

Contudo, a formalização de áreas protegidas pelas instituições estatais federais e pelas instituições estatais estaduais e municipais durante a transição política não foi acompanhada de suficiente estruturação administrativa. A precariedade estrutural manteve-se majoritariamente presente nas áreas estatais de proteção ambiental, uma vez que não foram instalados recursos materiais e humanos suficientes para a efetiva proteção das áreas.

No que tange à *atuação repressiva das instituições executivas ambientais*, o período da transição política e ambientalista brasileira marcou o início de um enfrentamento um pouco mais expressivo das irregularidades ambientais, com o crescimento do número de autuações ambientais destinadas à proteção da vegetação nativa.

As instituições executivas federais realizaram o maior número de autuações ambientais no território nacional em 1990: foram 3.941 as ações do Ibama, 144 delas na Amazônia Legal (3,65% do total). Em 1985, sob a organização administrativa do IBDF, apenas 740 autuações ambientais haviam sido realizadas, 16 na Amazônia Legal (2,16% do total de autuações ambientais no Brasil).²⁶ Também houve, nesse período, uma intensificação da associação entre o Ibama e as instituições executivas dos estados da Amazônia Legal, especialmente as polícias militares. Segundo Fernando Mesquita, presidente do Ibama de 1989 a 1990, foram constituídos “batalhões florestais” formados por “soldados da Polícia Militar e mais de mil homens do Ibama”, em operações envolvendo “cerca de 250 veículos e barcos dotados de equipamentos especiais e mais cinco helicópteros” (CB, 24/1/1990, ISA).²⁷

Em alguns estados da federação, sobretudo na região Sudeste e Sul, também foram criadas e estruturadas instituições executivas com atuação ambiental e um trabalho de efetivação da legislação de proteção à vegetação nativa foi fortalecido, durante a década de 1980 e o início dos anos 1990. Por meio da atuação dessas instituições executivas ambientais de âmbito estadual houve um impulso sistemático de pressão contra os proprietários rurais para verificação do cumprimento da legislação florestal, vigente desde a década de 1930 no Brasil, no que tange às áreas privadas de proteção da vegetação nativa.

Um dos exemplos mais importantes dessa institucionalização ocorreu em São Paulo, com a criação, em 1986, do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (*DEPRN*), por meio do Decreto SP n. 24.715/1986.

Subordinado à Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, o *DEPRN* passou a ser, a partir de sua constituição, “o órgão responsável pelo controle e orientação geral dos estudos e atividades relacionadas com a fiscalização do uso e da exploração dos recursos naturais do Estado de São Paulo” (art. 3º). Um dos seus objetivos, nesse sentido, era “zelar pela observância de todas as medidas disciplinadoras e restritivas de uso e de exploração dos recursos naturais, contidas nos Códigos Florestal, Caça, Pesca e legislação de proteção ambiental, assim como controlar a aplicação das mesmas” (art. 11, IV), encabeçando um trabalho de efetivação do Código Florestal no estado.

²⁶ Os dados foram extraídos do banco de informações disponibilizado pelo Ibama no endereço eletrônico <<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>>, consulta em datas variadas, durante o ano de 2018.

²⁷ Essas ações foram realizadas em decorrência da criação do Sistema Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo), por meio do Decreto n. 97.635/1989, sob coordenação do Ibama.

VEGETAÇÃO NATIVA BRASILEIRA DURANTE A TRANSIÇÃO AMBIENTALISTA

Essa miríade de ações que constitui a transição ambientalista brasileira do período 1985-1995 foi responsável, ainda que parcialmente, pelos primeiros impulsos de modificação da dinâmica de interação sociedade-natureza vigente no país, percebidos em alguns locais do Brasil no mesmo período. Embora embrionários e sem um grau de abrangência territorial ou temporal que permita considera-los como uma mudança politicamente constituída da ordem econômica nacional, esses impulsos representaram centelhas de ambientalização produtiva num país caracterizado pela vasta historicidade dos processos de devastação da natureza.

Um dos locais em que é possível se assinalar, pelos dados disponíveis, a ocorrência desse impulso inicial de modificação da dinâmica de interação sociedade-natureza durante o período da transição ambientalista brasileira é o bioma Mata Atlântica.

Nesse bioma houve, segundo dados do “Atlas da Mata Atlântica”, a diminuição de 6,7% do ritmo anual de devastação dos ecossistemas de vegetação nativa entre o período 1986-1990, no qual houve a eliminação de 1.072,96 km² por ano, e o período 1991-1995, no qual houve a eliminação de 1.000,63 km² de vegetação nativa por ano.

No mesmo bioma foi constatada, no início da década de 1990, ainda segundo o “Atlas da Mata Atlântica”, a ocorrência de regeneração natural de pequenas áreas desmatadas de seus ecossistemas típicos em diversos estados federativos, com o refazimento da ocupação da terra com vegetação heterogênea nativa nesses locais.

A devastação ambiental manteve-se como a tendência hegemônica do período em todos os estados da Mata Atlântica, uma vez que o desmatamento constatado foi bastante superior à regeneração natural identificada, nesse período.²⁸

Além disso, a situação de degradação ambiental do bioma encontrava-se imensamente avançada, no início da década de 1990, quando foi verificada a “redução da cobertura florestal para índices inferiores a 10% de sua área original” (Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, 1993, p. 7).

²⁸ Em São Paulo, por exemplo, houve entre 1985 e 1990 o desmatamento de 629,74 km² de vegetação nativa (remanescentes florestais, restinga e mangue) e a regeneração de 5,63 km². Restava no estado, em 1990, 19.226,14 km² de sua vegetação original (7,95% da área total de SP). No Rio de Janeiro, restava, em 1990, 9.291,40 km² de vegetação nativa (21,74% da área total do estado), tendo havido, entre 1985 e 1990, o desmatamento de 317,52 km² e a regeneração de 27,98 km². No Paraná, restavam 16.205,40 km² em 1990 (8,34% da área total do estado), com o desmatamento de 1.451,40 km² entre 1985 e 1990 e a regeneração de 5,22 km². Em Santa Catarina, restavam 16.238,69 km² em 1990 (17,29% da área total de SC). O desmatamento foi de 1.012,01 km² entre 1985 e 1990, sem regeneração detectada. No Espírito Santo, por fim, o desmatamento entre 1985 e 1990 foi de 205,58 km², com regeneração de 4,19 km². Havia, ali, em 1990, 4.262,48 km² de vegetação nativa (9,27% da área total do estado). Os dados são do “Atlas da Mata Atlântica”, elaborado pelo INPE e pela organização SOS Mata Atlântica.

Mas, se a escalada da devastação produtivista prosseguia num bioma irrecuperavelmente degradado, o seu ritmo diminuiu durante o período da transição ambientalista brasileira, em relação às décadas anteriores da história nacional, e a recomposição de áreas, ainda que numericamente pouco significativa nesse momento inicial, passou a ser percebida pelo sensoriamento remoto. Houve, portanto, uma pequena mudança na relação sociedade-natureza materializada nesse bioma, nesse período.

Essa mudança vincula-se às alterações estruturais da dinâmica de relações sociopolíticas brasileiras, ocorrida durante a transição ambientalista do período. Concentrando a maior parte da população brasileira, o bioma Mata Atlântica concentrou historicamente, também, a maior parte das organizações ambientalistas nacionais, sendo foco prioritário da reivindicação política nacional pela proteção da vegetação nativa desde a década de 1930. No período da transição política, as manifestações sociais locais e a divulgação midiática de notícias e de informações sobre a destruição ambiental dos remanescentes florestais existentes ampliaram-se, como evidencia a própria criação do “Atlas da Mata Atlântica”, a partir de 1990, pela organização social SOS Mata Atlântica, protagonista da defesa política desse bioma e fundada em 1986.

As ações estatais de repressão ao desmatamento da Mata Atlântica, do mesmo modo, cresceram durante o período da transição ambientalista, em relação aos períodos anteriores da história nacional, tendo havido a criação de instituições executivas ambientais especificamente voltadas à proteção da vegetação nativa em inúmeros estados do bioma. Em São Paulo, por exemplo, conforme já exposto, o DEPRN foi instituído com essa finalidade em 1986, ocorrendo o mesmo tipo de estruturação administrativa em outras unidades federativas.

No mesmo sentido, a judicialização dos conflitos ambientais visando a defesa dos remanescentes florestais da Mata Atlântica passou a existir no bioma durante a transição ambientalista, como evidencia o já citado exemplo do Ministério Público de São Paulo.

Essa efervescência social e estatal na defesa dos ecossistemas situados na Mata Atlântica contribuiu para a diminuição do ritmo anual de predação da natureza e para a ocorrência de regeneração natural de áreas desmatadas.

Fatores econômicos também foram decisivos para a ocorrência desses processos. O fraco interesse na exploração agropecuária dos remanescentes florestais existentes na Mata Atlântica, em geral situados em áreas de mais difícil acesso e péssima topografia, e a recessão vivenciada no Brasil durante a década de 1980 são dois desses fatores. Contudo, esse fato não representa novidade em relação à multicentenária tendência de devastação dos ecossistemas nativos da Mata Atlântica, que historicamente oscilou em conformidade com as influências especificamente econômicas.

A novidade, no período da transição ambientalista brasileira, foi o surgimento de uma intervenção ambientalista em defesa da vegetação nativa com algum grau de efetividade, constituída por ações sociais e estatais. Ainda não suficientemente forte para imprimir uma queda substantiva do patamar de devastação anual dos ecossistemas nativos do bioma Mata Atlântica e ainda não suficientemente forte para poder ser referida como causa principal das alterações da dinâmica de relação sociedade-natureza constatadas, a intervenção ambientalista em defesa dos ecossistemas de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica existiu durante a transição política brasileira e contribuiu para as mudanças materializadas no período.

No bioma Amazônia, a intensificação da devastação produtivista foi a tendência de interação sociedade-natureza mais expressiva do período 1985-1995.

Nessa região do país, onde a acentuação do ataque aos ecossistemas de vegetação nativa iniciou-se na década de 1970, atingiu-se, entre 1978 e 1988, o ápice do desmatamento, até então, com média de 21.130 km² eliminados por ano, segundo os dados do PRODES/INPE (INPE e Ibama, [s.d.]). A evolução tecnológica havia permitido, na década de 1980, a ampliação da eficiência da devastação florestal, com a incorporação de uma série de técnicas e de produtos aos processos de ataque à vegetação nativa, ampliando a potência de predação da natureza.²⁹

Com isso, em agosto de 1994, segundo dados do PRODES/INPE, 469.978 km² de florestas já haviam sido eliminadas do bioma, o equivalente a 9,57% de sua extensão total. Em 1983, era de 159.373,58 km² (3,2%) o saldo da devastação, o que evidencia a intensidade da devastação ocorrida nesse bioma, durante a transição política.³⁰

Mas, mesmo na Amazônia, houve diminuição do ritmo de predação da natureza durante alguns anos do período da transição política, especificamente entre 1988 e 1991, quando a devastação amazônica teve o cômputo anual mais baixo registrado, até então, com a eliminação de 11.030 km² de vegetação nativa. Após essa queda, o desmatamento voltou a subir no bioma, com média de 14.896 km² de vegetação nativa eliminados por ano entre 1992 e 1994.

A despeito da inconsistência da diminuição da predação ambiental na Amazônia, uma vez que houve aumento do ritmo anual de desmatamento após a diminuição ocorrida entre 1988

²⁹ O livro de Augusto Tesla, de 1983, intitulado “Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas”, analisa as técnicas e produtos utilizados para a devastação florestal no período, que incluem desde práticas seculares, como o uso do fogo, até o uso de equipamentos tecnológicos, como tratores importados (Testa, 1983).

³⁰ Tal devastação estava distribuída diversamente entre os estados amazônicos. Em agosto de 1994, no Pará, ela havia atingido 160.355 km² (12,84% da área total do estado). No Mato Grosso: 103.614 km² (11,46% da área estadual). No Maranhão: 95.979 km² (28,91%). Em Rondônia: 42.055 km² (17,7%). No Amazonas: 24.739 km² (1,57% da área do estado). Em Tocantins: 24.475 km² (8,8%). No Acre, 12.064 km² (7,9%), enquanto em Roraima e Amapá, respectivamente 4.961 km² (2,2%) e 1.736 km² (1,2%) (INPE e Ibama, [s.d.]).

e 1991, a queda do patamar de devastação anual promovida nesse período foi significativa, com diminuição de 47,6% do ritmo anual de desflorestamento nesses anos.

Alçada ao centro do interesse internacional pelos acontecimentos da década de 1980, a Amazônia, floresta mais biodiversa do planeta, foi objeto, sobretudo a partir de 1989, do direcionamento de ações estatais específicas que contribuíram para a diminuição da área anual desmatada, especialmente a suspensão de incentivos fiscais para empreendimentos agropecuários, a ampliação das atuações ambientais repressivas pelo Ibama e a demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação no bioma.

Fatores econômicos, tais como a recessão do período, que teria estimulado uma redução no preço de venda do rebanho bovino (Barreto e Silva, 2010, p. 6) e afetado, assim, o interesse na ampliação da área ocupada com bovinocultura por potenciais devastadores, desempenharam o papel mais importante para essa queda do desmatamento.³¹

Ainda assim, a ocorrência de uma intervenção ambientalista com algum grau de efetividade, concretizada por ações sociais e estatais, é o dado diferenciador desse período da história nacional em relação aos períodos anteriores, também no que tange ao bioma Amazônia.

No Cerrado, segundo os dados do projeto MapBiomas³², também houve diminuição da devastação ambiental nesse período, numa oscilação de 11,1% na supressão da vegetação nativa primária entre 1990 (desmatamento anual de 23.631 km²) e 1995 (desmatamento anual de 20.997 km²). Apesar disso, os índices mantinham extremamente elevados, sendo esse o bioma brasileiro mais afetado pela depredação florestal durante esses anos.

Na Caatinga, a redução da devastação da vegetação primária foi mais expressiva entre 1990 e 1995, na faixa de 44%, segundo os dados do MapBiomas. Enquanto em 1990 foram eliminados 9.655 km² de vegetação nativa, em 1995 a devastação atingiu 5.402 km².

No Pampa, a redução do desmatamento foi de 36% entre 1990, quando foram eliminados 2.396 km² de vegetação primária, e 1995, quando a eliminação foi de 1.532 km².

No Pantanal, por fim, houve redução do desmatamento de vegetação nativa primária de 2,7% entre 1990 e 1995, baixando de 1.276 km² para 999 km².

³¹ Para Fearnside, “a recessão econômica é a melhor explicação para a queda dos índices do desmatamento de 1987 até 1991”, uma vez que os “fazendeiros não tinham capacidade de expandir suas áreas tão rapidamente e o governo não tinha recursos para a construção de rodovias e para projetos de assentamento”. Ainda segundo ele, o “impacto das medidas de repressão (p. ex., patrulhamento com helicópteros, confisco de motosserras, multas) foi, provavelmente, menor”. (Fearnside, 2020, p. 9-10)

³² Trata-se da versão 4.1 do projeto. Dados disponíveis em <<http://mapbiomas.org>>, com acesso em 28/8/2020.

Num comparativo global, o Brasil iniciou a década de 1990 ostentando as duas posições que mantém até hoje, no que tange aos ecossistemas nativos: *campeão mundial de desmatamento*³³ e *segundo colocado na comparação quantitativa de áreas florestais nacionais*.

A posição de *campeão mundial do desmatamento* vincula-se à *manutenção*, no início da década de 1990, da *tendência de ataque à vegetação nativa nacional para expansão da fronteira agropecuária*, presente no país desde a colonização.

A posição de *segunda maior área florestal do mundo* resulta, por sua vez, do próprio processo histórico de ocupação do território brasileiro, marcado pela *manutenção de modos de vida promotores da preservação e dos usos não degradantes da terra em vastas áreas do país*, em terras ocupadas pelos *povos ameríndios* e pelas *populações tradicionais*.

Durante a transição política brasileira, o padrão de desenvolvimento hegemônico passou a estar em disputa mais acirrada, com a proteção da vegetação nativa sendo efetivamente inscrita na agenda desses conflitos, de modo a impulsionar as possibilidades de êxito da defesa dos ecossistemas. No contexto da democratização brasileira e da globalização, marcados pela consolidação política do desenvolvimento sustentável como ideário hegemônico no ambientalismo e pela reconstrução das instituições estatais e sociais brasileiras, *as lutas em defesa da vegetação nativa, em seus diversos tipos, foram impulsionadas, espalhando-se por todos os biomas nacionais e ocupando as capitais e os sertões do país*.

As *lutas por áreas estatais de proteção da vegetação nativa*, prioridade histórica da mobilização ambientalista brasileira, tiveram aumento expressivo, particularmente no governo Sarney, auge da declaração de áreas protegidas no Brasil, até então. As *lutas pelas terras indígenas, áreas ameríndias de proteção da vegetação nativa*, também foram impulsionadas, particularmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, que redefiniu o status jurídico do direito dos povos indígenas. As *lutas por áreas privadas de proteção ambiental*, previstas no Código Florestal desde sua primeira versão, ganharam materialização política, com o início dos esforços de efetivação da legislação, enquanto as *lutas por áreas comunitárias de proteção ambiental* surgiram como demandas políticas específicas, materializadas durante a transição política por meio da mobilização dos seringueiros pelas reservas extrativistas.

As regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA permitem compreender de modo particularizado as singularidades locais da defesa da vegetação nativa durante a transição

³³ Refiro-me, aqui, ao desmatamento em área, em termos absolutos, segundo dados da FAO. Relativamente à área total de florestas, existe uma série de outras sociedades nacionais com desmatamento mais significativo do que o brasileiro, nesse período, a exemplo da própria Indonésia, que eliminou, no período 1990-1994, vegetação nativa de um território equivalente a 6,9% da sua área florestal total restante em 1994, enquanto, no mesmo período, o Brasil eliminou 1,89% da área florestal total restante em 1994, segundo os dados da FAO.

política brasileira, de modo a contribuir na percepção sobre as diferenças entre os conflitos ambientais e a as dinâmicas de interação sociedade-natureza nos diferentes biomas nacionais. Os exemplos locais de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA permitem, também, entender como a transição ambientalista se materializou diferentemente no país.

Em Ribeirão Preto-SP, vivenciou-se, no período, o início dos enfrentamentos pela efetivação da legislação florestal, no que tange às áreas privadas de proteção da vegetação nativa. Esses enfrentamentos foram protagonizados por associações entre organizações ambientalistas, instituições executivas ambientais estaduais e o Ministério Público de SP.

Em São Félix do Xingu-PA, vivenciou-se a demarcação das primeiras terras indígenas no município, consequência do prosseguimento das lutas ameríndias, que adotaram a retórica ambientalista na década de 1980. Houve nesse município, também, o início da devastação ambiental para implantação de áreas de produção agropecuária, evidenciando o caráter desigual do desenvolvimento brasileiro, também no que tange à transição ambientalista.

REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP: LUTAS POR ÁREAS PRIVADAS DE PROTEÇÃO

Durante a década de 1980 houve, na região de Ribeirão Preto-SP, a declaração de algumas áreas estatais de proteção da vegetação nativa, tal como já havia ocorrido em momentos anteriores da história regional. Nesse sentido, em 1985, foi criada a Estação Ecológica de Santa Maria (Decreto SP n. 23.792/1985), inicialmente com 1,13 km², em uma área desmembrada de uma fazenda estatal de monocultura florestal no município de São Simão-SP. Em 1989, foi criado o Parque Estadual das Furnas do Bom Jesus, com 14,04 km², no município de Pedregulho-SP, numa área de “canyons” (Decreto SP n. 30.591/1989).

Embora importantes do ponto de vista da conservação de fragmentos típicos dos ecossistemas regionais, essas áreas estatais de proteção ocupavam uma parcela muito pouco significativa, do ponto de vista quantitativo, do território regional.

Um potencial muito mais abrangente de proteção da vegetação nativa regional encontrava-se associado à preservação das áreas privadas de proteção ambiental, previstas na legislação florestal por meio dos institutos da reserva legal (RL) e das áreas de preservação permanente (APP), uma vez que a região encontrava-se amplamente ocupada por propriedades privadas, sem a presença de territórios ameríndios e com pouquíssimas terras públicas.³⁴

³⁴ A grande importância das áreas privadas de proteção ambiental para preservação dos remanescentes florísticos da região foi ressaltada por um outro dado do trabalho do Instituto Florestal, que indicou que a maior parte do número de fragmentos típicos de Cerrado, equivalentes a 79,2% da área total de remanescentes regionais,

Em vista disso, a tendência regional mais importante do período, no que tange à defesa da vegetação nativa, foi o *início dos enfrentamentos pela efetivação das previsões normativas contidas no Código Florestal sobre proteção ambiental em terras privadas*. Esses enfrentamentos foram possibilitados por um conjunto de modificações estruturais da sociedade brasileira vivenciados no período e materializados, também, na região de Ribeirão Preto-SP.

Uma das mais importantes modificações foi a *ampliação significativa do número de organizações ambientalistas existentes* e, no contexto da democratização, o aumento da abertura para sua atuação política. Segundo os dados da primeira versão da “Ecolista”, o Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas (Pizzi, 1992), foram identificados na região, em 1992, 33 organizações não governamentais com atuação ambiental, em inúmeros municípios: Barretos, Barrinha, Batatais, Cajuru, Casa Branca, Franca, Guará, Ituverava, Jaboticabal, Jardinópolis, Orlândia, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, São Carlos e Serrana. Ribeirão Preto, com 7, Franca e São Carlos, com 5 cada, eram as cidades com maior número de organizações não governamentais ambientalistas identificadas pela “Ecolista”.

Outra modificação estrutural importante foi a *constituição de uma instituição administrativa ambiental especializada*, com recursos humanos e físicos que a habilitaram a uma atuação específica na defesa da vegetação nativa. Isso ocorreu com a criação, em 1986, do *Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN)*, estruturado com 21 equipes técnicas espalhadas por todo o território de São Paulo, além de outros órgãos.

Com o DEPRN passou a existir uma instituição executiva ambiental não policial com corpo técnico especializado e incidência efetiva em todas as regiões do estado. Na microrregião de Ribeirão Preto-SP, a chefia do DEPRN ficou sob responsabilidade de Marcelo Martirani, protagonista da estruturação da atuação executiva ambiental a nível local.

Eram duas as atribuições principais do DEPRN em relação ao tema da vegetação nativa: conceder as autorizações para intervenção em vegetação situada em terras privadas (desmatamento, usos degradantes, etc.); e fiscalizar o cumprimento da legislação florestal, mediante verificação de existência nas propriedades privadas de APP e RL.

A atuação do DEPRN em matéria de verificação do cumprimento da legislação florestal ocorria tanto de forma autônoma, fiscalizando diretamente áreas degradadas, quanto no apoio técnico à Polícia Florestal, instituição executiva existente no estado há algumas décadas, mas que teve melhor estruturação na região de Ribeirão Preto-SP durante a década de 1980.

encontram-se em áreas pequenas, inferiores a 0,3 km². A região de Ribeirão Preto-SP destacava-se, ainda, no início da década de 1990, como a região que continha o maior número de áreas típicas de Cerrado no estado, com 31,9% do total estadual, 759,9 km² (Kronka, Nalon e Matsukuma, 1998).

Constatado o descumprimento da legislação ambiental, o proprietário do imóvel rural era autuado (multado) pelo DEPRN e a regularização ambiental do imóvel passava a ser exigida.

A atuação conjunta das instituições executivas ambientais, DEPRN e Polícia Florestal, permitiu dinamizar e qualificar a fiscalização, uma vez que associava a estrutura material e simbólica da Polícia, que tinha recursos humanos em maior quantidade, com a base técnica do DEPRN, que possuía equipe especializada na caracterização de danos ambientais.

A situação de *significativa regularidade fundiária* existente na região, onde as propriedades privadas encontravam-se, em geral, formalizadas e registradas do ponto de vista jurídico, tornava possível a identificação dos proprietários das terras em que a irregularidade ambiental fosse constatada, permitindo a atuação das instituições executivas.

Em regra, as informações sobre degradação ambiental que embasavam a atuação das instituições executivas provinham diretamente da população, por meio de “denúncias anônimas”. Por essa razão, nos municípios onde havia organizações ambientalistas atuantes na temática da proteção da vegetação nativa ou cidadãos voluntariosos, a atuação das instituições executivas ambientais era mais constante. As organizações ambientalistas, ademais, deram importante suporte político para as instituições executivas, legitimando-as no enfrentamento político que elas inauguraram na região. Segundo Marcelo Martirani (DEPRN):

A gente teve muita dificuldade, desde o início, em convencer o cumprimento da legislação, porque o DEPRN era um órgão praticamente sozinho, não tinha mais ninguém... [...] [Nesse início,] as organizações de defesa ambiental não governamentais começaram a fazer um trabalho muito importante, que foi a modificação desse pensamento que eu estava te falando [de desmatamento para ampliação da área agrícola], e a pressão junto aos órgãos existentes do governo, na modificação dessa visão de meio ambiente. [...] As ONG tiveram um papel importantíssimo por meio do apoio aos órgãos estatais. Tínhamos mais apoio das ONG do que do próprio corpo diretivo dessas instituições que deveriam proteger o meio ambiente... (entrevista, 2017)

Com apoio das organizações ambientalistas e em articulação com a Polícia Florestal, o DEPRN encabeçou um primeiro esforço de atuação estatal em relação ao tema da proteção da vegetação nativa em propriedades privadas na região de Ribeirão Preto-SP na segunda metade da década de 1980. Ainda incipiente, esse esforço estava condicionado à disposição pessoal dos agentes estatais e à iniciativa popular de informar a ocorrência de desmatamento. Não havia, nessa época, recursos tecnológicos para uma atuação preventiva ou para um controle sistemático da intervenção humana nos ecossistemas regionais.

A divulgação jornalística das iniciativas de repressão ambiental das instituições executivas cumpriu um papel importante de informação sobre a existência da legislação

florestal e sobre a existência de instituições estatais que passaram, na década de 1980, a trabalhar para a imposição da preservação das áreas privadas de proteção da vegetação nativa, contribuindo no movimento de politização da defesa da vegetação nativa na região.

A atuação ambientalista não foi aceita passivamente pela maioria do empresariado rural da região de Ribeirão Preto-SP, que, em geral, externou, desde o início, antagonismo em relação às exigências de proteção ambiental, uma vez que elas implicavam no que eles consideravam como “perda de área produtiva”, contrariando seus interesses de uso das propriedades.

No final da década de 1980 e no início da década de 1990, o setor canavieiro, regionalmente dominante em termos de ocupação do território, enfrentava um momento econômico difícil e um cenário de instabilidade política, tendo em vista o fim do Pró-Alcool e da dinâmica de intervenção estatal que caracterizou a constituição do setor no Brasil desde a década de 1930 (Ramos, 2016). Nessa conjuntura, o antagonismo dos empresários rurais da região à demanda ambientalista de efetivação da legislação florestal se fortaleceu, uma vez que ela implicava na mudança da estrutura de produção e no aumento dos custos.

O antagonismo foi mais evidente quanto à RL, pois ela implicava na destinação de 20% da área total da propriedade para a ocupação com vegetação nativa. Mas, ele existia também em relação às APP, embora em menor grau, dada sua menor ocupação territorial.

Paralelamente a esse setor majoritário do empresariado rural regional que, desde o início da atuação das instituições executivas ambientais, opôs-se à regularização ambiental, também houve na região, proprietários rurais que demonstraram disposição e interesse em adequar suas propriedades às regras sobre APP e RL e, até mesmo, proprietários que conheciam a legislação e, autonomamente, já haviam iniciado ações de proteção ambiental em suas terras. Existia, assim, um grupo mais ambientalizado no empresariado rural regional.

No início da década de 1990, os conflitos ambientais em defesa da vegetação nativa na região de Ribeirão Preto-SP foram fortalecidos pela introdução de um novo ator nas disputas, o *Ministério Público*, que passou a ser acionado pelas instituições executivas e pelas organizações sociais, iniciando sua atuação regional em relação ao tema.

O entrelaçamento entre DEPRN e Ministério Público foi fundamental para a atuação ambiental repressiva por fornecer um importante reforço político à atuação da instituição executiva e por fortalecer a legitimidade simbólica das demandas ambientalistas, tendo em vista o grande prestígio que essa instituição judicial possui no Brasil.

Embora, em 1989, o DEPRN tivesse sido desvinculado da Secretaria de Agricultura e Abastecimento e vinculado à Secretaria do Meio Ambiente por meio do Decreto Estadual n. 30.555/1989 e tivesse, assim, diminuído a ingerência direta do empresariado rural no trabalho

dessa instituição executiva ambiental, as pressões políticas contra os funcionários públicos da instituição mantinham-se presentes, especialmente nos territórios que concentravam a elite do empresariado rural do estado, caso de Ribeirão Preto-SP.³⁵

Desse modo, a associação com o Ministério Público blindava, em certa medida, o corpo técnico do DEPRN, ao projetar a demanda de regularização ambiental no âmbito judicial, fora do alcance das cúpulas administrativas estaduais, tendo em vista a autonomia do Ministério Público em relação ao Executivo. Segundo Victor Ferreira, ex-diretor regional do DEPRN:

O mais difícil, em relação aos proprietários rurais, para nós do DEPRN, foi o início, para te falar a verdade, porque o Ministério Público ainda não estava muito atuante. Então, a gente era extremamente pressionado. Havia pressões políticas muito fortes. O sujeito corria lá em São Paulo, no secretário do meio ambiente. Ele corria lá no governador. Ele falava com o deputado daqui, o deputado daqui levava ele, ou ia diretamente ele ao governador ou ao secretário e pedia para liberar a área dele, porque, imagina, “ele estava sendo perseguido pela fiscalização ambiental daqui”, e eu era crucificado... [...] A partir de quando o Ministério Público começou a entrar mais pesado, ficou mais fácil para nós. Por quê? Porque o cara vinha com pressão política, eu falava: “olha, não está mais na minha mão, está na mão do Ministério Público”. Pronto, acabou, não tinha como reverter mais... Aí a pressão dos proprietários diminuiu, também, em cima de nós, porque sabiam que não adiantava, sabiam que tinha que passar por um obstáculo maior, que era o Ministério Público. Sabiam que não adiantava, vamos dizer assim, pressionar politicamente o DEPRN. Então, o Ministério Público foi fundamental nesse outro aspecto, o aspecto político. (entrevista, 2018)

No que tange à aproximação entre as organizações ambientalistas e o Ministério Público, diferentes dinâmicas de associação ocorreram em diferentes municípios da região, com destaque, no início da década de 1990, para uma associação conflitiva entre Ministério Público e organizações ambientalistas no município de Ribeirão Preto-SP e uma associação compositiva entre Ministério Público e organizações sociais em Sertãozinho-SP.

No município de Ribeirão Preto-SP, foi formada na década de 1980 a organização ambientalista considerada regionalmente mais atuante, a Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil (Verri Filho, 1993, p. 87), que possuía entre suas principais lideranças Manoel Tavares, Simone Kandratavicius, Cláudia Perencin e Marcelo Pereira. Embora o foco prioritário de atuação da entidade fosse a luta pela eliminação da queima da cana-de-açúcar, ela também trabalhou, desde sua criação, com a temática da defesa da vegetação nativa, protagonizando mobilizações sociais e articulando-se com as instituições estatais com atuação ambiental.

³⁵ Em virtude da estabilidade no serviço público e do conjunto de garantias trabalhistas inscritas na legislação, a pressão não gerava, em regra, demissão do servidor, incidindo mais diretamente sobre os cargos de chefia, politicamente indicados, de modo a não ser incomum a exoneração de servidores dos cargos de chefia.

No que diz respeito à articulação com os representantes do Ministério Público responsáveis pela atuação no município de Ribeirão Preto-SP, um líder da organização afirmou:

A relação com o MP [Ministério Público] era na base da pressão. Eles até ajuizavam as ações, mas era sob pressão. O próprio promotor falava: ‘Como é que eu vou entrar com as ações contra os meus amigos?’ Quer dizer, o próprio promotor falava uma coisa dessas, ‘meus amigos’ [em relação aos proprietários rurais]. Mas ele ajuizava as ações... [...] [Numa questão específica, envolvendo um problema ambiental no local onde seria construído o Fórum Judicial do município], a gente falou que ele teria que entrar com a ação e ele ficou muito nervoso, até ameaçou chamar a polícia contra a gente! Mas, depois, ele ajuizou a ação... (entrevista, 2017)

No mesmo sentido, o relato de um promotor de justiça atuante no município no período:

Nós precisávamos, de certa forma, atender a essas, entre aspas, pressões da sociedade [em relação à demanda das organizações ambientalistas]. [...] Eles eram muito atuantes e, às vezes, chegavam até a ser agressivos em relação a gente... [...] Eles pressionavam demais, fazíamos muitas reuniões. E quando chegava em debates que envolviam os produtores rurais, eles eram, de certa forma, agressivos. Quando ia ter algum corte de árvores no município, eles se organizavam, subiam na árvore para impedir o corte. Hoje, quase não se ouve falar, mas eles eram muito atuantes nessa fase do início, em que houve alguns choques, alguns descontroles. [...] Eu tive alguns problemas com esse pessoal, embora sempre tenha sido muito respeitoso para com eles e eles comigo. [...] Porque eu, às vezes, era um pouquinho conciliador, e eles não aceitavam... [...] Enfim, de qualquer maneira, o trabalho deles deve ser reconhecido. Contribuíram muito para que as coisas melhorassem. Mas, sempre, com bastante luta... (entrevista, 2017)

Nesse contexto de associação conflitiva com as organizações ambientalistas se deu o início do trabalho do Ministério Público de São Paulo na defesa da vegetação nativa do município de Ribeirão Preto-SP. O conflito relacionava-se a um entendimento diverso sobre fins e meios da atuação repressiva ambiental, com o esforço permanente das organizações ambientalistas em pautar o Ministério Público no sentido de uma atuação mais contundente na defesa da vegetação nativa. A associação, por sua vez, era vista como necessária do ponto de vista das organizações, porque o Ministério Público possuía os instrumentos materiais e simbólicos para uma atuação efetiva na repressão ambiental, e vista como importante pelo Ministério Público, por impulsiona-lo a agir, a despeito dos conflitos que gerava.

A primeira ação judicial ajuizada sobre a temática nesse município foi a de número 273/93, na 3ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto-SP, em relação à Fazenda da Barra. Na década de 1980, a proprietária desse imóvel rural, Fundação de Assistência Social Sinhá Junqueira, havia averbado a RL do imóvel, formalizando a destinação de 3,58 km² de área para

ocupação com vegetação nativa. A averbação foi feita no contexto de uma solicitação de desmatamento de outros 1,26 km² da propriedade.³⁶ Do total de área formalizado como RL, foram desmatados 2,35 km², que passaram a ser utilizados para plantio de cana-de-açúcar por um arrendatário do imóvel. O desmatamento foi informado ao DEPRN por meio de “denúncia anônima” e este, após efetivamente constata-lo, autuou os proprietários e notificou o Ministério Público sobre a ocorrência. Organizações ambientalistas fizeram pressão em torno dessa problemática e o Ministério Público ajuizou, em 1993, a referida demanda judicial, na qual requeria a retirada da plantação de cana-de-açúcar da área irregularmente desmatada, a restauração da vegetação nativa nessa área mediante replantio e o pagamento de indenização por dano ambiental, caso a restauração não fosse possível.

Em sua defesa jurídica, os proprietários do imóvel rural alegaram que deveria haver indenização financeira pela destinação das áreas para proteção ambiental, uma vez que entendiam haver prejuízo econômico pela perda de área produtiva com ocupação com vegetação nativa, fazendo uso de uma argumentação que seria reiterada na seara judicial nas décadas seguintes e que retomava o debate do início do século XX sobre a possibilidade ou não de intervenção estatal nas propriedades privadas para proteção ambiental, antagonizando defensores da concepção liberal de propriedade e defensores da concepção socioambiental.

A argumentação dos proprietários retomava elementos da concepção liberal de propriedade privada ao defender que a “perda de área produtiva” pela demanda de proteção ambiental deveria resultar em indenização financeira ao proprietário privado.

No município de Sertãozinho-SP, limítrofe de Ribeirão Preto-SP, houve uma outra dinâmica de aproximação entre Ministério Público e organizações ambientalistas, caracterizada por uma associação mais harmônica, compositiva.

O promotor de justiça com atuação nesse município, Marcelo Goulart, participou diretamente da fundação de organizações ambientalistas na região, dentre as quais a Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil. A mesma liderança da entidade responsável pelo relato anterior, falando sobre a associação com o Ministério Público no município de Sertãozinho-SP,

³⁶ Um ato normativo expedido pelo DEPRN logo no seu primeiro ano de funcionamento, a Portaria DEPRN n. 3/1986, dispôs que “as autorizações para desmatamento ou qualquer outra forma de exploração da vegetação arbórea nativa do Estado, só poderão ser expedidas [...] mediante manutenção da Reserva Florestal Obrigatória devidamente averbada à margem da matrícula do imóvel, com cláusulas de uso limitado” (art. 1º). Com base nessa Portaria e na legislação, o DEPRN passou a condicionar qualquer autorização de intervenção em vegetação nativa ao registro formal de proteção da RL, impulsionando uma primeira tentativa de formalização dessas áreas no estado, ainda restrita aos proprietários rurais que demandassem autorização para realização de intervenções em vegetação natural, como o caso da referida Fazenda da Barra.

destacou que “essa parceria com o Ministério Público tem constituído um dos maiores defensores da sociedade” (Andrade Júnior, 2016, p. 116).

Nesse município, a atuação do Ministério Público não direcionou-se para efetivação da legislação florestal em relação às áreas privadas de proteção, no início da década de 1990, focando-se especificamente nos enfrentamentos pela eliminação da queima da cana-de-açúcar. A atuação contra a queima da cana contribuía para a estabilidade dos ecossistemas florísticos regionais, uma vez que era extremamente comum que as queimadas ultrapassassem os limites dos canaviais e destruíssem os ecossistemas nativos remanescentes.

Além de Ministério Público e organizações ambientalistas, a frente ambientalista com atuação em Sertãozinho-SP contava, também, com a participação de professores universitários da unidade da USP sediada em Ribeirão Preto-SP, que desenvolveram estudos científicos sobre as consequências deletérias da queima, e com representantes de sindicatos de trabalhadores rurais da região (Andrade Júnior, 2016; Goulart, 1998).

A convergência entre Ministério Público e organizações ambientalistas nesse município se relacionava à similitude entre os agentes envolvidos quanto à concepção sobre os fins e meios que deveriam pautar a atuação repressiva ambiental. Com efeito, o Ministério Público ajuizou, nesse município, em 1991, as primeiras ações judiciais demandando a proibição imediata da queima da cana-de-açúcar no Brasil, numa lógica de atuação que implicava em adesão plena à pauta prioritária da atuação ambientalista regional.

Entre os réus dessas primeiras ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público contra a queima da cana estiveram agentes produtivos vinculados ao grupo econômico Balbo S.A., sediado em Sertãozinho-SP. Esses agentes produtivos opuseram-se fortemente às reivindicações ecológicas, tal como os outros empresários canavieiros confrontados pela estratégia ambientalista de demandar judicialmente a eliminação da queima da cana nas propriedades privadas situadas no município. Eles afirmavam, no início da década de 1990, que a queima da cana não gerava consequências ambientais negativas (Andrade Júnior, 2016).

No município de São Carlos, por sua vez, houve uma outra dinâmica de entrelaçamento local entre DEPRN, organizações ambientalistas e Ministério Público, no que tange às estratégias adotadas na defesa da vegetação nativa.

Num contexto de baixa participação popular e associativa no direcionamento da atuação repressiva estatal, Victor Ferreira, servidor do DEPRN com atuação diretiva no município, direcionou, a partir de 1990, a fiscalização ambiental contra as maiores propriedades rurais de São Carlos-SP, com apoio do Ministério Público e da principal organização ambientalista

municipal, a Associação de Proteção Ambiental de São Carlos (APASC), priorizando a regularização das reservas legais (RL) desses imóveis.

Ao assim proceder, o DEPRN obteve um ganho quantitativo potencial de preservação ambiental a cada processo administrativo de regularização instaurado, uma vez que o instituto da RL refere-se à proteção ambiental de 20% da área de cada propriedade privada, no caso da região de Ribeirão Preto-SP, e, por decorrência lógica, 20% da área das maiores propriedades rurais implicam na preservação de um contingente de vegetação nativa maior do que os 20% da área de quaisquer outras propriedades rurais do mesmo município.

Assim, em São Carlos-SP, houve desde o início da década de 1990, o estabelecimento de uma estratégia de atuação estatal em defesa da vegetação nativa pautada pelo objetivo de regularizar os maiores imóveis rurais do município no que tange às áreas privadas de proteção ambiental, de modo a obter um ganho ambiental potencial mais significativo. Isso foi possibilitado pelo voluntarismo e pela visão estratégica do responsável pela atuação local do DEPRN e pela baixa presença de demandas populares de verificação obrigatória pela instituição executiva ambiental, tendo em vista a baixa incidência de “denúncias anônimas”.

Diferentemente do ocorrido em São Carlos-SP, na maioria dos municípios da região de Ribeirão Preto-SP a repressão estatal na defesa da vegetação nativa manteve-se dependente de provocação social por meio de “denúncias anônimas”. Essas denúncias inexisteram em inúmeras localidades, ocasionando a ausência de iniciativas estatais nesses locais.

Houve, assim, grande discrepância regional entre os municípios, no que tange à materialidade das lutas pela implantação de áreas privadas de proteção ambiental durante a transição política brasileira, com ausência de atuação estatal em inúmeras localidades.

Outro elemento a ser destacado, no que tange à atuação regional do DEPRN nesse período, é o insuficiente contingente de servidores públicos na instituição, o que gerava sobrecarga nos municípios em que as “denúncias anônimas” efetivamente ocorriam.

Em 1º de janeiro de 1995, foi publicado no suplemento regional do jornal Folha de São Paulo um artigo de opinião subscrito por um proprietário rural e intitulado “Quem paga a conta”. Esse artigo ilustra o antagonismo e a contrariedade presentes na maior parte do empresariado rural regional em relação à demanda das instituições executivas estatais, das organizações sociais ambientalistas e do Ministério Público pela implantação de áreas privadas de proteção ambiental. Segundo o artigo de opinião:

Em nome da proteção ao meio ambiente, as leis agrícolas vigentes, em especial as do Estado de São Paulo, estão se tornando cada vez mais

restritivas, colocando, entretanto, todo o ônus sobre os agricultores. Há cerca de 30 anos, o poder público dava toda a sorte de incentivos para a abertura e expansão das fronteiras agrícolas, financiamentos subsidiados, construção de rodovias e ferrovias, aluguel de máquinas pesadas etc. Hoje, a situação sofreu uma reversão e quer obrigar a implantação de reservas que totalizam 20% da área de cada propriedade, sem se levar em conta a capacidade de uso do solo. As terras agriculturáveis, próprias para a implantação da agricultura, deveriam continuar a produzir alimentos e outros produtos indispensáveis ao homem. [...] Entendemos que existe uma urgente necessidade de legislar protegendo o meio ambiente, mas olhando sempre o direito dos proprietários rurais. A sociedade merece ter um meio ambiente adequado, mas o custo dessa preservação não pode ser levado a débito só de uma parte desta, numa sociedade justa, cada um deve pagar sua parte.

Inexistem dados de quantificação do desmatamento regional em Ribeirão Preto-SP para o período específico da transição política brasileira, sendo possível fazer um comparativo entre um estudo realizado na década de 1970 e um outro realizado no início da década de 1990. Esse comparativo sugere a continuidade do desmatamento como tendência predominante de relação social com os ecossistemas nativos nesse período de 20 anos.

Segundo o “Inventário Florestal do Estado de São Paulo”, elaborado pelo Instituto Florestal, havia na região de Ribeirão Preto-SP em 1990/1992 o total de 2.112,17 km² de vegetação nativa, ante a existência de 6.209 km² em 1971/1973 (KRONKA *et al.*, 1993, p. 5).

O antagonismo da maioria do empresariado regional à demanda de implantação das áreas privadas de proteção ambiental e o caráter ainda recente da atuação ambientalista a nível regional, no início da década de 1990, ajudam a entender a ocupação pouco significativa da área da região com vegetação nativa, nesse período. É provável, contudo, que tenha havido diminuição do ritmo anual de predação ambiental durante a transição política brasileira, embora inexistam dados específicos que permitam confirmar essa hipótese.

Versando apenas sobre dados relativos aos ecossistemas típicos do bioma Cerrado, outro trabalho técnico do Instituto Florestal evidenciou a manutenção regional da tendência de substituição da vegetação nativa por plantações agrícolas, destacando a ocupação das áreas regionais com a cultura canavieira e a grande influência da implantação de monoculturas florestais e da ampliação da citricultura na região, entre 1962 e 1992. Segundo eles, “estas três categorias de uso do solo provocaram alterações não só nas áreas de cerrado, mas também nas de pastagem, de culturas temporárias e permanentes” (Kronka, Nalon e Matsukuma, 1998).

Em síntese, durante a transição política e ambiental brasileira, houve, na região de Ribeirão Preto-SP, o *início dos enfrentamentos pela implantação das áreas privadas de proteção ambiental (APP e RL) nas terras particulares*. Esses enfrentamentos foram

protagonizados por *associações entre instituições executivas ambientais estaduais (DEPRN e Polícia Florestal), organizações ambientalistas e o Ministério Público Estadual.*

Pela primeira vez a nível regional, houve, desse modo, o *enfrentamento direto contra o empresariado rural por motivação ambiental*, ocorrendo as *primeiras situações de limitação ecológica ao exercício do direito de propriedade*, promovidas pela ação combinada entre esses agentes. Antes da década de 1980, não existiam na região de Ribeirão Preto-SP organizações ambientalistas em número suficiente para pautar as políticas públicas. Não existiam, também, instituições executivas especializadas com suficiente capacidade de ação para enfrentamento dos proprietários rurais visando efetivas a legislação florestal. O Ministério Público, por sua vez, ainda não possuía autorização legal para atuar na seara cível dos conflitos ambientais.

Foram as *alterações societárias produzidas durante a transição ambientalista que forneceram as condições de possibilidade para o início dos enfrentamentos ambientais* vivenciados na região de Ribeirão Preto no período situado entre 1985 e 1995.

Diferentes tipos de associação entre os agentes envolvidos nessas iniciativas foram materializadas na região, destacando-se as associações compositivas entre DEPRN e Polícia Florestal, DEPRN e organizações ambientalistas e DEPRN e Ministério Público; a associação conflitiva entre Ministério Público e organizações ambientalistas no município de Ribeirão Preto-SP; a associação compositiva entre Ministério Público, organizações sociais e comunidade científica em Sertãozinho-SP, contra a queima da cana; e a associação entre DEPRN, Ministério Público e organização ambiental para atuação sobre as grandes propriedades em São Carlos-SP, liderada pelo DEPRN.

Contudo, em *muitos municípios da região, não houve atuação ambientalista*, dado o parco contingente humano das instituições estatais e a ausência de mobilização social local.

A *reação do empresariado rural regional às demandas de regularização ambiental* foi, em geral, de *antagonismo e oposição aberta*, embora *parcela minoritária* do empresariado tenha *anuído*, desde o início, com os pleitos ambientalistas. Esse antagonismo e o caráter ainda inicial dos enfrentamentos ecológicos no início da década de 1990 explicam a *ausência de mudança estrutural da dinâmica de ocupação do território regional nesse período.*

O *desenvolvimento sustentável almejado localmente* nas disputas travadas na região de Ribeirão Preto-SP durante a transição ambientalista brasileira consistiu numa *síntese entre a concretização local da tradição brasileira de reivindicação ambientalista*, expressa na demanda pelas áreas privadas e públicas de proteção ambiental (previstas na legislação florestal desde a década de 1930), e a *inovação local dessa tradição ambientalista*, expressa na demanda pela eliminação da queima da cana-de-açúcar, considerada o principal problema regional.

REGIÃO DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA: INÍCIO DA DEVASTAÇÃO AMBIENTAL

Na região de São Félix do Xingu-PA, o ataque à vegetação nativa teve destaque no período da transição política brasileira, quando ocorreu o *início da devastação dos ecossistemas locais, sobretudo em áreas externas aos domínios ameríndios situados no município*.

Nesse período, o desmatamento sistemático das florestas regionais esteve localizado principalmente em áreas excluídas do município de São Félix do Xingu-PA em 1988, com a redefinição de seus limites pela constituição por desmembramento de Ourilândia do Norte-PA (Lei estadual do Pará n. 5.449/1988) e Tucumã-PA (Lei estadual do Pará n. 5.455/1988).

Segundo um estudo de classificação das áreas desmatadas na região entre 1986 e 1992, 44,7% do desmatamento associou-se ao que os autores classificaram como “colonização direta de pequena escala”, relacionada à constituição de áreas agrícolas e de pecuária de tamanho diminuto, localizadas sobretudo no município de Tucumã-PA, onde houve a implantação, na década de 1980, de projetos agropecuários vinculados ao Programa Grande Carajás, capitaneado pela construtora Andrade Gutierrez. Outra fonte importante do desmatamento regional entre 1986 e 1992 foi a constituição das “fazendas de larga escala”, nas quais o desmate esteve diretamente vinculado à implantação de pastos para bovinocultura, responsáveis por 29,9% do desflorestamento realizado na região. O restante do desmatamento regional entre 1986 e 1992 vinculou-se à “colonização espontânea de média escala” (21,1%) e à “colonização espontânea de pequena escala” (4,1%), tipos de ocupação do território sem uma ordenação linear, estabelecidos junto a áreas urbanas e estradas (Mertens *et al.*, 2002, p. 288).

Na área territorial abrangida no estudo referido, que inclui parte do município de São Félix do Xingu-PA e a totalidade dos municípios de Tucumã-PA e Ourilândia do Norte-PA, a área florestal ocupava 98,1% do território em 1986 e 93,7% em 1992, indicando o desmatamento de 4,4% nesses 6 anos, equivalente a 2.449,1 km² (Mertens *et al.*, 2002, p. 279). Como a maior parte dessa área desmatada estava fora dos novos limites do município de São Félix do Xingu-PA, é possível saber que *bem menos de 2% da área territorial desse município havia sido desmatada até 1994*, uma vez que a área total do município passou a ser 84.212 km². Não há, contudo, dados específicos sobre o desflorestamento nos novos limites formais do município de São Félix do Xingu-PA na década de 1990.

Uma das principais atividades econômicas na região durante a década de 1980 foi a mineração empresarial de cassiterita, protagonizada pela Empresa de Mineração Canopus Ltda. entre 1982 e 1992, com o ápice da exploração entre 1983 e 1988. No final da década de 1980,

a exploração de madeira, o garimpo e a implantação de monoculturas agropecuárias tornaram-se as atividades econômicas mais importantes (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 52-53).

Segundo Castro, Monteiro e Castro, em São Félix do Xingu-PA, “em 1993 a atividade principal já era a madeira”, que, “como as atividades extrativistas da mineração e do jaborandi, capitalizaram para outras atividades, inclusive a pecuária”. Ainda segundo eles, “a relação entre a atividade madeireira e a pecuária é orgânica”, uma vez que, além do fluxo de capitais entre as atividades, o desmatamento sistemático para implantação dos pastos é precedido da extração das madeiras nobres das áreas, no caso de São Félix do Xingu-PA havendo a “exclusividade do mogno como alvo de procura” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 44). Também foi no início da década de 1990, que “a pecuária começa a se desenvolver” especificamente nos novos limites do município de São Félix do Xingu-PA, segundo Edna Castro (Castro, 2005, p. 27).

A ocupação dessa parcela do território regional submetida ao desmatamento sistemático deu-se a partir de um *conjunto de práticas ilegais combinadas*, que incluem *a extração irregular de madeira, a grilagem de terras públicas, o desflorestamento não autorizado e a utilização de trabalho escravo*. Tudo isso ocorreu sob a condução de atores locais e com a participação das instituições estatais, que agiram na abertura da malha viária principal, que conectou o município aos polos regionais³⁷, por meio de incentivos econômicos e fiscais³⁸, e através de outras ações de estímulo material e simbólico à ocupação exploratória do território.³⁹

Apesar disso, *a forma mais importante de participação das instituições estatais foi a sua omissão sistemática no processo de ocupação dessa parcela do território brasileiro* situada no Pará, uma vez que não houve presença cotidiana das instituições estatais na ordenação fundiária, tampouco ações reiteradas de regularização das ocupações.

O mogno, espécie vegetal de interesse predominante na extração madeireira de São Félix do Xingu-PA, é um tipo de árvore tipicamente encontrado “em manchas dispersas nas florestas com densidade inferior a um indivíduo por hectare” e “nessas manchas, o mogno pode ocorrer em agregações de algumas dezenas até centenas de indivíduos, geralmente intercaladas

³⁷ Segundo Schmink e Wood, a abertura da estrada principal entre São Félix do Xingu-PA e Xinguara-PA deu-se, ainda precariamente, em 1983 (Schmink e Wood, 1992, p. 285), ano em que também foi inaugurada a primeira linha rodoviária intermunicipal (Nunes, 1998, p. 45).

³⁸ Estudo de Taravella e de Sartre caracteriza e discute a importância dos incentivos fiscais para ocupação da região de São Félix do Xingu-PA (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 652).

³⁹ Mais de 60% dos ocupantes rurais de Terra do Meio, região situada entre os municípios de São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, a oeste do rio Xingu, entrevistados em pesquisa de Taravella e de Sartre, declararam, por exemplo, que promessas realizadas por representantes do Instituto de Terras do Pará (ITERPA), instituição executiva responsável pela regularização fundiária nesse estado amazônico, em reunião presencial realizada entre 1993 e 1994, influenciaram fortemente seus planos de investir na região (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 652). Esse fato evidencia a participação ativa de um núcleo de poder estatal no estímulo à desordenada e predatória ocupação de terras públicas na região.

por extensas áreas de floresta sem a presença dessa espécie” (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002, p. 12). Sua extração expandiu-se gradativamente pelo município, para oeste do rio Xingu.

A identificação das áreas com presença de mogno era feita por sobrevoo e as madeireiras realizavam as aberturas na floresta, necessárias para a extração, formando uma extensa malha viária de estradas clandestinas. Os ocupantes irregulares de terras públicas, grandes e pequenos, aproveitavam essa malha viária para adentrar territórios de difícil acesso, após a extração da madeira (ou mesmo durante essa extração), e estabelecer ocupações agropecuárias em terras públicas. As áreas assim ocupadas passavam a ser inseridas no mercado local de compra e venda de terras, sem qualquer documentação estatal. Segundo um posseiro rural do município:

Na época não tinha título, não tinha nada, nunca teve, até hoje. Eles chegava lá, passavam para venda, fazia umas aberturinhas, uma aqui outra ali, um quintalzinho, coisa de nada: era dono! Eles cercavam e era dono. Aqui foi gerado, aqui, desse jeito. Foi criado o município de São Félix, as fazendas, foi desse jeito. Eles entravam grilando e montava ali uma casinha, fazia ali um quintalzinho, eles eram donos. Cercava e aí você comprava aquele direito deles e passava para dentro e ia trabalhar. (entrevista, 2018)

Castro, Monteiro e Castro afirmam que, em São Félix do Xingu-PA, “as pessoas que chegam acabam por se instalar e criar uma ‘legalidade particular’, para preencher o vazio da legalidade oficial”. Para eles, “nesse vazio, todos vendem a madeira, de forma clandestina, do pequeno ao grande” e “a madeira é de longe o que mais aquece a economia e permite transferir ganhos para outras atividades como a pecuária” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 23).

Os agentes que capitaneavam ações mais numerosas de abertura de estradas e de compra e venda de terras ocupadas, adquiriam localmente grande prestígio, constituindo-se em protagonistas nas mediações políticas e econômicas a nível regional.

Na ausência das instituições estatais, eram esses atores os responsáveis pela abertura de estradas que permitem o acesso de pequenos e grandes posseiros para suas áreas de ocupação e o escoamento de suas mercadorias, pela intermediação das relações de compra e venda de terras, pelo emprego de posseiros de baixo poder aquisitivo em trabalhos agropecuários e pela intermediação da migração de contingentes de trabalhadores rurais para a região. Essas ações garantiam a eles grande influência junto às sociedades regionais.

Esse prestígio e o poder de mediação política e econômica desses agentes são enaltecidos por esse depoimento de um posseiro de São Félix do Xingu-PA:

Ele foi pegando aquelas terras. Então, qual que é o nome que eles dão para um cara desse? Grileiro. Um cara desse é chamado de grileiro, tá, por uma parte da sociedade. Então, foi aquele tanto de gente para lá e cada dia que você

pensar, cada ano que você vê, São Félix vai esticando. As pessoas vão andando, não conseguem parar. Os caras vão pegando mais áreas e vão pegando. E esses caras, por uma parte da sociedade, eles são considerados grileiros. Pela aquela sociedade lá de São Félix, que aí envolve o comércio, envolve isso e aquilo, esses caras são heróis, né. Então, o que é grileiro para quem está na cidade, para quem está em Belém, ou em São Paulo, ou está em Brasília, o cara chama de grileiro. Para aquele município onde esse cara está atuando, ele é um herói. (entrevista, 2018)

O recurso a ameaças e a atentados à vida na relação entre os ocupantes do território – a chamada *pistolagem* – era recorrente nos conflitos agrários de São Félix do Xingu-PA nesse período⁴⁰, no qual se observou, também, a ocorrência dos primeiros casos de trabalho escravo, utilizado especialmente no desmatamento das florestas e em outras ações de formação das grandes fazendas de pecuária na região. Segundo Edna Castro, São Félix do Xingu-PA tem “uma história de violência e conflitos”, estando “entre os municípios paraenses com maior número de conflitos desde os anos [19]80” (Castro, 2005, p. 26).

Uma notícia veiculada no jornal “O Estado de S. Paulo”, em 1987, ilustra a *associação entre desmatamento e trabalho escravo em São Félix do Xingu-PA*, nesse período⁴¹:

Trabalhadores rurais contratados para derrubar matas estariam sendo impedidos de deixar a fazenda por homens armados que prestam serviços aos fazendeiros. Um dos trabalhadores, Vicente Rodrigues da Silva, 17 anos, contou que, ao final do trabalho, “os peões pouco recebem em dinheiro porque são obrigados a comprar tudo na cantina da fazenda, a preços elevados, comprometendo assim o salário que receberiam. O caso mais grave, segundo Vicente, ocorreu em maio [de 1987], quando dois irmãos tentaram fugir e foram amarrados em uma mangueira. Eles foram espancados – sendo que José teve costelas e dentes quebrados – “e tiveram que engolir café fervendo e uma xícara de pimenta. Depois, os dois irmãos foram mandados embora e José apareceu morto numa estrada de acesso à fazenda”, relatou Vicente. (“Trabalho escravo, mais uma denúncia no Pará”, 1987)

⁴⁰ Depoimentos reunidos no Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo, relativos à região de Terra do Meio, situada na confluência entre São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, a oeste do rio Xingu e a leste do rio Iriri, evidenciam a violência que pautou muitas das disputas pela terra. Segundo um ocupante tradicional da região, na década de 1990 grileiros avançaram truculentamente sobre áreas que eram inseridas na extração da borracha. Um deles afirmou: “[Eles] chegavam para as famílias [e perguntavam]: o senhor quer vender a terra, que ficou dentro da nossa área e tal? O senhor quer vender ou quer que a viúva venda? E aconteceu muito, os cabras iam pra cidade e matavam na cidade mesmo. E a mulher já ia embora, sabia que tinha que vender.”. Outro depoimento, no mesmo sentido: “Era com pistolagem, porque a gente não tinha punição. Camarada ia denunciar, a denúncia não saía nem da cidade” (Neiva, Brusnello e Mendonça, 2015, p. 62-63).

⁴¹ Essa associação é consistente com a realidade amazônica em geral, uma vez que a vinculação entre trabalho escravo e desmatamento é uma constante na ocupação desse bioma desde a década de 1970. Segundo José de Souza Martins, “dados acumulados até 1995 indicavam que, na Amazônia, 72,7% dos peões [escravizados] eram empregados no desmatamento da floresta virgem para posterior formação de pastagens para o gado”. Ainda segundo o autor, o que ocorre é a utilização do trabalho escravo numa “situação de acumulação primitiva”, na qual há a produção “dos meios de produção a serem utilizados pelo capitalista na produção de mercadorias” (Martins, 2016, p. 81-83).

A *irregularidade fundiária* manteve-se a tônica de toda a área ocupada de São Félix do Xingu-PA, nesse período. Segundo Schmink e Wood, nem mesmo a área urbana do município encontrava-se regularizada, não havendo documentação formal juridicamente válida nem mesmo para os lotes distribuídos pela prefeitura municipal para construção de casas em projetos habitacionais (Schmink e Wood, 1992, p. 286).

Em 1993 foi formalizada a primeira autuação do Ibama no município de São Félix do Xingu-PA, segundo os dados disponibilizados por essa instituição executiva ambiental, tendo sido formalizada uma outra autuação ambiental em 1994. Ambas as autuações relacionam-se ao combate à extração irregular de madeira em terras indígenas, não havendo direcionamento da repressão estatal contra a implantação de áreas de exploração agropecuária, nesse período, a despeito de ser essa a causa maior do desmatamento regional. Não houve, também, atuação de instituição executiva ambiental de âmbito estadual, tampouco havia instituição executiva ambiental de âmbito municipal em São Félix do Xingu-PA, na década de 1990.

A *repressão estatal ao ataque à vegetação nativa* foi, assim, *bastante frágil nessa região do país*, durante a transição política brasileira, a despeito do crescente desmatamento a nível regional e das múltiplas ilegalidades que caracterizavam essas ações.

Algumas políticas específicas para tentar conter a predação do mogno foram tentadas a nível federal, como o estabelecimento de “cotas de exportação”, gradativamente decrescentes durante a década de 1990. Entretanto, estudo especializado concluiu que foi “incerto o efeito real das cotas”, havendo indicações de que a exportação teria passado a ser feita “com o nome de outras espécies” (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002, p. 32).

Outro instrumento adotado no início da década de 1990 na tentativa de regular a extração de madeira na Amazônia foi a “autorização para transporte de produtos florestais” (ATPF), criada em 1992, que teria por função certificar a origem da madeira vendida. Segundo relatório do Greenpeace sobre o tema, elaborado em 1999, o instrumento foi muito pouco efetivo, uma vez que “um volume significativo de toras ilegais é extraído e ‘legalizado’, já que ATPFs fraudulentas são facilmente adquiridas” (Cotton e Romine, 1999, p. 9).

A política ambiental mais efetiva de defesa da vegetação nativa no município de São Félix do Xingu-PA durante o período da transição política foi a demarcação das terras indígenas, que teve importantes avanços com a formalização de territórios vinculados ao povo Kayapó, no começo da década de 1990.

LUTAS PELAS TERRAS INDÍGENAS EM SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

Em 1985, por meio do Decreto n. 91.244/1985, foram “declaradas de ocupação dos silvícolas” as áreas relativas à terra indígena Kayapó, integralmente situada no município de São Félix do Xingu-PA, e que inclui o território onde se localiza a aldeia Gorotire. Em 1991, a homologação presidencial da demarcação dessa terra indígena foi feita, por meio do Decreto n. 316/1991, subscrito pelo então presidente Fernando Collor, consolidando a proteção jurídica dessa área ameríndia de 32.840,04 km².

Outra importante área indígena do povo Kayapó também foi formalizada nesse período, com a interdição decretada por Sarney (Decreto n. 98.865/1990) e a homologação presidencial da demarcação realizada por Itamar Franco, por meio de Decreto de 9 de agosto de 1993. Trata-se da terra indígena Menkragnoti, situada nos municípios de São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, com área total de 49.142,54 km².

Os processos políticos que resultaram na interdição e na homologação da demarcação dessas terras indígenas de vasta extensão territorial contaram com *participação ativa e com grande protagonismo dos ameríndios Kayapó*, que realizaram inúmeras reuniões com representantes da FUNAI e com lideranças políticas, estando por inúmeras vezes em contato direto com os presidentes da república do período; organizaram manifestações públicas no Pará e em Brasília; articularam-se com aliados nacionais e internacionais da sociedade civil, do campo artístico, empresarial e político; além de exercerem inúmeras outras formas de pressão.⁴²

Destaca-se nesses processos políticos, também, o trabalho dos profissionais da Antropologia, responsáveis pelo permanente esforço de entender e fundamentar cientificamente as necessidades territoriais dos grupos ameríndios, e o trabalho dos agentes da FUNAI, responsáveis por operacionalizar os processos administrativos de demarcação e disputar, no âmbito executivo, com outras instituições estatais e com agentes sociais os rumos da ordenação política dos territórios ameríndios de São Félix do Xingu-PA.

A ambientalização da luta política ameríndia pelas terras indígenas e a grande articulação internacional e nacional dos Kayapó, associada a essa ambientalização, foram fundamentais para as vitórias indígenas conquistadas durante a transição política brasileira.

Um evento de grande importância nessa articulação foi a já referida turnê internacional promovida por Raoni (liderança Kayapó) e Sting (cantor britânico) por 17 países (dentre os

⁴² Participaram presencialmente de reuniões políticas com presidentes da república para discussão da demarcação das terras indígenas do povo Kayapó, artistas de grande visibilidade, como Rita Lee, Gilberto Gil e Arnaldo Antunes, entre outras figuras politicamente importantes no Brasil (Folha de S. Paulo, 11/1/1990, ISA).

quais França, Suíça, Itália, Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Japão), em 1989, reunindo-se com importantes lideranças mundiais, como François Mitterrand (então presidente da França), príncipe Charles (da Inglaterra), rei Juan Carlos (Espanha) e o papa João Paulo II. A turnê deu grande visibilidade para a reivindicação dos Kayapó pela regularização dos seus territórios e, com ela, recursos financeiros foram obtidos (A Tarde, 9/5/1990, ISA).

A motivação da turnê foi a alegação do então presidente Sarney, em 1988, de que não haveria recursos para realização dos atos técnicos necessários para a demarcação dos territórios indígenas do povo Kayapó. Segundo noticiário da época, teriam sido arrecadados na turnê “cerca de três milhões de dólares” e, com os recursos, foi constituída a Fundação Mata Virgem, que contribuiu materialmente com os processos de regularização das terras indígenas mediante a realização dos atos técnicos de medição e demarcação territorial (A Tarde, 9/5/1990, ISA).

Ainda segundo notícia da época, “pela primeira vez no Brasil, a demarcação de uma reserva indígena não foi feita pela União e sim por uma organização não governamental (ONG)”, a Fundação Mata Virgem, no caso da terra indígena Menkragnoti, com o custo de US\$ 650.000,00 para realização dos atos necessários à demarcação (O Globo, 26/12/1992, ISA).

A articulação internacional protagonizada por Raoni e Sting, além de pressionar politicamente os presidentes do Brasil em relação à problemática indígena, também colaborou materialmente com a demarcação, por meio da fundação criada.

A principal oposição política à demarcação das terras do povo Kayapó foi encabeçada pelo então governador do estado do Pará, Jáder Barbalho, em associação com grupos econômicos interessados na exploração econômica dessas áreas.

Uma das justificativas utilizadas para a oposição foi a alegação de que as áreas seriam demasiadamente extensas para uma população indígena tão diminuta. Noticiário da época, por exemplo, atribuiu a um secretário do governo Barbalho a afirmação de que a população indígena de Menkragnoti seria “muito reduzida e não vive em toda aquela extensão [demarcada,] entre o Xingu e o Iriri” (Correio Braziliense, 1/2/1992, ISA).⁴³ Além de tentar impedir a demarcação política e administrativamente, Barbalho ajuizou ações junto ao Superior

⁴³ A utilização do discurso de “muita terra para pouco índio” foi comum nas disputas políticas sobre a questão indígena durante a transição política brasileira, tal como ocorrera anteriormente no Brasil, durante o século XX. Inúmeros exemplos de artigos de opinião e de notícias jornalísticas podem ser citados para comprovação desse argumento. Especificamente sobre a demanda dos Kayapó, circularam notícias afirmando, por exemplo, que “o povo de Raoni se transformará, por uma penada estatal, numa comunidade latifundiária” (OESP, 14/1/1990, ISA); que haveria “exagero na atribuição de terras ao uso privativo de nossas comunidades indígenas”, “transformando os privilegiados silvícolas nos mais ostensivos latifundiários do país” (Diário de Pernambuco, 20/9/1993, ISA); e que “no governo Collor veio a febre de se valorizar excessivamente a figura do índio brasileiro”, “que tem recebido imensas áreas de terra, em detrimento de brasileiros que não possuem um palmo de terra para morar ou trabalhar” (Diário do Pará, 5/2/1993, ISA).

Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF), não obtendo êxito em suas tentativas de judicializar o conflito indígena (O Liberal, 3/3/1994, ISA).

Apesar da formalização das terras indígenas Kayapó e Menkragnoti, ameríndios Kayapó mantiveram pretensões de expansão territorial para além das áreas demarcadas.⁴⁴ Por outro lado, as invasões aos territórios do povo Kayapó se mantiveram, havendo inúmeras situações de conflito entre os ameríndios e os invasores⁴⁵, interessados na extração de minérios e na extração de madeira situados nas terras indígenas.⁴⁶

Tal como ocorrido com a mineração, também no que tange à exploração madeireira, alguns grupos Kayapó haviam anuído com a realização dessa atividade econômica em terras indígenas, firmando acordos com interessados, enquanto outros grupos Kayapó discordavam das iniciativas de aproximação madeireira, combatendo a exploração nas áreas sob seu domínio.

Tutu Pombo, cacique de Krikretum, era a liderança indígena mais notabilizada pelo apoio às iniciativas de associação econômica com madeireiros e garimpeiros. Raoni e Paulinho Paiakan, por outro lado, eram as principais lideranças que se opunham a essas iniciativas, buscando outras formas de obtenção de renda associadas à preservação ambiental.⁴⁷

Essa complexa disjuntiva entre grupos Kayapó interessados em intensificar o comércio e a exploração econômica predatória em terras indígenas e grupos Kayapó contrários a essas iniciativas ganhou visibilidade com a ruptura ocorrida, em 1990, entre Tutu Pombo e Raoni.

Segundo notícia da época, em reunião realizada com dezenas de caciques Kayapó, Raoni teria sido desautorizado a falar em nome desse povo indígena e Pombo teria sido indicado como o novo porta-voz (Estado de S. Paulo, 9/6/1990, ISA). Essa reorganização política dos Kayapó teria sido costurada por Pombo durante a viagem internacional de Raoni e Sting, momento em que Pombo teria fortalecido sua ascendência sobre os Kayapó ao viajar pelas aldeias

⁴⁴ Segundo Dinarte Madeiro, em laudo antropológico presente em processo de demarcação, “esse permanente ‘estado de guerra e expansão’, que caracteriza bem a sociedade e a forma de existir Kayapó, tem sido, sem dúvida, a razão da ‘conquista’ de seus atuais territórios e sua manutenção” (proc. 2412/97, p. 147). Alceu Mariz acrescenta, em outro laudo antropológico, que “os Kayapó sentem-se, em verdade, num processo de RECONQUISTA, no qual – como acertadamente é afirmado – empregam o mandamento de BRAVURA, seu mais valorizado traço cultural, para prosseguirem em seus objetivos” (proc. 2412/97, p. 151).

⁴⁵ Num dos muitos conflitos relatados no noticiário da época, consta que “vinte pistoleiros invadiram” uma aldeia Kayapó para explorar uma área supostamente rica em ouro, em 1991. Os Kayapó teriam reagido e prendido 10 pistoleiros, mantidos cativos por 8 dias, aguardando a chegada da Polícia Federal (Jornal do Comércio, 13/4/1991, ISA).

⁴⁶ Schmink e Wood relatam um dos casos de conflito envolvendo extração irregular de madeira de terras indígenas Kayapó, em 1987, quando guerreiros da aldeia Aukre atacaram e mataram três homens que carregavam madeira extraída ilegalmente de seus territórios (Schmink e Wood, 1992, p. 264).

⁴⁷ Payakan liderou, nesse sentido, a experiência mais ousada de busca de alternativas de renda “ambientalizadas”, quando, em 1991, montou em Aukre “uma mini-usina de beneficiamento de óleo de castanha-do-pará”, firmando contratos com a multinacional do ramo de cosméticos The Body Shop, para produção de um condicionador (O Liberal, 6/8/1991, ISA). A “primeira empresa comercial indígena” teria sido criada para essa empreitada, a “A-ukre Trading Company” (Folha de S. Paulo, 10/4/1992, ISA).

distribuindo “alimentos, remédios e promessas” e censurando a postura preservacionista de Raoni (Estado de S. Paulo, 6/1990, ISA). O estopim para a cisão teria sido uma mensagem de Raoni criticando os Kayapó envolvidos em negócios com madeireiras e garimpeiros (Jornal da Tarde, 2/6/1990, ISA). Alguns meses depois da cisão, houve a reconciliação entre Pombo e Raoni, mediada por Paulinho Paiakan e por funcionários da FUNAI, reposicionando Raoni como principal porta-voz entre os ameríndios Kayapó (O Liberal, 21/10/1990).

A associação entre grupos de Kayapó e madeireiras e garimpeiros foi midiaticamente explorada, no início da década de 1990, especialmente por meio de divulgações sobre Tutu Pombo. Tratava-se de um esforço de desassociar a imagem desse povo indígena e a retórica da preservação ambiental, diminuindo a força simbólica e política da ambientalização discursiva promovida pelos ameríndios brasileiros durante a década de 1980, com o propósito de diminuir a força política das reivindicações indígenas pela demarcação de seus territórios.

A simplificação da problemática da relação entre os ameríndios e a proteção do meio ambiente operada por essas divulgações distorcia a complexa realidade societária do povo Kayapó, tal como a simplificação operada por uma divulgação vulgar dos indígenas como “bons selvagens” ou “ecológicos por vocação” o fizera anteriormente, na década de 1980.

Se havia, de fato, degradação ambiental nas iniciativas de exploração econômica irregular dos territórios ameríndios, com o enriquecimento de lideranças como Tutu Pombo e a constituição de uma situação de desigualdade no interior das comunidades indígenas, nesses mesmos grupos, parcela dos recursos obtidos era utilizada em benefício das comunidades, inclusive na defesa de seus territórios. Segundo Schmink e Wood, com a renda obtida nesses acordos com garimpeiros e madeireiros, os Kayapó puderam comprar aeronaves e rádios e contratar pilotos, utilizados na patrulha dos territórios (Schmink e Wood, 1992, p. 272).

Por outro lado, conforme evidenciado nos parágrafos anteriores, a associação com as madeireiras e garimpeiros nunca foi consensual entre os Kayapó, havendo agrupamentos de ameríndios que, liderados por Raoni e Paiakan, posicionaram-se veementemente contra tais atos, buscando formas alternativas de relação com as sociedades brasileiras na obtenção de recursos financeiros. Mesmo nos grupos que permitiam a exploração econômica predatória, esse consenso nunca existiu, tendo havido pelo menos uma ocasião em que os indígenas revoltaram-se contra a condução dos negócios pelas lideranças e expulsaram um grupo de garimpeiros instalados em terra indígena.⁴⁸ Na síntese de Verswijver e Gordon:

⁴⁸ Essa revolta dos indígenas com a condução dos negócios com garimpeiros pelas lideranças ocorreu em 1994, quando foram expulsos “cerca de 1.000 garimpeiros” do garimpo Santilo. Segundo notícia jornalística, Márcio Santilli, da ONG Núcleo de Direitos Indígenas, classificou o evento como uma “revolta civil”, uma vez que os

da perspectiva dos índios, alinhar-se com os ambientalistas e negociar com a economia local com a qual convivem de longa data faz igualmente parte de suas estratégias de relacionamento com o mundo dos brancos, parte do seu modo de enfrentar as novas condições históricas que se lhes apresentam. Na ausência de uma política governamental para a questão indígena, os Kayapó trataram de obter por conta própria recursos (simbólicos, políticos e econômicos) fundamentais para sua reprodução social. Não apenas bens de consumo, serviços, atendimento médico, mas também possíveis parceiros e colaboradores. Daí a necessidade de chamar atenção internacional para o problema da demarcação de suas terras, para quem estava disposto a ouvir. Daí negociar parte dos recursos naturais de suas terras em troca de dinheiro. Além disso, as idealizações (positiva ou negativa) dos brancos não permitiam enxergar que essas estratégias nunca foram consensuais, provocando muitas vezes conflitos internos, e até cisões nas comunidades, entre os partidários de um ou outro tipo de atuação. Os Kayapó não são um bloco monolítico de pensamento e atitudes. É preciso entender suas ações e estratégias tanto no contexto de sua "política externa" (luta por autonomia e afirmação étnica), quanto no de sua "política interna", que envolve também disputas por prestígio entre lideranças intra e interaldeãs e grupos de idade. (Verswijver e Gordon, 2002)

Nos últimos anos da transição política brasileira ocorreram as *primeiras ações de repressão ambientalista* contra a exploração econômica irregular das terras indígenas Kayapó.

Em 1993 ocorreu uma importante ação do Ibama contra a extração irregular de madeira na terra indígena Kayapó, primeira dessa relevância em São Félix do Xingu-PA, a partir de “denúncias anônimas”, com a apreensão de “5 mil e 400 toras de mogno”, “uma das maiores que se tem notícia”, segundo informações da época (Correio Braziliense, 10/8/1993, ISA). As madeireiras responsáveis pela extração irregular, CIC-Indústria, Comércio e Exportação Ltda. e Ferreira Madeiras e Desmatamento Ltda., pertencentes a Osmar Alves Ferreira, receberam “a maior multa [já] aplicada pelo Ibama em áreas indígenas” (Diário Popular, 10/8/1993, ISA). Em 1994, nova operação do Ibama, na terra indígena Menkragnoti, resultou na apreensão de “40 mil metros cúbicos de mogno contrabandeados” (A crítica, 29/9/1994).

Também em 1994, decisão da Justiça Federal, proferida por Sebastião Fagundes, em ação movida pelo Ministério Público Federal contra a FUNAI, determinou “a retirada imediata de garimpeiros e empresas mineradoras e madeireiras” das reservas indígenas dos Kayapó em São Félix do Xingu-PA (O Estado de S. Paulo, 16/2/1994, ISA). No cumprimento dessa decisão, foi realizada uma “grande Operação Limpeza da Funai”, que mobilizou “150 homens, entre técnicos da Funai, policiais federais e técnicos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente

indígenas “não suportaram mais a situação de penúria em que a maioria vive, enquanto as lideranças são beneficiadas pelos acordos com os garimpeiros” (Folha de S. Paulo, 16/9/1994, ISA).

e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)” (O Estado de S. Paulo, 6/12/1994, ISA).

A ampliação da pressão política exercida pelas instituições estatais brasileiras contra a exploração econômica irregular das terras indígenas fortaleceu a posição dos grupos Kayapó contrários à associação com madeireiras e garimpeiros, que, a despeito disso, continuaram agindo nos domínios do povo Kayapó e nas outras áreas indígenas da região.

Essas outras áreas indígenas situadas em São Félix do Xingu-PA, diferentemente do que ocorreu com os Kayapó, não tiveram a homologação presidencial da demarcação realizada durante a transição política brasileira, embora tenham ocorrido alguns avanços nos processos administrativos de demarcação desses territórios.

O território dos Parakanã ocidentais foi interditado em 1987, por meio da Portaria n. 3632/1987, da Funai, subscrita pelo então presidente do órgão, Romero Jucá Filho. Em 1992, foi declarada “como de posse permanente indígena, para efeito de demarcação, a área indígena APYTEREWA”, pela Portaria n. 267/1992, do Ministério da Justiça, subscrita pelo ministro Célio Borja. O território dos Araweté, por sua vez, também foi interditado em 1987 (Portaria n. 4.101/1987, da Funai) e também foi declarado “de posse permanente indígena, para efeito de demarcação”, em 1992 (Portaria n. 254/1992, do Ministério da Justiça).

Também diferentemente do ocorrido com os Kayapó, *os Parakanã ocidentais e os Araweté não tiveram participação tão ativa nos processos políticos de disputa pela regularização de seus territórios*. Comunidades ameríndias de contato mais recente, menos habituados aos modos brasileiros, menos numerosos e socialmente organizados de modo muito distinto dos Kayapó, esses povos indígenas participaram dos processos políticos com ações mais pontuais.⁴⁹ Os profissionais da Antropologia e agentes da FUNAI, por sua vez, tiveram papel importante nessas disputas, tal como ocorrido entre os Kayapó.

Outra diferença entre os Kayapó e esses grupos de língua tupi-guarani situados na região de São Félix do Xingu-PA diz respeito ao grau de controle sobre os seus territórios durante a

⁴⁹ A debilitação do estado de saúde das comunidades ameríndias é comum imediatamente após o estabelecimento de relações estáveis com as instituições brasileiras, o que ocorreu sobretudo com os Parakanã ocidentais. Outro fator que dificultou o envolvimento desses povos indígenas com os processos políticos de demarcação das terras indígenas foi a incompatibilidade entre as suas organizações societárias e visão social de mundo e uma concepção fixa de territorialidade. Nesse sentido, Tânia Chaves comentou, em relatório antropológico de 1989 sobre os Parakanã ocidentais, que “para um grupo indígena recém-contatado é ainda difícil compreender o que significa uma terra com limites definidos” (proc. 2992/91, p. 45). Viveiros de Castro, versando sobre os Araweté, anotou, no mesmo sentido, que “a concepção araweté de territorialidade é aberta; eles não tinham, até bem pouco tempo, a noção de um domínio exclusivo sobre um espaço contínuo e homogêneo”. Segundo ele, a história dos Araweté “fala de um movimento constante de fuga diante de inimigos mais poderosos”, com uma “atitude objetiva e subjetiva” de um “incessante ir em frente, deixando para trás os mortos e os inimigos”, de modo que “a ideia de reocupar uma área antiga lhes é estranha” (Castro, 2003).

década de 1980, especialmente no que tange aos Parakanã ocidentais, que sofreram uma intensa ocupação predatória não consentida de seus territórios durante esse período.

Embora já houvesse ocupações não indígenas na área interdita para a Apyterewa⁵⁰, a ocupação irregular de seu território intensificou-se após a pacificação dos Parakanã ocidentais, no início da década de 1980. Conforme explica Carlos Fausto, “se a ‘pacificação’ fora consequência da expansão da fronteira econômica, ela acabou por favorecer o aprofundamento desse processo”, uma vez que houve a “transferência forçada” de um grupo de ameríndios para o posto indígena da FUNAI criado na área, deixando “desguarnecido o divisor de águas Xingu-Bacajá”, o que permitiu “o avanço da fronteira econômica sobre essa região”. Tal processo foi facilitado pois, “durante os quatro primeiros anos após a ‘pacificação’, a situação de saúde dos índios foi muito delicada, como sói acontecer nestas ocasiões”, o que “levou-os a uma menor mobilidade e a um controle menos efetivo do território” (proc. 2992/91, p. 287).

Ainda segundo Fausto, “a grande empresa madeireira foi o componente mais ativo dessa frente”, em processo “comandado por duas grandes empresas, a Exportadora Perachi e a Madeireira Araguaia (Maginco), que construíram uma estrada, conhecida como ‘Morada do Sol’, cortando cerca de cem quilômetros de matas desde Tucumã até o divisor de águas Xingu-Bacajá, onde começa a invadir as terras indígenas da região”. Estudos preliminares, realizados em 1993, sugeriram a existência de “cerca de mil quilômetros de estradas secundárias dentro das áreas Apyterewa, Araweté e Trancheira-Bacajá” (Fausto, 2004), evidenciando a grande capilaridade da estrutura viária forjada para predação dessas terras indígenas.

Até 1992, quando a Apyterewa foi declarada de posse indígena permanente, “a maior parte dos invasores era constituído por garimpeiros e trabalhadores a serviço das madeireiras”. Com o “reconhecimento oficial da área”, em 1992, “iniciou-se um movimento de entrada de posseiros”, uma vez que as madeireiras passaram a franquear o acesso às estradas, antes rigorosamente controladas por elas, e o adensamento populacional da região de Tucumã-PA levou trabalhadores sem-terra a avançarem sobre a terra indígena (Fausto, 2004).

Em 1994, a invasão intensificou-se devido a uma iniciativa do INCRA local de assentar colonos ilegalmente dentro da terra indígena Apyterewa. Na síntese de Carlos Fausto, criou-se, com esse conjunto de ações, um “cenário de conflito social, consolidando a estratégia de políticos e empresários locais para impedir a demarcação física da área” (Fausto, 2004).

Os ameríndios Parakanã, quando constataram a invasão de seu território em 1988, passaram a adotar posturas ativas em sua defesa, “lutando para expulsar os invasores de suas

⁵⁰ Informações constantes no processo administrativo de demarcação da terra indígena Apyterewa apontam a presença de alguns ribeirinhos no território atribuído aos Parakanã (proc. 2992/91, p. 174-190 e 198-229).

terras”, “partindo várias vezes por ano em expedições de vigilância” e recusando-se a firmar acordos com os madeireiros, segundo Carlos Fausto (proc. 2992/91, p. 473). Ainda segundo ele, os Parakanã “jamais causaram danos físicos a pessoas [em suas incursões], limitando-se à pilhagem de objetos e destruição de maquinário”. Eles, também, “jamais venderam diretamente madeira”, segundo o antropólogo (proc. 2992/91, p. 298).⁵¹

No caso da área indígena dos Araweté, embora houvesse estradas penetrando o território para extração ilegal de madeira, o acesso era mais difícil, pois outras áreas protegidas, como a própria Apyterewa, blindavam o contato direto com as frentes de expansão econômica.⁵² Em vista disso, houve menor predação dos ecossistemas nativos situados nessa terra indígena.⁵³

A demarcação física do território Araweté foi realizada, segundo Viveiros de Castro, por um “convênio entre o CEDI (Centro Ecumênico de Documentação e Informação, ONG embrionária do ISA) e a Funai, em julho de 1993”, com os trabalhos “executados entre junho de 1994 e maio de 1995 com recursos do governo austríaco destinados à conservação de florestas tropicais, concedidos durante a Eco-92” (Castro, 2003).

A demarcação física de Apyterewa não foi feita durante a transição política, segundo Carlos Fausto, a despeito da contratação de empresa por licitação, uma vez que os ocupantes irregulares do território impediram sua realização (proc. 2992/91, p. 296 e 480-482).

Em 1992 ocorreram, segundo Carlos Fausto, as primeiras iniciativas “de fiscalização com a participação de funcionários da FUNAI, IBAMA e agentes da Polícia Federal” nas áreas da região de São Félix do Xingu-PA relacionadas aos povos ameríndios Parakanã e Araweté,

⁵¹ A despeito da não ocorrência de venda direta de madeira pelos Parakanã nesse período, houve um caso em que a extração irregular de mogno de terras indígenas acabou sendo convalidada pela FUNAI. Em 1988, ameríndios Parakanã expulsaram cerca de 35 homens que realizavam extração irregular de mogno em terras indígenas, tendo derrubado em torno de 1.800 árvores. No mesmo ano, a Funai firmou acordo com as madeireiras envolvidas nesses atos ilícitos para retirada do mogno cortado mediante pagamento de indenização financeira, a ser utilizada em benefício das comunidades Parakanã e Araweté (proc. 2992/91, p. 167-170). Conforme afirma Carlos Fausto, “este acordo oficializou a venda ilegal, sem licitação, da madeira apreendida” (proc. 2992/91, p. 288).

⁵² A montagem de um contínuo de áreas protegidas unindo as terras indígenas da região, de modo a facilitar o intercâmbio entre os grupos de ameríndios e dificultar o avanço da fronteira econômica, esteve conscientemente presente nas elaborações dos antropólogos envolvidos nos estudos realizados nessa região desde a década de 1970. Nesse sentido, Viveiros de Castro, defendeu, em 1982, a formação de um “território indígena contínuo” entre os povos Araweté e Assurini, pois isso implicaria em diminuição dos custos de demarcação e em aumento da proteção territorial em relação à fronteira agropecuária (proc. 2394/91, p. 35-41). Antônio Carlos Magalhães, no mesmo sentido, em 1985, aconselhou a demarcação das terras indígenas da região por meio de “uma área contínua entre os Rios Xingu e Bacajá, a qual incluía os povos indígenas – Assurini do Roatinemo, Araweté, no Ig. Ipixuna, Xicrin do Rio Bacajá, Aputewera (Parakanã do Ig. Bom Jardim)”, modificando ligeiramente uma proposta anterior, de 1979, que tinha as mesmas premissas (proc. 2992/91, p. 25).

⁵³ Estudo antropológico de Viveiros de Castro, realizado em 1982, consignou que a área não apresentava, naquele momento, “nenhuma invasão ou ocupação de monta”, sendo os “únicos não-Araweté ali residentes [...] alguns ‘beiradeiros’, isto é, pequenos camponeses marginais e seringueiros – em sua maioria aviados pelo sr. José Nunes, de Altamira” (proc. 2394/91, p. 37). Ofício da FUNAI, de 1991, apontou a existência de 96 imóveis rurais formalmente incluídos na área indígena pretendida como território Araweté (proc. 2394/91, p. 67), ainda que não houvesse estrutura física (benfeitorias) constituída nesses imóveis.

com a autuação da Exportadora Perachi e da Indústria Madeireira Paraense Agropecuária (IMPAR)⁵⁴. Ao final desse ano, ainda segundo Fausto, uma “segunda viagem de fiscalização” foi feita, “junto com técnicos do Programa Povos Indígenas no Brasil (Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI/SP) para avaliação dos danos causados pela exploração madeireira nas T.I.s Apyterewa, Araweté e Trincheira-Bacajá”. Em 1993, nova operação conjunta entre Ibama, Funai e Polícia Federal foi realizada (proc. 2992/91, p. 472-473).

Também em 1993, foi ajuizada uma ação civil pública pela organização não governamental Núcleo de Direitos Indígenas (NDI) contra a União, Funai, Ibama, Exportadora Perachi Ltda., Madeireira Araguaia S/A Indústria, Comércio e Agropecuária (Maginco) e Indústria Madeireira Paraense Agropecuária Ltda. (Impar). Em decisão liminar de Selene Maria de Almeida nessa ação civil pública, determinou-se a retirada de todos os equipamentos e trabalhadores das madeireiras das terras indígenas, a interdição das estradas abertas pelas madeireiras e a instalação de barreiras de vigilância (proc. 2992/91, p. 292).

Postos de vigilância foram instalados, mas, apenas dois meses depois, nova decisão da Justiça Federal, de Eustáquio Silveira, em recurso interposto, suspendeu a liminar. Segundo Carlos Fausto, “esta [segunda] decisão da Justiça Federal sepultou as possibilidades de demarcação não conflitiva da T.I. Apyterewa e estimulou de forma clara e inapelável ondas de invasão do território indígena” (proc. 2992/91, p. 293).

Ainda no que tange à defesa da vegetação nativa em São Félix do Xingu-PA durante a transição política brasileira, outro evento de destaque foi a *constituição da Floresta Nacional do Tapirapé-Aquiri*, por meio do Decreto n. 97.720/1989, com área estimada de 1.900 km², dos quais 14,26% situados em São Félix do Xingu-PA e 85,74% em Marabá-PA.

Essa área de proteção ambiental foi criada a partir de sugestão do Grupo de Estudos e Assessoramento sobre Meio Ambiente (GEAMAM), da Companhia Vale do Rio Doce, durante a implantação do Projeto Ferro Carajás. O GEAMAM, que tinha entre seus participantes José Cândido de Melo Carvalho, Aziz Ab’Saber, José Galisia Tundisi e Eneas Sallati, recomendou a “criação de unidades de conservação na região da Serra dos Carajás”, no que foi atendido pela criação de algumas, dentre as quais a Tapirapé-Aquiri (Mileski *et al.*, 2006).

Em síntese, portanto, durante a transição política brasileira, *a tendência mais importante na região de São Félix do Xingu-PA, no que tange à defesa da vegetação nativa, foi a formalização das terras indígenas Kayapó e Menkragnoti, do povo Kayapó, com a*

⁵⁴ Essas autuações constam formalmente no banco de dados do Ibama como ocorridas em município diverso de São Félix do Xingu-PA, uma vez que as terras indígenas Apyterewa e Araweté – Igarapé Ipixuna situam-se apenas parcialmente nesse município.

homologação da demarcação dessas áreas ocorrendo no início da década de 1990. Nos processos políticos que culminaram nessas demarcações, *os Kayapó e suas lideranças tiveram grande destaque*, articulando-se nacional e internacionalmente para o atingimento de seus objetivos de regularização territorial e promovendo inúmeras ações com essa finalidade.

Mudanças estruturais da sociedade brasileira, vivenciadas durante a transição política, foram essenciais para os bons resultados das lutas políticas ameríndias desse período, com destaque para as *novas bases institucionais do processo de demarcação das terras indígenas constituídas pela Constituição Federal de 1988* e para a *ampliação do interesse político na proteção dos territórios ameríndios em virtude das pressões internacionais para contenção do desmatamento na Amazônia e para a preservação da biodiversidade*, cada vez mais associada a sua dimensão humana, num contexto de predomínio do desenvolvimento sustentável como ideário mais importante do ambientalismo brasileiro e internacional.

A ambientalização da luta política dos Kayapó, que situaram durante a década de 1980 o discurso ambientalista no eixo central de suas reivindicações territoriais e de seu processo de articulação política nacional e internacional, ocorreu, por seu turno, concomitantemente a associações entre grupos de Kayapó e madeireiras e garimpeiros para extração irregular de riquezas naturais de seus territórios, em processos políticos que se deram em permanente dissenso, havendo uma *disjuntiva clara entre um grupo de indígenas favorável à exploração econômica “não ambientalizada” das terras indígenas, liderado por Pombo, e outro grupo contrário a esse tipo de exploração econômica, liderados por Raoni e Paulinho Payakan*.

Os Parakanã ocidentais e os Araweté, por sua vez, participaram menos ativamente dos processos políticos de formalização de seus territórios indígenas, em virtude da “pacificação” mais recente desses povos indígenas, de seu menor conhecimento sobre a realidade política brasileira e de suas específicas dinâmicas de organização societária. *Os Parakanã ocidentais, inclusive, tiveram seu território significativamente invadido durante a década de 1980 e o início da década de 1990*, perdendo o controle sobre uma parte dele em virtude da grande densidade demográfica da ocupação não ameríndia realizada sob o patrocínio das madeireiras, de políticos locais e do próprio INCRA.

A *repressão ambientalista à exploração irregular das terras indígenas*, por sua vez, ocorreu em São Félix do Xingu-PA durante a transição política brasileira de *modo embrionário*, com a realização de algumas *poucas ações de fiscalização no início da década de 1990*, protagonizadas por instituições executivas ambientais de âmbito federal, especialmente o Ibama, em articulação com outras instituições estatais, especialmente a Funai, e com organizações sociais, como o CEDI, que participou diretamente de ações de campo.

Foram ajuizadas, também, *ações civis públicas sobre a problemática da proteção ambiental nas terras indígenas* pelo Ministério Público Federal e por uma organização social, o Núcleo de Direitos Indígenas, de modo a tornar as instituições judiciais partícipes da definição política da ordenação territorial nas terras indígenas situadas em São Félix do Xingu-PA.

A existência de repressão estatal ambientalista ao desmatamento e seu modo de concretização na região de São Félix do Xingu-PA, pautado pela articulação entre instituições executivas, organizações sociais e instituições judiciais, concretizou localmente as mudanças estruturais da sociedade brasileira no período da transição política, quando houve a autonomização dos núcleos políticos estatais, a ampliação da abertura política para participação das organizações sociais e o aumento da importância política das temáticas ambientais.

Apesar disso, não houve atuação sistemática e consistente das instituições estatais executivas e judiciais nacionais na repressão ambientalista na região nesse período, sendo as poucas iniciativas mencionadas insuficientes para conter o sólido impulso de predação que instalou-se na região durante a transição política brasileira. Nesse período houve, além da ampla exploração irregular das terras indígenas pela extração madeireira e garimpeira, o início do desmatamento sistemático das florestas para ampliação da fronteira agropecuária.

Essa *tendência de ataque à vegetação nativa, que fez-se sentir na região de São Félix do Xingu-PA durante as décadas de 1980 e início da década de 1990, teve como base a combinação de um conjunto de atividades ilegais*, com destaque para a extração ilegal de madeira, a grilagem de terras públicas, o desmate não autorizado das florestas e o trabalho escravo. Apesar da grande violência que caracterizou essas iniciativas, *os agentes nelas envolvidos tinham respaldo das sociedades locais*, onde constituíam alianças políticas e econômicas, num contexto de predominante ausência das instituições estatais.

TRANSIÇÃO POLÍTICA E DEFESA DA VEGETAÇÃO NATIVA: CONCLUSÕES

Em suma, durante a transição política nacional, ocorreram – ainda que com grandes diferenças regionais – mudanças estruturais na organização social brasileira, nas instituições estatais e nas dinâmicas de interação sociopolíticas nacionais e internacionais que permitem considerar esse período como sendo, também, um período de transição ambientalista, no qual houve a emergência do desenvolvimento sustentável como concepção hegemônica no ambientalismo e no qual houve a concretização, nacional e local, do ideário de proteção ambiental em lutas políticas em defesa da vegetação nativa.

Dois processos sociais nortearam a transição ambientalista brasileira: a democratização política nacional e a mudança na dinâmica de interação entre o país e a ordem internacional.

A democratização política nacional produziu mudanças estruturais na relação entre as instituições estatais e a sociedade, fomentando a criação de diversos núcleos de poder estatal relativamente autônomos em relação à cúpula do Executivo federal e ampliando os canais de participação política de organizações sociais e coletivos. Além disso, a democratização permitiu a ampliação da base normativa de proteção ambiental e a estruturação de instituições estatais executivas e judiciais com atuação na temática, em resposta à ampliação da pressão política do movimento ambientalista brasileiro. Ibama e sua atuação repressiva contra o desmatamento, sensoriamento remoto de alguns biomas, Ministério Público e o ajuizamento de ações civis públicas ambientais, manifestações públicas sobre temas ecológicos, atuantes organizações ambientalistas como SOS Mata Atlântica, Instituto Socioambiental e Funatura, são algumas das importantes inovações do período, somente compreensíveis à luz da democratização política.

A mudança da dinâmica de interação entre o Brasil e a ordem internacional, por sua vez, deu-se no contexto da dissolução da ordem binária da Guerra Fria e da constituição de uma nova ordem multipolar. Nessa nova ordem internacional, a proteção ambiental ganhou importância, com a defesa da Amazônia sendo inscrita como tema prioritário do ambientalismo global. Nesse contexto, em que o Brasil almejava e dependia de interações políticas e econômicas mais estáveis com outros países, a defesa da vegetação nativa passou a ocupar posição mais importante na agenda nacional também em virtude da pressão internacional.

A transição ambientalista brasileira do período 1985-1995 foi constituída por inúmeros eventos, relativos a múltiplos âmbitos societários.

No âmbito científico, houve ampliação da produção técnico-científica sobre os temas da biodiversidade e do aquecimento global, que foram alçados à posição central na formatação da retórica discursiva que passou a legitimar as lutas em defesa da vegetação nativa a partir desse período, conformadas como demandas de proteção da diversidade biológica e de mitigação do aquecimento global. Antes da década de 1980, não havia produção científica em quantidade e qualidade suficientes para legitimar tão amplamente essas associações.

No âmbito das relações internacionais, houve a intensificação das pressões contra o Brasil para que o país adotasse políticas mais firmes de contenção do desmatamento, sobretudo em virtude da grande importância que a Amazônia adquiriu para o movimento ambientalista global, durante a década de 1980. Antes desse período, as pressões voltadas diretamente contra os governos brasileiros eram de bem menor intensidade, tal como a sensibilidade dos governos a essa pressão, tendo em vista o relativo distanciamento do país em relação ao exterior.

No âmbito social, houve ampliação significativa do número e da força política das organizações ambientalistas com atuação no país, mantendo-se a centralidade da defesa dos ecossistemas nativos na agenda dessas entidades. Houve, também, consolidação da ambientalização da luta dos povos ameríndios e constituição de um novo tipo de luta política ambiental na demanda dos seringueiros pelas reservas extrativistas. Antes da década de 1980, as reivindicações políticas dos povos indígenas e das populações tradicionais não evocavam, com tanta importância, a retórica ambientalista no Brasil. Além disso, antes desse período, o movimento ambientalista brasileiro era muito mais frágil e territorialmente concentrado.

No âmbito da organização das instituições estatais brasileiras, houve, durante a transição política, a promulgação da Constituição Federal de 1988, documento político-jurídico de refundação do Estado brasileiro. Entre outras mudanças, a Constituição Federal de 1988 ampliou a base normativa de proteção ambiental e a base normativa de proteção dos povos indígenas; ampliou as possibilidades de organização associativa e de participação política dos grupos sociais; e ampliou os poderes das instituições estatais em relação às cúpulas executivas.

No âmbito legislativo, a tendência do período também foi de ampliação da base normativa de proteção ambiental, tendo havido mudanças no Código Florestal e aprovação de leis que capacitaram a atuação estatal na defesa da vegetação nativa. No âmbito judicial, ocorreu a gradativa inserção do Ministério Público nos conflitos ambientais relativos à proteção dos ecossistemas nativos, por meio do ajuizamento de ações civis públicas.

No âmbito da atuação estatal executiva, por fim, ocorreu a mais significativa ampliação, até então, da política de constituição de áreas protegidas, com a homologação presidencial da demarcação de um grande contingente territorial de terras indígenas e com a formalização de uma vasta área como unidades de conservação. A repressão aos ilícitos ambientais por meio da ação de instituições executivas federais e estaduais também foi ampliada, nesse período.

Antes da transição política, o regime constitucional vigente era muito menos protetivo, do ponto de vista do direito ambiental, e muito mais restritivo, no que tange às liberdades políticas de atuação em defesa da vegetação nativa. A legislação florestal era um pouco menos protetiva e o Ministério Público não estava autorizado a atuar na seara cível dos conflitos ambientais. Antes da década de 1980, ademais, a constituição de áreas protegidas no Brasil havia ocorrido apenas em casos pontuais, tendo em vista a continentalidade do território, e não havia instituições executivas capacitadas para se oporem eficientemente às práticas ilícitas.

Todo esse amplo conjunto de modificações societárias que caracteriza a transição ambientalista brasileira contribuiu diretamente para a modificação da dinâmica de interação sociedade-natureza constatada no Brasil nesse período, quando houve diminuição do

desmatamento em todos os biomas nacionais. Embora possua alicerces primordialmente em fatores econômicos, a diminuição do ritmo anual de devastação ambiental não pode ser dissociada da efervescência ambientalista do período.

Os casos da região de Ribeirão Preto-SP e de São Félix do Xingu-PA exemplificam a complexidade e a diversidade da transição ambientalista brasileira.

Na região de Ribeirão Preto-SP, houve, a partir da década de 1980, articulações locais sistemáticas entre organizações ambientalistas, instituições executivas estaduais e o Ministério Público de São Paulo. Esses agentes, associados entre si, protagonizaram o início dos conflitos regionais pela efetivação da legislação florestal, no que tange às áreas privadas de proteção ambiental. A reação do empresariado regional a essa demanda ambientalista foi, em geral, de contrariedade e confronto, tal como ocorrido em relação à demanda pela eliminação da queima da cana, outra reivindicação ambientalista regional inaugurada no período.

Antes da década de 1980, não havia na região de Ribeirão Preto-SP organizações ambientalistas atuantes, não havia instituições executivas estaduais com capacidade de ação em defesa da vegetação nativa e o Ministério Público não estava autorizado a atuar na seara cível dos conflitos ambientais. Por essa razão, não houve confrontos pela implantação de APP e RL nas propriedades privadas. A transição ambientalista significou, nessa região, o início desses enfrentamentos e as primeiras experiências de limitação ecológica do direito de propriedade.

A despeito desse início de enfrentamentos, não houve, entre 1985 e 1995, mudança ambiental constatada na realidade agrária de Ribeirão Preto-SP, não se identificando aumento da quantidade de vegetação nativa regional nesse período.

Na região de São Félix do Xingu-PA, a tendência ambientalista mais importante do período de transição política foi a formalização de duas terras indígenas do povo Kayapó, resultado de processos políticos que envolveram intensamente os próprios ameríndios Kayapó, além de antropólogos e servidores da Funai. Autuações do Ibama e ações civis públicas do Ministério Público Federal, associados a ações de organizações sociais, também compuseram o repertório de confrontos ambientais no Xingu-PA, nesse período.

Anteriormente ao período da transição política, os Kayapó não haviam assumido a retórica ambientalista como eixo estruturante de suas reivindicações territoriais e as pressões internacionais e nacionais pela regularização dos territórios ameríndios não eram tão fortes. A transição ambientalista possibilitou, nessa região, a formalização das terras indígenas.

No que tange à quantidade de área ocupada com ecossistemas de vegetação nativa em São Félix do Xingu-PA, houve, no período da transição política, aumento do desmatamento municipal. A devastação ambiental de parcela do território regional, ainda que diminuta nesse

período, fez-se presente nessa região do país durante a transição política, evidenciando o desenvolvimento desigual da transição ambientalista no território nacional.

Comparando as duas regiões é possível perceber que, enquanto em Ribeirão Preto-SP, os conflitos envolveram sobretudo organizações sociais locais e instituições estatais estaduais no polo da defesa do meio ambiente, em São Félix do Xingu-PA os conflitos envolveram, nesse mesmo polo, povos ameríndios e instituições estatais federais. No mesmo sentido, enquanto em Ribeirão Preto-SP, num território extremamente devastado, o objetivo da intervenção ambientalista foi a implantação de áreas privadas de proteção ambiental, em São Félix do Xingu-PA objetivou-se, num território preservado, a formalização das áreas ameríndias.

Tanto em Ribeirão Preto-SP quanto em São Félix do Xingu-PA não é possível se falar na ocorrência de reforma ambiental, entendida como modificação da ordem econômica politicamente constituída, durante o período da transição ambientalista brasileira. O mesmo vale para todas as regiões do país, no mesmo período. A continuidade da modificação societária iniciada na transição política, com o desenvolvimento das tendências que a caracterizam como uma transição ambientalista, produziu as condições de possibilidade para a ocorrência de uma reforma ambiental nacional no Brasil, a partir de 1995.

4. Reforma ambiental no território nacional (1995-2010)

Entre 1995 e 2002 tivemos, no Brasil, governos presididos por Fernando Henrique Cardoso (“FHC”) e protagonizados por coalizões sociopolíticas encabeçadas partidariamente pelo PSDB. Entre 2003 e 2010 tivemos governos presididos por Luís Inácio “Lula” da Silva e protagonizados por coalizões sociopolíticas encabeçadas partidariamente pelo PT.¹

Todo o período situado entre 1995 e 2010 se caracterizou pela intensificação da intervenção ambientalista na realidade agrária brasileira, dando continuidade aos processos de reestruturação societária iniciados no Brasil com a transição política.

Como consequência dessa intensificação da intervenção ambientalista, ocorreu no território nacional, entre 1995 e 2010, o que podemos denominar reforma ambiental, entendida como modificação parcial e politicamente constituída da qualidade ambiental da ordem econômica brasileira. A expressão principal dessa reforma ambiental foi, no que diz respeito às dinâmicas de uso do solo, a diminuição significativa do desmatamento em todos os biomas nacionais. Apesar de sua importância, a reforma ambiental consistiu numa modificação apenas parcial e limitada da dinâmica de interação sociedade-natureza hegemônica no país.

PERÍODO “CARDOSO” (1995-2002)

No *âmbito social* houve, durante o intervalo de tempo situado entre 1995 e 2002, o fortalecimento da atuação política das organizações ambientalistas na defesa dos ecossistemas de vegetação nativa e o fortalecimento da caracterização das lutas dos povos ameríndios e das populações tradicionais brasileiras por seus territórios como lutas ambientalistas.

Segundo Angela Alonso e Débora Maciel, após a “Eco-92”, as organizações ambientalistas brasileiras adentraram um período de “profissionalização do ativismo”, combinando formalização institucional, especialização técnica e ênfase no gerenciamento de atividades. Táticas de cooperação e negociação passaram a ser cada vez mais privilegiadas no

¹ Apesar das diferenças entre esses governos, é possível identificar três ideários principais que moldaram as disputas políticas relativas à intervenção estatal nas esferas econômica e social, nesse período: o ideário neoliberal, que orienta a política macroeconômica para a estabilidade monetária, decorrente de uma política monetária ortodoxa e de uma administração das finanças visando a produção de superávit, além de propor a redução da atuação econômica estatal; o ideário neodesenvolvimentista, que prioriza o investimento estatal em infraestrutura e em políticas industriais que reestruturem a indústria e que promovam a competitividade internacional das empresas privadas brasileiras; e o ideário estatal-distributivista, que defende a preservação de instituições estatais fortes, o crescimento econômico baseado no mercado interno e a distribuição de renda para as camadas desfavorecidas da sociedade brasileira (Sallum Jr, 1994). Esses três ideários estiveram presentes, com ênfases diversas, nas políticas de todos os governos brasileiros desde 1995, havendo o “predomínio dos interesses financeiros na sociedade e nas políticas de Estado” como tendência do período (Sallum Jr., 2011).

repertório de ações das organizações ambientalistas, diminuindo as ações de contestação e de protesto, que se tornaram residuais. Com isso, num período de grande ampliação dos recursos financeiros para as organizações e de abertura das instituições estatais para ações conjuntas, muitas das demandas dessas organizações foram convertidas em políticas públicas e em regulamentações jurídicas (Alonso e Maciel, 2010).

Ainda segundo Alonso e Maciel, o discurso do movimento ambientalista tornou-se efetivo e penetrante na sociedade brasileira, escapando dos círculos estritamente ambientalistas. Articulações com outras organizações sociais, com empresários, com instituições estatais e com outros atores tornaram-se cada vez mais frequentes e esses agentes passaram a incorporar o ideário ecológico em seus cotidianos. O conhecimento técnico-científico cumpriu um papel importante na fundamentação das ações e dos discursos das organizações ambientalistas, que mantinham em seus quadros profissionais especializados (Alonso e Maciel, 2010).

Entre as organizações com atuação relevante na defesa da vegetação nativa na década de 1990, destacam-se entidades fundadas durante a transição política brasileira, como a SOS Mata Atlântica e o Instituto Socioambiental (ISA), duas das mais importantes organizações ambientalistas nacionais. Em 1996, foi criada formalmente a WWF-Brasil, organização brasileira vinculada à rede WWF (“World Wide Fund for Nature”), uma das mais importantes do ambientalismo internacional.

O acionamento dos veículos de comunicação de massa pelas organizações ambientalistas manteve-se frequente, contribuindo para a divulgação das demandas ecológicas e para ampliação das informações sobre a problemática ambiental, num contexto de ausência de censura e de ausência de restrições repressivas à liberdade de informação.²

Em relação ao fortalecimento da caracterização das lutas dos povos ameríndios como ambientalistas, um dos eventos mais importantes desse período foi a publicação da “Declaração de Princípios sobre Povos Indígenas e Conservação Ambiental”, pela WWF, em 1996.

Segundo a WWF, a organização foi “a primeira das principais organizações ambientais [globais] a formalmente adotar uma política que reconhece os direitos dos povos indígenas”, consolidando, a nível mundial, a incorporação da discussão socioambientalista entre organizações historicamente caracterizadas pela associação ao conservacionismo. Ainda segundo a WWF, o reconhecimento dos direitos dos povos indígenas pela organização teve

² Mário Mantovani, ambientalista brasileiro vinculado à SOS Mata Atlântica desde 1996, comentou, em entrevista concedida à Teresa Urban, sobre os meios de comunicação: “São os nossos grandes parceiros, não interessa como são: se são dirigidos, parciais ou não. Acho que a mídia tem um papel muito importante nesse processo de passagem, nesse momento que estamos vivendo. A SOS aposta muita na mídia, porque é um amplificador. Não como um parceiro ideológico, é um jeito de levar a mensagem” (Urban, 2001, p. 153).

como finalidades evitar o confronto entre políticas conservacionistas e direitos indígenas, partindo da percepção “da enorme contribuição dos povos indígenas com a manutenção de muitos dos mais frágeis ecossistemas do planeta” e da “crença de que as parcerias com os povos indígenas são essenciais” para se alcançarem “objetivos de conservação” (WWF, 2008).

O fortalecimento da caracterização das lutas das populações tradicionais brasileiras por seus territórios como ambientalistas, por sua vez, teve entre os eventos mais relevantes do período a criação de um novo tipo de área comunitária de proteção ambiental com a formalização da chamada “reserva de desenvolvimento sustentável” (RDS) em 1996.

Isso ocorreu em Mamirauá, no Amazonas, num local onde havia sido inicialmente constituída uma estação ecológica, tipo de unidade de conservação (UC) que proíbe a permanência de populações humanas em seu interior, o que se mostrou incompatível com a realidade local. Em Mamirauá, havia a presença em grande qualidade de comunidades humanas realizadoras de atividades econômicas de baixo impacto ambiental, ribeirinhos ou caboclos. Além de ser inviável a retirada dessa população, dadas as implicações práticas e financeiras da remoção, constatou-se que a participação efetiva dessas pessoas na gestão da UC contribuiria para a proteção da biodiversidade, razão pela qual foi desenvolvido um modelo de gestão participativa dos recursos naturais (Queiroz, 2005).

Outra tendência marcante desse período, ainda no que diz respeito às populações tradicionais, foi o início da formalização dos territórios quilombolas. A primeira área formalizada como remanescente de quilombos no Brasil foi o Quilombo Boa Vista, situado em Oriximiná-PA, o que ocorreu em 1995 (Arenz, 2018). Após o reconhecimento desse quilombo, outras comunidades tomaram o mesmo rumo, multiplicando-se o número de áreas formalizadas no país (Carvalho, 2006). Marco normativo importante desse processo foi a publicação da Portaria n. 307/1995 do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), determinando o reconhecimento das comunidades quilombolas. Alguns estados também aprovaram regulamentações específicas sobre o tema, a exemplo de São Paulo, onde foram publicadas a respeito a Lei estadual n. 9.757/1997 e o Decreto estadual n. 41.774/1997.

No âmbito da *produção do conhecimento científico*, houve, entre 1995 e 2002, nacional e internacionalmente, o fortalecimento da elaboração e da divulgação de pesquisas sobre biodiversidade e sobre aquecimento global, contribuindo na formatação da retórica técnico-científica que contemporaneamente legitima as reivindicações de defesa da vegetação nativa.

Entre os eventos de destaque do período estão a divulgação do 2º e do 3º relatórios de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU (IPCC) sobre o aquecimento global, respectivamente em 1995 e 2001.

O 2º relatório do IPCC, segundo Tilio Neto, “apontou um progresso considerável no entendimento das mudanças climáticas desde o primeiro Relatório”, afirmando que a “influência humana sobre o clima global já era mais facilmente identificável, embora ainda persistissem muitas incertezas sobre diversos tópicos”. O 3º relatório do IPCC, por seu turno, trouxe, segundo Tilio Neto, “evidências novas e mais significativas de que o aquecimento global observado nos últimos 50 anos se devia à ação humana” (Tilio Neto, 2010, p. 77-78).

Antonio Nobre (Nobre, 2014, p. 12), Jean Paul Metzger (Metzger, 2010, p. 2), Galizia Tundisi e Takako Tundisi (Tundisi e Tundisi, 2011, p. 68) são alguns dos pesquisadores que apresentaram, em balanços bibliográficos sobre a produção científica nacional e internacional relativa à temática florestal, outros resultados do período 1995-2002, quando foi ampliada a divulgação social sobre a associação entre defesa da vegetação nativa e os temas da proteção da biodiversidade e da proteção contra o aquecimento global.

No *âmbito das relações internacionais*, o período situado entre 1995 e 2002 foi marcado pela continuidade da pressão política internacional pela proteção da Amazônia e pelo avanço na tramitação de alguns tratados sobre temáticas ecológicas.

Um ato que exemplifica a pressão política internacional pela proteção da Amazônia, nesse período, foi a divulgação de um texto de Pascal Boniface, importante assessor da ONU, em 2001, no qual ele defende publicamente que poderia ser feita uma exceção ao princípio da soberania dos Estados visando à proteção da Amazônia – referida erroneamente como “pulmão do mundo” – caso o Brasil não tomasse medidas efetivas em sua preservação (Silva, 2008, p. 47-51). Ele sugere no texto a possibilidade de intervenção internacional no Brasil.

Entre os tratados cuja tramitação avançou durante os governos “FHC”, relativos à defesa da vegetação nativa, destaca-se a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada na “Eco-92” e incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro no período, por meio do Decreto n. 2.519/1998, e o Protocolo de Kyoto, relativo à redução da emissão de gases causadores do efeito estufa, assinado no Japão, em 1997, e ratificado em 1999.³

No *âmbito legislativo*, houve, entre 1995 e 2002, a continuidade da tendência de aprovação de leis de proteção ambiental, após disputas congressuais marcadas pela ampla participação de organizações ambientalistas e pelo apoio decisivo das bases parlamentares governistas, pressionadas pelas demandas internacionais e nacionais de proteção ambiental.

Segundo Suely Araújo, foram quatro as principais coalizações organizadas de atores nas disputas parlamentares relativas a biodiversidade e florestas nesse período: “tecnocratas

³ Para uma análise mais aprofundada do posicionamento do Brasil nas negociações de tratados internacionais do período, cf. os trabalhos de Eduardo Viola (Viola, 2004, p. 39-40; Viola e Franchini, 2013, p. 59-60).

esclarecidos”, que tinham atuação preferencial em biodiversidade; “socioambientalistas”, com atuação focada no uso sustentável e na preservação; “desenvolvimentistas modernos”, que visavam sobretudo a utilização sustentável dos recursos naturais; e “desenvolvimentistas tradicionais”, focados numa interação utilitarista com a natureza (Araújo, 2007, 2013).

Entre as principais mudanças legislativas do período, no que tange à defesa da vegetação nativa, destacam-se a aprovação de modificações no Código Florestal, a aprovação da Lei de Crimes Ambientais e a aprovação da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

As modificações no Código Florestal começaram a ser feitas em 1996, por meio de medidas provisórias, como uma das respostas políticas à constatação, pelo Executivo, de um aumento expressivo no desmatamento da Amazônia, no ano anterior. Segundo os agentes públicos responsáveis pela elaboração das propostas de mudança legislativa, a pressão política internacional foi o fundamento mais importante para a decisão de alterar o Código Florestal.⁴

O núcleo central da mudança legislativa foi o aumento da porcentagem da reserva legal para as propriedades privadas situadas na Amazônia, anteriormente fixada em 50% e que passou ao patamar de 80%, em 1996. A medida provisória foi escolhida como instrumento legislativo, em lugar da proposta de lei, para permitir maior margem de manobra ao Executivo.

A primeira medida provisória editada sobre o tema foi a de n. 1.511-3/1996, sobre a qual não houve deliberação do Congresso Nacional no prazo constitucional. Posteriormente, entre 1996 e 2001, essa medida provisória foi reeditada 67 vezes, com mudanças em seu conteúdo⁵, prosseguindo sem análise de mérito pelo Congresso até o advento da Emenda Constitucional n. 32/2001, que manteve em vigor todas as medidas provisórias editadas até então, dentre as quais a de número 2.166-67, última a modificar o Código Florestal nesse período. A medida provisória 2.166-67 vigorou por 11 anos, até 2012 (Cunha, 2013).

⁴ Paulo Cunha realizou entrevistas com os principais agentes públicos responsáveis pela elaboração das medidas provisórias, vinculados ao Ministério do Meio Ambiente (MMA): Gustavo Krayse (à época, ministro do MMA); Antônio Carlos Prado (à época, diretor de desenvolvimento sustentável do MMA); Eduardo Martins (à época, presidente do Ibama); Deusdará Filho (à época, secretário de políticas ambientais do MMA). Ele afirma, sobre as entrevistas: “Krause (2011) reconheceu que o governo tinha uma preocupação em ‘mostrar uma coisa pró ativa’ no plano internacional e esperava que uma parcela das organizações nacionais e estrangeiras olhasse a MPv 1.511/1996 como uma reação contra o desmatamento. [...] Martins (2012) confirmou que, naquela época, a agenda ambiental brasileira era muito ditada pela percepção que vinha do exterior. [...] Deusdará Filho (2011) e Prado (2012) admitiram que a MPv. 1.511/1996 foi uma maneira de responder às pressões internacionais (e também nacionais) para a criação de políticas orquestradas para a Amazônia” (Cunha, 2013, p. 64-65).

⁵ Entre as mudanças no Código Florestal realizadas nesse período, destacam-se: a permissão para compensação da RL por outras áreas, situadas fora da propriedade privada, inserida em 1998; a permissão para inserção das APP no cômputo da RL, em determinadas condições, inserida em 1998; a permissão para utilização de espécies exóticas na recomposição da RL, inserida em 1998; a revogação da obrigação expressa de recompor RL, inserida em 1998 e retirada em 2000, de modo a reprimir (revalidar) a obrigação de recomposição.

Durante o período 1996-2001, as medidas provisórias sobre o Código Florestal foram alvo de intensa disputa legislativa, com a bancada ruralista posicionando-se contrária à fixação da reserva legal em 80% para as propriedades situadas na Amazônia. A retórica da “internacionalização da Amazônia por ONGs” e da “necessidade de aplacar a fome do povo brasileiro” foi frequentemente usada pelos ruralistas nos debates congressuais.⁶ Em defesa do aumento da proteção ambiental, houve manifestações públicas e ações de organizações ambientalistas como ISA, SOS Mata Atlântica, Greenpeace, WWF, entre outras (Cunha, 2013).

A despeito do grande poder da bancada ruralista, o arranjo institucional da medida provisória possibilitou ao Executivo sua sucessiva reedição e permitiu que ele, assim, obstasse a maioria ruralista de fazer valer seu poder político parlamentar. A partir de 2001, quando a reedição ilimitada das medidas provisórias foi vedada, a bancada parlamentar governista conseguiu obstar a tramitação das propostas de reforma da legislação florestal, sob condução do Executivo e sob pressão das organizações ambientalistas internacionais e brasileiras. Com isso, foi possível manter vigentes as mudanças legislativas do Código Florestal, atendendo às pressões políticas internacionais e nacionais pela proteção da Amazônia (Cunha, 2013).

A Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998), por seu turno, tipificou as condutas consideradas crimes ambientais e as condutas consideradas infrações administrativas ambientais, definindo as regras processuais relativas à matéria. A proteção da vegetação nativa ganhou alicerces mais sólidos com essa lei, fortalecendo a repressão aos ilícitos ambientais.

Por fim, a Lei n. 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), foi produto de uma longa tramitação legislativa, cujo início remonta a 1988. Neste ano, foi solicitado à organização ambientalista Funatura a elaboração de um projeto de lei visando sistematizar a regulamentação jurídica das áreas protegidas no Brasil. Fábio Feldmann e Fernando Gabeira foram os congressistas com atuação destacada nessa tramitação legislativa, tendo sido autores das propostas que nortearam a discussão, caracterizada por ampla participação das organizações ambientalistas (Mercadante, 2001).

A principal clivagem que marcou essa disputa legislativa não foi entre ruralistas e ambientalistas, mas entre conservacionistas e socioambientalistas (Mercadante, 2001). Esse fato evidencia que, apesar das inúmeras convergências existentes desde a década de 1980 entre

⁶ Paulo Cunha informa, por exemplo, que “o relator da Comissão, Moacir Micheletto (PMDB/PR), afirmou que o texto havia sido produzido sob os comandos da internacionalização da Amazônia, de ‘ONGs internacionais’ e da obstacularização do desenvolvimento agrícola, sendo que não dava ‘para se pensar em árvores com tantos brasileiros passando fome’” (Cunha, 2013, p. 107).

os dois grupos principais do ambientalismo, ainda havia sólidas divergências entre eles, especialmente no que tange à classificação das reservas extrativistas como UC.⁷

A Lei do SNUC estabeleceu dois grupos de unidades de conservação integrantes do sistema brasileiro: as unidades de proteção integral, cujo objetivo é “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais” (art. 7º, §1º); e as unidades de uso sustentável, cujo objetivo é “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (art. 7º, §2º).

Entre as unidades de proteção integral, onde, em regra, não se admite uso dos ecossistemas nativos, apenas preservação, estão: estação ecológica, reserva biológica, parque nacional, monumento natural e refúgio da vida silvestre.⁸ Entre as unidades de uso sustentável, onde o uso não degradante dos ecossistemas é permitido, estão: área de proteção ambiental, área de relevante interesse ecológico, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável e reserva particular do patrimônio natural.⁹

⁷ Maurício Mercadante indica, em texto sobre o tema, inúmeros focos de conflito entre conservacionistas e socioambientalistas, durante a tramitação legislativa do projeto de lei que resultou no SNUC. Em relação às reservas extrativistas, ele afirma: “houve resistência [dos conservacionistas/preservacionistas] à inclusão da Reserva Extrativista – Resex, no Sistema. Para os preservacionistas, a Resex é uma forma de fazer reforma agrária, não é uma categoria de UC.”. Os conservacionistas chegaram a montar uma rede de organizações para promover o enfrentamento das propostas socioambientalistas: “A Rede Pró-UC foi organizada para defender o modelo tradicional de UC e, consequentemente, combater as inovações propostas pelo relator ao PL n. 2.892/92”. (Mercadante, 2001)

⁸ Segundo as definições da Lei do SNUC, a estação ecológica “tem como objetivo a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas” (art. 9º). A reserva biológica, por sua vez, “tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais” (art. 10). O parque nacional “tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico” (art. 11). O monumento natural “tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica” (art. 12). O refúgio da vida silvestre, por fim, “tem como objetivo proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória” (art. 13).

⁹ O SNUC define que a área de proteção ambiental é “uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (art. 15). Não se trata propriamente de uma área protegida, mas de uma parcela do território onde há restrições para exercício dos direitos de propriedade. A área de relevante interesse ecológico, por sua vez, é “uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza” (art. 16). A floresta nacional é “uma área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas” (art. 17). A reserva extrativista, um tipo de área comunitária de proteção da vegetação nativa, foi definida pelo SNUC como “uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade” (art. 18). A reserva de fauna foi definida pelo SNUC como “uma área natural com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para

No âmbito da atuação das instituições administrativas estatais, o período 1995-2002 foi marcado pelo aumento significativo da repressão ao ataque aos ecossistemas de vegetação nativa, sobretudo no bioma Amazônia; pelo auge da política de demarcação de terras indígenas de toda a história brasileira, em termos de área regularizada; e pelo fortalecimento da política de constituição de unidades de conservação.¹⁰

Em relação à repressão estatal à devastação dos ecossistemas de vegetação nativa, o governo “FHC” deparou-se, logo em seu início, com um aumento substantivo do desmatamento da floresta Amazônica brasileira. Em 1995, foi atingido o pico histórico do desmatamento, com a eliminação de 29.059 km² do “bioma”. A estabilização promovida pelo Plano Real a partir de 1994 e a intensificação do dinamismo econômico no Brasil contribuíram para essa ampliação do ataque à vegetação nativa nessa região do país.

Em resposta a esse pico histórico de desflorestamento e também em função da grande centralidade que a proteção da Amazônia havia adquirido na política internacional a partir da década de 1980, o governo “FHC” adotou, a partir de 1996, três linhas principais de intervenção ambientalista para contenção do desmatamento: a) modificou o Código Florestal, conforme já explicitado, ampliando a proteção jurídica da reserva legal na Amazônia; b) executou uma série de medidas de controle da exploração de mogno na região amazônica; c) ampliou significativamente a capacidade de ação das instituições executivas ambientais no Brasil e, em especial, na Amazônia Legal.

As medidas do governo “FHC” de controle da exploração de mogno na Amazônia brasileira tiveram início com a suspensão de novas autorizações e concessões para exploração dessa madeira na região, por dois anos, pelo Decreto n. 1.963/1996.¹¹ Posteriormente, essa suspensão foi prorrogada duas vezes, também por dois anos, por meio do Decreto n. 2687/1998

estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos” (art. 19). A reserva de desenvolvimento sustentável, outro tipo de área comunitária de proteção ambiental, foi definida pelo SNUC como “uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica” (art. 20). A reserva particular do patrimônio natural, por fim, é “uma área privada, gravada com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica” (art. 21).

¹⁰ Viola possui uma posição bastante crítica em relação à política florestal do governo “FHC”. Apesar de afirmar, em um de seus trabalhos, que “nenhum país capitalista na história mundial jamais interferiu de maneira tão severa na propriedade privada” (Viola, 2013, p. 111), no que diz respeito à ampliação da reserva legal para 80% na Amazônia, a maioria dos seus textos destaca as limitações das ações realizadas (Viola, 1998, 2004).

¹¹ As mudanças do Código Florestal propostas por meio da medida provisória n. 1.511/1996, já referida, e o Decreto n. 1.963/1996 sobre a suspensão da exploração da madeira, foram divulgados na imprensa nacional como “Pacote Amazônico”. A forte influência internacional na adoção dessas medidas é ressaltada por Cunha, para quem “o governo Cardoso temia que os dados significativos apurados pelo INPE, ao serem divulgados, pudessem arranhar a imagem do Brasil no exterior às vésperas de dois importantes eventos que aconteceriam em setembro de 1996: a reunião do PPG7, na Alemanha, e a Semana da Amazônia, em Nova Iorque (EUA)” (Cunha, 2013, p. 57-59).

e do Decreto n. 3559/2000. Em 2001, foi realizada a “Operação Mogno” pelo Ibama e pela Polícia Florestal, numa importante iniciativa de repressão estatal à exploração ilegal da madeira na região chamada de “Terra do Meio”, situada entre São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA. As 11 autorizações e concessões então vigentes para exploração de mogno na Amazônia foram suspensas, também em 2001 (Instrução Normativa n. 17/2001, do Ibama), para realização de uma auditoria, e, no mesmo ano, 10 delas foram canceladas (Instrução Normativa n. 22/2001, do Ibama), devido a impropriedades técnicas e fraudes (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002).¹²

O governo “FHC” também diminuiu as cotas de exportação do mogno, que baixaram para 65.000 m³ em 1998 e para 30.000 m³ em 2001, e incluiu as espécies brasileiras de mogno no chamado “Apêndice III da Cites”, uma lista vinculada à Convenção da ONU sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora (Cites), que torna exigível que as nações produtoras certifiquem que a madeira exportada foi explorada em correspondência com os parâmetros legais (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002, p. 32).¹³

A mobilização social contrária à exploração do mogno na Amazônia brasileira teve no Greenpeace seu principal agente de articulação.

Segundo Grogan, Barreto e Veríssimo, a atuação do Greenpeace envolvia “desde a documentação da exploração ilegal de mogno até campanhas contra o comércio ilegal”, com ações de pressão contra as instituições estatais brasileiras, para que intensificassem a repressão ambiental, e de colaboração com essas mesmas instituições, numa oferta permanente de informação. Ainda segundo os autores, no âmbito internacional, as ações do Greenpeace influenciaram a decisão de diversos países em suspender a compra do mogno brasileiro, nesse período (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002, p. 33).¹⁴

¹² Uma decisão judicial do mesmo ano suspendeu esse cancelamento (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002).

¹³ A inclusão do mogno no “Apêndice III da Cites” levou, em 2002, o secretariado da Cites a aconselhar os membros a pararem de comprar o mogno brasileiro, em virtude da suspensão dos planos de manejo e das limitações à exportação estabelecidas pelo governo brasileiro. Anteriormente, nas reuniões da Cites ocorridas em 1992, 1994 e 1997, a inclusão do mogno como espécie potencialmente ameaçada de extinção no chamado “Apêndice II da Cites”, que possibilita uma maior controle sobre a produção e circulação da espécie, havia sido proposta por organizações não governamentais e pelas delegações de Holanda e Estados Unidos. A não aprovação das propostas, nesses casos, contou com forte participação da delegação brasileira e dos outros países exportadores de mogno (Grogan, Barreto e Veríssimo, 2002, p. 32).

¹⁴ Entre as principais campanhas internacionais do Greenpeace sobre esse tema destaca-se a chamada de “Face a Face com a destruição”, de 1999, e a “Parceiros no crime”, de 2001. Amparado em extensa pesquisa documental, o Greenpeace caracterizou, nessas campanhas, as múltiplas vinculações da exploração do mogno com o desmatamento sistemático para implantação de monocultivos agropecuários e com a degradação de terras indígenas e de unidades de conservação, mapeando as cadeias produtivas da madeira até os centros de consumo situados nos países centrais. Essa estratégia teve grande repercussão política, pois implicava grandes empresas multinacionais e os próprios consumidores na responsabilidade simbólica pela proteção da Amazônia, o que levou grandes empresas e Estados a suspenderem o comércio com produtores brasileiros.

A terceira linha principal de ação adotada pelo governo FHC, a partir de 1996, foi a ampliação do número de autuações ambientais do Ibama, especialmente na Amazônia Legal, o que resultou no aumento substancial da repressão estatal aos ilícitos ambientais.

Gráfico 3. Autuações do Ibama no Brasil e na Amazônia Legal (1988-2017)

Fonte: Ibama¹⁵

O gráfico da página anterior indica um duplo movimento de reestruturação ocorrido entre 1995 e 1996 na atuação do Ibama: o número de autuações ambientais no Brasil cresceu 833,6%, saltando de 4.582 em 1995 para 38.196 em 1996, o que evidencia o aumento significativo da capacidade de ação dessa instituição executiva; e a Amazônia Legal passou a responder por 25,3% dessas autuações ambientais em 1996, contra apenas 9,1% em 1995, o que evidencia a priorização crescente das ações do Ibama no bioma Amazônico.

Com isso, durante os governos “FHC”, a capacidade de ação do Ibama foi deslocada para um patamar superior ao existente no Brasil, até então, com média anual de autuações sempre superior a 25.000, entre 1996 e 2002. A participação da Amazônia Legal no cômputo total das ações do Ibama, por sua vez, seguiu sempre superior a 20% entre 1996 e 2002, evidenciando a crescente priorização desse bioma na orientação das ações. Essas mudanças tornaram a repressão ambientalista uma política estatal consistente.¹⁶

¹⁵ Os dados apresentados nesse gráfico foram tabulados por mim, a partir das informações extraídas do sítio eletrônico do Ibama, com acesso em 31/8/2018, no endereço eletrônico:

<<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>>.

¹⁶ Um exemplo importante de atuação das instituições executivas na repressão ambiental realizada nesse período foi a chamada “Operação Macauã”, sob coordenação do Ibama.

Ainda no que tange à atuação repressiva das instituições executivas nacionais, houve, em 1999, um importante incentivo à atuação estatal com a publicação do Decreto n. 3.179/1999, que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais e ampliou significativamente os valores que poderiam ser cobrados nas multas ambientais. Seus limites passaram, segundo Barreto e Silva, de US\$3.000,00 para US\$30.000.000,00, aproximadamente (Barreto e Silva, 2010). Além disso, o Decreto regulamentou a destruição e inutilização de produtos envolvidos em ilícitos ambientais, incentivando a repressão ambientalista estatal.

Outra tendência importante da ação executiva dos governos “FHC” foi o fortalecimento da política de constituição de áreas protegidas no Brasil.

Em relação às terras indígenas, essa política ambiental atingiu o seu auge no período, quando houve homologação presidencial da demarcação da maior quantidade de terras indígenas, em área, de toda a história nacional até o presente momento, como destaca o gráfico a seguir. No primeiro governo “FHC” foram homologadas as demarcações de 315.269,66 km² de terras indígenas. No segundo governo “FHC” foram 96.999,36 km², totalizando 412.269 km² de TI com demarcação homologada nos dois governos.

Gráfico 4. Declaração e homologação de terras indígenas - Brasil (1985-2014)

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)¹⁷

Segundo estudo especializado, realizado pelas organizações ambientalistas ISA e Imazon, essa grande abrangência territorial da política de demarcação de terras indígenas foi possibilitada pelo suporte do Projeto Integrado de Proteção das Terras Indígenas na Amazônia Legal (PPTAL), um dos componentes do Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais

¹⁷ Os dados foram extraídos do sítio eletrônico do ISA, no endereço <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/com-pior-desempenho-em-demarcacoes-desde-1985-temer-tem-quatro-terras-indigenas-para-homologar>>. Acesso em 3/6/2019.

Brasileiras (PPG7), financiado pelos países do G7. Por meio do PPTAL foram financiados e viabilizados os estudos e trabalhos de demarcação física das terras indígenas no bioma Amazônico (Veríssimo et al., 2011, p. 46).

Em relação às unidades de conservação, também houve fortalecimento da política de constituição de áreas nos anos “FHC”, em relação aos períodos anteriores da história nacional.

Em seu primeiro mandato, houve a constituição de 42.275,02 km² de unidades de conservação (UC) federais, segundo dados do Instituto Socioambiental (ISA). No bioma Amazônia, foram constituídos 41.316 km² de unidades de conservação (UC) federais, sendo 5.780 km² de UC de proteção integral e 35.537 km² de UC de uso sustentável. No segundo mandato, foram constituídas UC que totalizam 119.696,38 km². No bioma Amazônia, foram 91.442 km², sendo 54.190 km² de UC de proteção integral e 37.252 km² de UC de uso sustentável. Somados os dois mandatos, foram constituídos 161.971,4 km² de UC.¹⁸

Segundo Veríssimo et al., a estratégia do governo “FHC” de ampliar a quantidade de UC visava “atender às metas de conservação da biodiversidade assumidas pelo Brasil no âmbito da Convenção de Diversidade Biológica” (Veríssimo et al., 2011, p. 22).

Os autores também destacam a intensa participação das organizações ambientalistas nos processos de planejamento e constituição dessas unidades de conservação, afirmando que “estudos feitos por instituições de pesquisa socioambientais, em parceria com os órgãos públicos, serviram de base para a criação de novas UCs” (Veríssimo et al., 2011, p. 23).¹⁹

Os estados federados brasileiros também contribuíram para a expansão da rede de UC no Brasil, nesse período. Trabalhando com dados somente do bioma Amazônia, Veríssimo e coautores apontam que houve a constituição, entre 1995 e 2002, de 114.321 km² de UC, sendo 21.001 km² de UC de proteção integral e 93.320 km² de UC de uso sustentável.

No âmbito da atuação das instituições judiciais, por fim, o período 1995-2002 foi marcado pela ampliação da intervenção do Ministério Público nos conflitos ambientais,

¹⁸ Os dados do Instituto Socioambiental (ISA) sobre a área total de UCs constituída no Brasil foram extraídos do sítio eletrônico < <https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#historico> >, com acesso em 11/7/2019. Os dados relativos ao bioma Amazônia foram extraídos do trabalho feito em parceria entre o ISA e o Imazon, “Áreas protegidas na Amazônia Brasileira: avanços e desafios” (Veríssimo et al., 2011).

¹⁹ Um dos pontos altos dessa aproximação entre organizações ambientalistas e instituições estatais, visando planejar e executar a política de constituição de UC no Brasil nesse período, foi a realização, em 1999, do “Workshop ‘Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios’, coordenado pelo ISA, Imazon, Conservação Internacional (CI), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto Sociedade População e Natureza (ISPN) e Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia”. Esse evento “contou com a presença de mais de 220 especialistas das áreas de ciências biológicas e humanas, além de representantes da sociedade civil e dirigentes públicos” (Veríssimo et al., 2011, p. 23).

amparada em intensa articulação com outros atores, sociais e estatais.²⁰ Além disso, nesse período, ficou mais evidente uma opção política do Ministério Público na priorização de instrumentos extrajudiciais de atuação, em detrimento de instrumentos judiciais.

Com dados relativos à atuação do Ministério Público de São Paulo entre 1995 e 1997, Débora Maciel evidencia a importância da defesa da vegetação nativa no repertório de atuação dessa instituição judicial, tanto na capital quanto no interior de SP. Na capital, 32,4% dos danos ambientais registrados pelo Ministério Público relacionavam-se ao tema “recursos naturais”, sendo a maioria deles “casos relativos a desmatamento de vegetação”. No interior, 66,7% dos danos ambientais registrados relacionavam-se a “recursos naturais”, sendo que “desmatamento” participou com 825 registros, de 1.539 (53,6%) (Maciel, 2002, p. 90-98).

A articulação entre o Ministério Público e outros atores, sociais e estatais, em sua inserção nos conflitos ambientais é indicada por dados de participação de agentes no oferecimento de denúncias sobre irregularidades ambientais ao Ministério Público, como os encontrados por Débora Maciel sobre o Ministério Público de São Paulo e por Werneck Vianna e Marcelo Burgos, sobre o Ministério Público do Rio de Janeiro.²¹

Os dados de Débora Maciel sobre SP também evidenciam a priorização dos instrumentos extrajudiciais de atuação pelo Ministério Público. Entre 1996 e 1998, foram instaurados 1.540 “procedimentos investigatórios e inquéritos civil” e ajuizadas apenas 666 ações civis públicas sobre temas ambientais em SP. Portanto, houve maior número de ações extrajudiciais iniciadas do que de ações judiciais. Ela fala, em vista disso, de uma “face ‘desjudicializadora’” na atuação do Ministério Público nos conflitos ambientais, “marcada pela negociação e barganha, típica da esfera política, presente nas relações de cooperação estabelecidas com as arenas ambientais” (Maciel, 2002, p. 101-104).²²

²⁰ Um evento que evidencia o crescimento da importância da atuação ambiental no contexto mais amplo da organização do Ministério Público brasileiro foi a criação, em 1997, da ABRAMPA, Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, entidade civil que agrega promotores de justiça com atuação ou interesse nas temáticas ecológicas.

²¹ Débora Maciel encontrou, entre os demandantes da atuação ambientalista do Ministério Público da capital de SP, entre 1990 e 2001, 28,4% de representações oferecidas pela “Administração Pública”, com a participação substantiva, também, de atores sociais: “indivíduos”, 14,7%; “associação de moradores”, 6,9%; “associações ambientalistas”, 3,9%; entre outros. Autonomamente, o Ministério Público respondeu por apenas 22,5% das iniciativas de atuação do período (Maciel, 2002, p. 83). No mesmo sentido, Werneck Vianna e Marcelo Burgos encontraram altas taxas de participação social e estatal no oferecimento de denúncias ambientais ao Ministério Público do Rio de Janeiro, na capital desse estado, entre 1997 e 2001: 41,3% das denúncias provinham de “moradores”; 17,8% do “Poder Público”; e 13,2% de “entidades da sociedade civil”. O próprio Ministério Público respondeu por apenas 27,5% das iniciativas de ação (Vianna e Burgos, 2002, p. 454).

²² No mesmo sentido, Werneck Vianna e Burgos destacam, em relação à atuação do Ministério Público do Rio de Janeiro na temática dos direitos coletivos, que “a esmagadora maioria dos conflitos administrados pelo Ministério Público tem sido resolvida de modo extrajudicial, de sorte que apenas uma pequena parcela dos inquéritos chega a se transformar em uma ação civil pública”. Em relação especificamente à temática ambiental, eles enfatizam que “o Ministério Público tem optado por judicializar boa parte dos conflitos, o que não exclui a

Pautado pela alegada baixa efetividade das ações judiciais, tidas como demoradas e de resultado incerto, o Ministério Público passou a priorizar, em meados da década de 1990, após a criação do “compromisso de ajustamento de conduta”, a negociação direta com os agentes envolvidos nos conflitos ambientais, a fim de assinar com eles acordos extrajudiciais.

A judicialização continuou sendo importante nessa nova dinâmica de atuação do Ministério Público, mas como um instrumento secundário, a ser utilizado em caso de insucesso da negociação direta e operando, assim, como um recurso de constrangimento.

Desse modo, o estabelecimento de um compromisso de ajustamento de conduta, no curso de um inquérito civil instaurado a partir de uma “denúncia” de um ator social ou estatal, instruído por meio de requisições e associado à ameaça do ajuizamento de uma ação civil pública, tornou-se o modo de trabalho privilegiado do Ministério Público em todo o Brasil.

Tal metodologia de trabalho aumentou o poder político do Ministério Público e sua autonomia em relação ao Judiciário, ampliando o potencial de sua atuação nos conflitos ambientais, dentre os quais se incluem os casos que envolvem a defesa da vegetação nativa.

Em síntese, houve, durante o período “Cardoso” (1995-2002), intensificação das tendências observadas na transição política brasileira, com o fortalecimento da intervenção ambientalista, que se expressou de múltiplos modos e em múltiplos âmbitos.

No âmbito social, houve a ampliação da participação das organizações ambientalistas e dos povos ameríndios e tradicionais nas lutas em defesa da vegetação nativa. No âmbito científico, houve a ampliação das pesquisas sobre aquecimento global e biodiversidade, retóricas que legitimam a defesa da vegetação nativa. No âmbito das relações internacionais, houve a continuidade das pressões políticas por proteção ambiental. No âmbito legislativo, houve a continuidade da produção de leis protetivas, produtos de tramitações legislativas marcadas pela intensa participação das organizações ambientalistas. No âmbito executivo, houve o fortalecimento da repressão estatal à devastação ambiental e o fortalecimento da política de constituição de áreas protegidas, num contexto de forte pressão política nacional e internacional pela proteção dos ecossistemas nativos. No âmbito judicial, houve a ampliação da inserção do Ministério Público nos conflitos ambientais.

necessidade de se construir, em alguns casos, redes institucionais capazes de suportar ações altamente complexas que envolvam danos ambientais de amplo alcance” (Vianna e Burgos, 2002, p. 442-460).

PERÍODO “LULA” (2003-2010)

O período 2003-2010 também foi marcado pela intensificação da intervenção ambientalista na realidade agrária nacional.

No *âmbito social*, a década de 2000 registrou a fundação do maior número de entidades ambientalistas de toda a história nacional, evidenciando a continuidade da expansão da sociedade civil organizada com atuação em temas ecológicos, conforme indica o gráfico a seguir. Essas organizações sociais prosseguiram pautando-se preferencialmente por ações de cooperação e de trabalho em conjunto com instituições estatais e com organizações empresariais, mantendo-se a adoção apenas ocasional de atos de protesto e de confronto.

Gráfico 5. Fundação de entidades ambientalistas no Brasil (1980-2010)

Fonte: IBGE e IPEA²³

A influência das organizações ambientalistas na definição e no direcionamento das políticas públicas ambientais continuou crescente durante o período “Lula” (2003-2010), quando foram instituídos mecanismos de fomento à participação social, tais como as Conferências Nacionais do Meio Ambiente, ocorridas em 2003, 2006 e 2008.²⁴

²³ As informações foram extraídas do relatório “As fundações privadas e associações sem fins lucrativos no Brasil 2010” (IBGE e IPEA, 2012, p. 35-36). Os autores do relatório adotaram a nomenclatura “meio ambiente e proteção animal” para referirem-se à temática ambientalista.

²⁴ As Conferências Nacionais do Meio Ambiente foram constituídas como instâncias de consulta e deliberação sobre temas ambientais, pautadas pela participação social direta e indireta nos processos decisórios. Cristiana Losekann explica que a Primeira Conferência, em 2003, foi concebida “como uma iniciativa que alargaria o debate sobre meio ambiente para a sociedade como um todo e traria legitimidade às ações do MMA junto à sociedade”. Segundo ela, participaram da Primeira Conferência, “contando com as etapas municipais e estaduais, cerca de 65 mil pessoas”, havendo na etapa nacional “912 delegados eleitos e mais 165 delegados conselheiros do CONAMA [Conselho Nacional do Meio Ambiente] e do CNRH [Conselho Nacional de Recursos Hídricos]”. Da Segunda Conferência, participaram “1.337 delegados”. Ainda segundo Losekann, as Conferências fomentaram a “formação de novos públicos para a questão ambiental, diversificando ainda mais o terreno de atuação do ambientalismo”, num contexto de valorização da participação social nos processos decisórios (Losekann, 2014, p. 150 e 262).

No *âmbito científico*, houve, durante esse período, a continuidade da elaboração de pesquisas associando a devastação e os usos degradantes dos ecossistemas de vegetação nativa à deterioração das condições ambientais, especialmente no que tange à biodiversidade e ao aquecimento global. Além disso, foram organizadas coletâneas em defesa das diretrizes e regras jurídicas estabelecidas pelo Código Florestal brasileiro para proteção ambiental, com sínteses do conhecimento científico produzido sobre o tema.

O 4º Relatório do IPCC, publicado em 2007, foi um dos destaques do período, em termos de divulgação de resultados científicos sobre o aquecimento global. Ele foi muito mais claro e direto que os textos anteriores do IPCC.

Segundo o documento, o aquecimento do sistema climático havia passado a ser considerado “inequívoco” e teria passado a existir, em virtude dos acúmulos em termos de resultados de pesquisas científicas, um “grau muito alto de confiança – definido como certeza de 90% – de que o efeito líquido das atividades humanas desde 1750 tem sido no sentido do aquecimento”. Ainda segundo o 4º Relatório do IPCC, “a maior parte do aumento registrado nas temperaturas médias globais desde meados do século XX deve-se muito provavelmente (definido como grau de certeza de cerca de 92,5%) à elevação observada nas concentrações de gases-estufa antropogênicos” (Ricupero, 2007, p. 153).

Especificamente sobre a temática florestal, o 4º Relatório do IPCC consignou que o desmatamento responderia por “18% das emissões [de gases-estufa], mais que o setor de transporte”, inserindo a proteção dos ecossistemas de vegetação nativa no centro do debate ambiental sobre mitigação do aquecimento global (Ricupero, 2007, p. 158).

Outros estudos científicos elaborados nesse período também destacaram a vinculação entre desmatamento e mudanças climáticas, versando especificamente sobre a Amazônia.

Nesse sentido, Nobre cita “estudos em torres micrometeorológicas” que “mostram que a substituição de floresta por pastagem leva, como previsto pelos modelos, a um aumento da temperatura de superfície e uma redução na evapotranspiração”. Ele também menciona “observações de satélite”, que evidenciam que, “durante a estação seca”, “a evapotranspiração das florestas continua a ocorrer ou até aumenta, mas não nas áreas desmatadas” (Nobre, 2014).²⁵

²⁵ Nobre cita, também, outros trabalhos do período que contribuíram para a intensificação da associação científica entre desmatamento e aquecimento global. Ele próprio, juntamente com Adriana Cuatras, elaboraram, em 2007, uma estimativa da “quantidade total diária de água fluindo do solo para a atmosfera através das árvores”, o que permitiu a conclusão de que a floresta Amazônica jorra para o continente americano, diariamente, “um rio vertical de vapor mais importante que o rio Amazonas”. No mesmo sentido, José Marengo e colaboradores haviam descrito, em 2004, a circulação de ventos carregados de umidade no continente americano. Nobre afirma, ainda, que “embora alguns estudos observacionais tenham revelado um aumento localizado da chuva com o desmatamento, estudos mais abrangentes, simulações com modelos climáticos e mesmo análises teóricas esclareceram o caráter local e transitório desse efeito, que depende da existência de

Com a divulgação desses estudos, passou a ser amplamente residual, no campo científico, posição que negasse a associação entre desmatamento e mudanças climáticas, consolidando com vigor máximo a retórica contemporânea da defesa da vegetação nativa, baseada na proteção da biodiversidade e na oposição ao aquecimento global.

Na esteira dessa posição científica, em 2007 foi publicado o primeiro estudo que tentou modelar o limite máximo de desflorestamento admissível na Amazônia para evitar um rompimento irreversível de sua integridade ecossistêmica. O trabalho situou esse limiar de não retorno em 40% do desmatamento da Floresta (Lovejoy e Nobre, 2018).

Outro conjunto de pesquisas foi divulgado, nos anos finais do período 2003-2010, em defesa dos parâmetros de proteção ambiental estabelecidos na legislação brasileira.

Em 2010, por exemplo, a revista científica brasileira “Biota Neotrópica” organizou uma seção especial sobre o “Código Florestal brasileiro”, reunindo análises da bibliografia científica produzida nacional e internacionalmente sobre temas afeitos à proteção dos ecossistemas de vegetação nativa, escritos por nomes de destaque do campo científico brasileiro. A coletânea, organizada num contexto de intensificação das disputas legislativas sobre o Código Florestal, tinha por objetivo contribuir na divulgação científica e social sobre a importância ecológica das regras então estabelecidas no Brasil para proteção da vegetação nativa.²⁶

Também em 2010, o pesquisador Jean Paul Metzger publicou um trabalho intitulado “O Código Florestal tem base científica?”, no qual ele realiza um balanço da produção científica.

Ele concluiu, em relação às áreas de preservação permanente (APP), um dos tipos de áreas privadas de proteção ambiental previstos na legislação brasileira, que “o conhecimento científico obtido nestes últimos anos permite não apenas sustentar os valores indicados no Código Florestal de 1965 em relação à extensão das Áreas de Preservação Permanente, mas na realidade indicam a necessidade de expansão destes valores” (Metzger, 2010, p. 2).²⁷

matas circundantes à área desmatada e da extensão destas matas”. Ainda segundo ele, “o aumento da chuva converte-se em redução tão logo as florestas remanescentes fiquem mais distantes que um certo limiar da área aberta”. (Nobre, 2014)

²⁶ Entre os artigos científicos que compõem a coletânea está o trabalho intitulado “Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos”, dos professores José Galizia Tundisi e Takako Matsumura Tundisi. Eles concluem, entre outras coisas, que “as florestas ripárias e os mosaicos de vegetação nas bacias hidrográficas são um dos componentes fundamentais dos ciclos hidrogequímicos e do ciclo hidrológico”, de modo que “a remoção destas florestas tem impactos consideráveis na qualidade da água e nos serviços ambientais dos ecossistemas aquáticos” (Tundisi e Tundisi, 2011, p. 69). Outros trabalhos da coletânea abordam temas correlatos à proteção dos ecossistemas de vegetação nativa: ictiofauna, proteção de anfíbios, animais carnívoros, mamíferos, avifauna, répteis, abelhas, borboletas, áreas agrícolas, entre outros.

²⁷ Para fundamentar a conclusão referida, Metzger se embasou num amplo conjunto de dados construídos por pesquisadores brasileiros e estrangeiros sobre os ecossistemas nacionais e internacionais. Ele cita, sobretudo, conclusões de pesquisas sobre o tema da diversidade biológica. (Metzger, 2010)

Em relação à reserva legal (RL), outro tipo de área privada de proteção ambiental existente no Brasil, Metzger concluiu que, para as regiões ainda densamente ocupadas com vegetação nativa, haveria a “necessidade de se manter 60 a 70% do habitat original para que a paisagem tenha uma estrutura adequada para fins de conservação”, de modo a defender os índices de proteção ambiental previstos para a Amazônia, de 80% (Metzger, 2010, p. 3-4).

Em relação às regiões mais devastadas, o cientista afirmou que seu balanço da bibliografia indicava que “o limiar de 30% poderia ser considerado, assim, como um limite mínimo de cobertura nativa que uma paisagem intensamente utilizada pelo homem deveria ter, permitindo conciliar uso econômico e conservação ecológica”. Em vista disso, ele concluiu que eram adequados os índices de proteção ambiental previstos no Código Florestal para as outras regiões do país, uma vez que a legislação situava a RL no patamar mínimo de 20% em regiões do Brasil onde, em regra, as APP ocupam 10% dos imóveis, de modo a permitir a constituição de 30% de áreas de vegetação nativa nas paisagens (Metzger, 2010, p. 3-4).²⁸

No âmbito das relações internacionais, o período 2003-2010 foi marcado pela continuação do crescimento da importância política dos temas ambientais e pela continuação da pressão política internacional para efetivação da proteção ambiental no Brasil.²⁹

Um dos principais marcos simbólicos do crescimento da importância política dos temas ambientais nesse período foi a atribuição, em 2007, do Prêmio Nobel da Paz ao IPCC e ao político norte-americano Al Gore, ativista ambiental, em virtude da contribuição desses agentes ao aumento da compreensão internacional sobre o aquecimento global.

O Protocolo de Kyoto, tratado internacional sobre mudança climática, foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro nesse mesmo período, por meio do Decreto n. 5.445/2005. Do mesmo modo, a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi internalizada nesse período, através do Decreto n. 5.051/2004.

A face propositiva principal da pressão política internacional para efetivação de políticas de proteção ambiental no Brasil continuou sendo, durante os governos “Lula”, o financiamento promovido pelos países do G-7 por meio do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7). Segundo Barreto, houve um despêndio total de 428 milhões de dólares no PPG7 (Barreto e Silva, 2010, p. 8). Em 2008, o Fundo Amazônia foi criado pelo

²⁸ As conclusões de Jean Paul Metzger relativas ao tema da reserva legal foram fundamentadas por estudos de “questões relacionadas com Populações Mínimas Viáveis, ou com áreas mínimas para se manter populações viáveis de grandes predadores”. Trata-se, tal como no caso das APP, de trabalhos ligados ao tema da diversidade biológica dos ecossistemas terrestres. (Metzger, 2010)

²⁹ O posicionamento das delegações brasileiras em negociações internacionais sofreu uma mudança a partir de 2005, segundo Eduardo Viola (Viola, 2013b). Entre outros aspectos, ele destaca que houve o “abandono da obsessão por evitar que o uso das florestas seja objeto de regulação internacional” (Viola e Franchini, 2013, p. 62).

Decreto n. 6.527/2008, passando a receber doações não reembolsáveis para aplicação em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.

No contexto dessa forte pressão internacional e da ampliação da participação política de organizações ambientalistas no Brasil, o setor empresarial nacional vivenciou uma tendência de ampliação das vinculações dos mercados a restrições ecológicas. Assim, de modo cada vez mais frequente, os agentes produtivos passaram a ser constrangidos a assumir novas posturas.

O principal evento que caracteriza essa tendência foi a chamada “Moratória da Soja”, iniciada em 2006, quando, após a realização de uma campanha do Greenpeace associando o desmatamento na Amazônia com grandes empresas internacionais consumidoras da soja brasileira, foi firmado um acordo voluntário entre organizações brasileiras de produtores e vendedores de soja e organizações sociais, por meio do qual as organizações empresariais se comprometeram a não comprar soja oriunda de áreas desmatadas na Amazônia.³⁰ A partir de 2008, o governo federal também somou-se ao acordo, que vem sendo renovado desde então.

No âmbito das *disputas legislativas*, o período 2003-2010 foi marcado pela continuidade da promulgação de leis de proteção ambiental.

Entre as leis aprovadas no período, cujo conteúdo relaciona-se à defesa dos ecossistemas de vegetação nativa, destacam-se a Lei da Mata Atlântica (Lei n. 11.428/2006), a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei n. 12.187/2009) e o Programa Terra Legal, sobre regularização fundiária na Amazônia (Lei n. 11.952/2009).

Os conflitos legislativos sobre o Código Florestal, que marcaram o período “Cardoso”, prosseguiram no período “Lula”, intensificando-se a partir de 2008.³¹ Contudo, não houve nova decisão política do Congresso Nacional sobre o tema.

No que tange à *atuação das instituições executivas*, os governos “Lula” foram marcados pelo fortalecimento da repressão ambientalista ao ataque à vegetação nativa nacional e pelo fortalecimento da política de constituição de áreas protegidas no país.

³⁰ O Greenpeace divulgou, em 2006, o relatório “Eating up the Amazon” (“Comendo a Amazônia”), no qual ele analisa a cadeia de consumo da soja e vincula sua produção com o desmatamento na Amazônia, o aquecimento global, a poluição das águas e o trabalho escravo. Algumas empresas são especificamente enfocadas no relatório: Cargill, um grande comerciante de grãos e soja, e McDonald’s, a maior cadeia de “fast food” do mundo. O constrangimento causado pela campanha do Greenpeace levou as organizações empresariais com atuação na Europa a formarem um “Grupo de Consumidores de Soja Europeus”, liderado pelo McDonald’s, que passou a demandar dos produtores brasileiros medidas efetivas e imediatas para regularização ambiental e social da cadeia de produção. Nesse contexto, em julho de 2006, a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC) assinaram a Moratória da Soja e criaram o “Grupo de Trabalho da Soja” (GTS), um espaço de discussão multissetorial, responsável pela negociação dos parâmetros de monitoramento e pela revisão da Moratória. (Piatto e Souza, 2017)

³¹ Levantamento citado por Cunha aponta a existência de 41 projetos de lei tramitando no Congresso Nacional, em 2010, sobre reforma do Código Florestal. Esse fato evidencia o grande número de iniciativas de modificação da legislação florestal brasileira (Cunha, 2013, p. 115).

Marina Silva, ativista ambiental historicamente ligada às lutas dos seringueiros na Amazônia e senadora pelo Acre, assumiu o Ministério do Meio Ambiente em 2003. Segundo Losekann, sua indicação “sinalizava a emergência do meio ambiente como um tema de destaque na política do governo Lula” (Losekann, 2014, p. 104).

Logo nos primeiros meses do mandato e num contexto de crescimento do desmatamento na Amazônia e de fortes pressões políticas nacionais e internacionais pela adoção de políticas ambientais, um Decreto de 3 de julho de 2003 criou o “Grupo Permanente de Trabalho Interministerial”, que lançou, em 2004, o “*Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal*” (PPCDAm). Estruturado em três eixos, “ordenamento fundiário e territorial”, “monitoramento e controle ambiental” e “fomento às atividades produtivas sustentáveis”, coordenado pela Casa Civil da Presidência da República e sob responsabilidade de treze Ministérios, o PPCDAm situou o problema do desmatamento na Amazônia no nível mais alto da agenda política brasileira.

As principais mudanças na política de repressão aos ilícitos ambientais promovidas pelo PPCDAm em sua primeira fase de implementação, entre 2003 e 2008, foram a adoção de tecnologia de sensoriamento remoto no direcionamento da fiscalização ambiental e a ampliação da integração entre as instituições executivas ambientais e outras instituições estatais, sobretudo policiais e militares, na realização de ações conjuntas de combate ao ataque à vegetação nativa.

A tecnologia de sensoriamento remoto adotada com o PPCDAm foi o sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real (DETER), que entrou em funcionamento em 2004, operado pelo INPE. Por meio do DETER, passaram a ser emitidos relatórios mensais identificando polígonos desmatados a partir de imagens de satélite, em resolução de 0,25 km². Esses relatórios, enviados às instituições executivas com atuação no combate ao desmatamento, passaram a servir de base para a identificação, em tempo quase real, de áreas prioritárias para a fiscalização, permitindo o direcionamento das ações repressivas para as áreas de maior desmatamento recente, identificadas pelo DETER (Maia *et al.*, 2011).³²

As operações de combate à predação ambiental também passaram, com o PPDCAm, a integrar de modo mais consistente o Ibama a outras instituições estatais, especialmente à Polícia Federal, à Polícia Rodoviária Federal, à Força Nacional, ao Exército, ao Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) e às Polícias Militares estaduais. A integração desses órgãos, facilitada

³² Assunção, Rocha e Gandour, em artigo científico sobre o DETER, afirmam que as imagens de satélite utilizadas tem um intervalo de 15 dias. Eles explicam também, que, antes do DETER, as ações de repressão ambientalista na Amazônia dependiam de “denúncias anônimas” ou de outros tipos de informação não sistemática, o que diminuía a efetividade das ações. (Assunção, Gandour e Rocha, 2013)

pela coordenação do PPCDAm pela Casa Civil da Presidência, permitiu que os agentes envolvidos na repressão ambientalista fossem capazes de “chegar a regiões de difícil acesso e lá permanecer por períodos razoáveis, pois, além dos problemas de falta de infraestrutura, hospedagem e alimentação adequadas, frequentemente existe resistência de membros da população local envolvidos em atividades ilegais” (Maia *et al.*, 2011, p. 72).³³

Na segunda fase de implementação do PPCDAm, entre 2008 e 2011, a repressão ambientalista foi novamente fortalecida pela adoção de outros instrumentos de fomento à atuação estatal, dentre os quais se destacam a chamada “Lista dos Municípios Prioritários da Amazônia”³⁴; os poderes de descapitalização dos infratores da legislação ambiental, fortalecidos pelo Decreto n. 6.514/2008³⁵, que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais; e o sistema de Mapeamento da Degradação Florestal na Amazônia Brasileira (DEGRAD)³⁶.

Durante os dois governos “Lula”, o número total de autuações ambientais do Ibama no Brasil teve momentos de crescimento e de decréscimo.³⁷ O aumento qualitativo da repressão pelo direcionamento mais focado e integrado da intervenção estatal e pela utilização de instrumentos mais eficientes de combate às ilicitudes permitem, apesar disso, considerar

³³ Barreto e Araújo citam alguns dados sobre as operações de repressão estatal do período. Segundo eles, entre 2003 e 2007, teria havido o aumento do “valor total das multas emitidas em 790% (de R\$153 milhões para R\$1,4 bilhão) e o número de itens confiscados e embargados de 81 para 7.092”. Ainda segundo eles, em 2005, uma importante operação conjunta das instituições federais “envolveu a prisão de 85 acusados”, tendo sido presas mais de 500 pessoas entre 2005 e 2007 (Barreto e Araújo, 2012, p. 14). Na chamada “Operação Curupira”, de 2005, foram presos o Secretário do Meio Ambiente do Mato Grosso e de um diretor do Ibama, evidenciando que os operações de repressão ambientalista haviam passado a confrontar as próprias cúpulas políticas estatais.

³⁴ A “Lista dos Municípios Prioritários da Amazônia” foi instituída pelo Decreto n. 6.321/2007, que definiu que as ações de repressão ambientalista passariam a ser direcionadas com prioridade para os municípios publicamente identificados como responsáveis pelas maiores taxas de desmatamento. Segundo Barreto e Silva houve, entre 2007 e 2008, aumento de 53% do número de áreas embargadas e de bens confiscados nos 36 municípios incluídos na Lista. (Barreto e Silva, 2010, p. 10)

³⁵ Além de ampliar os valores das multas que poderiam ser aplicadas aos infratores da legislação ambiental e prever expressamente alguns novos tipos de ilícitos administrativos, dentre os quais o que implica na possibilidade de aplicação de multa para os imóveis rurais que não tivessem a reserva legal regularizada, o Decreto n. 6.514/2008 consolidou poderes de descapitalização dos infratores ambientais, tais como a apreensão de bens utilizados nas práticas ilícitas, embargo de obra ou atividades, e destruição ou inutilização de produtos e subprodutos das infrações. Com isso, a apreensão de gado e madeira passou a ser a estratégia mais efetiva de descapitalização das organizações criminosas com atuação na Amazônia.

³⁶ O sistema DEGRAD visava “mapear áreas em processo de desmatamento onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida”. Trata-se, portanto, de uma metodologia direcionada à identificação de áreas de uso degradante, possivelmente destinadas à conversão em áreas devastadas. O sistema operou entre 2007 e 2016, quando foi descontinuado, tendo a degradação ambiental passado a ser monitorada pelo chamado sistema DETER-B. Essas informações foram extraídas do sítio eletrônico do INPE, no endereço <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/degrad>>, acesso em 13/11/2019.

³⁷ Houve crescimento do número de autuações ambientais do Ibama entre 2003 e 2005 e entre 2006 e 2008. Houve decréscimo entre 2005 e 2006 e entre 2008 e 2010. O auge numérico das atuações ambientais do Ibama nos governos “Lula” deu-se em 2005, quando foram realizadas 33.857. O número mais baixo de autuações veio em 2010, quando foram realizadas 20.220 autuações ambientais. A priorização da Amazônia Legal na estrutura de atuação do Ibama foi, também, uma tendência do período. Em 2010, a Amazônia Legal respondia por mais de 40% das autuações ambientais. Esses dados podem ser observadas no gráfico 4.

positivo o saldo de todo o período, em termos de efetividade da repressão ambientalista, mesmo nos momentos de diminuição quantitativa das ações estatais.

Dificuldades e limitações da atuação executiva continuaram existindo, a despeito dos avanços. As principais delas foram o não pagamento das multas ambientais, a morosidade nas tramitações dos processos e a impunidade.³⁸

Mecanismos de regulação da concessão de crédito para evitar o estímulo financeiro das instituições estatais à predação ambiental também foram instituídos no Brasil, a partir de 2008. O principal deles foi a edição da Resolução n. 3.545/2008, pelo Banco Central, demandando dos interessados em crédito rural a apresentação de documentos de regularidade ambiental.³⁹

No que tange ao *fortalecimento da política de constituição de áreas protegidas no Brasil*, os governos “Lula” (2003-2010) marcaram o período em que a maior área territorial da história brasileira foi formalizada como unidades de conservação (UC), conforme evidencia o gráfico abaixo. No primeiro mandato, entre 2003 e 2006, foram constituídas 185.558 km² de unidades de conservação federais no Brasil. No segundo, entre 2007 e 2010, foram constituídas 62.088 km², totalizando 247.646 km².

Gráfico 6. Unidades de conservação federais criadas no Brasil (1930-2014)

Fonte: Instituto Socioambiental (ISA)⁴⁰

³⁸ Segundo Veríssimo *et al*, “estudos do Imazon de 2009 revelaram que a impunidade de infratores ambientais predominava em processos administrativos e penais em âmbito federal” (Veríssimo *et al.*, 2011, p. 80-81). Schmitt, por sua vez, trabalhando com dados relativos ao período 2008-2013, afirma que “45% do desmatamento na Amazônia não é detectado oportunamente para que os agentes de fiscalização possam agir e em apenas 24% dos casos há responsabilização administrativa”. Ainda segundo ele, “as áreas embargadas por desmatamento ilegal totalizam 18% do total desmatado”, apenas. A “quantidade de multas pagas corresponde a 10%”, segundo o mesmo autor. (Schmitt, 2015, p. 7)

³⁹ Estudo de avaliação do PPCDAm afirmou, em relação à regulação da concessão do crédito para atividades agropecuárias pelas instituições financeiras na Amazônia, não ser “claro se foram efetivas ou não”, uma vez que “os dados agregados de crédito rural nos estados com maior responsabilidade pelo desmatamento não mostram uma retração importante nos valores de crédito concedidos” após a medida. Nos municípios incluídos na Lista de Prioritários, do mesmo modo, não houve diminuição do volume de créditos. (Maia *et al.*, 2011, p. 88-89)

⁴⁰ Dados extraídos do sítio <<https://uc.socioambiental.org/pt-br/paineldedados#historico>>, acesso em 4/6/2019.

Nesse mesmo período, também foi intensa a constituição de unidades de conservação estaduais no país, especialmente entre 2003 e 2006. Somente na Amazônia, bioma que concentra a maior quantidade de áreas protegidas do Brasil, foram constituídos 287.065 km² de unidades estaduais entre 2003 e 2006 e 32.071 km² entre 2007 e 2010 (Veríssimo et al., 2011).

Com isso, quase 40% de todas as unidades de conservação brasileiras existentes na Amazônia em 2010 haviam sido constituídas entre 2003 e 2006 (Veríssimo et al., 2011).

Com dados referentes ao bioma Amazônico, estudo especializado das organizações ISA e Imazon afirma que, entre as unidades de conservação federais criadas entre 2003 e 2010, 42,8% foram unidades de proteção integral e 57,2% foram unidades de uso sustentável. Entre as unidades de conservação estaduais constituídas nesse mesmo período, 24,15% foram de proteção integral e 75,85% foram de uso sustentável (Veríssimo et al., 2011, p. 24-25).

Ainda segundo Veríssimo *et al*, a grande quantidade de áreas formalizadas a partir de 2003 foi “resultado dos esforços do governo federal e dos governos estaduais do Acre, Amazonas, Amapá e Pará”, com grande influência de “organizações ambientalistas e sociais com atuação na região” nos processos de planejamento e constituição das unidades de conservação, e com significativa participação das populações tradicionais entre os grupos beneficiados. Entre reservas extrativistas e reservas de desenvolvimento sustentável, por exemplo, foram constituídos 248.369 km² de áreas protegidas estaduais e federais no período, somente na Amazônia Legal (Veríssimo et al., 2011, p. 20-26).⁴¹

Num comparativo global, 74% das áreas protegidas criadas em todo o mundo entre 2003 e 2009 foram constituídas no Brasil (Jenkins e Joppa, 2009). Esse dado evidencia a grande relevância da política brasileira de formalização de áreas de proteção ambiental nesse período.

Em 2007, uma nova instituição executiva ambiental foi criada para, entre outras funções, realizar a gestão das unidades de conservação federais: o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, conhecido como ICMBio.

A despeito de todos os esforços e melhorias, a precariedade estrutural manteve-se como uma característica de inúmeras unidades de conservação brasileiras.

⁴¹ Segundo Veríssimo *et al*, “o aumento da pressão de movimentos sociais organizados, com o apoio de organizações não governamentais, em defesa das populações locais – sejam elas ribeirinhas, extrativistas, entre outras – também tem favorecido a criação de Resex [reservas extrativistas] e RDS [reservas de desenvolvimento sustentável] com o intuito de garantir a permanência dessas populações na área que ocupam”. Eles mencionam, ainda, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), no qual foram investidos US\$ 105 milhões em sua primeira fase, como um importante instrumento de financiamento das atividades relacionadas à constituição de unidades de conservação (Veríssimo et al., 2011, p. 23-26). O assassinato da religiosa norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Mae Stang, conhecida como Irmã Dorothy, em 2005, foi um acontecimento que acelerou o processo de constituição de unidades de conservação no Pará, nesse período.

Estudo especializado das organizações ISA e Imazon constatou que, em 2010, de 308 UC federais e estaduais analisadas, somente 24% possuíam planos de manejo aprovados e somente 48% possuíam conselhos gestores estabelecidos. Entre UC estaduais, a média de funcionários por UC era de apenas 2 pessoas, de modo que, na Amazônia Legal, cada funcionário era responsável por 1.871,7 km², em média (Veríssimo et al., 2011, p. 30-35).⁴² Em 2005, nas UC federais, a média de funcionários por UC era de 5, de modo que cada funcionário era responsável por 460 km², em média (Drummond, Franco e Ninis, 2006, p. 188).

As UC ainda enfrentavam problemas relativos à irregularidade fundiária e ameaças à integridade dos seus territórios, sobretudo relativas à mineração, a invasões madeireiras e a estradas irregulares (Veríssimo et al., 2011).

Em relação às terras indígenas, houve homologação presidencial da demarcação de uma área relevante, no total de 187.857,7 km², entre 2003 e 2010.

O contingente territorial significativo, em termos de área, destinado às terras indígenas desde a promulgação da Constituição Federal de 1988 permitiu, além da preservação ambiental, a proteção de uma diversidade étnica imensamente significativa. Segundo dados do IBGE de 2010, havia no Brasil, nesse ano, um total de 517.383 pessoas vivendo em terras indígenas, de 305 etnias diferentes, falantes de 274 línguas (Pereira, 2016).⁴³

Destaca-se, também, como eventos importantes dos governos “Lula”, ainda no que toca à tendência de fortalecimento da política de constituição de áreas protegidas, a edição do Decreto n. 4.887/2003, que regulamentou o processo de reconhecimento e demarcação das “terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos”⁴⁴, os territórios quilombolas; e a edição do Decreto n. 5.758/2006, que instituiu o “Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas – PNAP”.

⁴² Em 2007, o Ibama avaliou a efetividade das unidades de conservação federais de acordo com o método Rappam, desenvolvido pela WWF. O resultado apontou que apenas 13% das UCs apresentavam alta efetividade de gestão, outras 36% apresentavam média efetividade e 51% das UCs federais foram consideradas de baixa efetividade (Veríssimo et al., 2011, p. 30).

⁴³ Problemas estruturais continuavam existindo, contudo, nas terras indígenas brasileiras. Entre os principais problemas nas terras indígenas brasileiras, estudo do ISA e do Imazon destaca: “1) redução das terras originais ocupadas, acarretando a intensificação da exploração dos recursos; 2) aumento populacional em terras que são, por lei, finitas; 3) substituição de formas tradicionais de uso de recursos naturais por outras, mais intensas; 4) demanda externa por recursos existentes nas Terras Indígenas, aumentando a intensidade de exploração por índios e terceiros; 5) novas demandas dos índios por bens manufaturados” (Veríssimo et al., 2011, p. 54).

⁴⁴ O Decreto define como “remanescentes das comunidades dos quilombos”, “os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (art. 2º). Em 2005, haviam no Brasil “1.953 comunidades quilombolas reconhecidas e inventariadas, distribuídas por 24 estados das cinco regiões do país” (Drummond, Franco e Ninis, 2006, p. 158).

A grande efervescência em relação à proteção ambiental no período levou o governo federal a realizar, também, a primeira – e única, até o momento – quantificação do desmatamento e da preservação dos ecossistemas de vegetação nativa dos outros biomas brasileiros, além da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Desse modo, na década de 2000, foi realizado o mapeamento por sensoriamento remoto da Caatinga, dos Pampas e do Pantanal.

Por fim, também foram elaborados, em 2010, planos de ação para combate ao desmatamento no Cerrado (MMA, 2010a) e na Caatinga (MMA, 2010b).

No que tange à *atuação das instituições judiciais*, o Ministério Público Federal (MPF) contribuiu para a ocorrência de outro evento importante de engajamento de agentes produtivos na fiscalização do desmatamento da Amazônia, na década de 2000. Ele ficou conhecido como “TAC da Carne”, numa atuação conjunta com o Ibama e contemporânea a ações do Greenpeace.

O “TAC da Carne” foi um conjunto de acordos extrajudiciais firmados entre o Ministério Público Federal e proprietários de frigoríficos com atuação na Amazônia, a partir de 2009, por meio dos quais esses frigoríficos se comprometeram a adotar medidas ativas na luta contra o desmatamento. Entre essas medidas se destacam a interrupção da compra de gado de fazendas embargadas por desmatamento ilícito e de fazendas situadas em terras indígenas ou em unidades de conservação (Barreto e Gibbs, 2015).

Também em 2009, o Greenpeace assinou acordos voluntários com quatro dos principais frigoríficos do Brasil (Marfrig, Bertin, JBS e Minerva), por meio dos quais eles se comprometeram com medidas restritivas ainda mais abrangentes, dentre as quais o “desmatamento zero”, de modo a vedar até mesmo o desflorestamento permitido pela legislação brasileira nas fazendas produtoras de gado situadas na Amazônia (Barreto e Gibbs, 2015).

Esses acordos foram firmados num contexto de intensa mobilização política e de atuação concomitante entre o MPF, Ibama e Greenpeace, que forjou a conjuntura na qual os frigoríficos anuíram com seu envolvimento na fiscalização do desmatamento.⁴⁵

⁴⁵ Antes do início das negociações para assinatura dos acordos extrajudiciais, em 2009, houve o ajuizamento de 20 ações civis públicas, pelo MPF e pelo Ibama, contra proprietários rurais de terras onde houve desmatamento irregular e contra frigoríficos que compraram gado dessas propriedades. Houve, também, a expedição de 69 recomendações, pelo MPF, a redes de supermercados e a indústrias para que não comprassem gado dos frigoríficos que haviam adquirido gado de fazendas envolvidas em crimes ambientais. No mesmo período, o Greenpeace iniciou uma campanha internacional denunciando as empresas inseridas na cadeia de consumo do gado oriundo de desmatamento da floresta Amazônica, intitulada “A farra do boi na Amazônia”. A campanha vinculava o desmatamento na Amazônia a toda a cadeia de consumo do gado brasileiro, incluindo os principais frigoríficos com atuação no país e os importadores de carne e outros produtos da pecuária brasileira, de modo a implicar um amplo conjunto de multinacionais nas denúncias. Nesse contexto, 35 redes varejistas e indústrias suspenderam seus contratos com os frigoríficos acusados pelo MPF (Barreto e Gibbs, 2015, p. 9). Foi nessa conjuntura de crise política e econômica, construída pelas ações concomitantes do MPF, Ibama e Greenpeace, que os frigoríficos anuíram formalmente, a partir de 2009, com seu envolvimento na proteção ambiental.

Ainda no que diz respeito à atuação das instituições de justiça, houve, durante os anos de governos “Lula”, uma importante decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre os casos de demarcação de terras indígenas, no processo relativo à TI Raposa da Serra do Sol.

Ao confirmar a validade do processo administrativo relativo a essa terra indígena, o STF fixou a tese do “marco temporal”, segundo a qual a data de promulgação da Constituição Federal de 1988 seria considerada como a data de referência para a validação jurídica das ocupações dos territórios ameríndios. Segundo essa interpretação, caso os povos ameríndios brasileiros não estivessem ocupando o seu território ancestral no momento de promulgação da Constituição Federal de 1988, eles somente teriam direito constitucional à essa terra caso tivessem tomado ações proativas em sua demanda, contra a ocupação irregular de não índios.⁴⁶

Em síntese, houve, entre 2003 e 2010, a continuidade do fortalecimento da intervenção ambientalista no Brasil. No âmbito social, as organizações ambientalistas e os povos ameríndios e tradicionais continuaram extremamente ativas e decisivas para os resultados dos conflitos ambientais. No âmbito científico, houve continuidade da produção científica que legitima as ações em defesa da vegetação nativa. No âmbito das relações internacionais, houve continuidade das pressões contra o desmatamento. No âmbito legislativo, houve continuidade da promulgação de leis de proteção ambiental. No âmbito executivo, houve continuidade do fortalecimento das políticas de repressão ambientalista e das políticas de constituição de áreas protegidas. No âmbito judicial, houve continuidade da atuação das instituições estatais.

Esse conjunto de ações, promovidas por múltiplos agentes em múltiplos âmbitos societários, produziu a reforma ambiental brasileira.

REFORMA AMBIENTAL NO PERÍODO 1995-2010

Entendo por reforma ambiental a mudança limitada e politicamente constituída da qualidade ambiental da ordem econômica brasileira. Portanto, nos moldes que utilizo esse conceito, é possível atribuir-lhe três características principais: a) ele designa a ocorrência de mudanças materiais nos processos produtivos, no sentido da diminuição da degradação ambiental; b) ele destaca o caráter limitado dessas mudanças; e c) ele destaca sua construção política, enquanto produto dos processos de luta em defesa da vegetação nativa.⁴⁷

⁴⁶ Sobre a decisão do STF, uma boa referência é o livro “Direitos dos povos indígenas em disputa”, organizado por Manuela Carneiro da Cunha e Samuel Barbosa. (Cunha e Barbosa, 2018)

⁴⁷ Em geral, na literatura científica em língua inglesa, o termo “reforma ambiental” (“environmental reform”) tem sido de uso comum para designar mudanças ambientais na realidade social e econômica. Frederick Buttel chega a afirmar que estaria havendo uma mudança de problemática no campo da sociologia ambiental, da

A expressão principal da reforma ambiental desse período foi a diminuição do desmatamento dos ecossistemas de vegetação nativa, ocorrida em todos os biomas do país.

Na Amazônia Legal, monitorada por sensoriamento remoto desde o fim da década de 1980, houve uma primeira queda expressiva da devastação no início do período “Cardoso”, entre 1995 e 1997, de cerca de 65%, e uma segunda queda expressiva durante o período “Lula”, a partir de 2004. Em 2010, atingiu-se o patamar de 7.000 km² de floresta desmatada, numa diminuição de 75% em relação ao pico de 27.772 km² desmatados de 2004.⁴⁸

Nesse bioma, constatou-se também a diminuição da degradação ambiental, reduzida em cerca de 53% entre 2007 e 2010, anos para os quais esses dados estão disponíveis.⁴⁹

No bioma Mata Atlântica, também monitorado desde a década de 1980, o desmatamento anual também diminuiu significativamente no período, especialmente na década de 2000, quando foi intensificada a tendência de queda iniciada na década de 1990, conforme evidencia o gráfico abaixo. Houve, nesse bioma, diminuição de cerca de 85% da área anualmente desmatada entre 1995 e 2010, quando se passou de 1.000 km² para 151,8 km² eliminados.

Gráfico 7. Desmatamento no bioma Mata Atlântica (1986-2017)

Fonte: SOS Mata Atlântica / INPE⁵⁰

No Cerrado, monitorado somente a partir de 2001 pelo governo federal, o desmatamento caiu de 29.495 km², nesse ano, para 10.055 km² em 2010, numa diminuição de cerca de 65%.

explicação da “degradação ambiental” para a explicação da “reforma ambiental” (Buttel, 2003). Todavia, na literatura brasileira, o termo praticamente não é utilizado.

⁴⁸ O gráfico 1, inserido na introdução desse trabalho, apresenta os dados sobre desmatamento anual na Amazônia Legal e no Cerrado, sistematizados pelo PRODES/INPE.

⁴⁹ Em 2007, a degradação ambiental da Amazônia afetou 15.983 km². Em 2010, 7.508 km² foram afetados. Os dados são do sistema DEGRAD, operado pelo INPE. Disponíveis em:

<<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/degrad/degrad>>. Acesso em 4/9/2020.

⁵⁰ A fonte é o “Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica – período 2016-2017” (INPE, 2018).

Na Caatinga, monitorada por sensoriamento remoto pelo governo federal somente no período situado entre 2002 e 2009, houve uma diminuição de cerca de 28% do desmatamento em 2008-2009, quando foram eliminados 1.921 km² do bioma, em relação à média de desmatamento anual de 2.642 km² no período 2002-2008, quando foram eliminados um total de 16.570 km² de vegetação.⁵¹

No bioma Pantanal, também monitorado pelo governo federal somente no período 2002-2009, houve uma diminuição de 74% no desmatamento em 2008-2009 em relação à média anual de 2002-2008. No último ano da série foram eliminados 188 km², ante a eliminação de 4.279 km² nos primeiros anos da série (713,1 km² de vegetação nativa destruídos por ano).

No Pampa, por fim, o desmatamento total no período 2002-2008 foi de 2.179 km², com média anual de 363,1 km², baixando um pouco, para 331 km², em 2008-2009.

Essa diminuição significativa do desmatamento anual no Brasil, vivenciada em todos os biomas, é um caso singular de sucesso, a nível mundial, na contenção da devastação predatória.

Um estudo publicado em 2014, conduzido pela “Union of Concerned Scientists”, associação internacional que congrega acadêmicos com ativismo em temas ambientais, comparou processos de combate ao desmatamento de diversas nações e afirmou, em relação a trajetória brasileira, tratar-se das “maiores reduções de desmatamento e emissões [de gases-estufa] em todo o mundo”. Segundo os autores, o Brasil teria feito, com a redução do desmatamento, “mais do que qualquer outro país na Terra” no combate à mudança climática, de modo a materializar uma “contribuição para atrasar o aquecimento global [que] não tem precedentes [no mundo]” (Boucher *et al.*, 2014, p. 8 e 14).

Segundo Tasso Azevedo, estima-se que tenha havido em 1995 no Brasil a emissão total de 2.850.351 mil tCO₂, com a correspondente emissão de 2.187.311 mil tCO₂ com “mudança de uso da terra”. Em 2010, as emissões totais são estimadas em 1.570.223 mil tCO₂ (redução de 44,9%), enquanto as emissões em “mudança de uso da terra” são estimadas em 598.720 mil tCO₂ (redução de 72,6%) (Azevedo, 2012). Houve, assim, uma mudança no perfil das emissões brasileiras de gases-estufa, com a diminuição da participação da categoria “mudança de uso da terra” na composição total das emissões (Viola e Franchini, 2013).

⁵¹ Para os biomas Caatinga, Pantanal e Pampa, os dados estão organizados somente para os períodos 2002-2008 e 2008-2009, sem especificação da distribuição anual do desmatamento entre 2002 e 2008. Eles foram extraídos do sítio eletrônico <<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/perda-da-cobertura-florestal>>, com acesso em 23/10/2019.

Em virtude da dinâmica diversa de ocupação histórica dos biomas do território nacional, a situação de preservação era muito diversa entre eles e dentro de cada um deles, ao final dos anos 2000, posteriormente a essa significativa diminuição do ritmo de devastação ambiental.

No bioma Amazônia, por exemplo, havia sido eliminada uma área, até 2010, de 743.160 km² de vegetação nativa, o equivalente a 14,66% de sua área total.⁵²

No bioma Mata Atlântica, o mapeamento realizado em parceria pelo INPE e pela SOS Mata Atlântica e publicado em 2011⁵³, que teve como base os limites do bioma estabelecidos em 2006 pela Lei da Mata Atlântica, concluiu que remanesciam, em 2010, 149.759,51 km² de vegetação nativa, equivalentes a 11,6% da área original do bioma (Hirota *et al.*, 2011, p. 37).⁵⁴

No Cerrado, a área remanescente em 2010 era de 1.036.877 km², correspondentes a 50,7% de sua área total original.⁵⁵ No Pampa remanesciam, em 2009, 63.719 km² de vegetação nativa, 36,1% da área total do bioma, situado exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul. No Pantanal, 84,9% da área do bioma ainda encontrava-se ocupada com vegetação nativa em 2008, no total de 128.209 km² (Hamú *et al.*, 2009, p. 27). Na Caatinga, remanesciam, em 2009, 441.303,47 km², 53,4% de sua área total original.⁵⁶

⁵² No Pará, estado da Amazônia mais desmatado em área absoluta, o desmatamento acumulado até 2010 era de 249.027 km², equivalentes a 19,93% da área total do estado. No Mato Grosso, o desmatamento acumulado até 2010 era de 206.784 km², 22,85% da área estadual. No Maranhão, era de 104.088 km², 39,32% da área do estado. Em Rondônia: 85.371 km² (35,51%). No Amazonas, era de 34.403 km², equivalentes a 2,16% da área estadual. Em Tocantins: 30.260 km² (10,85%). No Acre, 20.784 km² (12,16%). Em Roraima, o desmatamento acumulado até 2010 era de 9.533 km², equivalentes a 4,21%. No Amapá, era de 2.910 km², 2,04% da área estadual total. Os dados são do PRODES/INPE, extraídos do sítio <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>>, acesso em 19/11/2019.

⁵³ O histórico das principais mudanças metodológicas nos processos de sensoriamento remoto utilizados no monitoramento desse bioma é apresentado no sítio eletrônico <<https://www.sosma.org.br/projeto/atlas-da-mata-atlantica/historico/>>, acesso em 19/11/2019. Em síntese, a mudança mais relevante foi a ampliação da escala de mapeamento para 1:50.000, a partir de 1995-2000, o que permitiu que a área mínima de vegetação nativa mapeada fosse reduzida para 0,1 km², em relação ao mínimo de 0,25 km² do mapeamento anterior, que utilizava a escala de 1:250.000. A escala do primeiro mapeamento, de 1990, era 1:1.000.000.

⁵⁴ Em São Paulo, remanesciam 26.703,24 km² de vegetação nativa em 2010, equivalentes a 15,78% da área total de ecossistemas típicos de Mata Atlântica existentes no estado. No Rio de Janeiro, remanesciam 8.617,67 km², equivalentes a 19,61% da área típica de Mata Atlântica do estado. No Paraná, restavam, em 2010, 20.943,92 km² de vegetação nativa, 10,65% da área típica estadual. Em Santa Catarina, restavam, em 2010, 22.100,61 km² (23,04%). No Espírito Santo, restavam 5.107,52 km² (11,07%). Na Bahia, restavam 16.927,34 km² (8,97%). Em Minas Gerais: 27.339,26 km² (10,04%). No Rio Grande do Sul, havia, em 2010, 10.289,90 km² de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, equivalentes a 7,48% da área estadual do bioma (Hirota *et al.*, 2011, p. 37).

⁵⁵ Os dados de remanescentes dos biomas Cerrado, Caatinga e Pampa foram extraídos do sítio eletrônico <<http://snif.florestal.gov.br/pt-br/perda-da-cobertura-florestal>>, com acesso em 23/10/2019. Não encontrei, para o Cerrado, a disposição estadual do desmate.

⁵⁶ A disposição estadual do desmatamento acumulado até o ano de 2008 era a seguinte, para o bioma Caatinga: na Bahia, a área desmatada era de 154.146 km² (51,22% da área de Caatinga do estado); no Ceará, 58.867 km² (39,86% da área de Caatinga do estado); no Piauí, 48.340 km² (30,60%); em Pernambuco, 43.363 km² (53,44%); no Rio Grande do Norte, 22.560 km² (45,67%); na Paraíba, 23.355 km² (45,48%); em Minas Gerais, 5.740 km² (51,62%); em Alagoas, 10.673 km² (82,10%); em Sergipe, 6.840 km² (68,22%); e no Maranhão, 1.231 km² (32,8%) (MMA, 2010b).

Portanto, em 2010 havia no Brasil biomas mais preservados, como o Pantanal (84,9% de vegetação nativa remanescente) e a Amazônia (desmatamento acumulado de 14,66%); biomas devastados, como o Cerrado (50,7% de remanescentes de vegetação nativa) e a Caatinga (53,4% de remanescentes); e biomas severamente devastados, como a Mata Atlântica (11,6% de remanescentes) e o Pampa (36,1% de remanescentes).

Esses dados, obtidos por sensoriamento remoto, não são suficientemente complexos para captar alterações mais sutis dos ecossistemas nativos, como as que se referem à erosão da biodiversidade com manutenção das fitofisionomias de grande porte. Por isso, sua análise deve ser feita com precaução, de modo a inferir a existência de um estado de deterioração ambiental de cada bioma pior do que o constatado numericamente pelas imagens de satélite.

Ainda assim, esses dados evidenciam que a riqueza quantitativa dos ecossistemas brasileiros se mantinha significativa, em 2010, fazendo da diminuição do desmatamento anual do período 1995-2010 um acontecimento relevante de proteção ambiental.

Além da contenção do ritmo anual de desflorestamento, houve, em algumas regiões do país, no período situado entre 1995 e 2010, aumento significativo do reflorestamento e da regeneração natural dos ecossistemas de vegetação nativa. Essa foi outra expressão importante da reforma ambiental brasileira materializada nesse período.

A ampliação do reflorestamento e da regeneração natural levou a que, em alguns locais do país, tais como no estado de São Paulo, se constatasse que a ampliação anual da área ocupada com vegetação nativa havia passado a ser mais significativa, quantitativamente, do que a redução anual da área de vegetação nativa por desmatamento.

Alguns autores passaram a falar, por isso, da ocorrência de um processo de “transição florestal” em São Paulo, caracterizado pela “mudança nas características de uso da terra de uma constante redução da cobertura florestal para um período em que predomina a expansão das florestas” (Farinaci, 2012; Farinaci e Batistella, 2012, p. 695).⁵⁷

⁵⁷ Essas afirmações se embasam na análise dos cálculos de vegetação nativa remanescente no estado de São Paulo elaborados pelo Instituto Florestal (IF), pelo IBGE e pelo Projeto LUPA. Em síntese, a despeito das metodologias diversas utilizadas por essas instituições de pesquisa e dos resultados diversos que elas apresentam, em números absolutos, todas as três instituições apontam que, em São Paulo, durante a década de 1990 (e, mais especificamente, a partir de 1995), a tendência histórica de diminuição das áreas de vegetação nativa remanescentes teria dado lugar a uma tendência de ampliação das áreas de vegetação nativa remanescentes. Segundo os dados do IF, que contabiliza, por meio de sensoriamento remoto, toda a vegetação nativa existente no estado, teria havido um aumento de área na vegetação nativa paulista de 33.307,44 km² em 1990/92 para 43.436,84 km² em 2008/2009 (10.129,4 km²). Segundo o IBGE, que contabiliza, por meio da autodeclaração dos proprietários rurais, a vegetação nativa existente nas propriedades, o aumento foi de 5.261,06 km² entre 1995 e 2006. Segundo o Projeto LUPA, que também utiliza a metodologia da autodeclaração e que também inclui somente a vegetação nativa presente nas propriedades rurais, o aumento da vegetação no mesmo período foi de 4.787,61 km². Uma avaliação mais ampla dessa problemática está presente nos trabalhos de Farinaci e de Farinaci e Batistella, que discutem as diferenças metodológicas entre os cálculos de vegetação nativa das

São essas três, portanto, as expressões principais da reforma ambiental brasileira do período 1995-2010: a contenção do ritmo anual de desmatamento em todos os biomas do país; a diminuição das emissões de gases causadores do efeito estufa e a ampliação do reflorestamento e da regeneração natural em algumas regiões.

Se é evidente a importância desses acontecimentos e da modificação ambiental que eles materializam, também é evidente a sua limitação. A reforma ambiental brasileira de 1995-2010 produziu uma mudança apenas parcial da realidade agrária brasileira.

LIMITAÇÕES DA REFORMA AMBIENTAL BRASILEIRA

São três os fatos principais que caracterizam a parcialidade dessa reforma ambiental: 1) o ataque à vegetação nativa continuou existindo no Brasil, em todos os biomas, ao final do período; 2) nos biomas mais preservados do país, não houve uma transição produtiva para uma dinâmica de exploração sustentável da natureza, baseada no aproveitamento econômico da diversidade biológica; 3) nos biomas menos preservados do país, não houve um movimento suficientemente forte de incentivo ao reflorestamento.

Em relação à manutenção do ataque à vegetação nativa no Brasil, somada a área total desmatada para todos os biomas brasileiros no último ano com dados disponíveis para o período analisado nesse trabalho (Amazônia Legal, Cerrado e Mata Atlântica – 2010; Caatinga, Pampa e Pantanal – 2008/2009), temos o total de 19.646,8 km² de vegetação nativa suprimidas do país em um único ano, no auge da reforma ambiental do período. Trata-se de uma área muito significativa, pouco menor do que a de países inteiros, como Israel (20.770 km²).

Num comparativo internacional, de acordo com os dados da FAO, o Brasil manteve-se o campeão mundial de desmatamento, em números absolutos, mesmo no período 2009-2010, quando a área devastada no país representou 17,4% da área total devastada no mundo. Ainda segundo a FAO, a distância entre o Brasil e o segundo colocado no período 2009-2010, a Austrália, manteve-se grande, com o Brasil desmatando quase o dobro da área australiana.⁵⁸

instituições referidas (Farinaci, 2012; Farinaci e Batistella, 2012). Existem autores críticos da tese da “transição florestal” paulista. Melges et al., por exemplo, após comparar os dados do IF e do IBGE em relação a quarenta municípios do estado de São Paulo, afirmam que a “divergência dos resultados para a escala municipal não permite confirmar a hipótese de transição florestal no estado de São Paulo, relacionando a identificação deste fenômeno no estado a possíveis artefatos metodológicos” (Melges *et al.*, 2011, p. 1553).

⁵⁸ Informações extraídas do depósito de dados do Banco Mundial, no endereço eletrônico <<https://data.worldbank.org/indicator/AG.LND.FRST.K2>>, acesso em 20/11/2019. Construí o dado a partir da subtração da área total de floresta de cada país em 2009 em relação a área de 2010, somando-se todos os resultados negativos, de modo a obter a área total desmatada no mundo. Segundo os dados da FAO, no Brasil teria havido o desmatamento de 16.551 km² em 2009-2010, enquanto no mundo todo teria havido o

Tal como ocorre no Brasil desde a Colônia, a devastação dos ecossistemas de vegetação nativa manteve-se associada à expansão da fronteira agropecuária.

Segundo estimativa de pesquisadores do Imazon, entre 75% e 81% da área desmatada no bioma Amazônia entre 1990 e 2005 teria sido destinada à ocupação com pecuária (Barreto, Pereira e Arima, 2008, p. 20). Segundo o TerraClass, feito em colaboração entre o INPE e a Embrapa, a área total desmatada na Amazônia, até 2010, estaria sendo utilizada principalmente como pasto (61,95%) e como agricultura (5,39%) (INPE e Embrapa, 2012).⁵⁹

No Cerrado, as principais atividades geradoras de devastação ao final da década de 2000 eram o plantio de soja, o plantio de cana-de-açúcar, a pecuária e a extração de carvão vegetal para abastecimento de indústrias siderúrgicas (MMA, 2010^a, p. 47). Na Caatinga, a expansão da agricultura de subsistência, a pecuária extensiva e o consumo de lenha e de carvão vegetal eram as principais causas do desmatamento (MMA, 2010b, p. 50). No Pantanal, a pecuária era a principal atividade identificada nas áreas devastadas (Hamú *et al.*, 2009, p. 34).

Entre 2002 e 2009, o consumo de lenha e de carvão vegetal representaram, respectivamente, 7,9% e 2,8% de toda a energia consumida no Brasil (MMA, 2010b, p. 56).⁶⁰ Boa parte desse montante veio da extração ilegal de biomassa dos ecossistemas de vegetação nativa, com algumas estimativas apontando, por exemplo, que 49% do consumo de carvão vegetal está associado à vegetação nativa (MMA, 2010^a, p. 54).

A luta política não foi exitosa em modificar plenamente o padrão de ocupação do território brasileiro, mantendo-se no país a devastação ambiental associada à expansão da fronteira agropecuária e à produção de energia, ainda que tenha havido a contenção significativa do ritmo anual de predação dos ecossistemas de vegetação nativa.

A permanência da devastação ambiental, ainda que num patamar inferior ao observado anteriormente no país, e sua coexistência com a ampliação da vegetação nativa em algumas regiões entre 1995 e 2010 é uma expressão contemporânea do padrão desigual de desenvolvimento historicamente materializado no Brasil, também no que tange às dinâmicas de interação sociedade-natureza. O mapa a seguir ilustra esse fato, destacando, em rosa, as áreas desmatadas entre 2001 e 2018 na América Latina e, em azul, as áreas reflorestadas ou naturalmente regeneradas no continente, entre 2001 e 2012.

desmatamento de 95.012 km². Na Austrália, segunda colocada em área desmatada em termos absolutos no período 2009-2010, o desmatamento teria sido de 8.860 km².

⁵⁹ Considerei como “pasto” o que o TerraClass chama de “pasto limpo”, “pasto sujo”, “regeneração com pasto” e “pasto com solo exposto”. Ainda segundo o TerraClass, uma quantidade significativa de áreas desmatadas acaba destinada à regeneração, formando vegetação secundária (22,27% do total desmatado) (INPE e Embrapa, 2012).

⁶⁰ Tomasquim, Guerreiro e Gorini afirmam que, em 2000, “lenha e carvão vegetal” representavam 12% da oferta de energia no Brasil (Tomasquim, Guerreiro e Gorini, 2007, p. 50).

Figura 8. Ganho e perda de cobertura arbórea na América Latina

Fonte: Global Forest Watch⁶¹

O segundo fato caracterizador da parcialidade da reforma ambiental brasileira é a não disseminação territorial de um padrão de produção agropecuária baseado na exploração econômica da diversidade biológica dos ecossistemas mais preservados do país.

Fearnside explica que as florestas fornecem “no mínimo, três classes de serviços ambientais: a manutenção da biodiversidade, o estoque de carbono e a ciclagem da água”. Ainda segundo ele, “a magnitude e o valor desses serviços são pobremente quantificados e os passos diplomáticos, entre outros, através dos quais eles devem tornar-se bens, estão ainda em sua infância” (Fearnside, 2020, p. 16).

Um estudo de avaliação da intervenção do PPCDAm no bioma Amazônia consignou, no mesmo sentido, que avançou-se muito pouco na construção de novas dinâmicas de exploração econômica. Segundo eles, “o conhecimento sobre a biodiversidade brasileira nas áreas de produção, manejo, beneficiamento e industrialização ainda é muito limitado” (Maia *et*

⁶¹ Mapa extraído do sítio eletrônico <<https://www.globalforestwatch.org/map>>. Acesso em 29/5/2019. O ganho de cobertura arbórea refere-se ao período 2001-2012. A perda, refere-se ao período 2001-2018.

al., 2011, p. 88). Nem mesmo a regularização fundiária, absolutamente indispensável para responsabilização ambiental e para a construção de uma dinâmica sustentável de ocupação do solo, avançou minimamente no bioma Amazônico. Embora a meta de regularização fundiária do Programa Terra Legal fosse de 146.611 beneficiados, em outubro de 2011 somente 1.013 haviam sido tituladas, menos de 1% (Maia *et al.*, 2011, p. 67).

A pecuária e as atividades agrícolas monoculturais mantiveram-se as formas predominantes de ocupação do território brasileiro, mesmo nos biomas mais preservados, como a Amazônia, onde manteve-se, ademais, a amplíssima irregularidade fundiária.

Por fim, o terceiro fato caracterizador da parcialidade da reforma ambiental brasileira é a ausência de um movimento suficientemente forte de reflorestamento e de desocupação de áreas devastadas para regeneração natural dos ecossistemas nativos que permitisse situar o grau de ocupação da terra nas áreas mais desmatadas do país em patamares considerados minimamente satisfatórios para reprodução sadia da biodiversidade, segundo as considerações científicas atualmente consideradas hegemônicas.

Nesse sentido, estando corretas as conclusões sistematizadas por Jean Paul Metzger, que apontam que abaixo de um nível situado entre 60% e 70% de ocupação de uma paisagem com vegetação nativa haveria quebra substantiva da capacidade de reprodução sadia das espécies ali situadas e que, abaixo de 30%, uma nova ruptura ocorreria, impedindo a biodiversidade de manter-se e gerando degradação progressiva dos ecossistemas (Metzger, 2010), a maior parte dos biomas brasileiros situa-se em posição precária, pelos dados disponíveis.

Cerrado (50,7% de ocupação com vegetação nativa em 2010), Caatinga (53,4% de remanescentes em 2009), Pampa (36,1% de vegetação remanescente em 2009) e Mata Atlântica (com apenas 11,6% de remanescentes em 2010) são os biomas já deficitários, em 2010.

Mesmo nos locais em que houve “transição florestal”, como em São Paulo, sua ocorrência deu-se em um patamar que manteve uma enorme distância entre a área ocupada com vegetação nativa após o movimento de reflorestamento e de regeneração do período e a área considerada mínima para reprodução satisfatória da biodiversidade.⁶²

⁶² Segundo Farinaci e Batistella, pelo cômputo do Instituto Florestal, haveria 43.436,84 km² de vegetação nativa no estado em 2008-09, equivalentes a 17,5% da área total do estado. Pelo cômputo do INPE/SOS Mata Atlântica, relativo somente à área de Mata Atlântica, haveria 25.350,46 km² em 2010. Esse patamar de ocupação do território com vegetação nativa situa-se muito distante do mínimo de 30% indicado por Jean Paul Metzger como limiar para reprodução satisfatória da biodiversidade.

CONSTITUIÇÃO POLÍTICA DA REFORMA AMBIENTAL BRASILEIRA

Outro aspecto da reforma ambiental brasileira a ser destacado é sua constituição política, uma vez que ela é um produto dos processos históricos de luta em defesa da vegetação nativa no Brasil, que tiveram no período 1995-2010 o auge de sua efetividade no país, até então.

A diminuição do ritmo anual de desmatamento em todos os biomas nacionais e a ocorrência de reflorestamento e de regeneração natural dos ecossistemas nativos em algumas regiões do país, expressões materiais da reforma ambiental brasileira, são consequências das ações de centenas de milhares de agentes produtivos com atuação no território nacional, que optaram por conduzir seus atos nesse sentido, em vez de intensificar o ataque à natureza.

Ao agirem assim, esses agentes produtivos materializaram práticas de preservação dos ecossistemas de vegetação nativa nos diversos tipos de áreas de proteção ambiental existentes no Brasil: áreas estatais de proteção da vegetação nativa – as unidades de conservação de proteção integral e as terras públicas ocupadas com florestas; áreas privadas de proteção da vegetação nativa – as APP e RL; áreas ameríndias de proteção da vegetação nativa – as terras indígenas; e áreas comunitárias de proteção da vegetação nativa – as reservas extrativistas, as reservas de desenvolvimento sustentável e os territórios quilombolas.

A fixação em abstrato, por meio de leis e decretos, das áreas de proteção da vegetação nativa estabelece a destinação formal de parcelas do território para a preservação e para o uso não degradante, proibindo a devastação e o uso degradante nesses locais. A realização concreta de dinâmicas de interação sociedade-natureza baseadas na preservação e no uso não degradante, por sua vez, efetivamente materializa a proteção ambiental nesses ecossistemas de vegetação nativa. Isso é feito pelos agentes produtivos, atores imediatos da construção social da natureza.

As ações desses agentes produtivos não se dá em “vazios sociais”, sendo a constituição das vontades humanas que esses agentes expressam por meio de suas práticas produtivas permeada por todo o conjunto de relações sociais em que cada agente produtivo encontra-se enredado. Essas relações incluem, em posição de destaque, as disputas políticas pela destinação e uso dos ecossistemas de vegetação nativa, opondo os agentes interessados em materializar o ataque à natureza aos agentes interessados em materializar a defesa ambiental.

A partir da transição política brasileira, demandas de proteção ambiental passaram a ser projetadas diretamente no cotidiano dos agentes produtivos brasileiros com muito mais frequência do que ocorrera até então no Brasil, no contexto da ampliação da importância das pautas ambientalistas e das organizações nacionais e internacionais com atuação na temática e

no contexto da correlata ampliação da capacidade de ação das instituições estatais incumbidas de intervir na repressão aos ilícitos ambientais.

A continuidade do processo de democratização nacional, por permitir a circulação mais livre das ideias e a organização mais livre dos cidadãos e cidadãs, fomentou a ampliação da sociedade civil ambientalista no Brasil, num movimento de crescimento constante da participação e da força política desses agentes entre a década de 1980 e a década de 2000. A democratização, além disso, possibilitou a autonomização de núcleos de poder estatal em relação à cúpula do Executivo federal, permitindo que os agentes públicos inseridos nas mais diversas instituições estatais – executivas, legislativas e judiciais – atuassem na defesa política dos ecossistemas de vegetação nativa com ampla liberdade, a partir da década de 1980.

A continuidade da integração internacional da sociedade brasileira, por sua vez, tornou as decisões nacionais cada vez mais suscetíveis de influência por pressões internacionais em virtude da maior dependência política, cultural e econômica que se instalou a partir do final da década de 1980, no contexto da constituição de uma nova ordem internacional multipolar. Pressionadas pelas organizações ambientalistas com atuação em suas sociedades, tanto as cúpulas das instituições estatais dos outros países e os organismos multilaterais, quanto as organizações empresariais estrangeiras com vínculos econômicos com a agropecuária brasileira, passaram a pressionar as instituições estatais e as organizações produtivas do Brasil para que incorporassem diretrizes de proteção ambiental na produção materializada no país.

Essa complexa teia de mudanças societárias e de inter-relações sociais, globalmente constituída, disseminou-se pela realidade brasileira em múltiplos âmbitos societários e de múltiplos modos, concretizando a intensificação da intervenção ambientalista a partir de 1995, tanto no período “Cardoso”, quanto no período “Lula”.

Essa intervenção ambientalista atingiu uma quantidade enorme de agentes produtivos, que se viram incentivados e, em muitos casos, diretamente coagidos a modificar sua rotina produtiva, no sentido da incorporação de limites ecológicos à produção econômica.

A retórica científica, especialmente a vinculada à proteção da biodiversidade e ao combate ao aquecimento global, fortalecida pelo desenvolvimento de pesquisas específicas, foi o discurso principal de legitimação das demandas de defesa da vegetação nativa a partir da década de 1980, fundamentando as iniciativas nesse sentido nas décadas de 1990 e 2000.

O incentivo dos agentes produtivos brasileiros à alteração de seu padrão de produção agropecuária envolveu as organizações ambientalistas, as instituições estatais (legislativas, executivas e judiciais), os veículos de comunicação de massa e os próprios agentes produtivos, que, em algumas situações, estabeleceram mecanismos de regulação dos mercados, no sentido

da incorporação de restrições ecológicas à produção. Embora o setor mais ambientalizado do empresariado nacional não tenha se tornado hegemônico entre os agropecuaristas, ele tornou-se cada vez mais influente e relevante nesse campo, nesse período.

A coação direta dos agentes produtivos brasileiros à alteração de seu padrão de produção agropecuária deu-se principalmente por meio da ação das instituições estatais, com amplo envolvimento das organizações ambientalistas nessas ações. Embargos, proibições, autuações, destruições de material apreendido, aplicações de multas e um conjunto grande de outras determinações judiciais e executivas foram emanadas das instituições diretamente contra agentes produtivos envolvidos nas práticas de degradação ambiental.

Esse complexo movimento, envolvendo múltiplos agentes coletivos e individuais em múltiplas esferas de ação social, materializou a intervenção ambientalista e produziu a reforma ambiental do período 1995-2010, uma mudança da ordem econômica politicamente constituída.

Alguns dados são relevantes como indicadores do êxito da intervenção ambientalista realizada no Brasil nesse período e, em vista disso, podem ser citados como indicadores da constituição política da reforma ambiental brasileira.

Um deles refere-se à dissociação entre a maior parte do desmatamento realizado no território brasileiro e as áreas protegidas constituídas no país, terras indígenas e UC.

Figura 9. Desmatamento e áreas protegidas na Amazônia (2016)

Fonte: IPAM

Segundo estudo especializado realizado pelas organizações ISA e Imazon, da área total desmatada até julho de 2009 nas áreas florestadas da Amazônia Legal, apenas 3,5% está inserida em unidades de conservação e em terras indígenas, mesmo considerando-se o desmatamento realizado nessas áreas antes de sua constituição formal como áreas protegidas. Nas terras indígenas, o desmatamento havia atingido, até 2009, apenas 1,46% de sua área total. Nas UC de proteção integral federais, o desmatamento havia atingido 1,25%. Nas UC de proteção integral estaduais, apenas 1,4% da área. Nas UC de uso sustentável federais, somente 2,46%, e nas UCs de uso sustentável estaduais, 1,22% (Veríssimo et al., 2011, p. 60-62).

O mapa anterior ilustra visualmente essa dissociação entre áreas desmatadas e áreas protegidas na Amazônia Legal, com dados de 2016.

No Cerrado, a mesma tendência foi observada durante a década de 2000, tendo havido, entre 2002 e 2008, a devastação de somente 0,46% da área total dos parques nacionais situados nesse bioma; de 0,4% da área dos parques estaduais; de 0,12% da área das estações ecológicas federais; de 1,87% da área das demais UC de proteção integral; e de 1,8% da área das demais UC de uso sustentável, excluindo as APA (MMA, 2010^a, p. 40).

Uma vez que uma parcela ínfima da devastação ambiental materializada no país até 2010 ocorreu dentro das terras indígenas e das unidades de conservação, evidencia-se como bastante exitosa a intervenção ambientalista operada por meio da constituição dessas áreas de proteção dos ecossistemas de vegetação nativa e por meio de sua efetiva defesa através da repressão ao desmatamento desses locais, confirmando a vinculação entre o controle da devastação produtivista e as ações de intervenção estatal.

Outro indicador da correlação entre a ampliação da repressão estatal ao desmatamento e a diminuição da devastação dos ecossistemas nativos é obtido pela comparação entre a oscilação do patamar anual de desmatamento durante o período “Cardoso” e a quantidade de autuações do Ibama no mesmo período da história brasileira.

Conforme evidencia o gráfico a seguir, nos anos em que houve aumento do número de autuações na Amazônia Legal (1995-1997 especialmente, mas também 1998-1999 e 2000-2001), houve diminuição do desmatamento nessa região do Brasil, e nos anos em que houve diminuição do número de autuações (1997-1998, 1999-2000 e 2001-2002), houve aumento do desmatamento. Constata-se, assim, uma relação direta entre aumento da repressão estatal e diminuição do desflorestamento na Amazônia durante o período “Cardoso”, sendo também direta a relação entre diminuição das autuações e aumento do desmate anual, nesse período.

Gráfico 8. Desmatamento e autuações do Ibama na Amazônia Legal (1995-2002)

Fonte: INPE e Ibama⁶³

Esse dado confirma a vinculação entre a intervenção ambientalista intensificada a partir de 1995 e a modificação da dinâmica de desmatamento anual da Amazônia, nesse período.

Assunção, Gandour e Rocha concluíram, agora em relação ao período 2007-2011, existir correlação entre a atuação repressiva das instituições estatais e a dinâmica do desmatamento na Amazônia, afirmando que um aumento no número de multas aplicadas para agentes produtivos situados no bioma em determinado ano do período contribuiu para a redução do desmatamento no ano seguinte (Assunção, Gandour e Rocha, 2013, p. 4).

Análises qualitativas realizadas sobre a intervenção ambientalista materializada durante o período “Lula” na Amazônia Legal, por meio do PPCDAm, confirmaram, do mesmo modo, a vinculação entre a diminuição significativa do desmatamento na Amazônia, vivenciada a partir de 2004, e o conjunto de ações estatais realizadas no mesmo período pelas instituições estatais, com destaque para a política de repressão ao desflorestamento.

Maia e coautores, nesse sentido, entendem que a focalização das ações repressivas contra as áreas mais desmatadas feita praticamente em tempo real, o que foi possibilitado pela utilização das imagens de satélite; a utilização de ferramentas de descapitalização dos infratores; e a atuação integrada entre instituições estatais nas operações foram os eixos principais do sucesso do PPCDAm, responsável pela diminuição do patamar de desmatamento na Amazônia Legal na década de 2000 (Maia *et al.*, 2011, p. 74-75).⁶⁴

⁶³ Os dados referentes às autuações do Ibama foram extraídos do sítio eletrônico do Ibama, referido na nota de rodapé anterior. Os dados de desmatamento são do PRODES/INPE. A organização do material foi feita por mim.

⁶⁴ Segundo eles: “Com a possibilidade de ações estratégicas e a atividade conjunta de vários órgãos federais, o foco da fiscalização passa de operações pequenas e de baixo impacto, com curta permanência nas áreas

Outro indicador importante do êxito das ações de repressão à devastação implementadas durante o período “Lula” foi a mudança do perfil do agente produtivo responsável pela maior parte do desmatamento da Amazônia durante a década de 2000.

Em 2002, os polígonos de desmatamento médios e grandes, de mais de 0,25 km², eram responsáveis por quase 80% da área desmatada. Em 2009, esses polígonos foram responsáveis por cerca de 40% do desflorestamento verificado (Maia *et al.*, 2011, p. 44).

Essa mudança evidencia a diminuição expressiva da contribuição dos maiores polígonos para o desmatamento amazônico, no contexto de uma diminuição geral do patamar de desmatamento verificado na região. Isso ocorreu em virtude da priorização dos maiores polígonos na estratégia de repressão estatal implementada pelo PPCDAm, uma vez que os satélites detectavam os desmatamentos exatamente em áreas superiores a 0,25 km².

Outros estudos realizados sobre o tema destacaram, também, a efetividade de ações específicas, produzidas no contexto desse amplo movimento de intervenção ambientalista materializado no período 1995-2010, tais como a “Moratória da Soja”, de 2006.

Segundo um estudo especializado, “nos dois anos anteriores do acordo, quase 30% da expansão da soja aconteceram por meio do desmatamento”, enquanto, após 2006, “o desmatamento para plantio do grão reduziu drasticamente para aproximadamente 1% da expansão no bioma Amazônia até 2014” (Gibbs *et al.*, 2015, p. 1).

Os autores responsáveis por esse trabalho acrescentam que, no bioma Cerrado, onde a “Moratória da Soja” não se aplica, “a taxa anual de expansão da soja em área de vegetação nativa continuou a ser considerável, variando de 11 a 23% entre 2007 e 2013”. Eles afirmam, ainda, que “na mais recente zona agrícola brasileira – a região leste do Cerrado, nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, chamada de Mapitoba –, quase 40% da expansão total da soja entre 2007 e 2013 ocorreu à custa de vegetação nativa” (Gibbs *et al.*, 2015, p. 1).

A confirmação da efetividade da “Moratória da Soja” evidencia que a constituição política da diminuição do desmatamento na Amazônia envolveu diretamente os agentes

fiscalizadas, para grandes operações, em que as forças federais são capazes de permanecer durante longos períodos – semanas ou até meses – em áreas com grande concentração de polígonos de desmatamento. [...] Amparada principalmente por novas possibilidades de sanção administrativa promovidas pelo Decreto nº 6.514, de 2008, a fiscalização ambiental pôde atuar na descapitalização de infratores, com foco na apreensão de produtos – como gado e madeira – e equipamentos relacionados a atividades ilegais. Essa forma de atuação mostrou-se mais efetiva do que a aplicação de multas, já que frequentemente é difícil encontrar os responsáveis pela atividade ilegal e, mesmo quando encontrados, o incentivo para o pagamento de multas é muito pequeno, uma vez que as restrições de direitos decorrentes do não pagamento são brandas (as taxas de pagamento das multas foram estimadas em menos de 5% no início dos anos 2000). Além disso, muitas vezes os autos de infração atingem apenas os chamados ‘laranjas’, que estão no local para desviar a atenção do real responsável. A estratégia de descapitalização, ao contrário, consegue punir o verdadeiro responsável pelo desmatamento.” (Maia *et al.*, 2011, p. 74-75)

produtivos e as ações realizadas para construção de mercados de produção e de consumo com restrições ecológicas, o que foi possibilitado pela intensa disputa protagonizada pelas organizações ambientalistas envolvidas nas denúncias e nas campanhas sobre o tema.

A influência de dinâmicas econômicas na oscilação do desmatamento da Amazônia também é destacada por um conjunto de estudos científicos que relacionam oscilações de mercado às oscilações anuais do patamar de devastação ambiental.

Um conjunto de trabalhos de Paulo Barreto e coautores utilizam, nesse sentido, o preço do gado e o preço da soja como índices de estimulação econômica ao desmate, evidenciando gráfica e estatisticamente, em seus estudos, a concomitância entre a diminuição dos preços do gado e da soja e a diminuição do desmatamento em alguns períodos, e a concomitância entre o aumento desses preços e o aumento do desmatamento, em outros períodos, no intervalo de tempo situado entre 1995 e 2008 (Barreto, Pereira e Arima, 2008; Barreto e Silva, 2010).

Portanto, há também uma importante influência diretamente econômica no processo de constituição política da reforma ambiental brasileira, com as oscilações de mercado intervindo diretamente na oscilação do desmatamento nas décadas de 1990 e 2000.⁶⁵

REFORMA AMBIENTAL BRASILEIRA DO PERÍODO 1995-2010: CONCLUSÕES

Em suma, houve, entre 1995 e 2010, uma reforma ambiental no Brasil, entendida como modificação parcial e politicamente constituída da qualidade ambiental da ordem econômica brasileira. As principais expressões da reforma ambiental foram a diminuição do desmatamento em todos os biomas do país; a ocorrência de reflorestamento e de regeneração natural dos ecossistemas de vegetação nativa de algumas regiões, como o estado de São Paulo; e a mudança do perfil de emissões de gases-estufa no país, com sua redução substantiva.

Sublinhe-se o caráter apenas parcial desta modificação da realidade agrária nacional, uma vez que houve a continuidade da devastação da natureza e do uso degradante dos ecossistemas em inúmeros locais; não houve a disseminação de uma dinâmica de exploração

⁶⁵ Alguns trabalhos tentam realizar, por equações econométricas, diferenciações entre a influência “econômica” da diminuição do desmatamento e a influência “política”. Barreto e Araújo citam, nesse sentido, a conclusão de um trabalho que teria afirmado que 56% da redução do desmatamento ocorrido na Amazônia entre 2004 e 2006 seria devido às políticas ambientais e 44% seria associado à queda de preços de mercadorias agrícolas (Barreto e Araújo, 2012, p. 14). Esse tipo de reflexão me parece equivocada, uma vez que, na minha opinião, as estatísticas econométricas fornecem apenas um mapeamento da problemática, e não respostas precisas, não sendo possível parametrizar com esse grau de exatidão dinâmicas relacionais altamente complexas do ponto de vista sociológico, como as que envolvem a diminuição e o aumento do desmatamento no Brasil.

da natureza baseada no aproveitamento da biodiversidade; e não houve um movimento suficientemente robusto de reflorestamento nos biomas mais afetados pela devastação.

Ela foi politicamente constituída, ademais, uma vez que sua materialização se deu no contexto de uma intensa e conflitiva intervenção ambientalista, operada pela convergência das ações de agentes produtivos, organizações sociais, organizações científicas, instituições legislativas, instituições executivas e instituições judiciais.

Foi somente no período situado entre 1995 e 2010 que se materializaram, no Brasil, as condições estruturais que permitiram a ocorrência dessa reforma ambiental, no contexto da continuidade dos processos de reestruturação societária iniciados no período da transição política, cujos eixos principais são a democratização política e a integração internacional.

Nesse sentido, no âmbito social, as organizações ambientalistas vivenciaram entre 1995 e 2010 o auge de sua força política e de sua capacidade de influenciar as decisões e ações estatais e empresariais no Brasil. Com o maior número de organizações constituídas de toda a história nacional e com grande abrangência territorial, as organizações ambientalistas foram decisivas em todas as disputas políticas travadas sobre questões ambientais no período.

Do mesmo modo, no âmbito científico, as pesquisas associando o desmatamento às mudanças climáticas e à erosão da biodiversidade foram amplamente divulgadas entre 1995 e 2010, atingindo vasto conhecimento público e fornecendo a base de justificação retórica para a defesa da vegetação nativa. No âmbito das relações internacionais, as pressões políticas contra a devastação também atingiram nas décadas de 1990 e 2000 o auge de sua influência, com a assinatura de inúmeros tratados internacionais sobre o tema e com o engajamento de inúmeros atores internacionais nas reivindicações direcionadas à preservação ambiental no Brasil.

No âmbito legislativo, a promulgação de leis protetivas intensificou-se nas décadas de 1990 e 2000, em tramitações parlamentares caracterizadas pela intensa participação das organizações ambientalistas e por significativa pressão internacional. Com isso, uma robusta base normativa foi construída, até o final da década de 2000, em defesa dos ecossistemas de vegetação nativa, o que fomentou as ações executivas e judiciais.

No âmbito executivo, uma política efetiva de repressão estatal ao desmatamento foi efetivada a partir de 1996 no Brasil, com o engajamento de inúmeras instituições estatais nas operações, que foram realizadas em grande quantidade, em todo o país, a partir desse ano. Além disso, a política de constituição de terras indígenas e de unidades de conservação atingiu seu auge nos períodos “Cardoso” e “Lula”, quando foram formalizadas áreas protegidas em quantidade elevada, as maiores de toda a história brasileira.

No âmbito judicial, houve o fortalecimento da atuação do Ministério Público nos conflitos ambientais nas décadas de 1990 e 2000, com a priorização dos instrumentos extrajudiciais de atuação, o que ampliou a força política dessa instituição e significou uma importante mudança estrutural na dinâmica dos conflitos.

Foram as mudanças societárias ocorridas nos âmbitos social, científico, internacional, legislativo, executivo e judicial que forneceram as condições de possibilidade para a intervenção ambientalista que gerou a reforma ambiental vivenciada na realidade agrária brasileira entre 1995 e 2010.

É possível assinalar algumas diferenças entre o período “Cardoso” (1995-2002) e o período “Lula” (2003-2010). No período “Cardoso”, por exemplo, houve uma maior ênfase na política de demarcação de terras indígenas, em relação ao período “Lula”, em que a formalização de unidades de conservação foi priorizada. No período “Cardoso”, a constatação da diminuição do desmatamento foi menos expressiva. No período “Lula”, a constatação da contenção do desmatamento atingiu todos os biomas nacionais.

A despeito dessas diferenças, considero as continuidades nos processos de intervenção ambientalista e nos processos de modificação da ordem econômica nacional mais significativas durante esses governos, permitindo sua consideração conjunta como um mesmo período da história brasileira, no que tange aos conflitos ambientais em defesa da vegetação nativa. Nesse período, ocorreu no país uma reforma ambiental.

Os estudos de caso da região de Ribeirão Preto-SP e do município de São Félix do Xingu-PA contribuem para a compreensão da reforma ambiental brasileira a nível local. Nessas regiões do Brasil, entre 1995 e 2010, diferentes tipos de intervenção ambientalista foram materializados, gerando diferentes tipos de mudança nas ordens econômicas locais.

5. Reforma ambiental em Ribeirão Preto-SP e em São Félix do Xingu-PA (1995-2010)

A despeito da grande disparidade social, econômica e ecológica entre a região de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA, é possível assinalar que entre meados da década de 1990 e o final da década de 2000 ocorreu nesses dois locais uma mudança limitada e politicamente constituída da qualidade ambiental da ordem econômica regional. As características estruturais desse processo de modificação societária expressaram-se de modo singular nessas distintas realidades locais.

INTENSIFICAÇÃO DA INTERVENÇÃO AMBIENTALISTA EM RIBEIRÃO PRETO-SP

Na região de Ribeirão Preto-SP ocorreu, a partir da segunda metade da década de 1990, a intensificação da intervenção ambientalista por meio da rotinização da atuação das instituições estatais executivas e judiciais. Embora a concentração das ações estatais em alguns municípios da região tenha se mantido, houve uma expansão gradativa da atuação para municípios não abarcados pelas iniciativas do período da transição política brasileira.

Um marco importante para a rotinização da atuação das instituições judiciais na região, durante o período, foi a criação, em 1996, no âmbito do Ministério Público de São Paulo, do “Grupo Especial dos Agrotóxicos e das Práticas Rurais Antiambientais”. O Grupo Especial resultou de uma articulação entre promotores de justiça com atuação em temas ambientais para discussão e elaboração conjunta de estratégias e de materiais de trabalho. Ele tinha entre suas prioridades a efetivação do Código Florestal quanto às áreas privadas de proteção ambiental, áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL).¹ A principal liderança desse processo foi o então promotor Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamim.

A dinâmica de trabalho do Grupo Especial envolvia a realização periódica de reuniões entre promotores de justiça, cientistas da área das ciências naturais e técnicos das instituições executivas ambientais. Algumas reuniões duravam vários dias e eram realizadas em locais que

¹ O “Grupo Especial dos Agrotóxicos e das Práticas Rurais Antiambientais” foi criado por meio do Ato da Procuradoria Geral de Justiça do MPSP n. 96/1996, que consignou entre suas motivações a “premente necessidade de restauração e conservação, nos termos do Código Florestal (Lei n. 4.771/65) e da Lei Agrícola (Lei n. 8.171/91), das áreas de preservação permanente e da reserva legal”. O Ato afirmou, ainda, serem atribuições do Grupo Especial: “I – identificar as prioridades específicas da ação ministerial no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos e às práticas rurais anti-ambientais, bem como no trabalho de recuperação e conservação de áreas de preservação permanente e de reserva legal; II – compilar, sistematizar e analisar a legislação e a jurisprudência relativas aos agrotóxicos, às práticas rurais e à agricultura sustentável, para distribuição às Promotorias de Justiça do Meio Ambiente; III – sugerir alterações legislativas, acompanhando Projetos de Lei e de regulamentação em tramitação”.

possibilitassem o isolamento e a imersão no debate realizado. Essa aproximação com a comunidade científica e as instituições executivas permitiu um contato mais detalhado com a base de conhecimento das ciências naturais que justificava a proteção da vegetação nativa, reforçando aos promotores de justiça a importância da preservação de APP e RL.

Após debates internos, o Grupo Especial também formulou uma estratégia estadual para atuação do Ministério Público na efetivação das áreas privadas de proteção ambiental, preparando o material técnico-jurídico para subsidiar a ação dos promotores de justiça, com modelos de ação judicial e de compromisso de ajustamento de conduta.

Pela metodologia de trabalho escolhida pelo Grupo Especial, o Ministério Público daria início a um procedimento extrajudicial a partir da informação vinda das instituições executivas sobre a constatação de irregularidade ambiental em propriedade privada rural. Neste procedimento, o Ministério Público negociaria com o proprietário a regularização ambiental do imóvel, envolvendo tanto as APP quanto a RL, independentemente da origem do problema constatado. Havendo concordância do proprietário, seria formulado um “compromisso de ajustamento de conduta”, acordo extrajudicial por meio do qual o proprietário se comprometeria a regularizar a situação das APP e RL em determinado prazo. Não havendo concordância, o MPSP ajuizaria ação civil pública, solicitando ao Poder Judiciário que determinasse a regularização do imóvel rural.

A estratégia elaborada privilegiava a negociação direta por meios extrajudiciais, mantendo a judicialização como alternativa em caso de insucesso da negociação. Além disso, a estratégia vinculava a atuação do Ministério Público ao direcionamento fornecido pelas instituições executivas, responsáveis por identificar os problemas ambientais.

Essa dinâmica de atuação proposta pelo Grupo Especial teve grande aceitação na região de Ribeirão Preto-SP, uma vez que o relator do trabalho foi o promotor de justiça Marcelo Goulart, uma liderança regional. Com isso, o tema das áreas privadas de proteção da vegetação nativa passou a figurar entre as prioridades da atuação do Ministério Público, incentivando outros promotores de justiça a iniciarem um trabalho mais sistemático de fiscalização do desmatamento e de verificação da regularidade ambiental das propriedades.

Na região de Ribeirão Preto-SP, essa intensificação do trabalho do Ministério Público de São Paulo ampliou a associação dessa instituição judicial com as instituições executivas, DEPRN e Polícia Florestal. O respaldo político que o Ministério Público oferecia para as instituições executivas, sobretudo para o DEPRN, foi fundamental para amparar o trabalho dos técnicos dessa instituição, que viam no Ministério Público um contraponto à pressão do

empresariado regional, que manteve-se forte por todo o período.² Segundo um técnico do DEPRN com atuação regional desde a década de 1990:

O Ministério Público é muito mais assertivo. Ele é muito mais contundente na sua atuação. Uma coisa que a gente vê com a experiência: o sujeito é chamado aqui [na instituição executiva ambiental], uma autuação por algum problema ambiental. Ele chega aqui e diz: “eu não tenho, não quero, não faço!” Eventualmente até agride, é mais “bravinho”... Se, pelo mesmo motivo, ele é chamado pelo Ministério Público, aí muda completamente: “Não, doutor, claro! Eu assino, pois não!” Ele fica mais “mansinho”... (entrevista, 2017)

No contexto da ampliação dessa associação entre o Ministério Público e as instituições executivas e do aumento do número de promotores de justiça envolvidos na atuação ambiental, passaram a haver problemas no entrelaçamento entre essas instituições, vinculados sobretudo ao comportamento de alguns promotores de justiça, considerados autoritários pelos técnicos do DEPRN. Segundo o relato de um antigo técnico do DEPRN:

Às vezes a relação [com o Ministério Público] é tensa, às vezes é com muitas ameaças. Depende muito de cada promotor, porque cada promotor tem uma postura. Eles têm muita independência e tudo mais. Então, tem promotores que são mais... já mandam te processar, se você não responde todo mundo. Isso eu não acho positivo! Acho que é a parte ruim. A parte boa é que eu acho que a gente [as instituições executivas ambientais] pode contribuir para o Ministério Público, porque eles têm ferramentas fundamentais para a recuperação e para o controle dessas situações de danos ambientais. Mas na base da opressão é difícil... (entrevista, 2017)

Para o Ministério Público, a associação com o DEPRN e com a Polícia Florestal também era fundamental, uma vez que a instituição não dispunha de corpo técnico em quantidade suficiente para respaldar a sua atuação em temas ambientais.

Conforme se rotinizou a atuação regional do Ministério Público e sua dinâmica de associação e entrelaçamento com as instituições executivas, intensificando quantitativamente e qualitativamente a intervenção ambientalista na região de Ribeirão Preto-SP, a participação direta das organizações ambientalistas no cotidiano de trabalho das instituições estatais com relação ao tema das áreas privadas de defesa da vegetação nativa diminuiu.

² Marcelo Martirani, diretor regional do DEPRN em Ribeirão Preto-SP por longo período, afirmou em entrevista a mim: “A gente sofria influência política. [...] Existia pressão política, sempre existiu. Ora mais atuante, ora menos atuante. Ora com mais poder, ora com menos poder. E, em alguns momentos, a gente conseguia neutralizar isso. Em outros, a gente não conseguia neutralizar. Mas, sempre houve uma pressão política grande. Pressão política exercida, principalmente, pelo poder econômico existente nas empresas rurais, nas fazendas da região, as usinas, as pessoas que mexiam com mineração. [...] Isso me custou, também, o afastamento do órgão por questões de pressão política. Duas vezes me mandaram embora do DEPRN, porque eu era funcionário da Fundação Florestal. Aí eu retornava à Fundação Florestal e, depois de um tempo, me chamaram de volta, porque a situação política estava mais controlada, e retornei ao DEPRN.” (entrevista, 2017)

As organizações, ao verem suas demandas atendidas e ao perceberem uma postura mais ativa das instituições estatais, passaram a atuar apenas episodicamente, em casos de grande repercussão ou em situações consideradas por elas como de maior importância.

A despeito dessas tendências gerais, houve variação nas manifestações locais da articulação entre Ministério Público, instituições executivas e organizações ambientalistas nos diversos municípios da região de Ribeirão Preto-SP, no período 1995-2010.

No município de Ribeirão Preto-SP, a associação conflitiva entre o Ministério Público e as organizações ambientalistas que caracterizou o período da transição política desfez-se com o início do trabalho, nessa cidade, do promotor de justiça Marcelo Goulart, caracterizado por uma articulação mais intensa com as entidades mais atuantes da região. Em virtude de seu perfil de atuação e da maior presença da sociedade civil organizada no município de Ribeirão Preto-SP, especialmente por meio da Associação Cultural e Ecológica Pau-Brasil, que se manteve a organização regional mais atuante nesse período, a participação das entidades ambientalistas no cotidiano do Ministério Público foi maior nesse município, em relação aos outros da região.

Na década de 2000, o Ministério Público modificou, parcialmente, sua dinâmica de atuação no município de Ribeirão Preto-SP, passando a privilegiar o direcionamento da repressão estatal contra as grandes propriedades rurais, nas quais o potencial de preservação ambiental, sobretudo por meio do instituto da RL, era superior, em lugar de atuar indiferentemente em relação a grandes e pequenas propriedades.

Com isso, houve uma mudança na dinâmica local de associação entre o Ministério Público e as instituições executivas, com a instituição judicial passando, cada vez mais, a direcionar a atuação das instituições executivas, em vez de ser pautada pelas instituições executivas, que anteriormente eram responsáveis por informar as irregularidades ambientais ao Ministério Público e, assim, eram responsáveis por direcionar a atuação dessa instituição judicial.

Outro foco de trabalho que passou a ser privilegiado nesse município, nos anos 2000, foi a demolição dos “ranchos”, casas de veraneio situadas às margens dos rios, em APP.³

A priorização da negociação direta e extrajudicial com os infratores da legislação ambiental e o uso da judicialização apenas em caso de insucesso da negociação foram mantidos, tanto nas ações contra as grandes propriedades, quanto nas ações contra os “ranchos”.

³ Em julho de 2001, a correspondente regional da Folha de São Paulo noticiou o início do trabalho do MPSP em relação aos “ranchos” na região de Ribeirão Preto-SP, sob o título “Ação quer derrubar 1.500 ranchos na região”: “O Ministério Público quer recuperar 4.400 hectares de mata ciliar do rio Pardo, na região de Ribeirão Preto. A área é considerada de preservação permanente. O principal alvo da Promotoria são os ranchos. [...] O promotor disse ainda que as terras onde os ranchos são construídos muitas vezes pertencem a usinas, que estão sendo alvo de ações. ‘Nunca houve um efetivo controle e fiscalização’, afirmou. A ação de Ribeirão acontece em conjunto com as Promotorias de cidades da região.”

Em geral, no município de Ribeirão Preto-SP houve maior aceitação, pelos proprietários rurais, da demanda por implantação das APP do que da demanda pela implantação da RL, que gerava mais resistência por ocasionar o que os proprietários rurais consideravam como uma maior “perda de área produtiva”, em razão da destinação de 20% do imóvel para preservação. Em virtude disso, a judicialização foi muito mais frequente nos casos relativos a RL do que nos casos relativos a APP, geralmente concluídos com a negociação extrajudicial.

No município de Batatais-SP, a atuação do Ministério Público na efetivação da legislação florestal começou em 1995, com o início do trabalho local do promotor de justiça Hilton de Araújo Filho. Os dados sobre a atuação dessa instituição judicial em Batatais-SP entre 1995 e 2010 evidenciam tanto a priorização dos meios extrajudiciais quanto a modificação da dinâmica de entrelaçamento do Ministério Público com as instituições executivas.

Em relação à priorização dos meios extrajudiciais, entre 1995 e 2010, 61% dos casos relativos à vegetação nativa em propriedade privada de Batatais-SP foram encaminhados com a assinatura de “compromisso de ajustamento de conduta” com os proprietários rurais. A judicialização, por sua vez, foi a alternativa de ação do Ministério Público em 29% dos casos, nos quais não houve sucesso na negociação extrajudicial. Nos outros 10% dos casos, o Ministério Público ainda mantinha, em 2010, as iniciativas de negociação.⁴

Tal como ocorria em Ribeirão Preto-SP, também em Batatais-SP a judicialização foi muito mais frequente nos casos de regularização de RL do que nos casos de regularização de APP, havendo maior aceitação dos proprietários rurais quanto a esse tipo de área de proteção.

Em relação à mudança da dinâmica de entrelaçamento entre o Ministério Público e as instituições executivas em Batatais-SP, enquanto, entre 1995 e 2002, 88% dos procedimentos instaurados pelo Ministério Público se iniciaram com informação fornecida pela Polícia Florestal, entre 2003 e 2010, a Polícia Florestal foi responsável pela informação que deu início a apenas 19% dos procedimentos. O próprio Ministério Público, responsável por apenas 4% das informações que originaram sua atuação em Batatais-SP entre 1995 e 2002, tornou-se o principal responsável por pautar sua própria ação entre 2003 e 2010, quando passou a responder

⁴ Os dados apresentados nesse parágrafo e nos seguintes tem como fonte uma pesquisa survey que realizei, entre os anos de 2009 e 2010. Nessa pesquisa, analisei 90% dos processos judiciais e extrajudiciais em que houve atuação do Ministério Público de São Paulo no município de Batatais-SP entre 1995 e 2010. Foram analisados 153 processos judiciais e extrajudiciais relativos à temática da vegetação nativa em propriedades privadas (de um universo de 232 processos sobre direitos coletivos analisados). Foram coletadas informações como: área total de APP e RL recompostas; área total de APP e RL com recomposição acordada ou determinada judicialmente; agente que acionou o MPSP para que atuasse promovendo-lhe a informação necessária; data de início do processo; situação processual; entre outras.

por 45% das iniciativas. Outras instituições estatais, que, entre 1995 e 2002, responderam por 6% das iniciativas, entre 2003 e 2010 passaram a pautar 20% dos casos.

Os dados de Batatais-SP indicam, também, o aumento da participação da sociedade civil local no fornecimento da pauta para atuação do Ministério Público nesse município, na década de 2000. Enquanto, entre 1995 e 2002, a sociedade civil foi responsável por apenas 2% das informações que iniciaram procedimentos do Ministério Público, entre 2003 e 2010, ela foi responsável por 16% das informações que direcionaram a atuação dessa instituição judicial.

Em São Carlos-SP, município situado nas adjacências da região de Ribeirão Preto-SP, a associação compositiva entre o DEPRN e o Ministério Público, iniciada durante a transição política e voltada à regularização ambiental das grandes propriedades do município, prosseguiu entre 1995 e 2010. Em vista disso, ao final da década de 2000, praticamente todas as propriedades do município estavam regularizadas ou com acordo extrajudicial de regularização assinado, tanto no que tange às APP quanto no que diz respeito à RL.

A priorização da negociação direta com os proprietários rurais manteve-se como a dinâmica de ação preferencial em São Carlos-SP, tal como manteve-se a baixa participação de organizações ambientalistas no cotidiano da defesa da vegetação nativa municipal.

Segundo De Mio, 25% dos casos relativos à vegetação nativa de São Carlos-SP, na primeira metade da década de 2000, eram, em média, resolvidos diretamente pelo DEPRN, mediante a assinatura de acordos extrajudiciais com os proprietários, enquanto 75% dos casos eram enviados para o Ministério Público. Ainda segundo a autora, em 2004, 63% dos casos de conflitos ambientais instaurados pelo Ministério Público entre 2001 e 2004 haviam sido resolvidos com a assinatura de compromissos de ajustamento de conduta, enquanto a judicialização havia sido adotada em apenas 3% das situações. Em outros 34% dos conflitos, o Ministério Público seguia tentando a solução extrajudicial (Mio, De, 2005, p. 86 e 103).

Em Franca-SP, a atuação do Ministério Público na defesa da vegetação nativa foi iniciada em 1999, quando o promotor de justiça Fernando Martins assumiu as funções ambientais nesse município. Em sua dinâmica de trabalho, a associação com a Polícia Florestal foi privilegiada, em detrimento do DEPRN. Não houve, em Franca-SP, articulação consistente entre o Ministério Público e as organizações ambientalistas locais.

Nesse município, as estratégias de atuação extrajudicial focadas nos grandes imóveis rurais também foram privilegiadas, em detrimento da judicialização e do direcionamento indiferente da atuação em relação ao tamanho do imóvel. Foi adotada, além disso, uma interpretação mais flexível da legislação ambiental pelo promotor de justiça, que permitia o cômputo das APP na área da RL para além dos casos expressamente definidos em lei.

Segundo dados da Promotoria de Justiça de Franca-SP, até 2010 houve a regularização ambiental de praticamente todos os imóveis rurais desse município, tanto no que diz respeito à RL quanto no que diz respeito às APP, com a assinatura de compromisso de ajustamento de conduta em 98% dos casos e judicialização em apenas 2% das situações.⁵

A postura altamente conciliatória da abordagem realizada nesse município, que tinha um de seus alicerces na interpretação contramajoritária da legislação florestal em benefício dos proprietários rurais, foi um diferencial que possibilitou uma maior adesão dos proprietários desse município às demandas do Ministério Público.⁶

Em 2005, uma nova mudança na organização institucional do Ministério Público ocorreu na região de Ribeirão Preto-SP, com a criação da chamada “Promotoria Regional do Meio Ambiente”, por meio da designação de promotores de justiça especializados para auxiliarem os colegas da região em relação a temas específicos, como a defesa da vegetação nativa. A criação da Promotoria Regional foi motivada pela constatação de que em grande parte dos municípios não havia atuação suficiente do Ministério Público em temas ambientais.

Em alguns municípios da região, não havia nenhum procedimento extrajudicial ou judicial instalado pelo MPSP sobre a temática antes da criação da Promotoria Regional.

Em 2008, a Promotoria Regional foi reconfigurada e nomeada “Grupo Especial de Defesa do Meio Ambiente” (GAEMA), por meio do Ato Normativo n. 552/2008, da Procuradoria Geral de Justiça do MPSP. O núcleo Pardo do GAEMA foi criado para abranger alguns municípios de Ribeirão Preto-SP e a temática das APP e RL foi novamente indicada como prioritária. Outros municípios da macrorregião de Ribeirão Preto-SP não abrangidos pelo GAEMA e que tinham atuação consistente em matéria de direito ambiental, como Franca-SP e Batatais-SP, foram incluídos na chamada Rede de Atuação Protetiva do Meio Ambiente.

Outros municípios, por sua vez, mantiveram-se fora da priorização regional da atuação do MPSP, não sendo incluídos na esfera de atuação do GAEMA.

O promotor de justiça indicado para liderar a implantação, na região de Ribeirão Preto-SP, da Promotoria Regional em 2005 e do núcleo Pardo do GAEMA em 2008 foi o Marcelo Goulart, promotor de justiça do município de Ribeirão Preto-SP. Em vista disso, na Promotoria

⁵ Os dados foram fornecidos a mim diretamente pela Promotoria de Justiça do Meio Ambiente de Franca-SP, em 2018, por correio eletrônico, após a realização de entrevista com o promotor de justiça.

⁶ A cúpula do Ministério Público de São Paulo convalidou a interpretação contramajoritária da legislação florestal adotada nesse município até 2010, por meio das decisões do Conselho Superior dessa instituição judicial, que homologaram os acordos judiciais firmados. A partir de 2010, houve uma mudança do posicionamento do Conselho Superior, que passou a recusar a homologação dos acordos que permitissem a inclusão das APP no cômputo da reserva legal, justificando que se tratavam de institutos jurídicos diferentes. Essa mudança foi motivada por uma atuação política de promotores de justiça da região de Ribeirão Preto-SP que discordavam da interpretação da legislação ambiental promovida em Franca-SP.

Regional e no GAEMA houve priorização da articulação com as organizações ambientalistas e direcionamento do trabalho preferencialmente contra as grandes propriedades rurais e contra os “ranchos”, no que tange à defesa da vegetação nativa em propriedades privadas.

Em geral, a aceitação dos proprietários rurais dos municípios abrangidos pela atuação do GAEMA foi mais expressiva nos casos de regularização de APP do que nos casos de regularização de RL, que geravam maior resistência à demanda da instituição judicial.

Outra iniciativa da Promotoria Regional e do GAEMA, em relação à defesa da vegetação nativa, consistiu em adotar uma interpretação jurídica contramajoritária em prejuízo dos proprietários rurais de áreas situadas na zona de recarga do aquífero Guarani, localizado na região. Segundo o Ministério Público, nessas áreas, a RL das propriedades deveria ser de 35%, e não de 20% como textualmente indicava a lei, em virtude de demandas específicas de proteção ambiental vinculadas ao aquífero.⁷ Essa proposta, que contava com amplo apoio das entidades ambientalistas da região, foi aceita em pouquíssimos casos pelos proprietários rurais.

Nas situações em que ocorreu a judicialização do conflito sobre a implantação de APP e RL nas propriedades rurais da região, majoritários em relação à RL mas também existentes em relação às APP, os proprietários rurais, em geral, articulavam suas justificações jurídicas para a recusa em se adequar à legislação florestal em torno de dois argumentos.

Por um lado, retomando o debate histórico sobre as áreas privadas de proteção ambiental e sobre as concepções liberal e socioambiental de propriedade privada, afirmavam que seria inconstitucional exigir do proprietário rural a destinação dessas áreas para preservação ambiental. Eles entendiam haver nesses casos um tipo de “desapropriação indireta” em favor do “meio ambiente”, incompatível com o direito de propriedade e com a livre iniciativa por privar o proprietário de decidir sobre o uso de sua própria propriedade.

Por outro lado, os proprietários afirmavam que as suas propriedades rurais haviam sido desmatadas antes de 1965 e que, portanto, não poderia ser exigida a recomposição da vegetação nativa por uma lei promulgada nesse ano (Código Florestal, Lei n. 4.771/1965), tendo em vista a existência de consolidação da ocupação agrícola nessas áreas.

⁷ Essa demanda do Ministério Público amparava-se em trabalhos técnico-científicos elaborados por sua equipe. Em síntese, a justificativa para a ampliação do percentual da RL era, segundo as ações ajuizadas sobre o tema, de que haveria “necessidade de se aumentar a taxa de infiltração e, conseqüentemente, compensar as altas taxas de exploração mantidas atualmente, como também para diminuir a área suscetível aos riscos de contaminação do aquífero por agrotóxicos e insumos agrícolas”. Do ponto de vista legal, o Ministério Público afirmava que o Código Florestal textualmente indicava 20% como o “mínimo” para as RL no país, o que permitiria, segundo eles, ampliação dessa porcentagem mediante interpretação jurídica em casos que a demandassem, tal como o relativo à proteção do aquífero Guarani.

Contrapondo-se a essa argumentação, o Ministério Público afirmava, nos processos judiciais, que a responsabilidade pela recomposição de APP e RL era do proprietário atual do imóvel, independentemente de quem tivesse sido o autor do desmatamento e de quando esse tivesse ocorrido, em virtude da responsabilidade objetiva nos casos de dano ambiental, consagrada na Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n. 6.938/1981).

Segundo o Ministério Público, o que o Código Florestal determinava era uma obrigação de proteger, caso já houvesse vegetação nativa, e de reflorestar e proteger, caso essa não mais existisse. Tratava-se, na visão dessa instituição judicial, de obrigação vinculada à “função social da propriedade”, que não vulnerava o direito de propriedade, mas o ressignificava à luz da proteção ambiental e de uma visão social dos direitos individuais, de modo a sujeitar o proprietário à utilização do bem privado conforme preceitos de beneficiamento coletivo.

O Poder Judiciário, quando chamado a manifestar-se sobre o tema de forma sistemática em virtude do grande número de ações ajuizadas nessa região do estado, firmou entendimento majoritariamente conforme às teses do Ministério Público.

Entre 1999 e 2006, em 84% das decisões de 2ª instância do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), o Judiciário aderiu à tese do MPSP de que o Código Florestal determinava o replantio, nos casos em que não houvesse vegetação nativa, e de que esse replantio da vegetação não deveria ser indenizado pelo Estado, uma vez que consistia em obrigação inerente à função social da propriedade.⁸ Entendeu o TJSP, em síntese, que os proprietários que não preservam APP e RL em seus imóveis “prejudicam o Meio Ambiente, que é assegurado pela Carta Maior” e “querem fazer valer seus interesses particulares, meramente lucrativos e egoístas, ante a supremacia do interesse público representando a sociedade e o bem comum de interesse geral como um todo”, conforme dispôs Prado Pereira, relator do processo n. 142.208-5/4-00.

Em 16% das decisões entre 1999 e 2006, por outro lado, o TJSP posicionou-se favoravelmente à tese dos proprietários rurais de que o dever de proteger APP e RL só deveria ser imposto às propriedades em que ainda houvesse vegetação nativa preservada e onde não houvesse consolidação de ocupação agrícola dessas áreas. Conforme afirmou uma decisão nesse sentido, de relatoria de Barreto Fonseca (processo n. 160.923-5/9-00):

⁸ Os dados citados nesse parágrafo e nos seguintes tem como fonte uma pesquisa survey que realizei, em 2017, com decisões judiciais de 2ª instância do Tribunal de Justiça de São Paulo sobre a aplicação do Código Florestal na região de Ribeirão Preto-SP entre 1999 e 2016. Foram identificadas 562 decisões judiciais sobre o tema e foi construído um banco amostral com 126 decisões, 22,4% do universo. As decisões analisadas foram escolhidas de modo aleatório, segundo estratificação anual, com a orientação de que constassem anualmente no mínimo 7 decisões ou 20% do total de decisões do ano. Foram extraídas dessas decisões informações como: órgão julgador; conteúdo decisório; demanda do autor; argumentação do réu; fundamentação decisória; município de origem; entre outras.

O Código Florestal não obrigou os proprietários a florestar ou reflorestar áreas onde já inexistente a mata, como se depreende da leitura de seu artigo 18. [...] Nem exige a lei que se deixe abandonada à natureza área correspondente àquela em que deveriam existir as matas. [...] o que se proíbe é a supressão total ou parcial das florestas e o corte raso, e não o cultivo agrícola de terras já despidas de mata. O plantio de alimentos também atende à função social da propriedade.

Em 2006, o TJSP reorganizou sua 2ª instância com base na Resolução n. 240/2005, do Órgão Especial do TJSP, que criou a “Câmara Especial do Meio Ambiente”, “com competência para os feitos de natureza civil e medidas cautelares, que envolvam interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos diretamente ligados ao meio ambiente”. A partir da criação da Câmara Especial do Meio Ambiente, todos os processos ligados a temas ambientais passaram a ser julgados em 2ª instância pelo órgão, formado por um grupo pequeno de magistrados.

Através da Câmara Especial do Meio Ambiente, o TJSP consolidou como unânime o posicionamento que era majoritário entre 1999 e 2006, afastando totalmente a ocorrência de decisões em favor dos proprietários rurais. A especialização temática e o pequeno número de desembargadores permitiram a unificação da jurisprudência do TJSP em relação a temas ambientais, dentre os quais o relativo à vegetação nativa em propriedades privadas.

Desde sua entrada em funcionamento, em 2006, até o ano de 2012, em que houve a alteração legislativa do Código Florestal, a Câmara Especial julgou de modo uniforme todos os processos relativos ao tema, entendendo a legislação aplicável nos termos das demandas do MPSP. Segundo um desses casos, de relatoria de Renato Nalini (processo n. 990.10.180197-3):

Visão arcaica do direito de propriedade o considera absoluto e garantidor de uso, gozo e abuso dominial. Novo tratamento constitucional a consagrar a função social da propriedade que, na categoria rural, impõe preservação do meio ambiente e uso adequado dos recursos naturais. Obrigações daí decorrentes para o proprietário, independentemente de apuração de sua culpa. A regeneração da área degradada é responsabilidade objetiva do proprietário rural, que independe de ter sido ele o efetivo causador da degradação. Obrigação legal de reflorestar e de garantir o retorno da cobertura vegetal original, em benefício da biodiversidade, da saudável qualidade de vida e da própria subsistência da humanidade. O titular do meio ambiente sadio não é apenas o ser vivente, mas também as futuras gerações.

Além de uniformizar o entendimento do TJSP sobre o tema, a Câmara Especial também possibilitou a tramitação mais rápida dos processos judiciais e o aumento numérico das decisões anuais. Com desembargadores especializados e com uma política judicial uniforme, o TJSP passou a julgar, em menos tempo, um maior número de processos judiciais.

Na região de Ribeirão Preto-SP, no período situado entre 1995 e 2010, também intensificaram-se os conflitos relativos à demanda pela eliminação da queima da cana-de-açúcar, iniciados no final da década de 1980. Em virtude da propagação do fogo dos canaviais para as áreas de proteção ambiental situadas nas propriedades rurais da região, as lutas contra a queima mantiveram-se importantes para a defesa da vegetação nativa regional.

Manifestações públicas, realização popular de abaixo-assinados, produção e divulgação de pesquisas científicas, ajuizamento de centenas de ações civis públicas, debate e publicação de leis estaduais e municipais, promulgação de decretos, autuações executivas e negociação permanente entre os múltiplos agentes envolvidos nas disputas compuseram o repertório de ações que materializaram o conflito relativo à queima da cana, vivenciado em dezenas de municípios da região de Ribeirão Preto-SP (Andrade Júnior, 2016).

Pressões dos próprios agentes produtivos da globalizada cadeia sucroalcooleira pela regularização ambiental da produção canavieira também se tornaram mais frequentes na década de 2000, levando o setor a assinar com o governo de São Paulo, em 2007, um compromisso público (“Protocolo Agroambiental”) prevendo a eliminação da queima da cana-de-açúcar e a recomposição das nascentes e matas ciliares, locais da paisagem protegidos como APP.

Outra importante disputa política regional vinculada à defesa da vegetação nativa foi o conflito pela destinação de terras para implantação de assentamentos rurais ambientalizados, que tem como marco a chegada de militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ao município de Ribeirão Preto-SP, em 1999.

Nessa região, o MST optou por ambientalizar a luta social pela reforma agrária, incorporando o discurso ambientalista no eixo central de suas reivindicações pela terra. Isso ocorreu em virtude da forte presença regional das organizações ambientalistas, da intensa atuação regional do Ministério Público e das instituições executivas ambientais, e da necessidade, percebida pelo MST, de amparar a demanda pela terra numa interpretação mais abrangente da “função social da propriedade”, em virtude da quase inexistência de áreas improdutivas na região. Nesse processo de ambientalização da luta pela reforma agrária, o MST baseou-se, também, em experiências anteriores do próprio movimento, em outras regiões do país, nas quais a retórica ambientalista havia ocupado um lugar de destaque no processo político de reivindicação pelo direito à terra (Andrade Júnior, 2013, p. 109).

Desse modo, na década de 2000, em disputas marcadas por grande conflitualidade e pela intensa participação de organizações sociais e do Ministério Público, duas propriedades situadas na área de recarga do aquífero Guarani foram destinadas para reforma agrária na região: a Fazenda Santa Clara e a Fazenda da Barra. Essa última havia sido objeto da primeira

ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público em Ribeirão Preto-SP sobre descumprimento da legislação sobre áreas privadas de proteção (Andrade Júnior, 2013).

Nos dois casos, a retórica ambientalista ocupou uma posição central no processo político de reivindicação pela reforma agrária e, após a destinação dos imóveis para esse fim, foi firmado compromisso de ajustamento de conduta entre o INCRA, as famílias assentadas e o Ministério Público, prevendo: a vinculação de 35% da área dos assentamentos à ocupação com vegetação nativa em reserva legal; a recomposição das APP do imóvel; e o estabelecimento de uma série de restrições ecológicas para a produção dos assentados, como a vedação do uso de agrotóxicos e o fomento à adoção de sistemas agroflorestais (SAF) (Andrade Júnior, 2013).

REFORMA AMBIENTAL NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO-SP

A intensificação da intervenção ambientalista por meio da rotinização da atuação das instituições estatais na defesa da vegetação nativa fomentou uma mudança na realidade agrária regional entre 1995 e 2010, quando houve a ampliação da área ocupada com ecossistemas de vegetação nativa na região de Ribeirão Preto-SP.

Segundo os dados do Instituto Florestal relativos aos anos 1990-1992, havia na região de Ribeirão Preto-SP 2.112,17 km² de vegetação nativa (Kronka et al., 1993). Em 2001, foram identificados na mesma região 2.315,96 km² (Kronka et al., 2005). Em 2009, por sua vez, foram identificados 3.325,63 km² (Nalon et al., 2009), num crescimento nominal de 57,4% da vegetação nativa regional entre 1990-1992 e 2009.⁹

Essa ampliação da área regional ocupada com vegetação nativa consiste numa mudança parcial do padrão historicamente constituído de interação sociedade-natureza na região, uma vez que, até o início da década de 1990, foi predominante a tendência de eliminação dos ecossistemas de vegetação nativa para implantação de culturas agropecuárias.

⁹ Parte desse crescimento nominal é atribuível à evolução da tecnologia de sensoriamento remoto utilizada pelo Instituto Florestal para identificação da vegetação nativa regional. Nos mapeamentos realizados em 1990-92 e em 2001, a metodologia utilizava a escala 1:50.000. No mapeamento de 2009, feito com base em imagens do satélite japonês Alos, a escala é de 1:25.000, o que permite identificar fragmentos de no mínimo 0,0025 km², enquanto a tecnologia anterior identificava fragmentos florestais de no mínimo 0,03 km². Muitos fragmentos pequeninos não identificados nas análises anteriores foram, em vista disso, identificados em 2009 (Zorzetto, 2010). Outra parte desse crescimento nominal é, de fato, aumento da área regional ocupada com vegetação nativa, o que foi confirmado a mim em reunião realizada com o responsável técnico pelos mapeamentos do Instituto Florestal. Não é possível determinar precisamente a quantidade da variação que é atribuível à mudança tecnológica e a quantidade da variação que é, de fato, atribuível à mudança no tipo de uso do solo.

O crescimento da ocupação regional de áreas com vegetação nativa deu-se concomitantemente a uma grande ampliação da área regional de cana-de-açúcar, o que ocorreu em detrimento da ocupação de outras lavouras, conforme evidencia o gráfico disposto abaixo.

Gráfico 9. Ocupação da terra na região de Ribeirão Preto-SP (1990-2010)

Fonte: IBGE e IF¹⁰

O aumento da área regional ocupada com ecossistemas de vegetação nativa foi a manifestação principal da reforma ambiental na região de Ribeirão Preto-SP, uma mudança parcial, politicamente constituída, da qualidade ambiental da ordem econômica regional.

Outra manifestação importante da reforma ambiental na região de Ribeirão Preto-SP foi a diminuição da área colhida com queima prévia da cana-de-açúcar.

Segundo dados do INPE/CANASAT, em 2010, 57,6% da cana colhida na chamada região administrativa de Ribeirão Preto-SP foi colhida “crua”, sem queima prévia, o equivalente a 2.491,8 km², de 4.322,74 km². Na região administrativa de Franca-SP, 54,4% da cana foi colhida sem queima prévia em 2010, o que representam 2.376,41 km², de 4.371,18 km².¹¹ Em 1994, 100% da cana-de-açúcar regional foi colhida com queima prévia dos canaviais.

Portanto, no final da década de 2000 a cana colhida queimada tornou-se quantitativamente minoritária, no cômputo total da colheita regional de cana-de-açúcar.

Também houve, na região de Ribeirão Preto-SP, a materialização de algumas experiências bastante destacadas de produção agrícola sustentável no período situado entre 1995 e 2010. Trata-se de outra manifestação regional da reforma ambiental.

¹⁰ Os dados de vegetação nativa tem como fonte os Inventários Florestais do Instituto Florestal (IF). Os dados de cana-de-açúcar e outras lavouras tem como fonte os relatórios de Produção Agrícola Municipal, do IBGE.

¹¹ Dados do sítio <<http://www.dsr.inpe.br/laf/canasat/colheita.html>>. Acesso em 26/11/2019.

A Usina São Francisco, do grupo Balbo, ré de algumas das primeiras ações civis públicas ajuizadas demandando a eliminação da queima da cana-de-açúcar em Sertãozinho-SP, não apenas eliminou a queima da cana em suas propriedades, a partir de 1995, como, na segunda metade da década de 1990, eliminou também a aplicação de agrotóxicos em seus canaviais. Com isso, ela construiu o que Carvalho considera como o maior projeto de agricultura orgânica do mundo em áreas submetidas ao controle de um mesmo grupo. Segundo ele, a empresa também não utiliza branqueadores químicos e nem organismos geneticamente modificados na produção, o que permite a ela comercializar, por meio da marca Native, produtos orgânicos grande valor comercial, exportados para vários países (Carvalho, 2007, p. 151-153).

Com isso, o grupo Balbo tornou-se uma empresa canavieira pioneira na exploração de um mercado de maior valor agregado, referente a produtos produzidos sob rígidos parâmetros ecológicos. Sua transição ambientalista foi realizada por motivações econômicas, mas sob forte influência da atuação das instituições estatais, sobretudo do Ministério Público, que impuseram à empresa, judicialmente, um conjunto de demandas de regularização ambiental.¹²

Outras experiências singulares de produção sustentável foram materializadas nos assentamentos rurais ambientalizados constituídos nas antigas Fazenda Santa Clara e Fazenda da Barra, que se tornaram Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) – nomenclatura atribuída pelo INCRA aos assentamentos implantados com restrições ecológicas à produção agropecuária – ao serem destinadas para a reforma agrária, na década de 2000.

Tanto no PDS Sepé Tiarajú, constituído na antiga Fazenda Santa Clara, quanto no PDS da Barra, constituído na fazenda homônima, houve a implantação, por algumas famílias, de sistemas agroflorestais (SAF) que se tornaram referências, segundo a Embrapa, em virtude da conciliação entre geração de renda para as famílias assentadas e preservação ambiental (Canuto, Ávila e Camargo, 2013). Em vista disso, segundo Vasquez, os assentados que, no início do trabalho com produção agrícola sustentável, haviam participado de inúmeras visitas monitoradas a centros de excelência nesse tipo de produção, passaram a receber em seus lotes as pessoas interessadas em conhecer um trabalho modelo (Vasquez, 2009).¹³

Portanto, foram três as manifestações principais da reforma ambiental na região de Ribeirão Preto-SP: aumento da área regional ocupada com vegetação nativa, que cresceu 57,4%

¹² Realizei uma discussão mais detalhada do caso da transição ambientalista do grupo Balbo no livro sobre a eliminação da queima da cana-de-açúcar (Andrade Júnior, 2016, p. 249-261).

¹³ Essa construção local de uma experiência sustentável de produção agrícola em alguns lotes dos assentamentos rurais ambientalizados da região de Ribeirão Preto-SP ocorreu, a partir da década de 2000, a despeito dos inúmeros conflitos e da precariedade de infraestrutura que caracterizou a implantação desses assentamentos. Além disso, a falta de identificação de inúmeros assentados com as premissas da proposta ambientalizada de produção que se tenta implantar nesses locais compõe o cotidiano desses assentamentos (Andrade Júnior, 2013).

entre 1990 e 2009; diminuição da área de cana colhida com queima prévia, que se tornou minoritária no cômputo total regional ao fim da década de 2000; e materialização de algumas experiências destacadas de produção agrícola sustentável, como a do grupo Balbo e as do MST.

A despeito da grande importância ecológica dessas manifestações da reforma ambiental da região de Ribeirão Preto-SP, ela foi limitada, apenas parcial.

O aumento da área ocupada com ecossistemas de vegetação nativa não ocorreu em todos os municípios da região. Houve, em diversos municípios, maior quantidade de área desmatada durante a década de 2000 do que de área recomposta com vegetação nativa. Nesses locais, a tendência de devastação ambiental vivenciada nos períodos anteriores da história brasileira foi mantida, conforme evidencia o Quadro 5, abaixo.

Quadro 4. Variação da ocupação da terra com vegetação nativa em municípios da região de Ribeirão Preto-SP (2001-2009)

Município da região de Ribeirão Preto-SP	Variação da área de vegetação nativa entre 2001 e 2009 (km²)	Variação da área de vegetação nativa entre 2001 e 2009 (%)	Ocupação com vegetação nativa em 2009 em relação à área municipal (%)
Altinópolis	95,76 km ²	101%	20,46%
Batatais	44,59 km ²	110%	10%
Barretos	- 3,91 km ²	- 3,2%	7,5%
Franca	34,54km ²	78%	12,9%
Guaíra	- 21,37 km ²	- 30,8%	3,8%
Ipuã	- 1,53 km ²	- 6,3%	4,8%
Luís Antônio	69,47 km ²	94,1%	23,9%
Miguelópolis	- 3,88 km ²	- 14,3%	2,8%
Morro Agudo	- 16,09km ²	- 21,3%	4,2%
Ribeirão Preto	19,61 km ²	93,2%	6,2%
São Carlos	57,77 km ²	44,3%	16,4%
Região de Ribeirão Preto	1.009,65 km ²	43,6%	12,07%

Fonte: Instituto Florestal

Em Guaíra, por exemplo, a diminuição da vegetação nativa municipal foi de 30,8%, com a eliminação de 21,37 km². Em Morro Agudo, a diminuição da vegetação foi de 21,3%, com a eliminação de 16,09 km². Em Miguelópolis, a redução foi de 14,3% (3,88 km²). Em Ipuã, a redução da área de vegetação foi de 6,3% (1,53 km²) e, em Barretos, de 3,2% (3,91 km²).

Trata-se de municípios onde houve grande expansão da área ocupada com cana-de-açúcar durante a década de 2000 e onde não houve atuação significativa das instituições estatais na repressão ambientalista, uma vez que eles não foram incluídos entre os municípios

abrangidos pela Promotoria Regional ou pelo GAEMA.¹⁴ A combinação desses fatos, somada à ausência de organização expressiva da sociedade civil ambientalista nesses locais, explica a manifestação local da continuidade da devastação produtivista nesses municípios.

Portanto, mesmo numa região majoritariamente caracterizada pela expansão da área ocupada com vegetação nativa, houve locais em que predominou a redução das áreas preservadas durante a década de 2000, concretizando, localmente, a tendência histórica de desenvolvimento desigual, também no que tange às dinâmicas de interação sociedade-natureza.

Os dados do Quadro 5 também evidenciam como mantinha-se baixa, em geral, a porcentagem de ocupação das terras regionais com vegetação nativa em 2009.

Em alguns municípios da região, o percentual da área municipal ocupada com vegetação nativa era inferior a 5%, em 2009, segundo os dados do Instituto Florestal: Miguelópolis (2,8%), Guaíra (3,8%), Morro Agudo (4,2%), Ipuã (4,8%). Mesmo em municípios onde houve grande intensidade na articulação ambientalista, as taxas municipais de ocupação das terras com ecossistemas de vegetação não ultrapassaram 15%: casos de Batatais (10%), Ribeirão Preto (6,2%) e Franca (12,9%). Nos municípios em que mais havia ocupação da terra com vegetação nativa em relação à área municipal total, a porcentagem de ocupação não chegava a 25%, como em São Carlos-SP (16,4%) e nos municípios de Altinópolis (20,46%) e Luis Antônio (23,9%), as duas cidades da região com maior porcentagem da área total ocupada com vegetação nativa, e que foram incluídas no âmbito de atuação regionalizada do Ministério Público através do GAEMA. No cômputo total da região, a ocupação com vegetação nativa em 2009 era de apenas 12,07%, segundo os dados já citados do Instituto Florestal.

Esses índices evidenciam a insuficiência do movimento regional de recomposição dos ecossistemas de vegetação nativa, quando analisados à luz das concepções científicas consideradas contemporaneamente hegemônicas, no que tange à definição de um patamar mínimo das paisagens a ser destinado à ocupação com vegetação nativa para garantir a reprodução minimamente satisfatória da biodiversidade.

Estando corretas as análise compiladas por Jean Paul Metzger, que sugerem a porcentagem de 30% de uma paisagem como patamar mínimo de ocupação com vegetação

¹⁴ Todos esses cinco municípios situam-se entre os dez municípios da região de Ribeirão Preto-SP em que mais houve expansão da área plantada de cana-de-açúcar, em números absolutos, entre 2003 e 2010, segundo dados do CANASAT. Barretos é o primeiro da lista, com ampliação de 458,27 km²; Miguelópolis é o terceiro, com aumento de 251,39 km²; Guaíra o quarto, com aumento de 244,66 km²; Ipuã o sétimo, com aumento de 114,45 km² e Morro Agudo o nono, com ampliação de 103,22 km². Batatais (sexto, com ampliação de 133,98 km²) e Altinópolis (décimo, com aumento de 101,96 km² de área plantada com cana) também situam-se nessa lista, evidenciando que, onde houve atuação das instituições estatais, a ampliação significativa da área de cana não implicou necessariamente em diminuição da área ocupada com vegetação nativa.

nativa para assegurar a reprodução da biodiversidade nesses locais (Metzger, 2010), há ainda uma enorme distância a ser percorrida, em termos de recomposição de ecossistemas de vegetação nativa, para que a região de Ribeirão Preto-SP possa estar segura quanto à sustentação a longo prazo da diversidade ecológica típica da região.

Portanto, são dois os principais limites da reforma ambiental materializada na região de Ribeirão Preto-SP: em inúmeros municípios da região a tendência de devastação dos ecossistemas de vegetação nativa para ampliação da fronteira agropecuária foi mais significativa, quantitativamente, do que a de recomposição da vegetação; e o movimento regional de recuperação das áreas florestais não foi suficientemente sólido para situar os patamares regionais de preservação nos limites considerados minimamente satisfatórios para a reprodução da biodiversidade, segundo o conhecimento científico contemporâneo.

Outra característica importante da reforma ambiental da região de Ribeirão Preto-SP foi sua constituição política. Tratou-se de uma mudança da realidade econômica regional forjada num cenário de conflitos e de disputas em torno do tipo de interação sociedade-natureza que deveria ser materializado nas propriedades privadas da região.

As mudanças da ordem econômica regional que constituíram a reforma ambiental do período 1995-2010 foram consequência das ações de milhares de produtores rurais que materializaram práticas de defesa da vegetação nativa em seus cotidianos de produção agropecuária, reflorestando áreas devastadas ou abandonando trechos das propriedades para regeneração natural; eliminando o uso de queima da cana nas colheitas; e construindo as experiências destacadas de produção agrícola regional sustentável referidas.

Essas práticas produtivas materializadoras da preservação e do uso não degradante da natureza não foram realizadas em “vazios sociais”, sendo decisões concretizadas no contexto da totalidade das relações sociais em que cada produtor está enredado.

Desde o final da década de 1980, essa totalidade das relações sociais em que cada produtor agrícola da região está enredado passou a envolver, com cada vez mais frequência, as demandas de intervenção ambientalista das instituições executivas ambientais, DEPRN e Polícia Florestal, do Ministério Público e das organizações ambientalistas.

Na região de Ribeirão Preto-SP, foram instaurados milhares de processos extrajudiciais e ajuizadas centenas de ações civis públicas em defesa da vegetação nativa, em múltiplos municípios, levando ao cotidiano de milhares de produtores rurais, diretamente, pressões e coerções para cumprimento da legislação florestal criada em 1965.

Em alguns municípios da região, como em Franca-SP e em São Carlos-SP, a totalidade dos proprietários rurais foi instada a comprovar a regularidade ambiental de seus imóveis

perante o Ministério Público ou perante o DEPRN, até o final da década de 2000. Em outros municípios, como em Batatais-SP e em Ribeirão Preto-SP, embora as demandas não tenham atingido a totalidade das propriedades rurais, atingiram uma parcela significativa deles.

Nesses locais, os índices de recomposição dos ecossistemas de vegetação nativa foram bastante elevados. Em Ribeirão Preto-SP, segundo dados do Instituto Florestal, houve o aumento de 93,2% da ocupação com vegetação nativa entre 2001 e 2010, numa ampliação de 19,61 km². Em Batatais-SP, houve o aumento de 110% da área ocupada com ecossistemas de vegetação nativa nesse mesmo período, numa ampliação de 44,59 km². Em Franca-SP, o aumento absoluto foi de 34,54 km², numa ampliação relativa de 78% da área municipal ocupada com vegetação nativa entre 2001 e 2010. Em São Carlos-SP, o aumento absoluto foi de 57,77 km², numa ampliação relativa de 44,3% da vegetação nativa municipal entre 2001 e 2010.¹⁵

Embora, nesses municípios e em outros da região de Ribeirão Preto-SP, também tenha havido adequação ambiental das propriedades sem que tenha ocorrido intervenção estatal direta de instituição executiva ou de instituição judicial naquele imóvel rural específico¹⁶, a intensidade da intervenção ambientalista regional e sua constante divulgação midiática tornam impossível não vincular as ações de recomposição da vegetação nativa ocorridas com a articulação entre organizações ambientalistas, instituições executivas e instituições judiciais.

Agentes produtivos entrevistados por mim confirmaram a vinculação entre suas ações de reorganização produtiva e a intervenção ambientalista. Segundo o depoimento de um diretor de uma usina de cana-de-açúcar da região:

A justificativa lá atrás [quando essa usina iniciou a regularização ambiental das propriedades, na década de 2000], é que foi realmente a pressão do Poder Público. Essa foi a condição para que a usina acordasse para uma situação ambiental. E isso também tem um paralelo com outras usinas, porque todos eles se conversam: “ah, também estou sofrendo aqui, também estou sofrendo aqui!”. Então, [a ação do Poder Público] vai pressionando o setor, como um

¹⁵ Os dados são do Instituto Florestal, apresentados anteriormente, no quadro 5.

¹⁶ Um proprietário rural de Franca-SP, entrevistado por mim, revelou motivações estéticas e lúdicas para a recomposição ambiental das propriedades de sua família, destacando não ter havido ação do Ministério Público ou de instituições executiva estatal. Segundo ele: “[o que motivou a recomposição foi] que meu pai adorava ver os animais ali, as seriemas, os tamanduás... Até, inclusive, foi vista há pouco tempo atrás a onça parda, né, porque lá tem grandes matas na região! Então, ele foi lá e cercou 50, 70 metros, que é muito além do que o Código pede, em volta da beira dos córregos. [...] E assim foi fazendo todas as propriedades. Hoje eu tenho as propriedades com essas áreas cercadas, demarcadas, com árvores frutíferas para trazer pássaros. [...] Foi uma iniciativa nossa, não teve autuação da Polícia Florestal, nem do Ministério Público. [...] Inclusive, o ano passado eu plantei mais mil árvores, por minha conta, só para... Porque eu gosto! Eu plantei mais mil árvores... [...] Rapaz, isso faz bem demais, coisa mais boa do mundo é uma sombra!” (entrevista, 2018). Um outro proprietário, de Ribeirão Preto-SP, no mesmo sentido: “a grande maioria se sente obrigado a fazer. Existem exceções, é lógico. Eu conheço pessoas que são ambientalistas por natureza. Antes da lei, eles já tinham esse cuidado. Mas, esses são as exceções, são pontos fora da curva. São produtores bem-sucedidos e tal, mas que tem essa leitura ambientalista. Mas a grande maioria faz por obrigação...” (entrevista, 2017).

todo, a caminhar para um lado, né, no caso as questões ambientais. E o setor vai aprendendo também, né. E foi vendo benefícios também... [...] Então, nós enxergamos vantagens e fomos usando. Acho que é isso, a resposta é essa: o Poder Público pressionando foi um divisor de águas, não tem como falar que não foi... [...] Porque, óbvio, usinas visam lucro... Se ela pudesse não fazer, sem grandes consequências, ela não faria... Não ia gastar... Hoje nós gastamos quase 15 milhões reais, de lá para cá. É um volume razoável... Se não fosse obrigado... Não, obrigado não, incentivado a fazer por algum motivo, a gente não ia fazer, óbvio. (entrevista, 2018)

Um produtor rural do município de Ribeirão Preto-SP, no mesmo sentido, afirmou:

Eu não vou dizer que há uma consciência da importância da floresta na propriedade privada... Até porque, vamos ser honestos, na área produtiva de fato, o proprietário só conserva a floresta porque é obrigado! Se ele pudesse produzir no lugar, ele produziria... [...] Plantar [vegetação nativa] na própria propriedade é abrir mão da própria produção e ainda investir numa plantação que não dá retorno... (entrevista, 2017)

A resistência dos agentes produtivos regionais à regularização ambiental das áreas privadas de proteção ambiental, prevalecente em muitos casos, foi politicamente superada pelo convencimento promovido pelos agentes públicos e cidadãos envolvidos nas disputas e pela coerção das ações executivas e decisões judiciais.

A confrontação dos agentes produtivos com as demandas de regularização ambiental das propriedades rurais foi, inclusive, vista como abusiva por diversos proprietários rurais, que externavam grande antagonismo com a intervenção ambientalista realizada.¹⁷

¹⁷ Segue a transcrição do trecho de uma entrevista que realizei com um produtor rural de Ribeirão Preto-SP em que ele relata e justifica seu antagonismo com a demanda de regularização ambiental da propriedade: “O governo acenou uma época, para o meu pai, com a possibilidade de drenar essas várzeas e fazer ‘o tal do Pró-várzea’, um processo de incentivo do governo. Meu pai acreditou nisso, drenou as várzeas, e a partir daí aquelas áreas começaram a ser usadas com o fim de plantio. [...] Num determinado momento, chegou, um dia lá, um pessoal da Polícia Florestal e disse para o meu pai que ele estava em desacordo com a lei, porque ele não estava preservando a mata ciliar, coisa que a gente nunca tinha ouvido falar! E, aí, o meu pai foi atrás do que precisava fazer para [regularizar] isso... [...] Com o plantio de cana, novamente apareceu o pessoal da [Polícia] Florestal, fez uma multa, proibiu o plantio de cana e queria exigir o reflorestamento. E aí começa uma odisséia... Nessas alturas já era eu que estava lá. E começa uma odisséia de entendimento, porque eles partem do princípio que todo mundo tem que conhecer a lei. Mas não é assim, necessariamente. Não sabíamos disso [da exigência de APP e RL]. Então, surge a figura do promotor público, querendo que a gente reflorestasse e desse [sic] a área para reflorestamento. [...] Eles sempre partem do princípio de que o produtor, o proprietário, ele está infringindo a lei, cometendo um crime. [...] Lá, no nosso caso especificamente, nós fomos induzidos, o meu pai foi induzido a usar aquela área como uma área de plantio. E isso, depois, virou um crime. Hoje está pronto, está feito. Está tudo reflorestado e tal. A duras penas, porque é muito caro... Mas, a sensação que nós temos é que o meio ambiente faz uma exigência para o produtor e para o proprietário rural que não é uma culpa dele... [...] Sendo incentivado a fazer isso [drenar as várzeas], de repente você é envolvido como alguém que infringiu a lei... Eu diria para você que, em primeiro lugar, é desconfortável, muito desconfortável, o indivíduo se sentir, de repente, fora da lei! [...] Criminalizam você por ter feito aquilo que o Estado incentivou... E é de domínio público isso! O ‘Pró-várzea’ foi amplamente divulgado, não é? É de domínio público...” (entrevista, 2017).

Outra dificuldade do processo de recomposição dos ecossistemas de vegetação nativa regionais que teve de ser politicamente superada foi técnica e tecnológica.

Em grande medida, recompor a vegetação nativa por meio de intervenção humana foi um expediente produtivo que teve de ser reinventado por profissionais das ciências naturais com atuação na região. Decisão sobre plantio ou regeneração natural; aparatos para controle de pragas e demais tratamentos produtivos; constituição de viveiros de mudas, foram algumas das questões e entraves que tiveram de ser sanados para a materialização da ampliação dos ecossistemas de vegetação nativa na região de Ribeirão Preto-SP.¹⁸

A eliminação da queima da cana, por sua vez, também foi outra modificação parcial da ordem econômica regional politicamente constituída, pois forjada no contexto dos intensos conflitos disseminados na região sobre o tema, desde a década de 1980.

Embora motivações econômicas, vinculadas ao aproveitamento dos resíduos desperdiçados no procedimento de queima dos canaviais, também tenham sido fundamentais para as decisões produtivas de não uso da queima prévia, as ações do Ministério Público, das instituições executivas, das organizações ambientalistas e do Judiciário compuseram em lugar de destaque o ambiente relacional que levou os empresários regionais a iniciarem a eliminação da queima a partir da segunda metade da década de 1990 (Andrade Júnior, 2016, p. 222-225).

Não por acaso, situam-se em Sertãozinho-SP, município em que foram ajuizadas, pelo Ministério Público, as primeiras ações civis públicas demandando a eliminação imediata da queima da cana, as duas empresas pioneiras na adoção da colheita mecanizada da “cana crua” no Brasil: Usina São Francisco, ligada ao grupo Balbo, e Usina Santa Elisa. As duas empresas foram réis das primeiras ações ajuizadas e tiveram contra elas proferidas as primeiras decisões judiciais de proibição da queima prévia da cana (Andrade Júnior, 2016, p. 223).

A constituição política dessas expressões principais da reforma ambiental na região de Ribeirão Preto-SP foi possível no período situado entre 1995 e 2010, em virtude da materialização regional de condições estruturais que permitiram sua ocorrência, especialmente vinculadas à ampliação da intervenção estatal promovida pelo Ministério Público e pelas instituições executivas, sob fomento da sociedade civil ambientalista.

Iniciada durante o período da transição política, a articulação entre esses agentes evoluiu para a rotinização da intervenção estatal em defesa da vegetação nativa, ampliando a capacidade de ação e a influência da demanda ambientalista de modificação do tipo de interação sociedade-natureza materializado na região, o que produziu a reforma ambiental.

¹⁸ As universidades e demais centros de pesquisa situados na região foram importantes nesse processo, com destaque para o trabalho desenvolvido pelo professor Ricardo Rodrigues, da ESALQ-USP.

Em síntese, houve *entre 1995 e 2010* manifestação local da reforma ambiental brasileira na *região de Ribeirão Preto-SP*, com a *mudança parcial, politicamente constituída, da realidade agrária regional*, no sentido da materialização de práticas de proteção ambiental.

Suas *principais expressões* foram a *ampliação da área regional ocupada com vegetação nativa*, a *diminuição da área de cana-de-açúcar queimada previamente à colheita* e a *constituição de experiências destacadas de produção agrícola sustentável*, como as encabeçadas pelo grupo Balbo e por assentados da reforma agrária vinculados ao MST. Seus *limites mais evidentes* foram a *manutenção do desmatamento em inúmeros municípios da região* e a *não ocorrência de um movimento mais significativo de recomposição da vegetação nativa*, que permitisse atingir os patamares mínimos de 30% de ocupação florestal na região.

Essa reforma ambiental foi *politicamente constituída*, pois forjada num cenário de conflitos e de disputas entre atores com distintas pretensões de uso da terra.

Nos municípios da região, *distintas dinâmicas de articulação entre os atores existiram, em diferentes momentos*. Em alguns municípios, como em Ribeirão Preto-SP e Batatais-SP, houve mais participação das organizações ambientalistas na articulação das demandas estatais. Em outros, como em São Carlos-SP e Franca-SP, essa participação foi menos significativa. Em Franca-SP, uma interpretação contramajoritária em benefício dos proprietários rurais foi adotada pelo Ministério Público ao permitir a inclusão das APP no cômputo da RL, enquanto na área de recarga do aquífero Guarani, uma interpretação contramajoritária em prejuízo dos proprietários rurais foi adotada, na solicitação de RL de 35%.

Contudo, a diferença mais importante existiu entre os municípios onde efetivamente houve intervenção ambientalista materializada e os *municípios onde essa intervenção não ocorreu a contento*, o que possibilitou a *continuação do ataque à vegetação nativa*.

Nos municípios em que a intervenção ambientalista existiu, foi possível a concretização, no período 1995-2010, de expressões locais do ideário do desenvolvimento sustentável, com a imposição de restrições ecológicas à produção agropecuária.

DEVASTAÇÃO PRODUTIVISTA EM SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

Em São Félix do Xingu-PA, o período situado entre 1995 e 2010 foi marcado pela eliminação sistemática dos ecossistemas de vegetação nativa.

Segundo dados do PRODES/INPE, houve, nesse município, até o ano 2000, primeiro ano em que o INPE disponibiliza o cômputo do desmatamento por município, a eliminação de

7.037,4 km² de vegetação nativa, equivalentes a 8,35% do território municipal. Em 2010, o desmatamento acumulado era de 17.004,3 km², equivalentes a 20,18% da área do município.¹⁹

Pelos dados disponíveis sobre o desflorestamento na região de São Félix do Xingu-PA, se sabe que até o ano de 1994 havia sido desmatado bem menos de 2% da área desse município. Em vista disso, o desmatamento acumulado no período 1995-2010 em São Félix do Xingu-PA foi superior a 15.000 km², equivalentes a cerca de 18% da área municipal.

Portanto, foi durante o período da reforma ambiental brasileira (1995-2010) que ocorreu o auge da devastação produtivista em São Félix do Xingu-PA até o presente momento, com a destruição de uma parcela bastante significativa dos ecossistemas locais.

A devastação da vegetação nativa do município ocorreu, em sua maioria, para expansão da fronteira agropecuária, como acontece historicamente no Brasil desde o período colonial.

No caso de São Félix do Xingu-PA, a pecuária de grande porte foi a atividade econômica predominante do período. A associação entre constituição das novas áreas de produção e extração madeireira, com a retirada das madeiras nobres antecedendo o desmatamento sistemático para implantação dos pastos e com os capitais acumulados na atividade madeireira sendo aplicados na bovinocultura, manteve-se vigente no município.

A especulação imobiliária, de modo cada vez mais frequente, passou a ocupar um lugar de destaque entre as motivações dos empreendimentos de destruição ambiental, uma vez que houve crescimento elevado das transações sem lastro legal no município, na década de 2000.

A articulação entre o desmatamento sistemático e um conjunto de práticas ilegais também manteve-se presente nos processos sociais de concretização do ataque à natureza em São Félix do Xingu-PA, com a grilagem de terras públicas, o trabalho escravo, a violência e a “pistolagem” aliando-se à extração irregular de madeira, ao desmatamento não autorizado e à venda irregular de áreas devastadas, no cotidiano desse município amazônico.

Os agentes produtivos envolvidos de modo frequente nessas atividades mantiveram-se inseridos nas relações sociais regionais em posições de grande prestígio, formando, nas sociedades locais, redes de sustentação para o exercício de seus poderes econômicos e políticos.

As instituições estatais mantiveram a adoção de práticas ativas de incentivo à ocupação predatória das terras locais, embora elas tenham sido efetuadas em paralelo com práticas ativas de desincentivo, efetuadas por diferentes agentes estatais. A omissão das instituições estatais, expressa na incapacidade de ordenar de modo sistemático e permanente a ocupação da região manteve-se uma característica importante da realidade municipal entre 1995 e 2010.

¹⁹ Dados do PRODES/INPE, acessados em 16/6/2018, no endereço eletrônico <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atrmunic.php?ID=1507300&ano=2017>>.

Segundo estudo desenvolvido sobre o desmatamento na região de São Félix do Xingu-PA, 48,6% das áreas de vegetação nativa eliminadas entre 2001 e 2008, o equivalente a 4.344,96 km², foram ocupadas por produtores considerados “grandes” ou “muito grandes”. Os produtores considerados “médios” por esse estudo responderam pela devastação de 2.452,86 km² (27,4% do total do desmatamento da área englobada no estudo), enquanto os “pequenos”, caracterizados pela mão de obra familiar, foram responsáveis pela eliminação de 2.154,52 km², equivalentes a 24% da área regional englobada na pesquisa (Macedo *et al.*, 2013, p. 104).²⁰

Portanto, foram os agentes produtivos de maior capacidade econômica os principais responsáveis pelo desmatamento regional nesse período.

M. Escada e coautores indicam entre as razões para a preferência da ocupação da terra desmatada em São Félix do Xingu-PA com a pecuária: as “características biofísicas apropriadas para formação de pastagens e criação de gado (chuvas suficientes e bem distribuídas, ausência de baixas temperaturas, solos apropriados etc.)”; o “elevado grau de organização da cadeia produtiva da pecuária, que permite o preço estável dos produtos e acesso facilitado aos mercados”; o “simples e eficiente pacote tecnológico que permite a obtenção de um certo lucro e, acima de tudo, a garantia da posse da terra, para posterior legalização”; e o “acesso a extensas terras públicas e condições que permitem sua apropriação ilegal” (Escada *et al.*, 2005, p. 14).

Em vista desses fatores e da intensidade da devastação produtivista municipal existente a partir da segunda metade da década de 1990, a expansão do rebanho bovino foi notável no período, com a ascensão de São Félix do Xingu-PA à posição de município brasileiro com o maior rebanho bovino do país. O gráfico a seguir, com dados do IBGE, evidencia esse crescimento expressivo, cujo auge foi vivenciado entre 1999 e 2005, quando houve um aumento de 443% na quantidade de cabeças de gado presentes em São Félix do Xingu-PA, que passaram de 291.243, em 1999, para 1.581.518, em 2005.

²⁰ O estudo realizado engloba uma área que abrange o município de Tucumã-PA e parte dos municípios de São Félix do Xingu-PA, Marabá-PA, Parauapebas-PA, Água Azul do Norte-PA, Ourilândia do Norte-PA e Altamira-PA. São Félix do Xingu-PA abrange 51% da área do estudo. Segundo os autores, as categorias de ocupação da terra “muito grande”, “grande”, “médio” e “pequeno” foram definidas conforme o tipo de abertura realizada na floresta. Para eles, são: 1) pequeno: “pequenos agricultores, que desenvolvem atividades agropecuárias, subsidiadas pela mão de obra familiar [...] em propriedades que variam entre 50 e 100 ha, mas que podem chegar até 300ha”; 2) médio: “produtores rurais que não dependem de mão de obra familiar” e que “geralmente possuem outra fonte de renda oriunda de atividades relacionadas à criação de gado e também na renda gerada pela especulação da terra”, com áreas variando “de 100 a 2.000 ha”; 3) grande: “em sua maioria desenvolvem atividades ligadas à pecuária bovina” com a realização de aberturas na floresta “maiores que 100 [hectares] e inferiores a 500 ha”; 4) muito grande: “donos de grandes fazendas e empresas agropecuárias”, “ligados diretamente a atividades de pecuária bovina”, com desmatamento em áreas “maiores de 500 ha”. (Macedo *et al.*, 2013, p. 100-104)

Gráfico 10. Rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA (1974-2016)

Fonte: IBGE²¹

Segundo Castro, a ação dos grandes e médios pecuaristas dava-se, em regra, por meio da atuação “em grupos que lembram o modo de funcionamento de um condomínio”, o que ocorria tanto na aquisição das terras e na ocupação das terras devolutas, quanto na realização dos atos produtivos posteriores à formação das fazendas, no processo de gerenciamento e manutenção das atividades produtivas (Castro, 2005, p. 27).

Segundo Castro, Monteiro e Castro, “os pecuaristas mais antigos na região lideram e ordenam a ocupação com amplos poderes sobre o território”. Eles “tornam-se referência, conselheiros e agentes no mercado de terras, articulando os diversos atores, ordenando territórios, destinando áreas de terras para contingentes de novos ocupantes e abrindo novas estradas para uma ocupação mais estável” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 31).²²

Para esses fazendeiros, as florestas eram vistas como “um empecilho à valorização da terra, um obstáculo a ser vencido, para agregar valor à terra pela introdução de pastagem” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 54). Por isso a demanda permanente pelo desmatamento sistemático, que foi realizado, na década de 2000, do seguinte modo, em regra:

No primeiro ano é feita a derrubada das árvores de menor porte. O capim é plantado ao mesmo tempo em que há o desmatamento – um trabalhador fica junto ao trator, jogando as sementes, enquanto este faz o trabalho de “limpeza”. O capim leva certo tempo para crescer. Um ano após o plantio do

²¹ Os dados são da “Pesquisa da Pecuária Municipal”, do IBGE.

²² Os autores citam, entre os agentes produtivos com os maiores rebanhos do município na metade da década de 2000: “a fazenda Belauto, a família Acioli, a Fazenda Jaú e Wilmar Prudente”, além da família Quagliatto. José Teixeira Acioli é referido como o “maior pecuarista do município”, nesse período. (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 23 e 27)

pasto por debaixo das árvores, o gado é introduzido na área. [...] O capim é queimado no segundo ano, provocando uma segunda “limpeza” na floresta. As árvores de médio porte são destruídas nesse momento, sobrando apenas aquelas que são de grande porte. O capim queimado, por não perder as suas raízes no fogo brota novamente, o que permite que mais uma vez o gado seja colocado para pastar na área assim degradada. No terceiro ano, é feita mais uma queimada que destrói de vez o que restou da floresta inicial. [...] Neste caso específico do desmatamento com o uso de tratores de esteira, usados para colocar abaixo as árvores de pequeno porte e o simultâneo plantio de capim percebe-se que se trata de uma técnica que foi experimentada e difundida em pequenos círculos de pessoas, grandes e médios proprietários que detêm a maioria das terras em torno da cidade de São Félix do Xingu, que a implementaram rapidamente e em grande escala. (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 40-41)

As áreas devastadas eram, praticamente em sua integralidade, terras públicas devolutas, incorporadas por meio da grilagem aos processos de predação da natureza.

Segundo Castro, Monteiro e Castro, essa “grilagem em grande escala” envolvia “grandes e pequenos agentes, especuladores, informantes e pistoleiros”, tendo sido “favorecida pelo Estado e vigiada com uma segurança privada” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 32).

A intensidade das ações gerou o rápido aquecimento do mercado de terras do município, incentivando a intensificação dessas mesmas atividades, em virtude da grande rentabilidade vinculada ao ataque aos ecossistemas de vegetação nativa. Segundo um fazendeiro de São Félix do Xingu-PA, em entrevista realizada durante a elaboração dessa pesquisa, a especulação imobiliária era bastante alta e a atividade, mesmo ilegal, envolvia baixo risco:

O negócio dá muito dinheiro, você entendeu? Desmatar é um negócio rentável. [...] A conta é muito simples: você pega em São Félix [do Xingu-PA], custa no máximo, aí, uns 400 reais um hectare de floresta. Então, você paga 400 reais em um hectare e você gasta... Vamos falar que você gasta, aí, mais 1.000 reais para poder jogar uma semente, né, desmatar aquilo e jogar uma semente de capim. Então, fica por 1.400 [reais], por 1.500 reais o hectare [de terra desmatada e com capim]... Um investimento que você faz, tá... Esse hectare, nesses três primeiros anos, até cinco anos, ele trabalha com três cabeças [de gado] por hectare. Então, se você pegar três cabeças hoje para alugar um pasto, né, para uma cabeça custa em torno de 25 reais por cabeça por mês. Então, você tem três cabeças, são 75 reais. Vezes doze meses: você tem 900 reais. Então, com dois anos, alugando um pasto, você tira todo o seu investimento... O dinheiro que você colocou, você tira ele com dois anos! Então, é muito rápido isso! E aí você ainda corre o “risco”, né, de ter comprado isso aí por 1.500, e ele valer 6 [mil reais], 5 ou 6 [mil reais]. Então, você tem a valorização desse patrimônio, tá... Você paga aquele investimento com aluguel... Com aluguel! [...] Então, assim, é um negócio fantástico, é muito dinheiro que dá... Mil reais vira seis [mil reais] e não para... [...] O risco [do negócio], ele é muito atraente, você entendeu? Então, as pessoas vão mesmo... O negócio é de alto lucro, com risco muito pequeno. Os caras vão e entram mesmo... (entrevista, 2018)

A associação entre a constituição de novas áreas produtivas e a extração madeireira, expressa por meio da retirada das madeiras previamente à queima das florestas e por meio da migração dos capitais obtidos com a madeira para a pecuária, gerou a concomitância entre o auge da expansão do rebanho bovino em São Félix do Xingu-PA e o auge da extração madeireira. Desse modo, como evidencia o gráfico a seguir, o período entre 1999 e 2005 também foi o pico da extração de madeira em tora no município.²³

Gráfico 11. Extração de madeira em tora de São Félix do Xingu-PA (1986-2016)

Fonte: IBGE²⁴

A extração madeireira é um “empreendimento muito caro”, implicando em “mobilizar um maquinário possante (caminhões, tratores, carretas, motosserras etc.), ter recursos para pagamentos de serviços também caros, como frete de avião ou de helicópteros, balsas e barcos” para escoamento da madeira, além de despesas para abertura das estradas na floresta e para extração das árvores de locais de difícil acesso (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 45).

Por isso, sua compreensão exige a vinculação entre os agentes locais que empreendem diretamente as ações ilegais de devastação da natureza e os agentes que financiam essas atividades, vinculados a cadeias nacionais e internacionais de consumo da madeira. Segundo Castro, Monteiro e Castro, “o financiamento da exploração está, sobretudo, no estabelecimento dos elos entre a extração e o mercado internacional”, de modo que as atividades de devastação acabam sendo financiadas por agentes produtivos aparentemente desvinculados da prática direta das ilegalidades (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 48).²⁵

²³ Estimativas citadas por relatórios do Greenpeace indicam que 80% da madeira extraída da Amazônia tem origem ilegal (Cotton e Romine, 1999, p. 6 e 9; Greenpeace, 2001, p. 2). Portanto, a quantidade de madeira extraída de São Félix do Xingu-PA nesse período tende a ser muito superior à contabilizada pelo IBGE.

²⁴ Os dados são da pesquisa “Produção da extração vegetal e da silvicultura”, do IBGE.

²⁵ Os dois agentes produtivos principais do mercado regional de extração madeireira de São Félix do Xingu-PA eram, na década de 2000, Osmar Alves Ferreira e Moisés Carvalho Pereira, que ostentavam o título de “reis do mogno”. Eles estavam vinculados, segundo o Greenpeace, a pelo menos cinco empresas exportadoras, que controlariam cerca de 80% das exportações de madeira do Pará nesse período: Exportadora Peracchi, Tapajós

Há, assim, uma vinculação direta entre a devastação produtivista operada no interior das florestas de São Félix do Xingu-PA e grandes agentes produtivos internacionais.

No bojo das relações sociais concretizadas localmente, os madeireiros e os fazendeiros, agentes produtivos mais frequentemente envolvidos nas ações de produção de riquezas com base na devastação da natureza, estão inseridos em posição de grande prestígio social, formando alianças com os diversos grupos que compõem as sociedades locais, de modo a amparar solidamente o exercício de seus poderes econômicos e políticos.

A rede de pessoas diretamente envolvidas nas atividades de predação é, por si só, bastante extensa, com inúmeros indivíduos executando a identificação das madeiras nobres, a abertura de estradas, a retirada dos espécimes de interesse comercial, o transporte da madeira, o transporte de pessoal, o desflorestamento para implantação das fazendas, o plantio de capim, o transporte de gado, os cuidados com o rebanho, a vigilância, etc. Indiretamente, ademais, boa parte das sociedades locais encontram-se vinculadas à movimentação econômica promovida por esses agentes produtivos: pousadas e hospedarias, restaurantes, serviços administrativos, serviços de topografia, comércio de produtos agropecuários, etc.

Segundo M. Escada e coautores, os fazendeiros “usam a mão-de-obra dos colonos, os quais lhes garante um respaldo da população local” (Escada *et al.*, 2005, p. 21). Sousa e coautores explicam, no mesmo sentido, que não existem alternativas aos agricultores familiares da região e às comunidades rurais além de “cair nas malhas do clientelismo e da subordinação política aos grandes proprietário”, que, “na ausência das agências oficiais, fornecem favores diversos (consertos de estradas, transporte, comunicação, trabalho temporário) e acesso privilegiado aos políticos do município e do Estado” (Sousa *et al.*, 2016, p. 89).

Por isso, até mesmo saudações messiânicas a esses agentes produtivos são ouvidas com frequência de pessoas simples das comunidades rurais da região. Nesse sentido, Sousa e coautores declararam ter ouvido que em São Félix do Xingu-PA “é Deus no céu e o fazendeiro na terra” (Sousa *et al.*, 2016, p. 89). Alarcon e Torres, do mesmo modo, informam que uma “beiradeira” da região teria relatado que “Jeová de Souza Pimentel – um dos maiores grileiros

Timber, Semasa, Madeireira MCP e Juary/Jatobá. Entre as principais importadoras, por sua vez, estavam as empresas Aljoma Lumber, DLH Nordisk, J Gibson Mcllvain Co. Ltd. e Intercontinental Hardwoods, responsáveis, segundo o Greenpeace, por 80% do comércio do mogno. Entre os agentes produtivos internacionais que comercializavam, na década de 2000, produtos madeireiros oriundos de extração irregular da região de São Félix do Xingu-PA, o Greenpeace destacou, em relatório sobre o tema: Furniture Brands International, LifeStyle Furnishings International, Stickley, Kindel e E J Victor (Estados Unidos); Harrods e John Lewis Partnership (Reino Unido); e International Design Centres (Japão). (Greenpeace, 2001, p. 2-10)

da Terra do Meio, comprovadamente autor de crimes ambientais e explorador de mão-de-obra escrava – foi ‘mandado por Deus’” (Alarcon e Torres, 2014, p. 61).²⁶

Esse sólido amparo popular que possuem os agentes produtivos envolvidos mais frequentemente nas ações de devastação produtivista permite que eles ocupem posições privilegiadas nas instituições estatais locais, inclusive mediante acesso eleitoral, o que acaba por lhes fornecer condições para ampliar ainda mais seus poderes econômicos e políticos.

O principal exemplo dessa simbiose entre poder econômico, prestígio social e poder político em São Félix do Xingu-PA deu-se com a eleição de Antônio Paulino da Silva, grande pecuarista e representante político dos fazendeiros, para a prefeitura municipal, em 1997 e 2001.

Tendo perdido uma eleição em 1993, num momento em que a projeção local dos fazendeiros ainda não era tão grande, ele aproveitou-se da intensificação da ocupação pecuarista na década de 1990 para formar a sustentação eleitoral que lhe permitiu eleger-se e reeleger-se prefeito. A ocupação dessa instituição estatal, por seu turno, permitiu aos pecuaristas aumentar o incentivo público ao setor, com ampliação dos investimentos em construção de estradas e pontes (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012), de modo a consolidar a infraestrutura que possibilitou o amplo crescimento da bovinocultura no município, entre 1999 e 2005.

Num contexto onde a “cumplicidade entre madeireiras, pecuaristas, poder público local, pequenos posseiros e pequenos proprietários é patente” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 14), poder econômico, prestígio e poder político foram usados para ampliar as condições locais de dominação e de exploração da natureza, em benefício da devastação produtivista,.

Além do estímulo direto das instituições estatais municipais, instituições econômicas de âmbito estadual e federal também contribuíram para a devastação produtivista de São Félix do Xingu-PA nas décadas de 1990 e 2000, por meio do financiamento público ao desmatamento, sendo inúmeros os relatos de condicionamento das verbas à comprovação do desmate.²⁷

Apesar disso, a principal contribuição das instituições estatais para a devastação produtivista foi sua omissão na regulação sistemática da ocupação fundiária dessa parcela

²⁶ Segundo o depoimento de um fazendeiro de São Félix do Xingu-PA, nesse mesmo sentido: “você é tratado de bandido e não sei o quê, por muito pouca gente... A comunidade em que você está inserido, onde você está lá, ela te trata como herói! Ela acha que você é um herói, um desbravador!” (entrevista, 2018).

²⁷ Segundo um agricultor familiar de São Félix do Xingu-PA, entrevistado por mim: “A iniciativa era a seguinte, se você tivesse numa terra e não tivesse um pasto... Porque saiu uns projetos de financiamento... Se você tivesse a terra e não tivesse o pasto, você não pegava o projeto! Tinha que mostrar que tinha desmatado, que tinha o pasto, que era para comprar o gado. Tinha uma coisa que um companheiro meu que na época de [19]98, ele falou que queria só plantar o cacau, que não queria gado. É o Marcinho, ele mora aqui em São Félix. Mas ele saiu do projeto do FNO [Fundo Constitucional de Financiamento do Norte], porque o cara, o Américo, que veio de Belém, que era do banco, falou que se não tivesse o gado não saía o projeto...” (entrevista, 2018).

bastante significativa do território nacional, o que permitiu que os agentes mais poderosos, na maior parte do tempo, lograssem êxito em impor suas vontades contra todos.

Manifestações importantes dessa tendência foram a ocorrência sistemática de “pistolagem” e o recurso sistemático à violência privada na mediação das relações sociais.

Notícia do jornal Folha de São Paulo, de 2003, descreve São Félix do Xingu-PA como “uma cidade sem lei, onde homens andam armados na rua sem ser incomodados pela polícia e a maioria das pessoas vive assombrada pelo medo”. A notícia cita, também, relatório do Ministério Público Federal que apontou o pecuarista e madeireiro João Cleber de Sousa Torres como o principal “mandante dos crimes por disputas de terras em São Félix do Xingu”, responsável pela “invasão, ocupação e grilagem de terras públicas” (Simionato, 2003).²⁸

Notícia do jornal O Globo, de 2007, afirma que em São Félix do Xingu-PA “ainda se assina termo de bom-viver”, um “instrumento jurídico arcaico em que dois inimigos se comprometem, perante uma autoridade, a não fazer mal um ao outro”. Nesse município, segundo a notícia, “os motoqueiros foram dispensados de usar capacete, que dificultava a identificação dos pistoleiros”. A notícia relata, ainda, a conivência entre as autoridades policiais e os grandes fazendeiros, de modo a perpetuar a impunidade na “terra do banguê-banguê”. Ela descreve a região como a que “melhor representa o modelo de violência da Amazônia, baseado na quase absoluta ausência do poder público para intermediar o conflito agrário”, num local onde “o poder que manda é o do dinheiro e o do revólver” (Awi, 2007).

Outra manifestação comum dos recursos utilizados pelos agentes regionais mais poderosos para imposição de suas vontades sobre os outros atores regionais nas décadas de 1990 e 2000 foi a exploração por meio de situações de trabalho escravo.²⁹

Entre 2003 e 2010 foram resgatadas, em São Félix do Xingu-PA, 711 pessoas em situação de trabalho escravo, o que posiciona o município em sexto lugar entre os municípios

²⁸ João Cleber de Sousa Torres foi eleito prefeito de São Félix do Xingu-PA em 2012.

²⁹ Uma reportagem do jornal eletrônico “O Eco” traz um relato que ilustra a dinâmica de associação entre os fazendeiros da região para utilização de mão-de-obra cativa, na década de 1990. Segundo a reportagem, que se baseia no depoimento de um fazendeiro da região: “Na década de 90, conta Jordan, ‘em São Félix do Xingu, os fazendeiros formavam consórcios para contratar peões para desmatar e abrir fazendas na floresta amazônica’. Cada fazendeiro ia nas pensões da cidade que abrigavam esse pessoal, que vinha, em geral, do Nordeste. Como eles se endividavam por hospedagem, a contratação implicava quitar as dívidas, um adiantamento apelidado de ‘abono’, o qual selava sem retorno a combinação de trabalho. Ele conta que os peões eram levados a um galpão guardado por seguranças, onde passavam a dormir e comer até que o número desejado de peões fosse alcançado, quando, então, eram conduzidos a uma barca que ia deixando os subgrupos pelas margens do rio Xingu, próximos às áreas de cada contratador. ‘Era o que hoje chamam de trabalho análogo à escravidão’, diz Jordan. ‘Mas sem esse esquema, os peões fugiam com o abono. Não tinha outro jeito’.” Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/reportagens/o-procurador-que-lacou-o-desmatamento/>>, acesso em 10/12/2019. A utilização de trabalho escravo, adotada de modo sistemático nessa região do país, especialmente em atividades vinculadas ao desmatamento e à constituição das fazendas, é, segundo Castro, Monteiro e Castro, “um dos fatores fundamentais nos baixos custos de produção nessas áreas” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 31).

brasileiros com maior número de pessoas resgatadas. O setor econômico mais envolvido com as situações de trabalho escravo foi a pecuária, que responde por 82% dos casos de resgate de pessoas naturais de São Félix do Xingu-PA em situação de trabalho escravo e por 71% dos resgates de pessoas residentes em São Félix do Xingu-PA.³⁰

Certamente, um número muito maior de casos ocorreu em São Félix do Xingu-PA durante os anos 1990 e 2000, sobretudo durante o auge da devastação produtivista, uma vez que esses foram apenas os casos em que houve resgate.

Forjada em condições tão violentas, a estrutura fundiária do município encontrava-se, ao final da década de 2000, caracterizada pela irregularidade e pela ampla desigualdade.

Segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, os estabelecimentos agropecuários grandes e muito grandes, de área superior a 15 módulos fiscais, ocupavam 65,81% da área municipal, embora fossem apenas 4,3% das unidades produtivas. Os estabelecimentos agropecuários médios, de área inferior a 15 módulos fiscais e superior a 4 módulos fiscais, ocupavam 17,46% do território municipal e representavam 7,5% das unidades produtivas. Os estabelecimentos agropecuários pequenos, de área inferior a 4 módulos fiscais, ocupavam apenas 16,74% do município, embora fossem 87,1% das unidades produtivas.³¹

Salvo raríssimas exceções, a imensa maioria desses estabelecimentos agropecuários – muito grandes, grandes, médios ou pequenos – não possuía titulação da terra regularizada, sendo produtos de ocupações ilegais do território, em terras devolutas.

Mesmo nos assentamentos rurais formalizados no município de São Félix do Xingu-PA, a irregularidade e os conflitos mantinham-se presentes, com as terras sendo “objeto da disputa entre fazendeiros e assentados”, que “sofrem constantes intimidações para venderem e/ou abandonarem suas terras”, segundo Sousa e coautores.³² A devastação produtivista, do mesmo modo, também prosseguia, mesmo nessas áreas constituídas pelas instituições estatais, com os

³⁰ Os dados sobre trabalho escravo são do “Observatório da Erradicação do Trabalho Escravo e do Tráfico de Pessoas”, disponíveis no sítio eletrônico <<https://smartlabbr.org/trabalhoescravo/localidade/1507300>>, acesso em 6/12/2019. Em relação ao setor econômico dos resgates, os dados são referentes ao período 2003-2018. O cultivo de arroz responde por 13% dos resgates de naturais do município e por 5% dos resgates de residentes. Serviço de pulverização e controle de pragas agrícolas responde por 6% dos casos de resgates de naturais e fabricação de produtos químicos orgânicos responde por 23% dos casos de resgates de residentes de São Félix do Xingu-PA. Os municípios com maior ocorrência de resgates de pessoas em situação de trabalho escravo no Brasil são, em ordem decrescente: Confresa-MT, Ulianópolis-PA, Brasilândia-MS, Campos dos Goytacazes-RJ e São Desidério-BA.

³¹ Dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1421#resultado>>, acesso em 5/12/2019.

³² Castro, Monteiro e Castro chegam a falar na existência de uma “estratégia articulada entre o INCRA e os fazendeiros locais para utilização dos PAs [projetos de assentamento] como um estágio [de] exploração e de legitimação de posse de terras públicas para a expansão das atividades madeireiras e da pecuária” (Castro, Monteiro e Castro, 2004, p. 32).

assentamentos da região tornando-se exemplos da “falha do governo federal em garantir uma reforma agrária que não fosse destruidora do meio ambiente” (Sousa *et al.*, 2016, p. 57).

INTERVENÇÃO AMBIENTALISTA EM SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

A despeito da intensidade da devastação produtivista, o período situado entre 1995 e 2010 não foi caracterizado, em São Félix do Xingu-PA, apenas pela predação da natureza. Durante esse período, também se intensificou nesse município a intervenção ambientalista, com a ocorrência local de mudanças na realidade da produção agrária.

A intervenção ambientalista materializada em São Félix do Xingu-PA entre 1995 e 2010 teve três eixos principais: 1) a constituição de novas terras indígenas, áreas ameríndias de proteção da vegetação nativa; 2) a constituição de unidades de conservação de proteção integral, áreas estatais de proteção ambiental; 3) e a ampliação da repressão estatal ao desmatamento ilegal dos ecossistemas de vegetação nativa situados no município.

A constituição formal de novas terras indígenas em São Félix do Xingu-PA contemplou áreas dos povos ameríndios Kayapó, Parakanã e Araweté.

Os Kayapó, que já haviam tido as terras indígenas Kayapó e Menkragnoti formalmente constituídas no início da década de 1990, também tiveram formalizadas a TI Trincheira/Bacajá, de 16.509,39 km², situada nos municípios de Pacajá-PA, São Félix do Xingu-PA, Senador José Porfírio-PA e Altamira-PA, cuja homologação presidencial da demarcação ocorreu por meio do Decreto de 2 de outubro de 1996; e a TI Badjonkôre, de 2.220 km², situada em São Félix do Xingu-PA e Cumarú do Norte-PA, cuja homologação presidencial da demarcação ocorreu através do Decreto de 23 de junho de 2003.

Nos processos políticos que resultaram na homologação presidencial da demarcação dessas terras indígenas, os ameríndios Kayapó mantiveram participação ativa e grande protagonismo, com um grau elevado de consciência sobre a materialidade das disputas.

Segundo um relatório antropológico de Walter Coutinho Jr, de 1997, embora o fundamento das reivindicações dos Kayapó pela ampliação de seus territórios fosse “histórico-cultural”, relacionado à recuperação do “sítio de antigas aldeias, cuja área ainda tem um significado na construção da identidade étnica Kayapó”, os ameríndios explicitavam também o interesse em “controlar as duas margens do alto e médio rio Xingu, evitando-se assim a formação de fazendas em sua banda oriental, cujas atividades poderiam alterar a qualidade ambiental daquele curso d’água”. O mesmo relatório afirma, também, que os Kayapó

continuavam externando discursos que assinalavam a adoção da “*força* como virtual recurso de pressão caso não atendidas suas reivindicações” (proc. 2412/97, p. 5-6).

Outro relatório antropológico, também de 1997, de Eliane da Silva Souza, afirmou, no que tange à consciência dos Kayapó sobre as disputas pelas terras (proc. 2412/97, p. 14):

durante as reuniões, os índios Kayapó manifestaram sua determinação em jamais abrir mão do território por eles considerado como tradicional e sagrado; sua consciência do processo de contato interétnico e elaboração das suas consequências; e, informaram sobre o perigo constante que sofrem, com o avanço das fazendas e demais frentes de expansão nacional, em direção à área atualmente registrada como Terra Indígena Kayapó. Daí, a necessidade de manterem diversos postos indígenas de vigilância, espalhados nas ‘pontas’, ou seja, nos limites atuais da referida área.

A retórica ambientalista continuou cumprindo um papel central na justificação das demandas territoriais dos Kayapó, tal como ocorrido desde a década de 1980.

Nesse sentido, os ameríndios Kayapó passaram a verbalizar com cada vez mais frequência a compreensão sobre a oposição entre seu modo de organização societária, baseado no uso não degradante dos ecossistemas de vegetação nativa, e o modo de organização societária das unidades produtivas instaladas no entorno das terras indígenas, baseado na devastação produtivista da vegetação nativa para implantação de pastos.³³

Os laudos antropológicos e as informações divulgadas em defesa das demandas territoriais dos Kayapó, do mesmo modo, passaram a fundamentar-se, com cada vez mais frequência, na retórica ambientalista. Um relatório antropológico de 1998, subscrito por Eliane da Silva Souza contemplou, por exemplo, um item específico sobre “meio ambiente”, no qual discutiu a “preservação ambiental” e a “visão ecológica dos Mebengokré”. Segundo ela:

a proteção ambiental servirá, também, para conter o avanço das frentes de ocupação não indígena, em direção ao rio Xingu. Caso isto não ocorra, em poucos anos a ocupação por fazendas na faixa entre o rio Fresco e o rio Xingu acabará por gerar impactos significativos neste último em relação à qualidade e quantidade das águas como resultado de desmatamentos, não utilização de práticas de conservação do solo, assoreamento dos rios e igarapés e

³³ Relatório antropológico de 1996 faz menção, por exemplo, aos seguintes relatos de ameríndios Kayapó: “A água, o mato e os rios são nossos, os brancos vieram de longe, não entendem nada, invadem e estragam o mato e os rios que são nossos e que sempre cuidamos”, de Iobal, da aldeia Kapôt; “O branco tem fome de madeira e ouro. Eles querem nossa terra para ganhar dinheiro. Nós vivemos aqui e cuidamos da terra para nossos filhos e netos possam continuar vivendo aqui”, de Jôdi, da aldeia Metyktire; “O branco queima o mato para plantar capim e criar gado. Quem paga nossa terra estragada? E a nossa água suja?”, de Yaboti, da aldeia Metyktire; “O branco chegou e queimou o mato bom, queimou jabutis, queimou pacas, queimou filhotes de papagaio, está estragando tudo. O lugar do branco é na cidade. Quando a gente precisa ir à cidade, a gente não estraga cidade. Por que o branco pode vir estragar nosso mato? Ele não pode.”, de Krumare (proc. 2412/97, p. 238-252). Em 2001, no mesmo sentido, foi noticiado no jornal O Estado de S. Paulo que um novo cacique havia sido eleito pelos Kayapó com dois compromissos: “proteger seu povo do ‘branco invasor’, que tenta destruí-lo para se apossar de suas riquezas, e ‘radicalizar’ a luta pela preservação da floresta amazônica” (OESP, 3/3/2011, ISA).

diminuição da biodiversidade local. [...] Pelo que foi exposto temos que a área em questão é de relevante importância ambiental para o ecossistema do rio Xingu. (proc. 2412/97, p. 366)

Raoni manteve-se, entre 1995 e 2010, como a principal liderança das reivindicações territoriais dos Kayapó e da justificativa ambientalista de suas demandas, realizando viagens internacionais e nacionais para discussão do tema com diversas lideranças políticas.³⁴

Na oposição às reivindicações dos povos ameríndios por seus territórios, a retórica da “muita terra para pouco índio” continuou desempenhando um papel central, como indica um artigo de opinião de 1995, intitulado “privilégio dos índios nas terras do Pará”, que compara a alegada baixa densidade demográfica das terras indígenas com a alegada alta densidade demográfica das áreas urbanas dos entornos (O Liberal, 26/6/1995, ISA).

Especificamente quanto aos Kayapó, a retórica da degradação ambiental das áreas desse povo indígena, em virtude da associação com madeireiros e garimpeiros, também cumpriu um papel importante nos processos políticos, uma vez que as notícias e opiniões nesse sentido eram abundantemente divulgadas, inclusive na imprensa internacional.³⁵

A disjuntiva entre grupos Kayapó interessados em intensificar o comércio e a exploração econômica predatória das terras indígenas e grupos Kayapó contrários a essas iniciativas manteve-se entre 1995 e 2010, tendo havido a continuação do envolvimento de lideranças e de comunidades indígenas com atividades madeireiras e de garimpo, o que municiava esses discursos de oposição às reivindicações dos ameríndios Kayapó.³⁶

Um evento que ilustra essa disputa interna às comunidades Kayapó ocorreu em 2006, quando a Polícia Federal suspendeu uma operação em curso em terras indígenas de São Félix do Xingu-PA em virtude da “disputa entre índios”, uma vez que um grupo de ameríndios da aldeia Gorotire apoiava a permanência de garimpos na terra indígena, enquanto “os caciques das demais aldeias apoiam o trabalho dos órgãos federais e discordam da postura adotada pelos chefes de Gorotire” (Correio Braziliense, 11/8/2006, ISA).

³⁴ Em 2000, por exemplo, Raoni foi recebido por Jacques Chirac, presidente da França, para discutir a colaboração desse país europeu com iniciativas de melhoria da vida do povo Kayapó (Veja, 17/5/2000, ISA). Em 2002, Raoni esteve novamente na França, recebido pelo Secretário de Relações Exteriores para pedir “apoio financeiro para defender sua reserva dos madeireiros e pescadores ilegais” (Jornal do Brasil, 26/11/2002, ISA).

³⁵ Um exemplo é um artigo de opinião divulgado no famoso jornal “The Wall Street Journal”, no final de 1994, relatando a associação entre os Kayapó e madeireiros, com ampla repercussão na mídia brasileira. Sobre o assunto, entre outras notícias, há a publicação da revista Exame (Exame, 18/1/1995, ISA). Na mesma linha, há publicações da década de 2000, tais como a do jornal “O Estado de São Paulo” (OESP, 31/1/2002, ISA) e a do jornal “O Liberal”, do Pará (O Liberal, 8/5/2004, ISA).

³⁶ Segundo estudo do Greenpeace, respaldado em publicações jornalísticas do período, as madeireiras que associavam-se aos Kayapó praticavam, em regra, negociações econômicas bastante vantajosas a elas, pagando somente cerca de R\$80,00 (US\$30,00) por árvore, cuja madeira cerrada valia mais de US\$3.300,00 no mercado internacional (Greenpeace, 2001, p. 4).

Os conflitos com invasões não consentidas dos territórios Kayapó por garimpeiros, madeireiras e unidades de produção agropecuária também mantiveram-se intensos entre 1995 e 2010, com os ameríndios, em diversas oportunidades, fazendo uso da força física e da violência para intimidar e expulsar os invasores.³⁷

No início da década de 2000, ameríndios Kayapó receberam das instituições estatais treinamento e capacitação para participação em ações de fiscalização das terras indígenas (Funai, 29/8/2002, ISA), o que ampliou o engajamento desses grupos nas ações de defesa do território. Em 2008, ocorreu, pela primeira vez, a atuação de uma brigada indígena no combate às queimadas, a partir de capacitação promovida pelos Bombeiros. A iniciativa, liderada por Raoni, resultou, segundo noticiário da época, na redução de 80% das queimadas nas terras dos Kayapó, fomentando sua ampliação (Agência Brasil, 22/9/2008, ISA).

Iniciativas de exploração econômica sustentável dos ecossistemas de vegetação nativa situados nas terras dos ameríndios Kayapó também ocorreram com mais intensidade entre 1995 e 2010, com destaque para ações visando a exploração sustentável da madeira (Gazeta Mercantil, 5/11/1997, ISA), o aproveitamento do potencial turístico das áreas (O Popular, 6/9/2002, ISA), o comércio de sementes de espécies nativas (Funai, 1/9/2003, ISA), a comercialização de óleos de castanha e copaíba, mel e pequi beneficiado (Funai, 3/8/2005, ISA). O Instituto Raoni, criado em 2001, passou a ser um importante polo de aglutinação e incentivo a essas iniciativas (Amazônia.org.br, 23/2/2006, ISA).

A despeito de todas as mudanças culturais sofridas a partir da intensificação do contato com a sociedade brasileira, os Kayapó ainda mantinham, na década de 2000, diversas de suas práticas agrícolas tradicionais, caracterizadas pela promoção de heterogeneidade biológica e pela replicação da lógica da sucessão da vegetação nativa na produção dos cultivos. Segundo estudo publicado em 2012, os Kayapó da região do Xingu mantinham cultivos com ampla biodiversidade em roças e em áreas de agricultura nômade, tal como ocorrido tradicionalmente entre os ameríndios desse povo (Robert, De *et al.*, 2012).

Comparando os dados encontrados sobre diversidade de espécies nesse estudo, realizado na década de 2000, com os dados encontrados por estudos de etnobotânica dos séculos XIX e XX, os pesquisadores concluíram que “não estamos presenciando a erosão dessa agrobiodiversidade – e, portanto, dos conhecimentos associados – como supúnhamos no começo

³⁷ São inúmeras as notícias jornalísticas nesse sentido. Em 2002, por exemplo, o jornal O Estado de São Paulo noticiou a iminência de um conflito entre os Kayapó e pescadores que teriam invadido o território dos ameríndios (OESP, 17/8/2002, ISA). Em 2004, a Funai noticiou um conflito com garimpeiros (Funai, 29/4/2004). Em 2005, a Folha de São Paulo noticiou disputas com fazendeiros (FSP, 10/12/2005, ISA), etc.

do estudo, mas, ao contrário, a ampliação da lista de nomes de plantas ou o crescimento das reservas locais de diversidade agrícola” (Robert, De *et al.*, 2012, p. 362).

O povo indígena Parakanã, por sua vez, teve formalizada a TI Apyterewa, de 7.734,7 km², situada totalmente em São Félix do Xingu-PA, cuja homologação presidencial da demarcação foi feita por meio do Decreto de 19 de abril de 2007.

O processo político que resultou na homologação presidencial da demarcação dessa TI foi bastante tumultuado e caracterizado por intensa conflitualidade, uma vez que a área havia sido objeto de significativa invasão desde a segunda metade da década de 1980, com parcela do território não sendo efetivamente controlada pelos Parakanã. Essa área era controlada por milhares de invasores, dentre os quais destacavam-se madeireiros, fazendeiros e colonos, incentivados a ocuparem a TI por políticos da região e por diretores regionais do INCRA.

Os conflitos entre os Parakanã e os invasores de seu território foram frequentes durante as décadas de 1990 e 2000, com a ocorrência de mortes nas disputas físicas empreendidas. Um exemplo de conflito levado às últimas consequências ocorreu em novembro de 2001, quando três ocupantes do território foram mortos por ameríndios Parakanã (proc. 2992/91, p. 587).³⁸

Opuseram-se formalmente à demarcação da TI Apyterewa, apresentando contestações no processo administrativo relativo ao tema, associações de produtores rurais instalados na área (AGRIVAS – Associação dos Agricultores Rurais do Vale da Água Suja e ASPRORPI – Associação dos Produtores Rurais da Região de Piranha); a Exportadora Perachi Ltda., madeireira com interesse em terras situadas na TI; a Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu-PA; a Prefeitura Municipal de Tucumã-PA e alguns posseiros.

A resolução administrativa das controvérsias territoriais, com a definição formal da área da TI Apyterewa, foi feita pelo então ministro da Justiça Aloysio Nunes Ferreira, em 2001, e confirmada, em 2004, pelo então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, com a exclusão da TI de terras pretendidas pelo INCRA e ocupadas por posseiros e a inclusão da área pretendida pela madeireira Exportadora Perachi Ltda. (proc. 2992/91, p. 554 e 638).

As disputas contaram com participação ativa das instituições judiciais, tendo sido ajuizadas diversas ações pelos Ministério Público Federal para resolução de divergências.

³⁸ A partir da segunda metade da década de 1990, segundo Carlos Fausto, os Parakanã iniciaram entendimentos com alguns grupos de garimpo e de extração madeireira para atuação nas áreas da TI Apyterewa, encerrando mais de uma década de oposição total à realização dessas atividades no território (Fausto, 2004, p. 8). Passaram a existir, assim, grupos de extração de produtos da TI autorizados pelos Parakanã e a eles associados e grupos não autorizados, que continuaram sendo combatidos pelos ameríndios. Notícias da época informam que o pagamento aos índios era feito com “‘ranchinho’ (rações de fubá, carne e farinha)” (Globo, 26/1/1997, ISA).

As disputas contaram, também, com participação ativa de outras instituições estatais, uma vez que o grau elevado de conflitualidade fez com que os próprios atos físicos de demarcação tivessem de ser realizados “com a proteção da Polícia Federal e do Exército”, em virtude das ameaças sofridas pelos técnicos responsáveis (O Liberal, 26/5/2005, ISA).

Apesar disso, a conflitualidade não se encerrou com a definição formal da área da TI Apyterewa, uma vez que as milhares de pessoas que ocupavam irregularmente a área mantiveram-se presentes no território, mantendo os confrontos com os ameríndios Parakanã e mantendo, também, a devastação dos ecossistemas de vegetação nativa situados na TI.

O povo ameríndio Araweté, por fim, teve formalizada a TI Araweté/Igarapé Ipixuna, de 9.409 km², situada nos municípios de Altamira-PA, São Félix do Xingu-PA e Senador José Porfírio-PA, por meio do Decreto de 5 de janeiro de 1996.

O maior isolamento dessa TI, cercada por outras áreas protegidas do contato direto com o avanço da fronteira econômica, tornou as ameaças físicas e territoriais relacionadas às iniciativas de madeireiros, garimpeiros e fazendeiros menos constantes do que nas outras terras indígenas de São Félix do Xingu-PA, a despeito de também existirem.

Ao final da década de 2000, os povos ameríndios da região de São Félix do Xingu-PA passaram a se mobilizar contra uma ameaça à integridade de seus territórios que já havia motivado a articulação entre as comunidades no final da década de 1980: a construção de hidrelétricas na região. Em Altamira-PA, em 2008, foi realizado um novo evento de mobilização política, intitulado “Encontro Xingu Vivo”, que reuniu “mais de mil pessoas, entre indígenas, ribeirinhos, extrativistas, ambientalistas e movimentos sociais”, protestando contra os planos de construção da Usina de Belo Monte (ISA, 24/5/2008, ISA).

No que tange à *constituição de unidades de conservação de proteção integral, áreas estatais de proteção da vegetação nativa*, foram criados, em 2005, entre os municípios de São Félix do Xingu-PA e Altamira-PA, na região conhecida como Terra do Meio, situada entre os rios Xingu e Iriri, a Estação Ecológica Terra do Meio, de 33.731,11 km², por meio de um Decreto de 17 de fevereiro de 2005, e o Parque Nacional da Serra do Pardo, de 4.465,52 km², por meio de outro Decreto de 17 de fevereiro de 2005.

As principais articuladoras do processo de criação dessas unidades de conservação foram organizações ambientalistas, com destaque para o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), o Instituto Socioambiental (ISA), a “Environmental Defense” (ED), a Fundação Viver, Produzir, Preservar (FVPP) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), vinculada à Igreja Católica. Na década de 2000, essas entidades, somadas a outras, tais como a WWF Brasil, formaram a “Rede de Ação pela Defesa da Terra do Meio”, segundo

Dagnino e coautores “uma das mais fortes redes de ação para a proteção de uma determinada região, com a presença de ONGs de abrangência internacional, nacional, regional e local”, cujo objetivo era intervir para a preservação da Terra do Meio (Dagnino *et al.*, 2010, p. 5-6).

Os principais opositores à demanda de criação dessas unidades de conservação foram fazendeiros e agropecuaristas instalados nas terras devolutas da região, que se reuniram numa associação denominada Xinguri (“Associação Agropecuária dos Produtores das Terras do Meio”). Segundo Taravella e De Sartre, o discurso utilizado por esses agentes na defesa de seus interesses articulava dois componentes principais: a justificação de suas atividades econômicas como ações de promoção do desenvolvimento local, que beneficiavam as sociedades regionais e o país; e a crítica à “intervenção internacional” promovida por meio do discurso ambientalista (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 649).

Além da intensa negociação política com as instituições estatais e com os demais agentes envolvidos no processo de constituição das unidades de conservação, a associação Xinguri ajuizou ações judiciais questionando a legalidade das medidas e manifestando sua oposição ao que considerava como um “ataque à soberania nacional” impetrado por agentes internacionais (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 650), na utilização de uma retórica bastante comum na oposição às demandas de preservação ambiental.

A sociedade de São Félix do Xingu-PA, bastante dependente da pecuária e da extração madeireira, atividades econômicas associadas à devastação produtivista, pouco apoiou as iniciativas para a constituição dessas unidades de conservação, mantendo-se distante das discussões públicas sobre o tema e manifestando mais apoio às demandas de ocupação agropecuária das áreas (Schmink *et al.*, 2019, p. 9; Sousa *et al.*, 2016, p. 55).

A primeira proposta de criação de um conjunto de unidades de conservação na Terra do Meio foi feita em 1999, durante o “Workshop sobre Áreas Prioritárias para o Biodiversidade no Bioma Amazônia”, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em Macapá-AP. Em 2002, atendendo uma solicitação do MMA, o Instituto Socioambiental (ISA) apresentou, em associação com organizações regionais, uma “Proposta Técnica para a Implantação de um Mosaico de Unidades de Conservação no Médio Xingu” (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 24).

Em virtude da presença na Terra do Meio das comunidades ribeirinhas autoidentificadas como “beiradeiras”, a proposta elaborada pelo ISA englobava tanto unidades de conservação de proteção integral, onde a ocupação humana e a utilização dos recursos naturais é, em regra, proibida, quanto unidades de conservação de uso sustentável, onde a ocupação humana e a

utilização dos recursos naturais é permitida (Alarcon e Torres, 2014, p. 47).³⁹ Nas áreas da Terra do Meio onde havia presença de “beiradeiros”, a proposta do ISA previa a criação de reservas extrativistas, áreas comunitárias de proteção ambiental que possibilitam a conciliação entre a proteção da natureza e a exploração comunitária sustentável dos ecossistemas nativos.

Após pressão política de fazendeiros interessados na exploração econômica da região e em acordo com outros agentes envolvidos nos processos de negociação para constituição das UCs na Terra do Meio, dentre os quais o governo estadual do Pará, o governo federal fez mudanças na proposta, alterando a configuração do mosaico de unidades de conservação.⁴⁰

Segundo Alarcon e Torres, “sem apresentação de quaisquer justificativas”, “conhecidos detentores de grandes apropriações de terras públicas, alguns dos quais autuados por desmatamento ilegal e emprego de trabalho escravo, convenientemente tiveram suas pretensas áreas excluídas” das propostas de criação de unidades de conservação de proteção integral, enquanto “algumas das famílias camponesas e ribeirinhas que habitavam a região desde antes da criação do mosaico foram incluídas” nas unidades de conservação de proteção integral, áreas em que, por lei, o uso dos recursos naturais é proibido (Alarcon e Torres, 2014, p. 47).

Em fevereiro de 2005, o assassinato da missionária e ativista socioambiental irmã Dorothy Stang, em Anapu-PA, deu grande visibilidade nacional e internacional para os conflitos socioambientais dessa região da Amazônia e, após cinco dias de sua morte, foram editados os Decretos de 17 de fevereiro de 2005 que criaram as UCs.

A adoção da configuração de UCs formulada posteriormente à proposta do ISA, que incluía famílias de “beiradeiros” em unidades de conservação onde o uso dos ecossistemas de vegetação nativa é proibido, gerou um intenso conflito com esses grupos, nos primeiros anos após a constituição formal das unidades de conservação.

Entre as comunidades ribeirinhas cujas terras foram incluídas no Parque Nacional da Serra do Pardo, houve inúmeros relatos de “violações de direitos com as primeiras gestões responsáveis”, que, “para além da criação [da UC] sem consulta ou audiências acessíveis aos ocupantes”, impuseram um conjunto de proibições que impediam o modo de vida típico dos

³⁹ Segundo Alarcon e Torres, os levantamentos de campo realizados em 2002 identificaram “uma população de 739 ribeirinhos na Terra do Meio, dos quais 350 habitavam o rio Iriri”. Eles afirmam, além disso, que os estudos realizados alertavam para a grande mobilidade dessas populações tradicionais, o que mantém famílias e indivíduos vinculados à vida ribeirinha mesmo após mudanças para a cidade ou para regiões próximas, em virtude de retornos sazonais. (Alarcon e Torres, 2014, p. 47)

⁴⁰ Segundo Weigand Jr. e Pinto, a configuração que acabou sendo adotada para o mosaico de unidades de conservação da Terra do Meio foi definida “a partir de um acordo entre MMA, Ibama e Governo do Estado do Pará” (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 25). Taravella e De Sartre mencionam a ocorrência de uma reunião com representantes da associação Xinguri, acompanhados de parlamentares, como decisiva para exclusão de algumas áreas de produção agropecuária do traçado das unidades de conservação de proteção integral (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 651).

“beiradeiros”, com vedações a: “construção de casas, abertura de roças, visita de parentes, limpeza de pique de castanhas, [e] veto ao festejo de São Sebastião” (Neiva, Brusnello e Mendonça, 2015, p. 65). Entre as comunidades ribeirinhas incluídas na Estação Ecológica Terra do Meio, Alarcon e Torres informam, no mesmo sentido, que foram recorrentes os “relatos a respeito das violências cometidas por agentes dos órgãos [gestores da UC]”, cuja manifestação mais grave teria ocorrido contra um morador que teria tido a casa incendiada e teria sido expulso por ordem do gestor dessa unidade de conservação (Alarcon e Torres, 2014, p. 56).

Com o passar dos anos, as relações entre os “beiradeiros” e os responsáveis pela gestão dessas unidades de conservação melhoraram e, a partir de 2008, foram iniciadas negociações para constituição de “termos de compromisso” entre as comunidades e o ICMBio, visando a mediação formal dos conflitos (Alarcon e Torres, 2014, p. 48).

Como explica Alarcon e Torres, as práticas econômicas dos “beiradeiros” são de baixo impacto ambiental, com a agricultura sendo desenvolvida “segundo um intrincado sistema de corte e queima e rotação de roçados, com o estabelecimento de áreas de pousio”. A coleta, a caça e a pesca, do mesmo modo, prescindem de grandes derrubadas, desenvolvendo-se “no marco de uma relação específica com a floresta, conjugando-se aos valores sociais do grupo”, que não comercializa os produtos (Alarcon e Torres, 2014, p. 57).

Weigand Jr. e Pinto destacam, no mesmo sentido, que “na atual densidade demográfica”, a presença dos “beiradeiros” contribui para a conservação dos ecossistemas de vegetação nativa em virtude do baixíssimo impacto ambiental de suas atividades econômicas e em virtude da manutenção, por esses grupos, de “um ‘acervo’ de memórias e conhecimentos sobre a região e seus recursos naturais que é essencial às atividades de pesquisa e interpretação ambiental a serem implementadas” (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 54).

Eles destacam, também, que a integridade ecológica da região deve-se, em grande medida, à resistência que essas populações tradicionais impuseram contra o avanço da grilagem e da fronteira agropecuária, “alguns até que suas casas foram queimadas ou até serem assassinados”. Essas comunidades ribeirinhas, além disso, “conseguiram notoriedade, mobilizaram parcerias com ONGs e o governo, contribuindo muito para a criação das UCs que compõem o bloco de UCs da Terra do Meio” (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 54).

Além dos conflitos com as comunidades ribeirinhas, as UCs de proteção integral constituídas na Terra do Meio enfrentaram outros obstáculos para sua consolidação, sendo os principais deles os que envolvem ocupantes irregulares do território, sobretudo fazendeiros.

Por meio do Decreto estadual do Pará n. 2612/2006, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) Triunfo do Xingu. Nela, foram incluídos os fazendeiros cujas áreas foram

retiradas das propostas de criação das UC de proteção integral após negociação política e um conjunto grande de outras ocupações agropecuárias da região da Terra do Meio.

As APAs são um tipo de unidade de conservação de uso sustentável caracterizadas pela imposição potencial de limitações ao uso da propriedade privada, conforme definido em seus regulamentos. Contudo, até o presente momento, não foi elaborado o plano de manejo da APA Triunfo do Xingu, não havendo, no cotidiano das relações sociais e econômicas materializadas nas unidades agropecuárias inseridas na APA, diferença substantiva em relação às outras áreas de ocupação agropecuária irregular em terras devolutas situadas em São Félix do Xingu-PA.

Taravella e De Sartre citam, inclusive, um depoimento de um importante fazendeiro da Terra do Meio, para quem a sigla “APA” significaria na verdade, no caso dessa região, “Área de Produção Agropecuária” (Taravella e Arnauld de Sartre, 2012, p. 651).

No que diz respeito à *ampliação da repressão estatal ao desmatamento dos ecossistemas de vegetação nativa*, terceiro eixo da intervenção ambientalista operada em São Félix do Xingu-PA entre 1995 e 2010, seu principal indicador é o aumento da quantidade e da qualidade das operações do Ibama na região, a partir de 1996.

O gráfico abaixo, com dados relativos ao número de autuações do Ibama e ao valor das multas aplicadas no município de São Félix do Xingu-PA entre 1995 e 2010, evidencia esse crescimento, com o auge quantitativo das autuações tendo ocorrido em 2003, quando foram realizadas 118 ações, e com o auge quantitativo das multas impetradas tendo ocorrido em 2010, quando foram lavrados um valor total de R\$ 148.996.150,30 em multas.⁴¹

Gráfico 12. Autuações e multas do Ibama em São Félix do Xingu-PA (1995-2010)

Fonte: Ibama⁴²

⁴¹ Entre 1995 e 2010 foram aplicadas multas em São Félix do Xingu-PA no valor total de R\$ 362.587.190,70. Houve a efetiva arrecadação, nesse período, de R\$ 7.950.700,67. Apesar da significância do valor arrecadado, em termos absolutos, trata-se de 2,2% do valor das multas aplicadas no município.

⁴² Os dados apresentados no gráfico foram tabulados por mim, a partir das informações extraídas do sítio eletrônico do Ibama, com acesso em 31/8/2018, no endereço eletrônico:

Na segunda metade da década de 1990 e na primeira metade da década de 2000, as atuações do Ibama no município de São Félix do Xingu-PA priorizaram o combate à extração ilegal do mogno, sobretudo em terras indígenas. Nesse período, foram realizadas inúmeras operações de retirada de invasores das terras indígenas, muitas vezes em associação com grupos de indígenas, que apoiavam as ações.⁴³

Com a elaboração do PPCDAm, houve uma mudança no foco de atuação da repressão estatal, que passou a direcionar-se prioritariamente para as fazendas e unidades de produção agropecuária, na segunda metade dos anos 2000.

As ações do Ibama em São Félix do Xingu-PA ocorreram sempre em associação com outras instituições estatais, em virtude das grandes dificuldades vinculadas à atuação nessa região, sobretudo por conta da violência sistemática e da “pistolagem”. Polícia Federal, Exército, Força Nacional, Polícia Militar do Pará, ICMBio e Funai eram as principais instituições que acompanhavam o Ibama nas iniciativas de repressão estatal ao desmatamento ilegal. Em uma ocasião, em 1999, o então Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, esteve pessoalmente envolvido numa ação em São Félix do Xingu-PA (OESP, 11/8/1999, ISA), evidenciando a importância dessa região para a política ambiental brasileira.⁴⁴

O Greenpeace também envolveu-se diretamente em ações de repressão estatal realizadas em São Félix do Xingu-PA, tendo realizado um conjunto de pesquisas independentes sobre a extração e a comercialização ilegais de madeira na região, que subsidiaram a atuação das instituições estatais. Além disso, em uma das principais operações de repressão à extração irregular de madeira na região, a denominada “Operação Mogno”, realizada em 2001, o Greenpeace participou das próprias atividades repressivas por meio da cessão de um barco (Midianews, 6/11/2001, ISA) e de dois aviões (FSP, 2/11/2001, ISA) para as ações.

O envolvimento ativo do Greenpeace com o enfrentamento das irregularidades na predação regional do mogno valeu, inclusive, ao então coordenador da campanha Amazônia do

<<https://servicos.ibama.gov.br/ctf/publico/areasembargadas/ConsultaPublicaAreasEmbargadas.php>>. Estão computadas as atuações e multas referentes ao tema “flora”, segundo classificação do Ibama.

⁴³ Em 1995, por exemplo, o jornal Folha de São Paulo noticiou a “retirada de cerca de 500 garimpeiros” e a desativação de garimpos em terras indígenas do povo Kayapó (FSP, 5/6/1995, ISA). Em 2006, no mesmo sentido, ocorreu a “Operação Kayapó”, de combate à “grilagem, extração de madeira e garimpo nas terras dos índios Kayapó” (Radiobrás, 2/8/2006, ISA).

⁴⁴ Algumas operações realizadas em São Félix do Xingu-PA com grande repercussão midiática foram as seguintes: “Operação Amazônia Fique Legal”, em 1999; “Operação Xingu”, em 2000; “Operação Mogno”, em 2001; “Operação Kayapó”, em 2006; “Operação Entorno”, em 2008; “Operação Esperança”, em 2008; “Operação Boi Pirata”, em 2008; e “Operação Bateia”, em 2010.

Greenpeace, Paulo Adario, ameaças de morte, o que gerou a aceitação de um pedido pela sua proteção policial, nesse período (FSP, 18/10/2001, ISA).

As instituições judiciais da esfera federal também participaram ativamente da repressão ambientalista realizada em São Félix do Xingu-PA a partir da segunda metade da década de 1990, a despeito de todas as dificuldades inerentes à responsabilização ambiental nessa região, das quais a mais importante delas é a ausência de regularidade formal das propriedades, que dificulta o processamento judicial das irregularidades ambientais cometidas.

Contra todas as fazendas situadas irregularmente no perímetro do Parque Nacional da Serra do Pardo, por exemplo, foram ajuizadas pelo Ministério Público Federal ações civis públicas solicitando a saída imediata dos posseiros e o não pagamento de indenizações pela desocupação das áreas, na década de 2000 (Neiva, Brusnello e Mendonça, 2015, p. 73-76).

As instituições judiciais da esfera estadual, em contrapartida, tiveram participação insignificante na repressão ambientalista materializada no município. A falta de estrutura dessas instituições e a não priorização da atuação ambiental são algumas das razões para esse fato.⁴⁵

No mesmo sentido, as instituições executivas ambientais da esfera estadual tiveram, também, participação insignificante na repressão ambientalista do período 1995-2010.

REFORMA AMBIENTAL EM SÃO FÉLIX DO XINGU-PA

Em virtude da intensificação da intervenção ambientalista em São Félix do Xingu-PA no período 1995-2010, concretizada por meio da constituição de terras indígenas, da

⁴⁵ O juiz Leonel Figueiredo Cavalcanti, titular da comarca de São Félix do Xingu-PA em 2008, fez, nesse ano, uma reclamação pública contra a falta de estrutura para a atuação judicial nesse município que auxilia na compreensão sobre os obstáculos para a intervenção judicial ambientalista. Segundo o juiz: “Há vilas que para o oficial de justiça cumprir alguma diligência são gastos três dias, tendo em vista a precariedade das estradas e a distância (vilas a 250 km de distância de sede do município). A vila Canopus, no período de inverno, só é acessível por avião. [...] São Félix do Xingu, de santo só tem o nome. Aqui é terra de grandes perversidades, trabalho escravo, chacinas, grilagem de terras, violência política, corrupção, crimes ambientais, tudo do conhecimento da imprensa, das autoridades dos três poderes da República e esferas federativas. Aqui o pequeno fazendeiro recebe a visita de um agente que está a mando dos poderosos da região, que lhe oferece um preço para o mesmo vender sua terra, se o coitado não aceita, o ‘bandido’ lhe diz que ‘vai negociar com a viúva dele’. Polícia aqui, tanto a civil quanto a militar, só confio em uns poucos. Além de possuírem efetivos reduzidos (até dezembro de 2008 o contingente da PM era de mais ou menos 16 homens - um verdadeiro nada para o tamanho da região). [...] Ressalte-se que aqui falta muita coisa para qualquer juiz trabalhar; não há o mínimo de recursos necessários para se ter um desempenho regular: faltam funcionários, só existem dois concursados (o chefe da secretaria e um dos oficiais de justiça), os outros são todos cedidos pela prefeitura. [...] Além disso, aqui ainda é uma região perigosa, onde existe trabalho escravo, pistoleiros e vilarejos onde ainda é comum pessoas andarem armadas de forma ostensiva, não havendo a presença do Estado em tais localidades. Aqui em São Félix do Xingu já assassinaram uma pessoa bem na frente do juiz. [...] Em resumo, a realidade aqui, ainda não é aquela para e nas quais as leis foram geradas.” Disponível em <https://www.amb.com.br/docs/imprensa/amboline/113/Relato_Dr_Leonel.pdf>, acesso em 13/12/2019.

constituição de unidades de conservação de proteção integral e da ampliação da repressão estatal aos ilícitos ambientais, ocorreram mudanças parciais na ordem econômica local.

A reforma ambiental manifestou-se, nesse município, na diminuição do ritmo anual de desmatamento sistemático das florestas, durante a década de 2000.

O gráfico a seguir, com dados do PRODES/INPE, evidencia essa tendência. Em 2001, primeiro ano em que o INPE disponibiliza os dados sobre desmatamento anual para os municípios brasileiros, a devastação foi 1.690 km². Em 2010, foram eliminados 353 km² da vegetação nativa municipal, numa redução de 79,11% do ritmo anual da predação.

Gráfico 13. Desmatamento em São Félix do Xingu-PA (2001-2017)

Fonte: INPE⁴⁶

A importância da reforma ambiental localmente materializada em São Félix do Xingu-PA é evidente, uma vez que situa-se nesse município uma quantidade bastante significativa de ecossistemas típicos do bioma Amazônia, o mais biodiverso do planeta.

Em 2011, remanesciam 62.255,5 km² de florestas no município, ocupando 73,89% de sua área territorial, e 3.788 km² de vegetação nativa de outras fitofisionomias, ocupando 4,5% da área do município. Portanto, o total de vegetação nativa remanescente em São Félix do Xingu-PA no ano de 2011 era de 66.043,5 km², correspondentes a 78,39% da área municipal.⁴⁷

A contenção do ritmo anual de predação dessas áreas representou, nesse contexto, uma sobrevida bastante significativa para os elementos bióticos e abióticos que existem nesses ecossistemas, contribuindo para a conservação do imenso patrimônio natural da região.

⁴⁶ Dados do PRODES/INPE, acessados em 16/6/2018, no endereço eletrônico <<http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/atrmunic.php?ID=1507300&ano=2017>>.

⁴⁷ Para o ano de 2010, uma parcela expressiva da vegetação nativa presente em florestas situadas em São Félix do Xingu-PA não foi detectada pelo sensoriamento remoto em virtude da alta presença de nuvens na região, o que impede o uso dos dados desse ano para uma correta verificação do remanescente florestal municipal, razão pela qual utilizei os dados de 2011.

Os limites da reforma ambiental materializada em São Félix do Xingu-PA também são evidentes, uma vez que a mudança da ordem econômica local foi apenas parcial.

São duas as expressões principais dessa limitação: a persistência do desmatamento sistemático em grande escala dos ecossistemas municipais e a não constituição de uma dinâmica local de exploração da natureza baseada no aproveitamento econômico da biodiversidade.

A eliminação de 353 km² de vegetação nativa em São Félix do Xingu-PA no ano de 2010 manteve o município no topo da lista dos municípios brasileiros com maior taxa anual de desmatamento, em números absolutos, para esse ano. A área devastada é bastante significativa, sendo superior à área de inúmeros municípios brasileiros, a exemplo de Guarulhos-SP, que possui um território total de pouco mais de 318 km². Houve, assim, a persistência da devastação em grande escala dos ecossistemas nativos de São Félix do Xingu-PA, mesmo após a significativa diminuição do ritmo anual de desmate, operada durante a década de 2000.

A não constituição de uma dinâmica local de exploração consistente e sistemática da natureza com base no aproveitamento econômico da diversidade biológica é evidenciada pelos dados do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE.⁴⁸

Em São Félix do Xingu-PA, a pecuária manteve-se como atividade rural absolutamente dominante, respondendo por 85,2% dos estabelecimentos agropecuários existentes no município e por 93,47% da área ocupada com agropecuária em São Félix do Xingu-PA.

A agricultura orgânica apresentava nesse município índices bastante inferiores aos registrados em outros locais do país, uma vez que apenas 0,15% dos estabelecimentos a utilizavam, ante a utilização de agricultura orgânica em 1,06% dos estabelecimentos agropecuários paraenses e em 1,75% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Práticas agrícolas conservacionistas, como “rotação de culturas”, “pousio ou descanso de solos” e “proteção e/ou conservação de encostas”, também apresentavam em São Félix do Xingu-PA registros de utilização inferiores às médias brasileira e paraense.

Apenas 0,37% dos estabelecimentos agropecuários em São Félix do Xingu-PA informaram usar, por exemplo, “rotação de culturas”, ante a utilização em 3,07% no Pará e em 12,39% das unidades produtivas no Brasil. Em São Félix do Xingu-PA, apenas 2,01% dos estabelecimentos declararam fazer uso de “pousio ou descanso de solos”, contra 4,2% no Pará e 6,41% no Brasil. No que tange à “proteção e/ou conservação de encostas”, por fim, os índices de São Félix do Xingu-PA são de apenas 1,13%, contra 1,68% no Pará e 5,74% no Brasil.

⁴⁸ Os dados dos parágrafos a seguir são do Censo Agropecuário de 2006, do IBGE, acessados em 12/12/2019, no endereço <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2006/segunda-apuracao>>.

A exploração agropecuária manteve-se baseada quase que exclusivamente na pecuária em São Félix do Xingu-PA, com baixíssima utilização de práticas conservacionistas.

Outro aspecto importante que deve ser destacado sobre a reforma ambiental de São Félix do Xingu-PA foi sua constituição política, uma vez que ela se concretizou como resultado de disputas pelos ecossistemas de vegetação nativa situados no município, opondo agentes interessados no ataque à vegetação nativa a agentes interessados na defesa ambiental.

A diminuição do ritmo anual de desmatamento em São Félix do Xingu-PA durante a década de 2000 foi consequência das ações de milhares de agentes produtivos que optaram por não devastar florestas nesse período ou por fazê-lo em menor intensidade. Tais decisões foram implementadas no contexto da forte intervenção ambientalista realizada no período e descrita, em suas linhas gerais, nas páginas anteriores desse trabalho.

Um dos principais indicadores do êxito da intervenção ambientalista realizada em São Félix do Xingu-PA e de sua importância para a constituição política da reforma ambiental materializada no município é a identificação de que uma parcela ínfima da devastação da vegetação nativa desse município deu-se no interior das terras indígenas e das unidades de conservação de proteção integral formalizadas, evidenciando o sucesso da constituição dessas áreas enquanto política ambiental de contenção da devastação produtivista.

Na TI Kayapó, o desmatamento acumulado até 2010 foi de 136,01 km², equivalentes a apenas 0,49% da área dessa TI. Na TI Menkragnoti, o desmatamento acumulado até 2010 foi de 34,04 km², equivalentes a somente 0,08% da área total dessa TI. Na TI Trincheira/Bacajá, o desmatamento acumulado até 2010 foi de 150,27 km² (0,88% da área da TI). Na TI Badjonkôre, o desmatamento após sua criação, em 2003, no período 2004-2010, foi de 4,85 km², equivalentes a somente 0,36% da TI. Na TI Araweté/Igarapé Ipixuna, do povo Araweté, o desmatamento acumulado até 2010 foi de 43,73 km² (0,47% da área dessa TI).⁴⁹

A TI Apyterewa, do povo Parakanã, por ter sido objeto de sistemática invasão por milhares de pessoas, é a TI com maior percentual de desmatamento acumulado. Houve, após sua formalização em 2007 e somente no período 2008-2010, a eliminação de 87,57 km² de vegetação nativa, equivalentes a 1,14% da área dessa TI.

Na Estação Ecológica Terra do Meio, o desmatamento após sua criação em 2005, no período 2006-2010, foi de 47,56 km², equivalentes a somente 0,15% da área dessa UC de proteção integral. No Parque Nacional da Serra do Pardo, o desmatamento após sua criação em 2005, no período 2006-2010, foi de 18 km² (somente 0,46% da área dessa UC de proteção

⁴⁹ Os dados desse parágrafo e dos seguintes tem como fonte o projeto PRODES/INPE.

integral). Na Floresta Nacional Tapirapé-Aquiri, UC de uso sustentável formalizada em 1989, o desmatamento acumulado até 2010 foi de 19,57 km² (1,02% da área dessa UC).⁵⁰

O mapa a seguir ilustra a exterioridade entre a devastação ambiental ocorrida em São Félix do Xingu-PA e as áreas protegidas constituídas nesse município, demarcando, em verde, as terras indígenas e unidades de conservação formalizadas e, em vermelho, as áreas desmatadas no município até o ano de 2008.

Figura 10. Desmatamento e áreas protegidas em São Félix do Xingu-PA (2008)

Fonte: PRODES/INPE

O êxito dessas políticas ambientais deveu-se à associação entre a constituição formal das áreas protegidas e a sua vigilância, operada principalmente por meio da repressão estatal ao desmatamento ilícito, o que assegurou o desincentivo à ocupação dos territórios.

Segundo Neiva, Brusnello e Mendonça, foi somente com a realização de operações ostensivas de embargo e desocupação das invasões agropecuárias situadas na área do Parque

⁵⁰ Na APA Triunfo do Xingu, referida por um posseiro como “Área de Produção Agrícola” e não como “Área de Proteção Ambiental”, onde efetivamente não houve aprovação de normas ou instalação de estruturas administrativas para regulação da ocupação do território, o desmatamento manteve-se intenso, mesmo após sua formalização em 2006. No período 2007-2010, a devastação foi de 1.042,82 km², equivalentes a 6,39% da área total da APA.

Nacional da Serra do Pardo que o desmatamento foi efetivamente eliminado do local, com a ocorrência de “uma reação em cadeia onde diversos outros fazendeiros e até agricultores familiares temerosos da apreensão de seu rebanho passaram a retirar sua criação das fazendas situadas no PNSP [Parque Nacional da Serra do Pardo] e das demais UC da Terra do Meio” (Neiva, Brusnello e Mendonça, 2015, p. 72). Weigand Jr. e Pinto, no mesmo sentido, afirmam que as “operações periódicas de fiscalização” foram “sentidas pelos colonos e fazendeiros, especialmente aqueles dentro das UCs federais”, uma vez que eles “ficaram impedidos de comercializar o gado e de abrir novas áreas”, gerando iniciativas de abandono das ocupações irregulares (Weigand Jr. e Pinto, 2015, p. 41-42).

Sobre as terras indígenas dos Kayapó, Schwartzman e Zimmerman afirmam que houve a diminuição da exploração madeireira a partir da primeira metade da década de 2000, em virtude da intensificação da repressão estatal. A diminuição da exploração dos garimpos teria ocorrido, para esses autores, a partir da segunda metade da década de 1990, nas TI do povo Kayapó situadas em São Félix do Xingu-PA (Schwartzman e Zimmerman, 2005, p. 167).

Outro indicador importante da constituição política da reforma ambiental de São Félix do Xingu-PA é a mudança do perfil dos agentes produtivos responsáveis pela devastação produtivista na região, durante a década de 2000.

No início da década, entre 2001 e 2003, os agentes produtivos “grandes” e “muito grandes”, vinculados à pecuária de grande escala, eram responsáveis pela maior quantidade de área desmatada na região de São Félix do Xingu-PA, o equivalente a 56,4% do total desflorestado (2.578,32 km², de 4.574,58 km²). No final da década, entre 2006 e 2008, esses agentes “grandes” e “muito grandes” passaram a responder por 34,8% do desflorestamento (621,46 km² de 1.786,46 km²) (Macedo *et al.*, 2013, p. 104).

Num contexto de diminuição geral dos índices anuais de desmatamento, os agentes produtivos responsáveis pelo desflorestamento em larga escala, alvos prioritários das políticas de repressão estatal implementadas pelo PPCDAm e baseadas no sensoriamento remoto da eliminação da vegetação nativa, diminuíram mais intensamente suas ações do que os agentes “pequenos” e “médios”, cujas ações não eram tomadas como prioritárias na organização da repressão estatal, feita a partir das imagens de satélites.

Em síntese houve, entre 1995 e 2010, manifestação local da *reforma ambiental* brasileira em *São Félix do Xingu-PA*, com a mudança parcial, politicamente constituída, da realidade agrária municipal, no sentido da materialização de práticas de proteção ambiental.

A principal expressão da reforma ambiental de São Félix do Xingu-PA foi a *diminuição da devastação dos ecossistemas de vegetação nativa durante a década de 2000*, com uma queda de 79,11% do ritmo anual do desmatamento, entre 2001 e 2010.

Seus limites mais evidentes foram a *manutenção de significativo desmatamento no município* ao final do período e a *não construção local de uma dinâmica de exploração da natureza baseada na biodiversidade* da floresta amazônica.

A reforma ambiental foi *politicamente constituída*, pois forjada num cenário de conflitos e de disputas entre atores com distintas pretensões de uso da terra.

São três os *principais eixos de ação que materializaram a intervenção ambientalista* no município: a *constituição de terras indígenas*, áreas ameríndias de proteção ambiental; a *constituição de UC de proteção integral*, áreas estatais de proteção ambiental; e a *repressão estatal à devastação produtivista*, operada por meio da articulação entre o Ibama, outras instituições estatais executivas (dentre as quais a Polícia Federal, o Exército e a Polícia Militar do Pará) e organizações sociais, com envolvimento das instituições judiciais federais e, em casos relativos às terras indígenas, com envolvimento dos próprios ameríndios.

São Félix do Xingu-PA também é um caso importante de *permanência das dinâmicas de interação sociedade-natureza baseadas na preservação e no uso não degradante da terra*, nos casos das terras indígenas e das comunidades ribeirinhas (“beiradeiros”).

A despeito da continuidade da associação de grupos de ameríndios com iniciativas de predação dos ecossistemas situados nas áreas protegidas, outros grupos continuaram opondo-se a esse tipo de ações, investindo em formas mais sustentáveis de exploração dos recursos naturais e mantendo, no caso dos Kayapó, até mesmo as práticas agrícolas tradicionais caracterizadas pela promoção da diversidade ecológica nas zonas de cultivo.

A manifestação local do ideário do desenvolvimento sustentável consistiu, no caso de São Félix do Xingu-PA, principalmente na continuidade das práticas tradicionais de intervenção na natureza desses grupos ameríndios e das populações tradicionais.

Contudo, São Félix do Xingu-PA também é um dos casos mais importantes do Brasil de *devastação produtivista no período 1995-2010*, quando a predação dos ecossistemas de vegetação nativa foi bastante significativa nesse município.

Tal como ocorrido anteriormente em muitos locais do país, a devastação produtivista continuou *associada à expansão da fronteira agropecuária* nesse município. Ela também continuou vinculada a um conjunto de práticas ilícitas, dentre as quais se destacam a grilagem de terras públicas, o trabalho escravo, a “pistolagem”, a violência sistêmica e a especulação imobiliária, num contexto de grande desigualdade social e de irregularidade fundiária estrutural.

Os agentes envolvidos nessas práticas prosseguiram tendo, nas sociedades locais, bastante prestígio e ascendência sobre os outros grupos, o que permitiu a eles ampliar constantemente as bases sociais de sua dominação política.

DIVERSIDADE REGIONAL DA REFORMA AMBIENTAL: CONCLUSÕES

Em suma, os exemplos da região de Ribeirão Preto-SP e de São Félix do Xingu-PA permitem entender detalhadamente a diversidade local, a complexidade e as limitações da reforma ambiental brasileira do período 1995-2010.

Na região de Ribeirão Preto-SP, o aumento da área regional ocupada com vegetação nativa, a diminuição da área regional de cana-de-açúcar colhida com queima prévia e o desenvolvimento de experiências singulares de produção agrícola sustentável foram as expressões principais da reforma ambiental. Seus limites principais foram a prevalência do desmatamento em inúmeros municípios da região e a não ocorrência de reflorestamento e regeneração natural em um patamar que permitisse aos ecossistemas de vegetação nativa superar os baixíssimos índices de ocupação percentual da terra na região.

As mudanças da dinâmica de uso e ocupação do solo na região de Ribeirão Preto-SP foram politicamente constituídas, sendo frutos dos intensos conflitos que ocorrem na região desde a década de 1980 e que foram intensificados nas décadas de 1990 e 2000. Organizações ambientalistas, instituições executivas estaduais (DEPRN e Polícia Florestal) e Ministério Público de São Paulo foram os agentes principais dessas disputas.

Diferentes dinâmicas de associação entre esses atores existiram na região de Ribeirão Preto-SP durante o período 1995-2010. Dentre as principais variações, destaca-se a participação mais ativa de organizações ambientalistas nas coalizões formadas para defesa da vegetação nativa em Ribeirão Preto-SP e Batatais-SP e a participação menos ativa das entidades sociais em Franca-SP e São Carlos-SP. Apesar dessas diferenças, as semelhanças entre as dinâmicas de intervenção ambientalista na região de Ribeirão Preto-SP foram muito mais expressivas, podendo-se associar a diminuição da participação cotidiana da sociedade civil ambientalista nas ações estatais nos diversos municípios à efetividade das políticas públicas empreendidas.

Contudo, em alguns municípios da região, não houve intervenção ambientalista materializada em patamar satisfatório durante as décadas de 1990 e 2000. Nesses municípios, houve a continuação da devastação produtivista para ampliação da fronteira agropecuária.

No município de São Félix do Xingu-PA, a reforma ambiental se expressou principalmente por meio da diminuição do patamar anual de desmatamento durante a década

de 2000 e seus limites mais evidentes foram a manutenção de significativa devastação municipal ao final dessa década e a não disseminação de práticas produtivas baseadas no aproveitamento da biodiversidade, com manutenção da hegemonia da pecuária.

Demarcação de terras indígenas, criação de unidades de conservação de proteção integral e repressão estatal ao desmatamento dos ecossistemas nativos foram os três eixos principais da intervenção ambientalista materializada em São Félix do Xingu-PA, em disputas que opuseram fazendeiros e madeireiros a inúmeros atores, dentre os quais destacam-se: povos ameríndios Kayapó, Parakanã e Araweté; populações tradicionais ribeirinhas conhecidas como “beiradeiros”; Ibama e outras instituições executivas ambientais federais; organizações sociais ambientalistas nacionais e internacionais; Ministério Público Federal.

As terras indígenas Kayapó, Menkragnoti, Trincheira/Bacajá e Badjonkôre (do povo Kayapó), Apyterewa (do povo Parakanã) e Araweté/Igarapé Ipixuna (do povo Araweté), demarcadas em São Félix do Xingu-PA, consistem em algumas das mais relevantes áreas ameríndias de proteção ambiental do país. As UC de proteção integral Parque Nacional da Serra do Pardo e Estação Ecológica Terra do Meio, situadas no município, também são áreas estatais de proteção ambiental de grande relevância e expressivo tamanho.

São Félix do Xingu-PA, por outro lado, é um município onde houve grande devastação ambiental no período 1995-2010. A maior parte do desmatamento nesse município ocorreu nesse período, evidenciando a concomitância entre a intensificação da defesa da vegetação nativa a nível nacional e o ataque sistemático aos ecossistemas em uma das regiões de um país marcado pelo desenvolvimento desigual, também no que tange às relações com a natureza.

Os agentes produtivos mais diretamente envolvidos com as práticas de devastação produtivista, madeireiros e fazendeiros, mantiveram-se inseridos nas relações sociais locais em posições de grande prestígio. Eles mantiveram, também, a combinação de inúmeras práticas ilegais em seus atos de ataque à vegetação nativa: desmatamento não autorizado, grilagem, trabalho escravo, “pistolagem”, violência sistemática, etc.

Comparando-se Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA é possível indicar que, enquanto na região paulista, a presença de agentes sociais localmente enraizados e de agentes estatais estaduais foi muito mais expressiva; no município paraense, as principais ações de intervenção ambientalista foram realizadas por agentes estatais federais, com a colaboração de agentes locais (como os povos ameríndios) e de agentes sociais não sediados localmente.

Outra diferença importante diz respeito ao tipo de área de proteção envolvida nas disputas de cada uma dessas regiões. Em Ribeirão Preto-SP os conflitos envolveram, sobretudo, áreas privadas de proteção ambiental, gerando ampliação da recomposição dos ecossistemas

nativos, num contexto de grande devastação regional. Em São Félix do Xingu-PA, por outro lado, os conflitos envolveram áreas ameríndias e estatais de proteção ambiental. Eles resultaram em diminuição do desmatamento, num contexto de preservação regional da mata nativa.

Os exemplos de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA evidenciam a grande diversidade regional da reforma ambiental brasileira, com variações quanto aos atores envolvidos nas disputas, ao foco prioritário dos conflitos, à intensidade das mudanças constatadas na dinâmica de uso do solo, entre outras. Entre as permanências percebidas nos dois casos, destaca-se a existência de modificação da qualidade ambiental das ordens econômicas regionais, o caráter parcial e limitado dessas mudanças e a sua construção política.

Conclusão

Nessa tese, apresentei *uma narrativa sociológica sobre a história das lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil e nas regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA*. A construção dessa narrativa foi estruturada em torno de duas hipóteses principais. A título de conclusão do trabalho, retomarei os argumentos empíricos e conceituais que sustentam essas hipóteses e que foram expostos no texto. De modo a tornar a leitura mais fluída, isso será feito sem remissão direta a todas as fontes bibliográficas, que se encontram nas páginas antecedentes.

Na primeira hipótese, afirmei que a *história das lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil possui três períodos principais*, caracterizados por *tendências e por rotinas distintas*, reproduzidas nos principais campos de conflito em que essas disputas ocorrem no país: um primeiro período, que vai da independência até 1930; um segundo período, que vai de 1930 a 1985; e um terceiro período, o contemporâneo, que vai de 1985 aos dias atuais.

Antes da independência em relação a Portugal, ocorrida em 1822, não é possível se falar do Brasil como uma unidade política autônoma, impedindo que se fale das lutas em defesa da vegetação nativa *no Brasil* antes dessa data. Apesar disso, é importante assinalar que a colonização do território foi responsável por introduzir a oposição entre modos de produção caracterizados pela preservação e pela não degradação ambiental, típicos dos povos ameríndios, e modos de produção caracterizados pela degradação e pela devastação dos ecossistemas.

O *primeiro período das lutas em defesa da vegetação nativa no Brasil* abarca o Império (1822-1889) e a Primeira República (1889-1930).

Nesse período, no contexto da expansão da fronteira agropecuária nacional, expandiu-se a devastação e os usos degradantes dos ecossistemas nativos, o que ocorreu de modo bastante diversificado nas distintas regiões do território nacional. Entre as principais diferenças, ressalta-se o altíssimo grau de desmatamento para implantação de monoculturas agropecuárias no bioma Mata Atlântica e o baixíssimo grau de desmatamento no bioma Amazônia, predominantemente ocupado por atividades extrativas que não geravam devastação florestal.

Opondo-se à expansão predatória da fronteira agropecuária, os povos ameríndios e tradicionais prosseguiram realizando confrontos bélicos em defesa de seus territórios e de seus modos de vida nesse período, tal como ocorrido desde o século XVI. Isso se deu sem que tenha havido associação explícita entre as ações desses grupos e a retórica da proteção da natureza.

No âmbito da sociedade civil brasileira, durante esse primeiro período de disputas não foram formadas no país organizações sociais que encabeçassem processos políticos de confronto e negociação visando inserir a proteção da natureza na agenda nacional. Alguns

indivíduos importantes do cenário nacional, como José Bonifácio e Alberto Torres, vocalizaram críticas ao desmatamento e propostas de reforma ambiental, mas foram iniciativas isoladas.

No âmbito científico, alguns estudos sugerindo a correlação entre desmatamento e alterações ecológicas foram produzidos, de modo a estimular o debate público sobre a temática, mas não houve construção de uma posição consensual nesse campo. Um número razoável de renomados estudiosos prosseguiu defendendo enfaticamente a inexistência de vinculação entre desmatamento e alterações climáticas. No âmbito internacional, a proteção da natureza ainda não havia sido constituída como pauta de importância global, sendo extremamente pontuais as iniciativas de debate e proposição relativas a esse tema até a primeira metade do século XX.

No âmbito de ação das instituições executivas, uma primeira iniciativa importante de constituição de áreas estatais de proteção florestal foi efetivada com o reflorestamento da Tijuca no Rio de Janeiro, no período imperial. Na Primeira República, foi constituída a primeira instituição executiva federal competente para atuar nessa seara, o Serviço Florestal do Brasil. Apesar disso, não foram criadas instituições estatais que rotinizassem ações sistemáticas de constituição de áreas protegidas no país ou ações de repressão à devastação ambiental. Também não foram publicadas leis federais sobre o tema, tendo avançado muito pouco os debates ocorridos no âmbito legislativo. Por fim, também não foram criadas instituições de justiça para atuar no tema da proteção da natureza durante o Império e a Primeira República.

As regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA exemplificam a realidade dos sertões do Brasil durante esse primeiro período de disputas.

Na região paulista, a devastação ambiental teve como importante marco a implantação das ferrovias e das fazendas de café, a partir de 1880. A eliminação dos povos ameríndios que habitavam originalmente o local concluiu-se no início do século XX, quando os últimos indivíduos foram avistados. Não houve constituição de organização ambientalista nessa região e o amplo domínio das elites cafeeiras, associado à não percepção da diminuição da devastação dos ecossistemas nativos como sendo de interesse dessas elites explicam a não ocorrência de mudanças na dinâmica de ocupação do território regional durante esse período.

Na região de São Félix do Xingu-PA, padrões de exploração econômica não baseados na devastação ambiental foram implantados com o início da extração da borracha, no final do século XIX. Não houve desmatamento sistemático no território xinguno e a sobrevivência dos povos ameríndios foi garantida por conflitos bélicos, nos casos em que ela ocorreu. Dentre os povos indígenas da região, os Kayapó são um exemplo bem documentado de interação sociedade-natureza baseada na preservação e nos usos não degradantes dos ecossistemas de vegetação nativa, o que sugere que eles foram agentes ativos na modificação de seus ambientes.

O *segundo período de disputas* abarca distintos regimes políticos, conformados por um padrão de dominação autocrático e desenvolvimentista (1930-1985).

Nesse período, houve no âmbito da sociedade civil brasileira uma expansão gradativa do número e da localização geográfica das organizações sociais ambientalistas constituídas desde que a primeira delas, a Sociedade dos Amigos da Árvore, foi criada em 1931. Apesar disso e da importante atuação política dessas organizações, elas continuaram sendo muitíssimo poucas para um país de dimensões continentais. Os povos ameríndios e tradicionais mantiveram ações em defesa de seus territórios e pela primeira vez na história nacional houve associação entre a retórica da proteção da natureza e as reivindicações territoriais ameríndias no processo político que culminou na criação do Parque Nacional do Xingu, na década de 1960.

No âmbito científico, houve o desenvolvimento de pesquisas que intensificaram a associação entre desmatamento e mudanças climáticas, mas elas não foram suficientemente divulgadas e nem suficientemente influentes durante o período de dominação desenvolvimentista. No âmbito das relações internacionais, o debate sobre a problemática ecológica somente se intensificou a partir de 1972, quando foi realizada a Conferência de Estocolmo. Entretanto, a política brasileira de manter relativa autonomia em relação à ordem internacional, vigente até o fim da década de 1980, impedia mudanças minimamente profundas na realidade ecológica nacional por pressão internacional.

Dois acontecimentos importantes do período associam-se ao âmbito legislativo, com a publicação dos primeiros Códigos Florestais brasileiros em 1934 e 1965. A aprovação desses atos normativos deu-se em contextos de modificação do regime político vigente, quando houve bloqueio provisório da influência das oligarquias agrárias nas instituições legislativas e participação decisiva de organizações ambientalistas na tramitação das propostas.

Instituições executivas também foram criadas no país durante a dominação autocrática e desenvolvimentista, mas elas não foram capacitadas para intervir sistematicamente na efetivação da legislação. Com isso, foram poucas as áreas estatais de proteção ambiental formalizadas, tendo em vista o tamanho do país, e isso ocorreu sobretudo a partir da década de 1970, durante o regime militar autoritário. No mesmo sentido, a capacitação das instituições de justiça iniciou-se somente ao final do período, com a edição da Política Nacional do Meio Ambiente em 1981. Tal fato impossibilitou atuação eficiente desses atores estatais antes disso.

Nesse contexto, a tendência manifesta da ordem econômica nacional durante a dominação autocrática e desenvolvimentista foi de continuidade da expansão predatória da fronteira agropecuária e de intensificação do ritmo da devastação dos ecossistemas nativos, em

relação aos períodos anteriores da história nacional, a despeito da grande diversidade regional que continuou presente no Brasil, como evidenciaram os casos investigados.

Na região de Ribeirão Preto-SP, a devastação ambiental empreendida para instalação de monoculturas agrícolas manteve-se presente, embora tenha havido mudança da monocultura dominante, do café para a cana-de-açúcar. Não houve nessa região, durante a dominação desenvolvimentista, a constituição de organizações ambientalistas que encabeçassem processos políticos de reivindicação por áreas privadas de proteção ambiental, tampouco houve a estruturação de instituições estatais com atuação na temática. Três áreas estatais de proteção da vegetação nativa de tamanho diminuto foram formalizadas nessa região nesse período.

Na região de São Félix do Xingu-PA, a preservação e o uso florestal não degradante foram as tendências mantidas nas parcelas do território sob domínio ameríndio, enquanto iniciativas extrativas continuaram ocorrendo no restante do território, ocupado pelas sociedades locais. Gradativamente, os Kayapó fortaleceram a consciência explícita da associação entre seu modo de vida e a proteção dos ecossistemas nativos, diferenciando-se das sociedades brasileiras em sua percepção da realidade, no que tange à interação sociedade-natureza, ao mesmo tempo em que consolidavam novas táticas de defesa de seus territórios. Os processos administrativos de demarcação das terras indígenas dos Kayapó, dos Parakanã e dos Araweté avançaram pouco durante o período de dominação desenvolvimentista.

O terceiro período das lutas em defesa da vegetação nativa é o contemporâneo, que se estende de 1985 até os dias atuais. Na tese, limitei a discussão ao íterim 1985-2010.

Mudanças estruturais ocorreram na realidade nacional a partir da transição política brasileira, possibilitando que se qualifique a primeira década do período contemporâneo como sendo um momento de transição ambientalista no país (1985-1995). Foram dois os eixos centrais dessa transição: a democratização política e a integração internacional.

A democratização política foi um amplo processo de reorganização das dinâmicas de interação sociopolíticas nacionais, pautado pela ampliação da liberdade e da participação. Seu principal marco é a promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu os alicerces institucionais da mais significativa democratização brasileira, evento sem precedentes na história nacional. Entre outros feitos, a Constituição Federal de 1988 garantiu a liberdade de pensamento, associação e manifestação; estabeleceu base normativa sólida para proteção ambiental; e autonomizou núcleos de poder estatal como o Judiciário e o Ministério Público.

A integração internacional foi um amplo processo de reorganização das dinâmicas de entrelaçamento entre o Brasil e a ordem internacional, pautado pela ampliação das trocas e da influência – política, econômica, cultural – da sociedade internacional sobre as decisões

políticas nacionais. Internacionalmente, a proteção ambiental ganhou importância política crescente desde a Conferência de Estocolmo, de 1972, sendo a proteção da Amazônia inscrita como uma das prioridades do ambientalismo global durante a década de 1980.

Durante o íterim 1985-1995 não ocorreu reforma ambiental no Brasil, embora tenham sido fortalecidos os processos de mudança estrutural que permitiram sua ocorrência a partir de 1995. Esses processos englobam eventos associados a inúmeros campos de conflito, nos quais se materializaram as rotinas e as tendências que caracterizam o período contemporâneo.

No âmbito social, houve entre 1985 e 2010 a gradativa ampliação do número das organizações sociais ambientalistas e das possibilidades políticas para sua atuação em rotinas de confronto e cooperação; houve a institucionalização e a profissionalização das entidades; houve a manutenção da prioridade da defesa da vegetação nativa na agenda das organizações; e houve o aumento da participação política da sociedade civil ambientalista, tornada cada vez mais decisiva no direcionamento das políticas ambientais. A ambientalização das lutas sociais ameríndias e das lutas das populações tradicionais, consolidada na década de 1980 num contexto de ampliação da importância política dos temas ecológicos e de ascensão da vertente “socioambiental” do ambientalismo, fortaleceu essas reivindicações multicentenárias. Essa crescente efervescência ambientalista marcou as décadas de 1980, 1990 e 2000 no Brasil.

No que tange à produção do conhecimento científico, na década de 1980 houve a consolidação de uma nova retórica de legitimação das demandas de defesa da vegetação nativa, fundamentada na proteção da biodiversidade e na proteção contra o aquecimento global, temas técnico-científicos alçados ao centro da problemática ecológica global durante esse período, como consequência das pesquisas realizadas em todo o mundo. Nas décadas de 1990 e 2000, a “nova” fundamentação científica da defesa dos ecossistemas nativos foi ampliada e divulgada, mantendo-se a tendência iniciada durante os anos 1980.

No âmbito das relações internacionais, a proteção da Amazônia foi tornada uma das prioridades do ambientalismo global durante a década de 1980, num contexto de crescente interesse das diversas sociedades nacionais de um mundo globalizado pelas temáticas ambientais. Inúmeras conferências e tratados internacionais foram firmados sobre defesa da vegetação nativa nas décadas de 1990 e 2000, ampliando a pressão internacional para que medidas de proteção fossem tomadas no Brasil. Entre os principais acontecimentos do período estão a realização da “Eco-92” e o financiamento promovido por meio do PPG7.

No âmbito legislativo, as décadas de 1980, 1990 e 2000 assinalaram a construção gradativa de uma sólida base normativa de proteção ambiental, produto de disputas parlamentares travadas com ampla participação das organizações sociais ambientalistas

atuantes no país. Compõem essa base normativa, estruturante da atuação das instituições estatais executivas e judiciais brasileiras, entre outras normas jurídicas: a Lei da Ação Civil Pública (1985), a Lei de Crimes Ambientais (1998), a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000) e as mudanças do Código Florestal das décadas de 1980 e 1990.

No que tange à atuação das instituições executivas brasileiras, permeadas pelas pressões nacionais possibilitadas pela democratização política e pelas pressões internacionais possibilitadas pela integração internacional, o íterim 1985-2010 marcou o desenvolvimento de enfrentamentos efetivos contra as irregularidades ambientais e a consolidação de uma política expressiva de constituição de áreas protegidas, por meio da demarcação de terras indígenas e de unidades de conservação. Um dos marcos na repressão estatal ao desmatamento foi a criação do Ibama em 1989 e a incorporação do sensoriamento remoto na sua atuação, ocorrida em 2004, no contexto das modificações promovidas pelo PPCDAm.

No âmbito judicial, autorizado no início da década de 1980 a atuar na seara cível dos conflitos ambientais, o Ministério Público brasileiro gradualmente incorporou a temática em suas rotinas de ação, passando a ajuizar ações civis públicas em defesa da vegetação nativa. Na década de 1990, com a criação do compromisso de ajustamento de conduta, a atuação extrajudicial dessa instituição judicial tornou-se mais importante e numericamente mais significativa do que a atuação propriamente judicial. A constante articulação com organizações sociais direcionou, fortaleceu e legitimou a intervenção ambientalista do Ministério Público, tornando-o um ator decisivo nas disputas das décadas de 1990 e 2000.

Esse amplo conjunto de mudanças estruturais materializadas entre as décadas de 1980 e 2000 nos âmbitos social, científico, internacional, legislativo, executivo e judicial, sob a égide dos processos de democratização nacional e de integração internacional da sociedade brasileira, forneceu as condições de possibilidade para a materialização de uma reforma ambiental no país.

Os casos das regiões de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA exemplificam a importância das mudanças estruturais ocorridas no Brasil a partir da década de 1980 para a efetivação dessa reforma ambiental, evidenciando a concretização local do ideário do desenvolvimento sustentável em lutas políticas regionais em defesa da vegetação nativa.

Na região de Ribeirão Preto-SP, foi na década de 1980 que se iniciaram os enfrentamentos políticos para efetivação da legislação florestal no que tange às áreas privadas de proteção ambiental, envolvendo articulações entre organizações sociais, instituições executivas estaduais e o Ministério Público Estadual. A ampla contrariedade do empresariado regional, preponderante desde o início dos enfrentamentos, foi convertida a partir da segunda metade da década de 1990 em adesão parcial às demandas, sobretudo no que tange às áreas de

preservação permanente (APP). Antes de 1980, não havia na região organizações ambientalistas em quantidade, instituições executivas ambientais e nem Ministério Público com atuação em temas ambientais. A existência dessas organizações sociais e instituições estatais e sua articulação e atuação conjunta construiu a reforma ambiental na região.

Na região de São Félix do Xingu-PA, foi somente a partir do início da década de 1990 que as homologações presidenciais das demarcações das terras indígenas do município passaram a ocorrer, num contexto de ampliação da pressão política nacional e internacional pela proteção dos povos ameríndios brasileiros. A atuação do Ibama, do Ministério Público Federal e de organizações sociais ambientalistas possuem na década de 1990 seus marcos inaugurais na região, o que foi decisivo para a diminuição do desmatamento municipal na década de 2000. Esses fatos somente são compreensíveis à luz das mudanças estruturais da realidade ambiental brasileira, produzidas a partir da transição política nacional.

Na segunda hipótese norteadora da realização dessa tese, afirmei que o *auge do êxito das lutas em defesa da vegetação nativa na história do Brasil ocorreu no período contemporâneo*, materializando no país, *a partir de 1995*, uma *tendência de reforma ambiental*, entendida como mudança positiva – limitada e politicamente constituída – da qualidade ambiental da ordem econômica nacional.

Foram três as expressões principais da reforma ambiental ocorrida no Brasil entre 1995 e 2010: a contenção do ritmo anual de desmatamento em todos os biomas brasileiros; a ampliação do reflorestamento e da regeneração natural em algumas regiões do país; e a mudança do perfil de emissões de gases-estufa no país, com sua redução substantiva.

Nesse período, no bioma Amazônia, o desmatamento anual experimentou uma primeira queda expressiva entre 1995 e 1997 e uma segunda queda expressiva, mais perene, a partir de 2004, atingindo em 2010 o cômputo de 7.000 km² eliminados, numa diminuição de cerca de 75% em relação ao pico de 27.772 km² desmatados em 2004. No bioma Mata Atlântica, o desmatamento anual baixou de 1.000 km² em 1995 para 151,8 km² em 2010, numa diminuição de cerca de 85%. No Cerrado, o desmatamento caiu de 29.495 km² para 10.055 km² em 2010, diminuição de cerca de 65%. Na Caatinga, entre 2002 e 2008, a média de desmatamento anual foi de 2.642 km² (total de 16.570 km² desmatados), com a diminuição de cerca de 28% para o período 2008-2009, quando houve desmatamento de 1.921 km² no bioma. No Pantanal, o desmatamento no período 2002-2008 foi de 4.279 km², com média anual de 713,1 km². Em 2008-2009, o desmatamento foi de 188 km², numa diminuição de cerca de 74%. No Pampa, o desmatamento no período 2002-2008 foi de 2.179 km², com média anual de 363,1 km², baixando um pouco, para 331 km², em 2008-2009.

Essa substantiva diminuição do desmatamento foi a causa principal da mudança do perfil de emissões de gases-estufa pela sociedade brasileira, ocorrida nesse período, quando houve diminuição substantiva das emissões na categoria “mudança de uso da terra”.

A última expressão principal da reforma ambiental brasileira foi a ampliação do reflorestamento e da regeneração natural em algumas regiões do país. Isso ocorreu em locais como o estado de São Paulo, onde a ampliação anual da área ocupada com vegetação nativa passou a ser mais significativa, quantitativamente, do que a redução anual da área de vegetação nativa por desmatamento, a partir da década de 1990, levando alguns autores a falarem em “transição florestal”, entendida como “mudança nas características de uso da terra de uma constante redução da cobertura florestal para um período em que predomina a expansão das florestas” (Farinaci e Batistella, 2012, p. 695).

A despeito da importância da reforma ambiental brasileira, seus limites também são significativos, uma vez que a mudança da realidade agrária foi apenas parcial.

São três os fatos principais que caracterizam a parcialidade da reforma ambiental do período 1995-2010: o ataque à vegetação nativa continuou existindo no Brasil, em todos os biomas, durante o período; nos biomas mais preservados do país, não houve uma transição produtiva para uma dinâmica de exploração sustentável da natureza, baseada no aproveitamento econômico da diversidade biológica; nos biomas menos preservados do país, não houve um movimento suficientemente forte de incentivo ao reflorestamento.

A manutenção da devastação ambiental no país durante o próprio período de reforma ambiental é o indicador mais importante da parcialidade da reforma ambiental brasileira: enquanto houver devastação e uso não degradante dos ecossistemas nacionais, não será possível falar de uma reforma ambiental plena, pois a mudança do padrão de produção agropecuária no sentido da incorporação integral de práticas de proteção ambiental na realidade agrária demanda a eliminação do ataque à vegetação nativa.

A não consolidação de práticas sistemáticas de aproveitamento econômico da diversidade biológica dos ecossistemas de vegetação nativa brasileiros é outro indicador importante da parcialidade da reforma ambiental do período 1995-2010.

Nos biomas mais densamente ocupados com vegetação nativa, sobretudo na Amazônia, a mudança da lógica de utilização econômica da terra é essencial e poucos passos foram dados nesse sentido. Nem mesmo a regularização fundiária, indispensável para a responsabilização ambiental, foi feita no bioma Amazônico, mantendo-se ali a ilegalidade e a instabilidade política e jurídica que historicamente caracterizaram a ocupação fundiária da região.

A não ocorrência de um movimento mais intenso de reflorestamento dos ecossistemas nativos mais afetados pela devastação produtivista é, por fim, o terceiro indicador importante da parcialidade da reforma ambiental brasileira. Estando corretos os estudos científicos que indicam se situar em 30% e entre 60% e 70% os dois limiares de ocupação com vegetação nativa, abaixo dos quais ocorre perda consistente na capacidade de reprodução satisfatória das espécies de fauna e flora (Metzger, 2010), a tendência de médio prazo é a debilitação da diversidade biológica da maior parte dos biomas brasileiros, especialmente da Mata Atlântica, já situada bastante abaixo do liminar mínimo de 30%.

Outra característica fundamental da reforma ambiental brasileira do período 1995-2010 é sua constituição política, uma vez que ela é fruto dos processos históricos de luta em defesa da vegetação nativa no Brasil, que opõem os agentes interessados em materializar a predação da natureza aos agentes interessados em materializar a defesa ambiental.

Embora exista no Brasil ao menos desde a segunda metade do século XIX, quando foi criado o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, instituição responsável por vocalizar críticas substantivas ao desmatamento, uma parcela do empresariado nacional caracterizada pela ocupação ativa com a proteção ambiental, esses setores não obtiveram êxito em direcionar o padrão de ocupação agropecuária brasileira conforme suas percepções ambientalizadas.

Foi somente com o conjunto de ações e de iniciativas políticas articuladas a nível nacional por organizações sociais, instituições executivas, instituições judiciais, instituições legislativas, instituições científicas e, também, por agentes produtivos ambientalizados, que a defesa da vegetação nativa foi efetivamente inscrita na pauta da maior parte do empresariado nacional, que passou a se ocupar das áreas de proteção ambiental. Manifestações públicas, leis, autuações, multas, embargos, ações judiciais, acordos, estudos científicos e uma série de outras ações materializaram os conflitos e produziram a reforma ambiental, uma modificação produtiva politicamente constituída, forjada por disputas que atravessaram o país.

Os estudos de caso da região de Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA permitiram compreender toda essa complexidade da reforma ambiental brasileira.

Na região de Ribeirão Preto-SP, foram três as manifestações principais da reforma ambiental: houve aumento da área regional ocupada com vegetação nativa, que cresceu 57,4% entre 1990 e 2009, passando de 2.112,17 km² para 3.325,63 km²; houve diminuição da área de cana colhida com queima prévia, que se tornou minoritária no cômputo total regional ao fim da década de 2000; e houve materialização de algumas experiências destacadas de produção agrícola sustentável, como a do grupo Balbo (Usina São Francisco, marca “Native”) e as dos assentamentos rurais PDS Sepé Tiarajú e PDS da Barra, vinculados ao MST.

Os limites locais da reforma ambiental também são evidentes nessa região: em inúmeros municípios, a tendência de devastação dos ecossistemas de vegetação nativa para ampliação da fronteira agropecuária foi mais significativa, quantitativamente, do que a tendência de recomposição da vegetação; e o movimento regional de recuperação das áreas preservadas não foi suficientemente sólido para situar os patamares regionais de preservação florestal acima dos limites considerados minimamente satisfatórios para a reprodução da biodiversidade, segundo o conhecimento científico contemporaneamente hegemônico.

A constituição política das mudanças da ordem econômica regional também é evidente no caso da região de Ribeirão Preto-SP. Houve, por parte da maioria do empresariado regional, resistência aberta às demandas de efetivação das áreas privadas de proteção da vegetação nativa e de eliminação da queima da cana nos territórios de produção agropecuária desde a década de 1980, quando as iniciativas de efetivação da legislação florestal começaram na região.

Foi a consistente articulação entre organizações ambientalistas, instituições executivas estaduais e instituições judiciais, operada desde esse período, a responsável por quebrar essa resistência e ampliar a adesão dos proprietários rurais da região às demandas ambientalistas.

Foram instaurados milhares de processos extrajudiciais e ajuizadas milhares de ações civis públicas sobre esses temas, em múltiplos municípios, levando ao cotidiano de milhares de produtores rurais, diretamente, pressões e coerções para cumprimento da legislação florestal. Em alguns municípios da região, como em Franca-SP e em São Carlos-SP, a totalidade dos proprietários rurais foi instada, até o final da década de 2000, a comprovar a regularidade ambiental de seus imóveis perante o Ministério Público ou perante o DEPRN. Em outros municípios, como em Batatais-SP e em Ribeirão Preto-SP, embora as demandas não tenham atingido a totalidade das propriedades rurais, atingiram uma parcela significativa deles.

Essa movimentação política intensa e conflitiva foi absolutamente decisiva para incentivar, em muitos casos, e coagir, em muitos outros casos, os produtores rurais da região a alterarem, ainda que parcialmente, suas rotinas produtivas.

Em São Félix do Xingu-PA, a reforma ambiental manifestou-se localmente na diminuição do ritmo anual de desmatamento sistemático das florestas durante a década de 2000, baixando de 1.690 km² desflorestados em 2001 para 353 km² em 2010, redução de 79,11%.

Nesse município paraense, a constituição política da reforma ambiental local também é evidente, tendo a intervenção ambientalista sido concretizada em torno de três eixos principais de ação: a constituição de terras indígenas, áreas ameríndias de proteção da vegetação nativa; a constituição de unidades de conservação de proteção integral, áreas estatais de proteção ambiental; e a ampliação da repressão estatal ao desmatamento ilegal dos ecossistemas.

Tais iniciativas envolveram diretamente os povos ameríndios Kayapó, Parakanã e Araweté, as populações tradicionais ribeirinhas conhecidas como “beiradeiros”, organizações ambientalistas, instituições executivas federais, instituições policiais e militares, instituições judiciais e um conjunto grande de outros agentes, que realizaram as disputas políticas com os agentes interessados na predação dos ecossistemas regionais, fazendeiros e madeireiros.

As principais limitações da mudança da ordem econômica de São Félix do Xingu-PA no período 1995-2010 foram duas: houve a persistência de significativo desmatamento dos ecossistemas municipais ao final do período, uma vez que os 353 km² eliminados em 2010 mantiveram São Félix do Xingu-PA como o município brasileiro com maior índice de desmatamento nesse ano; e não houve a constituição de uma dinâmica local de exploração da natureza baseada no aproveitamento econômico da biodiversidade, mantendo-se a hegemonia da pecuária e a baixíssima adoção de práticas agrícolas conservacionistas.

Comparando-se Ribeirão Preto-SP e São Félix do Xingu-PA é possível indicar que, enquanto na região paulista, a presença de agentes sociais localmente enraizados e de agentes estatais estaduais foi muito mais expressiva; no município paraense, as principais ações de intervenção ambientalista foram realizadas por agentes estatais federais, com a colaboração de agentes locais (como os povos ameríndios) e de agentes sociais não sediados localmente.

Outra diferença importante diz respeito ao tipo de área de proteção envolvida nas disputas de cada uma dessas regiões. Em Ribeirão Preto-SP os conflitos envolveram, sobretudo, áreas privadas de proteção ambiental, gerando ampliação da recomposição dos ecossistemas nativos, num contexto de grande devastação regional. Em São Félix do Xingu-PA, por outro lado, os conflitos envolveram áreas ameríndias e estatais de proteção ambiental. Eles resultaram em diminuição do desmatamento, num contexto de preservação regional da mata nativa.

A despeito da importância da reforma ambiental brasileira, ocorrida em todo o território nacional, de Ribeirão Preto-SP a São Félix do Xingu-PA, é necessário enfatizar que a fúria da devastação foi apenas contida, e não eliminada da realidade brasileira. Os impulsos e os interesses de predação da natureza seguiram presentes e influentes no país. O uso degradante e a devastação dos ecossistemas nativos jamais cessaram. Como o fogo de que se constituem, basta o devido estímulo por “substâncias inflamáveis” para que os processos políticos de ataque à vegetação nativa intensifiquem o ardor de sua combustão. É o que está ocorrendo no Brasil a partir de 2010, no contexto de um *movimento de contrarreforma ambiental*...

Referências

- ABREU, M. DE A. A cidade, a montanha e a floresta. *In*: ABREU, MAURICIO DE ALMEIDA (Ed.). . **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992. .
- ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 68, p. 103–119, 2010.
- ALARCON, D. F.; TORRES, M. “**Não tem essa lei no mundo, rapaz!**”: a Estação Ecológica da Terra do Meio e a resistência dos beiradeiros do alto Rio Iriri. São Paulo; Altamira-PA: ISA - Instituto Socioambiental; Amora - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio, 2014.
- ALENCAR, A. *et al.* Mapping three decades of changes in the brazilian savanna native vegetation using landsat data processed in the google earth engine platform. **Remote Sensing**, v. 12, n. 6, 2020.
- ALLEGRETTI, M. H. Reservas extrativistas: uma proposta de desenvolvimento para a floresta Amazônica. **São Paulo em perspectiva**, v. 3, n. 4, p. 23–29, 1989.
- ALMEIDA, M. W. B. DE. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 55, p. 33–52, 2004.
- ALONSO, A. Hybrid Activism: Paths of Globalisation in the Brazilian Environmental Movement. **IDS Working Papers**, v. 2009, n. 332, p. 01–49, 2009.
- ALONSO, A.; COSTA, V. Ciências Sociais e Meio Ambiente no Brasil: um balanço bibliográfico. **BIB - Revista Brasileira de Informações Bibliográficas em Ciências Sociais, ANPOCS**, v. 53, n. 1, p. 35–78, 2002.
- ALONSO, A.; COSTA, V.; MACIEL, D. A. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos Estudos**, v. 79, n. Novembro, p. 151–167, 2007.
- ALONSO, A.; MACIEL, D. From protest to professionalization: Brazilian Environmental activism after Rio-92. **Journal of Environment and Development**, v. 19, n. 3, p. 300–317, 2010.
- ANDERSON, A. B.; POSEY, D. A. Manejo de cerrado pelos índios Kayapó. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Botânica**, v. 2, n. 1, p. 77–98, 1985.
- ANDRADE, E. N. DE. **Utilidade das Florestas** São Paulo Typ. Alongi, , 1912.
- _____. **Questões Florestaes**. São Paulo: Typ. Messina Pallottini & C., 1915.
- ANDRADE FRANCO, J. L. DE; DRUMMOND, J. A. O cuidado da natureza: a Fundação

Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil: 1958-1992. **Textos de História**, v. 17, n. 1, p. 59–84, 2009.

ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. DE. **Lutas ecossociais no contexto do agronegócio canavieiro: (re)odenação social nas lutas contra a queima da cana-de-açúcar e por uma reforma agrária ambientalizada**. Franca, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2013.

_____. **Onde tem fumaça tem fogo: as lutas pela eliminação da queima da cana-de-açúcar**. São Paulo: FAP-Unifesp, 2016.

ARAÚJO, S. M. V. G. **Coalizões de advocacia na formulação da política nacional de biodiversidade e florestas**. Brasília, Universidade de Brasília, 2007.

_____. **Política ambiental no Brasil no período 1992-2012: um estudo comparado das agendas verde e marrom**. Brasília, Universidade de Brasília, 2013.

ARCHANJO, E. C. O. F. **Oriximiná Terra de Negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)**. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2015.

ARENZ, K. H. O primeiro quilombo reconhecido: a comunidade Boa Vista e os missionários do verbo divino no Alto Trombetas em Oriximiná, Pará, 1980-1995. **Canoa do tempo**, v. 10, n. 2, p. 56–78, 2018.

ASSUNÇÃO, J.; GANDOUR, C.; ROCHA, R. DETERring Deforestation in the Brazilian Amazon: Environmental Monitoring and Law Enforcement: Executive Summary. **Climate Policy Initiative**, n. May, p. 1–36, 2013.

AWI, F. O poder do dinheiro e do revólver no Alto Xingu. **O Globo**, p. 14, 20 maio 2007.

AZEVEDO, F. Introdução. In: AZEVEDO, F. (Ed.). **As ciências no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955. p. 7–40.

AZEVEDO, T. R. DE. **Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa no Brasil 1990-2011**. [s.l.: s.n.].

BANNER, H. Mitos dos índios Kayapó. **Revista De Antropologia**, v. 5, n. 1, p. 37–66, 1957.

BARRETO, P.; ARAÚJO, E. **O Brasil Atingirá sua Meta de Redução do Desmatamento ?** Belém: Imazon, 2012. v. 1

BARRETO, P.; GIBBS, H. **Como melhorar a eficácia dos acordos contra o desmatamento associado à pecuária na Amazônia?** Belém; Madison: Imazon; University of Wisconsin, 2015.

BARRETO, P.; PEREIRA, R.; ARIMA, E. **A pecuária e o desmatamento na Amazônia na era das mudanças climáticas**. Belém: Imazon, 2008.

BARRETO, P.; SILVA, D. **Will cattle ranching continue to drive deforestation in the**

Brazilian Amazon?Change. Anais...Clermont Ferrand: 2010

BONELLI, A. **Funatura: 30 anos, 1986-2016**. Brasília: Funatura, 2016.

BOUCHER, D. *et al.* Histórias de sucesso no âmbito do desmatamento. **Greentips**, p. 1–55, 2014.

BRAILOVSKY, A. E. **Historia ecológica de Iberoamérica: de los Mayas al Quijote**. 2. ed. Buenos Aires: Kaicron, 2012.

BUTTEL, F. H. Environmental sociology and the explanation of environmental reform. **Organization and Environment**, v. 16, n. 3, p. 306–344, 2003.

CANUTO, J. C.; ÁVILA, P. C.; CAMARGO, R. C. R. DE. **Assentamentos rurais sustentáveis: o processo de construção participativa do conhecimento agroecológico e o monitoramento de unidades de referência no Assentamento Sepé Tiaraju-SP**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2013.

CAPOBIANCO, J. P. R. *et al.* **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CARNEIRO, L. **Offício do Presidente da Comissão Legislativa, Sr. Dr. Levi Carneiro, ao Sr. Ministro da Justiça**. Rio de JaneiroDiário Oficial de 26 de abril de 1933, , 1933.

CARVALHO, A. P. DE. **Rótulos ambientais orgânicos: como ferramenta de acesso a mercados de países desenvolvidos**. São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, 2007.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, M. C. P. DE. **Bairros negros no Vale do Ribeira: do “escravo” ao “quilombo”**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

CASTRO, E. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n. 2, p. 5–39, 2005.

CASTRO, E. R.; MONTEIRO, R.; CASTRO, C. P. Atores sociais na fronteira mais avançada do Pará: São Félix do Xingu e a Terra do Meio. **Papers do NAEA**, Papers do NAEA. v. 180, n. outubro, 2004.

CASTRO, E. V. DE. **Araweté**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Araweté>>. Acesso em: 20 jun. 2019.

CIRNE, M. B. História constitucional brasileira do capítulo sobre o meio ambiente. **Revista de Direito Ambiental**, v. 83, 2016.

COHN, G. **Crítica e resignação: Max Weber e a teoria social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

- COSTA, F. DE A. **Formação agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: NAEA, 2012.
- COTTON, C.; ROMINE, T. **Face a face com a destruição**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/face-face-com-destruicao-relatorio-greenpeace-sobre-companhias-multinacionais>>.
- COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. **Acta Botânica Brasileira**, v. 20, n. 1, p. 13–23, 2006.
- CUNHA, M. C. DA. **Índios no Brasil: história, direitos e cidadania**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- _____. Terra indígena: história da doutrina e da legislação. In: CUNHA, M. C. DA; BARBOSA, S. R. (Eds.). **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Unesp, 2018. .
- CUNHA, M. C. DA; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. *et al.* (Eds.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios**. São Paulo: Estação Liberdade : Instituto Socioambiental, 2001. p. 184–193.
- CUNHA, M. C. DA; BARBOSA, S. R. **Direitos dos povos indígenas em disputa**. São Paulo: Editora da Unesp, 2018.
- CUNHA, P. R. **O Código Florestal e os processos de formulação do mecanismo de compensação de reserva legal (1996-2012): ambiente político e política ambiental**. São Paulo, Universidade de São Paulo (USP), 2013.
- DAGNINO, R. DE S. *et al.* **A ação dos atores envolvidos no processo de criação de Unidades de Conservação na região da Terra do Meio (Estado do Pará)**. V Encontro Nacional da Anppas. **Anais...** Florianópolis: 2010
- DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. São Paulo: Nobel, 1989.
- _____. A conservação das florestas no sudeste do Brasil, 1900-1955. **Revista de História**, v. 133, p. 103–115, 1995.
- _____. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- Diário do Congresso Nacional**, 1982.
- DIEGUES, A. C. *et al.* **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo: NUPAUB, 1999.
- _____. **O mito moderno da natureza intocada**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.
- DIEGUES, A. C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000.

- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- DRUMMOND, J. A. A visão conservacionista (1920 a 1970). In: SVIRSKY, E.; CAPOBIANCO, J. P. R. (Eds.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental : Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997a. p. 19–26.
- _____. **Devastação E Preservação Ambiental: os parques nacionais do estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Eduff, , 1997b.
- DRUMMOND, J. A.; FRANCO, J. L. DE A.; NINIS, A. B. **O Estado das Áreas Protegidas do Brasil - 2005**. Brasília: 2005.
- _____. Brazilian federal conservation units: A historical overview of their creation and of their current status. **Environment and History**, v. 15, n. 4, p. 463–491, 2009.
- DRUMMOND, J.; BARROS-PLATIAU, A. F. Brazilian environmental laws and policies, 1934-2002: A critical overview. **Law and Policy**, v. 28, n. 1, p. 83–108, 2006.
- DUTRA E SILVA, S.; FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. Devastação Florestal no oeste brasileiro: colonização, migração e a expansão da fronteira agrícola em Goiás. **Hib. Revista de História Ibero-americana**, v. 8, n. 2, 2015.
- EMBRAPA. **Atribuição das terras do brasil**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/gite/projetos/atribuicao/index.html>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- ESCADA, M. I. S. *et al.* Processos de ocupação nas novas fronteiras da Amazônia (o interflúvio do Xingu/Iriri). **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 9–23, 2005.
- FARINACI, J. S. **As novas matas do Estado de São Paulo: Um estudo multiescalar sob a perspectiva da Teoria da Transição Florestal**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2012.
- FARINACI, J. S.; BATISTELLA, M. Variação na cobertura vegetal nativa em São Paulo: um panorama do conhecimento atual. **Revista Árvore**, v. 36, n. 4, p. 695–705, 2012.
- FAUSTO, C. **Parakanã**. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parakanã>>. Acesso em: 20 jun. 2019.
- FEARNSIDE, P. M. Desmatamento na Amazônia brasileira: história, índices e consequências. In: FEARNSIDE, P. M. (Ed.). **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica**. Manaus: INPA, 2020. p. 7–19.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2006.
- FERREIRA, L. DA C. **A questão ambiental**. São Paulo: Boitempo, 1998.

____. **Ideias para uma sociologia da questão ambiental no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2006.

FERREIRA, L. DA C.; TAVOLARO, S. B. F. Environmental concerns in contemporary Brazil: An insight into some theoretical and societal backgrounds (1970s-1990s). **International Journal of Politics, Culture and Society**, v. 19, n. 3–4, p. 161–177, 2008.

FERREIRA, LEILA DA COSTA; FERREIRA, LÚCIA DA COSTA. Águas Revoltas: Um Balanço Provisório da Sociologia Ambiental no Brasil. **BIB, São Paulo**, n. 54, p. 83–100, 2002.

FERRI, M. G. A Botânica no Brasil. *In*: AZEVEDO, F. (Ed.). . **As ciências no Brasil**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955. p. 149–200.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**, v. 16, n. 35, p. 34–82, 2014.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Nova York: Oxford University, 2012.

FRANCO, J. L. DE A. O conceito de biodiversidade e a história da biologia da conservação: da preservação da. **História (São Paulo)**, v. 32, n. 1980–4369, p. 21–48, 2013.

FRANCO, J. L. DE A.; DRUMMOND, J. A. Preocupações com a proteção à natureza e com o uso dos recursos naturais na Primeira República brasileira. **Textos de História**, v. 12, n. 1–2, p. 145–166, 2004.

____. Wilderness and the brazilian mind (II) the first Brazilian conference on nature protection (Rio De Janeiro, 1934). **Environmental History**, v. 14, n. 1, p. 82–102, 2009a.

____. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2009b.

FRANCO, J. L. DE A.; SCHITTINI, G. DE M.; BRAZ, V. DA S. História da conservação da natureza e das áreas protegidas: panorama geral. **Historiae, Rio Grande**, v. 6, n. 2, p. 233–270, 2015.

FRANCO, M. S. DE C. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1997.

FUNDAÇÃO SOS MATA ATLÂNTICA; INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Evolução dos remanescentes florestais e ecossistemas associados do domínio da Mata Atlântica no período 1985-1990 - relatório**. São Paulo: [s.n.].

GARFIELD, S. A Nationalist Environment: Indians, Nature, and the Construction of the Xingu National Park in Brazil. **Luso-Brazilian Review**, v. 41, n. 1, p. 139–167, 2005.

GIBBS, H. K. *et al.* A moratória da soja no Brasil: a governança da cadeia de abastecimento é necessária para evitar o desmatamento. **Science**, p. 377–378, 2015.

GIRALDIN, O. Renascendo das cinzas. Um histórico da presença dos cayapó-panara em Goiás

e no Triângulo Mineiro. **Sociedade e Cultura**, v. 3, n. 1 e 2, p. 161–184, 2000.

GOULART, M. P. **Ministério Público e democracia: teoria e práxis**. Leme: Editora de Direito, 1998.

GREENPEACE. **Parceiros no crime: a extração ilegal de mogno - a Amazônia à mercê de “acordos entre cavalheiros”**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <<https://documentacao.socioambiental.org/documentos/10D00483.pdf>>.

GROGAN, J.; BARRETO, P.; VERÍSSIMO, A. **Mogno na Amazônia brasileira: Ecologia e Perspectivas de Manejo**. Belém: Imazon, 2002.

GUILLAUMON, J. R. **A crise energética e a destruição da cobertura vegetal na região de Ribeirão Preto, no período de 1962 a 1984**. Congresso Brasileiro de Defesa do Meio Ambiente. **Anais...** Rio de Janeiro: 1989

HAMÚ, D. *et al.* **Monitoramento das alterações da cobertura vegetal e uso do solo na Bacia do Alto Paraguai - Porção Brasileira - Período de Análise: 2002 a 2008**. Brasília: CI - Conservação Internacional, ECOA - Ecologia e Ação, Fundación AVINA, Instituto SOS Pantanal, WWF-Brasil, 2009.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology**. 3. ed. Nova York: Routledge, 2014.

HEYNEMANN, C. B. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

HIROTA, M. M. *et al.* **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica - período 2008-2010**. São Paulo: 2011.

HOLANDA, S. B. DE. **Raízes do Brasil**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

IANNI, O. **Origens agrárias do Estado brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE; IPEA. **As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil 2010**. Rio de Janeiro: 2012.

IMPÉRIO DO BRAZIL. **Recenseamento do Brasil em 1872**. IBGE, 1872.

Índios encerram reunião com “Declaração de Altamira”. **Folha de São Paulo**, 25 fev. 1989.

INPE. **Avaliação da alteração da cobertura florestal na Amazônia Legal utilizando sensoriamento remoto orbital**. São José dos Campos: Disponível em: <<https://acervo.socioambiental.org/acervo/documentos/avaliacao-da-alteracao-da-cobertura-florestal-na-amazonia-legal-utilizando>>. INPE, 1989.

INPE; EMBRAPA. **TerraClass 2012**. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1007625/levantamento-de-informacoes-de-uso-e-cobertura-da-terra-na-amazonia---2012>>. Brasília: 2012.

INPE; IBAMA. **Desflorestamento 1995-1997 - Amazônia**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/prodes/pdfs/prodes1995-1997.pdf>>.

INPE, S. M. A. /. **Atlas dos remanescentes florestais da Mata Atlântica: período 2016-2017, relatório técnico. Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto de Pesquisas Espaciais**. Disponível em: <http://mapas.sosma.org.br/site_media/download/Atlas_Mata_Atlantica_2016-2017_relatorio_tecnico_2018_final.pdf>. São Paulo: 2018.

JACOBI, P. Movimento ambientalista no Brasil: representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas. *In*: RIBEIRO, W. (Ed.). . **Patrimônio Ambiental Brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2003.

JENKINS, C. N.; JOPPA, L. Expansion of the global terrestrial protected area system. **Biological Conservation**, v. 142, n. 10, p. 2166–2174, 2009.

KRONKA ET AL, F. J. N. **Inventário Florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Instituto Florestal, 1993.

KRONKA, F. J. . *et al.* **Inventário florestal do Estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente; Instituto Florestal, 1993.

KRONKA, F. J. N.; NALON, M. A.; MATSUKUMA, C. K. **Áreas de domínio do cerrado no estado de São Paulo**. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998.

LAGES, J. A. **Ribeirão Preto: da Figueira à Barra do Retiro**. São Paulo: Nelpa, 2010.

____. **Ribeirão Preto revisitada**. Ribeirão Preto: Nova Enfim, 2016.

LEA, V. R. **Riquezas intangíveis de pessoas partíveis: os Mebêngôkre (Kayapó) do Brasil Central**. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2012.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEME, H. DE A. **Encaminhamento de anteprojeto de lei**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-exposicaodemotivos-149358-pl.html>>. 1965.

LEONARDI, V. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Editora UnB / Paralelo 15, 2013.

LEONARDI, V. P. DE B. **Entre árvores e esquecimentos: a Modernidade e os povos indígenas no Brasil. História social dos sertões**. 2. ed. Brasília: Editora UnB / Paralelo 15, 2016.

LESSA, R. **Amazônia: as raízes da destruição**. São Paulo: Atual, 1991.

- LOSEKANN, C. **Ambientalistas em movimento no Brasil: entrelaçamentos e tensões entre o estado e a sociedade durante o governo Lula**. Curitiba: Appris, 2014.
- LOVEJOY, T. E.; NOBRE, C. Amazon tipping point. **Science Advances**, v. 4, n. 2, p. 1–2, 2018.
- LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado. **Actuel Marx**, v. II, p. 73–80, 1995.
- MACEDO, M. R. A. *et al.* Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará. **Revista NERA**, v. 16, n. 22, p. 96–111, 2013.
- MACIEL, D. A. **Ministério Público e sociedade: a gestão de conflitos ambientais em São Paulo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.
- MAGALHÃES, J. P. **Comentários ao Código Florestal (Lei n. 4.771, de 15/9/65)**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.
- MAGNANI, A. **A Mata Atlântica no ano internacional das florestas**. Brasil, 2011.
- MAIA, H. *et al.* **Avaliação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAm 2007-2010**. Brasília: IPEA, CEPAL, GIZ, 2011.
- MANIGLIA, E. Atendimento da função social pelo imóvel rural. *In*: BARROSO, L. A.; MIRANDA, A. G. DE; SOARES, M. L. Q. (Eds.). **O direito agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 25–44.
- _____. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.
- _____. Os aspectos jurídico-políticos da reforma agrária no Brasil. *In*: SEVERI, F. C.; ANDRADE JÚNIOR, J. R. P. DE; SILVA, A. P. S. DA (Eds.). **O agrário e o ambiental no século XXI: estudos e reflexões sobre a reforma agrária**. Curitiba: CRV, 2013. p. 43–56.
- MARCONDES, R. L. A estrutura fundiária e cafeeira de dois municípios do oeste paulista: Campinas e Ribeirão Preto no início do século XX. **Revista de História**, n. 165, p. 403–424, 2011.
- MARCONDES, R. L.; OLIVEIRA, J. H. C. DE. Trocando de mãos: o mercado de imóveis rurais em Ribeirão Preto (1874-1930). **Economia e Sociedade**, v. 22, n. 1 (47), p. 263–285, 2013.
- MARÉS, C. F. **A função social da terra**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003.
- MARTINS, J. DE S. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto, 2016.
- MARTINS, R. C.; CUNHA, L. H. Ruralidades e meio ambiente: a constituição de um campo

de investigação na sociologia. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, n. 92, p. 1–29, 2020.

MCCORMICK, J. **Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014.

MELGES, A. M. C. *et al.* Transição florestal no estado de SP: artefato ou realidade? **Simposio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 15 (SBSR)**, n. Bensusan 2008, p. 1547–1554, 2011.

MENEZES, M. L. P. **Parque indígena do Xingu: a construção de um território estatal**. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MERCADANTE, M. Uma década de debate e negociação: a história da elaboração da lei do SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Ed.). **. Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 190–231.

MERTENS, B. *et al.* Crossing spatial analyses and livestock economics to understand deforestation processes in the Brazilian Amazon: The case of São Félix do Xingú in South Pará. **Agricultural Economics**, v. 27, n. 3, p. 269–294, 2002.

METZGER, J. P. O Código Florestal tem base científica? **Natureza & Conservação**, v. 8, n. 1, p. 92–99, 2010.

MILESKI, E. *et al.* **Plano de manejo para usos múltiplos da Florestal Nacional Tapirapé-Aquiri**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/flona_tapirape-aquiri.pdf>.

MILLIET, S. **Roteiro do café e outros ensaios**. 3. ed. São Paulo: Bipa, 1946.

MIO, G. P. DE. **O inquérito civil e o termo de ajustamento de conduta como instrumentos efetivos para resolução de conflitos ambientais: a experiência da Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Carlos-SP**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2005.

MIYAMOTO, S. Amazônia, política e defesa. In: NASCIMENTO, D. M. (Ed.). **. Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 2008. p. 65–98.

MMA. **Plano de Ação para prevenção e controle do desmatamento e das queimadas: Cerrado**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/201/_arquivos/ppcerrado_201.pdf>.

____. **Subsídios para a Elaboração do Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Caatinga**. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/estruturas/168/_arquivos/diagnostico_do_desmatamento_na_caatinga_168.pdf>. Brasília: 2010.

- MONTEIRO FILHO, A. **Exposição de motivos**. Disponível em: <<https://codigoflorestal.files.wordpress.com/2010/02/exposicao-de-motivos-do-codigo-florestal-de-1965.pdf>>. 1962.
- NAVARRO, J. G. DE M. **Discurso sobre o melhoramento da economia rústica do Brasil: pela introdução do arado, refórma das fornalhas e conservação de suas mattas**. Lisboa: Of. de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.
- NEIVA, A. O.; BRUSNELLO, L. D.; MENDONÇA, F. C. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Parna_Serra_do_Pardo_18092015.pdf>.
- NEPSTAD, D. *et al.* Slowing Amazon deforestation through public policy and interventions in beef and soy supply chains. **Science**, v. 344, n. 6188, p. 1118–1123, 2014.
- NEVES, R. C. **O ícone Raoni: líder indígena mebêngôkre no cenário global**. [s.l.] Universidade de Campinas, 2014.
- NOBRE, A. D. **O Futuro Climático da Amazônia**. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/futuro-climatico-da-amazonia.pdf>>. Articulación Regional Amazónica, 2014.
- NUNES, W. DA S. **Conversando com o Xingu**. Belém: Unigraf, 1998.
- OEYNHAUSEN, J. C. A.; ANDRADA E SILVA, J. B. DE; JORDÃO, M. R. **Lembranças e apontamentos do governo provisório da provincia de Sao Paulo para os seus deputados** Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1821. Disponível em: <<https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/4175>>
- PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. *In*: PÁDUA, J. A. (Ed.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; IUPERJ, 1987. .
- _____. **Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- _____. Defensores da Mata Atlântica no Brasil Colônia. **Nossa História**, n. 6, 2004.
- _____. Pensamento ilustrado e crítica da destruição florestal no Brasil colonial. **Nômadias**, n. 22, p. 152–163, 2005.
- _____. Pitfalls and Opportunities in the Use of the Biodiversity Concept as a Political Tool for Forest Conservation in Brazil. *In*: MARTIN, G.; MINCYTE, D.; MÜNSTER, U. (Eds.). **Why Do We Value Diversity? Biocultural Diversity in a Global Context**. [s.l.] RCC Perspectives, 2012. p. 25–29.

____. A Mata Atlântica e a Floresta Amazônica na construção do território brasileiro: Estabelecendo um marco de análise. **Revista de Historia Regional**, v. 20, n. 2, p. 232–251, 2015.

PARKER, E. Forest Islands and Kayapó Resource Management in Amazonia: A Reappraisal of the Apêê. **American Anthropologist**, v. 94, n. 2, p. 406–428, 1992.

____. Fact and Fiction in Amazonia: The Case of the Apêê. **American Anthropologist**, v. 95, n. 3, p. 715–723, 1993.

PEREIRA, N. DE O. M. **Uma visão espacial e sociodemográfica da população indígena no Brasil, com base no Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf>. IBGE, 2016.

PEREIRA, O. D. **Direito florestal brasileiro (ensaio)**. Rio de Janeiro: Borsoi, 1950.

PERES, G.; BRASILEIRO, F. DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I). n. Seção I, p. 4914–4920, 1989.

PIATTO, M.; SOUZA, L. I. DE. **10 Anos da Moratória da Soja na Amazônia: Histórias, Impactos e a expansão para o Cerrado**. Piracicaba: Imazon, 2017.

PILATTI, A. **A Constituinte de 1987-1988: progressistas, conservadores, ordem econômica e regras do jogo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PIZZI, P. A. **Cadastro nacional de instituições ambientalistas**. Curitiba: Mater Natura : WWF - Fundo Mundial para a Natureza, 1992.

____. **Ecolista - Cadastro Nacional de Instituições Ambientalistas**. 2. ed. Curitiba: WWF, 1996.

POSEY, D. A. Os Kayapós e a natureza. **Ciência Hoje**, v. 2, n. 12, p. 35–41, 1984.

____. Indigenous management of tropical forest ecosystems: the case of the Kayapó indians of the Brazilian Amazon. **Agroforestry Systems**, v. 3, p. 139–158, 1985.

____. Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição. In: **Ciência Kayapó: alternativas contra a destruição**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1992a. p. 19–43.

____. Reply to Parker. **American Anthropologist**, v. 94, n. 2, p. 441–443, 1992b.

POSEY, D. A. Consequências ecológicas da presença do índio kayapó na Amazônia: recursos antropológicos e direitos de recursos tradicionais. In: CAVALCANTI, C. (Ed.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundacao Joaquim Nabuco, Ministério de Educacao, Governo Federal, 1994. p. 177–194.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Brasiliense ;

Publifolha, 2000.

PREZIA, B. **História da resistência indígena: 500 anos de luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

QUEIROZ, H. L. A reserva de desenvolvimento sustentável Mamirauá. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 54, p. 183–203, 2005.

RAMOS, P. **Agroindústria canaveira e propriedade fundiária no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Trajetória e situação atual da agroindústria canaveira do Brasil e do mercado de álcool carburante. In: SANTOS, G. R. DOS (Ed.). **Quarenta anos de etanol em larga escala no Brasil: desafios, crises e perspectivas**. Brasília: IPEA, 2016. p. 47–82.

REBOUÇAS, A. **Província do Paraná. Caminhos de Ferro. Mato Grosso e Bolívia. Salto do Guayra**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

RICUPERO, R. A mãe de todas as ameaças: a mudança climática e o futuro da vida. **Revista USP**, n. 74, p. 146–159, 2007.

ROBERT, P. DE *et al.* A beleza das roças: Agrobiodiversidade Mebêngôkre- Kayapó em tempos de globalização. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas**, v. 7, n. 2, p. 339–369, 2012.

Roteamento e sua importância. **Revista Agrícola do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura**, v. 6, n. 1, p. 27–37, 1875.

SAINT-HILAIRE, A. DE. **Viagem à província de São Paulo**. Belo Horizonte e São Paulo: Itatiaia e Edusp, 1976.

SALES, A. **O Ministério da Agricultura no Governo Getúlio Vargas (1930-1944)**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.

SALLUM JR., B. **Capitalismo e cafeicultura: Oeste paulista, 1888-1930**. São Paulo: Duas Cidades, 1982.

_____. **Labirintos: dos generais à Nova República**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Metamorfoses do Estado brasileiro no final do século XX. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 52, 2003.

_____. Desenvolvimento e desenvolvimentismo. **revistafaac**, v. 1, n. 2, p. 129–134, 2011.

_____. **O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise**. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR, B. O desenvolvimentismo e o Estado brasileiro contemporâneo. In: BRESSER-PEREIRA, L. C. (Ed.). **O que esperar do Brasil?** Rio de Janeiro: FGV, 1994. p. 61–72.

- SAMPAIO, A. J. DE. **Phytogeographia do Brasil**. São Paulo - Rio de Janeiro - Recife - Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938.
- SANTANA, L. F. **São Félix do Xingu e sua história 1889-1997**. São Félix do Xingu: Prefeitura Municipal de São Félix do Xingu, 2007.
- SCHMINK, M. *et al.* From contested to ‘green’ frontiers in the Amazon? A long-term analysis of São Félix do Xingu, Brazil. **Journal of Peasant Studies**, v. 46, n. 2, p. 377–399, 2019.
- SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Contested frontiers in Amazonia**. Nova York: Columbia University Press, 1992.
- SCHMITT, J. **Crime sem castigo: a efetividade da fiscalização ambiental para o controle do desmatamento ilegal na Amazônia**. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SCHWARTZMAN, S.; ZIMMERMAN, B. Alianças de conservação com povos indígenas da Amazônia. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 165–173, 2005.
- SEWELL JR, W. H. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- SILVA, F. O. DA. **Quando os “Amigos das Árvores” se reúnem... A rede de sociabilidade florestal dos anos de 1930** Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: saberes e práticas científicas. **Anais...** 2014
- SILVA, F. T. DA. A Amazônia e as novas ameaças mundiais. *In*: **Relações internacionais e defesa na Amazônia**. Belém: NAEA, UFPA, 2008.
- SILVA, L. P. DA. O Código Florestal e sua execução. **Revista de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, p. 387–397, 1945.
- SIMIONATO, M. Matadores espalham medo em cidade do PA. **Folha de São Paulo**, 21 set. 2003.
- SOSMA E INPE. Fundação SOS Mata Atlântica Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais ATLAS DOS REMANESCENTES FLORESTAIS DA MATA ATLÂNTICA PERÍODO 2011 Instituto de Pesquisas 1-2012 São Paulo. **Fundação SOS Mata Atlântica e Instituto de Pesquisas Espaciais**, p. 1–61, 2014.
- SOUSA, R. DA P. *et al.* **Governança Socioambiental na Amazônia: Agricultura familiar e os desafios para a sustentabilidade em São Félix do Xingu - Pará**. Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, 2016.
- SOUZA, M. DO C. C. O processo político-partidário na primeira república. *In*: MOTA, C. G. (Ed.). **Brasil em perspectiva**. São Paulo: Difel, 1974. p. 162–226.

- SOUZA, P. F. DE. **Legislação Florestal: primeira parte - legislação histórica 1789-1889**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Diretoria de Estatística da Produção, 1934.
- SZMRECSÁNYI, T. O desenvolvimento da produção agropecuária (1930-1970). In: FAUSTO, B. (Ed.). **O Brasil Republicano (tomo III) - Economia e Cultura (1930-1964)**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. p. 107–208.
- TARAVELLA, R.; ARNAULD DE SARTRE, X. The symbolic and political appropriation of scales: A critical analysis of the Amazonian ranchers' narrative. **Geoforum**, v. 43, n. 3, p. 645–656, 2012.
- TATE, C. N.; VALLINDER, T. **The global expansion of judicial power**. Nova York: New York University, 1995.
- TAUNAY, A. DE E. **História das bandeiras paulistas - tomo II**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1951.
- TEIXEIRA, F. DOS S. Desembargador Osny Duarte Pereira: Uma Visão Ambiental e Nacionalista do Brasil. p. 2, 2012.
- TESTA, A. **Mecanização do desmatamento: as novas fronteiras agrícolas**. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1983.
- TILIO NETO, P. DE. **Ecopolítica das mudanças climáticas: o IPCC e o ecologismo dos pobres**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- TOLMASQUIM, M. T.; GUERREIRO, A.; GORINI, R. Matriz energética brasileira: uma perspectiva. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 79, p. 47–69, 2007.
- TORRES, A. **O problema nacional brasileiro**. Brasília: Editora UnB, 1982.
- TOSI, P. G. **Capitais no interior: Franca e a história da indústria coureiro-calçadista (1860-1945)**. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1998.
- Trabalho escravo, mais uma denúncia no Pará. **O Estado de S. Paulo**, 25 ago. 1987.
- TUNDISI, J. G.; TUNDISI, T. M. Impactos potenciais das alterações do Código Florestal nos recursos hídricos. **Biota Neotropica**, v. 10, n. 4, p. 67–75, 2011.
- TURNER, T. Da cosmologia à história: resistência, adaptação e consciência social entre os Kayapó. **Cadernos de Campo**, v. 1, n. 1, p. 68–85, 1991.
- URBAN, T. **Saudade do matão: relembando a história da conservação da natureza no Brasil**. Curitiba: Editora da UFPR, Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, Fundação MacArthur, 1998.
- _____. **Missão (quase) impossível: aventuras e desventuras do movimento ambientalista no Brasil**. São Paulo: Peirópolis, 2001.
- VASQUEZ, G. C. F. **Experiência e luta pela terra: o assentamento Sepé Tiaraju e o MST**.

[s.l.] Universidade de São Paulo, 2009.

VEIGA, J. E. DA. **Para entender o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora 34, 2015.

VERÍSSIMO ET AL., A. **Áreas protegidas na Amazônia brasileira: avanços e desafios**. Belém; São Paulo: Imazon; Instituto Socioambiental, 2011.

VERRI FILHO, O. **Subsídios para um diagnóstico ambiental de Ribeirão Preto**. Ribeirão Preto: 1993.

VERSWIJVER, G.; GORDON, C. **Mebêngôkre (Kayapó)**. Disponível em: <[https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebêngôkre_\(Kayapó\)](https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Mebêngôkre_(Kayapó))>. Acesso em: 20 jun. 2019.

VIANNA, L. W. *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

VIANNA, L. W.; BURGOS, M. B. Revolução processual do direito e democracia progressiva. *In*: VIANNA, L. W. (Ed.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2002. p. 337–491.

VICTOR, M. A. M. *et al.* **Cem anos de devastação: revisitada 30 anos depois**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

VIDAL, L. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira: os Kayapó-Xikrin do rio Cateté**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1977.

VIEIRA, A. C. A. **Social Movements and Institutional Change: The Pro-Indigenous Struggle for Land Tenure and Citizenship in Brazil (1968-2016)**. Köln, INTERNATIONAL MAX PLANCK RESEARCH SCHOOL, 2017.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, M. F. DE; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, v. 15, n. 2, p. 31–61, 2003.

VIOLA, E. **A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998** XXI International Congress of the Latin American Studies Association. **Anais...** Chicago: 1998

_____. Brazil in the context of global governance politics and climate change, 1989-2003. **Ambiente & Sociedade**, v. 7, n. 1, p. 27–46, 2004.

_____. Transformations in Brazilian deforestation and climate policy since 2005. **Theoretical Inquiries in Law**, v. 14, n. 1, p. 109–123, 2013a.

_____. Transformations in Brazilian deforestation and climate policy since 2005. **Theoretical Inquiries in Law**, v. 14, n. 1, p. 109–123, 2013b.

VIOLA, E.; FRANCHINI, M. Brasil na governança global do clima, 2005-2012: a luta entre conservadores e reformistas. **Contexto Internacional**, v. 35, n. 1, p. 43–76, 2013.

VIOLA, E. J. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 1, n. 3, p. 5–26, 1986.

VIOLA, E. J. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. *In*: FERREIRA, L. DA C.; VIOLA, E. (Eds.). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996. p. 15–66.

VIOLA, E. J.; LEIS, H. R. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971-1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. *In*: HOGAN, D. J.; VIEIRA, P. F. (Eds.). **Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 73–102.

VIOLA, E.; LEIS, H. R.; FERREIRA, L. DA C. Confronto e legitimação. *In*: FERREIRA, LEILA DA COSTA; VIOLA, E. (Eds.). **Ambientalismo no Brasil: passado, presente e futuro**. São Paulo: Instituto Socioambiental : Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, 1997.

WALDMAN, M. **Ecologia e lutas sociais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.

WALKER, T. W. Ribeirão Preto, 1910-1960. *In*: WALKER, T. W.; BARBOSA, A. DE S. (Eds.). **Dos coronéis à metrópole: fios e tramas da sociedade e da política em Ribeirão Preto do século XX**. Ribeirão Preto: Palavra Mágica, 2000.

WEIGAND JR., R.; PINTO, M. G. DE M. **Estação Ecológica Terra do Meio - Plano de Manejo**. Disponível em:

<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/DCOM_plano_de_manejo_Esec_da_Terra_do_Meio.pdf>. Brasília: 2015.

WELCH, C.; GERALDO, S. **Lutas camponesas no interior paulista: memórias de Irineu Luís de Moraes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

WWF. **Povos Indígenas e Conservação Ambiental: A Declaração de Princípios da rede WWF**. Disponível em:

<http://assets.wwf.org.br/downloads/povos_indigenas_e_conservacao_ambiental_declaracao_de_principios_do_wwf.pdf>. Gland, 2008.

ZANATTO, A. C. *et al.* **Estação ecológica de jataí - Plano de manejo**. São Paulo, 2013.

ZHOURI, A. Transnational campaigns for the Amazon: NGO strategies, trade and official responses. **Ambiente & Sociedade**, n. 6–7, p. 31–63, 2006.

ZORZETTO, R. O verde clandestino. **Pesquisa Fapesp**, p. 50–53, 2010.